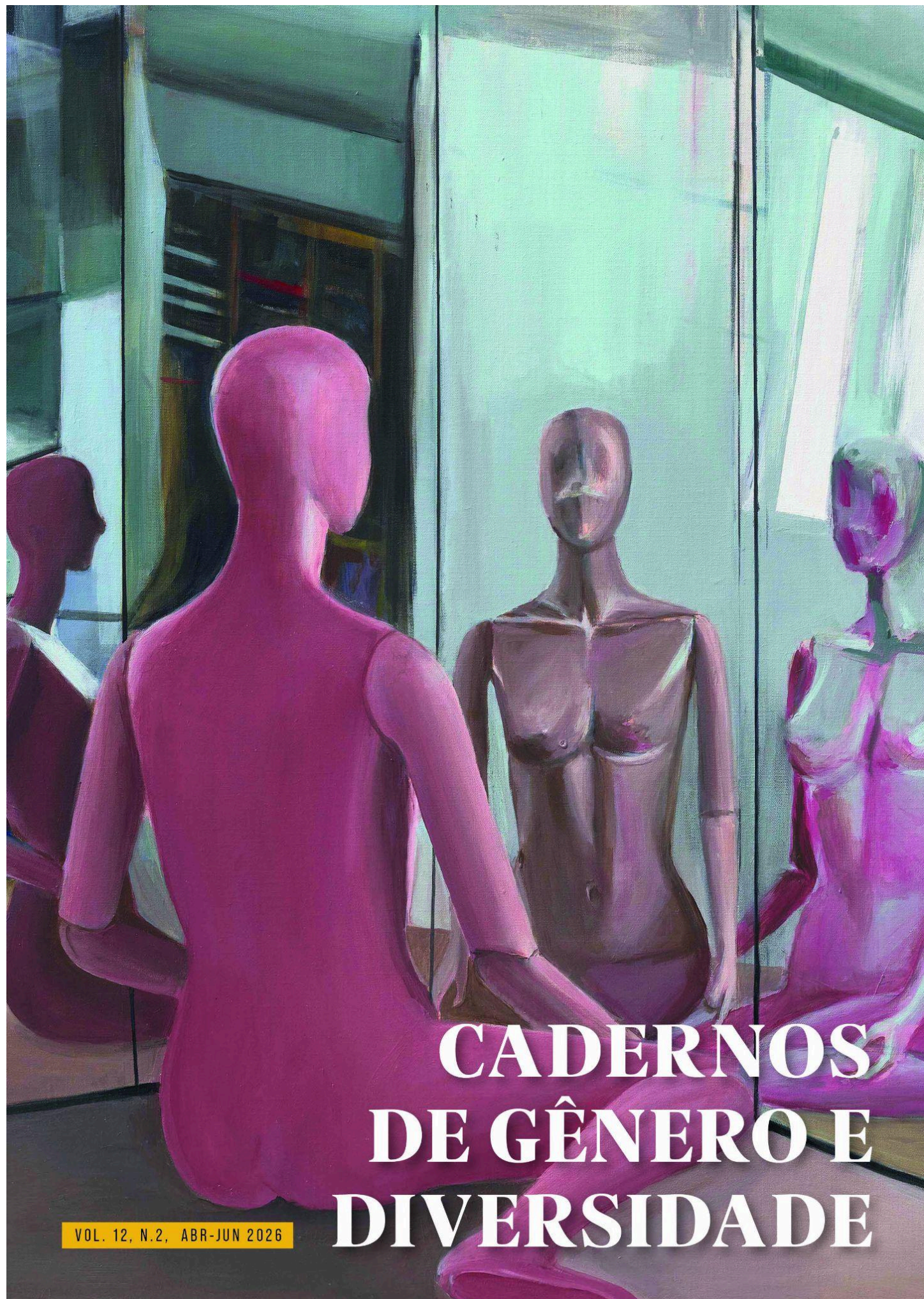
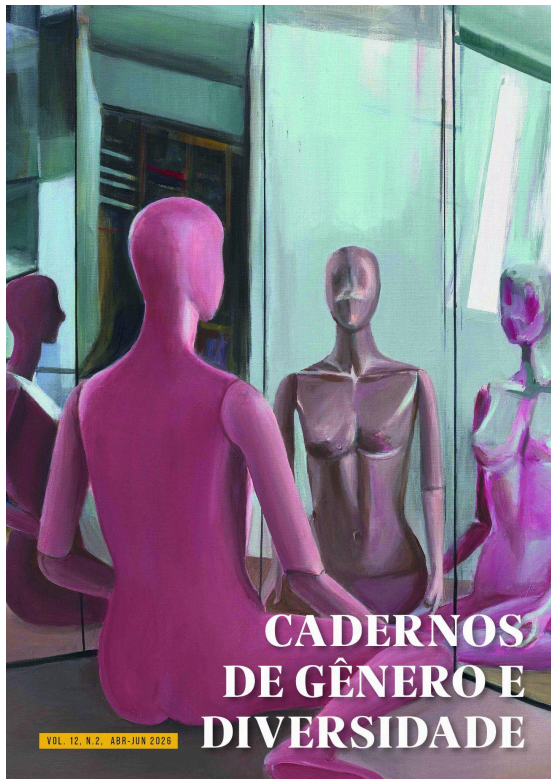




CADERNOS DE GÊNERO E DIVERSIDADE

VOL. 12, N.2, ABR-JUN 2026



Mirror

Acrylic on canvas, 116.8 × 91 cm, 2024

About the work: It shows a pink mannequin sitting and looking toward a mirror. The mirror is divided into four panels, and the mirror reflects the figure, but the different angles of the mirror and the light create different reflections and moods. Through this, I wanted to show a moment of exploring one's own existence. The figure appears in multiple reflections, but still feels alone. It reflects a sense of confusion, emotional distance, and a sense of not fully understanding oneself.

Mikyong RO,

I am a visual artist based in the United States. I began my art practice relatively late and graduated from the graduate school of fine arts at Hongik University in South Korea in 2021. I have held one solo exhibition and participated in several group exhibitions.

My work explores themes of human existence, often through figures such as mannequins, robots, and AI that resemble the human form but exist in an ambiguous state between life and lifelessness. Through these figures, I reflect on presence, perception, and the boundaries between reality and illusion.

Currently, I work in a home studio in the U.S., where I continue to experiment with different painterly approaches. My work still engages with questions of existence, time, and traces.

Tradução:

Espelho

Acrílica sobre tela, 116,8 × 91 cm, 2024

Sobre a obra: A pintura retrata um manequim rosa sentado e olhando em direção a um espelho. O espelho está dividido em quatro painéis; ele reflete a figura, mas os diferentes ângulos do espelho e a luz criam reflexos e atmosferas distintos. Por meio disso, busquei retratar um momento de exploração da própria existência. A figura surge em múltiplos reflexos, mas, ainda assim, sente-se solitária. A obra reflete uma sensação de confusão, distanciamento emocional e a percepção de não se compreender plenamente.

Mikyong RO,

Sou uma artista visual radicada nos Estados Unidos. Iniciei minha prática artística relativamente tarde e concluí a pós-graduação em Belas Artes na Universidade Hongik, na Coreia do Sul, em 2021.

Realizei uma exposição individual e participei de diversas exposições coletivas. Minha obra explora temas da existência humana, frequentemente por meio de figuras como manequins, robôs e inteligências artificiais que mimetizam a forma humana, mas que existem em um estado ambíguo entre a vida e a inanimidade. Por intermédio dessas figuras, reflito sobre a presença, a percepção e as fronteiras entre a realidade e a ilusão. Atualmente, trabalho em um ateliê doméstico nos Estados Unidos, onde continuo a experimentar diferentes abordagens pictóricas. Minha obra segue dialogando com questões relativas à existência, ao tempo e aos vestígios.



EDITORIAL



Mapeando identidades e sexualidades dissidentes

É com alegria que colocamos no ar o número 2, volume 12, 2026, dos **Cadernos de Gênero e Diversidade**. Finalizar um número dos Cadernos é sempre um imenso desafio e um complexo trabalho de equipe que envolve não apenas a equipe editorial, mas dezenas de autoras, autores e pareceristas.

Publicamos neste número 22 textos, organizados em 7 seções: 3 artigos na seção de artigos gerais, 5 artigos na seção temática sobre variadas temáticas LGBTQIA+, uma entrevista, um dossiê específico sobre a questão trans com 8 artigos, 3 ensaios, 1 relato de experiência e 1 revisão narrativa. Trata-se de um conjunto significativo da produção atual brasileira no campo dos estudos de gênero e sexualidade.

Iniciamos este número com 3 artigos centrados em questões de gênero. O primeiro, intitulado “**Mulheres na Computação: uma análise dos fatores de ingresso e permanência**”, de Ana Carolina Barbosa dos Santos e Viviane Cristina Oliveira Aureliano, investiga os fatores que influenciam o ingresso e a permanência das mulheres na área de Computação, identificando seus desafios e estratégias. Trata-se de uma pesquisa que articula metodologias quanti-qualitativa, com base em entrevistas semiestruturadas com 20 estudantes do gênero feminino na área de Computação, que revelaram determinantes para o sucesso das mulheres na computação. Destacamos o apoio familiar, a afinidade com a tecnologia, motivações financeiras, flexibilidade e o fortalecimento por meio de redes de apoio. Trata-se de um artigo pioneiro na análise da presença e desafios das mulheres na computação que incita a se construir estratégias institucionais para aumentar a representatividade feminina das mulheres neste campo de conhecimento.



O segundo artigo, **“Imigração de Mulheres Haitianas: um olhar para o caso da reunificação familiar”**, de Sandra Buaski, Maria de Lourdes Bernartt e Franciele Clara Peloso, analisa, a partir de entrevistas com 10 mulheres haitianas, residentes na cidade de Pato Branco-PR, as dificuldades e desafios que elas enfrentam para efetivar a reunificação familiar. O artigo mostra que os principais desafios enfrentados dizem respeito às dificuldades de conseguir emprego, ao domínio da língua portuguesa e à busca de moradia, critérios importantes para a concretização da reunificação familiar, tão desejada por elas.

O terceiro artigo, **“Narrativas distópicas e letramento de gênero: contribuições para o ensino de Biologia na Educação Básica”**, de Carla Karine Oliveira Martins, Tatiana Bezerra de Oliveira Lopes, Suziele Galdino Batista, Keissy Carla Oliveira Martins e Vera de Mattos Machado, parte de duas obras literárias - “O Conto da Aia” (1985) e “Os Testamentos” (2019), de Margaret Atwood, para investigar como as temáticas sexualidade, reprodução e direitos reprodutivos são abordadas no ensino de Biologia. Com metodologia teórico-qualitativa, a pesquisa examina como os romances evidenciam dinâmicas de poder e opressão, articulando paralelos entre contextos históricos e desafios contemporâneos. O texto mostra também o quanto crises sociais e moralidades religiosas fundamentalistas podem ser instrumentalizadas para legitimar controle e subordinação dos corpos femininos e sugere uma metodologia centrada em narrativas literárias para desconstruir discursos presentes no ensino de Biologia e contribuir para práticas pedagógicas críticas e emancipadoras.

Na continuidade, temos uma seção temática sobre **questões LGBTQIA+**. Fernanda Nascimento, em seu artigo **“Sapatões: produções de masculinidades e práticas de recepção midiática”**, baseada em estudos culturais e queer, investiga as produções de masculinidades em mulheres lésbicas a partir da análise de práticas de recepção midiática. Partindo do argumento de que as tecnologias de gênero intermediam a produção e regulação de identidades de sexo/gênero, a autora observa que as interlocutoras se identificam como sapatão, homossexual, mulherzinha, lady, gay ou machorra e que estas categorias têm forte relação sobre como a mídia

retrata as lésbicas contemporaneamente. O artigo mostra o quanto a mídia tem papel significativo na formação de identidades sapatão e que há um rechaço na feminilidade anatômica no modo como a masculinidade se constitui para o grupo pesquisado.

Saptarshi Bairagi traz uma importante contribuição queer, com abordagem feminista interseccional decolonial do Sul Asiático, aos estudos sobre movimentos LGBTQIA+ em seu artigo **“Indian Queer Liberation Movement: Understanding through Mythology, Religion, History and Contemporary Socio-Legal Scenario”** (“Movimento de Libertação Queer na Índia: Compreensão através da mitologia, religião, história e cenário sócio-jurídico contemporâneo”). Com base em seis anos de trabalho etnográfico multi situado em Kolkata e Delhi, a autoria reflete sobre como minorias de gênero e sexualidade na Índia negociam as demandas de reconhecimento legal, legitimidade cultural e solidariedade de base em um contexto sociopolítico marcado por desigualdades de casta, classe, língua e religião. Seu texto mostra a importância da dimensão mitológica - baseada em tradições hinduístas, islâmicas, budistas e jainistas - nas demandas do movimento de libertação queer na Índia. Por fim, o texto aborda a contribuição jurídica do movimento, ao demonstrar como as pluralidades de gênero foram sistematicamente criminalizadas sob o domínio colonial britânico por meio da Seção 377 do Código Penal Indiano (1861) e da Lei das Tribos Criminosas (1871), legados que persistiram na Índia pós-colonial até a decisão histórica de descriminalização da Suprema Corte em 2018. Ao traçar o percurso do ativismo queer desde a Kolkata Friendship Walk de 1999 até as mobilizações atuais do movimento na Índia, o artigo conclui que uma libertação queer efetiva exige estruturas políticas anticasteístas, anticapitalistas e interseccionais, que estão enraizadas em práticas de organização de base, em oposição à perspectiva homonacionalista urbana elitizada que prevalece em determinadas correntes do movimento queer na Índia.

Daniel Kveller, em **“Neutralidade e afirmatividade na clínica com a população LGBTQ+: reflexões psicanalíticas”**, traz uma reflexão sobre as tensões éticas e práticas que atravessam a psicanálise no atendimento à população LGBTQ+ no Brasil. O autor analisa como o surgimento de terapias afirmativas põe em xeque o princípio de neutralidade que historicamente orientou o campo da Psicanálise. O



texto inicia com uma breve discussão sobre as terapias afirmativas e seus princípios; em seguida faz uma crítica aprofundada da noção de neutralidade na psicanálise; e, por fim, traz considerações sobre alternativas conceituais na história da psicanálise que possibilitam pensar em uma clínica mais envolvida com seu contexto sócio-histórico atual, que denomina de “clínica afirmativa”.

Rafael De Tilio e Maria Clara Zanon Murarolli, em **“Sentidos atribuídos ao outness e coming out de jovens bissexuais”**, refletem sobre as discriminações e violências que vivem pessoas bissexuais e com orientações sexuais que fogem da heteronormatividade e do monossexismo, a partir da perspectiva da Psicologia Social. O autor e a autora analisam os sentidos e as consequências da visibilização da bissexualidade, através do outness e do coming out de 8 jovens universitários entrevistados. O artigo se estrutura em 4 eixos temáticos: o termo; a descoberta e a rede de apoio; a liberdade; os estereótipos. Conclui que há aspectos positivos vivenciados por jovens bissexuais, como a sensação de liberdade pessoal e nas relações interpessoais, mas também sofrimentos como invisibilidade, estereótipos de fase, confusão e descredibilidade.

Beatriz Nogueira da Silva, Luís Antonio Groppo, Fernanda Milan de Carvalho, Gislene da Silva e Yasmin Antonia da Silva Oliveira, em **“Ativistas e militantes que são LGBTQIAPN+ nas Jornadas de 2013: experiências políticas e performatividade de assembleia”**, analisam experiências de ativistas e militantes LGBTQIAPN+ no ciclo de protestos, conhecido como “Jornadas de 2013” no Brasil. Partindo de revisão bibliográfica, o artigo analisa 37 entrevistas feitas com ativistas e militantes de coletivos e organizações progressistas das Jornadas – destacando, entre tais, 14 pessoas que são LGBTQIAPN+. O artigo destaca a relevância da Parada LGBT na latência das Jornadas de 2013, inspirando pautas secundárias como o rechaço ao projeto de “cura gay”, e pela renovação de táticas política no interior do movimento LGBTQIAPN+. Concluem que, embora esta presença não apareça nas pautas do movimento, as mobilizações permitiram o fortalecimento de movimentos identitários, e, notadamente, a maior presença de pessoas e pautas LGBTQIAPN+ em organizações políticas progressistas e em mandatos eletivos nos anos

seguintes.

Na **seção de entrevistas**, trazemos o perfil de Mãe Barbarah. O diálogo, conduzido por Nelson Lellis, é intitulado “**Mulher trans, preta, brasileira e de periferia: entrevista com Mãe Barbarah**”. Nele, reflete-se sobre transformações recentes no campo religioso brasileiro, especialmente no que concerne à reconfiguração das pertencas religiosas e ao crescimento das religiões de matriz africana. Ao apresentar a trajetória de Mãe Barbarah — mulher trans, preta, oriunda da periferia e Ialorixá no município de Serra (ES) — o texto evidencia as complexas articulações entre raça, gênero, classe e religiosidade no Brasil, oferecendo uma narrativa que questiona leituras simplificadoras a respeito de identidade e pertencimento. Ao longo da entrevista, delineia-se uma experiência de vida marcada por deslocamentos, rupturas e reconstruções, que atravessam tanto o campo religioso quanto o social. A trajetória de Mãe Barbarah, que transita de um contexto evangélico pentecostal para o candomblé, revela não apenas processos de exclusão — incluindo violência familiar, marginalização e prostituição como estratégia de sobrevivência —, mas também formas potentes de agência e ressignificação. Sua atuação como liderança religiosa, assistente social e articuladora de iniciativas como o projeto “Emprega Trans” amplia o escopo da discussão ao evidenciar o papel das comunidades religiosas como espaços simultâneos de acolhimento, disputa e transformação. Nesse sentido, a entrevista contribui de modo significativo para debates contemporâneos sobre identidade, intolerância religiosa, inserção social de pessoas trans e o potencial das religiões de matriz africana na construção de práticas inclusivas e políticas de cuidado.

Articulado com a entrevista de Mãe Barbarah, trazemos **o dossiê sobre questões Trans** - um dos temas mais presentes nas contribuições que recebemos desde que assumimos a coordenação editorial dos Cadernos - em 2024. O dossiê aqui presente contou com o importante apoio editorial de Guilherme Lampezi Thomazi e Simone Avila, que avaliaram, comentaram e dialogaram com algumas dezenas de autoras e autores ao longo dos últimos 6 meses.



O dossiê se inicia com o artigo **“Parlamentares trans no jornalismo independente: análise da cobertura em AzMina, Catarinas e Gênero e Número”**, de Geovane Pereira da Silva e Edgard Patrício, que analisam conteúdos jornalísticos com perspectiva de gênero sobre as deputadas federais Erika Hilton (PSOL) e Duda Salabert (PDT), publicados por três veículos jornalísticos independentes: *AzMina, Catarinas e Gênero e Número* - a partir da eleição de 2022. Com base na metodologia de análise de conteúdo, foram estudados textos nos quais as parlamentares são citadas e estes foram classificados em três categorias: a) representatividade e participação política de grupos minorizados; b) disputas legislativas e agendas políticas identitárias; c) violências políticas e discriminatórias. O artigo conclui que a cobertura evidencia a proeminência das pautas de Direitos Humanos e de representatividade trans na atuação legislativa das duas deputadas.

Edmarcius Carvalho Novaes, Gabriel da Cruz Ventura, Suely Maria Rodrigues, Maria Celeste Reis Fernandes de Souza e Maria Terezinha Bretas Vilarino analisam em **“De onde vem tanto ódio?: análise da violência e assassinato de corpos-territórios de travestis e transexuais no Brasil em 2024”** violências e assassinatos de pessoas travestis e transexuais no Brasil no ano de 2024, sob a perspectiva do conceito de *corpo-território*. A partir de dados obtidos em relatório de 2024 da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), referentes à violência e assassinatos de pessoas trans, foi observada uma maior frequência na faixa etária entre 18 e 29 anos; que os espaços públicos foram os cenários onde mais ocorreram violências, com destaque a episódios noturnos. O artigo conclui que a violência é sistemática e enraizada em estruturas sociais discriminatórias, que produzem uma violação de corpos físicos e de espaços sociais e políticos ocupados por essa comunidade. Por fim, assinala a necessidade de políticas públicas efetivas para combater essa realidade.

O artigo **“Corpos em trânsito, vidas em luta(o): cartografias de resistência de travestis brasileiras”**, de João Henrique de Sousa Santos, Ludmila Lima Arantes, Thiago César Carvalho dos Santos, Pedro Henrique Araujo Nunes, Isabella Campos Freitas D’Ávila, Cintia Maria Teixeira, Patricia de Souza Oliveira e Ravi Zanolla Cláudio, faz uma

cartografia de experiências de resistência de travestis brasileiras profissionais do sexo residentes no Brasil e na Europa, analisando estratégias cotidianas de enfrentamento da morte. Foram entrevistadas 7 travestis em espaços significativos para elas, como ambientes de trabalho, residências e locais de militância. As narrativas, centradas em afetos, deslocamentos e modos de existência evidenciam que, embora atravessadas por violências estruturais, essas trajetórias produzem redes de cuidado, constroem condições materiais e subjetivas de reconhecimento e operam deslocamentos geográficos e estéticos como formas de afirmação da vida.

O artigo **“Empregabilidade e trabalho para mulheres trans: experiências à luz da Teoria Queer”**, de Cristiano Parra Duarte e Milena Almeida, analisa a inclusão de mulheres transexuais no mercado de trabalho, visando compreender como as normas de gênero e sexualidade vigentes moldam suas trajetórias profissionais. Por meio de entrevistas não roteirizadas, a autoria documentou suas trajetórias educacionais e profissionais, mapeou suas áreas de atuação profissional e analisou suas vivências cotidianas e relações que mantêm em seus locais de trabalho. A pesquisa mostrou que a discriminação sistêmica limita o acesso ao mercado de trabalho formal, levando com frequência muitas pessoas à prostituição compulsória. No entanto, o nível de escolaridade pode ampliar as oportunidades, mesmo que persistam barreiras institucionais e a transfobia. As entrevistas destacam ainda que a “passabilidade” influencia diretamente na inclusão dessas mulheres, perpetuando padrões de exclusão de corpos que não se adequam a determinados padrões sociais. Por fim, assinalam a urgência de políticas públicas que garantam condições de igualdade para mulheres trans e combatam práticas discriminatórias, visando a integração delas em ambientes formais de trabalho.

Em **“Transição de gênero na conjugalidade”**, Maria Luísa Tessarollo Xavier e Isabel Cristina Gomes refletem sobre a transição de gênero na conjugalidade a partir do relato auto-biográfico da ativista Letícia Lanz no livro *A construção de mim mesma: história de uma transição de gênero (2021)*. Partindo de uma perspectiva psicanalítica sobre vínculos em articulação com os estudos psicossociais o artigo analisa a história de Letícia Lanz e seu processo de (trans)formação a partir da conjugalidade, enfatizando os vários modos de “ser casal” na



contemporaneidade, onde o padrão da cisheteronormatividade prevalece.

Em **“TransVerso (2015): uma leitura Queer e Quare sobre-vivência de mulheres trans e travestis de/em Maringá (PR)”**, George Rodrigues Muniz e Geniane Diamante Ferreira Ferreira analisam narrativas de seis mulheres trans e travestis da cidade de Maringá-PR que dão depoimentos no curta-documentário *TransVerso* (2015). Ancorado em teorias queer e na analítica Quare, o estudo mostra como as sujeitas-narradoras constroem sentidos sobre suas experiências cotidianas de (re)existência em uma sociedade marcada pela transfobia, pelo racismo e pela exclusão social, sobretudo no interior paranaense. As narrativas revelam trajetórias de luta, afirmação identitária e produção de humanidade, nas quais a reivindicação do reconhecimento enquanto sujeitas de direito configura-se como gesto político e epistemológico de enfrentamento ao CISTema, afirmando modos de existência e sobre-vivência.

Ariane Senna, em **“Sobreviver não é viver: Transfobia, Mandonismo e as Heranças do Pensamento Social Brasileiro”**, investiga os impactos da transfobia a partir do pensamento social brasileiro. Articulando os conceitos de mandonismo, colonialidade e subalternização dos corpos dissidentes de gênero, o artigo analisa como os processos históricos de colonização, escravização e autoritarismo estruturaram e continuam estruturando a marginalização de mulheres trans e travestis no Brasil. Articulando experiências pessoais da autora com autores como Lilia Schwarcz, Roberto DaMatta e Machado de Assis, o texto mostra como o projeto colonial moldou subjetividades, naturalizou desigualdades e consolidou uma cultura de mando e obediência que persiste na contemporaneidade.

O artigo **“Caminhos da Transição: a influência da aceitação familiar no bem-estar e saúde mental de universitários transgênero”**, de Anna Caroline dos Santos Blasius e Paola Rodegheri Galeli, reflete sobre a importância da aceitação familiar para o bem-estar e a saúde mental de universitários transgênero durante o processo de transição. A pesquisa foi realizada com cinco estudantes, quatro homens trans e uma pessoa trans não-binária, com idades entre 18 e 25 anos, matriculados em uma universidade pública do sul do Brasil. A análise

dos depoimentos mostrou que, primeiramente, a aceitação familiar é um processo longo, atravessado por silêncio, negação do nome social e pela invisibilização da identidade de gênero trans ou não binária de filhe. Este processo se dá pela rejeição, silenciamento e violência através de microagressões, humilhações veladas e ausência de diálogo. Para enfrentar a rejeição familiar es jovens buscam apoio em redes externas de amigos e colegas. Em contrapartida, vínculos afetivos estabelecidos com amigos, pares trans e coletivos LGBTQIA+ atuam como redes protetivas, funcionando como “famílias escolhidas” e promovendo reconhecimento, pertencimento e resiliência emocional. A falta de suporte familiar leva ao sofrimento psíquico, expresso em ansiedade, tristeza profunda, automutilação e ideação suicida. Conclui-se que a saúde mental de universitários trans é diretamente impactada pelo reconhecimento e acolhimento familiar, como fatores essenciais de proteção emocional e fortalecimento de sentimento de dignidade. Políticas institucionais e práticas afirmativas de cuidado são essenciais para garantir condições dignas de existência a pessoas trans.

Três **ensaios** dão continuidade à temática trans e LGBTQIAPN+. No primeiro ensaio, Vladimir Bezerra, em **“Violência e Subjetividade: relações entre o transfeminicídio e o conceito de sintoma em psicanálise”**, defende a hipótese de que a violência - para além de uma questão histórico-social - está profundamente entrelaçada com dinâmicas inconscientes do ser humano e que o transfeminicídio é um fenômeno que transcende a dimensão puramente social, de base imperial-colonialista-patriarcal, inscrevendo-se também no campo das subjetividades.

No segundo ensaio, Rodrigo Lima Bandeira, Inara da Silva de Moura, Amanda Roberta Fonsêca do Nascimento e Ana Patrícia Pereira Moraes analisam processos de discriminações e violências vivenciados no campo da saúde por pessoas LGBTQIA+, em **“A saúde como cenário da LGBTfobia: violências, barreiras e lutas no atendimento à população LGBTQIAPN+”**. Com base no conceito de LGBTfobia, de dispositivo da sexualidade de Michel Foucault e pela lente da interseccionalidade, o trabalho examina a LGBTfobia presente no acesso e assistência à saúde. O autor e as autoras mostram como práticas discriminatórias, carregadas de uma lógica necropolítica e cisheteronormativa, criam duas categorias de sujeitos: legítimos e



subalternos. Concluem que o campo da saúde é cenário de disputa política e que corpos LGBTQIA+ são descartáveis e que é fundamental lutar por um sistema de saúde mais inclusivo e diverso de assistência à população LGBTQIAPN+ no Brasil.

Por fim, apresentamos o texto “**Reflexões psicanalíticas sobre o filme Moonlight: sob a luz do luar**”, de Daniel Péricles Arruda. Neste ensaio, embarcamos em uma viagem ao universo interno de Chiron, descobrindo com o personagem novas perspectivas para seus processos de identificação. Aqui, vemos sua vida narrada e, ao mesmo tempo, refletimos sobre as relações étnico-raciais, educação, sexualidade e convivência familiar em um bairro periférico de Miami/EUA. Sujeito e cultura se encontram na análise dos desejos de Chiron.

Na seção **Relato de Experiência**, Caio Henrique Inácio Ferreira e Benedito Rodrigues dos Santos relatam o processo de concepção, execução e análise do **Mapeamento Institucional da População Trans e Não Binária da Universidade de Brasília (2025)**. O planejamento e acompanhamento de ações voltadas à inclusão ganha novo significado social e político, a partir da pesquisa e redação do documento, driblando a antiga ausência de dados sistematizados sobre essa população. O trabalho descreve em detalhe tanto o percurso metodológico adotado quanto os cuidados éticos envolvidos. A partir dos resultados, foi destacada a diversidade de identidades de gênero, a predominância de pessoas não binárias entre as respondentes e a expressiva demanda por banheiros agêneros.

Finalmente, neste número, temos a seção **Revisão Narrativa**, com texto de Gabriela Garcia de Carvalho Laguna, Letícia Defensor da Silva Santos e Adriano Maia dos Santos, que descrevem a assistência à saúde da população transgênero brasileira, utilizando trabalhos publicados nas bases de dados Periódicos CAPES, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde e *Scientific Electronic Library Online*. Com isso, foi obtido um panorama da assistência à saúde da população trans, incluindo avanços e conquistas, limitações e desafios, bem como repercussões da pandemia da COVID-19.

Este número marca a transição da equipe editorial, com o afastamento de Priscilla Gusmão, que teve importante papel na editoria

Miriam Pillar Grossi.
Izabela Liz Schlindwein.
Juliana Cavilha.
Bruna Domingues de Souza.
Guilherme Lamperti Tomazzi.
Simone Avila.

495

dos Cadernos de Gênero de Diversidade em sua transferência editorial da UFS para a UFSC em 2024 e a entrada de Bruna Domingues em seu lugar a partir de abril de 2026. Agradecemos a significativa contribuição de Priscilla nos 20 meses em que esteve à frente do apoio editorial e damos boas vindas à Bruna, que já está atuando neste número.

Editoras deste número:

Miriam Pillar Grossi - Coordenação Editorial
Izabela Liz Schlindwein
Juliana Cavilha
Bruna Domingues de Souza - Apoio editorial
Guilherme Lamperti Tomazzi e Simone Avila - Editoria do Dossiê sobre questões trans



ARTIGO



Mulheres na Computação: uma análise dos fatores de ingresso e permanência

Ana Carolina Barbosa dos Santos, *Instituto Federal de Pernambuco*
Viviane Cristina Oliveira Aureliano, *Instituto Federal de Pernambuco*

Resumo. O estudo quanti-qualitativo possui como objetivo investigar os fatores que influenciam o ingresso e a permanência das mulheres na Computação, assim como identificar os desafios enfrentados e as estratégias adotadas ao longo de suas trajetórias acadêmicas e profissionais. A pesquisa foi guiada por meio de entrevistas semiestruturadas com 20 estudantes do gênero feminino na área de Computação, os dados foram analisados utilizando a técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (1977). Os resultados revelaram diversos determinantes que impactam a participação feminina, incluindo o apoio familiar, a afinidade com a tecnologia, motivações financeiras, flexibilidade e o fortalecimento por meio de redes de apoio. As conclusões destacam a importância de iniciativas que promovam a inclusão e o suporte contínuo, enfatizando a necessidade de estratégias para aumentar a representatividade feminina na Computação.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres. Computação. Gênero. Ingresso. Permanência.



Introdução

A presença feminina na Computação é caracterizada por um desenvolvimento intrincado na história, desde a contribuição pioneira de Ada Lovelace, considerada autora do primeiro algoritmo computacional no século XIX, até a atuação de mulheres durante a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria. Na década de 1970, elas eram maioria no setor (Silveira, 2018).

Contudo, esse cenário se transformou: segundo a edição do Mapa da Educação Superior de 2023 elaborado pelo SEMESP (Lima, 2023), apenas 16,5% das vagas nos cursos de Computação no Brasil são ocupadas por mulheres; além disso, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2020, 79% das mulheres que ingressam em cursos de TI (Tecnologia da Informação) abandonam a graduação no primeiro ano (VERX, 2022).

Esse panorama também se reflete no mercado de trabalho. Em 2021, o setor de Informação, Software, Serviços e Telecomunicações (ISSTIC) representou 2,18% dos empregos formais no Brasil, frente a 1,73% em 2015, correspondendo a um crescimento de 26,01%. Apesar da expansão, a participação feminina nessa área caiu de 38,1% para 35,6%, revelando uma redução de 2,1% (SOFTEX, 2024) e evidenciando a persistente sub-representação das mulheres nas áreas tecnológicas.

Para Michelle Perrot (2007), a revolução informática não apenas transformou a dinâmica das profissões na área, tornando-as mais técnicas e solitárias, mas também as associou predominantemente a um ambiente masculino. Uma mudança que levanta questões essenciais sobre a verdadeira igualdade de gênero na área, ainda em constante debate e investigação.

A construção social do gênero contém raízes profundas nas sociedades antigas, onde homens e mulheres recebiam papéis distintos desde a infância. Desde cedo, normas e expectativas moldam identidades e comportamentos, definindo categorias de gênero. Mais que características biológicas, o gênero é uma relação social inserida em um sistema simbólico que atribui significados e expectativas com base nas normas culturais (De Lauretis, 1987).

No contexto atual, barreiras sociais e históricas ainda

impactam as trajetórias de carreira das mulheres, especialmente em áreas STEM, onde seguem sub-representadas. As expectativas de gênero moldam percepções sobre aptidões e interesses de meninas e meninos, influenciando suas escolhas educacionais e profissionais (Eagly; Wood, 2013).

Por outro lado, ainda há lacunas no conhecimento sobre as circunstâncias que inicialmente atraem e motivam mulheres a permanecerem em carreiras de informática, visto que a literatura existente ainda oferece pouca visibilidade sobre experiências de sucesso feminino, apesar dos desafios enfrentados no setor. Há a necessidade de aprofundar a compreensão dos fatores que sustentam a permanência das mulheres na área, especialmente em seus percursos acadêmicos e profissionais, marcados por desafios estruturais e socioculturais (Machado, 2020).

O objetivo principal do presente estudo é identificar os fatores de ingresso e permanência de mulheres na área de TIC, compreendendo suas motivações, desafios e estratégias ao longo do percurso acadêmico e profissional.

O estudo está estruturado da seguinte forma: o Referencial Teórico, a revisão de Trabalhos Relacionados, o Percurso Metodológico, os Resultados e, por fim, a Discussão, que integra as descobertas à literatura e aponta implicações para a inclusão feminina na Computação.

Referencial teórico

Vieira *et al.* (2019) apontam que as escolhas profissionais femininas tendem a alinhar-se a normas sociais de gênero, valorizando estabilidade e flexibilidade para conciliar trabalho e vida doméstica. Esse padrão, sustentado por estereótipos, reforça a segregação ocupacional ao restringir a presença feminina a áreas tidas como “adequadas”, como saúde e educação. Além disso, mulheres em setores masculinizados enfrentam a exigência velada de adotar posturas tradicionalmente atribuídas aos homens, o que revela barreiras implícitas que limitam sua legitimação profissional e dificultam a ascensão a cargos de maior autonomia.

A família e a escola são instâncias centrais na formação dos



papéis de gênero desde a infância, influenciando diretamente escolhas profissionais futuras. Meninas e meninos são incentivados a adotar comportamentos considerados "apropriados" para seus gêneros (Lima *et al.*, 2017), reforçando estereótipos e limitando perspectivas profissionais femininas. Desde cedo, brinquedos também orientam crianças para papéis de gênero: meninos desenvolvem raciocínio lógico e espacial, enquanto meninas recebem brinquedos ligados ao ambiente doméstico (Amaral *et al.*, 2017).

A identidade profissional feminina é atravessada por normas de gênero que historicamente limitam a atuação das mulheres em profissões masculinizadas, reforçando barreiras de reconhecimento e valorização (Chies, 2010). Nas áreas STEM, essa dinâmica impacta a percepção de autoeficácia, entendida como a confiança na própria capacidade de alcançar sucesso. Segundo Saavedra, Taveira e Silva (2010), mulheres em ciência e tecnologia tendem a apresentar menor autopercepção de suas habilidades, influenciada pela internalização de estereótipos e pela escassez de modelos femininos, intensificando os desafios ao desenvolvimento profissional.

Embora a ampliação da inserção feminina no mercado de trabalho brasileiro tenha ganhado maior visibilidade a partir da década de 1970, impulsionada pela expansão do acesso ao emprego formal e ao ensino superior, esse processo ocorreu em um contexto histórico marcado por assimetrias estruturais persistentes, especialmente a desigualdade salarial e a segmentação ocupacional (Bruschini, 2007). Tal avanço, contudo, não se distribuiu de forma equitativa entre os diferentes campos profissionais, mantendo mecanismos de hierarquização que restringem a atuação feminina a áreas socialmente legitimadas.

Diante desse panorama, a evolução da presença feminina na Computação apresenta contornos singulares. Se, por um lado, a participação das mulheres foi central no desenvolvimento inicial da área, por outro, a retração observada a partir das décadas de 1960 e 1970 não pode ser atribuída a um desinteresse espontâneo. Trata-se, antes, de um processo gradual de resignificação sociocultural, marcado pela masculinização da tecnologia e pela consequente invisibilização das contribuições femininas (Ramos; Araújo, 2022; Menezes; Santos, 2021). A popularização dos computadores pessoais, associada a estratégias publicitárias voltadas

prioritariamente ao público masculino, consolidou a percepção da Computação como um campo masculino (Medeiros *et al.*, 2022).

Trabalhos relacionados

Diversos estudos têm se debruçado sobre a participação feminina em áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM), especialmente na Computação, comprovando as desigualdades estruturais que perpassam o ingresso, a permanência e o desempenho das mulheres nesse campo.

Dias (2016) evidencia que, embora a busca por melhores condições de vida motive muitas mulheres a ingressarem em áreas tecnológicas, elas enfrentam preconceitos e desigualdades salariais que se estendem desde a formação acadêmica até o ambiente profissional. Similarmente, Menezes e Santos (2021) apontam que a ciência moderna ainda é percebida como um território predominantemente masculino, o que contribui para a invisibilidade e a desvalorização das contribuições femininas em STEM.

Alguns estudos ressaltam o papel do incentivo e do apoio na trajetória feminina. Mello *et al.* (2023) destacam que apoio familiar e incentivo docente influenciam a escolha pela Computação e favorecem a permanência na área. Avelino *et al.* (2020) evidenciam que o encorajamento familiar molda percepções sobre tecnologia e decisões profissionais, enquanto Macedo *et al.* (2018) indicam que o contato prévio com tecnologias digitais, como computadores e videogames, desperta o interesse de meninas por áreas de exatas.

Apesar dos fatores de apoio citados, as barreiras estruturais ainda se fazem presentes. Bezerra, Macedo e Lopes (2023) argumentam que, ao adentrarem ambientes majoritariamente masculinos, as mulheres enfrentam desafios que transcendem as competências técnicas, exigindo resiliência para garantir seu espaço e reconhecimento profissional.

Embora a literatura apresente ampla discussão sobre evasão, barreiras de gênero e inserção profissional, persiste uma lacuna quanto à análise integrada dos fatores que influenciam o ingresso e a permanência das mulheres na Computação. Nesse sentido, o presente estudo busca contribuir para o preenchimento dessa lacuna



ao articular percepções, experiências e estratégias relatadas por mulheres da área de TIC, ampliando a compreensão de suas trajetórias formativas e profissionais.

Percurso metodológico

O presente estudo adota um enfoque quanti-qualitativo, conforme Machado (2023), que ressalta a integração das metodologias quantitativa e qualitativa para potencializar a análise. Essa abordagem permite mapear singularidades de cada perspectiva, complementando-as mutuamente. No trabalho, justifica-se pelo uso da análise de conteúdo, proposta por Bardin (1977), que possibilita a convergência entre dados numéricos e narrativos.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, que possibilitaram explorar experiências e perspectivas individuais das participantes, capturando as nuances dos fatores que influenciam a relação das mulheres com o campo de TIC. O roteiro, que alia estrutura e flexibilidade, orienta as perguntas conforme os objetivos da pesquisa, permitindo também a inclusão de questões espontâneas durante a interação, enriquecendo a coleta (Minayo; Costa, 2018).

Para um levantamento abrangente, o roteiro de entrevista contemplou identificação, infância, educação, influências familiares, formação e inserção profissional. Baseou-se em Machado (2020) e Mello *et al.* (2023), que empregaram entrevistas semiestruturadas sobre a participação feminina em TIC. O guia foi direcionado a alunas em fase final de cursos de Computação, enfocando desafios da transição para o mercado e perspectivas de apoio e ascensão na área.

A apuração de dados envolveu 20 estudantes do gênero feminino, sendo metade do IFPE, distribuídas em diferentes polos de Pernambuco, e as demais oriundas de outras instituições, em cursos presenciais e a distância. A predominância de participantes residentes no estado reflete a configuração territorial da amostra, condicionada pela maior disponibilidade das alunas e pela dificuldade de localizar estudantes de Computação em outras regiões. Embora apresente limitações territoriais, a amostra permitiu

uma análise aprofundada das trajetórias individuais e coletivas, em consonância com os objetivos do estudo.

Após a elaboração do roteiro, foi realizada uma entrevista piloto para avaliar a clareza das questões, a fluidez da coleta e a adequação ao objetivo da pesquisa. Aplicada a uma estudante de Computação do IFPE com perfil similar às participantes, essa etapa permitiu identificar ajustes, medir o tempo necessário e corrigir ambiguidades. Com base nas observações, o instrumento foi aprimorado para garantir maior precisão e relevância na coleta de dados do estudo principal.

Aspectos éticos na metodologia

Para garantir a conformidade da ética da pesquisa, todas as entrevistas foram conduzidas em observância aos princípios do consentimento livre e esclarecido. Segundo Rodrigues Filho, Prado e Prudent (2015), esse consentimento deve ser obtido após o fornecimento de informações claras e suficientes, possibilitando uma decisão consciente e autônoma por parte das participantes.

Foi elaborado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em formato eletrônico, disponibilizado por meio do Google Forms. O documento apresentava uma introdução sobre os objetivos e a natureza da pesquisa, a solicitação de dados pessoais básicos e uma declaração de confidencialidade, assegurando que todas as informações seriam utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos.

Antes da gravação das entrevistas, o TCLE foi apresentado e devidamente aceito de forma digital, garantindo o consentimento informado e voluntário das participantes, em consonância com os princípios éticos que regem a pesquisa com seres humanos.

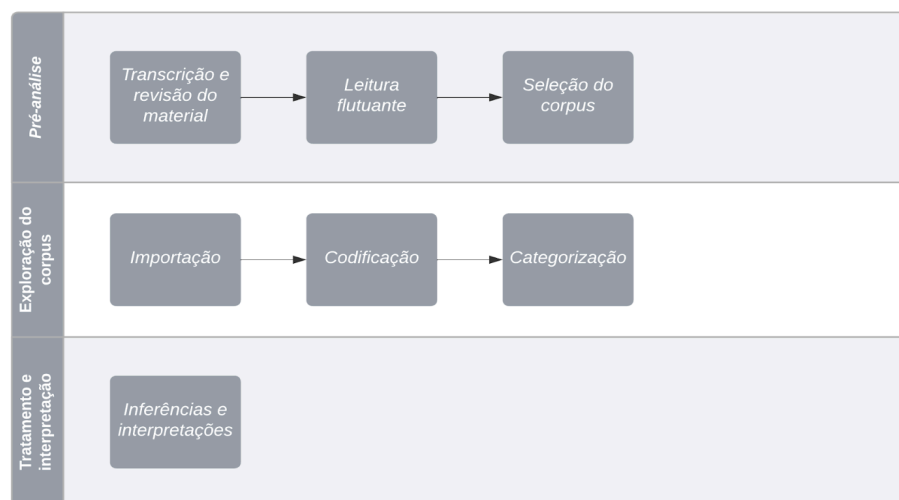
Análise de conteúdo

A análise das entrevistas foi conduzida segundo a metodologia de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977), amplamente empregada em pesquisas qualitativas por permitir a interpretação de significados implícitos nas narrativas e a identificação de padrões e



tendências nos discursos. Essa abordagem possibilitou compreender os fatores que influenciam o ingresso e a permanência das mulheres na Computação, bem como os desafios e estratégias presentes em suas formações acadêmicas e profissionais.

Fluxograma 1 - Estrutura do processo metodológico aplicado nas fases da Análise de Conteúdo



Fonte: elaborado pelas autoras (2024).

No presente trabalho, o processo analítico seguiu as três fases clássicas descritas por Bardin (1977): 1) pré-análise; 2) exploração do *corpus*; e 3) tratamento e interpretação dos resultados.

Na pré-análise, realizou-se a transcrição das entrevistas com o auxílio da ferramenta Whisper (OpenAI), seguida de revisão manual para garantir a fidelidade ao conteúdo original. Em seguida, efetuou-se a leitura flutuante, que possibilitou uma primeira aproximação com o *corpus* e a identificação de temas recorrentes relacionados aos objetivos da pesquisa. A partir dessa leitura, foram selecionados os trechos que abordavam os fatores de ingresso, permanência e êxito das participantes na área de TIC, bem como suas motivações, desafios e barreiras enfrentadas.

Na segunda fase, correspondente à exploração do material, as

entrevistas foram importadas e analisadas com o apoio do software ATLAS.ti, que auxiliou na organização, codificação e categorização sistemática dos dados. O conteúdo foi segmentado em unidades de registro (palavras, frases ou trechos relevantes), priorizando o significado semântico das expressões.

Assim, foram atribuídos códigos representativos aos temas emergentes identificados na leitura inicial, os quais foram posteriormente agrupados em categorias temáticas com base em critérios de similaridade e alinhamento ao referencial teórico. Esse processo permitiu estruturar o *corpus* em conjuntos coerentes de significados, evidenciando padrões, recorrências e contrastes nas narrativas das participantes.

Por fim, a última etapa da análise concentrou-se na interpretação das condições que influenciam o ingresso e a permanência das mulheres na área de TIC. Esse processo favoreceu uma leitura abrangente dos resultados, permitindo sua integração crítica com a literatura e contribuindo para a validação das conclusões. A interpretação iniciou-se com a explanação das categorias emergentes, visando compreender os significados atribuídos pelas participantes às suas experiências no setor de TI. Considerou-se não apenas a frequência dos temas, mas também as nuances e variações nas respostas, o que permitiu identificar padrões e tendências coletivas.

Resultados

A análise dos dados agrupou os relatos das 20 estudantes em categorias centrais. Essas categorias, baseadas na frequência dos temas, revelam padrões essenciais para a discussão. Logo, esta seção foi organizada conforme o roteiro da entrevista, propiciando uma compreensão linear das narrativas, assim facilitando a análise integrada das etapas da formação profissional.

Aspectos demográficos

A **Tabela 1** apresenta dados das 20 estudantes participantes.



Para preservar a privacidade, foram usados nomes fictícios inspirados na lista das 50 mulheres mais influentes em tecnologia, publicada pela Forbes (2018). Essa medida assegura o anonimato das entrevistadas, alinhando-se às normas éticas, ao mesmo tempo que homenageia figuras que simbolizam a diversidade e representatividade feminina na área de TI.

Tabela 1 - Aspectos demográficos por entrevistada

Entrevistada	Idade	Cor/Raça	Renda Mensal
Jasmine	29	Branca	R\$ 1.001,00 a R\$ 3.000,00
Sue	23	Preta	R\$ 1.001,00 a R\$ 3.000,00
Joy	41	Parda	Preferiu não declarar
Sarah	23	Preta	R\$ 1.001,00 a R\$ 3.000,00
Karen	38	Parda	Preferiu não declarar
Ursula	21	Preta	R\$ 1.001,00 a R\$ 3.000,00
Jennifer	22	Branca	Até R\$ 1.000,00
Rana	27	Parda	Até R\$ 1.000,00
Amy	33	Preta	R\$ 1.001,00 a R\$ 3.000,00
Maria	28	Parda	Até R\$ 1.000,00
Jade	20	Branca	R\$ 1.001,00 a R\$ 3.000,00
Monique	20	Preta	Até R\$ 1.000,00
Katie	25	Branca	Preferiu não declarar
Sofie	25	Preta	R\$ 1.001,00 a R\$ 3.000,00
Helena	31	Preta	R\$ 1.001,00 a R\$ 3.000,00
Patricia	34	Preta	R\$ 5.001,00 a R\$ 7.000,00
Anita	29	Branca	Até R\$ 1.000,00
Christine	29	Parda	R\$ 5.001,00 a R\$ 7.000,00
Pauline	26	Branca	Até R\$ 1.000,00
Michelle	21	Parda	R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00

Fonte: elaborado pelas autoras (2025).

Quanto aos atributos demográficos, a amostra apresenta distribuição etária heterogênea, predominando a faixa etária de 25 a 34 anos. Sete participantes (35%) têm entre 18 e 24 anos, 11 (55%) entre 25 e 34 anos, e 2 (10%) entre 35 e 44 anos. A média de idade é 27,5 anos, indicando um perfil de jovens adultas em fase de consolidação acadêmica e início de carreira em TIC.

Em relação à identificação por cor/raça, a amostra revela diversidade: 40% (8) declararam-se pretas, 30% (6) pardas e 30% (6) brancas. A predominância de alunas negras evidencia a representatividade na área, onde questões de gênero e raça influenciam o acesso e a permanência em um campo hegemonicamente masculino e estruturalmente desafiador. Apesar do crescimento da presença feminina e negra na Computação, persistem barreiras, especialmente no acesso a posições de liderança. Esse ponto foi ressaltado por uma das entrevistadas, que trouxe uma reflexão crítica acerca dos desafios enfrentados por grupos minorizados no campo da Computação:

Eu acho que existem muitos programas que visam tanto atrair mulheres quanto tentar desenvolver mulheres. Mas entra muito na questão racial também, que é tipo, a gente vai colocar essas pessoas, mas elas só vão ser base, tá? Tipo, você não vai virar liderança quase nunca. (Amy)

Tabela 2 - Informações institucionais sobre as entrevistadas

Entrevistada	Instituição	Curso
Jasmine	IFPE	Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Sue	IFPE	Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Joy	IFPE	Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Sarah	IFPE	Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Karen	IFPE	Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Ursula	IFPE	Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Jennifer	IFPE	Sistemas para Internet
Rana	IFPE	Sistemas para Internet
Amy	UFPE	Sistemas de Informação
Maria	IFPE	Sistemas para Internet
Jade	UFPE	Sistemas de Informação
Monique	UFPE	Sistemas de Informação
Katie	UFPE	Sistemas de Informação
Sofie	UNINASSAU (PE)	Engenharia da Computação
Helena	Descomplica (PE)	Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Patricia	UNIVESP	Engenharia da Computação
Anita	UNOPAR (ES)	Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Christine	SENAC (SC)	Engenharia de Software
Pauline	Descomplica (PE)	Sistemas de Informação
Michelle	IFPE	Análise e Desenvolvimento de Sistemas

Fonte: elaborado pelas autoras (2025).



Influência e incentivo familiar na carreira

Tabela 3 - Histórico educacional e ocupação profissional dos responsáveis

Entrevistada	Escolaridade (Responsáveis)	Ocupação Profissional (Responsáveis)
Jasmine	Mãe - fundamental incompleto Pai - fundamental incompleto	Mãe - dona de casa Pai - aposentado
Sue	Mãe - superior completo	Mãe - analista de Recursos Humanos
Joy	Mãe - fundamental incompleto Pai - fundamental incompleto	Mãe - bordadeira Pai - caminhoneiro
Sarah	Mãe - médio completo Pai - médio completo	Mãe - auxiliar de cozinha Pai - operador de sinalização
Karen	Mãe - médio completo Pai - médio completo	Mãe - artesã Pai - sargento
Ursula	Mãe - médio completo Pai - médio completo	Mãe - professora Pai - autônomo
Jennifer	Mãe - técnico incompleto Pai - médio completo	Mãe - enfermeira Pai - torneiro mecânico
Rana	Mãe - fundamental incompleto Pai - fundamental incompleto	Mãe - dona de casa
Amy	Mãe - fundamental incompleto	Mãe - auxiliar de serviços gerais
Maria	Mãe - fundamental incompleto Pai - fundamental incompleto	Mãe - dona de casa Pai - comerciante
Jade	Mãe - superior completo Pai - superior completo	Mãe - dentista Pai - engenheiro civil
Monique	Mãe - médio completo Pai - médio completo	Mãe - confeiteira Pai - tesoureiro
Katie	Mãe - superior completo Pai - médio completo	Mãe - professora Pai - eletricitista
Sofie	Mãe - médio completo Pai - superior completo	Mãe - auxiliar de serviços gerais Pai - psicólogo/auxiliar de combate a endemias
Helena	Mãe - superior completo Pai - médio completo	Mãe - administradora Pai - administrador
Patricia	Mãe - médio completo Pai - técnico completo	Mãe - sem ocupação Pai - funcionário público
Anita	Mãe - fundamental incompleto Pai - fundamental incompleto	Mãe - empreendedora Pai - motorista
Christine	Avó - fundamental incompleto Mãe - superior completo Pai - superior completo	Avó - vendedora Mãe - professora Pai - economista
Pauline	Mãe - superior completo Pai - superior completo	Mãe - enfermeira Pai - administrador
Michelle	Mãe - superior completo Pai - médio completo	Mãe - administradora Pai - administrador

Fonte: elaborado pelas autoras (2025).

Em relação à escolaridade, observa-se que: 37,5% das entrevistadas possuem responsáveis que completaram o ensino médio; 27,5% têm responsáveis cujo nível educacional se limita ao ensino superior completo; 25% relataram que os responsáveis concluíram apenas o ensino fundamental incompleto; e 10% mencionaram que os responsáveis possuem curso técnico.

Figura 1 - Influência familiar na carreira



Fonte: elaborado pelas autoras (2025).

Como observado, há pouca presença de profissionais da área de tecnologia entre os responsáveis, sendo que apenas três entrevistadas relataram ter parentes atuantes no setor. Ainda assim, o apoio familiar mostrou-se relevante em suas trajetórias. Foram registradas 33 menções a incentivo aos estudos e ao desenvolvimento profissional, mesmo sem influência direta na escolha pela área de TI. Além disso, cinco ocorrências indicaram cobranças quanto ao desempenho acadêmico e à inserção no mercado de trabalho, enquanto 11 destacaram autonomia na decisão pelo curso.

Adicionalmente, 6 ocorrências evidenciaram manifestações de preconceito de gênero no âmbito familiar, expressas por resistências ou questionamentos iniciais sobre a adequação das entrevistadas à



área. Apesar da baixa familiaridade dos responsáveis com o setor de TI, o incentivo à educação revelou-se unânime entre os relatos.

Mesmo entre as entrevistadas sem influência direta na escolha pela carreira em TI, a ausência de oposição familiar foi proeminente. Ursula relatou incentivo à educação em geral, sem direcionamento específico à área: “Me incentivaram a estudar, mas não necessariamente a seguir na área de TI [...]”. De forma semelhante, Sarah afirmou: “Eles me deixaram livre, mas sempre reforçaram que eu precisava estudar”. Esses relatos mostram que, apesar da pouca familiaridade das famílias com tecnologia, prevaleceu o apoio à educação. Em casos pontuais, como o de Jasmine, “[...] mas, pelo meu pai, eu estaria estudando Direito, né?”, surgiram expectativas direcionadas, mas a maioria teve liberdade para seguir suas próprias aspirações.

Em contraste, seis relatos apontaram preconceito de gênero no ambiente familiar, refletindo resistência à escolha pela área de TI, ainda vista como masculina. Jade relatou: “Quando eu cheguei com a ideia, eles ficaram com muito pé atrás [...] que eu ia sofrer muito preconceito [...]”, ilustrando os obstáculos enfrentados por mulheres ao desafiar estereótipos. Pauline afirmou: “[...] Principalmente meu pai. A dinâmica muito machista na cabeça dele... A mulher cuida das coisas em casa [...] já o meu irmão [...] pode estudar, trabalhar [...]”. A fala evidencia a desigualdade de expectativas entre filhos e filhas, reforçando papéis tradicionais que limitam a presença feminina no mercado de trabalho.

Fatores de ingresso

Figura 2 - Fatores de ingresso para a área de Computação



Fonte: elaborado pelas autoras (2025).

A flexibilidade surgiu como um fator central, com 20 ocorrências mencionando a autonomia e a liberdade proporcionadas pela área de TI (seja pela possibilidade de atuar em diferentes segmentos, acessar oportunidades internacionais ou gerir a própria rotina, especialmente com o trabalho remoto). Como destacou Rana: “Acho que eu vi as possibilidades de que a nossa área poderia levar... tanto em questão de vida, quanto em questão de independência, né?”. Michelle e Anita também ressaltaram o encanto pela flexibilidade do home office: “O fato da tecnologia me possibilitar trabalhar em home office, isso me encantou muito” (Michelle); “O fato de poder trabalhar home office foi um fato que também me incentivou bastante a começar a estudar” (Anita).

A afinidade com tecnologia também atuou como elemento decisivo, fator destacado em 16 ocorrências. Essa percepção foi mencionada por Sue da seguinte forma: “Quando eu me vi ali na tecnologia estudando, eu disse 'é isso' [...]”. De forma equivalente, a influência familiar ou social também foi citada 16 vezes, manifestando-se por meio de incentivos de parentes, colegas já



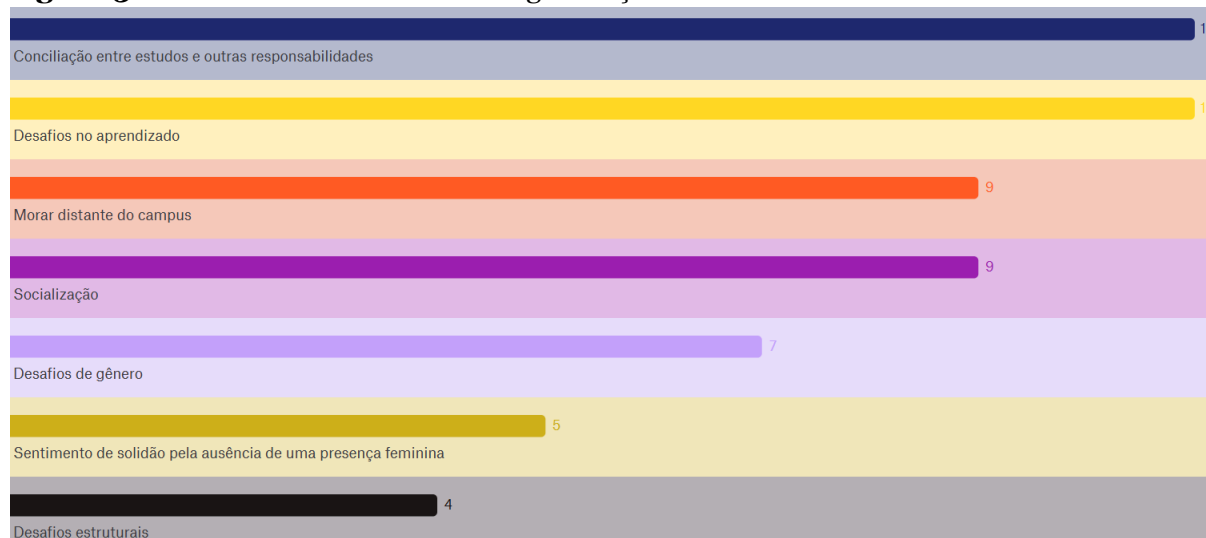
inseridos no campo ou contato com profissionais da área. Helena, por exemplo, mencionou a inspiração vinda do irmão: “Eu via muito meu irmão trabalhando na área [...]”. Já Sofie relatou: “Tenho uma amiga que já era da área [...] e ela sempre me incentivou [...]”.

Outro fator recorrente foi a disponibilidade de oportunidades acessíveis para formação em tecnologia, exemplificada por Karen: “Quando vi a chance de tentar entrar com a minha nota da escola, decidi tentar [...]”. Sete ocorrências destacaram a pandemia como impulso, devido à adaptação digital e à valorização da TI. Também foram ressaltadas as perspectivas de crescimento profissional: sete mencionaram a valorização do mercado de trabalho, sete a motivação financeira pelas boas condições de empregabilidade, seis aspirações de carreira, e apenas uma buscou equilíbrio entre vida profissional e familiar na escolha da área.

Desafios enfrentados durante a graduação

Apesar de uma porcentagem considerável das entrevistadas relatar ter recebido incentivos institucionais em algum momento, suas vivências também foram marcadas por desafios significativos. A conciliação entre estudos e outras responsabilidades destacou-se, com 11 menções à dificuldade de equilibrar o curso com a vida pessoal e profissional.

Figura 3 - Dificuldades enfrentadas na graduação



Fonte: elaborado pelas autoras (2025).

A exigência técnica da área de TI demandou grande dedicação, e 11 participantes relataram dificuldades em disciplinas específicas, como lógica de programação e cálculo. Michelle expressou: “Às vezes eu me sentia um pouco para baixo. ‘Por que o fulano consegue entender isso e eu não?’”. Além disso, 4 depoimentos evidenciaram falta de direcionamento, gerando insegurança e incertezas, como exemplificado por Karen: “Tinha coisa que eu não sabia nada... realmente eu não sabia nada de programação...”.

A desigualdade de gênero também foi um desafio recorrente na graduação, mencionada em 7 relatos que ressaltam a predominância masculina, como apontou Monique: “Minha sala só tinha duas meninas, eu e outra, e o resto eram homens”. Sue evidenciou a necessidade de se impor para conquistar respeito: “Às vezes até ser um pouco rígida ou ríspida”. Além disso, 5 participantes expressaram sentimento de solidão pela ausência de uma presença feminina significativa, como em uma das declarações: “Mas eu gostaria de ter uma presença feminina aqui, sabe? Para conversar sobre alguma coisa que está incomodando ou não” (Jade).

A socialização no curso também foi um desafio para nove participantes, que relataram dificuldades em integrar grupos devido a diferenças de interesses, falta de networking, espaços pouco inclusivos e dinâmicas sociais que as excluem. Jennifer exemplifica: “Sempre sou a única mulher do grupo, acabam me sobrecarregando,



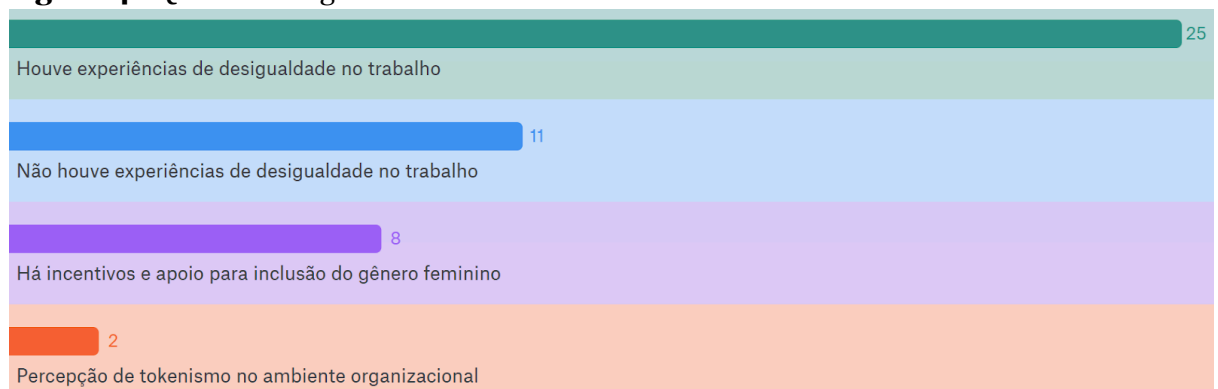
esperando que eu faça mais do que os outros”. Amy relatou: “Na engenharia, as meninas faziam os relatórios e os meninos programavam, o que nos deixava atrás em código”.

Além do mais, obstáculos estruturais também impactaram a experiência das estudantes: quatro relatos indicaram limitações como falta de turnos alternativos e problemas com transporte; nove mencionaram a distância do campus como agravante.

Carreira profissional e desigualdade de gênero no ambiente de trabalho

A trajetória profissional das entrevistadas revela distintos estágios de inserção no setor de Computação, abrangendo mulheres já atuantes, em processo de transição e aquelas que ainda buscam a primeira oportunidade. Do total, três participantes migraram de outra carreira e atuam há mais tempo na área, uma realizou a transição recentemente, seis ingressaram diretamente na TI como primeira experiência profissional, sete encontram-se em transição e três ainda não atuam no setor.

Figura 4 - Questões de gênero no ambiente de trabalho



Fonte: elaborado pelas autoras (2025).

Quando as entrevistadas que atuam em TI foram questionadas sobre gênero no trabalho, observou-se um contraste entre esforços institucionais e desigualdades persistentes. O apoio à inclusão

feminina apareceu em oito ocorrências, destacando incentivos e iniciativas de diversidade. Sarah relatou que “mais de 90% das contratações foram de mulheres” no programa da empresa, enquanto Amy mencionou grupos de apoio internos para mulheres e pessoas negras, voltados à troca de experiências e suporte.

Apesar desses esforços, 26 ocorrências apontaram desigualdade de gênero, expressa por obstáculos à progressão profissional, episódios de preconceito e desvalorização do trabalho feminino. Jade relatou que um cliente “não confiava no trabalho porque eram mulheres”, enquanto Monique descreveu situações em que suas contribuições eram ignoradas em reuniões, sendo direcionadas a colegas homens: “Respondia ao cliente, ele me ignorava e perguntava a outro, geralmente homem, me deixando escanteada”. Esses relatos evidenciam que, mesmo diante de políticas institucionais, práticas discriminatórias ainda persistem no cotidiano profissional.

Em contrapartida, dez relatos afirmaram não ter vivenciado desigualdade direta no ambiente de trabalho. Christine destacou a experiência em um contexto mais acolhedor: “Vim de uma experiência ruim, mas aqui está sendo muito bacana, pessoas amáveis”. Semelhantemente, Rana afirmou: “Nunca me senti destrutada”, enquanto Ursula relatou: “Fico desconfortável, mas nunca me senti inferior”. Esses depoimentos indicam que, embora a baixa representatividade feminina gere desconforto, a ausência de discriminação explícita sugere a existência de ambientes organizacionais mais respeitosos.

Ademais, duas ocorrências apontaram percepção de tokenismo nas organizações, indicando que algumas iniciativas de diversidade podem ser superficiais, sem promover mudanças efetivas na cultura organizacional ou no avanço profissional das mulheres em TIC.

Percepções sobre a área de TIC

Embora duas entrevistadas não tenham vivenciado preconceito direto, ambas reconhecem os desafios das mulheres no setor. A baixa representatividade feminina é evidente, com 28 ocorrências destacando a predominância masculina em ambientes acadêmicos e



profissionais. Ursula comentou: “A diferença gritante já começa na sala de aula... No trabalho também, sempre tem muito mais homens do que mulheres.” Jennifer reforçou: “Quando eu entrei, pensei que em 2023 não seria assim, mas tive um choque: ainda havia poucas mulheres.”

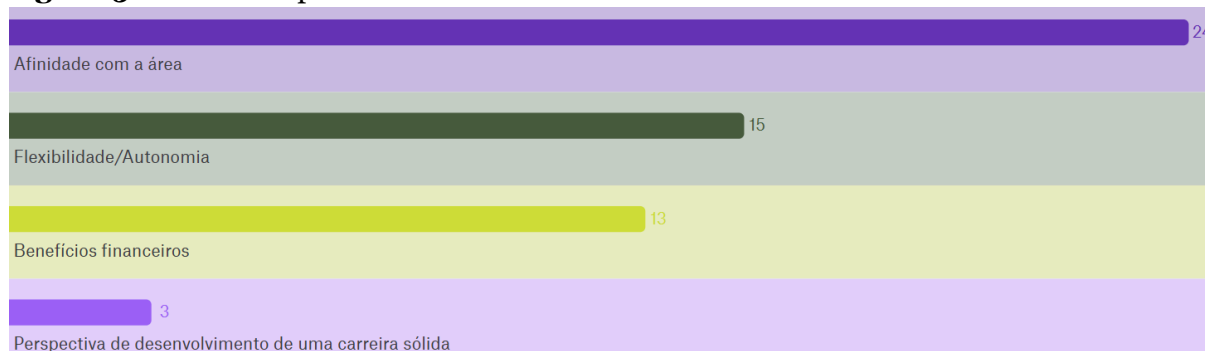
A percepção sobre a inclusão feminina evidencia desafios de gênero, com 7 ocorrências destacando barreiras persistentes, e reconhece iniciativas que aumentam a visibilidade das mulheres, com 8 ocorrências. A presença feminina crescente, embora ainda desproporcional, foi mencionada 4 vezes, refletindo uma visão progressista, porém cautelosa, sobre a equidade de gênero.

Seis menções destacaram a TI como um campo de múltiplas possibilidades profissionais, com flexibilidade e diversidade de atuação. Contudo, a predominância masculina permanece evidente, com treze relatos apontando que o setor ainda é majoritariamente ocupado por homens. Além disso, quatro ocorrências indicaram que processos de contratação e promoção dependem de redes de relacionamento majoritariamente masculinas, reforçando barreiras estruturais, e três relatos apontaram a influência de estereótipos de gênero nas dinâmicas profissionais, afetando a percepção e o tratamento das mulheres no ambiente de trabalho.

Fatores de permanência

Conforme abordado na seção precedente, uma parcela considerável manifestou ter cogitado, em determinado momento, abandonar o curso ou a carreira em tecnologia, motivadas por desafios internos e externos. Contudo, ao serem indagadas acerca dos motivos que as impulsionam a permanecer na área, emergiu um conjunto de fatores que atuam como potentes estímulos para a sua continuidade e progressão profissional.

Figura 5 - Fatores de permanência



Fonte: elaborado pelas autoras (2025).

O aspecto mais mencionado nas entrevistas foi a afinidade com a área de tecnologia, citada em 24 relatos. Muitas participantes demonstraram forte interesse pela Computação, o que as motiva a persistir mesmo diante de adversidades, funcionando como um fator de resiliência. Jasmine resumiu: “A tecnologia, eu posso dizer, é um mundo. Tem muito mais a ver comigo do que qualquer outra área”. O dinamismo do setor também estimula o desenvolvimento pessoal e profissional, como destacam Anita: “É uma área que me impulsiona a melhorar sempre [...], depende do quanto você está se empenhando”, e Pauline: “É uma área em que eu me encontro, gosto muito. Não é chato passar horas estudando, resolvendo um problema”.

Outro ponto enfatizado foi a flexibilidade e a autonomia na TI, mencionadas 15 vezes. A possibilidade de trabalhar remotamente, definir horários e atuar em diferentes setores torna a tecnologia uma opção atrativa. Patricia exemplifica: “Eu ouvia falar sobre nômades digitais, mas era muito fora da minha realidade. E hoje eu posso dizer que, se eu quiser ir lá, falar que vou viajar e vou conhecer outras coisas, eu consigo fazer, porque eu trabalho remoto”.

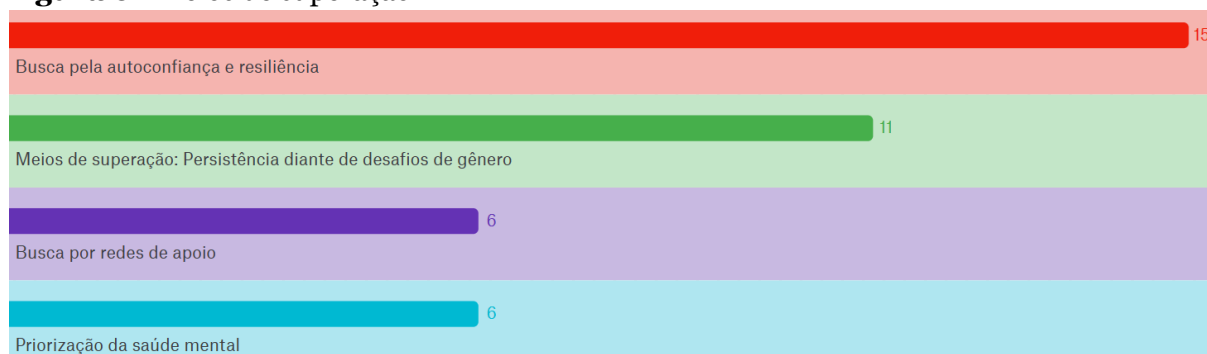
Remunerações atrativas e benefícios financeiros foram apontados em 13 relatos como fatores decisivos para a permanência na área, especialmente em função dos altos salários e da perspectiva de melhoria das condições de vida, que se mantêm como incentivos mesmo diante dos desafios enfrentados. De forma menos recorrente, a possibilidade de desenvolvimento de uma carreira sólida também foi mencionada, aparecendo em três ocorrências.



Meios de superação

A análise evidenciou estratégias mobilizadas pelas participantes para enfrentar os desafios vivenciados em suas trajetórias na Computação. Destacam-se comportamentos associados à persistência diante de adversidades de gênero e de aprendizagem, bem como à busca contínua por desenvolvimento pessoal e profissional.

Figura 6 - Meios de superação



Fonte: elaborado pelas autoras (2025).

A autoconfiança e a resiliência configuraram-se como os principais meios de superação, mencionados em 15 ocorrências. Frente a obstáculos acadêmicos, à inserção profissional e às desigualdades de gênero, as entrevistadas relataram que acreditar em suas próprias capacidades foi decisivo para a permanência na área, compreendendo os desafios como transitórios. Michelle sintetiza essa perspectiva ao afirmar: “Estou aprendendo a ser mais leve comigo, entender que meu tempo de aprendizado pode ser diferente do de outros, e que tudo bem.”

As barreiras relacionadas ao gênero também emergiram de forma recorrente, com 11 menções, exigindo a constante legitimação de competências em um campo historicamente masculinizado, frequentemente por meio do investimento contínuo na formação técnica. Sarah observa: “A única solução é estudar, porque nunca

vamos nos sentir confiantes o suficiente para competir com o homem.” O relato evidencia o esforço adicional requerido para o reconhecimento profissional.

Outros meios de superação mencionados incluíram o compromisso com o aprendizado contínuo (cinco ocorrências), a atuação de redes de apoio institucionais e informais (seis menções) e o cuidado com a saúde mental, por meio do autocuidado, igualmente recorrentes nos depoimentos.

Discussão

Pode-se inferir que a presença de responsáveis com escolaridade limitada ao ensino fundamental indica que, para muitas entrevistadas, a escolha pela Computação não contou com referência familiar direta. Ainda assim, todas relataram apoio ao desenvolvimento educacional e profissional, independentemente do conhecimento familiar sobre tecnologia. Almeida e Melo-Silva (2021) destacam que a influência parental pode se manifestar tanto por ações concretas, como suporte financeiro e incentivo, quanto por acolhimento emocional e validação das escolhas. A ausência de imposição familiar, segundo os autores, favorece a autonomia, evidenciada nos relatos, que valorizam de forma geral os estudos mais do que uma orientação profissional específica.

Ao citarem os fatores que motivaram a entrada na TI, as entrevistadas relataram trajetórias diversas, marcadas por afinidade com a tecnologia, busca por flexibilidade, apoio familiar e perspectivas favoráveis do mercado. Esses achados dialogam com Aguiar (2006), que compreende a escolha profissional como um processo social e subjetivo, e com Dias (2016), ao evidenciar que a inserção feminina na área envolve não apenas motivações econômicas, mas também identificação com as ciências exatas, interesse por inovação e desejo de atuação criativa e transformadora.

A flexibilidade mencionada pelas entrevistadas relaciona-se ao desejo de autonomia e liberdade, com destaque para modalidades como home office e horários flexíveis. Contudo, apenas uma participante citou explicitamente o equilíbrio entre vida pessoal e profissional como motivação, em contraste com dados do LinkedIn



(Abrantes, 2013), que apontam esse fator como prioridade para 63% das mulheres globalmente. Tal divergência pode indicar uma reconfiguração de expectativas femininas no trabalho, sinalizando um afastamento de estereótipos ligados ao papel doméstico.

A predominância masculina nos cursos de TI, a subestimação das competências técnicas femininas e a baixa representatividade são desafios recorrentes na formação. Ademais, Ramos e Araújo (2022) apontam o machismo como fator de desigualdade no espaço acadêmico. Soma-se a isso a dificuldade de conciliar estudos com responsabilidades pessoais, gerando sobrecarga e desmotivação (Santos; Marczak, 2023). Por fim, obstáculos em disciplinas como lógica e cálculo, conforme Sales *et al.* (2017), podem provocar desânimo e contribuir para a evasão.

Trauth (2002) lança luz sobre as dificuldades das mulheres em TI, como exclusão, estereótipos negativos e falta de modelos, que geram sentimentos de inadequação e isolamento num ambiente predominantemente masculino, desafios também mencionados pelas entrevistadas. Contudo, a persistência e a resiliência surgem como fatores essenciais para superar tais adversidades, configurando-se não apenas como enfrentamento das barreiras externas, mas como resistência interna a um sistema historicamente excludente.

Embora algumas participantes tenham mencionado programas corporativos de incentivo e contratação de minorias, como mulheres, persistem relatos de discriminação e preconceito de gênero. Essa constatação corrobora Medeiros *et al.* (2022), que apontam que a Computação carrega estereótipos culturais historicamente consolidados, os quais impactam tanto o ingresso quanto a permanência feminina no domínio. Por outro lado, algumas entrevistadas relataram experiências positivas em ambientes organizacionais inclusivos. Santos (2025) ressalta que políticas afirmativas são essenciais para promover uma cultura que valorize as mulheres, ampliando sua permanência e ascensão no setor tecnológico.

Nos relatos, 22 ocorrências indicaram a possibilidade de desistência do curso ou da área, motivada por fatores internos e externos. As entrevistadas enfrentam desafios como dificuldades em disciplinas-chave (programação e lógica), sobrecarga ao conciliar

trabalho e vida pessoal, além de barreiras de gênero. A falta de autoconfiança e a escassez de oportunidades de estágio e emprego intensificam o desânimo e contribuem para a evasão (Bezerra; Macedo; Lopes, 2023; Santos; Marczak, 2023). A síndrome do impostor, comum entre mulheres em STEM, manifesta-se na subestimação das próprias habilidades, comprometendo a permanência, especialmente diante da baixa representatividade feminina, que dificulta a construção de referências inspiradoras (Guenes *et al.*, 2024).

Embora a evasão feminina ocorra em diversas áreas de STEM, a Computação apresenta especificidades socioculturais. Diferente de outras Engenharias e Ciências Exatas, é marcada por socialização tecnológica precoce masculinizada, em que homens chegam ao ensino superior com maior familiaridade com computadores e programação, enquanto mulheres apresentam menor autoeficácia técnica (Amaral *et al.*, 2017). Estereótipos históricos associam a área a um perfil masculino, isolado e obsessivo, afetando ingresso e permanência (Medeiros *et al.*, 2022). A baixa representatividade em salas e ambientes profissionais intensifica isolamento, necessidade de validação e estratégias adaptativas mais intensas do que em outras áreas técnicas (Bezerra; Macedo; Lopes, 2023).

Constata-se que as especificidades socioculturais atribuídas à Computação pela literatura se refletem diretamente nas experiências das entrevistadas. As dificuldades em disciplinas de base lógica, associadas à insegurança e à percepção de desvantagem inicial, evidenciam a assimetria da socialização tecnológica prévia, fragilizando a autoeficácia diante da percepção de que outros estudantes já ingressavam com conhecimentos anteriores. Ademais, a baixa representatividade feminina produziu experiências recorrentes de isolamento acadêmico, tensionando o sentimento de pertencimento e revelando um legado histórico de apagamento simbólico das mulheres na Computação, expresso na escassez de referências e na naturalização da masculinização do campo. Tal herança atravessa as trajetórias formativas contemporâneas e evidencia a insuficiência de iniciativas pontuais, reforçando a necessidade de estratégias institucionais capazes de incidir estruturalmente sobre a cultura acadêmica e profissional da área.



Considerações finais

O estudo investigou os fatores que influenciam o ingresso e a permanência das mulheres na Computação, a partir das experiências de estudantes da área. Os resultados revelam desafios estruturais e individuais, ligados a gênero e suporte social, assim como elementos que favorecem sua permanência. Mais do que mapear dificuldades e oportunidades, a pesquisa destaca a força e a resiliência dessas mulheres, que desafiam normas e reconfiguram espaços, afirmando sua presença e impacto no setor tecnológico.

Quanto aos fatores determinantes para o ingresso, evidenciou-se que, apesar da predominância do interesse pessoal e da afinidade com a tecnologia, a busca por maior estabilidade financeira e flexibilidade profissional também figura como motivação relevante. No âmbito da graduação, destacaram-se adversidades relacionadas ao ambiente de gênero e à necessidade de conciliar múltiplas responsabilidades, apontadas como desafios significativos. Ainda assim, a quase totalidade das participantes manifestou identificação com o curso e sentimento de pertencimento à área de tecnologia, frequentemente reforçados pela afinidade com o campo e pelo dinamismo da profissão, elementos essenciais para a sua permanência.

Como sugestão para investigações futuras, propõe-se a ampliação do escopo da pesquisa para abranger uma diversidade maior de participantes, contemplando mulheres de diferentes estados e contextos regionais, de modo a possibilitar uma análise mais ampla e territorialmente diversa das experiências femininas na Computação. Além disso, recomenda-se a inclusão de mulheres egressas e de profissionais com trajetórias mais consolidadas na área de tecnologia, com o objetivo de investigar fatores associados ao sucesso profissional. Tal abordagem pode contribuir para a identificação de modelos femininos de sucesso, capazes de atuar como referências e inspirar novas gerações de mulheres na área.

Referências

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de. A escolha na orientação profissional: contribuições da psicologia sócio-histórica. **Psicol. Educ.**, São Paulo, n. 23, p. 11–25, dez. 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752006000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 24 jan. 2025.

ABRANTES, Talita. O que as mulheres querem para a carreira, segundo o LinkedIn. **EXAME**, [S.l.], abr. 2013. Disponível em: <https://exame.com/carreira/o-que-as-mulheres-querem-para-a-carreira-segundo-o-linkedin>. Acesso em: 13 set. 2024.

ALMEIDA, Fabiana Hilário de; MELO-SILVA, Lucy Leal. Influência dos pais no processo de escolha profissional dos filhos: uma revisão da literatura. **Psico-USF**, [S.l.], v. 16, n. 1, p. 75–85, abr. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-82712011000100009>.

AMARAL, Marília Abrahão *et al.* Investigando questões de gênero em um curso da área de Computação. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, n. 2, p. 857–874, maio 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n2p857>.

ATLAS.ti. **ATLAS.ti Web: software de análise qualitativa de dados**. Disponível em: <https://atlasti.com>. Acesso em: 22 nov. 2024. [software].

AVELINO, Meirylane Rosa Emidio *et al.* Factors affecting female students motivation related to enrollment and retention in information technology courses. **CLEI Electronic Journal**, [S.l.], v. 22, n. 2, p. 1–11, fev. 2020. DOI: <https://doi.org/10.19153/cleiej.22.2.8>.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.



BARROS, Suzane Carvalho da Vitória; SILVA, Luciana Mourão Cerqueira e. Panorama da participação feminina na Educação Superior, no mercado de trabalho e na Sociedade. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, p. 1-11, out. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30174090>.

BEZERRA, Carla Ilane Moreira; MACEDO, Maria Alice de Souza; LOPES, Kassia Cristina de Sousa. Fatores e dificuldades que influenciam na entrada e permanência das mulheres na área de TI. In: WOMEN IN INFORMATION TECHNOLOGY (WIT), 17., 2023, João Pessoa, PB. **Anais...** Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2023. p. 148–158. DOI: <https://doi.org/10.5753/wit.2023.230896>.

BRUSCHINI, Maria Cristina. Aranha.. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 537–572, set. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300003>.

CHIES, Paula Viviane. Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 507–528, maio/ago. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000200013>.

DIAS, Sara de Lima. A escolha feminina na área das profissões tecnológicas: impactos na subjetividade. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v. 9, n. 33, p. 3–21, jan./jun. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.3895/cgt.v9n33.6191>.

EAGLY, Alice H.; WOOD, Wendy. The nature–nurture debates: 25 years of challenges in understanding the psychology of gender. **Perspectives on Psychological Science**, [S.l.], v. 8, n. 3, p. 340–357, mai. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1177/1745691613484767>.

FORBES. **As mulheres mais notáveis da tecnologia**. Forbes, [S.l.], 2018. Disponível em: <https://forbes.com.br/listas/2018/11/as-mulheres-mais-notaveis-da-tecnologia>. Acesso em: 28 jan. 2025.

GUENES, Paloma *et al.* Impostor phenomenon in software engineers. *In: IEEE/ACM 46th International Conference on Software Engineering: Software Engineering in Society (ICSE-SEIS)*, 2024. Proceedings..., [S.l.], 2024. p. 96–106. DOI: <https://doi.org/10.1145/3639475.3640114>.

LAURETIS, Teresa de. **Technologies of Gender: Essays on Theory, Film, and Fiction**. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

LIMA, Flaviane Izidro Alves de *et al.* A influência da construção de papéis sociais de gênero na escolha profissional. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 19, n. 1, p. 33–50, 2017. DOI: <https://doi.org/10.30715/rbpe.v19.n1.2017.10818>.

LIMA, Jéssica. No Brasil, mulheres representam apenas 16,5% dos estudantes em cursos de TI. **Sagres Online**, [S.l.], jul. 2023. Disponível em: <https://sagresonline.com.br/no-brasil-mulheres-representam-apenas-165-dos-estudantes-em-cursos-de-ti/>. Acesso em: 19 jun. 2024.

MACEDO, Maysa. M. G. *et al.* Identificando influências na escolha de uma graduação em Exatas: um estudo qualitativo e comparativo de gênero. *In: WOMEN IN INFORMATION TECHNOLOGY (WIT)*, 12., 2018, Natal. **Anais....** Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2018. p. 30-33. DOI: <https://doi.org/10.5753/wit.2018.3377>.

MACHADO, Giulia Mora. **A questão de gênero na área de tecnologia e inovação: um estudo de caso**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão da Tecnologia da Informação) – Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

MACHADO, José Ronaldo de Freitas. Metodologias de pesquisa: um diálogo quantitativo, qualitativo e quali-quantitativo. **Devir Educação**, [S.l.], v. 7, n. 1, p. e-697, 2023. DOI: <https://doi.org/10.30905/rde.v7i1.697>.



MEDEIROS, Ana *et al.* Percepções sobre a tecnologia da informação por alunas de ensino médio: um estudo sobre gênero e escolhas profissionais. *In: WOMEN IN INFORMATION TECHNOLOGY (WIT)*, 16. , 2022, Niterói. **Anais....** Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2022. p. 122-132. DOI: <https://doi.org/10.5753/wit.2022.222780>.

MELLO, Aline Vieira de *et al.* Egressas de cursos de computação: o quê as influenciou a escolherem um curso na área? *In: WOMEN IN INFORMATION TECHNOLOGY (WIT)*, 17., 2023, João Pessoa, PB. **Anais....** Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2023. p. 113–123. DOI: <https://doi.org/10.5753/wit.2023.229508>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COSTA, António Pedro. Fundamentos teóricos das técnicas de investigação qualitativa. **Revista Lusófona de Educação**, n. 40, p. 13–27, 2018. DOI: <https://doi.org/10.24140/issn.1645-7250.rle40.01>.

OPENAI. **Whisper: sistema de transcrição automática de áudio**. Disponível em: <https://openai.com/index/whisper/>. Acesso em: 1 nov. 2024. [software].

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

RAMOS, Ana Isabela M.; ARAÚJO, Fabíola O. Questões de gênero e a evasão de mulheres nos cursos de computação: um estudo de caso na Região Metropolitana de Belém. *In: WOMEN IN INFORMATION TECHNOLOGY (WIT)*, 16., 2022, Niterói. **Anais....** Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2022. p. 239–244. DOI: <https://doi.org/10.5753/wit.2022.223115>.

RODRIGUES FILHO, Eurípedes; DO PRADO, Mauro Machado; PRUDENTE, Cejane Oliveira Martins. O princípio da autonomia como fundamento do consentimento livre e esclarecido. **Revista Estudos - Revista de Ciências Ambientais e Saúde (EVS)**, Goiânia, Brasil, v. 42, n. 4, p. 613–625, 2015. DOI: <https://doi.org/10.18224/est.v42i4.4380>.

SALES, Angelina S. da S. *et al.* Evasão das mulheres dos cursos de computação: um estudo de caso na Paraíba. *In: WOMEN IN INFORMATION TECHNOLOGY (WIT)*, 11., 2017, São Paulo. **Anais....** Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2017. p. 1167–1170. DOI: <https://doi.org/10.5753/wit.2017.3426>.

SANTOS, Ana Carolina Barbosa dos. **Mulheres na computação: uma análise dos fatores de ingresso, permanência e sucesso profissional**. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Análise e Desenvolvimento de Sistemas) – Instituto Federal de Pernambuco, Jaboatão dos Guararapes, 2025.

SANTOS, Nayara Dias dos; MARCZAK, Sabrina. Fatores de atração, evasão e permanência de mulheres nas áreas da computação. *In: WOMEN IN INFORMATION TECHNOLOGY (WIT)*, 17., 2023, João Pessoa, PB. **Anais....** Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2023. p. 136–147. DOI: <https://doi.org/10.5753/wit.2023.230789>.

SAAVEDRA, Luísa; TAVEIRA, Maria do Céu; SILVA, Ana Daniela. A subrepresentatividade das mulheres em áreas tipicamente masculinas: Factores explicativos e pistas para a intervenção. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**. São Paulo, v. 11, n. 1, p. 49-59, jun. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902010000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso: 4 nov. 2024.

SILVEIRA, Evanildo da. Como as mulheres passaram de maioria a raridade nos cursos de informática. **BBC News Brasil**, São Paulo, abr. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-43781276>. Acesso em: 18 jun. 2024.

SOFTEX. W-Tech: **o panorama da participação feminina no setor de TICs**. 2024. Disponível em: <https://softex.br/observatorio/w-tech-o-panorama-da-participacao-feminina-no-setor-de-tics>. Acesso em: 11 set. 2024.

TRAUTH, Eileen Moore. Odd girl out: an individual differences



perspective on women in the IT profession. **Information Technology & People**, v. 15, n. 2, p. 98–118, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1108/09593840210430552>.

VERX. **Mulheres no universo de TI**. Disponível em: <https://www.verx.com.br/mulheres-no-universo-de-ti/>. Acesso em: 13 set. 2024.

VIEIRA, Adriane *et al.* Um estudo das relações entre gênero e âncoras de carreira. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 17, n. 3, p. 577–589, jul. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395172911>.

Women in Computing: An Analysis of the Factors Influencing Entry and Retention

Abstract. The mixed-methods (quantitative-qualitative) study aims to investigate the factors influencing women's entry and retention in Computing, as well as to identify the challenges they face and the strategies they adopt throughout their academic and professional journeys. The research was conducted through semi-structured interviews with 20 female students enrolled in Computing programs. The data were analyzed using content analysis techniques, following the framework proposed by Bardin (1977). The results revealed various determinants impacting female participation, including family support, affinity for technology, financial motivations, flexibility, and reinforcement through support networks. The conclusions highlight the importance of initiatives that promote inclusion and continuous support, emphasizing the need for strategies to increase female representation in Computing.

KEYWORDS: Women. Computing. Gender. Entry. Persistence.

Ana Carolina BARBOSA DOS SANTOS,
Instituto Federal de Pernambuco.

Graduada em Análise e Desenvolvimento de Sistemas no Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), mestranda em Engenharia de Computação na Universidade de Pernambuco (UPE), com interesse em

estudos sobre a participação de mulheres em Ciência e Tecnologia. Atua como desenvolvedora de software na Claro S.A.

<https://orcid.org/0009-0002-2823-3300>

Viviane Cristina OLIVEIRA AURELIANO,
Instituto Federal de Pernambuco.

Doutora em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), professora nos cursos de Computação do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) – Campus Jaboatão dos Guararapes, com interesse de pesquisa nas áreas de Ensino de Computação, Gênero na Computação e Informática na Educação.

<https://orcid.org/0000-0001-8370-2697>

*Recebido em: 04/11/2025
Aprovado em: 25/02/2026*



ARTIGO

Imigração de mulheres Haitianas. Um olhar para o caso da reunificação familiar

Sandra Buaski, *Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Pato Branco, Brasil.*

Maria de Lourdes Bernartt, *Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Pato Branco, Brasil.*

Franciele Clara Peloso, *Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Pato Branco, Brasil.*

Resumo. Essa pesquisa buscou analisar, sob a ótica das mulheres haitianas, residentes na cidade de Pato Branco-PR, dificuldades e desafios enfrentados por elas para a reunificação familiar. Para tanto, realizou-se uma pesquisa do tipo exploratória, cuja coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, aplicadas a 10 participantes. Os resultados demonstraram que os principais desafios para a realização da reunificação familiar, considerando o olhar da mulher imigrante, ocorrem devido a dificuldades relacionadas a conseguir emprego, domínio da língua portuguesa e moradia.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres Haitianas. Imigração. Reunificação Familiar. Pato Branco-PR.

Introdução

Esse artigo consiste em um recorte de Dissertação realizada no âmbito do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional/PPGDR da UTFPR Campus Pato Branco, na Linha de Pesquisa de Educação e Desenvolvimento, e contempla a temática voltada para a imigração de mulheres haitianas em Pato Branco-PR, dimensionando um olhar para o caso da reunificação familiar.

Observando a imigração de haitianos para o Brasil, nota-se que essas pessoas partem em busca de empregos e meios de garantir a sua existência. Ao fazerem isso, enfrentam desafios e buscam unir sua família, mesmo distantes de seu país, para dar continuidade aos seus sonhos, mantendo sua cultura e seus costumes.

A Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017 que institui a Lei de Migração defende os seguintes direitos aos migrantes no Artigo 3º apresenta a garantia do direito à reunião familiar do migrante, no Artigo 4º da mesma lei inclui o cônjuge, os filhos, familiares e seus dependentes. Desse modo, está previsto nesta lei o direito à reunião da família por parte dos imigrantes.

A maioria dos imigrantes vindo do Haiti para o Brasil são homens, sendo esses os primeiros a chegarem e em seguida, é comum a chegada das mulheres. Segundo dados do relatório do OBMigra entre janeiro de 2010 a fevereiro de 2024 foram concedidas autorizações de residência temporária e também por tempo indeterminado para 180.704 imigrantes, sendo, 38% para mulheres e 62% para homens.

Sobre a imigração feminina, segundo Handerson e Joseph (2015, p. 28), “interessa observar que não há simplesmente uma divisão sexual do trabalho, mas uma articulação de divisões sexuais, sociais, étnicorraciais e internacionais do trabalho”, conforme os autores supracitados algumas mulheres antes da imigração possuem condições financeiras e status em seu país de origem, passando após a imigração, realizar trabalhos domésticos e receber salários inferiores. Sendo assim, percebe-se que a imigração feminina pode ser um meio de auxiliar na renda familiar, mas também pode perpetuar desigualdades.

No contexto da reunificação familiar a vinda da mulher torna mais fácil a obtenção do visto para os filhos, sendo assim, a mulher haitiana

possui um papel fundamental nesse processo de imigração. De acordo com Jordão (2017, p. 81), “cada vez mais, mulheres haitianas buscam o Brasil como uma opção de rota para a imigração”, consequentemente o número da imigração feminina cresce”.

Frente ao exposto, esse artigo tem por objetivo analisar, sob a ótica das mulheres haitianas, suas dificuldades e desafios enfrentados para a reunificação familiar. Subsidiaram a análise proposta, os seguintes autores: Araújo; Almeida (2019), Cavalcanti; Oliveira; Tonhati (2014), Duarte (2017), Giacomini (2017), Handerson (2015), Jordão (2017), Martuscelli, (2015), Mejía; Cazarotto (2017), Minayo; Deslandes; Gomes (2009), Rodrigues, Burgeile (2020), Sutter (2012), Zamberlam; Bocchi; Cimadon (2014).

Assim, esse artigo está organizado na sincronia de três momentos. Num primeiro, refletimos sobre a imigração haitiana para o Brasil a partir de 2010, na sequência, apresentamos o percurso metodológico e, em seguida, uma análise sobre os desafios enfrentados por mulheres haitianas para a reunificação familiar, na cidade de Pato Branco-PR. Por fim, trazemos algumas considerações para encerrar o texto.

Imigração Haitiana para o Brasil a partir de 2010

Recentemente o número de imigrantes está crescente no mundo, o Censo Demográfico 2022 do IBGE indicou aproximadamente que 1 milhão de estrangeiros ou brasileiros naturalizados viviam no Brasil, apontando um aumento de 70,3% em relação a 2010¹. Muitas pessoas procuram na imigração uma oportunidade para conseguir uma vida digna. Buscam por outros países visando encontrar uma oportunidade de sobrevivência.

Para fins contextuais, o Quadro 1 apresenta a cronologia da imigração para o Brasil, de 1500 a 2012.

1

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43816-censo-2022-numero-de-imigrantes-volta-a-crescer-pela-primeira-vez-desde-1960#:~:text=Dados%20do%20Censo%20Demogr%C3%A1fico%202022,70%2C3%25%20no%20per%C3%ADodo.>

Quadro 1 - Linha do tempo da imigração para o Brasil – 1500 a 2010

1500 a 1747	Através da política privatista do território, donos importam escravos da África. Período colonial é marcado pela imigração portuguesa e o tráfico de escravos africanos. Estima-se em 4 milhões os escravos trazidos para o Brasil.
1747	Provisão Régia autoriza a imigração de açorianos em Santa Catarina e Rio Grande do Sul.
1808	Início da política de imigração de núcleos coloniais, trazendo inicialmente chineses, suíços, alemães e italianos.
1850	Política de imigração de mão de obra para fazendas de café e cana e para ocupação de áreas de florestas.
1872 e 1929	Chegada de 4,1 milhões de estrangeiros, sobretudo em SP, RS, SC, PR e RJ, sendo 1,5 milhão da Itália, 1,2 milhão de Portugal, 574 mil da Espanha, 165 mil da Alemanha e 85 mil do Japão. Também de muitos outros países, como China, Suíça, Inglaterra, Rússia, Polônia, França, Grécia, Áustria.
1891	Política de barreiras para africanos e asiáticos.
1934 a 1937	Políticas de cotas. Os imigrantes são proibidos de quaisquer atividades político-partidárias, associativas, manifestações culturais, inclusive a fala da língua pátria do imigrante.
1945	Política de flexibilização para acolher refugiados e deslocados da Segunda Guerra Mundial. Nos registros do IBGE, os brasileiros que retornam são imigrantes. Da imigração nesse período, uma grande parte – 61,2% a 65% - é constituída por brasileiros que retornaram.
1969 a 1980	Estatuto do Estrangeiro adota a política da ideologia da segurança nacional. Para isso, a lei passou a dar ao estrangeiro o tratamento de regime policial e penal.
1988	A Constituição Federal deixa a questão migratória para a lei ordinária, que até hoje permanece a do período ditatorial, dá ao Estado o poder de legislar sobre a cidadania (quem pode ser e quem não pode ser cidadão brasileiro) e introduz inovações, como: todos os residentes no país tem seus direitos fundamentais resguardados e é beneficiário das políticas sociais.
2000 – 2010	A maior parte de imigrantes neste período foram dos EUA, Japão, Paraguai, Bolívia e União Europeia em geral.
2010	Inicia-se a imigração de haitianos para o nosso país. Atualmente, em torno de 60.000 chegaram ao Brasil.
2012	Chegada de imigrantes haitianos em Pato Branco – PR.

Fonte: Adaptado de Pedro e Bernartt (2015, p. 4).

Percebe-se que a imigração teve início em 1500, sendo marcada pela imigração portuguesa e o tráfico de escravos. Na linha do tempo, mais distante, muitos imigrantes europeus, assim como asiáticos (japoneses, chineses, etc.), foram recebidos no Brasil. Em tempos mais

recentes, além de o país ainda receber imigrantes de matriz europeia ou mesmo asiática, ele passou a receber também muitos latino-americanos (bolivianos, venezuelanos, paraguaios, cubanos, etc.). Dentre eles, o fluxo de haitianos para o Brasil é um dos mais recentes de todos, datando sobretudo a partir de 2010 (PEDRO; BERNARTT, 2015).

Além da falta de segurança, o Haiti ao longo dos anos tem enfrentado diversas dificuldades relacionadas a catástrofes naturais, agravando com o terremoto de 2010. “Com um passado marcado por insegurança política e conflitos armados, os haitianos vêm lidando, há décadas, com as consequências da violência sobre a qualidade de vida”. (SUTTER; KING, 2012, p. 241).

A imigração masculina ainda prevalece, sendo superior à feminina, ou seja, os homens continuam a imigrar mais que as mulheres, considerando o Sistema de Solicitação de Refúgio do Departamento de Polícia Federal entre os anos de 2010 à 2014, o perfil dos imigrantes haitianos era de 78,4% homens e 19,7% mulheres².

Martuscelli (2015) reforça essa informação quando afirma que, mesmo com a entrada de mulheres haitianas, o fluxo migratório do Haiti para o Brasil é marcado predominantemente por homens imigrantes. Esses homens geralmente deixam suas famílias no Haiti e após conseguirem emprego e moradia trazem suas esposas e filhos.

Araújo e Almeida (2019, p. 122) comentam que a “A experiência migratória é diferente para homens e mulheres, devido às construções do que é ser feminino e masculino, inerentes a cada sociedade”. Os autores também relatam que a decisão de quem vai imigrar está pautada nos costumes de cada país, sendo assim, geralmente os imigrantes do Haiti optam por enviar primeiro um homem, considerado como tendo maior capacidade de conseguir meios para se estabelecer e, em seguida levar seus familiares ou enviar ajuda financeira aos que ficarem no país de origem.

Durante os processos migratórios, pessoas partem de seus países em busca de meios de subsistência, deixando seus familiares no país de origem. Após conseguirem sua inserção no mercado de trabalho, uma moradia e condições de trazer seus familiares, passam a buscar seus direitos através da reunificação familiar. A nova Lei de Migração, Lei

2

https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/publicacoes/A_imigra%C3%A7%C3%A3o_Haitiana_no_Brasil_Character%C3%ADsticas_Demogr%C3%A1ficas_na_regi%C3%A3o_Sul_e_no_Distrito_Federal.pdf.

nº13445 de 24 de maio de 2017³ assegura aos imigrantes o direito do convívio familiar no território nacional, cuja Seção V da Reunião Familiar apresenta:

Art. 37. O visto ou a autorização de residência para fins de reunião familiar será concedido ao imigrante:

I - cônjuge ou companheiro, sem discriminação alguma;

II - filho de imigrante beneficiário de autorização de residência, ou que tenha filho brasileiro ou imigrante beneficiário de autorização de residência;

III - ascendente, descendente até o segundo grau ou irmão de brasileiro ou de imigrante beneficiário de autorização de residência; ou

IV - que tenha brasileiro sob sua tutela ou guarda. (Lei nº13445/2017)

Nota-se que a nova Lei de Migração descomplexifica a vinda dos demais familiares, pois tal legislação garante o direito do imigrante de trazer seus familiares para residir juntamente com ele, sendo comum, no caso dos haitianos, imigrar apenas um membro da família em busca de emprego e após se estabilizar, trazer seus familiares.

Na cidade de Pato Branco-PR, a inserção no mercado de trabalho dos imigrantes Haitianos ocorreu para suprir vagas em turnos da madrugada, as quais os trabalhadores locais não se sujeitavam a realizar. De acordo com Giacomini (2017), o ano de 2012 marca o início da chegada dos haitianos a essa cidade, quando uma empresa do setor frigorífico considerou contratá-los para o trabalho. Ainda, segundo a mesma autora, a admissão dos haitianos na empresa ocorreu porque a população local não demonstrava interesse em trabalhar nesses turnos, resultando assim em vagas excedentes.

A primeira contratação foi de 38 trabalhadores, conforme descreve Giacomini (2017), por intermédio de uma gerente de Recursos Humanos de uma empresa localizada em Pato Branco. Ela entrou em contato com o padre do Serviço Pastoral do Migrante (SPM), de Manaus, para explicar o interesse em contratar alguns imigrantes para atuar na produção. “Em seguida, dois de seus representantes foram até Manaus e contrataram 37 homens e uma mulher. Os novos trabalhadores seguiram até Pato Branco-PR, junto dos mencionados representantes, em voo comercial custeado pela empresa” (GIACOMINI 2017, p. 19).

3

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm#:~:text=Art.,pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas%20para%20o%20emigrante.

Os avisos sobre as vagas de trabalho passaram a ser encaminhados ao padre, que negociava e formava grupos de imigrantes interessados. Assim, chegaram mais quatro grupos de 20 haitianos cada, nos meses seguintes. Giacomoni (2017) explica que, a partir do ano de 2013, os trabalhadores haitianos começaram a chegar à cidade por conta própria, sem dispor de subsídios, pois ficavam sabendo das possibilidades de trabalho e se deslocavam.

Ficou evidente que chegaram quase só homens, sendo que, dos 38 haitianos, apenas uma mulher, o que é comum na imigração, pois os homens geralmente partem primeiro em busca de serviços e condições de sobrevivência, para então conseguir trazer seus familiares.

Com a sequência de imigrantes vindos se instalar na cidade de Pato Branco-PR, no ano de 2013, já haviam chegado cerca de 300 imigrantes. Nesse sentido, é importante reconhecer essa parcela populacional, pois esses imigrantes estão inseridos nas empresas locais e formam um contingente significativo (GIACOMINI, 2017), passando a trabalhar e, assim, contribuir com o desenvolvimento da economia local. Após conseguirem estabilidade no emprego e uma moradia, esses haitianos trazem suas esposas e seus filhos.

Um dos maiores desafios enfrentados pelos imigrantes, seja homem, mulher ou criança é o domínio da língua portuguesa que é um fator que causa grandes dificuldades ao processo de adaptação dos haitianos. Isso é confirmado por Giacomini (2017), a qual descreve que o processo migratório provocou numerosos desafios para os imigrantes, oriundos do Haiti referente a sua inserção na sociedade, na educação, e na comunicação linguística com os brasileiros, que passaram a ajudar nesse processo.

Diante disso, é possível considerar como sendo o principal empecilho conseguir falar a língua local, uma vez que os haitianos têm como língua materna o crioulo e alguns se comunicam em francês ou em outras línguas. Tanto os homens como as mulheres e seus filhos, por falarem a língua crioula, composta da mistura do francês com a língua africana, passam pelo desafio da comunicação o qual é superado com a participação nas aulas de português oferecidas num curso ministrado por docentes da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR campus Pato Branco, na Igreja Matriz São Pedro Apóstolo.

Além da barreira da língua, os imigrantes haitianos também enfrentaram diversos obstáculos durante sua trajetória até chegar ao Brasil e no processo de adaptação, Zamberlam, et al. (2014, p. 71) citam alguns deles: Reunião familiar, pois a saudade e a distância causam

relativa indecisão quanto ao futuro; Adaptação ao clima rigoroso do inverno; Criação de uma convivência com as pessoas na comunidade e no trabalho; Trabalho mais condizente e com melhor remuneração; Superação dos preconceitos que sofrem por parte de algumas categorias sociais; Capacitação profissional para conseguir melhores postos de trabalho.

Dentre os desafios vivenciados pelos migrantes haitianos, Zamberlam, et al. (2014) apresentam o acolhimento dos imigrantes nas fronteiras. O problema em formar um relacionamento entre as pessoas, deve-se a diferença de cultura e valores, além do tempo de convívio ser insuficiente. A diversidade cultural apresentada é uma ameaça. Habituar-se à nova realidade passa a ser penoso. Visando amenizar esse sofrimento, além da comida, eram oferecidas nas cidades de fronteiras, outras atividades, dentre elas filmes, canções, esportes e aulas da língua portuguesa etc.

Sobre o sentido da migração para as imigrantes, considerando a vinda das primeiras mulheres à região, entendemos que para elas significa um meio de escapar da pobreza e dos problemas de conseguir uma profissão no país de origem. Migrar apresenta recursos para elas e suas famílias terem uma condição de vida melhor (MEJÍA; CAZAROTTO, 2017).

Na seção seguinte abordaremos os aspectos metodológicos utilizados nesta pesquisa.

Procedimentos Metodológicos

Este estudo, que tem como objetivo analisar sob a ótica das mulheres haitianas residentes na cidade de Pato Branco-PR, as dificuldades e desafios enfrentados por elas para a reunificação familiar, caracteriza-se como uma pesquisa do tipo exploratória, de análise qualitativa.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, as quais foram gravadas. Essa opção ocorreu devido às mulheres haitianas não possuírem domínio da língua portuguesa, principalmente da escrita e, também, por residirem há pouco tempo no Brasil. Algumas delas eram iniciantes de um curso, de caráter voluntário, que ensina o idioma brasileiro para haitianos. As imigrantes costumam

aprender a língua portuguesa com seus familiares, sendo assim foi possível estabelecer uma comunicação oral satisfatória.

As entrevistas ocorreram na residência das participantes juntamente com seus familiares. Isso se deu devido à dificuldade de locomoção de algumas mulheres haitianas até o local de pesquisa. Todos os procedimentos e protocolos recomendados de distanciamento social foram seguidos para evitar o contágio do coronavírus, como o uso de álcool em gel e máscaras faciais, já que as entrevistas foram realizadas no período da pandemia, em final de 2020.

Devido à dificuldade com a língua portuguesa escrita, as respostas das perguntas das entrevistas foram de forma oral, foram gravadas e transcritas pela pesquisadora.

As respostas foram organizadas em gráficos e quadros, seguindo as categorias de análise e dialogando com estudiosos da área. As respostas dos quadros 1, 2, 3 e 4 foram agrupadas, na forma de excertos, por semelhança.

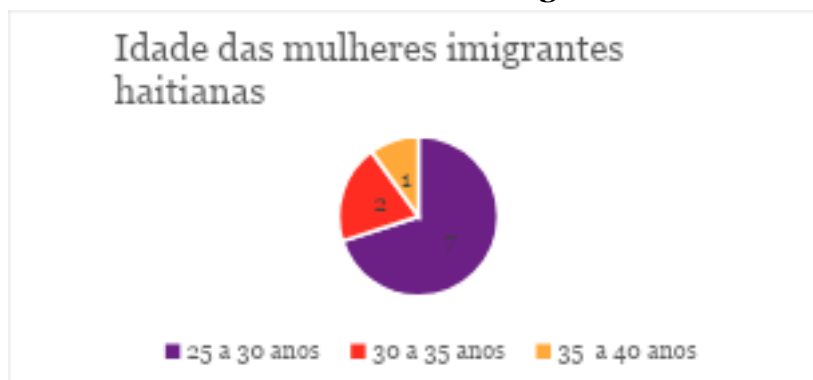
Foram entrevistadas dez mulheres haitianas, todas residentes em Pato Branco-PR, no ano de 2020. Por questões éticas houve a preservação de seus nomes para resguardar a identidade das participantes.

Sobre as questões éticas, em relação aos dados coletados, por meio de interações com pessoas, esse estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (CEP/UTFPR), em 24 de setembro de 2020, recebendo aprovação em 08 de outubro de 2020, sob o registro 4.329.090.

Imigração Haitiana para o Brasil: Desafios enfrentados por mulheres haitianas para a Reunificação Familiar em Pato Branco-Pr

Com intuito de responder à problemática dessa pesquisa, foi aplicado um questionário contendo treze questões. Para uma melhor compreensão dos dados, as respostas foram organizadas em forma de nove gráficos e quatro quadros. Buscou-se analisar, primeiramente, os aspectos relacionados à idade e ao estado civil das entrevistadas, os quais estão apresentados nos gráficos, a seguir.

Gráfico 1 - Idade das mulheres imigrantes haitianas.



Fonte: Elaboração da autora, 10 imigrantes entrevistadas, novembro de 2020.

Referente à idade das mulheres haitianas entrevistadas, estas possuem entre 24 e 40 anos, e são relativamente jovens e em idade produtiva. Desse modo, nota-se que, devido à sua faixa etária, elas podem encontrar mais facilidade de obter uma colocação no mercado de trabalho, que é um dos seus objetivos. A vinda de imigrantes, principalmente nessa faixa etária, é um fator positivo para o país que os acolhe, pois “para a sociedade de destino, essa composição etária é muito benéfica, pois a idade que o Estado mais gasta e investe no cidadão é no período da infância e na terceira idade.” (CAVALCANTI; OLIVEIRA; TONHATI, 2014, p. 14).

Gráfico 2 - Estado civil das imigrantes haitianas



Fonte: Elaboração da autora, 10 imigrantes entrevistadas, novembro de 2020.

No que diz respeito ao estado civil das entrevistadas, sete mulheres declararam-se casadas e três possuem união estável. Todas residem com seus esposos, sendo comum residir na mesma casa com mais membros

da família, como, filhos, irmãos e mãe. Essa convivência, com mais membros da família, destaca a importância da reunificação familiar, para possibilitar o reencontro e o direito de residir no país que escolheram para buscar uma vida com mais dignidade.

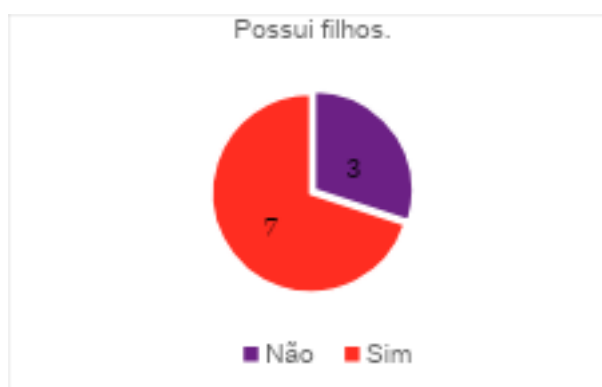
Ao viverem com membros da família, sob o mesmo teto, possibilita que os imigrantes haitianos dividam as despesas, principalmente entre parentes ou amigos que se encontram residindo na mesma cidade, objetivando economizar, pois há aqueles que enviam remessas aos familiares no Haiti.

O fato de várias pessoas morando na mesma casa se dá pela dificuldade que algumas pessoas tiveram em encontrar moradia, como também pelos valores dos aluguéis que são caros, e dividindo as despesas como aluguel, água, luz, e alimentação, os custos são menores (RODRIGUES; BURGEILE, 2020, p. 690).

Os recém-chegados enfrentam dificuldades para alugar residências, e o apoio dos conterrâneos é um meio de suporte até sua estabilidade para que, consiga trazer outros familiares. Quando o imigrante possui o visto de permanência no país passa a ter o direito previsto na Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017, de solicitar a vinda dos membros da família, por meio de vistos para a reunificação familiar.

Em seguida, perguntou-se às imigrantes entrevistadas sobre possuírem filhos, a quantidade, o país de nascimento e com quem eles residem atualmente. O Gráfico 3 exibe as informações coletadas:

Gráfico 3 - Imigrantes haitianas que possuem filhos.



Fonte: Elaboração da autora, 10 imigrantes entrevistadas, novembro de 2020.

Nos aspectos referentes à maternidade, pode-se perceber que a maioria das entrevistadas é mãe. Entre as dez, sete possuem filhos.

O processo imigratório envolve escolhas difíceis, e imigrar para uma mãe que se vê diante de uma oportunidade de encontrar uma melhor condição financeira para a família. De outro ponto de vista está a necessidade de seguir e deixar os filhos, pois nem sempre quem parte consegue trazê-los na mesma viagem, sendo necessário deixar no país de origem, na esperança de conseguir buscá-los um dia.

Sobre isso, Jordão (2017, p. 90) afirma:

Quando se tem filhos, a decisão de migrar é tomada com cautela. Se esses filhos são menores, as mães (e pais) precisam decidir entre trabalhar fora de casa e deixar os filhos com outra pessoa ou deixar de trabalhar para cuidar dos filhos.

Como são jovens as mulheres imigrantes, é comum que seus filhos sejam pequenos, acarretando sobre essas mães a preocupação em decidir sobre a quem confiar os cuidados das crianças e como elas serão criadas devido à distância e ausência.

No gráfico abaixo, é representado o país de origem dos filhos das imigrantes:

Gráfico 4 - País de nascimento dos filhos das imigrantes haitianas.



Fonte: Elaboração da autora, 10 imigrantes entrevistadas, novembro de 2020.

Dentre as dez entrevistadas, seis possuem filhos e residem juntamente com as mães. Uma das imigrantes possui uma filha que mora com a avó no Haiti. Diante disso, é possível observar que não são todos os membros da família que conseguem imigrar, pois as mulheres também relataram que deixaram familiares no Haiti, sendo seus pais, irmãos e outros parentes com os quais conviviam. Também é possível identificar que quatro tiveram seus filhos no Haiti e três tiveram os filhos

nascidos no Brasil. Sendo assim, além de conseguir visto para si, essas mulheres se preocupam em conseguir trazer também os filhos.

Sobre os desafios da maternidade na imigração, Jordão (2017, p. 65) assevera que:

O desafio vivido pelas mulheres que são mães no momento de deixar o país. Por um lado, a necessidade de estar fisicamente próximas dos filhos, por outro, a precisão de alimentá-los, pagar escola, comprar roupas e demais itens imprescindíveis.

Quando precisam deixar os filhos no Haiti, as mulheres haitianas contam com o apoio das “mães, irmãs ou cunhadas das migrantes que permanecem no Haiti, ficam responsáveis pelo cuidado das crianças, filhos ou filhas das que migraram”. (MEJÍA; CAZAROTTO, 2017, p.12).

A vinda das mulheres e dos filhos ocorre para reunir a família, mas na fala das entrevistadas evidencia-se que há familiares que permanecem no país por motivos como a falta de recursos para trazê-los ou por possuírem trabalho. Ao chegar no Brasil precisam conseguir remessas financeiras para dar suporte aos que ficaram, pois:

O objetivo das mulheres que deixam filhos no Haiti é conseguir emprego que lhes permita em um primeiro momento enviar dinheiro para sustentar os filhos no Haiti, ajudar os membros da família que ficaram responsáveis pelo cuidado dos filhos e se sustentar no Brasil (MEJÍA; CAZAROTTO, 2017, p.15).

Sendo assim, as mulheres haitianas, após imigrarem passam a desempenhar funções que, até então não lhes eram atribuídas, “as mulheres que enviam dinheiro assumem um papel que não tinham e as que recebem assumem novos papéis na administração familiar” (RODRIGUES; BURGEILE, 2020, p. 690).

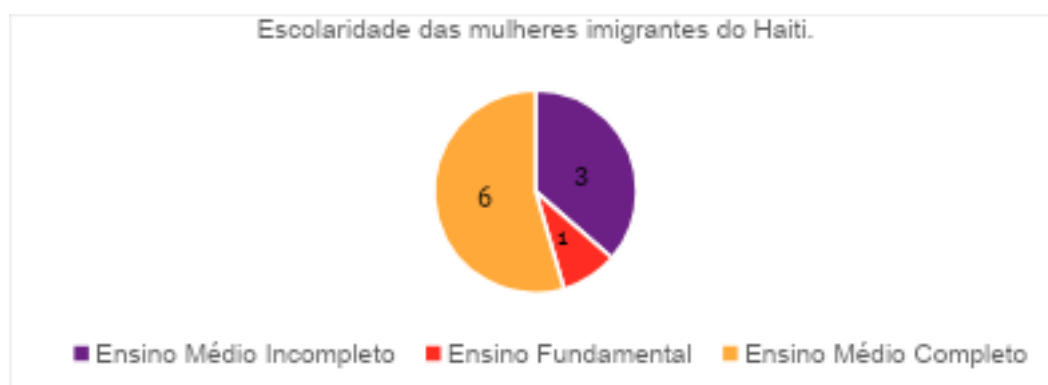
Ao dialogar sobre a reunião familiar, mediante as informações acima, é possível destacar que reúne parte de uma família e nunca em sua totalidade, pois há sempre uma lacuna emocional, uma vez que a saudade é bastante presente na fala das entrevistadas e a necessidade de ajudar financeiramente passa a ser uma responsabilidade do imigrante. Assim, convivem com a incerteza de um reencontro e se conseguirão dar continuidade ao envio de remessas aos parentes.

Muitas mulheres mencionam que seus familiares conseguem viver bem no Haiti, pois possuem empregos e até mesmo negócios próprios, já outras destacam que seus familiares dependem dessa remessa e um dos

motivos que levou a sua saída do país foi a busca por uma oportunidade de emprego.

Também foram abordadas questões voltadas à escolaridade e a situação profissional das entrevistadas. No gráfico, abaixo, constam informações sobre suas escolaridades:

Gráfico 5 - Escolaridade das imigrantes haitianas.



Fonte: Elaboração da autora, 10 imigrantes entrevistadas, novembro de 2020.

A maioria das entrevistadas possui Ensino Médio completo e relatam que a escolaridade no Brasil difere da do Haiti. Sendo assim, os seus diplomas precisam de reconhecimento, e a série em que seus filhos estavam matriculados é adaptada de acordo com a idade da criança para inseri-la na escola brasileira.

Dentre as mulheres entrevistadas, seis possuem o Ensino Médio completo e três o Ensino Médio incompleto e uma delas cursou apenas o Ensino Fundamental. Destas 6 estão estudando, buscando concluir o Ensino Médio para ingressar em uma faculdade ou em um curso profissionalizante.

Conseguir trabalho depende também da formação do imigrante. Por vezes, a experiência é o que mais conta, mas também “os estrangeiros adquirem vínculos formais de trabalho de maneira diferenciada, conforme sua escolaridade e conforme a sua origem”. (CAVALCANTI; OLIVEIRA; TONHATI, 2014, p. 59).

Dentre as dez mulheres entrevistadas, seis estão inseridas no mercado de trabalho, mas manifestam que a contratação não ocorreu de imediato, pois um dos empecilhos é a falta de experiência, requisito exigido pela maioria das empresas, dificuldade com o domínio da língua vem em segundo lugar, sendo que em algumas empresas pelo fato de já possuírem haitianos contratados e o setor da vaga é para trabalhar no mesmo ambiente há a facilidade de conseguirem desenvolver suas

funções sem possuir um total domínio da língua local uma vez que eles se comunicam em crioulo.

Em relação à vinda para o Brasil, segue um gráfico que demonstra o gênero de quem chegou primeiro, como foi decidida a ordem da viagem e quem a financiou.

Gráfico 6 - Ordem da viagem.



Fonte: Elaboração da autora, 10 imigrantes entrevistadas, novembro de 2020.

Como é possível perceber, oito das dez entrevistadas relataram que os primeiros a virem para o Brasil foram os maridos e, por meio da solicitação de visto na Embaixada do Brasil no Haiti, a vinda delas foi possível. É possível identificar que o período da vinda do marido até a chegada da esposa e dos filhos varia entre um e seis anos, pois segundo as mulheres, esse fator ocorre devido ao tempo que os maridos levaram para conseguir emprego e moradia.

Para decidir quem vai imigrar, “uma série de estratégias é utilizada em algumas famílias, para decidir quem viaja e a ordem dos candidatos à viagem” (HANDERSON, 2015, p. 183). De acordo com o autor, aspectos relacionados à capacidade de se inserir no mercado de trabalho e a generosidade do candidato em relação aos demais familiares, são fatores determinantes na hora da escolha. Em vista disso, algumas pessoas da família se mobilizam para tornar possível a imigração de um dos familiares que parte em busca de melhorias em sua condição de vida, assim como para seus familiares.

Também foi indagado às entrevistadas sobre o financiamento da viagem.

Gráfico 7 - Financiamento da viagem.



Fonte: Elaboração da autora, 10 imigrantes entrevistadas, novembro de 2020.

Sobre quem financiou a viagem, sete mulheres afirmaram que foi o marido, duas relataram que foram elas que financiaram a viagem, primeiro a viagem do marido e, em seguida a dela, e uma relata que sua vinda foi paga pelos parentes do marido.

Percebe-se que a maioria das mulheres entrevistadas contou com o auxílio do marido para financiar a viagem. Cabe destacar que não são todas que contam com a ajuda masculina, pois “há muitas mulheres haitianas que migraram para o Brasil independentemente de uma companhia masculina” (JORDÃO, 2017, p.19).

Cabe destacar que a maioria das participantes da pesquisa relataram necessitar de financiamento do marido para a viagem até o Brasil. Tal situação leva-nos a perguntar se essa dependência financeira é devido à cultura, a costumes ou se há uma dificuldade de inserção no mercado de trabalho no país de origem. Devido à dificuldade na comunicação essa questão não foi esclarecida e ficou incerta. Cabe destacar que, durante a pesquisa, foi assegurado várias vezes o direito a responder ou não às perguntas.

Um dos assuntos da entrevista foi sobre como ocorreu a viagem até a cidade de Pato Branco-PR, o porquê da escolha dessa cidade e há quanto tempo reside aqui. Os relatos demonstraram que a viagem de quem vem pela reunião familiar acaba seguindo um trajeto aéreo do Haiti ao Panamá, em seguida, para São Paulo e de ônibus para Pato Branco, no estado do Paraná, Sul do Brasil. Como possuem visto, a viagem ocorre de forma satisfatória, diferentemente dos indocumentados que, no geral, imigram por outros trajetos, com o apoio de coites.

No gráfico abaixo, constam os motivos que levaram à escolha da cidade de Pato Branco-PR, conforme segue:

Gráfico 8 – Razões para a escolha da cidade de pato branco.



Fonte: Elaboração da autora, 10 imigrantes entrevistadas, novembro de 2020.

Dentre os motivos apontados pelas entrevistadas, as respostas consistem na necessidade de se conseguir um trabalho, morar com o marido e por possuir amigos ou familiares que residiam aqui. Isso demonstra que as imigrantes possuem, em geral, os mesmos objetivos ao imigrar.

A partir do diálogo com as entrevistadas sobre o tempo que residem na cidade de Pato Branco-PR, o gráfico 9 apresenta essas informações:

Gráfico 9 - Tempo de residência no Brasil.



Fonte: Elaboração da autora, 10 imigrantes entrevistadas, novembro de 2020.

Ao observar as informações do Gráfico 9, percebe-se que o período de residência das imigrantes ocorreu entre 8 meses e 7 anos. Uma das entrevistadas está há 7 anos residindo no Brasil. Nota-se, então que a imigração tem possibilitado que os imigrantes se estabeleçam no país e permaneçam por períodos mais longos. Também há participantes que estão há um ano ou menos, sendo a metade das imigrantes. Isso indica que, os haitianos continuam a imigrar para o Brasil.

A presença dos imigrantes, vindos do Haiti para o Brasil, intensificou-se a partir do ano de 2010, uma vez que, neste e noutros anos seguintes, um grande número de haitianos chegaram indocumentados, entrando pelas cidades de fronteiras, principalmente no Acre e no Amazonas (GIACOMINI, 2017).

Após já estarem há algum tempo no Brasil, as entrevistadas foram questionadas sobre os desafios que vivenciaram como mulheres, durante a imigração e a sua chegada ao país. A partir deste questionamento optou-se por agrupar excertos de respostas semelhantes, os quais são apresentados nos quadros 1 a 4, na sequência.

Quadro 1 - Desafios vivenciados, como mulher, durante a imigração e a chegada ao Brasil

Comente sobre quais são os desafios e as principais dificuldades enfrentadas pela mulher haitiana para a reunificação familiar.
Imigrantes 1, 4, 5, 8: As principais dificuldades são aprender o português e conseguir trabalho.
Imigrantes 2, 3, 6, 7: Conviver com a saudade dos familiares que permaneceram no Haiti, aprender o português e arrumar emprego.
Imigrantes 9, 10: Gostam muito de morar aqui, possuem dificuldade para conseguir trabalho, aprender a língua local, também sofrem preconceito.

Fonte: Elaboração da autora, 10 imigrantes entrevistadas, novembro de 2020.

Os principais desafios de acordo com as respondentes, se dão em relação a língua local a qual não dominam e acabam aprendendo quando chegam aqui e passam a frequentar o curso. Também ocorre a dificuldade para conseguirem emprego e moradia.

Um dos desafios enfatizados pelas imigrantes é a falta do domínio da língua local. Duarte (2017, p.43) afirma que “a dificuldade com o uso da língua portuguesa, a rigor, é, concretamente, um entrave para a população migrante que está no país em busca de novas oportunidades”. Sendo que esse fator também acarreta barreiras para contratações.

Referente ao desafio voltado ao não domínio do idioma, percebe-se que “as haitianas expressam grande dificuldade em se comunicar com a sociedade de acolhimento, enfrentam resistência em vencer a barreira da língua, situação que interfere na integração das mulheres à sociedade de acolhimento” (MEJÍA; CAZAROTTO, 2017, p.16).

Tendo em vista essa dificuldade da língua, as mulheres entrevistadas relataram um agravante ainda maior, pois em 2020 as aulas de português para haitianos foram suspensas devido à pandemia do CODIV-19, com isso, a dificuldade de aprender o idioma aumentou consideravelmente. Como meio alternativo, sem aulas as entrevistadas passaram a contar com o auxílio dos familiares e amigos para aprender a se comunicar em língua portuguesa, sendo ensinadas por aqueles que já tinham conhecimento e experiência no idioma.

O preconceito também foi comentado pelas participantes. Para elas, problemas com a falta de emprego e questões financeiras são bem mais relevantes do que o preconceito que as pessoas possam ter com o imigrante haitiano.

Outra pergunta realizada foi se a vinda da mulher imigrante auxiliou na reunificação de sua família. Segue o quadro com as respostas das participantes:

Quadro 2 - A vinda da mulher haitiana e a reunificação familiar.

Comente sobre se sua vinda auxiliou na reunificação familiar
Imigrantes 1, 5, 6, e 8: Suas vindas auxiliaram, pois conseguiram, vir morar com o marido e trazer os filhos.
Imigrantes 4 e 7: Suas vindas auxiliaram e já possuíam familiares residindo aqui.
Imigrantes 9 e 10: Suas vindas auxiliaram, residir longe era muito difícil, muita saudade e tristeza.
Imigrantes 2 e 3: Suas vindas auxiliaram e o período estimado para conseguirem os vistos foi de 4 anos.

Fonte: Elaboração da autora, 10 imigrantes entrevistadas, novembro de 2020.

Todas as imigrantes relatam que sim, a vinda da mulher esteve relacionada à reunificação familiar. Para elas, é importante reunir com sua família que saiu do Haiti, assim como trazer os filhos, pois quando não conseguem unir a família sentem muita saudade.

Para as mulheres, a sua imigração é mais que um meio de dar suporte ao marido, que partiu primeiro. Para elas, é também importante realizarem seus projetos pessoais, como a conquista de empregos, auxiliarem a família de forma ativa e, principalmente diminuir a distância entre os familiares, pois “a migração é uma dimensão

constitutiva dos horizontes de possibilidades da vida delas” (HANDERSON; JOSEPH, 2015, P.4).

Uma vez que há o interesse em reunir a família e, que todas as entrevistadas evidenciaram esse propósito ao vir até o Brasil. Perguntamos sobre a questão da legislação imigratória. No quadro abaixo, apresenta-se o que as imigrantes pensam sobre as questões legais ao imigrarem para o Brasil:

Quadro 3 - Leis brasileiras e a reunificação familiar.

Comente se as leis brasileiras são favoráveis para a reunificação familiar
Imigrantes 1, 3, 4, 5, 7, 8, 9 e 10: As leis ajudam e facilitam conseguir os documentos para vir morar aqui, mas precisa ter alguém da família morando e trabalhando por um tempo no Brasil.
Imigrantes: 2 e 6: Foi fácil fazer o visto, mas demorou um tempo, pois precisavam conseguir casa e emprego com carteira assinada e também conseguir dinheiro para pagar as despesas da viagem.

Fonte: Elaboração da autora, 10 imigrantes entrevistadas, novembro de 2020.

Como é possível perceber, as participantes afirmam que as leis do Brasil sobre reunificação familiar, facilitam muito o processo imigratório e, chegar até aqui, de forma documentada, diminui os riscos que muitos correm, ao contrário de quando seguem caminhos mais longos para chegar sem os documentos. Além disso, também tem a certeza de chegar ao destino, pois quando a pessoa que solicita o visto cumpre com os requisitos solicitados, torna-se mais fácil conseguir os documentos.

Essa facilidade pode estar relacionada à nova legislação brasileira para imigrantes, com menos restrições de entrada no país. Em especial, sobre o direito de reunir a família, a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 assegura aos imigrantes o direito do convívio familiar no território nacional. Na Seção V da Reunião Familiar consta o seguinte:

Art. 37. O visto ou a autorização de residência para fins de reunião familiar será concedido ao imigrante:

- I - cônjuge ou companheiro, sem discriminação alguma;
- II - filho de imigrante beneficiário de autorização de residência, ou que tenha filho brasileiro ou imigrante beneficiário de autorização de residência;
- III - ascendente, descendente até o segundo grau ou irmão de brasileiro ou de imigrante beneficiário de autorização de residência; ou
- IV - que tenha brasileiro sob sua tutela ou guarda.

Ou seja, no momento que um familiar, geralmente o marido esteja legalizado no país, outros familiares conseguem de modo legal realizar a imigração, uma vez que sua família irá atender os artigos que a lei determina. Além disso, os filhos também são beneficiários e tendem a também chegar ao país de modo legal para que a família se reúna. Ainda sobre a reunificação, foi perguntado para as participantes como ocorreu o processo.

Quadro 4 - Situação atual da família.

Comente sobre como foi o processo da reunificação familiar e a situação atual da família
Imigrantes 1, 3, 5, 6, 8, 10: O processo da reunificação ocorreu por meio do pedido feito pelo marido e assim que arrumaram os documentos obtiveram o visto e conseguiram trazer também os filhos.
Imigrante 2: O marido fez os documentos; ele tinha carteira assinada e morava há um tempo aqui. Estão bem aqui, só falta trazer a filha e a mãe que ficaram no Haiti.
Imigrantes 4 e 9: Possuíam familiares residindo aqui, moram com os familiares, possuem trabalho e ajudam os familiares que ficaram no Haiti.
Imigrante 7: Na pandemia estão desempregados, recebendo o auxílio, a irmã também está desempregada e mora junto na mesma casa, pretendem continuar morando aqui.

Fonte: Elaboração da autora, 10 imigrantes entrevistadas, novembro de 2020.

Como é possível perceber, segundo as entrevistadas, esse direito é garantido, pois quando alguém da família reside no Brasil, por algum tempo, possui a documentação de permanência e trabalha com carteira assinada, torna-se menos complexa a solicitação da vinda de um familiar, assim como a aprovação do visto. O processo normalmente ocorre a partir de quem já está no país solicitando para alguém de fora ser aceito.

A partir dos dados coletados nota-se que as entrevistadas chegaram ao Brasil por meio do processo de reunificação familiar, são jovens, possuem filhos, residem com seus maridos e demais familiares e os principais desafios nesse processo de imigração ocorrem principalmente, por dificuldades relacionadas à aprendizagem do português, obtenção de emprego e moradia.

Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo analisar, sob a ótica das mulheres haitianas, residentes na cidade de Pato Branco, estado do Paraná, dificuldades e desafios enfrentados por elas para a reunificação familiar. O estudo realizado para esta pesquisa, como discutido anteriormente, demonstrou que a imigração de haitianos ocorre para diversos países, desde os primórdios naquele país. No Brasil, intensificou-se a partir do ano de 2010. Para a cidade de Pato Branco-PR, esse fluxo migratório começa no ano de 2011. É importante salientar que esses imigrantes ao chegaram na cidade, encontravam-se contratados para ocupar vagas excedentes no mercado de trabalho, atualmente, de acordo com a associação de haitianos o número de imigrantes haitianos chega a ser entre 500 e 600 pessoas residentes na cidade.

O início da imigração haitiana para a cidade foi marcado pela vinda de haitianos em busca de melhores condições de vida, principalmente relacionadas à questão empregatícia. Em seguida, o movimento de imigração continuou, porém dessa vez, registrou a vinda de mulheres haitianas com o intuito de reunir a família, cujo processo de reunificação ocorre de diversas formas, inclusive permeada por obstáculos e complexidades.

Por meio da coleta de dados realizada com dez imigrantes haitianas, residentes na cidade de Pato Branco-PR, no ano de 2020, foi possível perceber que as mulheres entrevistadas são jovens, mães e casadas, na sua grande maioria. A decisão de quem iria viajar ocorreu, primeiramente, com a vinda dos maridos e, em seguida, das esposas. Também é bastante frequente que os imigrantes haitianos residam juntamente com outros familiares, embora sempre parte da família permaneça no país de origem, o que justifica o envio de remessas financeiras aos mesmos. Também existe a preocupação direcionada aos cuidados com os filhos, pois em alguns casos, as mulheres haitianas necessitam deixar as crianças, por algum tempo, no país de origem, pois não conseguem pagar todos os seus gastos.

Os principais desafios para a reunificação familiar ocorrem devido à dificuldade de trabalho, aluguel de casa, pois os imigrantes possuem dificuldades em conseguir fiadores que se responsabilizem pelo pagamento do aluguel de casa. Por isso, é comum residirem em número elevado de pessoas na mesma moradia para a economia quanto aos gastos.

Outro fator que gera dificuldades é a falta do domínio da língua local, pois esta passa a ser uma condição que impede a contratação desses imigrantes, a falta de experiência também é um requisito que impede as contratações.

No que tange às políticas públicas destinadas ao imigrante, é possível apontar que a implementação destas é morosa, pois apesar de definirem direitos aos imigrantes percebe-se que a implementação de fato ainda se apresenta frágil, pois abre margem para questionar se tal legislação impacta na vida dos imigrantes de forma satisfatória, até que ponto tal legislação assegura de fato o direito da reunificação familiar? Até que ponto as políticas públicas dão subsídios concretos para o imigrante conseguir atender os requisitos exigidos para a reunificação familiar?

A partir da chegada de imigrantes, inúmeras barreiras são enfrentadas por estes, mesmo o Brasil, sendo um lugar que abrange uma grande diversidade de imigrantes, ainda o preconceito se faz presente e tem sido comum se observar atitudes racistas e preconceituosas em relação a estes.

A inserção social, o impacto que a imigração tem na vida dessas mulheres não é uma questão peculiar do haitiano, isso é um problema nosso, pois nós, enquanto sociedade vivemos a imigração, nós, enquanto sociedade somos atingidos diretamente pela imigração, tanto quando migramos quanto quando recebemos imigrantes nas nossas cidades, nos nossos núcleos, nas nossas igrejas, nas nossas escolas, nas nossas famílias, possuímos impactos, tem mudanças, tem transformação.

Entre esses desafios enfrentados pelas mulheres imigrantes haitianas para a reunificação familiar, existem os impactos da imigração do ser mulher, de se inserir em outra sociedade, sendo indicativos da pesquisa enfrentados pelas mulheres.

A pesquisa apresentou indicativos que, dentre os desafios enfrentados por elas, para reunir a família, está a aceitação de vagas de empregos precários, com salários baixos, sem o reconhecimento do seu nível de estudo, acarretando remuneração não coerente com a formação, prejudicando um plano de carreira. Estes empregos são aceitos, nessas condições, e, muitas vezes, em turnos da madrugada, em razão da necessidade de obtenção de renda para suprir suas despesas.

A pesquisa e a temática provocaram-nos algumas reflexões, como: O que a sociedade tem feito para proporcionar o aprendizado da língua local para imigrantes haitianas? As aulas de português ofertadas são suficientes e oportunizam todas a frequentarem-nas, ou apenas uma

parcela de imigrantes é atendida? Até que ponto a legislação assegura o direito do imigrante para exercer sua profissão e obter salários equivalentes à sua formação? Como os imigrantes podem melhor enfrentar desafios relacionados à religião, ao preconceito, à socialização, ao contato com outros costumes e a adaptação ao clima local?

Espera-se que essa pesquisa contribua cientificamente e socialmente, uma vez que, é possível perceber que a presença de imigrantes no contexto brasileiro enriquece a cultura e os costumes brasileiros. Ademais, os impactos dessa imigração poderão ser vistos, por anos e, por isso, as conclusões levantadas podem contribuir para novos estudos científicos dentro dessa área.

Referências:

ARAÚJO, Krisley Amorim de; ALMEIDA, Luciane Pinho de. Discutindo gênero e cultura: um estudo sobre mulheres haitianas em Campo Grande-MS, Brasil. **Revista TraHs** Nº6 | 2019. ISSN: 2557-0633. Acesso em: <https://www.unilim.fr/trahs/1916>. Acesso em 10 jan. 2021.

BRASIL. Senado Federal. **Lei 13.445, de 24 de maio de 2017**. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm#:~:text=Art.,pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas%20para%20o%20emigrante. Acesso em 30 jun. 2019.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu; TONHATI, Tânia (Orgs.) A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro. Brasília: **Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais**, 2014.

DUARTE, Camila Correa Baptista. **Manifestações de preconceito: a presença de haitianos em Pato Branco (PR)**. Dissertação. Universidade de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional. Pato Branco, PR, 2017. Bibliografia: F. 133 – 120.

GIACOMINI, Taise. **Experiências de ensino de língua portuguesa para haitianos em contexto educativo formais e não formais:** um estudo no município de Pato Branco (PR). Dissertação. Universidade de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional. Pato Branco, PR, 2017. Bibliografia. F. 172 – 182.

Diáspora. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

HANDERSON, Joseph, MYRLIE, Rose. As Relações de Gênero, de Classe e de Raça: mulheres migrantes haitianas na França e no Brasil. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas. v. 9, n. 2, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/299374615_As_Relacoes_de_Genero_de_Classe_e_de_Raca_mulheres_migrantes_haitianas_na_Franca_e_no_Brasil. Acesso em 03 jan. 2026.

JORDÃO, Roziane da Silva. **A mulher haitiana em Porto Velho, Rondônia:** imigração e gênero. Dissertação. Programa Mestrado Acadêmico em Letras, da Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho, Rondônia, 2017.

MARTUSCELLI, Patrícia Nabuco, NOVAES, Dirce Trevisi Prado. Perfil dos haitianos acolhidos pela Missão Paz: algumas evidências dos dados primários – janeiro a julho de 2015. **Travessia Revista do Migrante.** Nº 77 - Julho – Dezembro/2015.

MEJÍA, Margarita Rosa Gaviria; CAZAROTTO, Rosmari Terezinha. O papel das mulheres imigrantes na família transnacional que mobiliza a migração haitiana no Brasil. **Revista Pós Ciências Sociais.** Dossiê: Antropologia, Política e Estado. v. 14, n. 27, 2017. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/6452>. Acesso em 10 dez. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

RODRIGUES, Neusa Pivotto; BURGEILE, Odete. A realidade social e cultural das mulheres haitianas em Porto Velho. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**. Julho - Dezembro de 2020 Vol.17 Ano XVII n^o 2. ISSN: 1807-6971. Disponível em: <https://doi.org/10.35355/revistafenix.v17i17.973>. Acesso em 15 nov. 2020

SUTTER, Christina; KING, Ananda Melo. Vivendo sobre escombros: qualidade de vida no Haiti pós-terremoto. **Revista Salud&Sociedad**, v. 3, n. 3, p. 235-249, 2012.

ZAMBERLAM, Jurandir; CORSO, Giovanni; BOCCHI, Lauro; CIMADON, João Marcos. **Os novos rostos da imigração no Brasil: haitianos no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Solidus, 2014.

Immigration of Haitian women: a look at the case of family reunification

ABSTRACT: This research sought to analyze, from the perspective of Haitian women living in the city of Pato Branco-PR, difficulties and challenges faced by them for family reunification. For this, an exploratory research was carried out, whose data collection occurred through semi-structured interviews applied to 10 participants. The main challenges for the realization of family reunification, considering the eyes of immigrant women, occur due to the difficulty in finding jobs, mastering the Portuguese language and finding housing.

KEYWORDS: Haitian Women; Immigration; Family Reunification; Pato Branco-PR.

Sandra BUASKI,
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
UTFPR

Sandra Buaski, Graduada em Pedagogia e Administração pela Faculdade de Pato Branco, Mestre em Desenvolvimento Regional na linha de Educação, pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR. Secretária na escola Sant' Ana.

<https://orcid.org/0000-0002-8754-7388>

Maria de Lourdes BERNARTT
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
UTFPR

Professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Mestrado e Doutorado em Educação (Unicamp). PhD em Educação - Unochapecó e Universidade Nacional/Costa Rica (UNA). Docente do

*Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR),
Membro do Comitê Gestor do Programa Cidade Amiga da Pessoa Idosa.*

<https://orcid.org/0000-0002-8847-5443>

Franciele Clara PELOSO

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

UTFPR

Franciele Clara Peloso, Doutora em Educação pela UFSCar. Professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR).

<https://orcid.org/0000-0002-9647-001X>

*Recebido em: 17/11/2025
Aprovado em: 19/02/2026*



ARTIGO



Narrativas distópicas e letramento de gênero:

Contribuições para o ensino de Biologia na Educação Básica

Carla Karine Oliveira Martins, *Universidade Federal de Mato Grosso do Sul*

Tatiana Bezerra de Oliveira Lopes, *Universidade Federal de Santa Catarina*

Suziele Galdino Batista, *Universidade Federal de Mato Grosso do Sul*

Keissy Carla Oliveira Martins, *Universidade Federal de Mato Grosso do Sul*

Vera de Mattos Machado, *Universidade Federal de Mato Grosso do Sul*

Resumo. Este artigo analisa as contribuições de *O Conto da Aia* (1985) e *Os Testamentos* (2019), de Margaret Atwood, para o ensino de Biologia, especialmente nas temáticas sexualidade, reprodução e direitos reprodutivos. Argumenta-se que essas narrativas distópicas feministas constituem recurso pedagógico para a formação cidadã, ao promover debates sobre desigualdades de gênero e problematizar concepções naturalizantes do corpo. Com abordagem teórico-qualitativa, a pesquisa examina como os romances evidenciam dinâmicas de poder e opressão, articulando paralelos entre contextos históricos e desafios contemporâneos. Mostra que crises sociais e moralidades religiosas fundamentalistas podem ser instrumentalizadas para legitimar controle e subordinação, sobretudo dos corpos femininos. Discute o potencial das narrativas para desconstruir discursos biologizantes presentes no ensino e propõe estratégias didáticas interdisciplinares que favorecem o letramento de gênero. Integrar essas obras ao currículo amplia a compreensão de fenômenos biológicos em relação a dimensões sociais, éticas e políticas, contribuindo para práticas pedagógicas críticas e emancipadoras.



PALAVRAS-CHAVE: Ensino de Biologia. Educação em Sexualidade. Literatura distópica. Direitos reprodutivos. Formação crítica.

Introdução

O ensino de Biologia na Educação Básica, ao abordar temas como sexualidade humana, reprodução e direitos reprodutivos, não está restrito à simples transmissão de conhecimento científico. Esses conteúdos, embora pautados no conhecimento científico, são intrinsecamente marcados por disputas culturais e políticas que moldam a compreensão e a vivência dos corpos. Como Michel Foucault (1988) já alertava, a sexualidade não se restringe a uma função biológica, mas configura um campo de exercício do biopoder, no qual condutas, desejos e modos de vida são regulados e controlados.

Nesse contexto, dados alarmantes da Organização Mundial da Saúde (OMS) revelam que uma em cada três mulheres em todo o mundo já sofreu violência física ou sexual, o que sublinha a persistência de práticas de dominação e controle sobre os corpos, especialmente os femininos. Ao integrar essas questões, o ensino de Biologia pode estabelecer uma ponte entre o conhecimento científico e a crítica social, reconhecendo, como sugere Guacira Lopes Louro (2000), que a escola é um espaço privilegiado para a produção de identidades de gênero e sexualidades. Assim, a discussão em sala de aula sobre corpo, reprodução e sexualidade torna-se uma ferramenta necessária para problematizar as relações de poder que sustentam desigualdades e violências.

É importante enfatizar que a noção de interseccionalidade orienta este ensaio ao tratar gênero em articulação com raça, classe, território, idade, deficiências e dissidências sexuais e de gênero. Esses marcadores organizam o acesso a informação, cuidado, proteção e direitos, incidindo diretamente sobre as experiências. Ao ensinar Biologia com essa nova perspectiva, deixamos de descrever o corpo de forma única e universal. Em vez disso, passamos a analisar como os riscos, as fragilidades e os direitos são distribuídos de maneira desigual na sociedade. A crítica ao determinismo biológico, nesse contexto, significa investigar como as

ideias de "normalidade" e "natureza" são usadas para justificar hierarquias e fazer com que as desigualdades presentes na escola pareçam naturais.

Ensinar Biologia sem considerar essas dimensões sociais equivale a naturalizar hierarquias e exclusões, perpetuando ciclos de opressão. O diálogo entre a ciência biológica e a crítica feminista, portanto, enriquece o currículo e possibilita que a educação em Biologia seja um espaço propício para o letramento em gênero e o enfrentamento das violências que permeiam a vida cotidiana das¹ estudantes, sobretudo meninas e mulheres. Para implementar essa abordagem, é indispensável que as educadoras utilizem exemplos práticos e recursos didáticos que estimulem o debate e a reflexão, como estudos de caso sobre saúde sexual e reprodutiva, análises de campanhas de conscientização e discussões sobre legislação de direitos reprodutivos. Essa integração de saberes científicos e sociais é essencial para formar cidadãs conscientes, críticas e engajadas na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) prescreve um conjunto de aprendizagens essenciais às estudantes da Educação Básica. Entender e explicar a realidade, exercitar a empatia e o diálogo e participar ativamente da construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, constituem algumas das dez competências gerais a serem desenvolvidas no processo educativo (Brasil, 2014; 2018). Dessa forma, projetar espaços de debate crítico e de promoção da justiça social corresponde às exigências das normativas educacionais brasileiras.

Isto posto, consideramos que a literatura pode ser um recurso potente para provocar reflexões sobre as dinâmicas de opressão e resistência. Exemplos clássicos são as obras de autores como Orwell, em *1984* (Orwell, 2009), que apresenta um regime totalitário em que a vigilância e a manipulação da linguagem anulam a liberdade individual. Huxley, em *Admirável Mundo Novo* (Huxley, 2008), imagina uma sociedade que mantém a ordem por meio do prazer, do consumismo e do condicionamento psicológico. Já Le Guin, em *Os Despossuídos* (Le Guin, 2014) e *A Mão Esquerda da Escuridão* (Le Guin, 2009), desafia

¹ Ao longo deste artigo, adotamos a flexão de gênero e o uso do pronome feminino como um exercício político e epistemológico, alinhado a uma perspectiva feminista que tensiona a pretensa neutralidade da linguagem e do discurso científico. Reconhecemos, contudo, os limites e silenciamentos dessa escolha.



concepções de poder, gênero e organização social, criando mundos alternativos que refletem e questionam os sistemas existentes.

As distopias feministas *O Conto da Aia*² (1985) e *Os Testamentos*³ (2019), da escritora canadense Margaret Atwood, proporcionam uma narrativa complexa que problematiza questões de gênero e controle social. A primeira obra, publicada no período de ascensão da nova direita cristã e do movimento Moral Majority nos Estados Unidos (Moreira; Vieira, 2022), é frequentemente lida como uma reação às políticas do governo de Ronald Reagan e à influência do fundamentalismo cristão (Fonseca; Ferreira, 2020).

Três décadas depois, *Os Testamentos* retoma e expande esse universo, aprofundando a análise sobre a consolidação do regime e as diferentes formas de resistência. Juntas, as obras evidenciam como crises sociais e discursos religiosos podem ser manipulados para promover desigualdades e consolidar sistemas opressores. Literaturas distópicas feministas, como as de Atwood, “[...] desvelam relações de poder e violência existentes na sociedade e desfazem a normalização de situações de violações dos direitos das mulheres” (Moreira; Vieira, 2022, p. 14). Tendo isso em mente, o presente estudo toma como base ambas as obras para investigar as contribuições da ficção de Atwood para a educação.

Nossa proposta foi investigar as contribuições dos romances de Atwood para o debate educacional no contexto brasileiro, especificamente à construção de práticas pedagógicas que fomentem uma abordagem crítica das desigualdades de gênero no ensino de Biologia. Parte-se da premissa de que os elementos narrativos e simbólicos de *O Conto da Aia*⁴ têm potencial para impulsionar reflexões

² Publicado em 1985, *O Conto da Aia* é um romance distópico de Margaret Atwood sobre um regime teocrático que subjuga as mulheres.

³ Publicado em 2019, *Os Testamentos* é um romance distópico de Margaret Atwood que se passa quinze anos após os acontecimentos de *O Conto da Aia*.

⁴ A execução das propostas pressupõe acesso a exemplares de **O Conto da Aia** e **Os Testamentos**. Por se tratar de obras protegidas por direitos autorais, não se prevê circulação gratuita integral em formato digital. Sugere-se, portanto, articular (i) empréstimo em bibliotecas públicas e escolares, com solicitação de compra por demanda; (ii) aquisição institucional via programas federais de livro e por compras públicas da rede; (iii) parcerias e editais culturais voltados a projetos de leitura.

⁵ O romance *O Conto da Aia* terá mais enfoque neste trabalho em virtude do seu impacto na história política-social contemporânea.

no âmbito educacional, promovendo debates sobre violência de gênero, opressão sexista e práticas de resistência.

Esta pesquisa foi guiada pela seguinte questão: *de que maneira as reflexões provocadas pelas obras O Conto da Aia e Os Testamentos, ao problematizarem o controle sobre os corpos e a autonomia reprodutiva, podem ser mobilizadas no ensino de Biologia para a construção de práticas pedagógicas críticas voltadas à equidade de gênero?* Para responder a essa problemática, o estudo tem como objetivo geral analisar como as obras de Margaret Atwood podem contribuir para o ensino de Biologia na Educação Básica, com foco em seu potencial para fomentar debates sobre práticas democráticas em torno de políticas de gênero, bem como para enriquecer a educação científica por meio de abordagens contextualizadas.

Para alcançar o objetivo geral e responder à questão que motivou esta pesquisa, em primeiro lugar, analisaram-se os elementos narrativos das obras que dialogam com conteúdos biológicos, especialmente aqueles relacionados à reprodução, à fertilidade e ao controle dos corpos, com o intuito de problematizar as formas de opressão de gênero nelas evidenciadas. Essa análise foi acompanhada pela contextualização das narrativas em seus respectivos panoramas históricos, o que permitiu destacar conexões com debates contemporâneos sobre bioética, direitos reprodutivos e o papel social da ciência.

A investigação também discutiu como os enredos puderam ser mobilizados para desconstruir discursos de determinismo biológico ainda presentes no ensino, contribuindo para o enriquecimento do debate sobre desigualdades estruturais na educação em Biologia. Por fim, propuseram-se estratégias pedagógicas que articularam a análise literária ao currículo de Biologia, favorecendo uma prática científica crítica e emancipadora, voltada à formação de sujeitas mais conscientes de sua inserção social e política.

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa, de natureza teórico-analítica. Optou-se pela elaboração de um ensaio teórico, construído a partir da leitura cuidadosa e da interpretação das obras em questão, articulando-as aos referenciais de estudos de gênero, da educação e da literatura. Essa escolha metodológica permitiu estabelecer diálogos entre os elementos narrativos e simbólicos presentes nas obras e os aportes teóricos de autoras e autores, como Paulo Freire (1996), cuja concepção de educação como prática da liberdade é central, e bell hooks



(2018), referência para a discussão sobre pedagogias feministas e emancipatórias.

Dessa forma, o estudo investe na interpretação das narrativas para fundamentar reflexões sobre práticas educativas voltadas à formação de cidadãs críticas, comprometidas com a justiça social e a equidade de gênero. O ensaio organiza-se como um espaço de elaboração conceitual e de proposição de possibilidades transformadoras para o ensino.

A sociedade de Gilead: a retórica da submissão feminina e narrativas fundamentalistas em *O conto da Aia*

Em 2017, o romance *O Conto da Aia*, publicado em 1985 por Margaret Atwood, foi adaptado para uma série de televisão pela plataforma estadunidense Hulu⁶. *The Handmaid's Tale* (O Conto da Aia) destacou-se ao conquistar o renomado prêmio Emmy de melhor série dramática. Aclamada pela crítica e pelo público, a série, lançada no primeiro ano do primeiro mandato do presidente Donald Trump⁷ desencadeou um intenso debate sobre políticas de gênero e direitos reprodutivos, temáticas em disputa na trama e na vida real. Elementos da narrativa passaram a ser utilizados, tanto por movimentos feministas quanto por grupos conservadores para reforçar suas narrativas (Santos e Santana, 2020).

A produção retrata um futuro distópico marcado por catástrofes ambientais, crises políticas e instabilidades sociais que, por sua vez, servem de justificativa para a implantação de um regime totalitário. A história se desenvolve nos Estados Unidos, na fictícia República de Gilead, fundada após um golpe de Estado por um grupo cristão fundamentalista, autodenominado *Filhos de Jacó*. Sob este regime, os direitos básicos são eliminados e as mulheres reduzidas a instrumentos de reprodução.

A narrativa justifica as ações do regime a partir de uma crise de natalidade provocada por diversos fatores, como epidemias (sífilis e

⁶Hulu é uma plataforma de transmissão e serviço de vídeo sob demanda por assinatura, originada nos Estados Unidos. No Brasil, a série é disponibilizada pela plataforma Disney + e Paramount +.

⁷ Primeiro mandato de Donald Trump: 2017-2020. O segundo mandato iniciou-se em 2025.

Aids), desastres nucleares, contaminação ambiental e exposição a substâncias químicas. Como consequência dessas condições adversas, a sociedade retratada na obra torna-se predominantemente infértil, criando um contexto no qual o controle da fertilidade e dos corpos femininos passa a ser visto como estratégia vital para a sobrevivência da nação.

Sob o pretexto de “salvar a humanidade”, um grupo totalitário implementa medidas extremas, incluindo o assassinato do presidente, a dissolução do Congresso e a suspensão da Constituição Federal. Amparado por discursos antidemocráticos e por uma moral religiosa, o regime legitima a supressão total dos direitos das mulheres e estabelece uma estrutura patriarcal e hierarquizada.

Nesse novo Estado, teocrático, patriarcal e altamente militarizado, as mulheres são destituídas de seus empregos, do controle de suas posses e, de forma geral, de sua autonomia social, tendo suas vidas reduzidas a papéis que atendem às necessidades do regime. Divididas em castas, elas têm suas funções limitadas e controladas. Moreira e Vieira (2022, p. 10), explicam que:

Assim, há uma rígida diferença entre as mulheres com papéis legitimados perante a sociedade – as Esposas, as Viúvas, as Filhas, etc. – e as que são colocadas para além dos limites de respeitabilidade social: as Jezebéis, prostitutas que servem à elite, e as Não Mulheres, desprezadas por serem mais velhas, inférteis, homossexuais e/ou inconformistas, que são enviadas para a realização de trabalhos forçados em áreas insalubres.

Essa mesma lógica de castas, que define quem é protegida e quem é descartável, oferece um eixo analítico decisivo para a leitura interseccional. Isso porque ela demonstra que regimes de controle reprodutivo não atingem todos os corpos do mesmo modo. De fato, a experiência histórica confirma que processos de exploração do trabalho, violência sexual e coerção reprodutiva incidem de forma muito mais grave sobre populações racializadas, empobrecidas e com baixa proteção estatal. Ao trazer essa dimensão para a sala de aula, o ensino de Biologia transcende o relato universal do corpo para questionar desigualdades de acesso a cuidado, segurança e direitos, articulando fisiologia com saúde pública e justiça social.



Para garantir a manutenção desse sistema, a segregação é reforçada pela vigilância mútua entre as mulheres, impedindo a formação de resistências coletivas. Enquanto isso, os homens, embora também tenham sofrido algumas restrições, preservam seus direitos civis e políticos, como a possibilidade de trabalhar, ocupar cargos públicos e manter suas propriedades (Atwood, 2017). A partir dessa narrativa “misógina/cis apocalíptica” (Lewis; Seresin, 2022), a autora sinaliza como crises e discursos religiosos fundamentalistas podem instrumentalizar moralidades religiosas na perpetuação de desigualdades estruturais. Nesse exercício imaginativo de uma nação cristã teocrática, são levantadas reflexões que ecoam tanto em contextos históricos quanto contemporâneos, ressaltando a vulnerabilidade dos direitos humanos fundamentais à democracia.

Em Gilead, observamos uma supressão gradual dos direitos femininos. A transformação de mulheres férteis em dispositivos de reprodução, denominadas *Aias*, não acontece de maneira abrupta, mas sim por meio de um processo gradual de retirada de direitos, no qual cada restrição imposta pelo regime parecia, a princípio, isolada e justificável no contexto de crise em que a sociedade se encontrava.

A protagonista de *O Conto da Aia*, Offred⁸ - cujo nome verdadeiro, revelado na série de televisão como June, é apagado para reforçar o silenciamento e a anulação de sua história pessoal -, narra sua transição de uma vida marcada pela liberdade, com acesso à educação, trabalho e autonomia sobre o próprio corpo, para uma existência de submissão absoluta e vigilância constante.

A narrativa aprofunda os debates ao demonstrar como direitos civis e políticos podem ser retirados de maneira quase imperceptível, consolidando gradualmente sistemas opressivos. Em um momento emblemático, Offred reflete sobre o processo sutil de perda das liberdades, destacando a forma insidiosa pela qual o controle foi imposto sobre as mulheres, até que elas se vissem completamente privadas de seus direitos.

⁸Na trama, as *Aias* têm seus nomes civis substituídos por designações que simbolizam a posse masculina. Essas novas identificações são formadas pelo prefixo *Of*, seguido pelo primeiro nome do homem ao qual estão subordinadas, demarcando um sentido de pertencimento a essas mulheres. Ainda assim, seus nomes verdadeiros tornam-se, para elas, um símbolo de resistência e memória, uma arma silenciosa contra um regime que tenta apagar subjetividades.

Nada muda instantaneamente: numa banheira que se aquece gradualmente você seria fervida até a morte antes de se dar conta. Havia matérias nos jornais, é claro. Corpos encontrados em valas ou na floresta, mortos a cacetadas ou mutilados, que haviam sido submetidos a degradações, como costumavam dizer, mas essas matérias eram a respeito de outras mulheres, e os homens que faziam aquele tipo de coisas eram outros homens (Atwood, 2017, p. 71).

A descrição acima evidencia a passividade diante da violência contra as mulheres e aos feminicídios que se intensificavam. Na sequência, as crises sociais passam a ser habilmente manipuladas pelo regime de Gilead para justificar a criação de um sistema opressor que enclausura mulheres “respeitáveis” no âmbito doméstico e reduz as mulheres férteis, consideradas indignas pela moralidade religiosa, à função exclusiva de procriação.

A biopolítica dos corpos em Gilead transcende as justificativas sociais e ambientais inicialmente defendidas pelo regime. A religião assume uma posição de destaque na obra, operando como instrumento de legitimação de práticas de violência institucionalizada na produção de famílias heteronormativas. Um exemplo emblemático dessa estratégia é a *Cerimônia*, um ritual de violência sexual mascarado como ritual religioso, cuja finalidade é a concepção de crianças para o regime. Essa prática, historicamente documentada em regimes autoritários e totalitários, naturaliza desigualdades estruturais e restringe os direitos femininos (Silva; Costa; Coêlho, 2023).

No romance, a *Cerimônia* é descrita com detalhes que evidenciam sua brutalidade e simbologia de submissão. O ritual, destinado a lares de elite, inicia-se na sala de estar, espaço considerado território da Esposa. Antes de entrar, o Comandante bate na porta, marcando simbolicamente o início do processo. Na sala, a Aia está ajoelhada, rodeada pela Esposa, pelas Marthas e pelo Guardiã. O ritual começa com a leitura de um trecho da Bíblia, acessada exclusivamente pelo Comandante.

Essa restrição ao texto sagrado ilustra o monopólio do conhecimento pelo regime, que proíbe as mulheres de ler, argumentando que tal prática seria “impura” e incompatível com suas capacidades intelectuais. O controle rígido sobre quem tem acesso à leitura da Bíblia destaca as contradições do sistema: enquanto promove o texto sagrado



como fundamento de suas práticas totalitárias, mantém-no restrito para impedir interpretações que possam contestar o poder instituído.

Na distopia em foco, Offred/June chega a refletir sobre o potencial da Bíblia como um “instrumento incendiário”, com capacidade para subverter a ordem estabelecida caso fosse acessível a todos. A exclusão sistemática do conhecimento religioso na estória reflete a dimensão ideológica do controle exercido por Gilead, ordenado para perpetuar uma hierarquia de poder falocêntrica e impedir que interpretações igualitárias floresçam.

O romance de Atwood (2017) utiliza, já na epígrafe, um episódio bíblico em que a esterilidade de Raquel leva à oferta de sua serva Bilha para Jacó, a fim de garantir descendência. Essa passagem é retomada na liturgia da Cerimônia em Gilead, sustentando, sob uma interpretação teológica fundamentalista, a legitimação da exploração sexual e reprodutiva das Aias.

A narrativa bíblica, habilmente manipulada pelo Estado de Gilead, torna-se um artifício para implementar e naturalizar a exploração sexual e reprodutiva das Aias. A apropriação de textos sagrados, como a passagem de Gênesis utilizada na Cerimônia, é um exemplo de como a religião pode ser manejada para sustentar estruturas opressoras de poder. Ao longo da história ocidental, políticas fascistas, ancoradas em um sentido imperativo de verdade, têm justificado suas práticas de violência, controle social e reprodução de desigualdades, com base em narrativas bíblicas convertidas em fundamento ideológico.

Magali Cunha (2020), ao refletir sobre os fundamentalismos e a ameaça aos direitos humanos na América do Sul, identifica a questão de gênero como a chave central para compreender o conservadorismo político-religioso. Segundo a autora, a dimensão de gênero atravessa áreas estruturantes da vida e do saber e, por esse motivo, tem se tornado um campo profícuo à disputa de narrativas. Embora teologias que partam de hermenêuticas contextuais (como a Teologia da Libertação, Teologia Feminista, Teologia Queer, entre outras) continuem a resistir ao cristianismo hegemônico (Gebara, 2023), uma ética conservadora tem emergido no campo religioso e ganhado espaço na esfera pública.

No pensamento cristão fundamentalista, a família se constitui como uma “barreira aos excessos da democracia” (Cunha, 2020, p. 30).

Desde sua eclosão na virada do século XIX para o século XX, o fundamentalismo cristão tem se voltado aos papéis de gênero e à vida familiar. Com a ampliação dos direitos das mulheres, desponta a preocupação com um tipo de masculinidade passiva que poderia surgir (Bendroth, 1993). Frente a esse desafio, na década de 1910, homens cristãos começaram a “remasculinizar” o cristianismo estadunidense, produzindo um culto evangélico à masculinidade que se mesclou à cultura dominante após a Segunda Guerra Mundial (Du Mez, 2022).

Em uma pesquisa sobre o evangelicalismo norte-americano, Kristin Du Mez (2022) explica que, durante a Guerra Fria, o fundamentalismo redirecionou sua leitura bíblica para o anticomunismo, o nacionalismo e o militarismo cristão. Du Mez também relata que, por volta da década de 1970, o ativismo de antifeministas cristãs, como Phyllis Schlafly⁹, “ajudou a convencer as mulheres conservadoras que eram as feministas que as estavam violando, forçando-as a desempenhar papéis que elas não queriam e expondo-as ao perigo ao privá-las - e ao privar suas filhas - da proteção masculina” (Du Mez, 2022, p. 84).

É nesse contexto de efervescência de pautas antifeministas e da agência de políticos conservadores que Margaret Atwood escreve e publica *O Conto da Aia* e, três décadas depois, *Os Testamentos*. Na trama de Gilead, as mulheres, embora silenciadas e violadas em seus corpos e em suas potencialidades intelectuais, ocupam papel central na narrativa. Assim como na distopia, tanto no passado quanto no presente, os corpos marcados como femininos são alvo de vigilância moral e de regulação estatal no exercício da sexualidade e da capacidade reprodutiva. No próximo tópico, discutiremos sobre violências de gênero em contextos atuais e sobre a urgência de práticas pedagógicas feministas.

Reflexões sobre controle, resistência e violência de gênero: entre a ficção e a realidade

A obra *O Conto da Aia* excede os limites da ficção para servir como um alerta sobre os perigos da manipulação de crises e discursos

⁹ Cabe dizer que, em *Os Testamentos*, há um refeitório chamado Schlafly Café. Em entrevista, a autora Margaret Atwood confirmou ter nomeado o café em referência à ativista ultraconservadora Phyllis Schlafly.



religiosos como ferramentas de controle social. Ao abordar o apagamento de identidades, a restrição ao conhecimento e, centralmente, o controle sobre os corpos femininos, Atwood (2017) provoca reflexões sobre os mecanismos que sustentam regimes totalitários. Sua obra não é classificada pela autora como ficção científica, mas como ficção especulativa, um gênero que explora futuros plausíveis a partir de estruturas sociais, políticas e tecnológicas já existentes. Essa distinção é crucial, pois reforça que os elementos de Gilead não são fantasiosos, mas projeções de tendências observáveis na realidade.

Essa conexão com o mundo real explica por que a obra ressoa tão fortemente décadas após sua publicação. A figura da Aia tornou-se um símbolo político de resistência em contextos contemporâneos. Um exemplo expressivo ocorreu no Brasil, em 2018, quando manifestantes vestidas com a indumentária vermelha protestaram no Supremo Tribunal Federal (STF) durante audiências sobre a descriminalização do aborto. Tais atos simbolizam a articulação entre a ficção e as lutas concretas pelo controle dos corpos e pelos direitos reprodutivos (Marques, 2018), um dos focos deste estudo. Essas manifestações denunciam como lógicas patriarcais e autoritárias ameaçam os direitos de mulheres e outros grupos marginalizados, alinhando-se à necessidade de uma educação crítica que dialogue com a bioética e o papel social da ciência.

A pertinência da obra de Atwood se aprofunda quando analisamos a “cultura do estupro”, conceito que descreve ambientes em que a violência sexual é normalizada e institucionalizada (Sousa, 2017). Em Gilead, essa cultura é a própria lei, mas suas raízes, a objetificação feminina, a culpabilização da vítima e a associação da masculinidade à agressão, estão presentes em nossa sociedade.

A análise de Angela Davis (2017) é fundamental ao desconstruir a ideia de que a violência sexual é uma necessidade biológica masculina, apontando-a como uma construção social que legitima o poder. Esse argumento desafia diretamente o determinismo biológico, um dos discursos que o ensino de Biologia, conforme os objetivos desta pesquisa, deve se propor a criticar. Em vez de naturalizar comportamentos, a discussão sobre gênero e sexualidade deve reafirmar o consentimento e a autonomia corporal.

Compreender o estupro como um fenômeno estrutural, e não apenas individual, é o que permite identificar as dinâmicas de Gilead em nosso próprio contexto. A narrativa de Atwood denuncia como a normalização da violência e o controle dos corpos são estratégias basilares de sistemas autoritários, convidando-nos a uma reflexão crítica sobre a persistência dessas dinâmicas em sociedades democráticas. Um paralelo direto pode ser traçado com propostas legislativas no Brasil, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 164/2012, que busca garantir o direito à vida desde a concepção. Se aprovada, a PEC poderia revogar o direito ao aborto legal em casos de estupro, risco à vida da gestante e anencefalia (Brasil, 2012).

Iniciativas como essa evidenciam como agendas conservadoras podem utilizar o aparato estatal para suprimir direitos sexuais e reprodutivos, temas centrais para o currículo de Biologia. A discussão sobre a PEC em sala de aula, à luz de *O Conto da Aia*, permite explorar a interface entre ciência (desenvolvimento embrionário), saúde pública (aborto seguro) e direitos humanos (autonomia feminina), cumprindo o objetivo de contextualizar o ensino.

O alerta de Atwood se torna ainda mais premente diante de projeções demográficas, como as do IBGE, que preveem um declínio da população brasileira a partir de 2041 (Agência Brasil, 2024). Um contexto de declínio populacional pode se tornar terreno fértil para discursos que justifiquem medidas restritivas, espelhando a crise de fertilidade de Gilead. A obra de Atwood, portanto, funciona como um espelho de realidades potenciais, destacando a necessidade de vigilância constante para preservar os direitos conquistados.

Inspiradas por essa potente conexão entre a distopia feminista e os desafios contemporâneos, as próximas seções apresentarão estratégias pedagógicas para promover uma educação emancipadora no ensino de Biologia, a partir de uma pedagogia feminista e do letramento de gênero.

Pedagogia feminista e letramento de gênero: reflexões a partir das obras de Margaret Atwood

Se em *O Conto da Aia* a passividade surge como uma estratégia de sobrevivência, em *Os Testamentos* Atwood aprofunda a análise dos mecanismos de opressão, demonstrando a internalização dos valores



sociais impostos. Nesse segundo volume, os mecanismos opressivos, já consolidados, tornam-se naturalizados e parte da cultura, perpetuando-se como práticas sociais legítimas.

Narrado em primeira pessoa, *Os Testamentos* apresenta três perspectivas femininas distintas: Tia Lydia, uma figura central na construção do regime de Gilead; Agnes Jemima, uma adolescente oriunda de uma família influente dentro do sistema; e Daisy, uma jovem de dezesseis anos criada fora dos muros de Gilead, mas cuja história inevitavelmente se conecta ao regime. É por meio das reflexões de Agnes que se percebe como as meninas eram moldadas desde a infância para aceitar seus papéis. Tanto no ambiente familiar quanto no escolar, os ensinamentos limitavam-se à memorização de passagens bíblicas (sem que pudessem lê-las) e a lições que reforçavam regras de comportamento, casamento e manutenção do lar (Atwood, 2019).

A estrutura social de Gilead disseminava-se inclusive por meio de brinquedos. A casa de bonecas de Agnes, por exemplo, era composta por uma boneca-mãe com o vestido azul das Esposas; uma boneca-menina com trajes de cores variadas, conforme a ocasião; três bonecas-Marthas com seus aventais verdes; um Guardião que servia como “Olho do governo”; dois Anjos armados no portão; um boneco Comandante; e, por fim, uma boneca-Aia com seu vestido vermelho e barriga de grávida (Atwood, 2019). Esses brinquedos não eram meros objetos de entretenimento, mas instrumentos de doutrinação que reforçavam a estrutura patriarcal desde cedo. A casa de bonecas reproduzia a hierarquia social em que cada figura feminina tinha um papel rigidamente definido: a Esposa adornada, as Marthas serviçais e a Aia reduzida à sua função reprodutiva.

A presença de guardiões e soldados armados enfatiza o controle e a vigilância constantes, naturalizando a submissão e a obediência. Ao transformar a opressão em brincadeira, Gilead assegura que as meninas cresçam internalizando a ordem imposta, limitando sua percepção de si mesmas e do mundo. Essa socialização precoce não apenas perpetua a subjugação feminina, mas também demonstra como normas culturais e objetos aparentemente inofensivos podem ser usados para consolidar ideologias opressoras.

Apesar do caráter “ficcional” da narrativa, as condições de subalternidade descritas por Atwood (2019) não se distanciam das opressões históricas vivenciadas pelas mulheres. Essa conexão é explorada por Gerda Lerner (2019) em *A Criação do Patriarcado: História da Opressão das Mulheres pelos Homens*, em que a autora elabora um panorama das estruturas familiares e sociais que perpetuam uma ideologia de inferioridade feminina.

Lerner (2019) aponta que essas instituições refletem, reproduzem e reforçam a ordem estatal, naturalizando desigualdades e consolidando o trabalho doméstico como uma atribuição essencialmente feminina. A construção dessa hierarquia de gênero é vista como naturalizada porque é transmitida de geração em geração, seja por meio de ensinamentos formais ou informais, estabelecendo um ciclo contínuo de subordinação.

Essa lógica de opressão é detalhada na narrativa de Agnes, que descreve como as jovens eram ensinadas a se submeter a normas que controlavam seus corpos e apagavam sua autonomia. Atwood (2019, p. 17) expõe essa realidade ao narrar as regras impostas às meninas: “Braços cobertos, cabelos cobertos [...] porque os impulsos dos homens eram obscuros e esses impulsos precisavam ser coibidos”. Essa educação repressiva, que responsabiliza o corpo feminino, evidencia como normas culturais sustentam a perpetuação de convenções de gênero e se contrapõem diretamente aos propósitos de uma educação científica voltada ao corpo e à sexualidade.

Em Gilead, a ausência de uma educação emancipadora é determinante para a perpetuação da opressão. A proibição da leitura e da escrita evidencia a funcionalidade da ignorância como projeto de controle. Enquanto a distopia de Atwood tem sido banida de escolas (Bonfim, 2024), é a partir dela que refletimos sobre como sistemas educacionais podem privilegiar discursos que reproduzem desigualdades. Estudos como os de Ana Maria Silva e Carla Regina Souza (2021) destacam que currículos pouco inclusivos perpetuam estereótipos, evidenciando a urgência de práticas pedagógicas que priorizem a equidade e o pensamento crítico.

Nesse sentido, a pedagogia feminista (Louro, 2000) desponta como uma ferramenta eficaz no enfrentamento das desigualdades estruturais, oferecendo instrumentos para o desenvolvimento de uma visão crítica sobre as relações de poder. Diferentemente de uma educação bancária, que apenas deposita informações, a pedagogia



feminista, como articulada por autoras como Cecília Sardenberg (2006), propõe uma “subversão epistemológica”. Ela questiona aquilo que é ensinado, como é ensinado e para quem, desafiando a suposta neutralidade do conhecimento científico e expondo como este historicamente excluiu as experiências e contribuições das mulheres e de outros grupos marginalizados.

O conceito de letramento de gênero surge, então, como uma abordagem prática para essa subversão. Trata-se de formar cidadãos críticos, capazes de ler o mundo e suas próprias experiências pelas lentes de gênero, questionando e desconstruindo as normas que sustentam desigualdades. Essa prática, para ser verdadeiramente transformadora, precisa ser interseccional. É aqui que a contribuição de bell hooks (2018) se torna fundamental. Para hooks, uma pedagogia feminista engajada não pode falar de “mulher” como uma categoria universal; deve, obrigatoriamente, dialogar com as interseções de gênero, raça, classe e sexualidade. Em *Ensinando a Transgredir*, hooks (2018) defende uma educação como prática da liberdade que ocorre por meio do diálogo e da reflexão crítica, instrumentos essenciais para a transformação social.

Além disso, integrar as contribuições históricas e culturais das mulheres ao currículo escolar é uma estratégia necessária para superar o silenciamento e a exclusão histórica. Denise Sato, Izabel Magalhães e José Batista Junior (2012) ressaltam que os letramentos são práticas sociais que operam na interação entre sujeitos e discursos hegemônicos. Incorporar essas perspectivas possibilita às estudantes uma compreensão ampliada das forças que perpetuam desigualdades, ao mesmo tempo em que estimula o desenvolvimento de uma postura crítica e reflexiva.

Nesse processo, a pedagogia feminista deve articular-se com os princípios de Paulo Freire (1996) sobre educação como ato político e prática de liberdade, unindo reflexão e ação em um ambiente educacional que valoriza a criticidade como elemento de emancipação. Assim, o letramento de gênero transcende o âmbito escolar, tornando-se uma ferramenta de resistência ativa diante dos desafios contemporâneos, reforçando a escola como espaço essencial para a promoção da justiça social e do fortalecimento democrático.

A incorporação do letramento de gênero no currículo escolar, seja na Educação Básica ou na formação universitária de futuras docentes, tem o potencial de ampliar as conexões entre os saberes escolares e as vivências das estudantes, promovendo um diálogo entre a educação e os desafios contemporâneos. Essa abordagem oferece caminhos para que o ensino seja corporificado e contextualizado, subsidiando as educadoras com conhecimentos teórico-práticos para atuarem como agentes transformadoras, não se restringindo apenas ao espaço escolar, mas também alcançando suas comunidades. Tal perspectiva torna possível o enfrentamento das estruturas de poder que perpetuam as desigualdades de gênero, reforçando o papel social da educação como um instrumento para a construção de uma sociedade mais inclusiva.

Nesse contexto, a adoção de uma abordagem interseccional apresenta-se como indispensável para articular as diversas dimensões do conhecimento e das experiências humanas, ao evidenciar que categorias como gênero, raça, classe e sexualidade não existem de forma isolada, mas interagem de maneira complexa na produção das desigualdades. A interseccionalidade permite compreender as estruturas de poder que permanecem naturalizadas nas práticas pedagógicas e nos discursos educacionais. A partir dessa perspectiva, a valorização da diversidade deixa de ser um objetivo periférico para tornar-se um princípio essencial na promoção da justiça social e na consolidação de uma educação que respeita a dignidade humana em sua totalidade.

Diante desse cenário, que opõe uma educação para o controle, como a de Gilead, a uma educação para a liberdade, fundamentada na pedagogia feminista e no letramento de gênero, torna-se fundamental traduzir a teoria em prática. Se a análise literária e teórica demonstrou por que é crucial abordar essas questões, a próxima seção se dedicará a explorar como fazê-lo. A seguir, serão apresentadas propostas didáticas que articulam a ficção de Atwood ao currículo de Biologia, com o objetivo de promover um ensino crítico, interseccional e verdadeiramente emancipador, capaz de formar cidadãs conscientes e preparadas para defender uma sociedade democrática e justa.



Propostas didáticas para o letramento de gênero no Ensino de Biologia a partir de uma perspectiva interseccional

Promover o letramento de gênero no Ensino de Biologia transcende a mera transmissão de conceitos biológicos; exige a integração de práticas pedagógicas contínuas e intrinsecamente ligadas ao currículo. Este estudo, fundamentado no compromisso com a justiça social, propõe uma articulação inovadora entre a ficção distópica de Margaret Atwood e uma abordagem interseccional. Reconhecemos que as vivências individuais são moldadas pela complexa intersecção de gênero, raça, classe e sexualidade.

Como recurso complementar à leitura dos romances, propõe-se a análise de episódios da adaptação televisiva *The Handmaid's Tale* (2017). É fundamental ressaltar que a série possui classificação indicativa para maiores de 18 anos, devido ao seu conteúdo explícito. Sua linguagem audiovisual pode favorecer a problematização de cenas-chave ligadas a sexualidade, coerção reprodutiva e vigilância do corpo, mas a utilização em sala de aula exige extrema cautela na mediação docente e é restrita a turmas com a faixa etária adequada. Caso o acesso a plataformas de streaming seja inviável ou o público seja menor de idade, a proposta deve ser adaptada, utilizando trailers oficiais, entrevistas, resenhas críticas e outros materiais de divulgação disponíveis publicamente para preservar o foco pedagógico sem expor os alunos a conteúdo inadequado.

Essa perspectiva encontra respaldo nos documentos normativos da educação brasileira, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, Brasil, 2018) e o Plano Nacional de Educação (PNE, Brasil, 2014), que preconizam o respeito aos direitos humanos e a superação das desigualdades sociais. Contudo, apesar dessa legitimidade normativa, a efetiva incorporação dessas temáticas no cotidiano escolar ainda enfrenta desafios significativos, especialmente no que tange à formação continuada de docentes (Martins, 2021). Diante disso, as estratégias aqui delineadas são concebidas como um percurso investigativo e dialógico, caracterizado pela adaptabilidade às realidades específicas de cada turma.

O ponto de partida para essa abordagem pedagógica reside na premissa de Gilead: uma crise global de fertilidade, desencadeada por desastres ambientais. Essa distopia serve como uma possível ponte conceitual entre a ciência biológica, as implicações éticas e as estruturas políticas. No contexto do ensino de Biologia, a obra de Margaret Atwood oferece um terreno fértil para explorar o sistema reprodutor humano e a endocrinologia não como processos fisiológicos isolados, mas como fenômenos profundamente interligados a fatores sociais e ambientais. O professor pode, inspirado na “Pedagogia da Pergunta” de Paulo Freire (1996), instigar a reflexão crítica a partir de questionamentos provocativos como: *Quais fatores em nosso mundo contemporâneo podem impactar a fertilidade humana? E, crucialmente, quem são os grupos sociais mais vulneráveis a esses impactos? Que grupos, em termos de raça, classe e território, ficam mais expostos a contaminantes e com menor acesso a diagnóstico e tratamento?*

Essa abordagem convida as estudantes a transcender a superfície dos conceitos e aprofundar-se na pesquisa sobre os efeitos de desreguladores endócrinos, metais pesados e poluição na saúde reprodutiva. A discussão, então, pode expandir-se para além da fisiologia, questionando quais comunidades são desproporcionalmente expostas a esses contaminantes. Isso permite uma articulação direta do conteúdo biológico com conceitos sociológicos como o racismo ambiental, evidenciando que os desastres ecológicos não se distribuem de forma equitativa. A obra de Atwood, ao retratar a marginalização de mulheres inférteis ou mais velhas, forçadas a servir como “Tias” para evitar as “Colônias”, que eram locais de trabalho forçado em ambientes tóxicos (Atwood, 2017, p. 284), é um exemplo contundente das consequências sociais e éticas de uma crise biológica negligenciada.

As obras de Atwood são igualmente potentes para a problematização de discursos pseudocientíficos e deterministas que, historicamente, foram utilizados para justificar e perpetuar desigualdades sociais. A emblemática frase “Somos úteros de duas pernas, isso é tudo: receptáculos sagrados, cálices ambulantes” (Atwood, 2017, p. 129) serve como um catalisador para um debate crítico. O professor pode mediar essa discussão a partir de indagações como: *existem características biológicas intrínsecas que justifiquem a desigualdade entre homens e mulheres? De que maneira a ciência foi historicamente instrumentalizada para provar a inferioridade de determinados grupos sociais?* A atividade deve exigir que as estudantes



indiquem quem sofre maior dano social quando a ciência é usada para justificar hierarquias, situando raça, classe, deficiência e dissidências de gênero no centro da análise.

Essa discussão ressignifica o ensino de genética e hereditariedade, permitindo demonstrar que a vasta variabilidade biológica humana, longe de legitimar hierarquias sociais, é um pilar da diversidade. É uma oportunidade para desconstruir o binarismo de gênero, estabelecendo distinções claras entre sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual. Além disso, permite analisar criticamente como discursos biologizantes serviram de base para projetos eugenistas e para a exclusão sistemática de populações negras, indígenas e pessoas com deficiência, revelando a perigosa intersecção entre ciência distorcida e opressão social.

Para a concretização dessa abordagem transformadora, as estratégias pedagógicas devem ser intrinsecamente investigativas e participativas. A obra de Atwood, ao descrever o trágico destino dos bebês "Não-bebês" - "[...] não sabíamos exatamente o que aconteceria com os bebês que não recebiam aprovação, que eram declarados Não-bebês. Mas sabíamos que eram postos em algum lugar, rapidamente descartados" (Atwood, 2017, p. 106) -, oferece um ponto de partida para a análise de trechos em que a ciência é explicitamente manipulada para legitimar a opressão. A partir dessa análise, pode-se propor a criação de júris simulados sobre temas complexos de bioética, como a edição gênica (CRISPR), os limites éticos da reprodução assistida ou as nuances da legislação sobre o aborto no Brasil, fomentando o pensamento crítico e a argumentação fundamentada.

A "Cerimônia" de Gilead, um estupro ritualizado e justificado por preceitos religiosos, emerge como um ponto de partida visceral para uma discussão aprofundada sobre consentimento, a cultura do estupro e a autonomia corporal. A descrição da protagonista expõe a brutalidade da opressão:

Minha saia vermelha é puxada para cima até minha cintura, mas não acima disso. Abaixo dela o Comandante está fodendo. O que ele está fodendo é a parte inferior de meu corpo. Não digo fazendo amor, porque não é o que ele está fazendo. Copular também seria inadequado porque teria como pressuposto duas pessoas e apenas

uma está envolvida. Tampouco estupro descreve o ato: nada está acontecendo aqui que eu não tenha concordado formalmente em fazer. Não havia muita escolha, mas havia alguma, e isso foi o que escolhi (Atwood, 2017, p. 90)

Esses temas podem ser diretamente conectados ao currículo de saúde sexual e prevenção de ISTs, mas sob uma ótica ampliada de direitos humanos e cidadania. A vinculação desses debates com os protocolos do Sistema Único de Saúde (SUS) e com as realidades específicas de jovens LGBTQIAPN+, mulheres negras e indígenas reforça o caráter social e engajado do ensino, demonstrando que a Biologia é uma ciência encarnada, com implicações diretas na vida, na saúde e na dignidade das pessoas, e não um campo de estudo neutro e descontextualizado.

A perspectiva interseccional, que atua como fio condutor de toda a proposta pedagógica, deve ser explicitada de forma intencional e contínua. Isso, além de enriquecer a compreensão dos fenômenos biológicos e sociais, também fomenta uma leitura crítica da própria obra de Atwood. A professora pode instigar a turma a refletir sobre a adaptação televisiva de *O Conto da Aia*: a série incluiu uma diversidade racial que não era proeminente no livro de 1985. *Por que essa mudança foi importante e qual o seu impacto na narrativa? Como a experiência de uma Aia negra, que carrega em sua história o legado da escravidão e da exploração reprodutiva de mulheres negras, seria fundamentalmente diferente da de uma Aia branca? Que papéis seriam designados a mulheres trans, com deficiência ou de outras identidades marginalizadas em um regime totalitário como Gilead?*

Essa análise aprofundada permite que as estudantes compreendam, de forma concreta e empática, como as opressões de gênero, raça e classe se intersectam e se potencializam, tornando certos corpos e vidas desproporcionalmente mais vulneráveis. Para materializar essa reflexão, pode-se analisar dados atuais sobre feminicídio, mortalidade materna e violência obstétrica no Brasil, observando os brutais recortes de raça e classe que as estatísticas revelam, e como esses dados refletem as estruturas de poder e desigualdade presentes na sociedade.

Finalmente, o letramento de gênero no ensino de Biologia não se restringe a ações isoladas ou a um momento pontual do currículo. Sua



avaliação deve ser igualmente processual e formativa, valorizando a capacidade de argumentação crítica, a participação ativa e a construção coletiva do conhecimento. A articulação com outros componentes curriculares, como Sociologia, História, Geografia e Literatura, enriquece exponencialmente o debate, promovendo uma visão holística e interdisciplinar. A produção de diários reflexivos, a organização de rodas de conversa ou a criação de *podcasts* pelas estudantes são estratégias que favorecem a expressão de múltiplas vozes e a consolidação do aprendizado.

Ao conectar conceitos biológicos à denúncia de desigualdades estruturais e à promoção da justiça social, a Biologia escolar transcende a transmissão de fatos e se converte em um espaço privilegiado de formação cidadã. Nesse ambiente, as estudantes são capacitadas a ler a ciência e o mundo de forma crítica, a questionar narrativas dominantes e a atuar como agentes de transformação social, em consonância com as finalidades de uma educação verdadeiramente emancipadora. A Biologia, assim, deixa de ser uma disciplina isolada para se tornar uma ferramenta poderosa para a compreensão e a intervenção nas complexas realidades sociais.

Considerações finais

Este estudo buscou responder de que maneira as obras de Margaret Atwood poderiam ser mobilizadas no ensino de Biologia para a construção de práticas pedagógicas críticas. A análise desenvolvida reafirmou o potencial da ficção especulativa feminista como um recurso pedagógico catalisador de questionamentos essenciais sobre ciência, poder e sociedade. Conclui-se que, ao articular a análise de *O Conto da Aia* e *Os Testamentos* a uma pedagogia feminista e interseccional, é possível transcender o ensino meramente descritivo da Biologia, transformando-o em um espaço para a formação de sujeitas críticas.

A experiência distópica de Gilead demonstra, com contundência, como discursos religiosos e pseudocientíficos se articulam para legitimar a subjugação, especialmente sobre os corpos femininos. A literatura, ao

dramatizar a perda de direitos e a emergência de resistências, opera como um alerta para as fragilidades da democracia. Nesse sentido, este artigo argumenta pela ressignificação do papel da escola, posicionando-a como locus de enfrentamento às violências simbólicas e materiais. Integrar as obras de Atwood às experiências didáticas, portanto, amplia as possibilidades de trabalhar a justiça social e a equidade como princípios fundantes da educação científica.

Ao propor estratégias para o letramento de gênero, este trabalho contribui para o debate sobre a necessidade de um currículo que supere a fragmentação de conteúdos e assuma a formação ética e cidadã como seu eixo central. Reconhece-se, contudo, as limitações deste estudo, que se constitui como um ensaio teórico-analítico. A efetividade das propostas aqui delineadas carece de validação empírica. Nesse sentido, sugerem-se pesquisas futuras que apliquem e avaliem estas ou outras estratégias didáticas em contextos escolares reais, investigando as percepções de docentes e estudantes e os desafios práticos de sua implementação.

Ainda assim, a urgência da formação docente, inicial e continuada, emerge como um ponto nevrálgico. É indispensável investir em processos formativos que ofereçam segurança teórica e metodológica para que educadoras e educadores possam atuar com autonomia, fortalecendo a escola como espaço de resistência e transformação social, especialmente diante do avanço de agendas que ameaçam a laicidade do Estado e a liberdade de cátedra.

Por fim, entende-se que a integração do letramento de gênero ao cotidiano escolar, de forma transversal e interdisciplinar, não é apenas uma resposta às normativas educacionais. Em um tempo de negacionismos e ataques à ciência e aos direitos humanos, tal prática representa um gesto político e pedagógico fundamental. Trata-se de um compromisso com a formação de cidadãs capazes de ler o mundo de forma crítica, de valorizar a diversidade e de se engajar ativamente na construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. Projeção do IBGE mostra que população do país vai parar de crescer em 2041. **Agência Brasil**, 8 ago. 2024. Disponível em:



<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202408/populacao-do-pais-vai-parar-de-crescer-em-2041>. Acesso em: 28 nov. 2024.

ATWOOD, Margaret. **O Conto da Aia**. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

ATWOOD, Margaret. **Os testamentos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2019.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 17 mar. 2025.

BRASIL. **Câmara dos Deputados. Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania**. Reunião Deliberativa Extraordinária: votação nominal do parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição n. 164/2012. Brasília, 27 nov. 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/presenca-comissoes/votacao-portal?reuniao=74989&itemVotacao=64806>. Acesso em: 30 nov. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 31 jul. 2025.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição n. 164/2012**. Dá nova redação ao caput do art. 5º da Constituição Federal. Apresentação: 02 de maio de 2012. Autores: Eduardo Cunha - PMDB/RJ e outros. Situação: Aguardando Criação de Comissão Temporária pela Mesa Diretora. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=543252>. Acesso em: 30 nov. 2024.

BENDROTH, Margaret Lamberts. **Fundamentalism and gender, 1875 to the present**. New Haven and London: Yale University Press, 1993.

BONFIM, Thiago. Paulo Freire, Bíblia: escolas nos EUA baniram 10 mil livros desde 2021. **Uol**, São Paulo, 24 set. 2024. Disponível em:

Carla Karine Oliveira Martins.
Tatiana Bezerra de Oliveira Lopes.
Suziele Galdino Batista.
Keissy Carla Oliveira Martins.
Vera de Mattos Machado.

581

<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2024/09/24/livros-banidos-eua.htm> Acesso em 04 mai. 2025.

CUNHA, Magali. **Fundamentalismos, crise da democracia e ameaça aos direitos humanos na América do Sul: tendências e desafios para a ação.** Salvador: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2020.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe.** Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017.

DU MEZ, Kristin Kobes. **Jesus e John Wayne: como o evangelho foi cooptado por movimentos culturais e políticos.** Rio de Janeiro, Thomas Nelson Brasil, 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FONSECA, Barbara; FERREIRA, Gabriella. Trump e a distopia feminista: análise do “conto da Aia” como protesto na Women’s March. **Revista de Educação Histórica**, LAPEDUH, n. 20, p. 85-101, 2020.

FOUCAULT, M. (1988). **História da sexualidade I: A vontade de saber** Rio de Janeiro: Graal.

GEBARA, Ivone. **Caminhos para compreender a teologia feminista.** São Paulo: Editora Recriar, 2023.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.

HUXLEY, Aldous. **Admirável Mundo Novo.** São Paulo: Globo, 2008.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens.** São Paulo: Cultrix, 2019.

LEWIS, Sophie; SERESIN, Asa. Fascist Feminism: A Dialogue. **TSQ, Transgender Studies Quarterly**, v. 9, n. 3, 2022.



LE GUIN, Ursula K. **Os Despossuídos**. Rio de Janeiro: Aleph, 2014.

LE GUIN, Ursula K. **A Mão Esquerda da Escuridão**. São Paulo: Editora Aleph, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MARQUES, Marília. Mulheres usam roupas de 'O Conto da Aia' no ato pela descriminalização do aborto em Brasília. **G1**, Distrito Federal, 3 ago. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2018/08/03/mulheres-usam-roupas-de-o-conto-da-aia-em-ato-pela-descriminalizacao-do-aborto-em-brasilia.ghtml>. Acesso em: 28 nov. 2024.

MARTINS, Carla Karine Oliveira. **Os saberes sobre gênero e sexualidade na formação inicial e continuada de professoras e professores de Ciências da rede municipal de ensino de Campo Grande-MS**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4279>. Acesso em: 27 ago. 2025.

MOREIRA, Nelson Camatta; VIEIRA, Claudia Bitti Leal. A distopia nossa de cada dia: a violência contra a mulher refletida na literatura especulativa feminista. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, v. 18, n. 1, p. 1-21, 2022.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SANTOS, Alusk Maciel; SANTANA, Gilmar. Das telas para as ruas: o envolvimento político de *The Handmaid's Tale* com a atualidade. **Tropos: comunicação, sociedade e cultura**, v. 9, n. 1, 2020.

SATO, Denise Tamaê Borges; MAGALHÃES, Izabel; BATISTA JÚNIOR, José Ribamar Lopes. Desdobramentos recentes da educação inclusiva no Brasil: discursos e práticas de letramento. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 4, p. 699-724, 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbla/a/FB3hLvgKXPYwf6sgcmMKMvw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 nov. 2024.

SARDENBERG, Cecília M. B. **Pedagogias feministas: uma introdução**. In: Caderno de textos gênero e trabalho. REDOR, 2006. p. 45–58.

SILVA, Ana Maria; SOUZA, Carla Regina. A educação feminina e os estereótipos da socialização: o currículo escolar como instrumento de reprodução. **Congresso de Educação da FAG**, 2021. Disponível em: <https://www.fag.edu.br/novo/pg/congressoeducacao/arquivos/2021/A%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20FEMININA.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2024.

SILVA, Paula Márcia Ktyere Franco da; COSTA, Thais Castro; COELHO, Maria do Socorro Rodrigues. Representação do estupro em “O Conto da Aia” e a sua relação com a violência sexual contra as mulheres no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 10, p. 4551-4567, 2023.

SOUSA, Renata Floriano de. Cultura do estupro: a prática implícita de incitação à violência sexual contra mulheres. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, n. 1, p. 9-29, 2017. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0104-026x2017000100009&script=sci_abstract. Acesso em: 28 nov. 2024.

Dystopian narratives and gender literacy: contributions to biology teaching in basic education

ABSTRACT : This article analyzes the contributions of Margaret Atwood’s *The Handmaid’s Tale* (1985) and *The Testaments* (2019) to biology education, particularly regarding sexuality, reproduction, and reproductive rights. It argues that these feminist dystopian narratives constitute pedagogical resources for citizenship education by fostering debates on gender inequalities and interrogating naturalized conceptions of the body. Drawing on a theoretical–qualitative approach, the study examines how the novels foreground dynamics of power and oppression, articulating parallels between historical contexts and contemporary challenges. It shows that social crises and fundamentalist religious



moralties can be instrumentalized to legitimize control and subordination, especially of women's bodies. The article discusses the potential of these narratives to deconstruct biologizing discourses present in teaching and proposes interdisciplinary instructional strategies that promote gender literacy. Integrating these works into the curriculum broadens understanding of biological phenomena in relation to social, ethical, and political dimensions, contributing to critical and emancipatory pedagogical practices.

KEYWORDS: Biology education. Sexuality education. Dystopian literature. Reproductive rights. Critical education.

Carla Karine OLIVEIRA MARTINS,

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Mestra e Doutoranda em Ensino de Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Licenciada em Ciências Biológicas pela UFMS. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino de Ciências da Natureza (GEPECiN) e do Grupo Estudo e Pesquisa em Formação de Professores e Ensino de Ciências (GEPFOPEC). Bolsista CAPES.

<https://orcid.org/0000-0002-2687-4027>

Tatiana BEZERRA DE OLIVEIRA LOPES,

Universidade Federal de Santa Catarina.

Mestra e Doutoranda em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Integrante do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS). Bolsista CNPq.

<https://orcid.org/0000-0002-1510-1774>

Suziele GALDINO BATISTA,

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Carla Karine Oliveira Martins.
Tatiana Bezerra de Oliveira Lopes.
Suziele Galdino Batista.
Keissy Carla Oliveira Martins.
Vera de Mattos Machado.

585

Mestra em Biologia Vegetal pelo programa de Pós-Graduação em Biologia Vegetal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutoranda em Ensino de Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências da UFMS. Licenciada em Ciências Biológicas pela UFMS. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino de Ciências da Natureza (GEPECiN) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas, Formação de Professores e Tecnologias Educacionais (GEPPFORTE). Bolsista CAPES.

<https://orcid.org/0000-0002-5955-5487>

Keissy Carla OLIVEIRA MARTINS,
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
Mestra e Doutoranda em Ensino de Ciências Naturais pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Licenciada em Física pela UFMS. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino de Ciências da Natureza (GEPECiN) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas, Formação e Tecnologias Educacionais (GEPPFORTE). Bolsista CAPES.

<https://orcid.org/0000-0003-2519-1168>

Vera DE MATTOS MACHADO,
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
Mestra e Doutora em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Licenciada e Bacharela em Ciências Biológicas pela Universidade Santa Úrsula. Docente efetiva da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Atua como pesquisadora nas linhas de Formação de Professores de Ciências e Biologia, Didática das Ciências e no Ensino de Ciências e Biologia. Coordenadora do Grupo de Estudo e Pesquisa em Formação de Professores e Ensino de Ciências (GEPFOPEC).

<https://orcid.org/0000-0002-5595-400X>

Recebido em: 30/11/2025
Aprovado em: 10/03/2026



SEÇÃO TEMÁTICA

**Sapatões:** produções de masculinidades e práticas de recepção midiática

Fernanda Nascimento, *Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)*

Resumo: O artigo investiga as produções de masculinidades em mulheres lésbicas a partir de práticas de recepção midiática. Alicerçada nos estudos culturais e queer, a pesquisa parte do argumento de que as tecnologias de gênero intermediam a produção e regulação de identidades de sexo/gênero. Na relação com a mídia, as interlocutoras que se identificam como *sapatão*, *homossexual*, *mulherzinha*, *lady*, *gay* ou *machorra* demonstram o significativo papel da mesma na formação de suas experiências e identidades, inclusive no modo como a masculinidade se constitui como um rechaço a feminilidade anatômica e discursivamente imposta.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Sexualidade; Mídia; Sapatão; Lesbianidades.



Introdução

Ser uma *sapatão* em uma sociedade alicerçada na cisheteronormatividade significa carregar no corpo a marca da diferença. Gendradas em um sistema desigual, corpos fragmentados por distintos marcadores de geração, pertencimento étnico-racial, origem e deslocamento de classe, que produzem identidades individuais e coletivas em processos de diferenciação (Brah, 2006). Nos tensionamentos que atravessam estas sujeitas, nas rasuras das identidades dissidentes da norma, lésbicas se tornam uma “multidão *queer*” (Preciado, 2019: 421), formada por quem se identifica, no presente estudo, como *sapatão*, *caminhão/caminhoneira*, *homossexual*, *lésbica*, *homoafetiva*, *mulherzinha*, *lady*, *gay*, *LGBT*, *ovelha colorida da família* ou *machorra*.

Compreendo que é preciso deslocar olhos e ouvidos para corpos cujas restrições e interdições sociais impediram uma compreensão mais ampla de suas histórias ao longo do tempo. E, neste artigo apresento narrativas de interlocutoras que oferecem informações para compreender como suas experiências, consideradas abjetas pela sociedade (Butler, 2001), são produzidas na relação com produtos da cultura da mídia (Kellner, 2001).

Em um primeiro momento, apresento os pressupostos teóricos relacionados à mídia. Na sequência, a metodologia e as interlocutoras da pesquisa. Posteriormente, os conceitos de gênero que embasam as análises e são acionados para compreender os processos de identificação e diferenciação das interlocutoras em relação aos produtos midiáticos e audiovisuais. E, por fim, analisa-se as produções de masculinidades em mulheres a partir da relação com a cultura da mídia, interpretando os processos de tensionamento da cisgeneridade¹.

¹ O artigo integra parte das considerações da tese “Sapatões e mídia: produções de identidade a partir de práticas de recepção” (Silva, 2020). O estudo foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Cultura da mídia e identidade

A presença significativa da mídia na contemporaneidade é inegável, ainda que em muitos momentos os estudos centrados nestas investigações tenham sua relevância subestimada ou menosprezada (Bird, 2003). A mídia “contribui para nossa variável capacidade de compreender o mundo, de produzir e partilhar seus significados” (Silverstone, 2002: 13). Sendo assim, é uma das instituições decisivas nas construções de sentidos, estabelecimento de relações de pertencimento e construções de identidades individuais e coletivas. Como define Roger Silverstone: “a mídia é onipresente, diária, uma dimensão essencial de nossa experiência contemporânea. É impossível escapar à presença, à representação da mídia” (2002: 12).

Em uma cultura “saturada pela mídia” (Bird, 2003: 3) os valores sociais são, ao mesmo tempo, disseminados e produzidos neste espaço. A nossa realidade é mediada e produzida dentro destas instituições, formadas por redes complexas de relações nas quais as esferas da produção, da recepção e do contexto se articulam. A mídia é um dos espaços pelos quais compartilhamos uma série de significados em comum, ao mesmo tempo integrante e parte do processo de construção cultural.

A presença em nosso cotidiano acontece porque vivemos em uma sociedade “colonizada pela mídia” (Kellner, 2001: 54), que se tornou uma “força dominante na cultura, na socialização, na política e na vida social” (Ibid: 26). Os significados compartilhados socialmente e que contribuem para a construção da realidade são produzidos também desde a cultura da mídia. E esses significados e construções são parte fundamental para entender a relevância da mídia em nosso cotidiano. Sua existência depende justamente dos sentidos atribuídos, negociados e apropriados.

Parto do entendimento de que as identidades são construídas a partir de múltiplas articulações, enfatizando-as na relação com a cultura da mídia, mas não isolando-as de outras instituições sociais. Como afirma Richard Johnson, o “objeto último dos Estudos Culturais não é, em minha opinião, o texto, *mas a vida subjetiva das formas sociais em cada momento de sua circulação, incluindo suas corporificações textuais*” (2006: 75 – grifos meus). Assim, ao entender que o texto é “apenas um meio” (Ibid: 75) e que a mediação da cultura da mídia “não



começa nem termina com um texto singular” (Silverstone, 2002:37), analiso as maneiras pelas quais a mídia está “firmemente ancorada na rede da cultura”, sendo “articulada pelos indivíduos de diferentes maneiras” (Bird, 2003: 3).

Neste sentido, desenvolvo um estudo de práticas de recepção, “a partir do reconhecimento do sujeito e da pertinência de uma teoria que parte das concepções deste último, de sua subjetividade para pensar os processos comunicativos” (Gomes, 2004: 31). Assim, associo-me às perspectivas teóricas que compreendem que os sujeitos são capazes de processar “as informações do ponto de vista do tesouro cultural que dispõe, acionando o conjunto de práticas, hábitos e saberes ao qual tem acesso, para avaliar, julgar, processar e interpretar os dados” (Ibid: 42).

A escolha por abordar as construções identitárias de *sapatões* desde as práticas de recepção carrega consigo a necessidade de ouvir as vozes dissidentes. É uma decisão em compreender como se articulam as narrativas com as vivências, produzindo novas formas de sociabilidade, interação, pertencimento e construindo identidades.

Distanciando-me de paradigmas que compreendem a onipresença da mídia em uma dicotomia entre emissores-dominantes e receptores-dominados, interpreto não apenas os “rastros do dominador”, mas as vozes dos dominados e dos conflitos. Entendo assim que as leituras são polissêmicas, tornando-se necessário “dar visibilidade à audiência, isto é, aos sujeitos engajados na produção de sentidos” (Escosteguy, 2007: 166).

Como gênero, sexualidade e mídia são espaços de construção, significação e ressignificação, as disputas por visibilidade e pluralidade são contínuas. A luta pela hegemonia cultural, “nunca é uma vitória ou dominação pura [...] sempre tem a ver com a mudança no equilíbrio de poder nas relações de cultura” (Hall, 2013: 376). Neste jogo de tensionamentos, as receptoras são agentes ativas nas mudanças e continuidades destas visibilidades, reivindicando representatividade na mídia, se apropriando de produtos culturais para construir novos códigos, ressignificando narrativas, propiciando processos de diferenciação difusos.

Ouvindo sapatões: as sujeitas e a metodologia

O processo de escolha dos caminhos epistemológicos, teóricos e metodológicos foi caracterizado por definições difíceis. Cada decisão está inserida em uma forma de compreender o mundo e tem consequências na maneira como nos relacionamos com as interlocutoras de pesquisa. As sujeitas da pesquisa situam-se em um grupo socialmente marginalizado, de sexualidade dissidente, e possuem marcadores identitários que as aproximam e diferenciam. Elas compartilham de território geográfico: a cidade de Porto Alegre e região metropolitana (Rio Grande do Sul, Brasil) e possuem uma faixa etária entre 20 e 35 anos. Se identificam com designação de gênero que lhes foi atribuída ao nascimento: são mulheres cisgênero, ainda que algumas delas não sejam imediatamente reconhecidas como tal, por performarem masculinidades. Compartilham um período histórico e uma temporalidade da oferta de mídias, ainda que não acessem de forma semelhante os recursos.

Com relação à identidade sexual, as interlocutoras se autodefinem como *sapatão*, *caminhão/caminhoneira*, *homossexual*, *lésbica*, *homoafetiva*, *mulherzinha*, *lady*, *gay*, *LGBT*, *ovelha colorida da família* ou *machorra*, dependendo do contexto em que estão inseridas, dos integrantes do diálogo e do acionamento de códigos de gênero e posicionamentos de classe. Utilizo aqui o termo *sapatão* por entender que o processo de interpretação demonstrou que a “multidão *queer*” (Preciado, 2019) da pesquisa se relaciona sobremaneira com esta categoria.

Sapatão, essa perigosa identidade rasurada, que ameaça a cisheteronormatividade por borrar fronteiras de gênero e sexualidade e que nem sempre teve seu nome apenas sussurrado, é apropriada pelas interlocutoras para falar de si. As mulheres que integram esta pesquisa são *sapatão* ou se relacionam com outras *sapatão* de muitas formas: para designar uma performatividade de gênero, quando afirmam que elas ou as outras são *bem sapatão* ou *sapatões mesmo*; como uma gíria, uma *coisa entre as amigas, na rua*; como uma identidade política *uma coisa de se empoderar* e de *colocar respeito*. Dentre os múltiplos significados possíveis, *sapatão* é, ao mesmo tempo, uma identidade sexual e de gênero rasurada, instável, difusa, cujas relações estabelecidas são profícuas e emerge, assim, não apenas como uma categoria nativa, mas também como uma categoria analítica.



As interlocutoras se deslocam e se relacionam com as demais carregando consigo diferentes marcadores identitários e é a partir destes que produzem processos de identificação e diferenciação, na medida em que “os paradigmas interseccionais nos lembram que a opressão não é redutível a um tipo fundamental e que formas de opressão agem conjuntamente na produção da injustiça” (Collins, 2019: 57). Como pontua Avtar Brah, “nossa inserção nessas relações globais de poder se realiza através de uma miríade de processos econômicos, políticos e ideológicos. Dentro dessas estruturas de relações sociais não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas” (2006: 341). Assim, suas auto identificação etnico-raciais demonstram que elas podem ser também *branca, morena, meio parda/meio amarela, parda e café com leite/negra*.

Neste estudo o consumo midiático é entendido “para além da compreensão da recepção de um produto particular, mas como o conjunto de processos que condicionam e atravessam essa recepção” (Schmitz; Fantoni; Mazer, 2015: 57). Nesse sentido, a investigação centra-se nas relações com a produção midiática estabelecidas pelas interlocutoras com os grandes meios midiáticos, como televisão, cinema, rádio, jornal etc.; entre gêneros midiáticos do jornalismo e do entretenimento; e produtos/conteúdos como novelas, filmes, programas de auditório, shows etc. As relações são interpretadas a partir da emergência dos temas no campo.

Como estratégia metodológica, utilizei como técnicas de pesquisa a entrevista e a produção de diário de campo, ambas desenvolvidas a partir de inspiração da etnografia. A entrevista foi escolhida por ser uma narrativa capaz de oportunizar interpretações sobre as experiências que as interlocutoras me permitiram acessar. Conforme Leonor Arfuch, “a entrevista é uma narrativa, isto é, um relato de histórias diversas que reforçam uma ordem de vida, de pensamento, de posições sociais e de pertencimento” (1995: 89). Ao recorrer às entrevistas também adotei como princípio o posicionamento de Nick Couldry a respeito da compreensão da voz dos sujeitos como um “processo contínuo de reflexão, trocando narrativas indo e voltando em nosso passado e presente, entre nós e os outros” (2010: 8).

As entrevistas foram iniciadas com o pedido para que as interlocutoras relatassem suas vidas – sem o estabelecimento de uma temporalidade ou menção direta com produtos da cultura da mídia. A

proposta foi inspirada no projeto *A visibilidade da vida ordinária das mulheres na mídia* (Escosteguy, 2013), que, entre as considerações do estudo aponta: “tais narrativas identitárias são reveladoras de processos culturais maiores e mais abrangentes, expressando a presença fluída e penetrante da mídia nos modos de ser” (Escosteguy, 2013: 148). Como afirma Leonor Artfuch, “a história de vida tem, assim, a ver com o sentido da vida, mesmo que o narrador não esteja ciente disso” (1995: 89).

A maioria das interlocutoras demonstrou hesitação e/ou surpresa em iniciar suas narrativas sem uma pergunta direcionada. Posteriormente, desenvolvi a entrevista a partir de roteiro temático, no qual provoqueei as interlocutoras a refletirem sobre aspectos específicos de suas vidas, perguntando-lhes diretamente sobre assuntos recorrentes no cotidiano das populações de sexualidade dissidente, como o processo de saída do armário, o estabelecimento de relações de socialização, os relacionamentos afetivo/sexuais (Facchini, 2008; Lacombe, 2010; Meinerz, 2011).

Em um terceiro momento, tendo em vista a proeminência das categorias “visibilidade/invisibilidade” relacionadas à identidade de mulheres que se relacionam afetiva/sexualmente com mulheres na trajetória política dos movimentos em torno de direitos sexuais (Almeida; Heilborn, 2008; Green, 2000; Rich, 2010; Wittig, 2019; Falquet, 2012), bem como a centralidade da mídia na discussão sobre representação e representatividade (Nascimento, 2015; Shohat, Stam, 2006; Kellner, 2001; Hall, 2013) e como uma tecnologia de gênero (De Lauretis, 2019), realizei uma pergunta mais diretamente relacionada ao tema, sobre a realização ou não do consumo de produtos/conteúdos motivados pela presença/participação de mulheres lésbicas.

Masculinidades em mulheres: uma questão de gênero

A partir do pressuposto de que o gênero se produz de maneira performativa (Butler, 2000; 2013; 2015), é possível investigar os atravessamentos dos produtos da cultura da mídia nos reiterados atos que materializam feminilidades e masculinidades nos corpos das interlocutoras da pesquisa. Gênero e sexualidade são categorias distintas, ainda que em diversas oportunidades sejam compreendidas como indissociáveis. Um dos desafios dos estudos *queer* é apontar a



diferenciação e a articulação dessas, percebendo que “suas relações são situacionais, não universais e devem ser analisadas em situações particulares” (Rubin; Butler, 2003: 205). Gênero e sexualidade se materializam de diferentes formas nos corpos das interlocutoras, em constante tensionamento com um regime pressupõe linearidade sexo-gênero-sexualidade-práticas sexuais e desejos.

O significado das categorias homem e mulher é um dos pontos centrais nas discussões feministas. Em se tratando especificamente das mulheres homossexuais, um dos principais tensionamentos da questão está na provocação produzida por Monique Wittig, ao apresentar a impossibilidade da existência de lésbicas enquanto “mulheres de verdade” dentro do pensamento heterossexual: “a lésbica tem que ser outra coisa, uma não-mulher, um não-homem” (2019: 86). Em sua argumentação, Wittig destaca que, ao não integrar o sistema heterossexual, as lésbicas escapam às imposições designadas às mulheres e são excluídas do sistema social. “Lésbica é o único conceito que eu conheço que está fora das categorias do sexo (mulher e homem), porque o sujeito designado (lésbica) não é uma mulher, seja economicamente, politicamente ou ideologicamente” (Ibid: 91).

Nas fronteiras borradas de uma existência negociada, as construções e as produções de gênero das interlocutoras da pesquisa se relacionam de diferentes formas com as categorias “mulher”, *lésbica*, *sapatão*, “masculino”, “feminino”. A materialização dos corpos é construída por diversos fatores e pelas expressões que designam identidades intragrupo, produzindo processos de diferenciação que articulam gênero, sexualidade e classe. As denominações trazem consigo uma proliferação de sentidos perpassados por repertórios de feminilidades e masculinidades.

Nas disputas envolvendo o conceito de gênero, uma proposição significativa para esta discussão é a compreensão desta categoria como “um modo primeiro de significar as relações de poder” (Scott, 1995: 86), marcadamente históricas e contextuais. Nesta posição está implicada a compreensão de que masculino não é sinônimo de homens e tampouco de que feminino seja sinônimo de mulheres. Como resume Scott, é fundamental reconhecer que: “‘homem’ e ‘mulher’ são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes; vazias porque elas não têm nenhum significado definitivo e transcendente; transbordantes porque mesmo

quando parecem fixadas, elas contém ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas” (1995: 93).

Se a linguagem é fundamental no processo de produção do gênero, a materialidade de masculinidades e feminilidades se dá em corpos sexuados, dentro e fora da cisheteronormatividade. Ao mesmo tempo, os corpos gendrados carregam consigo concepções de humanidade (ou ausência dela) atravessadas pelo processo de racialização que marca a colonialidade de gênero (Lugones, 2014). São, assim, corpos em que também o posicionamento de classe interfere na possibilidade de distintos controles do gênero e da sexualidade (Weeks, 2000).

E como gênero é produzido em determinados contextos, a partir da reiteração de atos, isso não significa que esta construção é autônoma e voluntarista. Ao contrário, seus limites estão definidos desde o princípio por uma lógica binária.

Gênero não é uma atuação que um sujeito anterior escolha fazer, mas é *performativo* no sentido de que se constitui como um efeito do sujeito que parece expressá-lo. É uma atuação *coercitiva* no sentido de que essa ação fora das normas heterossexuais gera o ostracismo, a punição e a violência, sem mencionar os prazeres transgressores produzidos pelas mesmas proibições (Butler, 2000: 102 – grifos da autora).

E não são apenas os corpos abjetos (Butler, 2001) que fabricam seu gênero pela repetição constante. Apesar de naturalizado, esta produção é a própria marca da heterossexualidade. “A (hetero) sexualidade, longe de surgir espontaneamente de cada corpo recém-nascido, deve se reinscrever ou se reinstruir através de operações constantes de repetição e de recitação dos códigos [...] socialmente investidos como naturais” (Preciado, 2014: 26).

A reiteração sistemática de normas, anteriores ao sujeito, é capaz de materializar práticas marcadas pela regulação. A ausência de problematização destes processos faz com que as imposições a tornem natural. Esta produção é materializada pela linguagem, nos sistemas de classificação e categorização que a performatividade torna-se inteligível. Como afirma Butler “as pessoas’ só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade de gênero” (2013: 37).



A inteligibilidade adquirida pela linguagem não significa que a materialidade exista por si só, tampouco que os corpos sejam puramente discursivos. Sendo sexo-gênero construídos a partir das tecnologias do sexo, Preciado deduz que “não é possível isolar os corpos (como materiais passivos ou resistentes) das forças sociais de construção da diferença sexual” (2007: 197).

Os processos de diferença analítica estão presentes nas formas pelas quais expressões de gênero, materializados em performatividades, adquirem importância ou tornam-se abjetos. As hierarquias da diferença são importantes para se refletir, como propõe Brah: “como são os vários grupos representados em diferentes discursos da diferença?” (2006: 359). As formas pelas quais estas performatividades adquirem materialidade estão gendradas em torno do binário masculino/feminino. No caso, neste trabalho, em alguns momentos, isto significa a reiteração de normas e convenções sociais, em outros, a subversão.

Estas masculinidades e feminilidades são materializadas nos corpos por vestimentas, gestos, formas de falar de si e do outro, mobilização de desejos sexuais e também na relação com produtos da cultura da mídia: em processos de identificação ou de distanciamento de produtos culturais marcados pelo gênero. Sam Bourcier afirma que a performatividade de gênero, especialmente no caso de mulheres que performam masculinidades, é de tal forma significativa que necessita ser compreendida como “uma identidade de gênero muito mais do que uma identidade sexual” (2015: 51). O pressuposto de Bourcier dialoga com a provocação de Wittig e explicita a complexidade de refletir sobre corpos com gênero e sexualidades dissidentes. Como sintetiza Andrea Lacombe: “categorias binárias de homem/mulher e masculino/feminino se desmancham na cotidianidade do campo” (2007: 207).

As negociações das visibilidades que incluem formas de ser e de se colocar no mundo incluem as formas de nomear quem se é e com quem se relaciona, dentro e fora do grupo de LGBTIs. Ser *sapatão* não é, como o termo pode pressupor, um sinônimo de masculinidade – ainda que na maioria das oportunidades esteja associado a tal. Para designar mais ou menos masculinidades, o termo *sapatão* pode vir acompanhado de adjetivos *sapatão de verdade*, *sapatão mesmo*, *bem sapatão* e *sapatão raiz*. Já *sapatão Nutella* indica mais feminilidade. *Lésbica* pode significar um termo científico, mas na expressão *lésbica de novela* adquire um questionamento sobre a valoração da feminilidade

hegemônica. E mesmo que todas se identifiquem como mulheres, a expressão *mulherzinha* carrega uma valoração inferior. Bem como *hetero*, que não significa uma identidade sexual, mas as posturas adotadas durante a prática sexual e sua associação com a feminilidade nos corpos.

Se colocar como *sapatão* depende do contexto. De forma geral, as interlocutoras classificam diversos usos para a denominação *sapatão* como algo *entre as amigas, na rua*, porque esta palavra é percebida ao mesmo tempo como *uma coisa mais informal, uma coisa de se empoderar* ou de *colocar respeito*. Já a palavra *lésbica* é reservada *para uma coisa mais séria, para uma pesquisa, para a família, para falar bonito, para algo acadêmico*. Uma interlocutora pode andar *entre sapatões* e ser *lésbica*. Assim como, dependendo do contexto, ser *lésbica* significa ser *passiva* ou *feminina* e ser *sapatão* *ativa* ou *masculina*.

Ser interpelada como *sapatão* também é algo contextual. Mesmo sendo considerado *mais formal*, *lésbica* é considerada uma palavra *feia* por algumas interlocutoras e por pessoas próximas a elas. *Sapatão* continua sendo um xingamento, dependendo de quem for o interlocutor e de qual a finalidade da palavra na frase. Essas designações, explicações de si e das demais, possuem amplos sentidos de gênero e são, especialmente, contextuais. A classe é um fator determinante para que alguns tipos de masculinidades em mulheres sejam desejados ou rejeitados. Enquanto *sapatão* é uma identidade política que pode ou não ser utilizada por mulheres que performam masculinidades de forma *aceitável* para o campo, a *caminhoneira/caminhão* carrega consigo marcas de masculinidade muito mais significativas e raramente é utilizada de forma política, sendo atribuída apenas às mulheres com extrema masculinidade e que, geralmente, são oriundas de classes populares. A seguir, apresento algumas discussões oriundas do campo sobre as produções destas performatividades e as relações com a mídia.

Elas são mesmo sapatão

Eliane diz que acredita haver tipos de *sapatões*. Conta que foi a uma festa na *Casa de Teatro*, com Tatiane. “Tatiane estava com meninas que eu olhei e pensei – *elas são mesmo sapatões*”. Ela me mostra a foto, identifico Larissa e Carla – duas meninas com quem já joguei futebol em algumas oportunidades e uma



delas, inclusive, que será interlocutora da pesquisa (Diário de Campo, 25/1/2018 – grifo meu).

O que faz de Larissa e Carla mulheres que *são mesmo sapatões*, para Eliane? Na fotografia, as duas utilizavam camisas largas, bermudas, tênis, estavam sem maquiagem e acessórios e exibiam postura ativa e olhar provocador. Os cabelos curtos também contribuíram para materializá-las como aquelas que *são mesmo sapatões*. Os processos de diferenciação se tornam evidentes, quando Eliane estabelece uma distância entre si e aquelas que *são mesmo sapatões*. A diferença, como afirma Brah, refere-se “à variedade de maneiras como discursos específicos da diferença são constituídos, contestados, reproduzidos e significados” (2006: 374). Neste caso específico, a performatividade de gênero é central. Larissa e Carla, citadas por Eliane, são duas mulheres percebidas socialmente como *sapatões ou caminhões/caminhoneiras*.

Jack Halberstam (2008) define a visibilidade de masculinidade em mulheres como a representação da “confluência entre o gênero subversivo e a orientação sexual”, presente em diversas construções simbólicas produzidas ao longo dos séculos. Para Esther Newton, especialmente a partir do século XX, mulheres homossexuais que performam masculinidade se tornaram a “figura que simboliza publicamente a nova categoria social/sexual ‘lésbica’” (1984: 60). Em uma analogia com a categoria *butch*, utilizada por Halberstam, poderíamos interpretar a *sapatão* ou a *caminhão/caminhoneira* como aquela que “representa uma masculinidade em mulheres e um rechaço a feminilidade anatômica imposta” (2008: 151).

Reconheci Larissa e Carla por já ter jogado futebol com ambas em algumas oportunidades e porque Larissa participaria da pesquisa. Larissa tem cabelos escuros e curtos, usa camisetas e bermudas largas, tênis, dispensa maquiagens ou acessórios. A masculinidade exacerbada de Larissa faz com que ela passe, com frequência, por situações que costumo denominar de “problemas de gênero” – evidentemente, em uma alusão à tradução em português para o livro de Butler. Larissa tem o gênero confundido e em diversas oportunidades as pessoas se referem a ela como se estivessem falando com um homem. Larissa se identifica como *sapatão* e *caminhão/caminhoneira* e sente desconforto com os desdobramentos desta confusão.

Larissa disse que estava trabalhando como motorista de aplicativo [...] Pergunto por que ela decidiu ingressar neste trabalho, já que sei que é formada em Educação Física e poderia lecionar. Larissa me explica que “paga um pouco mais do que professora, só que é bem mais perigoso”. Peço que me explique e pergunto se esse “perigoso” tem relação com a sexualidade. Ela começa a me contar de uma situação recentemente sofrida como motorista. Um passageiro embarcou bêbado, começou a fazer perguntas indiscretas e a assediá-la. “Assim, é óbvio que era por causa da minha aparência, né. Ele começou a perguntar se eu era lésbica, se tinha ficado só com mulheres, se eu nunca tinha tido um caso com homem. E daí começou a insinuar que eu era lésbica porque eu nunca tinha tido experiência com homens. Ele tava bêbado e queria me mostrar [faz sinal apontando para os órgãos genitais]. Daí eu disse, ‘meu, vou para o carro e tu vai descer aqui’, sabe. Era de madrugada, eu disse ‘tu vai descer aqui’. Daí ele começou a insinuar que queria uma mina para sair com a mulher dele, sair os três. Isso foi o mais grave que aconteceu. Mas acontece muito das pessoas também não acreditarem que eu sou a Larissa quando vão embarcar [começo a rir, porque entendo a situação que ela descreve por vivenciar com frequência a confusão de gênero]. Daí eu falo, ‘sim, sou a Larissa’. Daqui a pouco eu faço que nem a Cássia Eller e mostro os peitos”. Pergunto se alguém já deixou de embarcar no carro por esse motivo, ela diz que não, mas que tem que mostrar o documento comprovando que é a motorista. Comento que essa situação também acontece comigo, mas que assim como Larissa, minha voz não é uma voz grave e isso, às vezes, aumenta ou diminui a confusão. Ela me conta que tem um amigo passando pelo processo de transição e que ela não cogitava fazer uma transição, “porque eu não quero ser homem”, mas que cogitava fazer mastectomia. “Não sei, reduzir o peito ou tirar, ficar mais neutro. Porque isso é muito chato. Se a pessoa te chama de homem, tudo bem, não tem problema. Mas tem o constrangimento quando ela percebe que tu não é e fica se desculpando”. Larissa diz que às vezes gostaria de não se identificar com nenhum gênero. “Até meus alunos, quando eu dava aula, sabe? Eu tinha cabelo comprido e tinha alguns que queriam me tirar assim, saber, ‘prof, tu é homem ou tu é mulher?’ Eu dizia, ‘sou o que tu quiser, o que tu acha que eu sou’, falava assim. Claro, algumas pessoas confundem assim, mas outras tu vê que é de propósito, é chato. Eu acho chato”. Pergunto se ela está pensando em concretizar a mastectomia. “Eu não tenho certeza, mas não é uma coisa que eu descarto,



sabe. Não fazer a transição, não tomar hormônio. Mas ou reduzir, porque eu tenho muito peito, não gosto até. Ou reduzir ou tirar total, sabe”. Pergunto pela voz e Larissa me diz que “também tem caras com voz fina” e conta que tem uma obstrução na garganta, que poderia operar se quisesse. Fico em dúvida em como ela se identifica e pergunto. Ela me responde: “mulher e *sapatão*, não quero ser homem, só não queria ter que passar por situações constrangedoras por me vestir como eu me visto, por ser mais caminhão, mas não tenho pretensão de ser homem”. (DC, 18/1/2019).

As confusões entre gênero e sexualidade e a disruptura provocada por um corpo que não performa sexo-gênero-sexualidade dentro da matriz de inteligibilidade cisheterossexual é acompanhada pelo estranhamento, pelo questionamento e, em alguns casos, pelo assédio.

A forma de reação aos julgamentos e cobranças que acompanham o que destoa é ambígua: ora recorre à imagem da cantora Cássia Eller, mostrando os peitos em show do *Rock in Rio* de 2001, ora fala sobre uma possível realização de procedimento cirúrgico para a retirada. Cássia Eller é um símbolo brasileiro de uma performatividade de masculinidade em mulheres, que desafia mostrando os peitos, usando roupas masculinas, brincos de argola, gerando um filho, causando desconfortos e estranhamentos sociais. Larissa recorre sua imagem para falar de si e de todos os seus tensionamentos vividos enquanto *sapatão* ou *caminhão/caminhoneira*. A imagem da cantora mostrando uma das partes do corpo considerada símbolo de feminilidade, mas que deve ser mantida escondida, já foi reproduzida inúmeras vezes

O estranhamento da sociedade sobre a masculinidade produzida por Larissa está no fato de que, como afirma Halberstam, essa é uma produção imperfeita porque se realiza em corpos nos quais este atributo não é esperado. E, especialmente, porque dificulta os processos de inteligibilidade que dão materialidade ao corpo, produzindo um não-lugar ou um entre-lugar que escapa às definições binárias, afinal, “o gênero é sempre uma luta violenta entre corpos e subjetividades; e quando estes desajustes aparecem costumamos falar de patologias (2008: 152).

O desconforto que pode ser extravasado com a mostra dos peitos, também pode ser resolvido com a ausência destes. E este é o ponto no qual esse diálogo demonstra a complexidade das relações de corpo,

gênero e sexualidade. Antes de prosseguir com esta discussão, transcrevo abaixo um diálogo com a interlocutora Mayara. A interlocutora também usa bermuda e camiseta larga, cabelo curto e descolorido e vive expectativa semelhante sobre uma intervenção cirúrgica de mastectomia.

Pergunto com qual idade ela beijou a primeira menina. Mayara conta que foi aos 13 anos e que “ela que me agarrou”. Mayara diz que nesta época se “vestia de menininha” porque morava com os pais e que isso mudou ao se assumir. “Se é pra me assumir, vou me assumir de vez. Daí eu cortei o cabelo, que era tudo que eu queria, usar uma roupa solta, uma camiseta, uma cueca. Um top apertado, pra esconder o peito. Eu tenho tanto peito que nem usando um top mega-apertado dá uma disfarçada. Isso me incomoda bastante, sabe? É a única coisa que eu quero mudar, é tirar o peito. Eu quero tirar. É a única coisa que eu quero que saia de mim urgentemente, sabe. Acho que vai dar uma aliviada, sabe. Me sentir à vontade”. Pergunto se ela vai tirar tudo. “Todo o peito, vou tirar ovário, vou limpar tudo. Até porque eu tomo injeção a cada três meses, porque é uma merda menstruar, *sapatão* menstruando não dá, cara. É horrível” (DC, 20/2/2019).

O desejo das interlocutoras em realizar o procedimento cirúrgico me causou estranhamento. E, pouco depois, um grande desconforto pelo estranhamento. Especialmente na conversa com Larissa, ocorrida antes do diálogo com Mayara. Naquele momento, a primeira imagem que produzi foi a de que ela gostaria de passar por um processo de transição de gênero. Ao me responder que não o faria, recuei e me questionei, afinal, o que delimitaria o corpo de uma mulher, de um homem, e quais procedimentos cirúrgicos não causariam estranhamentos, justamente por produzirem corpos *straight*. Afinal, [...] não existe nada no fato de ser ‘mulher’ que naturalmente una as mulheres”. (Haraway, 2016: 47).

Relembrando Monique Wittig, as mulheres lésbicas “não são mulheres de verdade”. O que Preciado, partindo de Wittig, definiria como “identificações negativas” de “sapatas que não são mulheres” (2019: 425). Larissa utiliza como elemento simbólico da transgressão e da contestação deste lugar o gesto de Cássia Eller. A relação imediata que estabeleci com um possível processo de transição está relacionada aos saberes produzidos socialmente, nos quais os corpos de homens e mulheres, cis ou transexuais, são legitimados a partir da presença ou ausência de órgãos. Com poucas exceções, o processo de mastectomia é



estudado em duas perspectivas: motivados por patologias de mulheres, especialmente câncer de mama; e no processo de transição de homens trans. No primeiro caso, abordagens sobre sofrimento das mulheres com a perda de um elemento da feminilidade, com produções que majoritariamente partem do pressuposto da cisgeneridade e heterossexualidade. No segundo, o descontentamento com o corpo que não se adequa ao gênero.

Lochlann Jain, antropóloga *butch* que realizou mastectomia após um câncer – a primeira mama em decorrência do câncer e a segunda por opção –, questiona: “as mulheres não podem mostrar o peito em público porque são mulheres ou por que têm seios?” (2007: 515). Ao invés de colocar uma prótese no lugar da mama retirada a partir da doença, Jain decidiu retirar a mama saudável e concretizar um desejo de adequação corporal. “Havia uma oportunidade de ter meu corpo aproximado de minha imagem corporal sem a bagagem moral de uma cirurgia desnecessária” (Ibid: 514). Como afirma Preciado, “os corpos das multidões *queer* são também as apropriações e os desvios dos discursos da medicina anatômica e da pornografia, entre outros, que construíram o corpo *straight* e o corpo desviante moderno” (2019: 426).

Nas “surpreendentes continuidades e imprevisíveis descontinuidades entre a variação de gênero que se mantém com o corpo que nasce” (Halberstam, 2008: 166) as *sapatões/caminhões/caminhoneiras* que desejam realizar o processo de mastectomia aparecem como uma não-categoria. Entre as “guerras legais sobre as definições” (Rubin, 2017: 41), Larissa e Mayara produzem, ao mesmo tempo, um não-lugar da cisgeneridade e outras formas de ser uma mulher cisgênero, na qual os seios não farão parte, caso elas realizem o procedimento que desejam.

Considerando que a norma é tensionada pelas disrupturas produzidas por sujeitos que a escapam, é possível refletir sobre os impactos da emergência dos homens trans enquanto sujeitos políticos (Ávila, 2014) sobre outros corpos. O desconforto com os seios, um dos símbolos da feminilidade, é documentado na literatura sobre mulheres lésbicas ao longo da história e o uso de faixas ou bandanas (Halberstam, 2008) para esconder os seios (como faz Mayara) é percebida como um dos componentes no manejo do próprio corpo e sua masculinidade. Um exemplo está na descrição de Facchini sobre sujeitos da periferia que participam de sua pesquisa: “nas ‘masculinas’, não se percebia os seios,

provavelmente disfarçados por faixas que os apertavam junto ao corpo, ocultadas por camisetas usadas por baixo da camisa” (2008: 264).

Minha argumentação é que a visibilidade dos homens trans, recentemente presente em telenovelas e espaços midiáticos brasileiros e a circulação das discussões sobre os procedimentos que podem ser realizados no processo de transição, como a mastectomia, oportunizam debates sobre o corpo de forma mais ampla. Os corpos trans pressionam corpos cis e as tecnologias de produção de si se ampliam.

Categorias tão instáveis como *sapatão*, *caminhão/caminhoneira* e homens trans, por performarem masculinidades subalternas borram as fronteiras, causam confusões e são responsáveis pela produção de novos discursos e pela abertura de novas possibilidades. Essas não são somente reverberações teóricas. Em nosso primeiro encontro, Larissa me relatou desconforto com a “confusão” que estava enfrentando com a visibilidade da personagem Ivan (Carol Gomes) na telenovela *A Força do Querer* (2017) – o primeiro homem trans nas telenovelas da Rede Globo. Ela mostrou descontentamento ao contar que “quando tinha a personagem Ivana, a mãe perguntou se ela era trans. Que a mãe confundiu tudo. E que ela respondeu: ‘eu não tenho vontade de ser homem’” (DC, 26/1/2018).

Halberstam afirma que existe uma ideia de “*continuum butch-FTM*” e que, a despeito do fato de que muitos homens trans foram compreendidos como mulheres *sapatões* ao longo da história, os limites dos repertórios de masculinidades que envolvem as duas categorias muitas vezes são confusos.

Sem estabelecer uma relação de causa e efeito entre os discursos, mas refletindo em como nos atravessam e alteram as perspectivas sociais, é possível ponderar se a ampliação dos debates em torno da experiência dos homens trans não produz também a abertura de diálogos sobre outros corpos, oportunizando produções de experiências que pareciam inacessíveis. A tecnologia (muitas vezes despercebida) que produz corpos e permite materializações de feminilidades e masculinidades está sempre em transformação. Assim, trata-se de uma “reapropriação dos discursos de produção de poder/saber sobre o sexo” (Preciado, 2019: 427). Essa geração de *sapatões* dispõe de mais informações sobre procedimentos cirúrgicos antes inacessíveis e reconhece a possibilidade de realizar um procedimento que parece impensável para o corpo de uma mulher. Butler afirma que “[...] o ‘corpo’



é em si mesmo uma construção, assim como o é a miríade de ‘corpos’ que constitui o domínio dos sujeitos com marcas de gênero” (2013: 27).

Ademais, nada além da produção de um corpo dentro dos padrões de feminilidade pode explicar o fato da colocação de próteses mamárias ser considerado um procedimento estético e cirúrgico “normal” e a retirada possa causar estranhamento. Como afirma Preciado, a ampliação de masculinidades e feminilidades normativas é uma das estratégias pelas quais o biopoder atua, criando um “Império dos Normais” que “depende da produção e da circulação em grande velocidade do fluxo de silicones, fluxo de hormônio, fluxo textual, fluxo de representações, fluxo de técnicas cirúrgicas, definitivamente, fluxo de gêneros” (2019: 423).

Vivendo e produzindo um espaço no qual se proliferam tecnologias que produzem novos corpos. Larissa e Mayara integram as “multidões *queer*” de Preciado, que se apropriando e ressignificando aparatos médico-psi-tecnológicos produzem um corpo que contesta a normalidade. Recorrendo novamente a Preciado, devemos lembrar que na “história das tecnologias de normalização dos corpos, a multidão *queer* tem também a possibilidade de intervir nos dispositivos biotecnológicos de produção de subjetividade cultural” (2019: 424).

Destaco as intersecções de classe da discussão. Eliane, Brenda e Tatiane são mulheres que tiveram uma série de recursos financeiros, como o acesso às escolas particulares no ensino básico. Duas estudaram em universidades federais e, ainda que sejam oriundas de famílias de trabalhadores, realizaram um deslocamento cultural no que se refere ao ensino. Elas transitam por zonas centrais da cidade. E possuem uma passabilidade que as permite manejar a própria visibilidade. As relações com as famílias, ainda que tensas, não resultaram em agressões.

Mayara e Larissa também são oriundas de famílias trabalhadoras, mas estudaram em escolas públicas ao longo da vida. Mayara não concluiu o ensino médio e Larissa cursou o ensino superior em Educação Física. As duas passaram por situações traumáticas de ruptura com os vínculos familiares originários e sofreram agressões físicas. Moraram em zonas periféricas e exercem funções que também não são originalmente destinadas à classe média, como a profissão de cabeleireira e a de motorista de aplicativo.

Os olhares para estes corpos são de mulheres dentro das normas de gênero e sexualidade da comunidade *sapatão*, e que também transitam por espaços de classe média, negociando feminilidade e masculinidade em suas performatividades. O que não significa que não sofram com exclusões, como o desconforto relatado por Tatiane em alguns espaços “por ser mais feminina”.

Um outro fator que gostaria de sinalizar é que Larissa e Mayara estão dentre as poucas interlocutoras que não se identificam como *brancas*. As intersecções que atravessam os corpos poderiam, em um primeiro momento, fazer com que se imaginasse que elas nem saberiam da existência de processos cirúrgicos como a mastectomia não associada a uma patologia ou de estas tecnologias não serem acessíveis àquelas que não possuem recursos financeiros ou se originam de famílias de trabalhadores. Pelo contrário, são estes corpos fora das normas de gênero, sexualidade, raça e classe que estão propondo uma nova dinâmica das relações e de múltiplas e contraditórias maneiras, contestando os significados de ser mulher. Ao mesmo tempo, em outros momentos, reafirmam padrões e delimitam espaços para o corpo sexuado.

Considerações transitórias

Ao longo do texto, apresentei brevemente o arcabouço teórico que sustenta a discussão sobre as entre mídia e construções identitárias, discutindo especialmente a articulação a partir das experiências de vida relatadas por sapatões, em uma pesquisa que buscou compreender os processos de apropriação midiática na produção de experiências de mulheres enquadradas na dissidência de gênero.

A partir da realização de entrevistas, pude identificar como as narrativas de vidas são atravessadas por processos de identificação e diferenciação intragrupo nos quais gênero e sexualidade se imiscuem, borrando as fronteiras entre masculino e feminino nos corpos das interlocutoras.

Reafirmando e desestabilizando gênero a partir de diferentes arcabouços culturais e sociais, as interlocutoras da pesquisa possibilitam interpretações sobre as maneiras pelas quais a mídia está presente na formação identitária, para além de simples processos de identificação



entre iguais. Especialmente a partir da discussão sobre masculinidades em corpos de mulheres, pude inferir como a circulação de informações sobre novas tecnologias de transformação corporal, presentes em narrativas midiáticas como telenovelas, são apropriadas por diferentes públicos.

As sapatão, aquelas que são “outra coisa, uma não-mulher, um não-homem” (Wittig, 2019:), borraram as expectativas de feminilidade e de masculinidade. Nas fissuras dos processos de identificação, das performatividades dissidentes, emergem masculinidade em mulheres, presentes nos corpos de sujeitas que não apenas distanciam-se dos padrões impostos para o gênero, como desafiam as fronteiras identitárias ao manifestar o desejo de realização do procedimento cirúrgico da mastectomia.

Aquelas que são mesmo sapatões se apropriam e ressignificam tecnologias biopolíticas que circulam especialmente pelos produtos da cultura da mídia. E corroboram com a assertiva de que “não existe nada no fato de ser ‘mulher’ que naturalmente una as mulheres” (Haraway, 2004). Ao refletir sobre a circulação de corpos, tecnologias e intervenções, avento a possibilidade de apropriação de procedimentos cirúrgicos associados aos processos de transição de homens trans, como a mastectomia, por sapatões cisgêneros, em um processo no qual a mídia tem papel significativo.

Se o uso de faixas é historicizado na literatura sobre sapatões e caminhões/caminhoneiras, a retirada completa dos peitos é uma tecnologia sem registros localizados. Os corpos trans pressionam corpos cis, ampliando as tecnologias de produção de si. E se a luta do movimento trans é para que os processos de transição não sejam resumidos aos aparatos médico-psi, talvez novas reivindicações de pessoas cisgêneros incluam o acesso às tecnologias que podem adequar corpos aos desejos, sem um julgamento de normalidade ou moralidade.

Considero que, assim como o gênero pode ser desestabilizado, as identidades sexuais também estão em permanente tensionamento e que a mídia contribui de maneira significativa neste processo. As oposições entre masculinidades e feminilidades que extrapolam os corpos também se associam a outras sexualidades. Em uma sociedade generificada, não apenas as instituições e os artefatos culturais possuem gênero, mas também designam sexualidades.

A cultura da mídia contribui no estabelecimento de identificações com gestos e ações de cantoras, maneiras de experiência vividas com personagens citados ou remetidos, demonstrando a presença da mídia no cotidiano e no estabelecimento de relações que constroem relações amplas sobre o ser mulher, ser sapatão e viver no entrelugar.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Glaucia; HEILBORN, Maria Luiza. Não somos mulheres gays: identidade lésbica na visão de ativistas brasileiras. *Gênero*, Niterói, v. 9, n. 1, p. 225-249, 2. sem. 2008.

ARFUCH, Leonor. *La entrevista, una invención dialógica*. Barcelona/Buenos Aires/México: Paidós, 1995.

ÁVILA, Simone. *Transmasculinidades: a emergência de novas identidades políticas e sociais*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.

BIRD, Elizabeth. *The audience in everyday life: Living in a media world*. Nova York/Londres: Routledge, 2003

BOURCIER, Sam. Uma conversa franca com MH/Sam Bourcier sobre correntes feministas e queer na contemporaneidade. *Revista Feminismos*, v.3, n.2/3, P.48-59, 2015.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 329-376, jun. 2006.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2013.

_____. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo*. In:

LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. São Paulo: Autêntica, 2001. p. 110- 125.

COLLINS, Patrícia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2019.



COULDRY, Nick. ***Why voice matters***: culture and politics after neoliberalism. London: Sage, 2010.

DE LAURETIS, Teresa. Tecnologia de gênero. In: BUARQUE DE

HOLLANDA, Heloisa (Org.). *Pensamento feminista*: Conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 121-155

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. Circuitos de cultura/circuitos de comunicação: um protocolo analítico de integração da produção e recepção. *Comunicação, Mídia e Consumo*, São Paulo, v. 4, p. 115-135, 2007.

_____. Melodrama e heroicização: a mídia no relato biográfico. *Matrizes*, São Paulo, v.2, n. 2, p. 143-159, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/69411/71984>. Acesso em 25 out. 2017.

FACCHINI, Regina. *Entre umas e outras: mulheres, (homo) sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo*. Tese (Doutorado), 2008, 323f. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

FALQUET, Jules. Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política. *Cadernos de Crítica Feminista*, Pernambuco, n. 5, dez. 2012, p.8-31.

GOMES, Itania Maria Mota. *Efeito e recepção*: A interpretação do processo receptivo em duas tradições de investigação sobre os media. Rio de Janeiro: E-papers, 2004.

GREEN, James. “Mais amor e mais tesão”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. *Cadernos Pagu*, n. 15, p. 271-295, jun. 2000.

HALL, Stuart. *Da diáspora*: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HARAWAY, Donna. *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

JAIN, Lochlann. Lochlann. Cancer Butch. *Cultural Anthropology*, 2007, vol. 22, ed. 4, p.501-538, 2007.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia: Estudos Culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru: EDUSC, 2001.

LACOMBE, Andrea. *Ler(se) nas entrelinhas. Sociabilidade e subjetividades entendidas, lésbicas e afins*. Tese (Doutorado), 2010, 192f. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

LUGONES, Maria. Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System. *Hypatia*, Winter, v. 22, n. 1, pp.186-209, 2007

MEINERZ, Nádia Elisa. *Entre mulheres: Etnografia sobre relações homoeróticas femininas em segmentos médios urbanos na cidade de Porto Alegre*. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2011.

NASCIMENTO, Fernanda. *Bicha (nem tão) má – LGBTs em telenovelas*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2015.

SILVA, Fernanda Nascimento da. *Sapatões e mídia: produções de identidades a partir de práticas de recepção*. 2020. 261 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/216268/PICH0214-T.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2026.

NEWTON, Esther. *The Mythic Mannish Lesbian: Radclyffe Hall and the New Woman*. Signs, Califórnia, vol. 9, n. 4, pp. 557–575, 1984

PRECIADO, Paul B. “Cartografias ‘Queer’: O ‘Flâneur’ Perverso, A Lésbica Topofóbica e A Puta Multicartográfica, Ou Como Fazer uma



Cartografia 'Zorra' com Annie Sprinkle". *eRevista Performatus*, Inhumas, ano 5, n. 17, jan. 2017.

_____. *Testo Junkie: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. São Paulo: N1edições, 2018.

_____. Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista: Conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. pp. 397-409.

_____. *Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*. São Paulo: N1edições, 2014.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas*. n 5, 2010, pp. 17-44.

RUBIN, Gayle. *Políticas do Sexo*. São Paulo: Ubu Editora, 2017

_____.; BUTLER, Judith. Tráfico sexual – entrevista. *Cadernos Pagu*, n. 21, pp. 157-209, 2003.

SCHMITZ, Daniela Maria.; FANTONI, Andressa; MAZER, Dulce. A mídia no cotidiano dos sujeitos. In: JACKS, Nilda et al. (Org). *Meios e audiências III: reconfigurações dos estudos de recepção e consumo midiático no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2017. pp.57-73.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, pp. 71-79, 1995.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. *Crítica da Imagem Eurocêntrica: Multiculturalismo e representação*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

SILVERSTONE, Roger. *Por que estudar a mídia?* São Paulo: Loyola, 2002.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. IN: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. pp.35-82.

WITTIG, Monique. O pensamento hetero. IN: BUARQUE DE

HOLLANDA, Heloisa. ***Pensamento feminista:*** conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, pp. 83-92.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu. *Identidade e diferença*. Petrópolis: Vozes, 2000, pp. 7-68.

Dikes: masculinity productions and media reception practices

Abstract: The article investigates the production of masculinities in lesbian women based on media reception practices. Founded in cultural and queer studies, the research is based on the argument that gender technologies mediate the production and regulation of sex/gender identities. In the relationship with the media, interlocutors who identify themselves as a dyke, homosexual, woman, lady, gay or butch demonstrate the significant role of the media in the formation of their experiences and identities, including the way in which masculinity is constituted as a rejection of anatomical femininity. and discursively imposed.

Key-Words: Gender; Sexuality; Media; Dyke; Lesbianities.

Fernanda NASCIMENTO,

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Doutora em Ciências Humanas, na área de Estudos de Gênero (UFSC). Jornalista e mestra em Comunicação Social. Desenvolve pesquisas sobre comunicação, gênero e sexualidade.

<https://orcid.org/0000-0003-2332-5396>



Recebido em: 12/11/2025
Aprovado em: 03/04/2026



SEÇÃO TEMÁTICA

Indian Queer Liberation**Movement:** Understanding through Mythology, Religion, History and Contemporary Socio-Legal Scenario

Saptarshi Bairagi, *University of Delhi*

ABSTRACT: This article pursues a central question: how do gender and sexual minorities in India navigate the overlapping demands of legal recognition, cultural legitimacy, and grassroots solidarity, particularly when dominant frameworks, both of the state and of the Pride movement itself reproduce inequalities of caste, class, and language? Drawing on six years of multi-sited ethnographic fieldwork in Kolkata and Delhi, supplemented by unstructured interviews and participant observation at Pride events, and reading through an intersectional feminist lens informed by South Asian decolonial scholarship, the article examines the queer liberation movement in India across its mythological, legal, and contemporary activist dimensions. Pre-colonial Indian traditions across Hindu, Islamic, Buddhist, and Jain frameworks encoded significant gender and sexual plurality, which was systematically criminalized under British colonial rule through Section 377 of the Indian Penal Code (1861) and the Criminal Tribes Act (1871). The postcolonial state retained this colonial residue until the Supreme Court's historic decriminalization verdict in 2018. This study traces queer politics from the 1999 Kolkata Friendship Walk through contemporary Pride activism, foregrounding the lived experiences of interlocutors whose identities intersect with caste, class, religion, language, and region. The article argues that genuine queer liberation requires anti-caste, anti-capitalist, and intersectional frameworks that are deeply rooted in grassroots vernacular realities rather than elite urban homonationalism.

KEYWORDS: Decolonial queerness. Brahminical heteropatriarchy. Homonationalism. Intersectional praxis. Pride ethnography.



Introduction

The term "queer" emerged as a radical, politically charged concept within postmodernist and poststructuralist thought in the 1990s, challenging hetero-patriarchal binary normativity and aiming to destabilize fixed categories of identity (Jagose, 1996). In India, where fluidity of gender and sexuality has deep roots in arts, sacred narratives, literature, and cultural practices, the reclamation of "queer" provided a paradigm through which marginalized, non-normative gendered and sexual identities could resist both colonial and postcolonial moralities and heteronormativity (Vanita; Kidwai, 2000; Dutta; Roy, 2014). The LGBTQ+ community in India continues to assert its presence through cultural performance, community organizing, festivals, and Pride movements that oppose the dominant logic of Brahminical heteropatriarchy (Ghosh, 2024).

This research is informed by decolonial epistemologies developed within South Asian feminist and queer scholarship, particularly the work of Paola Bacchetta (2019), Aniruddha Dutta (2014, 2024), and Nishant Upadhyay (2020). These works question the existence of colonial and post-colonial power regimes over sexuality, gender, and resistance in India. However, there is still a need to differentiate this academic tradition with the incorporation of the discourse of decolonization by conservative religious homo-nationalist streams who use the vocabulary of pre-colonial authenticity to further the exclusionary, upper-caste and majoritarianist agendas. This right-wing co-option has brought about a natural opposition to the term among libertarian progressive Indian movements and this is the very reason why it is avoidable by a good number of Indian-based scholars. My personal practice is in accordance with the anti-caste and intersectional descent of South Asian decolonial thought, which appeals to the most marginalized, as opposed to an idealised or mythical past.

Even though Western discourses tend to define queerness as a contemporary identity of political orientation, Indian culture has a rich range of gender fluidity and same-sex or queer attraction that is precolonial in terms of cultural definition. The fluid sexualities and

non-binary genders are represented in ancient Hindu sacred narratives and literatures, the Mahabharata, Ramayana, Kamasutra, and Puranas (Pattanaik, 2014; Vanita, 2005). They were repressed under the British colonialism, which enforced Victoria moralities. British legal instruments such as, the Indian Penal Code 1861 Section 377 that criminalised acts of carnal intercourse against the order of nature, and the Criminal Tribes Act to criminalize Hijra communities in 1871 (Narrain, 2004). This colonial residue remained in the post-colonial state until the historic Supreme Court decision of 2018, which decriminalised consensual same sex relations between adults (*Navtej Singh Johar v. UOI, 2018*).

The 1999 Friendship Walk in Kolkata was the first organised queer Pride rally in India. This was the milestone event in the political visibility of the LGBTQ+ community. What began as a symbolic effort by a few members of the group, evolved into a nation-wide movement, in which the Pride parades grew to be a socio-political and cultural fight which demanded rights, recognition, freedom and liberation of the systemic violence (Dave, 2012). But alongside the growth of the movement came internal contradictions with specific frameworks of the state and the Pride movement often replicating the same hierarchies of caste, class, language and region that queer liberation should challenge. The negotiation of the promise of collective visibility and the persistence of structural exclusion is the central question of this piece, as the so-called representative spaces are defined by the power of elite, upper-caste, and urban-Anglophone groups, yet the gender and sexual minorities in India must deal with those spaces. To address this question, the paper employs an anthropological approach which anticipates ethnographic evidence; the historical and legal context is scaffolding as opposed to parallel strands or equivalent strands of analysis.

Positionality and Methodology

This work is based on six years (2019-2024) of multi-sited-experiential-embodied ethnographic fieldwork conducted in Kolkata and Delhi with additional participation in the rural West Bengal and Uttar Pradesh. By “multi-sited”, I refer that, this fieldwork is done in different geographically dispersed spaces, not in a single bounded community. Being a queer activist as well as researcher, I have



associated myself with different organizing event of both Kolkata Rainbow pride Walk (KRPW) and Delhi Queer Pride Walk (DQPW) since 2019 until 2024 as well as queer community events, cultural performances, and NGO working sessions and non-federal daily informal interactions were used as the fieldwork.

I held twenty-three in-depth unstructured interviews and open-ended conversational interactions with working-class queer individuals, Dalit-queer activists, trans-queer-kothi-hijra-dhurani individuals, NGO workers, and Pride organisers. Interviews were done mostly in Bengali, Hindi and English but they tended to switch languages. Informed consent to the interviews was recorded, transcribed and analysed using thematic coding, which was very sensitive and intersecting with different social markers of caste, class, gender identity, religion, language, and the geographical setting (urban or rural). Names have been changed or pseudonyms used throughout the article, as indicated.

Further interpretation and Data triangulation was obtained by cross-referencing the accounts of the interviews with ethnographic field notes, observation, reflexive field journaling, primary published materials (NGO literature, court decisions, community pamphlets, news) and secondary literature. Member checking was carried out informally by the thematic patterns based on continuous relationship with key interlocutors during the multiple field visits over the study period.

My own positioning requires explicit transparency. I am a Dalit-queer activist researcher who attended Pride events both as an ethnographer and at times as an organiser and co-producer of activist content. Most explicitly at the 2022 Kolkata Rainbow Pride Walk, where I was among the activists who composed vernacular slogans in Bengali and Ulti (discussed in detail later in this article).

The dual role of being both a researcher and interlocutor-activist is not here considered as a methodological constraint to be reduced to a minimum, but as a fruitful and generatively analytic stance, which allowed access, subtleties, and responsibility. As a feminist and embodied-experiential queer ethnographer, I see my embodied and experiential knowledge as a data to be theorised and not as an instrument to view the experience of others (Dave, 2012). Further this becomes a practice whereby the body, affect, and social positionality of

the researcher becomes both a methodological tool and a source of analytical knowledge. In the article, I also make it clear when I am discussing the experience of my own experience versus when I am conducting the analysis of others to achieve the clarity of analysis and ethical accountability.

Sacred Narratives, Philosophical Traditions, and Queer Identities in India

Before examining the intersection of sacred narratives and queer identities in India, it is important to clarify how key terms are used in this article. "Religion," "mythology," and "philosophy" are not interchangeable, and their conflation risks importing an Orientalist framework that homogenizes the diverse and contested traditions of the Indian subcontinent. In this case, the term "sacred narrative" or "mythological text" refers to scripturally entrenched narratives and their cultural circulations, i.e. the Mahabharata, Ramayana, Puranas, and traditions of this type, whereas the term does not mean organised religious practice, nor does it mean philosophical systems like Vedanta or Buddhist epistemology, though I am aware that these two categories often confuse and intersect in lived practice. I do not consider these texts as set theological teachings like Bacchetta (2019) and Doniger (2009) but as a discursive content, the interpretation of which has always been plural, politically contested, and socially deployed.

Gender Diversity in Indian Texts Before Colonization

The Vedas, Puranas, Ramayana, Mahabharata, Dharmashastras, Natyashastras, and Kamasutra offer a rich and diverse view of gender and sexuality. These texts often represent bodies, roles, and desires in ways that are fluid and not confined to binary categories. The Sanskrit lexicon itself offers over fifty terms for non-binary gender variance and non-normative sexualities. Such as, *ardhanariswara*, *napumsaka*, *kliba*, *pandaka*, *shandha*, *hijra*, *Iravani*, *shikhandi*, etc. terms that encoded a vast spectrum of identities not restricted to the Western heterosexual-homosexual binary (Vanita; Kidwai, 2000; Pattanaik, 2014). The term *napumsaka*, today often translated reductively as



"eunuch," historically encompassed intersex people, transgender individuals, and celibate ascetics, reflecting both gender and sexual ambiguity. Pali Buddhist literature refers to *pandakas* as either effeminate males or gender-nonconforming persons (Zwilling; Sweet, 1996). Importantly, in Sanskrit and other languages, no distinct separation exists between gender and sex, both are reflected by the single word *Linga*, a conceptual integration that challenges the imported colonial binary (Snigdha, 2021).

These non-normative gender classifications were often understood through frameworks of spiritual power, asceticism, ritual knowledge, rather than as stigma or deviation (Senbagam; Vijayalakshmi, 2025). This is profoundly different from modern social exclusion and colonial criminalization, indicating that queerness in Indian religious and philosophical contexts was historically embedded within complex cosmological frameworks (Nanda, 1990).

Mythologies of Transformation, Fluidity, and Devotion

Hindu sacred narratives contain numerous accounts of transformation, devotion, and divine play (*leela*) that invite thinking about queer embodiment. Ardhanarishvara, the composite form of Shiva and Parvati, represents the ancient philosophical understanding that masculine (*Purusha*) and feminine (*Prakriti*) energies are inseparable, challenging the very premise of a two-gender framework (Pattanaik, 2014). The figure of Mohini, the female form of Lord Vishnu, who seduces both demons and gods and, later couples with Lord Shiva to produce the deity, Ayyappa. This represents divine gender transformation as cosmologically significant rather than aberrant (Reddy, 2005).

The Bhagiratha birth myth from the Krittivasa Ramayana recounts two queens who, through ritual intimacy or *ratikriya* and divine blessing, give birth to a son. This narrative offers one of the earliest textual sanctifications of same-sex love and queer reproduction (Vanita; Kidwai, 2000). In the Mahabharata, Shikhandi, born female and raised as a man, occupies a central warrior role in the defeat of Bhishma, linking gender transformation to heroic action. Vaishnava Bhakti poetry further extends this fluidity: male poets addressed the divine in feminine

voices, expressing homoerotic and devotional longing through the idiom of the beloved (Doniger, 2009).

Islamic, Buddhist, and Jain Approaches to Gender and Sexuality

Islamic Sufi traditions in South Asia employed homoerotic and androgynous metaphors to express spiritual longing. In classical Sufi poetry, the beloved is often ungendered, divine, and all-consuming (Vanita, 2001). Historical records document same-sex desire in Mughal court culture. Homoeroticism developed in the form of art, painting and literature, most notably in the autobiography of Emperor Babur, the *Baburnama*, in which Emperor Babur describes his homoerotic attachment to a youth name Baburi (Penrose, 2006). In Buddhist monastic codes, gender-fluid beings like *pandakas* are described with nuance: their identities were situated within karmic frameworks rather than straightforwardly condemned (Zwilling; Sweet, 1996). Jain Agamas contain references to the *napumsaka*, and Jain literature includes narratives of gender change and sexual ambiguity, even as Jainism's ascetic principles valorize celibacy over sexual expression (Zwilling; Sweet, 1996).

Colonial Erasure and the Rise of Moral Policing

British colonialism fundamentally transformed this landscape. Section 377 of the Indian Penal Code, introduced in 1861, criminalized all forms of non-procreative sex, leading to the pathologization and moral surveillance of hijras, kinnars, khawajas, and kothis (Gupta, 2006; Narrain; Bhan, 2005). Colonial officials and missionaries framed Indian sacred narratives as evidence of native "decadence and deviance," resulting in the censorship or reinterpretation of queer elements in scripture, art, and public culture (Sinha, 1995). Temple sculptures depicting same-sex intimacy were censored or destroyed, and Hijra communities, once revered in many contexts, were classified as a "criminal tribe" under the 1871 Criminal Tribes Act (Hinchy, 2019).



Contemporary Queer Reclamation of Sacred Narratives

In recent decades, queer activists, artists, and scholars have reclaimed these sacred narratives to challenge both Brahminical cis-heteronormativity and homophobia within religious orthodoxy. Scholars such as Ruth Vanita, Saleem Kidwai, and Devdutt Pattanaik have documented queer genealogies in Indian religious traditions, providing counter-histories that establish the presence of LGBTQ+ persons in Indian sacred life (Pattanaik, 2014; Vanita; Kidwai, 2000). These intellectual reclamations are paralleled by embodied and performative practices: drag performances as Mohini, trans-led reenactments of Ras Leela, and queer retellings of the Ramayana and Mahabharata (Elamatha; Rajamanikkam, 2025; Prakash et al., 2023).

Yet this reclamation is neither simple nor tension-free. The intensification of Hindutva politics has narrowed the flexibility of Hindu tradition, weaponizing it to exclude queer and non-cisgender lives. At the same time, right-wing discourses occasionally invoke figures like Ardhanarishvara or Shikhandi as evidence of Hindu inclusivity, a gesture that remains tokenistic when it neglects the lived marginalization of trans, queer, and non-heterosexual people within temples, rituals, and everyday faith communities (Bacchetta, 2019; Dhar; Kandali, 2024; Upadhyay, 2020).

This tension is powerfully illustrated by the experience of Simran, a thirty-year-old lower-caste Dalit trans-feminine classical dancer from Uttar Pradesh, whom I met in Agra, during a queer NGO event:

“Look, they lecture about Ardhanarishvara when they want to say Hinduism welcomes everyone, but I cannot even enter the inner temple’s sanctum. The priest sees my body as impure. I dressed as Sakhi for a community theatre, someone gave me slang. But what I feel when I become Sakhi is devotion, not just performance. For people like me, reclaiming the stories is survival. They’ll show us in a poster, a pride-walk, the media, or mythology, but won’t give us a place in the sacred. What they call ‘inclusion’ is just decoration.”

Simran’s account illustrates a structural contradiction embedded in the queer reclamation of sacred narratives: mythological figures may be invoked symbolically in Pride aesthetics or nationalist discourse, while the bodily exclusion of Dalit-queer persons from sacred spaces continues undisturbed. For many rural and lower-caste queer people,

reclaiming these stories is not an academic exercise but a form of spiritual self-making and survival—even as they navigate institutions that remain materially hostile to their presence (Dhar & Kandali, 2024).

The Journey of Queer Movement in India: From Criminalization to Constitutional Morality

The queer movement in India has a layered history of erasure, resistance, and reclaiming. Colonial laws, postcolonial silences, and contemporary struggles for dignity, visibility, and freedom have all shaped it. Section 377 of the Indian Penal Code, introduced by British colonial rule in 1861, criminalized "carnal intercourse against the order of nature." This legal clause was modelled on the English Buggery Act of 1533 and imported Victorian ideals of moral purity and procreative sexuality into Indian legal life (Ghosh, 2022; Narrain, 2004). The colonial state viewed indigenous sexual practices, such as hijra traditions, homoerotic poetry, temple art, as morally deviant and imposed Judeo-Christian norms of sexual behavior (Gupta, 2006; Hunter, 2019; Rajasekaran, 2023).

Before colonialism, Indian societies maintained a wide range of perspectives on gender and sexuality that were more plural and contextually variable. Temple art, oral traditions, religious texts, Sufi poems, and Bhakti poetry reflect multiple gender roles, same-sex desires, and erotic devotion that were at times revered, tolerated, or normalized (Dasgupta, 2011; Pattanaik, 2014; Vanita; Kidwai, 2000). Colonial modernity not only obliterated these plural expressions but systematically rewrote queerness as depraved, criminal, and sinful, aligning vernacular bodies with the colonial imagination of deviance.

After independence in 1947, the postcolonial state largely retained colonial legal frameworks, including Section 377 (Sinha, 1995). For decades, queer existence was silenced in the public domain. The post-independence silence was not only legal but deeply social: queer people faced domestic, institutional, state, and police violence and were compelled to remain closeted. Dalit queers, trans sex workers, working-class queer people from rural areas faced compounded marginalization and excluded from both urban queer culture and legal protection (Bhaskaran, 2004).



The 1980s and 1990s brought modest yet significant transformations. The HIV/AIDS epidemic brought sexual health and sexual minorities into public health discourse, and NGOs such as the Naz Foundation, Humsafar Trust, and SAATHII created safe spaces and pushed for decriminalization (Misra, 2009). These interventions enabled queer rights to gain coherence within the framework of human rights and public policy.

The Emergence of Queer Politics and Legal Challenges

The term "queer" started to take a political role within Indian social movements during the late 1980s, was influenced by activists' engagement with global postmodernist discourse alongside Indian feminist and anti-caste scholarship. Even though early anthologies played a key role in making a visible queer politics by codifying a variety of lived experiences and political stances but failed to explicitly take a decolonial approach.

The subsequent application of decolonial frameworks to analyze Indian queer activism draws on scholars who interrogate how colonial and postcolonial power structures continue to shape sexuality and resistance. For instance, the formation of "queer" politics in India has been critically examined through the transnational flows and local articulations that constitute it (Dutta; Roy, 2014), while other scholarship situates these movements within the broader context of decolonization and diasporic identity (Upadhyay, 2020). Further building on this, the intersections of law, violence, and postcoloniality in queer lives have been critically explored (Sircar, 2017). Additionally, ethnographic accounts of queer activism in India implicitly challenge Western-centric notions of queer community and politics, demonstrating how desire and activism are negotiated within specific cultural and moral landscapes (Dave, 2012).

The first major legal action intensified with the Naz Foundation Public Interest Litigation in 2001, challenging Section 377 on constitutional grounds. The Delhi High Court decriminalized homosexuality in 2009, but the Supreme Court reversed this in 2013 (*Suresh Kumar Koushal v. Naz Foundation*), dismissing gender-sexual minorities as a "minuscule minority"—a ruling that provoked nationwide protests and renewed legal organizing (Dam, 2013).

The 2018 Verdict and the Triumph of Constitutional Morality

On 6 September 2018, the Supreme Court of India read down Section 377 in *Navtej Singh Johar v. Union of India*, making consensual same-sex relationships between adults legal after decades of struggle. The verdict emphasized that constitutional morality must prevail over social morality and reaffirmed the dignity and freedom of queer persons (Johar v. UOI, 2018). Justice Indu Malhotra's words, that "history owes an apology to the LGBTQ+ community", were celebrated worldwide. Yet the judgement's scope was limited: it did not address marriage equality, adoption rights, property inheritance, or anti-discrimination protections, leaving queer persons in a grey zone of partial legal recognition (Jain, 2022; Sudha, 2024).

This historical judgement was situated within broader jurisprudential developments, notably *Justice K.S. Puttaswamy v. UOI* (2017), which recognized privacy as a fundamental right (Justice K.S. Puttaswamy v. UOI, 2017). Nevertheless, in 2023, the Supreme Court in *Supriyo Chakraborty v. Union of India* (2023) declined to legalize same-sex marriage, passing the matter to Parliament. The Indian government had submitted an affidavit stating that marriage is "only between a biological male and a biological female," a position publicly endorsed by the ruling party, which declared that marriage is a sacred Hindu sacrament, not a civil contract. This framing exposes the Hindutva ideological investment in maintaining cis-heteronormative family structures, using religion and culture as instruments of exclusion (Hindustan Times, 2018; Gaysi, 2023).

Moreover, the Transgender Persons (Protection of Rights) Act, 2019, provides some formal recognition but has been widely criticized by trans communities for inadequate protections against violence and for requiring medical certification of gender identity (Khobarekar; Pandey, 2023). Minakshi, a working-class trans-queer hijra person from Delhi, with whom I met in a queer event on the street in New Delhi, articulates the lived gap between law and reality:

"Being a hijra, we still live in the margin. Mainstream society make laws, but where is the implementation? We can't access school and healthcare, because there are no infrastructure and sensitization in the massive governmental and private sectors. We are being forced



to do our traditional occupation, Challa, Badhai, Khajra or begging, and sex work.”

Minakshi's statement illuminates the structural distance between juridical recognition and material inclusion; a theme that runs throughout the ethnographic sections that follow. Some NGOs in West Bengal and other states have begun offering vocational training to Hijra, kothi, and other trans communities in tailoring, beauty-work, and paramedical skills, and a few companies have begun hiring transgender persons. However, as the following accounts demonstrate, these initiatives frequently fail to address the basic infrastructural and social conditions necessary for trans persons to remain employed.

Nilay, a 26 years old, trans-man activist from Kolkata, who was my fellow comrade during organizing Kolkata Rainbow Pride Walk 2022, described a investigation on why trans-masculine employees at a franchise outlet consistently left after one month: the outlet had no gender-neutral toilet, compelling trans-men workers to hold their urine for entire eight-hour shifts with serious health consequences. Furthermore, another comrade of mine, Ulka, a 25 years old, trans-woman from Kolkata hired by a company, described facing both caste and gender-based harassment from colleagues:

“They called me ‘moga’, ‘chakka’. Questioned on my private part. Further called me ‘charal’. This was not just gender discrimination, but casteism as well.”

He was eventually forced to leave. Both accounts illustrate that formal inclusion without structural change and protection laws produces conditional, unstable, and ultimately untenable conditions for marginalized queer persons. These structural failures in law, in workplaces, and in social infrastructure form the material backdrop against which the Pride movement emerged and continues to operate. To understand both the possibilities and the limits of queer visibility in India, it is necessary to trace the movement's origins and its evolving relationship with state power, public space, and its own internal hierarchies.

Negotiation and Obstacles in the Pride Movement: Visibility, Violence, and Accessibility

The Kolkata Friendship Walk of 2 July 1999 was organized by approximately fifteen activists from Kolkata, Bangalore, and Mumbai. The walk was deliberately named non-confrontationally: "Friendship Walk", to emphasize dialogue, awareness, and connection with civil society rather than direct confrontation with the state. Participants in bright yellow T-shirts with slogans like "LGBT-India" carried pamphlets on safe sex, HIV/AIDS awareness, and human rights. Starting at Park Circus Maidan, a known cruising and gathering site. The group split into two, one visiting NGOs and the other visiting the West Bengal Human Rights Commission, to initiate conversations about LGBTQ+ rights. The walk attracted surprising media attention; reporters requested a "mock walk" for photographs, which subsequently appeared in national newspapers (Karia, 2024).

Rupanker, a fifty-year-old queer person long associated with Kolkata's Rainbow Pride Walks, reflects on the walk's significance:

"Although I was not a part of this first walk, it has shaped our lives. It gave us hope to step out of the closet. Become comrades. Fight for our fundamental rights and justice."

Pride movements grew rapidly across urban India following this beginning. Mumbai, Delhi, Chennai, and Bangalore organized their own walks from 2008. The first Queer Azaadi Mumbai parade on 16 August 2008, the day after Independence Day, explicitly framed itself as a demand for freedom from Section 377 (DNA, 2015). In 2014, Guwahati hosted the first Pride in North-east India, organized by four trans-queer individuals: Minakshi Bujarbaruah, Ankita Gupta, Bitopi Dutta, and Milin Dutta. This feminist-led initiative foregrounded the necessity of regional queer politics beyond the metropolitan mainstream. By 2023, the Guwahati Pride had grown from approximately 150 to over 4,000 participants, catalyzing the formation of XUKIA, a queer advocacy group in Assam (One Future Collective, 2019).

Organizing Pride events in India involves intensive negotiation with state bureaucracy. Organizers must obtain separate police permissions for each locality along the parade route—permissions that often arrive only days before the event. Being an organizer of the 2022 Kolkata Rainbow Pride Walk; I still recall that:



“We had to select two different routes or two different dates of parades, and sometimes. This happened due to the police's permission. Once we got the actual permission letter two days before the walk. So, we have had some nail-biting moments.”

This precarity produces strategic forms of self-censorship within the parades themselves. At the 2022 Kolkata Rainbow Pride Walk, as the procession passed the Park Street Police Station, a gay-identified organizer announced on the microphone:

“Now we are in front of the police station. Please keep the volume low. Don't make any provocative slogans.”

The instruction is striking. What counts as "provocative" in a queer Pride walk, whose historical function across the world has been precisely to provoke, to resist, and to challenge the normative public order. This strategic silencing reflects the precarious relationship between queer communities and law enforcement, which characterized by scrutiny, surveillance, and periodic institutional violence.

The question of police presence at Pride events remains deeply contested. While police provide logistical support and crowd management at some parades, many activists question the ethics of collaborating with an institution historically implicated in violence against queer persons. Shanti, a trans-queer-hijra activist from Kolkata whom I met through sustained engagement with hijra community networks in North Kolkata during 2019 and 2022, articulates the fundamental contradiction:

“Trans-women, kothis, hijras, and other trans-feminine identified individuals are in some ways the most visible and vulnerable in society, and they are the ones who suffer the most violence from the police and guards. Our entire point is that one day of pride, but 365 days of violence doesn't make sense. Today we are having conditional protection, even that can be questionable, but what about the other days?”

A trans woman from Delhi, one of my interlocutors whom I met through a trans community support group during my 2023 fieldwork in the city and whose name I withhold entirely for safety reasons, described going to the police station after being gang-raped by six people, only to

encounter a second register of violence. Officers laughing at her, using derogatory slurs, refusing to file an FIR for two hours. Then assigned a male doctor and male officer to examine her wounds despite her repeated assertion of her identity, and demanding money and sexual labor.

“The space of the police station, which was supposed to provide me safety, made me most vulnerable or unsafe,” she said.

Her account connects to global debates about pinkwashing, the institutional appropriation of Pride by actors that do not protect queer lives for the remaining 364 days of the year (Blackmer, 2019).

Internal Critiques: Caste, Class, and the Elitism of Pride

The Kolkata Rainbow Pride Walk faced significant internal critique in its early years for being dominated by urban, upper-caste, cisgender gay men organized through NGO structures, with insufficient representation from grassroots lesbian, bisexual, trans-masculine, and working-class queer identities. Following 2011, the power dynamics shifted: Niluphar, trans-queer activist, one of the pride walk organizers, noted that more queer women joined the organizing committees and NGO resources were directed toward subsidizing travel and accommodation for queer persons from district-level communities. This shift reflects a broader tension between centralized resource management and genuine grassroots participation, a tension that characterizes many social movements globally (Bhaskaran, 2004).

The Delhi Queer Pride Walk (DQPW) has attempted a more systematic model of inclusion, visibilizing the rights of Dalit-Adivasi-Bahujan queers, disabled queer people, trans-queer sex workers. The organizing committee has implemented practical measures: e-rickshaws for disabled and elderly participants, sign-language interpreters, and trained volunteers. Shivangi Agarwal, a disabled queer organizer, observed that disabled queer individuals always had a voice, they just weren't given a space and weren't heard" (Bakhsh, 2023).

Yet this inclusive ethos proved fragile. In 2022, when the organizers organized a Pride fundraising party at the Hyatt Centric, a five-star hotel in Delhi. Nidhi, one of my interlocutors, whom I met in a queer event in 2022, a queer woman activist from a lower-caste



working-class background coming from the state of Uttar Pradesh, told me:

“These luxurious places are not for us. We don't feel welcome at those gatherings. Those spaces are very elite, because of their money, English-speaking ability, and upper-class-caste background.”

Nidhi's words underscore those formal gestures of inclusion; accessible parade logistics do not translate automatically into the cultural and economic conditions. Tokenistic inclusion, as Simran identified in the context of religious spaces, appears here again in the domain of queer activism itself: the symbolic presence of diverse bodies without the structural transformation of the conditions under which those bodies can participate.

The Linguistic Politics of Pride: Inclusivity, Diversity and Multilingualism

India's profound linguistic plurality, encompassing hundreds of languages and dialects, means that language is not merely a medium of communication for social movements but a political terrain in which inclusion and exclusion are enacted (Debbarma, 2025). In most major Pride walks across Indian metropolitan cities, English and Hindi function as the primary languages of sloganeering, stage speeches, posters and official materials. This produces the structural exclusion of non-English and non-Hindi-speaking communities, reinforcing a pattern of urban elitism and colonial linguistic hierarchy in which regional languages are pushed to the margins of public discourse. Kollolini Das, a queer-lesbian rights activist whom I interviewed on multiple occasions in both Delhi (2019, 2022, 2023) and Kolkata (2019, 2022, 2023), and who has been involved in Pride organizing in both cities, articulates this directly:

“Pride should cross linguistic barriers and reach the grassroots. Unfortunately, both in Delhi and Kolkata Pride Walk, the organizers are using English more than regional languages. However, there was a radical shift visible during the 2022 Kolkata Pride Walk, where a few people started giving slogans in Bengali. This linguistic political shift was able to reach larger audiences.”

Organizers in cities such as Pune, Chennai, and Guwahati have made meaningful efforts in recent years to incorporate regional and vernacular languages. The Pune Pride organizers' inclusion of Marathi in posters and slogans enabled broader grassroots mobilization. In Chennai, the Self-Respect Pride March employs Tamil as its primary language of protest and resistance, situating queer politics within a longer Tamil progressive tradition.

I was among the activists who participated in the most significant linguistic intervention of the 2022 Kolkata Rainbow Pride Walk. Together with Ani, Chitrangada, and a group of kothi-hijra-trans-queer activists, we consciously reclaimed slang words that had been historically weaponized against queer and sex-working communities, words such as *Khanki*, *Beshya*, *Magi*, *Chakka*, *Homo*. We transformed them into declarations of identity and pride. We also composed slogans in Ulti, the vernacular queer language used by working-class kothi, hijra, and transgender communities across West Bengal and Bangladesh. These slogans made visible the identities, which were most specifically criminalized, and the communities of sex workers, kothis, hijras, whose voices had been most consistently absent from Pride platforms:

“Ami Kothi, Ami Dhurai / Dhuria Dhuria Bhat Khai. Ami Chakka, Ami Dhurai / Dhuria Dhuria Bhat Khai. Ami Hijra, Ami Dhurai / Dhuria Dhuria Bhat Khai. Ami Khanki, Ami Dhurai / Dhuria Dhuria Bhat Khai.”

[In translation: “I am Kothi, I do sex / From sex work, I earn my money. I am Chakka, I do sex / From sex work, I earn my money. I am Hijra, I do sex / From sex work, I earn my money. I am a Prostitute, I do sex / From sex work, I earn my money.”]

Another slogan:

“Chele Chelete Prem Koreche / Besh Koreche, Besh Koreche.... Meye Meyete Prem Koreche / Besh Koreche, Besh Koreche... Hijra Kothite Prem koreche / Besh Koreche, Besh Koreche.”

[In translation: “The boy fell in love with another boy / That's fine, that's fine.... The girl fell in love with another girl / That's fine, that's fine. The Hijra fell in love with a Kothi / That's fine, that's fine.”]



These slogans were the product of deliberate collective creation, and as one of their co-authors, I situate my account here at the intersection of ethnographic analysis and activist reflection. They were radical in multiple registers: they employed Ulti: a language largely invisible in public Pride discourse; and they used direct, "low-status" Bengali words (*Pod Marano* for anal sex; *Dhurano* for sex work) rather than the sanitized, NGO-normalized equivalents. As I reflected at the time, and as other activists confirmed, this was a deliberate assertion that queer liberation must be legible to—and shaped by—those communities most marginalized within it.

The response was sharply divided. Konnya (name changed), an upper-class, upper-caste, urban trans activist based in Kolkata whose views I encountered through social media posts and a subsequent informal conversation at a community event in early 2023, declared that the KRPW 2022 had become “a space of shame” through its use of slang and called for a boycott. In contrast, Rina, a hijra trans activist from Nadia district whom I had known through field visits to that district since 2020 and who attended the 2022 KRPW, responded with enthusiasm:

“This was the first time in the Pride where we have seen our visibility in slogans. They gave slogans in Ulti. We felt that we were connected.”

The divergence in these responses’ maps directly onto the class, caste, and urban-rural divisions that structure queer communities in India. For elite urban activists, the vernacular slogans represented a breach of decorum; for working-class and rural hijra and kothi communities, they represented, for the first time, recognition.

Chitrangada, a 24 years old transgender kothi activist and also one of the co-creators, reflected:

“These slogans were not just random slogans; we consciously created them to reclaim our own vernacular identities, which were historically not visible in the Pride platforms. But these identities are visible across rural areas of our country. This is not just a random reclamation, but a radical queer reclamation, which even shackled the elite-class urban queer community.”

These interventions confirm that language is not merely an instrument of communication but a site of identity, belonging, and resistance (Debbarma, 2025). The linguistic politics of the 2022 KRPW represent a microcosm of the larger struggle over who gets to define queer liberation in India—and in whose voice.

Conclusion: Queer Politics, Praxis, and in Search for an Anthropological Horizon

Analyzing the foregoing material, we can perceive that the journey of queer liberation in India is neither linear nor complete. Socio-political and cultural nuances, such as legal battles, victories, cultural fears, ideological contestations, and the persistence of caste and class hierarchies within queer organizing have all shaped its present contours and will determine its future. The 2018 *Navej Singh Johar* verdict was a turning point, but the fight for marriage equality, anti-discrimination protections, and cultural inclusion continues (Verma, 2024; Khobarekar; Pandey, 2023).

The ethnographic material gathered over six years foregrounds three structural tensions that this conclusion draws together. First, the gap between symbolic inclusion or the invocation of Ardhanarishvara or Shikhandi in Pride aesthetics and nationalist rhetoric—and the material exclusion experienced by Dalit-queer persons like Simran, who remain barred from sacred spaces even as their mythological counterparts are displayed on Pride banners. Second, the complicity of queer institutions with state actors; most visibly in the managed relationship between Pride organizers and the police—whose everyday practices of violence against trans and hijra persons are momentarily suspended during the festival but continue structurally throughout the year. Third, the reproduction of caste, class, and linguistic hierarchies within queer organizing spaces, even when those spaces formally commit to inclusion: the Hyatt fundraiser, the English-language slogans, the working-class trans women and hijras who feel unwelcome in spaces nominally organized on their behalf.

From an anthropological perspective, this article contributes to an understanding of queer activism as a site of multiple and competing socialities, not a unified movement but a contested field in which caste, class, religion, language, and region produce divergent, sometimes antagonistic, visions of liberation. The methodological approach I have



taken—combining multi-sited fieldwork, sustained relationship with interlocutors, and explicit acknowledgment of my own activist positionality—has enabled the kind of access and accountability that this analysis requires. Ethnography conducted from within the field, by a researcher who is simultaneously a political subject of the movement being studied, generates distinctive insights and distinctive responsibilities: to be transparent, to avoid romanticizing, and to resist the temptation to smooth over tensions that implicate the researcher.

Supporters of Hindutva often deny or erase the fact that Section 377 was a British imposition, calling queerness a Western import while denying their own ancient and medieval histories of gender and sexual plurality (HRW, 2008; Wilhelm, 2004). The decolonial approach I advocate—grounded in South Asian scholarship rather than exported uncritically from Western academic contexts. This seeks to recuperate these pre-colonial genealogies not as evidence of an idealized past but as resources for imagining more expansive futures.

The Indian queer identity is not homogeneous; it is inherently intersectional and intersecting with class, caste, religion, language, ethnicity, and region. This intersectional character plays a central role in organizing both macro-movements and micro-resistances, often led by Dalit, Adivasi, Bahujan, and disabled queer individuals, constructing a radical reimagining of queer politics that contradicts elite, urban, upper-caste narratives. From the Kolkata Friendship Walk of 1999 to the *NALSA v. Union of India* judgement (2014) to *Navtej Singh Johar v. Union of India* (2018), these milestones reflect both institutional victories and grassroots mobilizations. Every act of queer defiance; whether a Pride parade, a slogan in Uliti, a whispered coming-out, or a hijra performing traditional occupation in public is part of a larger movement for liberation.

This movement seeks not only the reform of laws but the transformation of the social and cultural conditions within which those laws operate. It requires intersectional activism that connects grassroots organizing to legal reform, and both to the deep cultural transformation necessary to make queer lives liveable across all of India's many worlds. Not only in English-speaking, upper-caste, urban Pride parades, but in temples and villages, in factories and police stations, in the vernacular languages and embodied identities of those who have always been most targeted, and most resilient.

References

BACCHETTA, Paola. Queer presence in/and Hindu nationalism. In: CHATTERJI, Angana P.; HANSEN, Thomas Blom; JAFFRELOT, Christophe (org.). **Majoritarian state: how Hindu nationalism is changing India**. New York: Oxford University Press, 2019. p. 375-396. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/oso/9780190078171.001.0001>. Acesso em: 14 set. 2025.

BAKSHSH, Zenaira. Inclusivity at the Delhi Pride March makes disabled queers prouder. **National Herald India**, 9 jan. 2023. Disponível em: <https://www.nationalheraldindia.com/national/inclusivity-at-the-delhi-pride-march-makes-disabled-queers-prouder>. Acesso em: 13 set. 2025.

BHASKARAN, Suparna. **Made in India: decolonizations, queer sexualities, trans/national projects**. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

BLACKMER, Corinne E. Pinkwashing. **Israel Studies**, [s. l.], v. 24, n. 2, p. 171, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.2979/israelstudies.24.2.14>. Acesso em: nov. 2025.

DAM, Shubhankaar. Suresh Kumar Koushal and another v. NAZ Foundation and others (Civil Appeal No. 10972 of 2013). **SSRN Electronic Journal**, [s. l.], 2013. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2369650. Acesso em: out. 2025.

DASGUPTA, Rohit K. Queer sexuality: a cultural narrative of India's historical archive. **Rupkatha Journal on Interdisciplinary Studies in Humanities**, v. 3, n. 4, p. 278-290, 2011. Disponível em: http://rupkatha.com/V3/n4/20_Queer_Sexuality_India.pdf. Acesso em: 13 set. 2025.

DAVE, Naisargi N. **Queer activism in India: a story in the anthropology of ethics**. Durham: Duke University Press, 2012.



DEBBARMA, Mangal. Many languages, one nation: navigating linguistic diversity in India. **Quest Journals**, v. 13, n. 1, p. 228-245, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.35629/9467-1301228245>. Acesso em: 12 set. 2025.

DHAR, Sreyoshi; KANDALI, Moushumi. Queer politics in Hindu mythology: locating misrepresentation of gender fluidity in Amar Chitra Katha's "Krishna" and other titles. **Tattva Journal of Philosophy**, v. 16, n. 1, p. 39-57, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.12726/tjp.31.3>. Acesso em: 14 set. 2025.

DNA. Rainbow streaks through Mumbai. **DNA**, Mumbai, 15 abr. 2015. Disponível em: <https://www.dnaindia.com/mumbai/report-rainbow-streaks-through-mumbai-2057196>. Acesso em: 13 set. 2025.

DONIGER, Wendy. **The Hindus: an alternative history**. New York: Penguin Press, 2009.

DUTTA, Aniruddha. **Globalizing through the vernacular: Kothis, Hijras, and the making of queer and trans identities in India**. London: Bloomsbury Academic, 2024.

DUTTA, Aniruddha; ROY, Raina. Decolonizing transgender in India: some reflections. **TSQ: Transgender Studies Quarterly**, v. 1, n. 3, p. 320-337, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1215/23289252-2685615>. Acesso em: 14 set. 2025.

ELAMATHA, Meera Jacob; RAJAMANIKKAM, Suguna. Beyond binaries: gender performativity in Indian and Western cultural narratives. **International Journal for Multidisciplinary Research**, [s. l.], v. 7, n. 5, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.36948/ijfmr.2025.v07i05.55630>. Acesso em: nov. 2025.

GAYSI. The RSS stance on queer India, explained. **Gaysi**, 12 jan. 2023. Disponível em: <https://gaysifamily.com/lifestyle/the-rss-stance-on-queer-india-explained/>. Acesso em: 13 set. 2025.

GHOSH, Apurba. British policies towards homosexuals and the Hijras in colonial India. **Athena Journal**, v. 6, p. 60-70, 2022. Disponível em: <http://www.athenajournalcbm.in>. Acesso em: 13 set. 2025.

GHOSH, Banhishikha. Hindu nationalism or collaborative social justice?. In: ONODERA, Henri; KASKINEN, Martta; RANTA, Eija (ed.). **Citizenship utopias in the Global South**. [s. l.]: Routledge, 2024. p. 206. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9781003378891-16>. Acesso em: set. 2025.

GUPTA, Alok. Section 377 and the dignity of Indian homosexuals. **Economic and Political Weekly**, v. 41, n. 46, p. 4815-4823, 2006. Disponível em: <https://www.epw.in/journal/2006/46/special-articles/section-377-and-dignity-indian-homosexuals.html>. Acesso em: 4 set. 2025.

HINCHY, Jessica. **Governing gender and sexuality in colonial India: the Hijra, c. 1850-1900**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

HINDUSTAN TIMES. Same sex marriage not compatible with norms of nature, we don't support it, says RSS. **Hindustan Times**, New Delhi, 6 set. 2018. Disponível em: <https://www.hindustantimes.com/india-news/homosexuality-not-a-crime-but-same-sex-marriages-unnatural-rss>. Acesso em: 13 set. 2025.

HUMAN RIGHTS WATCH (HRW). **This alien legacy: the origins of "sodomy" laws in British colonialism**. New York: HRW, 17 dez. 2008. Disponível em: <https://www.hrw.org/report/2008/12/17/alien-legacy/origins-sodomy-laws-british-colonialism>. Acesso em: 13 set. 2025.

HUNTER, Sophie. Hijras and the legacy of British colonial rule in India. **Engenderings — Critical Engagements with Culture and Society**, [s. l.], 17 jun. 2019. Disponível em: <https://blogs.lse.ac.uk/gender/2019/06/17/hijras-and-the-legacy-of-british-colonial-rule-in-india/>. Acesso em: 14 set. 2025.

JAGOSE, Annamarie. **Queer theory: an introduction**. New York: New York University Press, 1996.



JAIN, Saksham. Family law: succession rights of transgenders in India. **India Legal Live**, 2022. Disponível em: <https://indialegalive.com/laws-research-indepth/family-law-succession-rights-transgenders-india/>. Acesso em: 13 set. 2025.

KARIA, Vedant. A walk down queer memory lane—25 years after Kolkata's Friendship Walk. **The Telegraph India**, 17 jul. 2024. Disponível em: <https://www.telegraphindia.com/my-kolkata/people/members-of-kolkata-queer-community-take-a-walk-down-memory-lane>. Acesso em: 12 set. 2025.

KHOBAREKAR, Umesh Tulshidas; PANDEY, Sunil Kumar. Protection of LGBTQ rights: an analysis of legal framework in India. **Journal of Emerging Technologies and Innovative Research (JETIR)**, v. 10, n. 10, 2023. Disponível em: <https://www.jetir.org/papers/JETIR2310385>. Acesso em: 13 set. 2025.

MISRA, Geetanjali. Decriminalising homosexuality in India. **Reproductive Health Matters**, London, v. 17, n. 34, p. 20-28, 2009. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0968-8080\(09\)34478-X](https://doi.org/10.1016/S0968-8080(09)34478-X). Acesso em: 13 set. 2025.

NANDA, Serena. **Neither man nor woman: the Hijras of India**. Belmont: Wadsworth Publishing, 1990.

NARRAIN, Arvind; BHAN, Gautam (org.). **Because I have a voice: queer politics in India**. New Delhi: Yoda Press, 2005.

NARRAIN, Arvind. **Queer: "despised sexuality", law and social change**. Bangalore: Books for Change, 2004.

ONE FUTURE COLLECTIVE. Pride and privilege: the pride movement in India — history and obstacles (Part I). **One Future Collective**, [s. l.], 21 jul. 2019. Disponível em: <https://www.onefuturecollective.org/blog/pride-and-privilege-the-pride-movement-in-india-history-and-obstacles-part-i/>. Acesso em: 13 set. 2025.

ONE FUTURE COLLECTIVE. Pride and privilege: the pride movement in India — inclusiveness and the future (Part II). **One Future**

Collective, [s. l.], 24 jul. 2019. Disponível em: <https://www.onefuturecollective.org/blog/pride-and-privilege-the-pride-movement-in-india-inclusiveness-and-the-future-part-ii/>. Acesso em: 13 set. 2025.

PATTANAIK, Devdutt. **Shikhandi**: and other tales they don't tell you. Gurugram: Penguin Books, 2014.

PENROSE, Walter. Colliding cultures: masculinity and homoeroticism in Mughal and early colonial South Asia. In: O'DONNELL, Katherine; O'ROURKE, Michael (org.). **Queer masculinities, 1550-1800**. London: Palgrave Macmillan, 2006. Disponível em: https://doi.org/10.1057/9780230524156_9. Acesso em: 13 set. 2025.

RAJASEKARAN, Sindhu. Undoing the colonial gaze: gender and sexuality in British India. **Smashboard**, [s. l.], 28 jan. 2023. Disponível em: <https://knowledgehub.southfeministfutures.org/kb/undoing-the-colonial-gaze-how-gender-sexuality-shifted-in-british-india/>. Acesso em: 13 set. 2025

REDDY, Gayatri. **With respect to sex**: negotiating hijra identity in South India. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

SENBAGAM, Seshaa; VIJAYALAKSHMI, S. Rituals of belonging: challenging the sacred marginalised views of Hijras in India. **Space and Culture India**, [s. l.], v. 12, n. 4, p. 10, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.20896/bwsvt736>. Acesso em: fev. 2026.

SINHA, Mrinalini. **Colonial masculinity**: the "manly Englishman" and the "effeminate Bengali" in the late nineteenth century. Manchester: Manchester University Press, 1995.

SIRCAR, Oishik. New queer politics in the New India. **GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies**, v. 23, n. 4, p. 537-542, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1215/10642684-4157472>. Acesso em: 13 set. 2025.

SNIGDHA, Rezwana Karim. **Beyond binaries**: an ethnographic study of Hijra in Dhaka. 2021. Tese (Doutorado)—Auckland University of Technology, Auckland, 2021. Disponível em:



<https://openrepository.aut.ac.nz/handle/10292/14422>. Acesso em: 3 set. 2025.

SUDHA, B. LGBTQ rights in India: a comprehensive analysis. **International Journal of Creative Research Thoughts (IJCRT)**, v. 12, n. 1, 2024. Disponível em: <https://ijcrt.org/papers/IJCRT2401651.pdf>. Acesso em: 13 set. 2025.

INDIA. Supreme Court. *Justice K. S. Puttaswamy (Retd.) and Anr. v. Union of India and Ors.* Writ Petition (Civil) n. 494 de 2012. Julgado em: 24 ago. 2017. Citação: (2017) 10 SCC 1; AIR 2017 SC 4161. Disponível em: https://main.sci.gov.in/supremecourt/2012/35071/35071_2012_Judgment_24-Aug-2017.pdf. Acesso em: set. 2025.

INDIA. Supreme Court. *Navtej Singh Johar v. Union of India.* Writ Petition (Criminal) n. 76 of 2016. Julgado em: 6 set. 2018. Disponível em: https://www.sci.gov.in/supremecourt/2016/14961/14961_2016_Judgment_06-Sep-2018.pdf. Acesso em: 13 set. 2025.

INDIA. Supreme Court. *Supriyo @ Supriya Chakraborty & Anr. v. Union of India.* Writ Petition (Civil) n. 1011 of 2022. Julgado em: 17 out. 2023. Disponível em: https://api.sci.gov.in/supremecourt/2022/36593/36593_2022_1_1501_47792_Judgement_17-Oct-2023.pdf. Acesso em: 13 set. 2025.

UPADHYAY, Nishant. Hindu nation and its queers: caste, Islamophobia, and de/coloniality in India. **Interventions: International Journal of Postcolonial Studies**, v. 22, n. 4, p. 464-480, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1369801X.2020.1749709>. Acesso em: 13 set. 2025.

VANITA, Ruth; KIDWAI, Saleem (org.). **Same-sex love in India: readings from literature and history.** New York: Palgrave Macmillan, 2000.

VANITA, Ruth. **Love's rite: same-sex marriage in India and the West.** New York: Palgrave Macmillan, 2005.

VANITA, Ruth. **Queering India**: same-sex love and eroticism in Indian culture and society. New York: Routledge, 2001.

VERMA, Kavish Kumar. Decriminalisation of Section 377: reforming laws on same-sex relationships. **International Journal for Multidisciplinary Research**, v. 6, n. 3, maio/jun. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.36948/ijfmr.2024.v06i03.20522>. Acesso em: 13 set. 2025.

WILHELM, Amara Das. **Tritiya-Prakriti**: people of the third sex. Philadelphia: Xlibris, 2004.

ZWILLING, Leonard; SWEET, Michael J. "Like a city ablaze": the third sex and the creation of sexuality in Jain religious literature. **Journal of the History of Sexuality**, Austin, v. 6, n. 3, p. 359-384, 1996

Movimento de Libertação Queer na Índia: Compreensão através da mitologia, religião, história e cenário sócio-jurídico contemporâneo

RESUMO: Este artigo investiga uma questão central: como as minorias de gênero e sexualidade na Índia negociam reconhecimento legal, legitimidade cultural e solidariedade de base, especialmente quando os marcos dominantes—tanto do Estado quanto do próprio movimento Pride—reproduzem desigualdades de casta, classe e linguagem? Baseando-se em seis anos de trabalho de campo etnográfico multi-situado em Kolkata e Delhi, com entrevistas não estruturadas e observação participante em eventos do Orgulho, e a partir de uma perspectiva feminista interseccional informada pela academia decolonial sul-asiática, o artigo examina o movimento de libertação queer na Índia em suas dimensões mitológica, jurídica e ativista contemporânea. As tradições pré-coloniais indianas—hindu, islâmica, budista e jainista—codificavam significativa pluralidade de gênero e sexualidade, sistematicamente criminalizada sob o domínio colonial britânico por meio da Seção 377 do Código Penal Indiano (1861) e da Lei das Tribos Criminosas (1871). O estudo rastreia a política queer desde a Caminhada da Amizade de 1999 até o ativismo contemporâneo do Pride, centrando as experiências vividas de interlocutores cujas identidades se interseccionam com casta, classe, religião, língua e região. O artigo



argumenta que a libertação queer genuína requer estruturas anti-casta, anticapitalistas e interseccionais profundamente enraizadas nas realidades vernáculas das bases.

Palavras-chave: Queer decolonial. Heteropatriarcado bramânico. Homonacionalismo. Práxis interseccional. Etnografia do orgulho.

Saptarshi BAIRAGI

holds an MPhil in Anthropology and is currently a doctoral scholar in the Department of Anthropology, University of Delhi, Delhi, India.

Their research focuses on gender, sexuality, caste, and subaltern-vernacular queer communities in Bengal (both India and Bangladesh), particularly the subjectivities of Hijra, Kothi/Koti, and Dhurani. Their work is grounded in trans-queer-feminist and decolonial experiential, sensory, and embodied ethnographic frameworks with a keen interest in writing queer ethnographic poetry in Bengali.

<https://orcid.org/0009-0009-8178-2991>

Recebido em: 27/09/2025
Aprovado em: 04/04/2026



SEÇÃO TEMÁTICA



Neutralidade e afirmatividade na clínica com a população LGBT+: Reflexões psicanalíticas

Daniel Kveller, *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Resumo. Este artigo propõe uma reflexão sobre as tensões éticas e práticas que atravessam a psicanálise no atendimento à população LGBT+, destacando o desafio que o surgimento de terapias afirmativas representa ao princípio de neutralidade que historicamente orientou o campo. A estrutura do texto está organizada em três momentos principais: primeiramente, uma breve discussão sobre as terapias afirmativas e seus princípios; em seguida, uma crítica aprofundada da noção de neutralidade na psicanálise; e, por fim, considerações sobre alternativas conceituais na história da psicanálise que possibilitam pensar em uma clínica mais envolvida com seu contexto sócio-histórico, a qual poderíamos, talvez, denominar “afirmativa”.

PALAVRAS-CHAVE: Psicanálise. Gênero. Sexualidade. LGBT+. Terapias afirmativas.



Introdução

Questões relacionadas à saúde mental da população LGBT+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e outras minorias sexuais e de gênero) têm ganhado destaque, dada a persistência de disparidades históricas que impactam significativamente esse grupo. Pesquisas nacionais e internacionais indicam que pessoas LGBT+ apresentam maior vulnerabilidade a transtornos como depressão e ansiedade, frequentemente relacionados ao preconceito e à exclusão social (CERQUEIRA-SANTOS; AZEVEDO; RAMOS, 2020; MOAGI; WATH; JIYANE; RIKHOTSO, 2021).

Esses altos índices de sofrimento psíquico não podem ser compreendidos isoladamente, mas sim à luz da heteronormatividade – um regime simbólico que estabelece a cis-heterossexualidade como norma e regula a vida social. Esse enquadre normativo também atravessa subjetividades, produzindo efeitos na constituição psíquica das pessoas LGBT+. Tal processo se manifesta de várias formas: seja externamente, por meio da discriminação, da violência e da marginalização; e internamente, através da expectativa de rejeição, da necessidade de ocultação da identidade e da introjeção de valores que deslegitimam sexualidades dissidentes. Dessa forma, a cultura dominante, além de impor barreiras concretas à existência dessas pessoas, também participa ativamente da produção de impasses psíquicos marcados pela culpa, pela vergonha e pelo estranhamento em relação ao próprio desejo (BUTLER, 2017, 2018).

Nesse cenário, as psicoterapias afirmativas destacam-se como uma abordagem que reivindica a validação e o reconhecimento das identidades LGBT+, em contraste com perspectivas mais tradicionais da psicologia, que, historicamente, teriam não apenas negligenciado essas violências, mas também as perpetuado sob a alegação de uma suposta neutralidade técnica. Ao oferecer um apoio explícito às subjetividades dos pacientes, essas práticas questionam as noções clássicas de neutralidade clínica e defendem a necessidade de uma revisão ética e teórica das intervenções psicoterapêuticas.

Nesse contexto, é fundamental que a psicanálise se posicione tanto em relação ao reconhecimento do sofrimento específico vivenciado por pessoas que não se enquadram na norma cis-heterossexual em nossa

sociedade, ainda marcada por exclusões, quanto frente às respostas propostas pelas chamadas terapias afirmativas. Essas questões evidenciam tensões teóricas e éticas que exigem reflexão atenta.

A psicanálise, como grande parte do campo psi, carrega uma história conturbada no trato de questões ligadas à sexualidade e à identidade de gênero. O campo psicanalítico frequentemente adota posturas patologizantes, seja nas associações iniciais da homossexualidade e da transexualidade à perversão e à psicose (MARTINS, 2024; CUNHA, 2021), passando pela exclusão de candidatos abertamente gays da formação psicanalítica (BULAMAH, 2016), até práticas controversas como as terapias de reorientação sexual (VEZZOSI; RAMOS; SEGUNDO; COSTA, 2019). Ainda hoje, apesar da ampliação dos debates sobre gênero em diversas esferas sociais e acadêmicas, relatos de maus-tratos e violências contra pacientes LGBTQ+ em consultórios psicanalíticos permanecem comuns (REITTER, 2021).

É essencial que a psicanálise reconheça essas dificuldades, amplie os horizontes para além de seus limites disciplinares e repense suas práticas formativas à luz dos relatos de pessoas LGBTQ+ e dos estudos de gênero e sexualidade. E nesse intuito, surge uma questão central: seria possível incorporar os princípios das terapias afirmativas ao campo psicanalítico? Como compatibilizar essa abordagem com os ideais de neutralidade e abstinência que tradicionalmente fundamentam a escuta analítica? Até onde a psicanálise pode, por si só, ser considerada uma prática afirmativa?

Este artigo teórico propõe refletir sobre tais tensões, explorando os desafios que as terapias afirmativas colocam ao conceito de neutralidade historicamente associado à psicanálise. Mais do que oferecer respostas definitivas, busca problematizar os dilemas de uma prática clínica que precisa equilibrar os fundamentos teóricos desenvolvidos ao longo de mais de um século com questões que, por muito tempo, ficaram à margem, mas que hoje se apresentam como incontornáveis. Assim, o objetivo aqui é abrir caminhos para um diálogo crítico e produtivo entre a psicanálise e as terapias afirmativas.

A estrutura do texto está dividida em três partes principais. Primeiro, discutem-se brevemente os princípios das terapias afirmativas. Em seguida, apresenta-se uma crítica à noção de neutralidade na psicanálise. Por fim, exploram-se alternativas conceituais na história da psicanálise que permitem pensar em uma clínica mais engajada com seu



contexto social e histórico – uma clínica que, talvez, poderia ser chamada de “afirmativa”.

Terapias afirmativas

O surgimento das terapias afirmativas remonta a 1973, nos Estados Unidos, quando a American Psychological Association (APA) retirou oficialmente a homossexualidade do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM). Esse marco abriu espaço para novas formas de compreender o homoerotismo no campo da saúde mental. Inicialmente, o desenvolvimento das terapias afirmativas foi lento, ganhando corpo nos anos 1970 e 1980, porém apenas nos anos 1990 consegue atrair maior atenção, principalmente nos países de língua inglesa.

Nos últimos anos, especialmente na última década, o conceito de terapias afirmativas também tem alcançado maior visibilidade no contexto brasileiro. Revisões recentes da literatura (MUSSI; MALERBI, 2020; DOS SANTOS; HOHENDORF, 2024) indicam um aumento do interesse acadêmico pelo tema, bem como uma ampliação gradual das publicações na área. Ainda assim, trata-se de um campo em desenvolvimento no país: a produção permanece relativamente incipiente, com discussões frequentemente localizadas e com menor aprofundamento teórico quando comparadas ao volume de estudos produzidos em contextos internacionais. Além disso, grande parte dessas publicações tem sido elaborada a partir de perspectivas clínicas distintas da psicanálise, o que evidencia a necessidade de ampliar o debate dentro do próprio campo psicanalítico brasileiro.

Existem duas principais definições sobre o que constitui uma terapia afirmativa. Alguns a concebem como um conjunto de diferentes práticas que devem ser acionadas quando se atende pacientes gays, lésbicas, bissexuais e outras minorias sexuais, como, por exemplo, perguntar sobre experiências de discriminação e questionar estereótipos negativos. Outros advogam por uma abordagem menos específica, definindo a prática afirmativa como uma atitude não discriminatória e socialmente consciente que pode ser incorporada por diferentes linhas

teóricas da psicologia. Considera-se que o desafio apresentado por ambos os pontos de vista é “atualizar” modelos terapêuticos estabelecidos ou desenvolver novas teorias e práticas que atendam à diversidade de experiências representadas por sexualidades dissidentes.

Neste artigo, adota-se a noção de terapias afirmativas enquanto conjunto de princípios ético-políticos, uma vez que esse enquadre amplo parece facilitar um ponto de diálogo com a psicanálise. O foco se dará especialmente nos desafios que tais princípios impõem à noção de neutralidade, que ainda parece estruturar o campo psicanalítico.

Em uma revisão sobre o tema, Moradi e Budge (2018) argumentam que a psicoterapia afirmativa voltada para a população LGBT+ deve ser concebida não como prática restrita a grupos específicos com determinadas orientações sexuais, mas como conjunto de princípios e práticas aplicáveis a todos os pacientes e, em última instância, a todas as abordagens psicoterapêuticas. Pragmaticamente, essa concepção abrange situações que extrapolam o trabalho que se baseia na definição explícita das identidades dos pacientes. Por exemplo, profissionais podem não estar cientes das identidades LGBT+ de seus pacientes. Mesmo quando terapeutas avaliam regularmente questões relacionadas a gênero e sexualidade, os pacientes podem não querer ou não estar prontos para revelar essas identidades, especialmente nas fases iniciais da psicoterapia. Nessa linha, a revelação das identidades LGBT+ pode depender da criação, pelo psicoterapeuta, de condições afirmativas específicas que facilitem tal abertura.

Com base em conceitualizações e revisões sistemáticas anteriores sobre psicoterapia com pessoas LGBT+, as autoras indicam quatro temas principais que devem compor o exercício de uma psicoterapia afirmativa, independentemente da orientação sexual do paciente ou da linha seguida pelo terapeuta: contrapor atitudes anti-LGBT+ e adotar posturas afirmativas em relação a pessoas LGBT+; adquirir conhecimento sobre as experiências de pessoas LGBT+ e reconhecer sua heterogeneidade; integrar esse conhecimento às intervenções terapêuticas; e engajar-se na crítica e na superação das desigualdades sociais.

A APA também contribui significativamente com suas diretrizes, atualizadas a cada década, sobre o trabalho de psicólogos com a população LGBT+. Embora não sejam exclusivamente focadas em terapias afirmativas, essas orientações são amplamente referenciadas na



literatura sobre o tema. Na edição mais recente (AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION, 2021), as diretrizes são organizadas em cinco eixos: conhecimento e consciência fundamentais; impacto do estigma, discriminação e estresse de minorias sexuais e de gênero; relacionamentos e família; questões educacionais e vocacionais; e formação profissional, treinamento e pesquisa. Entre as recomendações específicas, destacam-se as seguintes: diferenciação entre questões relacionadas à identidade de gênero e orientação sexual, reconhecimento da influência da discriminação institucional, promoção de mudanças sociais e valorização dos aspectos positivos de ser uma pessoa pertencente a uma minoria, incluindo a resiliência e a resistência individual e coletiva frente ao estigma.

Afirmatividade, abstinência e neutralidade

Propor um diálogo entre a psicanálise e as terapias afirmativas é uma tarefa desafiadora. A própria formulação do problema suscita uma pergunta: a psicanálise pode ser, em algum sentido, afirmativa?

Muitos psicanalistas provavelmente responderiam que isso não é possível, e não necessariamente porque não compactuam com a luta do movimento LGBT+. O ponto em questão é considerar se esses ideais, ao se tornarem uma baliza clínica, poderiam comprometer a escuta singular dirigida a cada sujeito. As terapias afirmativas frequentemente se organizam em torno de categorias coletivas — como “população LGBT+” —, enquanto a psicanálise se orienta pela maneira singular como cada sujeito se apropria, recusa ou reinscreve esses significantes em sua própria economia psíquica. Ademais, ao apresentar-se como terapeuta afirmativo, um psicanalista não estaria abrindo caminho para uma identificação imaginária do paciente com aquilo que ele supõe ser o ideal de “tratamento” e os ideais políticos do analista?

Nesse contexto, é fundamental considerar o conceito de abstinência, definido por Laplanche e Pontalis (1991) como “o princípio segundo o qual o tratamento analítico deve ser conduzido de tal modo que o paciente encontre o menos possível de satisfações substitutivas para os seus sintomas” (p. 23). Seguindo essa diretriz, o analista recusa

satisfazer diretamente as demandas do paciente ou ocupar papéis que este tende a impor-lhe no campo transferencial. Essa recusa não se orienta por frieza ou indiferença, mas por uma lógica clínica específica: ao evitar gratificações substitutivas, mantém-se a tensão psíquica que sustenta o trabalho analítico e possibilita que as demandas dirigidas ao analista sejam progressivamente deslocadas para o plano da palavra.

É importante sublinhar a diferença entre o princípio da abstinência e o ideal de neutralidade frequentemente associado à prática psicanalítica. A abstinência diz respeito à recusa do analista em satisfazer diretamente as demandas do paciente ou a ocupar posições imaginárias que poderiam oferecer gratificações substitutivas para o sintoma. Já a neutralidade, por sua vez, costuma ser apresentada como a suspensão de juízos morais, valores pessoais ou preferências do analista no processo interpretativo. Em outras palavras, a abstinência constitui uma técnica voltada à condução da transferência, ao passo que a neutralidade aparece como uma postura do analista diante do material clínico.

Embora tenham sido historicamente aproximados na tradição psicanalítica, esses conceitos não são equivalentes: é possível sustentar a abstinência sem recorrer ao ideal de uma neutralidade absoluta. Essa distinção torna-se particularmente relevante no debate proposto, pois coloca em evidência a necessidade de o analista considerar de que modo marcadores sociais atravessam tanto a experiência do paciente quanto a própria escuta analítica.

Tal distinção conceitual nem sempre se sustenta no modo como a técnica psicanalítica é transmitida e praticada. Como apontam Arrosi e Silva (2022), no dia a dia da clínica a abstinência muitas vezes se confunde com a busca de um ideal estereotipado de neutralidade, como se o analista devesse apagar sua presença subjetiva para garantir a suposta pureza do processo analítico. Esse ideal, embora raramente formulado nesses termos, frequentemente orienta tanto o exercício clínico quanto a formação de analistas, promovendo a ideia de que o analista deve “desaparecer” na sessão ou “deixar sua subjetividade na porta” (p. 123). Assim, o princípio de frustrar a demanda do paciente — que exige sensibilidade e flexibilidade na condução da transferência — acaba muitas vezes reduzido à tentativa de despersonalização do analista: sustentar um silêncio frio e assumir a função de espelho diante das interpelações do paciente.



Na história da psicanálise, essa tensão não é um assunto recente. Nos primeiros momentos de sua teoria, Freud encarava a transferência como resistência, uma espécie de viés subjetivo a ser superado para o progresso da análise rumo ao conhecimento dos conflitos neuróticos objetivos enfrentados pelos pacientes (FREUD & BREUER, 2016[1895]). Esse posicionamento transparece de maneira clara no texto sobre “Recomendações ao médico para o tratamento psicanalítico”, em que Freud (2020[1921]) comparou o trabalho psicanalítico ao de um cirurgião:

Sou insistente em recomendar aos colegas que no tratamento psicanalítico tomem como exemplo o cirurgião, que coloca de lado todos os seus afetos e até a sua compaixão humana (...) A justificativa para essa frieza a ser exigida do analista dá-se pelo fato de que para ambas as partes ela cria as condições mais favoráveis: para o médico, a preservação desejável de sua própria vida afetiva; para o doente, a maior amplitude de assistência possível hoje (p. 98).

Essas afirmações evidenciam a forte influência do espírito iluminista que permeava o pensamento de Freud, bem como seu anseio pelo reconhecimento da psicanálise na área médica. Em diversos momentos, Freud acreditava que o psicanalista deveria afastar seus aspectos subjetivos para garantir uma precisão científica na revelação dos mecanismos inconscientes. Não por acaso, ele se via mais próximo de Darwin do que de Nietzsche ou Schopenhauer ao refletir sobre seu papel na história da ciência, embora a obra desses filósofos também lhe tivesse servido de inspiração (GAY, 2012).

Em diversos outros momentos, contudo, Freud não apenas reconhece a impossibilidade de uma postura objetiva por parte do analista, como também propõe formulações teóricas que afastam a psicanálise do campo experimental e empiricista no qual a ideia de neutralidade poderia fazer algum sentido. Um exemplo disso é o desenvolvimento posterior da concepção de transferência no texto “Observações sobre o amor transferencial”, de 1915 (FREUD, 2020), quando passa a ser entendida como condição *sine qua non* para o avanço da análise.

A transferência, por sua natureza, turva de diversas maneiras o cenário do atendimento psicanalítico. Ao desestabilizar qualquer possibilidade de uma relação puramente objetiva, expõe a análise como

um espaço onde os limites entre realidade e fantasia, passado e presente, tornam-se inevitavelmente fluidos. Para compreender a complexidade desse processo, o relato clínico precisa se aproximar de uma narrativa que transita entre o romance e a investigação policial, sendo necessariamente parcial, fragmentário e subjetivo. Embora resquícios de pretensões objetivas ainda possam ser encontrados em muitos textos subsequentes de Freud, no esforço de iluminar a opacidade ontológica da transferência, sua linguagem vai se distanciando gradualmente do tom médico à medida que sua teoria se hibridiza com as ciências humanas e as artes.

É compreensível que a busca pela neutralidade tenha se imposto aos primeiros psicanalistas do início do século XX, formados em correntes médicas fortemente marcadas pelo organicismo e pelo positivismo metodológico. Surpreende, contudo, que a ideia continue amplamente presente nos espaços de formação psicanalítica, especialmente considerando que, ao longo do último século, as ciências humanas produziram críticas contundentes ao mito da neutralidade.

Na antropologia e na sociologia, por exemplo, tornou-se quase um truísmo afirmar que nossa percepção do mundo é atravessada por subjetividade, história pessoal, posição social, afetos e gênero. Mesmo nas chamadas “ciências duras”, consolidou-se o reconhecimento de que todo conhecimento é produzido a partir de posições situadas no tempo e no espaço (HARAWAY, 1995).

A consequência óbvia disso é que a escuta do analista nunca pode ser considerada neutra. Afinal, escuta-se com o corpo — um corpo situado em determinada cidade, bairro, rua; um corpo marcado por gênero e raça; um corpo que deseja, aspira e devaneia, mas também teme, receia e odeia. Um corpo, enfim, que carrega história: um repertório cultural acumulado, opiniões, visões de mundo e, simultaneamente, lacunas e ignorâncias em diversas áreas. Embora a atenção do analista possa ser flutuante, isso não significa que sua escuta esteja livre dos múltiplos marcadores que atravessam a posição do próprio analista.

Como lembra Wilson Franco (2023), antes mesmo do encontro clínico propriamente dito, a presença do analista já produz significações: seu nome evoca associações, a localização do consultório transmite mensagens. O primeiro contato com o paciente também carrega traços significativos: o tom da linguagem, o grau de formalidade, as escolhas



vocabulares. Na primeira sessão, outras dimensões entram em jogo: a roupa, os gestos, a entonação, o humor, as referências culturais. Assim, ao longo do tratamento, o anonimato inicial do analista é progressivamente desfeito, e o paciente passa a inferir aspectos de sua posição social e de seus valores. Aqui, importante pontuar, não se trata apenas de gênero e sexualidade, mas também de outros marcadores sociais, cujos efeitos precisam ser considerados de maneira interseccional.

Um exemplo revelador das complexidades que surgem na intersecção das questões de gênero e sexualidade pode ser encontrado no estudo da psicóloga Glenda Russell, em seu artigo "Different Ways of Knowing" (2006). A autora descreve o atendimento de Alice, uma mulher cisgênera branca, na casa dos 30 anos de idade, casada com um homem cisgênero e mãe de três filhos. Alice foi encaminhada a uma terapeuta por um profissional de saúde mental com quem tinha uma relação pessoal. Inicialmente, ela não mencionou questões relacionadas à orientação sexual ao solicitar o encaminhamento; seu único objetivo era encontrar um bom terapeuta e, como Russell descobriu mais tarde, Alice chegou à primeira sessão presumindo que a terapeuta fosse heterossexual.

Após alguns meses em terapia, Alice mencionou ter ouvido um rumor sobre a orientação sexual de sua terapeuta. Confrontada com suas próprias suposições heteronormativas e homofóbicas, ela se viu diante de um dilema: deveria questioná-la diretamente sobre isso? Essa se tornou uma das primeiras decisões significativas do processo terapêutico. Alice optou por não buscar confirmação, temendo que tal informação pudesse comprometer uma relação que considerava segura e proveitosa.

A tentativa de manter as informações separadas foi desafiada quando Alice descobriu, por meio de amigos, que, de fato, sua terapeuta era lésbica. Alice observou que a informação não a surpreendeu. O que lhe chamou mais atenção foi descobrir que a terapeuta também era mãe – e uma mãe lésbica assumida. Essa revelação adquiriu novo significado no contexto do tratamento, pois Alice havia começado a explorar seus próprios desejos bissexuais e a compartilhar com a terapeuta um relacionamento extraconjugal com uma amiga próxima. Ao mesmo tempo que conseguia falar mais sobre essas descobertas, expressava

receios de que esses desejos entrassem em conflito com sua aspiração de manter a família que havia construído.

Esse recorte de caso convida a refletir sobre a presença do analista (ou psicoterapeuta) e os efeitos dessa presença na dinâmica transferencial. Russell (2006) argumenta que existem revelações que não são explicitamente feitas pelo terapeuta, mas que emergem no contexto de uma relação dinâmica, produzindo aquilo que denomina um “conhecimento de dentro”. A terapeuta, embora nunca tenha revelado diretamente sua orientação sexual, criou, através de suas atitudes e da maneira como lidou com as questões de Alice, um espaço de troca que possibilitou esse tipo de entendimento.

Nas suas palavras:

Acredito que muitos dos meus clientes de longo prazo poderiam facilmente e com precisão adivinhar minha posição sobre várias questões – e não porque eu tenha dito isso diretamente. Ao contrário, acho que os clientes – pelo menos aqueles que conseguem se distanciar o suficiente do solipsismo da própria dor – sabem muito sobre seus terapeutas e sobre suas crenças políticas e sociais. Eles frequentemente sabem disso não por revelações diretas, mas porque são bastante capazes – e muitas vezes mais do que dispostos – de extrapolar, a partir da maneira como os terapeutas se comportam na sessão, como eles são em seus mundos maiores (RUSSELL, 2006, p. 80, tradução livre).

Ao longo do tratamento, a orientação sexual da terapeuta tornou-se um elemento que atravessava tanto as conversas explícitas quanto a comunicação implícita da relação analítica. Alice foi gradualmente levada a confrontar suas suposições, seus medos e desejos, todos imersos nas tensões entre identidade, sexualidade e projeto de vida.

Além de romper com a neutralidade absoluta, alguns aspectos indicam que Russell ofereceu uma escuta afirmativa. Em primeiro lugar, evitou reproduzir estigmas anti-LGBT+, adotando uma postura afirmativa em relação às minorias sexuais. Em segundo lugar, não presumiu que sua paciente fosse heterossexual embora ela estivesse casada com um homem. Integrando seu conhecimento sobre a população LGBT+ às intervenções clínicas, criou um espaço em que Alice pôde falar sobre temas relacionados à sexualidade que lhe provocavam medo, angústia e vergonha.



Por fim, a partir da confirmação de que se identificava, de fato, como uma mulher lésbica, ajudou a paciente a entender que não há nada de doentio ou moralmente anormal em desejar outras mulheres, e que isso tampouco significa que ela precisaria renunciar ao seu sonho de compor uma família, atitude que, nos princípios da terapia afirmativa, poderia ser entendida como um engajamento crítico na superação das desigualdades.

Em outro possível cenário, caso Russell tivesse optado por seguir à risca um princípio de neutralidade, buscando refletir como um espelho todas as questões colocadas por Alice, o que provavelmente transpareceria da atitude da analista não seria a neutralidade em si, mas o desejo e o esforço de parecer indiferente. Considerando as diversas formas de interpelação e revelações dialógicas que ocorrem nas sessões e em torno delas, uma postura estereotipicamente fria e desengajada poderia gerar um efeito de denegação, provavelmente provocando desconfiança e dificultando a abertura para compartilhar sua maior intimidade. Nesse sentido, Russell (2006) afirma: “A revelação, pelo menos em um sentido não específico, é um aspecto inevitável e desejável dessa forma de interação” (p. 81, tradução livre).

Em outras palavras, podemos dizer que a afirmatividade, aqui, refere-se a uma postura de reconhecimento – não necessariamente o reconhecimento das identidades sexuais, mas da existência de questões sociais que permeiam o encontro clínico. Russell não reduz as suspeitas de Alice exclusivamente à dimensão da fantasia, nem se recusa categoricamente a responder às suas perguntas. Em vez disso, busca explicitar de forma estratégica uma conversa que, em outros termos, já estava acontecendo.

A escuta afirmativa de Russell, no entanto, não deixou de ser abstinente. A terapeuta usou a escuta para investigar como o conhecimento da sua orientação sexual poderia impactar a paciente – suas expectativas sobre si mesma, seu preconceito internalizado e as fantasias subjacentes que formavam a base de suas angústias. As intervenções clínicas não tiveram como objetivo confirmar ou negar os boatos escutados por Alice, mas investigar a função da própria suspeita (SEDGWICK, 2007) no campo transferencial, ajudando progressivamente a paciente a elaborar essas questões.

Ao final do processo de análise, Alice havia encerrado seu relacionamento com a amiga e decidido renovar seu compromisso com o marido, ao mesmo tempo em que passou a se reconhecer como bissexual. O paradoxo desse desfecho — assumir uma identidade bissexual enquanto reafirma o casamento heterossexual — reflete tanto a complexidade de sua experiência quanto seu senso de compromisso.

Nessa perspectiva, o relato de Russell indica que é possível sustentar princípios afirmativos sem abandonar a noção de cura em psicanálise, que se caracteriza menos como uma emancipação categórica, do que com uma reconciliação com as ambiguidades da própria experiência. Do mesmo modo, reconhecer a impossibilidade de uma neutralidade absoluta não implica abandonar o princípio da abstinência, mas recolocá-lo em termos compatíveis com uma concepção situada da escuta analítica.

Alternativas psicanalíticas

Na seção anterior, discutiu-se o ideal de neutralidade na psicanálise e sugeriu-se que a inclusão de princípios das terapias afirmativas não ameaça, mas pode fortalecer o caráter psicanalítico do atendimento. Em muitos aspectos, a psicanálise já é afirmativa: aposta na singularidade do sujeito, na inconstância da fantasia e na irredutibilidade da pulsão a qualquer identidade ou norma sexual. O que faltou historicamente foi a politização dessa afirmatividade, desvinculando-a do ideal positivista de neutralidade e abrindo espaço para uma escuta mais corporificada e situada.

Nesta seção, serão explorados conceitos que situam a discussão sobre a afirmatividade dentro da tradição do pensamento psicanalítico, sugerindo que a história da psicanálise oferece ferramentas alternativas para refletir sobre essa questão, além da ilusão de neutralidade. Não se busca aqui centralizar a análise em um autor específico, mas traçar o fio comum que percorre a obra de vários psicanalistas clássicos que, por um tempo, estiveram à margem do que se considerava o núcleo central da psicanálise, justamente por desafiar princípios fundamentais da prática clínica, como a busca pela neutralidade. Esses autores não abordaram diretamente as questões de gênero e sexualidade sob uma ótica crítica,



mas há uma nova onda de pesquisadores atualizando seus pensamentos nessa direção, a quem também nos referiremos.

Sándor Ferenczi (2011[1932]), psicanalista que foi analisando e braço direito de Freud até que um rompimento bastante doloroso os afastasse, cunhou a expressão “hipocrisia profissional” (p.113) para criticar práticas que considerava antiéticas ou inadequadas na psicanálise. O psicanalista apontava como especialmente problemático o esforço de alguns analistas em manter uma fachada de infalibilidade e autoridade, ocultando suas vulnerabilidades e dificuldades emocionais. Para Ferenczi, negar ou minimizar a contratransferência não apenas ignorava as reações emocionais do analista diante do paciente, mas também limitava as possibilidades de enriquecimento ou até prejudicava o tratamento.

Outra de suas críticas centrais dizia respeito à desumanização do paciente, muitas vezes tratado de maneira fria e mecanicista, como um objeto de estudo, e não como um sujeito marcado pelo sofrimento. Ferenczi também alertava contra a busca obsessiva por uma “pureza técnica” e a adesão rígida a dogmas teóricos, que frequentemente se sobrepunham à necessidade de uma escuta empática e adaptada. A prática psicanalítica deveria estar fundamentada na empatia, na autenticidade e na disposição constante para rever criticamente seus métodos e pressupostos (Ferenczi, 1990[1932]).

Para Ferenczi, a postura fria e distante do analista poderia gerar um efeito de desmentido ou denegação no sujeito. Mais do que a vivência em si, seria esse segundo momento de silenciamento do relato que conferiria o caráter patogênico ao trauma, tornando-o inassimilável para o sujeito (Ferenczi, 2011[1934]). Esse ponto é especialmente relevante para compreender o sofrimento de pessoas LGBT+ que relatam episódios de violência simbólica em consultórios psicanalíticos. A recusa em reconhecer as violências enfrentadas por essas pessoas, combinada com a reprodução da lógica heteronormativa – exatamente em um espaço que deveria oferecer acolhimento –, pode multiplicar camadas de sofrimento e, assim, constituir mais uma entre as violências cotidianas vivenciadas por essa população.

Seguindo, de certa forma, o pensamento de Ferenczi, Masud Khan (1963) introduziu o conceito de trauma cumulativo, definido como a acumulação de experiências de frustração emocional, negligência ou

abuso ao longo do tempo, que afetam profundamente o desenvolvimento psíquico e o bem-estar do sujeito. Para Khan, o trauma cumulativo não resulta de eventos isolados, mas de uma sucessão de falhas no ambiente de cuidado, que progressivamente corroem a capacidade do indivíduo de se relacionar de forma saudável consigo mesmo e com os outros. Esse tipo de trauma é frequentemente difícil de identificar, pois se forma a partir de pequenos episódios que, isoladamente, podem parecer insignificantes, mas, quando somados, geram um impacto psicológico profundo e duradouro.

No caso das minorias sexuais e de gênero, o trauma cumulativo manifesta-se nas vivências cotidianas de discriminação, invisibilidade, rejeição e violência emocional. O confronto constante com normas heterocentradas e o estigma social associado às identidades de gênero e sexualidade cria um contexto de sofrimento contínuo e insidioso, algo bastante frequente nas produções culturais dessas populações (CVETKOVICH, 2003). Como em outras formas de trauma cumulativo, é bastante difícil identificar e tratar essas feridas psíquicas, pois se constroem ao longo de experiências frequentemente desconsideradas ou minimizadas pela sociedade.

No rastro das reflexões desses autores, é possível situar a emergência de outros conceitos psicanalíticos importantes para refletir sobre as marcas da heteronormatividade na constituição psíquica de pessoas LGBTQ+, como o “falso self”. Para Winnicott (2022[1960]), o falso self é uma organização defensiva que surge em resposta a um ambiente inicial intrusivo ou inconsistente, especialmente na relação com os cuidadores, que não permite ao bebê expressar-se de forma genuína. Nessa configuração, o sujeito desenvolve uma fachada adaptativa que busca atender às expectativas externas, ao mesmo tempo que protege o verdadeiro self. Contudo, em certas circunstâncias, essa adaptação pode comprometer a autenticidade, resultando em uma vida marcada por conformismo, perda de espontaneidade e sensações de vazio ou alienação. Para Winnicott, o papel da terapia é criar um ambiente suficientemente bom que possibilite a emergência segura e vital do verdadeiro self.

Aplicado à situação das minorias sexuais, o conceito de falso self ajuda a compreender como a imposição da conduta heterossexual pode forçar indivíduos LGBTQ+ a esconderem suas aspirações e desejos para evitar rejeição ou violência. Esse processo de adaptação defensiva, muitas vezes necessário para sobreviver em contextos de opressão, pode



gerar uma desconexão profunda com o verdadeiro self, resultando em sentimentos de vazio, vergonha e sofrimento psíquico. A negação da autenticidade nesses indivíduos não é apenas um processo interno, mas uma resposta às violências simbólicas e estruturais que invalidam suas vivências e desejos. Reconhecer esses impactos sublinha a necessidade de ambientes de acolhimento e aceitação, nos quais seja possível reconstruir uma conexão genuína com o próprio self e viver com maior autenticidade.

Em síntese, a obra de Ferenczi, Khan e Winnicott indica que a psicanálise, longe de ser um espaço neutro, deve ser compreendida como um ambiente ativo de acolhimento e reflexão crítica. Especialmente em contextos de violência simbólica e opressão, como aqueles enfrentados pela população LGBT+, o ambiente terapêutico precisa ser sensível às complexas dinâmicas de violência vividas por esses indivíduos. Isso exige uma escuta cuidadosa que reconhece os efeitos dessa violência e se posiciona contra as estruturas de exclusão e invalidação, permitindo que o sujeito reconstrua seu self de forma mais autêntica. A clínica, portanto, deve ser um espaço que não apenas acolha experiências traumáticas, mas também ofereça a possibilidade de um novo vínculo, capaz de reconhecer o sofrimento do sujeito sem reduzir sua experiência a ele.

Nesses termos, a clínica psicanalítica instaura um espaço transferencial único, distinto de qualquer outro tipo de encontro entre duas pessoas, incluindo aqueles previstos em outras psicoterapias. Isso não significa, contudo, que o consultório esteja imune às dinâmicas sociais. Conforme afirmam os estudos de gênero — e, de fato, todas as vertentes críticas nas ciências humanas —, o contexto social e o espaço público são marcados por contradições, disputas, lógicas de exclusão e sistemas de dominação. É essencial reconhecer que parte do trabalho clínico envolve compreender como essas múltiplas tensões se manifestam nas sessões e qual deve ser a implicação do analista diante da singularidade de cada encontro com o paciente.

Nessa “economia política da prática clínica” — expressão que Gabriel Tupinambá (2024) propõe em um intento semelhante ao nosso —, a busca por neutralidade não é uma saída responsável, porque, no limite, significa uma opção por reproduzir a lógica vigente e sustentar o status quo, muitas vezes de forma imperceptível ao analista, que também está subjetivado dentro desse sistema de relações de saber e poder. Somos constituídos em uma lógica heteronormativa e frequentemente

pensamos e agimos segundo essas lógicas, a menos que haja algum trabalho de resistência. Essa reprodução manifesta-se, por exemplo, na expectativa inconsciente de que o paciente alinhe seus desejos e identidades às convenções heterossexuais ou binárias, o que pode gerar uma tensão entre a escuta analítica e as experiências concretas de um paciente LGBTQ+, marcadas frequentemente por resistências ou rupturas em relação a essas normas sociais.

É nesse sentido que, em *Édipo Gay*, Jorge Reitter (2021) questiona explicitamente a ideia de neutralidade, convocando os analistas a pensarem outros norteadores ético-políticos para sua prática:

Parece-me que não é uma questão de interpretação, mas uma questão de constituir-se como um Outro que permita a esse sujeito (...) perceber que essas relações de poder existem e que ele tem de tomar uma posição a respeito delas. (...) Então, você deve intervir de forma a desnaturalizar a sexualidade. Que ele não veja a maneira de amar dele, de sentir e de desejar como sendo uma patologia. Se você não fizer isso, acredito que se vai continuar patologizando, porque todo o ambiente vai para esse lado (p. 138).

Na entrevista que inclui esta citação, Reitter enfatiza a necessidade de aproximar a teoria psicanalítica da abordagem de Michel Foucault sobre a sexualidade — algo também salientado por psicanalistas brasileiros, como Birman (2014) e Cunha (2022). Reitter sugere que a clínica deve ser menos um espaço para esquadrihar as práticas sexuais em busca de uma "verdade" do desejo, e mais um lugar onde o analisando possa se reconhecer em uma cartografia que é simultaneamente pulsional e social, implicando-se e negociando suas identificações e pertencimentos de forma libidinal.

Esses psicanalistas se alinham, em grande parte, com a proposta de Foucault (2010) sobre a "estética da existência", por meio da qual o autor sugere que os indivíduos devem se perceber como agentes ativos na criação de suas próprias vidas, moldando e redefinindo suas identidades de maneira ética. Para Foucault, o sujeito não é simplesmente determinado pelas suas condições sociais e sexuais; ele deve se tornar sujeito de sua própria experiência, desenvolvendo uma prática reflexiva sobre suas escolhas, relações e afetos. Assim, a clínica psicanalítica, ao se aproximar dessa concepção, poderia se tornar um espaço onde o analisando, mais do que buscar uma "verdade" fixa sobre seu desejo, experimenta e reconfigura suas formas de ser, em diálogo constante com



as normas sociais e culturais que o atravessam. A negociação libidinal das identificações e pertencimentos, dentro desse quadro, não é uma busca por uma essência inata, mas um processo contínuo de reinvenção, alinhado à ideia de Foucault de que a liberdade se constrói na prática da transformação do próprio self.

Nesse mesmo sentido, porém a partir de um referencial mais próximo às proposições de Jean Laplanche, Saketopoulou e Pellegrini (2023) apontam que eliminar o preconceito é apenas um primeiro aspecto a ser garantido em uma clínica sensível às questões de gênero e sexualidade. Tratando sobre o atendimento de pessoas trans e não binárias, as psicanalistas colocam:

Eliminar a transfobia no campo é uma condição necessária, mas marcadamente insuficiente para trabalhar bem com pacientes queer e trans; o que é necessário é nada menos do que a capacidade de acompanhar os pacientes em suas explorações de seus gêneros, sem resistir à inventividade que o gênero necessariamente envolve (p. xxix, grifo das autoras, tradução livre)

Como ressaltam as autoras, já faz parte da tradição psicanalítica utilizar as complexidades do gênero e da sexualidade do paciente para aprofundar o tratamento, sem a intenção de mudar sua identidade de gênero ou orientação sexual. Esse trabalho é constante quando se parte da lógica da pulsão e da fantasia, por exemplo. Contudo, essa abordagem complexa e abrangente nem sempre é estendida aos pacientes dissidentes de gênero e sexualidade, uma vez que, nesses casos, a escuta tende a se tornar ortopédica, perdendo o caráter antinormativo e desconstrutivo que muitos psicanalistas se orgulham de exercer.

O trabalho que Saketopoulou e Pellegrini desenvolvem a partir de Laplanche pode ser entendido como um processo de tradução das mensagens enigmáticas que o sujeito recebe, tanto de suas experiências como das normativas sociais. Laplanche (2023) propõe que, na psicanálise, a interpretação do inconsciente não se dá por uma descoberta de significados fixos, mas por um esforço de tradução que reconhece a ambiguidade e os múltiplos sentidos dos estímulos que o sujeito recebe. Quando se trata de gênero, essas mensagens enigmáticas podem se manifestar como normas, expectativas e estigmas sociais, que o sujeito deve decifrar e integrar de maneira singular. O papel do analista, então, é acompanhar esse processo de tradução, ajudando o

paciente a desconstruir as normas rígidas e, ao mesmo tempo, permitir que novas significações sobre seu gênero possam emergir, sem impor um sentido fixo ou normativo.

Isso tudo, claro, não depende apenas da boa vontade dos analistas. Para que possam exercer esse papel, é fundamental que estejam atentos aos processos contratransferenciais, isto é, à maneira como suas próprias fantasias e conflitos psíquicos se manifestam nas situações de atendimento clínico. Conforme apontam Porchat e Santos (2021), o encontro com pacientes que desafiam a heteronormatividade pode despertar sentimentos de ameaça, instabilidade e perda de referenciais, especialmente em analistas que tiveram poucas oportunidades de desnaturalizar sua própria sexualidade. Muitas vezes, a reação a essa angústia se traduz na tentativa de enquadrar os pacientes, como se isso pudesse apaziguar o desconforto diante do que é percebido como um borramento dos limites de suas próprias identidades sexuais e de gênero.

Mesmo analistas progressistas e bem-informados sobre as questões de gênero não estão imunes à complexidade da contratransferência. O desejo de ser um analista “aliado” ou mesmo “afirmativo” pode levar a uma postura de tutela, a uma idealização da diversidade sexual e a uma dificuldade em abordar temas espinhosos, por receio de ferir o paciente – visto, então, como excessivamente frágil. Essa postura, embora bem-intencionada, pode acabar limitando o potencial de trabalho analítico, já que impede o analista de confrontar as contradições e ambivalências próprias do processo terapêutico. Em vez de promover um espaço para a inventividade de gênero e para o enfrentamento das questões centrais do sujeito, essa postura pode reforçar a dependência de uma narrativa idealizada sobre o gênero e a sexualidade, funcionando como um obstáculo ao processo de transformação analítica.

Considerações Finais

A discussão empreendida neste texto buscou problematizar o papel da neutralidade na prática psicanalítica, especialmente quando voltada para sujeitos LGBTQ+. Ao revisar conceitos como transferência, abstinência, denegação e trauma cumulativo, foi possível evidenciar que a ideia de



uma neutralidade absoluta não apenas se mostra impraticável, mas também potencialmente prejudicial.

A psicanálise, como prática ético-política, não se dá em um vácuo social. O *setting* analítico é atravessado por normas de gênero e sexualidade, pelas dinâmicas de exclusão e opressão que estruturam o laço social e pela própria subjetividade do analista, que nunca é neutra. Assim, ao contrário de insistir em um ideal de neutralidade que pode reforçar o status quo heteronormativo e patologizante, a prática psicanalítica poderia beneficiar-se de uma postura ética que reconheça sua implicação no campo social.

Nesse sentido, é fundamental que o analista adote uma escuta que vá além da eliminação do preconceito, comprometendo-se a acolher e trabalhar com as invenções do sujeito em sua singularidade, particularmente no que diz respeito às experiências de gênero e sexualidade. Isso não significa alinhar-se a posições políticas específicas de maneira reducionista, mas reconhecer que a escuta analítica nunca é politicamente neutra e que há uma responsabilidade ética em não reproduzir violências estruturais dentro do espaço terapêutico.

Conforme lembrado por Reitter (2021), “desnaturalizar a sexualidade” não é apenas um gesto técnico, mas um ato ético que possibilita ao sujeito construir narrativas que desafiem normas opressivas e ampliem o campo de sua experiência subjetiva. Essa abordagem implica a criação de um espaço analítico que seja suficientemente acolhedor e inventivo, permitindo que o analisando explore seu desejo, suas identificações e suas resistências, sem o peso de adaptações normativas ou a expectativa de conformidade com padrões externos.

Ferenczi (2011[1932]), por sua vez, em suas críticas à hipocrisia profissional, destacou que a prática psicanalítica só poderá cumprir seu potencial transformador se for capaz de confrontar suas próprias limitações e contradições, reconhecendo que, para escutar o outro em sua alteridade radical, é preciso também escutar e questionar a si mesmo. Essa ética da autocrítica e da abertura não apenas desarma a violência simbólica que muitas vezes opera invisivelmente na clínica, mas também cria as condições para que o encontro analítico seja, de fato, um espaço de liberdade e de criação. Talvez o que possa chamar de afirmativo seja exatamente esse trabalho de reconhecimento,

responsabilização e transformação – ou, em termos psicanalíticos, de repetição, recordação e elaboração.

É importante ressaltar que este estudo apresenta algumas limitações, por se tratar de uma reflexão inicial e circunscrita. A análise não abarca todas as complexidades envolvidas na prática psicanalítica com sujeitos LGBT+ e ainda carece de uma abordagem interseccional mais aprofundada, que considere como diferentes marcadores sociais – como classe, raça, etnia e deficiência – atravessam as experiências de gênero e sexualidade e incidem nas dinâmicas transferenciais e contratransferenciais no *setting* clínico. Investigações futuras poderiam ampliar essa perspectiva.

Além disso, este artigo não pretende realizar uma análise exaustiva sobre as terapias afirmativas e sua relação com a psicanálise. O que se propôs aqui foi uma provocação à psicanálise a partir de alguns princípios da terapia afirmativa, sem com isso sugerir que a psicanálise seja ou deva ser uma terapia afirmativa. O objetivo foi, sobretudo, problematizar certas premissas ainda dominantes no campo psicanalítico e abrir espaço para um diálogo crítico sobre a escuta e a clínica voltada à população LGBT+.

Por fim, vale registrar que a reflexão apresentada aqui, longe de ser conclusiva, é antes um ponto de partida para uma psicanálise mais corajosa, capaz de reinventar a escuta e o encontro clínico diante dos desafios lançados pelas dissidências sexuais e de gênero.

Referências

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. **Guidelines for psychological practice with sexual minority persons**. APA Task Force on Psychological Practice with Sexual Minority Persons, 2021. Disponível em: <https://www.apa.org/about/policy/psychological-practice-sexual-minority-persons.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2025.

ARROSI, Kellen Evaldt; SILVA, Milena da Rosa. A escuta em psicanálise: Abstinência e neutralidade em questão. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 121-143, abr. 2022 .



BIRMAN, Joel. **Por uma estilística da existência**. São Paulo: Editora 34, 1996.

BULAMAH, Lucas. **História de uma regra não escrita**: A proscrição da homossexualidade masculina no movimento psicanalítico. São Paulo: Annablume, 2016.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. São Paulo: Editora José Olympio, 2018.

CERQUEIRA-SANTOS, Elder; AZEVEDO, Hanna Valença Pereira; RAMOS, Mozer de Miranda. Preconceito e Saúde Mental: estresse de minoria em jovens universitários. **Revista de Psicologia da Imed**, [S.L.], v. 12, n. 2, p. 7, 31 ago. 2020. Complexo de Ensino Superior Meridional S.A..
<http://dx.doi.org/10.18256/2175-5027.2020.v12i2.3523>.

CUNHA, Eduardo Leal. A multidão das dissidências de gênero e a clínica psicanalítica. **Tempo Psicanalítico**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 54, p. 161-180, 2022. Disponível em: <https://www.tempopsicanalitico.com.br/tempopsicanalitico/article/view/730/304>. Acesso em: 14 abr. 2025.

CUNHA, Eduardo Leal. **O que aprender com as transidentidades: psicanálise, gênero e política**. Porto Alegre: Criação Humana, 2021

CVETKOVICH, Ann. **Archive of feelings**. Durham: Duke University Press, 2003.

DOS SANTOS, Bianca da Silva; VON HOHENDORFF, Jean. Uma Revisão Integrativa sobre a Terapia Afirmativa no Brasil: Atualizações desde 2009:.. **Cadernos de Psicologia**, v. 4, n. 2, p. 16-16, 2024.

FERENCZI, Sándor. Confusão de língua entre os adultos e a criança. In: FERENCZI, Sándor. **Obras Completas**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. v. 4, p. 111-121. (Trabalho original publicado em 1932).

FERENCZI, Sándor. Reflexões sobre o trauma. In: FERENCZI, S. **Obras completas, vol. 4**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. v. 4, p. 125-135. (Trabalho original publicado em 1934).

FERENCZI, Sándor. **Diário clínico**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**: curso dado no Collège de France (1981-1982). São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FRANCO, Wilson. **Como um analista pensa**. São Paulo: Blucher, 2023.

FREUD, Sigmund. Recomendações ao médico para o tratamento psicanalítico. In: FREUD, S. **Obras incompletas de Sigmund Freud**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. v. VI, p. 93-106. (Trabalho original publicado em 1912).

FREUD, Sigmund. Observações sobre o amor transferencial. In: FREUD, S. **Obras incompletas de Sigmund Freud**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. v. VI, p. 165-182. (Trabalho original publicado em 1915).

FREUD, Sigmund. Caminhos da terapia psicanalítica. In: FREUD, S. **Obras incompletas de Sigmund Freud**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. v. VI, p. 93-106. (Trabalho original publicado em 1919).

FREUD, Sigmund.; BREUER, Joseph. Estudos sobre a histeria. In: FREUD, S. **Obras completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. v. II. (Trabalho original publicado em 1895).

GAY, Peter. **Freud**: uma vida para o nosso tempo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 5, p. 7-41, 2009.

KHAN, M. Masud R.. The Concept of Cumulative Trauma. **The Psychoanalytic Study Of The Child**, [S.L.], v. 18, n. 1, p. 286-306,



jan. 1963. Informa UK Limited.
<http://dx.doi.org/10.1080/00797308.1963.11822932>.

LAPLANCHE, Jean. **Entre a sedução e a inspiração: o homem**. Porto Alegre: Dublinense, 2023.

LAPLANCHE, Jean.; PONTALIS, Jean-Bertrand. **Vocabulário de psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MARTINS, Flávia Ripoli. **Histórias da margem: lésbicas, gays e os primeiros psicanalistas**. São Paulo: Blucher, 2024.

MOAGI, Miriam M.; WATH, Anna E. van Der; JIYANE, Priscilla M.; RIKHOTSO, Richard S.. Mental health challenges of lesbian, gay, bisexual and transgender people: an integrated literature review. **Health Sa Gesondheid**, [S.L.], v. 26, n. 20, p. 1487, 20 jan. 2021. AOSIS. <http://dx.doi.org/10.4102/hsag.v26i0.1487>.

MORADI, Bonnie; BUDGE, Stephanie L.. Engaging in LGBT+ affirmative psychotherapies with all clients: defining themes and practices. **Journal Of Clinical Psychology**, [S.L.], v. 74, n. 11, p. 2028-2042, 21 set. 2018. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1002/jclp.22687>.

MUSSI, Samir Vidal; MALERBI, Fani Eta Korn. Revisão de estudos que empregaram intervenções afirmativas para LGBTQI+ sob uma perspectiva analítico-comportamental. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, [S.L.], v. 22, n. 1, p. 1-19, 11 set. 2020. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva (RBTCC)**. <http://dx.doi.org/10.31505/rbtcc.v22i1.1438>.

PORCHAT, Patricia; SANTOS, Beatriz. “Are We Safe Analysts?” Cisgender Countertransferential Fantasies in the Treatment of Transgender Patients. **The Psychoanalytic Review**, [S.L.], v. 108, n. 4, p. 411-431, dez. 2021. Guilford Publications. <http://dx.doi.org/10.1521/prev.2021.108.4.411>.

REITTER, Jorge. **Édipo gay: heteronormatividade e psicanálise**. São Paulo: Zagodoni, 2021.

RUSSELL, Glenda. Different ways of knowing: the complexities of therapist disclosure. **Journal Of Gay & Lesbian Mental Health**, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 79-94, 2006. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/19359705.2006.9962427>.

SAKETOPOULOU, Avgi.; PELLEGRINI, A.nn **Gender without identity**. Nova Iorque: Unconscious in Translation, 2023.
SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, [S.L.], n. 28, p. 19-54, jun. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-83332007000100003>.

TUPINAMBÁ, G. **O desejo de psicanálise**: exercícios do pensamento lacaniano. São Paulo: Boitempo, 2024.

VEZZOSI, Jean Ícaro Pujol; RAMOS, Mozer de Miranda; SEGUNDO, Damião Soares de Almeida; COSTA, Angelo Brandelli. Crenças e Atitudes Corretivas de Profissionais de Psicologia sobre a Homossexualidade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S.L.], v. 39, n. 3, p. 174-193, 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703003228539>.

WINNICOTT, Donaldo. Distorção do ego em termos de self verdadeiro e falso self. In: WINNICOTT, D. W. **Processos de amadurecimento e ambiente facilitador**: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. São Paulo: Ubu Editora, 2022. p. 177-194. (Trabalho original publicado em 1960).



Neutralidad y actitud afirmativa en el trabajo clínico con la población LGBT+: reflexiones psicoanalíticas

RESUMEN: Este artículo propone una reflexión sobre las tensiones éticas y prácticas que atraviesan el psicoanálisis en la atención a la población LGBT+, destacando el desafío que el surgimiento de terapias afirmativas representa para el principio de neutralidad que históricamente ha orientado el campo. La estructura del texto está organizada en tres momentos principales: en primer lugar, una breve discusión sobre las terapias afirmativas y sus principios; en segundo lugar, una crítica profunda de la noción de neutralidad en el psicoanálisis; y finalmente, consideraciones sobre alternativas conceptuales en la historia del psicoanálisis que nos permiten pensar en una clínica más involucrada con su contexto sociohistórico, la cual podríamos, tal vez, denominar “afirmativa”.

PALABRAS-CLAVE: Psicoanálisis. Género. Sexualidad. LGBT+. Terapias afirmativas.

Daniel KVELLER,
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Professor no Departamento de Psicanálise e Psicopatologia e no PPG
Psicanálise: Clínica e Cultura da UFRGS

<https://orcid.org/0000-0001-9158-0220>

Recebido em: 14/04/2025
Aprovado em: 30/03/2026



SEÇÃO TEMÁTICA

**Sentidos atribuídos ao
outness e *coming out*
de jovens bissexuais**

Rafael De Tilio, *Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba/Brasil*

Maria Clara Zanon Murarolli, *Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba/Brasil*

Resumo. Bissexualidade é uma orientação sexual que designa pessoas que sentem atração emocional, afetiva ou sexual em relação a mais de um gênero. Pessoas bissexuais encaram discriminações e violências assim como outras orientações sexuais que fogem da heteronormatividade e do monossexismo. O objetivo deste estudo foi compreender os sentidos e as consequências do *outness* e do *coming out* de jovens bissexuais. Foram entrevistadas oito pessoas entre janeiro e junho de 2023 cujos resultados foram organizados em quatro eixos temáticos: o termo; a descoberta e a rede de apoio; a liberdade; os estereótipos. Os principais resultados destacaram aspectos positivos vivenciados por bissexuais (sensação de liberdade pessoal e nas relações interpessoais) e sofrimentos (invisibilidade, estereótipos de fase, confusão e descredibilidade). Em relação ao processo de descoberta, destaca-se que os participantes estavam em contextos universitários, espaço que permite ampliação das redes de amigos que podem oferecer suporte nesse processo, ao mesmo tempo que ocorre certo distanciamento da família de origem. Ressalta-se a importância de mais estudos no campo da psicologia social voltados a essa temática.

PALAVRAS-CHAVE: Bissexualidade. *Outness*. *Coming out*. Jovens.

Introdução

Para Cardoso (2008) o conceito de orientação sexual varia conforme diferentes áreas e autores, mas no geral está relacionado à atração emocional, afetiva ou sexual de uma pessoa para outros sujeitos que podem ser de gênero diferente (heterossexualidade), do mesmo gênero (homossexualidade), de mais de um gênero (pansexualidade ou bissexualidade), ou mesmo a ausência perene ou infrequente da atração sexual por nenhum sexo/gênero (assexualidade). No caso dos sujeitos que se atraem por mais de um gênero está incluída a orientação bissexual, termo que atualmente se refere à “pessoa que se relaciona afetiva e sexualmente com pessoas de ambos os sexos/gêneros” (SALDANHA, 2024).

Os termos bissexual e bissexualidade, apesar de presentes em diversas culturas como na antiguidade grega, romana, japonesa e em alguns povos indígenas (JAEGER et al., 2019), adquiriram diferentes sentidos em momentos e contextos históricos. Resumidamente, eles ingressaram na terminologia do denominado campo científico a partir do século XIX em oposição à monossexualidade¹ (considerado pelas ciências médicas e jurídicas como o regime normal e saudável da sexualidade) e, assim, semanticamente esses termos foram aproximados da anormalidade do desejo e da identidade sexual (CALMON, 2023; SALDANHA, 2024). Como argumentam Saldanha, Monaco e Cruz (2022), inicialmente a expressão bissexualidade foi utilizada para designar o compartilhamento num mesmo corpo de aspectos biológicos e anatômicos de homens ou de mulheres – e daí a confusão com a intersexualidade; depois, foi utilizada para se referir aos elementos psicológicos da masculinidade e da feminilidade presentes em maior ou menor grau em todos os seres humanos (conforme enfatizou a tradição psicanalítica); por fim, mais recentemente, passou a ser utilizada como uma das possibilidades de designação de uma orientação sexual específica. Para estes autores, independentemente da sua conceitualização, a bissexualidade deve ser compreendida como uma relação de poder que retira ou fornece visibilidade às demandas destes sujeitos.

¹ De forma muito sintética esta expressão significa a atração romântica ou sexual por pessoas de apenas um sexo/gênero (heterossexualidade e homossexualidade) em contraste com a atração por múltiplos sexos/gêneros (bissexualidade e pansexualidade).

Mesmo que nesta trajetória a bissexualidade tenha sido debatida por importantes autoras e autores da sexualidade humana, ela quase sempre foi preterida quando comparada com outras identidades e orientações heterodissidentes, tais como a homossexualidade masculina e a feminina (GOOß, 2008; MONACO; SALDANHA, KLIDZIO, 2024). Não raro, a bissexualidade foi equivocadamente compreendida como uma etapa transitória (um momento de confusão) até sua resolução final na homossexualidade, o que apenas reforçava o caráter monossexual do dispositivo da sexualidade moderno mas que não condizia com as reais experiências e vivências destes sujeitos (SALDANHA, 2024). Em outras palavras, segundo Calmon (2023), parcela significativa dos bissexuais não se identificava com as oposições binárias propostas pela heterossexualidade compulsória (enquadramento das orientações sexuais e de gênero em um padrão heterossexual – SOUZA E PEREIRA, 2013) e pelo monossexismo (regime que preconiza como normais as pessoas que sentem atração sexual e afetiva por apenas um sexo/gênero, como a heterossexualidade, homossexualidades e lesbianidades – JAEGER et al., 2019).

O tema da bissexualidade ganhou progressivo destaque no cenário político e científico a partir do final dos anos 1970 nos EUA (no contexto das discussões sobre a síndrome da doença imune adquirida que voltou a atenção para pessoas bissexuais como possível grupo de risco²) e nas duas últimas décadas no Brasil (com o recrudescimento dos conservadorismos e dos tradicionalismos da moral sexual), forçando o reposicionamento quanto à compreensão destas subjetividades e suas comunidades de adesão, das suas demandas e das suas estratégias (SALDANHA, 2024).

Assim como outras orientações sexuais que escapam da heteronormatividade, a bissexualidade também sofre discriminações e violências. Visando o reconhecimento dos seus direitos e das suas demandas, os coletivos monodissidentes (bissexuais, pansexuais e assexuais) formados a partir dos anos 2000 lutam dentre outras pautas pela efetivação do termo bifobia para se referir às discriminações que lhes são impingidas, desafiando a heteronormatividade e a monossexualidade (SALDANHA; MONACO; CRUZ, 2022).

² Termo pejorativo que estigmatiza alguns grupos sociais, posteriormente substituído por “comportamentos de risco” que é considerado mais correto.

Dessa maneira, a ênfase discursiva e investigativa nos heterossexuais e nos homossexuais contribui para a invisibilização e deslegitimação dos monodissidentes, incluindo os bissexuais (CALMON, 2023). Isso significa que por sua própria existência os bissexuais desafiam a polarização monossexual e o dispositivo da sexualidade, tornando seus questionamentos e mobilizações políticas fontes de constantes discórdias (CAVALCANTI, 2007).

Por outro lado e ao mesmo tempo, estudos sobre as orientações sexuais monodissidentes ganham cada vez mais espaço e legitimidade (MONACO; SALDANHA; KLIDZIO, 2024). Segundo Cavalcanti (2007), isso pode ser explicado pela constante modificação dos valores da sociedade, principalmente como os jovens atualmente estabelecem suas relações afetivas e sexuais, isto é, com maior liberdade sexual quando comparada às gerações e épocas precedentes permitindo questionar os tradicionalismos. Isso pode ser denominado de “sexualidade plástica” para se referir a uma sexualidade que a partir da década de 1950 se distanciou da sexualidade com propósito reprodutivo e que passou a enfatizar o prazer. Segundo a autora, essas mudanças permitiram alterações discursivas e práticas da sexualidade que até então eram consideradas desviantes ou anormais (CAVALCANTI, 2007).

É de grande importância o reconhecimento dessas alterações. No entanto, o discurso bifóbico não é sustentado somente pelas tentativas de regulamentação da sexualidade em termos monossexuais, pois ele também é influenciado pelas estruturas de dominação tal como compreendidas por Bourdieu (2012). Segundo o autor, tais estruturas (que reforçam a masculinidade como dominante em relação à feminilidade) resultam de um trabalho incessante de agentes específicos (tais como as instituições famílias, Igreja, Escola e Estado etc.) com o emprego das violências física e simbólica (BOURDIEU, 2012). Dessa maneira, sujeitos bissexuais são interpelados por essa estrutura que provoca consequências para ambos os sexos e gêneros; nesse contexto, as principais repercussões são a supererotização da bissexualidade feminina (que pode desencadear situações de assédio e violência sexual) e a estigmatização da bissexualidade masculina (uma vez que questiona a virilidade) (JAEGER et al., 2019).

Apesar dos avanços nas discussões relacionadas à sexualidade de sujeitos monodissidentes é perceptível a necessidade de mais estudos

sobre a bissexualidade, tanto no âmbito acadêmico quanto no político (CAVALCANTI, 2007; MONACO, SALDANHA; KLIDZIO, 2024; SALDANHA; MONACO; CRUZ, 2022). O relativo apagamento da bissexualidade pode ser observado até mesmo na psicologia, já que ao contrário das homossexualidades que foram explicitamente abordadas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) desde a década de 1980 como pauta importante a ser desestigmatizada, a bissexualidade apareceu apenas recentemente na regulamentação do CFP (CONSELHO..., 2022). Faz-se necessário, desse modo, ampliar as investigações voltadas às pessoas com essa orientação sexual.

Essa investigação pretende compreender os impactos que as situações referenciadas acima provocam em relação tanto ao *outness* (assumir a orientação sexual para si mesmo – NASCIMENTO, 2018) quanto ao *coming out* (processo de revelação pública dessa orientação, comumente chamando de “sair do armário” – NASCIMENTO, 2018) de jovens que se autodesignam bissexuais. Cabe ressaltar que os termos *outness* e *coming out* foram originalmente utilizados nos estudos das homossexualidades, mas serão empregados nesta investigação no contexto da bissexualidade. A partir do exposto, o objetivo do presente estudo foi compreender os sentidos e as consequências do *outness* e do *coming out* de jovens bissexuais.

Aspectos metodológicos

Tipo de estudo

Esta é uma pesquisa exploratória e qualitativa na área da psicologia social que intenciona compreender um fenômeno como parte de um contexto (GODOY, 1995; PIOVESAN; TEMPORINI, 1995).

Participantes

Os participantes deste estudo são jovens autoidentificados como bissexuais. Para a composição da amostra foi adotado o critério de saturação dos dados, isto é, ocorreu a suspensão da inclusão de novos participantes e a realização de novas entrevistas a partir do momento em que, na avaliação dos pesquisadores, as informações apresentaram excessiva repetição ou redundância (FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008).

O recrutamento foi realizado concomitantemente por meio de duas redes sociais – *Instagram* e *Whatsapp*. Pelo *Instagram* o contato foi estabelecido via postagens de conteúdos em *Stories* e depois no *Feed*³ dos perfis pessoais dos pesquisadores e do perfil do laboratório de pesquisa ao qual estavam vinculados. Estes perfis estavam na modalidade pública de visualização, permitindo que qualquer usuário do *Instagram* e não apenas os seguidores destas contas pudessem visualizar as postagens que continham a explicação da pesquisa e solicitavam aos interessados que respondiam aos critérios de inclusão (ser universitário e reconhecer-se como bissexual) que entrassem em contato com os pesquisadores. Nessa rede social, onze pessoas estabeleceram contato manifestando disponibilidade e fornecendo os dados iniciais para que a entrevista fosse marcada. Já na segunda rede social citada, o contato foi estabelecido diretamente com pessoas que já haviam manifestado interesse em participar da investigação durante a construção do projeto de pesquisa a partir de contatos com os pesquisadores, totalizando quatro pessoas. Neste sentido, trata-se de uma amostra de conveniência composta por pessoas que já possuíam algum tipo de contato com os pesquisadores devido aos temas vinculados nas suas redes sociais, todavia, ser possuir relações de proximidade afetiva ou pessoal.

Decidiu-se pela realização de oito entrevistas a fim de averiguar a ocorrência da saturação dos dados, priorizando a ordem de manifestação dos interessados, sendo explicado aos demais interessados que ficariam em uma “lista de espera” e seriam chamados de acordo com necessidade da pesquisa. Todos os que ofereceram disponibilidade inicial aceitaram participar do estudo, totalizando oito participantes, sendo quatro mulheres autodeclaradas bissexuais e quatro homens autodeclarados bissexuais.

Instrumento e procedimentos de coleta de dados

A pesquisa utilizou a entrevista semiestruturada como instrumento de coleta dos dados, cujo roteiro de questões continha perguntas sobre o processo de identificação (como foi o autorreconhecimento e o reconhecimento social da bissexualidade; se houve dificuldades neste

³ *Stories* do *Instagram* são publicações temporárias que ficam visíveis por 24 horas no perfil do usuário. Após este período de tempo elas podem ser programadas para serem publicadas de maneira permanente (*Feed*) no perfil do proprietário da conta.

processo; se existiu e como era a rede de apoio etc.) e sobre as práticas da bissexualidade (como era a vivência da bissexualidade; quais foram/eram as dificuldades enfrentadas e quais foram/eram os aspectos positivos relacionados à bissexualidade etc.).

As entrevistas foram realizadas entre janeiro e julho de 2023 de maneira *online* através da plataforma *Google Meet*, sendo o *link* de acesso enviado através do *Whatsapp* dos participantes. Logo no início da sessão, a entrevistadora (primeira coautora deste artigo) leu o termo de consentimento livre e esclarecido registrando por vídeo gravação o assentimento do participante. Foram realizadas as transcrições de todas as entrevistas em documentos de texto com auxílio do *Whisper* (ferramenta computacional de transcrição automática de arquivos de áudio para texto). Posteriormente, cada transcrição foi revista e corrigida pelos pesquisadores. Os nomes dos participantes foram substituídos por pseudônimos com o objetivo de preservar suas identidades.

Procedimentos de análise dos dados

A análise foi realizada segundo a estratégia de análise de conteúdo temática. Segundo Cavalcante, Calixto e Pinheiro (2014) esse tipo de análise possui três etapas: pré-análise (leitura e sistematização do conteúdo) e exploração do material, codificação (organização com base na similaridade dos conteúdos) e tratamento dos dados/interpretação.

Disposições éticas

O projeto que deu origem ao artigo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição de origem dos pesquisadores. O termo de consentimento livre e esclarecido continha todas as informações em relação à participação na pesquisa. Mesmo não havendo nenhum risco evidente os conteúdos das entrevistas poderiam mobilizar algum tipo de desconforto psicológico que, caso ocorresse, ocasionaria a critério do participante a interrupção momentânea ou terminativa a entrevista— fato que não ocorreu nenhuma das entrevistas. Para a preservação do sigilo das identidades os nomes dos participantes foram substituídos por nomes fictícios.

Como benefício da participação, destaca-se a potencial contribuição da entrevista para ressignificar as vivências dos

participantes como pessoas bissexuais, além de visibilizar temas relevantes para a comunidade bissexual.

Resultados e discussão

Foram entrevistadas oito pessoas, quatro mulheres autodeclaradas bissexuais e quatro homens autodeclarados bissexuais. A caracterização dos participantes consta na Tabela 1.

Tabela 1 - Caracterização dos participantes

Nome	Idade	Sexo	Gênero	Raça/Etnia
Biana	26 anos	Feminino	Mulher Cis	Branca
Bia	27 anos	Feminino	Mulher Cis	Parda
Bianca	26 anos	Feminino	Mulher Cis	Branca
Bibi	25 anos	Feminino	Mulher Cis	Branca
Bil	21 anos	Masculino	Homem Cis	Preta
Bito	27 anos	Masculino	Homem Cis	Branca
Billy	23 anos	Masculino	Homem Cis	Branca
Da	22 anos	Masculino	Homem Cis	Preta

Fonte: Elaborado pelos autores

As respostas dos participantes tanto em relação ao processo de identificação quanto ao assumir-se bissexual perpassam por diferentes níveis de complexidade, refletindo a subjetividade dos sujeitos e, ainda, a bissexualidade como um processo contínuo de reflexão e de afirmação da identidade. Ao longo das entrevistas foi possível considerar vivências dissidentes e coincidentes em relação à literatura recente sobre o tema. Com o objetivo de uma melhor compreensão dos resultados e a partir do método de análise de conteúdo temática, a apresentação e a discussão das informações foram divididas em quatro eixos temáticos: o primeiro eixo abordou a discussão sobre o termo bissexual por parte dos participantes; o segundo eixo discorreu sobre o momento de descoberta e sobre a rede de apoio; o terceiro eixo abordou a temática da liberdade das vivências bissexuais; por fim, o quarto eixo discorreu sobre os estereótipos enfrentados por estes sujeitos.

Categoria 1: o termo

A partir de Lucchesi (2018) e Calmon (2023) e com base nas respostas dos participantes, observou-se que o termo bissexual foi mobilizado nas entrevistas de maneira ampliada, funcionando como uma categoria guarda-chuva para abarcar sexualidades que não se enquadravam nas chamadas monossexualidades — isto é, a heterossexualidade e a homossexualidade. Nesse sentido, o termo bissexualidade apareceu menos como uma identidade rigidamente delimitada e mais como um marcador de não exclusividade do desejo, permitindo incluir experiências afetivo-sexuais direcionadas a mais de um gênero ao mesmo tempo ou em momentos diferentes.

Embora, do ponto de vista morfológico e etimológico o prefixo “bi” remeta a uma lógica binária, tal característica linguística não implica que a bissexualidade esteja necessariamente ancorada em apenas dois gêneros concebidos como fixos e estanques (CALMON, 2023). Ao contrário, as narrativas dos participantes evidenciaram que a bissexualidade pode operar como uma posição identitária fluida, capaz de tensionar o binarismo de gênero e de acolher experiências que dialogam com concepções ampliadas e não normativas de gênero e desejo. Neste sentido, Bia explicou que: “a minha bissexualidade, ela não... não é... ela é atribuída a mais de dois gêneros, né? Enfim, não... não necessariamente está envolvida a um gênero”.

De acordo com Klidzio e Siqueira (2022), embora a bissexualidade e a pansexualidade aparentem referir-se às sexualidades diferentes, elas possuem praticamente o mesmo sentido para os participantes. Bibi comentou:

Muita gente me pergunta a diferença de bissexualidade para pansexualidade. E aí, “ah, por que você não se considera pan?”, e aí eu fico... eu falo que é mais uma escolha pessoal de me considerar bi, porque eu acho que a bissexualidade também envolve pessoas não-binárias, pessoas trans, elas estão dentro dos gêneros. Para mim, é mais ou menos a mesma coisa. (Bibi)

Com relação a esse aspecto, Bil apresentou o significado do termo bissexual como uma dificuldade a ser enfrentada:

Sobre dificuldades na bissexualidade, eu acho que a gente pode falar de muita coisa, mas uma das coisas principais é a dificuldade do pessoal entender que bi não é sobre dois sexos. Então, sobre você se interessar necessariamente por homens e mulheres, mas eu vejo a bissexualidade como ‘eu me interesso por dois ou mais’. Então eu posso me interessar por homens cis ou trans, eu posso me interessar por mulheres cis ou trans, eu posso me interessar por não-binários, gêneros fluidos... e é isso. (Bil)

De acordo com Klidzio e Siqueira (2022) e Calmon (2023), o termo “bi” passou a ser compreendido como uma orientação sexual que ultrapassa a lógica binária tradicional, deixando de se restringir à ideia de uma preferência simultânea/sincrônica por homens e mulheres cisgêneros – em outras palavras, os bissexuais deveriam gostar *ao mesmo tempo* de homens e mulheres. Todavia, a bissexualidade passa a ser compreendida como uma experiência afetivo-sexual marcada pela possibilidade de atração por mais de um gênero (cisgênero e transgênero) e que não precisa ocorrer de forma constante, equivalente ou simultânea – em outras palavras, os bissexuais podem gostar de homens e de mulheres cis ou trans *em momentos diferentes*. Assim, essa orientação pode se manifestar de maneira alternada, variando conforme contextos, momentos da vida e relações específicas, sem que isso implique instabilidade identitária ou indecisão. Assim, a orientação bissexual é deslocada de uma concepção essencialista para uma compreensão mais dinâmica e relacional do desejo.

Essa leitura dialoga diretamente com as contribuições de Butler (2003) que problematiza o caráter naturalizado da binaridade ao questionar a suposta relação causal e estável entre sexo (tradicionalmente associado aos aspectos biológicos) e gênero (entendido como um conjunto de normas sociais, expectativas culturais e adequações comportamentais) que deveriam estar necessariamente alinhados a uma orientação heterossexual do desejo. Butler evidencia que a estrutura binária que sustenta essas categorias opera por meio de oposições rígidas, como homem/mulher e, por extensão, heterossexual/homossexual, produz a ilusão de identidades fixas.

Ainda para a autora, embora o sexo seja historicamente inscrito no campo do biológico (o que dificulta a ruptura com o binarismo homem/mulher), tanto o gênero quanto a orientação sexual devem ser

compreendidos como construções culturais e discursivas, produzidas e por meio de práticas sociais reiteradas. Nessa chave teórica, sexo, gênero e orientação sexual não preexistem aos sujeitos como essências, mas são continuamente constituídos na repetição de normas que podem, ao mesmo tempo, ser reiteradas ou subvertidas. Desse modo, não devem ser restringidos à apenas duas categorias opostas (homem/mulher; heterossexual/homossexual), nem concebidos como estáveis, naturais ou imutáveis, abrindo espaço para compreender a bissexualidade como uma experiência legítima que tensiona e desorganiza as fronteiras normativas do desejo.

Assim, as respostas anteriores dos participantes alinham-se aos argumentos de Calmon (2023) que argumenta que os termos bissexual e bissexualidade são polissêmicos, referindo-se a uma orientação afetivo-sexual direcionada às pessoas de diferentes identidades de gênero, sejam elas cis ou trans, em regimes binários ou não binários⁴. A utilização dos termos bissexual/bissexualidade por parte dos participantes aponta para a força das monodissidência como elementos estratégicos nas relações de poder.

Categoria 2: a “descoberta” e rede de apoio

Das oito pessoas entrevistadas, seis disseram que reconheceram ser bissexuais quando ingressaram no contexto da universidade. Um fato importante para compreender esse resultado é que seis participantes que afirmaram ter se “descoberto” bissexuais no contexto da universidade estudam em uma localidade diferente da sua cidade de origem.

Siqueira e Klidzio (2020) apontam que o movimento de saída da casa dos pais ou da cidade de origem concomitante ao desenvolvimento de novas relações com jovens de outras localidades são fatores importantes para o desenvolvimento da liberdade e da autonomia pessoal e sexual. Billy, em sua resposta explicitou sobre o impacto do contexto familiar e social no reconhecimento da própria identidade:

⁴ Em suma, há sujeitos bissexuais que sentem atração exclusiva por sujeitos ajustados ao regime socialmente estabelecido da binariedade de sexo/gênero, enquanto há outros bissexuais que rompem com essas normas.

Eu sempre soube que eu também gostava de homens, só que por estar em uma família e em uma sociedade onde isso é muito velado... isso foi uma coisa muito suprimida durante a minha vida inteira. Até que chegou o momento da minha faculdade onde eu tive esse momento em realmente poder pensar mais sobre o assunto. (Billy)

Siqueira e Klidzio (2020) consideram que o processo de construção das identidades é perpassado de maneira significativa pelo contexto universitário, uma vez que ele potencialmente é um ambiente de pensamentos menos discriminatórios e que promovem uma ampliação do círculo de amizades. Ademais, para essas autoras este ambiente na maioria das vezes permite desconstruir ideias tradicionalistas sobre sexualidade e gênero – principalmente as baseadas na heteronormatividade e na monossexualidade. Nesse sentido, Bianca ilustrou a importância da sua rede de amizades no processo de reconhecimento da identidade bissexual:

Eu comecei a entender isso eu já era mais velha, eu já não estava mais morando com a minha família, já estava em [cidade], estava em um espaço muito seguro pra poder entrar em contato com isso, né, tive todo o apoio de todo mundo que estava ao meu redor. (Bianca)

A partir do exposto, nota-se que uma rede de apoio bem estabelecida tende a auxiliar positivamente no desenvolvimento de recursos pessoais e sociais que impactam a saúde mental dos sujeitos, oferecendo suporte em momentos de necessidades de superação de crises (JULIANO; YUNES, 2014). Esse aspecto foi relatado pela maioria dos participantes durante as entrevistas, como na resposta de Bianca:

Sim... tive de rede de apoio de uma forma que me permitiu que esse processo fosse muito tranquilo, porque eram pessoas que... que compreendiam, que aceitavam, muitas vezes, é... pessoas que também, é... eram bissexuais, lésbicas, gays. Então eu tive também lugar e espaço pra pensar sobre isso junto com pessoas que também passavam pelo mesmo. (Bianca)

Nascimento (2018) também destaca a importância da rede de apoio dos amigos no reconhecimento da homossexualidade (mas que no contexto desta investigação pode ser estendido para a bissexualidade), considerando que o acolhimento pode não ser oferecido pela família de origem. Billy também disse que: “meus amigos da faculdade já sabiam sobre e aí eu também tinha um grande apoio deles, né? Porque existe muito mais um entendimento, uma aceitação dessas amizades, sabe?”; e também Bito relatou perceber os amigos como acolhedores quando falou: “eu acho que depois do meu entendimento, os meus amigos de [cidade] foram as pessoas que, tipo... Eu senti ser essa rede de apoio, sabe?”

Ainda nesse sentido, Bia expôs que, além do suporte pessoal, as amizades são importantes para o compartilhamento das angústias e dos medos e para a expressão da identidade sexual:

Eu morava com as minhas amigas e eu conseguia compartilhar com elas, né, os meus medos, as minhas angústias, enfim, o... aquilo que eu... tudo aquilo que eu sentia, né? Em relação a minha sexualidade, de poder expressar também, né, a minha sexualidade junto com elas. (Bia)

De acordo com Siqueira, Betts e Dell’Aglia (2006) o papel de suporte que os amigos desempenham auxilia na saúde mental do sujeito ao longo de seu desenvolvimento, principalmente durante a juventude e entrada na vida adulta. De acordo com as autoras, os “eventos estressantes vivenciados com o apoio emocional dos amigos capacitam o indivíduo a desenvolver estratégias mais adaptativas” (p.153), de maneira que essas relações auxiliam a diluir circunstâncias desfavoráveis.

Categoria 3: a liberdade

Lucchesi (2018) argumenta que o autoconhecimento é um processo sempre em curso e jamais esgotado, particularmente quando relacionado à sexualidade, entendido como uma experiência não fixa e em permanente construção. Neste sentido, Bil e Billy relataram durante as entrevistas que o processo de constante autoconhecimento provocado pelo *outness* na bissexualidade envolveu a autoafirmação e a sensação de liberdade na construção de identidade:

Entre pontos positivos, com certeza, autoconhecimento, de alguma forma. É... cada dia que passa na vivência bissexual, parece que é um contato a mais com meu eu. Por situações e por autorreconhecimento e cada vez você vai pegando mais a bandeira e você vai abraçando, sabe? (Bil)

A fala de Bil está de acordo com os argumentos de Guimarães (2009) sobre os desafios de tornar-se quem se é em seu estudo voltado às homossexualidades (mas que pode ser adaptado para as identidades bissexuais), levando em consideração os impactos negativos decorrentes do desrespeito e da pouca efetivação dos direitos destes sujeitos:

Com a maioria dos seus direitos desrespeitados e outra grande parte fingidos que estão sendo cumpridos, os homossexuais precisam saber de que lugar ele está falando e quais os discursos produzidos ao seu respeito, e com isso ter a consciência de quem se é para o que se quer ser, para a partir daí poder reclamar seus direitos e trilhar um caminho em que os discursos reproduzidos serão aqueles que o identificarão com seres humanos que tem que ser respeitados. Esta é uma das importâncias das identidades: nos garantir posição, vez e voz para exigirmos o que já se é de direito (Guimarães, 2009, pp. 560)

Guimarães (2009) discorre sobre o processo de construção das identidades sexuais ao considerar a importância do reconhecimento de si (e as expectativas que isso envolve) e o contexto sócio-histórico e seus reflexos na subjetividade. Consoante a essa ideia, Billy falou sobre seu processo de reconhecimento da identidade bissexual e comentou de que maneira isso afetou seu autoconhecimento além da sexualidade:

Eu acho que é uma vivência muito mais de entender a liberdade, sabe? De você entender que você... está tudo bem você gostar de ficar com pessoas, sabe? E eu acho que esse processo, ele vai levando sempre ao processo de liberdade, sabe? Vem muito do autoconhecimento e eu acho que depois que você consegue se entender bissexual e ter essa declaração, assim, aí vem mais autoconhecimento ainda, sabe? Porque você

começa a liberar e entender outras coisas dentro de você que você reprimia também. (Billy)

Para além da liberdade de si, a maioria dos participantes relatou que um dos aspectos mais positivos da bissexualidade consistiu na liberdade voltada às relações que não se limitam às questões e normas tradicionalistas (portanto, binarista) de gênero, como Bianco que disse: “a gente tem o privilégio de amar todas as pessoas sem se importar com o gênero dela, sabe? Você é muito mais aberto a se apaixonar, a ter uma relação sem se preocupar real com o gênero da pessoa”. Congruente a esse argumento, Biara relatou sobre a liberdade dos desejos: “pontos positivos da bissexualidade eu sinto que é... deixar fluir os meus desejos e as minhas vontades, eu sinto que isso não é tão barrado”.

Guimarães (2009) apoiado em Michel Foucault e suas proposições sobre a manutenção das regras e das normas relativas à sexualidade, explicita que o sujeito faz o que lhe é possível condicionado às posições que ocupa em determinado tempo-espço, pois está subordinado a uma ordem disciplinar que lhe anterior. Isto posto, os discursos dos participantes agregam à discussão o fato de que a bissexualidade desafia as regras e normas impostas sobre pelo dispositivo da sexualidade, como argumentou Bibi:

Pessoas que são bissexuais têm uma abertura maior ao mundo, a explorar o mundo mesmo, a gente (bissexuais) está disposto a fazer muita coisa, a conhecer muita gente, tem encontros mais potentes, eu acho, talvez. Então, não ficar numa caixinha, mesmo, de possibilidade. (Bibi)

A fala de Bibi é congruente à de Bianca que relatou:

Que bom que eu consigo aproveitar tudo o que eu gosto, sabe, que eu me permito, eu acho que é uma liberdade muito grande, é... que eu consigo experimentar a partir do meu próprio desejo, né, e de não ter que ficar, sei lá, se enfiando numa caixinha ou se limitando de alguma forma. (Bianca)

A partir destes trechos de respostas dos participantes é possível identificar o aspecto desafiador que a bissexualidade provoca em relação aos conceitos de sexo/gênero (BUTLER, 2003). Assim como os demais participantes citados, Bia discorreu sobre a possibilidade de uma maior conexão com as pessoas de maneira geral quando falou que: “é muito poder viver relações independentes de gênero, né? Então, a gente pode se conectar com pessoas”. Nesse sentido, a bissexualidade pode ser compreendida como uma identidade que busca romper com as normatizações monossexistas:

Não podemos esquecer o que Foucault (1996) chamou de dispositivo da sexualidade, pelo qual a sexualidade seria produzida e regida, assim como o sexo, e disciplinada. O dispositivo da sexualidade produziu prescrição de normas e regras para o funcionamento do sexo, e continua interferindo na constituição das identidades sexuais dos sujeitos (Guimarães, 2009, p. 561).

Categoria 4: os estereótipos

Um tema que apareceu com força nos relatos dos participantes foi o incômodo dos bissexuais em relação à possibilidade de “mensuração” dos seus interesses e predileções, muitas vezes atrelado à necessidade de que o desejo e a atração sexual sejam os mesmos em relação a todos os gêneros (KLIDZIO, 2019). Se as “identidades e orientações sexuais possuem fluidez e são construídas ao longo da vida dos sujeitos” (KLIDZIO; SIQUEIRA, 2022, p. 340), isso significa que a bissexualidade também deve ser compreendida como um regime (polissêmico) discursivo e experiencial, ou seja, como uma relação de poder e não apenas como um traço identitário fixo, o que reposiciona esses sujeitos nas relações de poder (CALMON, 2023; MONACO; SALDANHA; KLIDZIO, 2024).

Dessa forma, considerando que a sexualidade é interpelada por uma construção social, é difícil afirmar que os desejos não são mutáveis ao longo da vida ou mesmo para um sujeito específico. Além disso, a existência de preferências por um gênero ou outro não faz de alguém “menos” ou “mais” bissexual (KLIDZIO, 2019). O relato de Bil ilustrou essa ideia:

Por eu ser bi, não necessariamente eu preciso ter um espectro ou uma escala de interesse, sabe? Então, eu me interessou 50% por homens e 50% por mulheres, nem sempre... (a bissexualidade) possui fases fluidas. Então... tipo assim, existem fases da minha vida que eu estou muito mais interessado por homens, existem fases da minha vida que eu estou muito interessado por mulheres, existem fases que isso tá muito junto, assim. (Bil)

Em relação à problemática da mensuração, Bibi relatou que: “Isso de ficar tentando mensurar também: ‘ah, eu gosto 30% de mulher e 70% de homem’ que eu vejo algumas pessoas fazendo na internet. Eu não gosto muito, porque eu acho que não dá pra mensurar essas coisas também”.

A fala está de acordo com o que Biara respondeu: “E ter aquele estereótipo de 50% a 50%, que as pessoas têm muito isso e que eu não vejo a bissexualidade como uma porcentagem”.

Os relatos são consoantes com os de Klidzio e Siqueira (2022) que discutem sobre a dificuldade de se mensurar preferências sexuais com base em escalas e porcentagens. A maioria dos participantes apontou o desconforto gerado pela mensuração dos interesses alegando não ser possível que delimitações em relação aos gêneros ocorram, e alguns disseram até que tais interesses são fluidos de acordo com diferentes momentos da vida – argumento consoante com os de Calmon (2023).

Almeida e Carvalho (2021) e Lucchesi (2018) criticam a Escala Kinsey (escala de orientação sexual que situa os respondentes desde “exclusivamente heterossexual” até “exclusivamente homossexual”) que objetivava demonstrar que as sexualidades são fluidas, porém mensuráveis, pois esse tipo de mensuração descridibiliza a bissexualidade como uma orientação sexual própria e específica. Um excerto emblemático deste argumento é que “as pessoas bissexuais

podem sim preferir homens, ou mulheres, e isso se alterar ao longo de sua trajetória, mas tal fato não serve de medidor ou divisor para a orientação, é apenas uma questão comportamental individual” (LUCCHESI, 2018, p.13).

Apesar da indecisão aparecer naturalmente no cotidiano dos sujeitos é importante destacar que as pessoas autodeclaradas bissexuais não se identificam dessa maneira devido à essa confusão, como

comumente argumenta o senso comum monossexual (LUCHESSI, 2018). O binarismo heterossexual/homossexual invoca a necessidade dos sujeitos de decidirem se desenvolverão relações com pessoas do mesmo gênero ou do gênero oposto, colocando a bissexualidade no lugar de “limbo”, reforçando seu apagamento (KLIDZIO; SIQUEIRA, 2022).

Os trechos das entrevistas a seguir indicam o desconforto de os participantes vivenciarem o apagamento de suas sexualidades por meio de um discurso que procura direcionar suas preferências a fim de os colocarem dentro dos esquemas da hetero ou da homossexualidade (monossexualidade): “muitas vezes eu acho que, para as pessoas, eu acho que é mais difícil entender a bissexualidade do que a homossexualidade. Então essa coisa de ‘ai, tá namorando uma mulher, mas você não tava com um homem?’” (Bianca); ou “quando estou flertando com uma menina, as pessoas acham que não é sério, que é tipo... nada... que é brincadeira, que é só beijar por beijar” (Bianco); ou “pra mim, que eu estou em um relacionamento hétero, né, é difícil porque as pessoas acham que eu simplesmente não sou bi, que eu não gosto, que era só fase, eu estou falando da boca pra fora” (Bibi); ou “Como bi, eu namorei dois homens. E eu passei por algumas situações que anulavam sim a bissexualidade por eu estar namorando um homem. E eu continuo sendo bi, sabe?” (Bil); e:

Eu acho que existem esses estereótipos, né, de que é uma pessoa indecisa, que não sabe o que tá fazendo, que é só uma fase... eu acho que é um pouco do que falei, né, sobre ‘ah é uma fase pra se entender lésbica’, ou então... não...’não conseguiu se relacionar de uma forma boa com um homem e foi ficar com mulheres por conta disso’... Acho que me vem esse tipo de preconceito, se eu penso em desafios. (Bianca)

É uma coisa que incomoda um pouco não encararem a bissexualidade, não verem a bissexualidade como alguma coisa que existe. É... sempre tipo... e pessoas próximas assim, em algumas brincadeiras, e falam tipo ‘ah, mas você nem gosta de mulher’ e eu fico incomodado, sabe? Por mais que eu não fale mais, porque eu já cansei de ficar falando ‘ah, não, eu sou bissexual’. (Bianco)

Os trechos anteriores ilustram o incômodo em relação aos discursos monossexistas pelos quais os participantes são perpassados ao longo da sua vivência como pessoas bissexuais. A invisibilidade, a descredibilização e o discurso de confusão atribuídos aos bissexuais são estereótipos comentados pelos participantes como os mais presentes e que geram algum tipo de desconforto. O tom acusatório que piadas referentes à ambiguidade e à indefinição quanto à orientação sexual remetem a uma narrativa de que sujeitos autodeclarados bissexuais são incompletos, incapazes de falar de amor ou de manter relações afetivas e sexuais estáveis (CAVALCANTI, 2007).

Lewis (2017) observa que mesmo dentro dos movimentos heterodissidentes a matriz homonormativa e monossexual (expectativa de que as pessoas devem desejar sexual e afetivamente apenas sujeitos de mesmo gênero, tratando-se, portanto, de uma performance – BUTLER, 2003) alimenta um sistema de restrições que marginaliza aqueles que não se enquadram nessa definição. De acordo com a autora: “o binário heterossexual/homossexual é reforçado e pessoas que se identificam como bissexuais são excluídas.” (LEWIS, 2017, p.4).

A afirmação anterior vai de acordo com algumas respostas dos participantes sobre o distanciamento que sentem dentro da própria comunidade heterodissidente e monodissidente. Bia explicitou que:

A gente vive isso (descredibilização) até dentro do meio LGBT, né? Então... sei lá, até na própria comunidade a gente... a gente vive, né, esse pré-conceito mesmo né? De... ‘somos confusos e não sabemos o que queremos da vida’ e, enfim... ‘cada hora tá com um’ e ‘somos promíscuos’. (Bia)

Já a fala de Bia destacou a falta de reconhecimento da comunidade LGBTQIAPN+, principalmente por parte dos gays e das lésbicas, diante

das angústias e sofrimentos dos bissexuais. Lucchesi (2018) aponta que há uma alegação por parte das comunidades gays e lésbicas de que pessoas bissexuais podem usufruir do privilégio de “performar” (no sentido proposto por BUTLER, 2003) a heterossexualidade e, dessa maneira, a homofobia se faria presente somente quando se relacionam

com
sujeitos de mesmo gênero e, sugerindo que os bissexuais seriam menos
vítimas de violências. Uma das participantes disse:

Por mais que eu sempre tive amigos da comunidade LGBTQIA+, eles eram gays ou lésbicas, né, e... e eu sempre senti que eu não era gay o suficiente para discutir a minha situação em relação a isso. Então não sinto que eu tive rede de apoio. (Biana)

Outro aspecto relatado nesse contexto que contribui para o estabelecimento e replicação de estereótipos dentro da comunidade LGBTQIAPN+ seria a alegação por parte de lésbicas e gays de que os bissexuais assim se autodeclaram até (finalmente) se identificarem como homossexuais. Em outras palavras, a bissexualidade não seria uma identidade verdadeira, mas um momento de “transição”. Esse argumento pode ser compreendido como uma das consequências da forte presença do regime monossexual para os heterodissidentes (KLIDZIO; SIQUEIRA, 2022).

Contudo, não se pode afirmar que todas as pessoas que se identificam como bissexuais têm como objetivo final o (auto) reconhecimento ou a descoberta de uma homossexualidade. Bianca ilustrou esse apontamento em uma de suas falas:

E também eu acho que existe algo dentro da comunidade LGBT que mulheres lésbicas muitas vezes passam por um processo em que entendem a bissexualidade como uma ponte para chegarem até o momento que elas conseguem se entender e assumir lésbicas. Então eu acho que tem esse outro lado também de ouvir muitas histórias, talvez as pessoas fazerem comentários nesse sentido. (Bianca)

A resposta de Bianca está alinhada com o que destacou Klidzio (2019) sobre o efeito da heterossexualidade compulsória nas relações de muitas mulheres lésbicas que, após passarem por relacionamentos heterossexuais, afirmam ser bissexuais em um primeiro momento para, posteriormente, se reconhecerem lésbicas, reforçando o estereótipo de “fase” à bissexualidade. O importante é reconhecer os potenciais efeitos (perniciosos) deste argumento para os bissexuais.

Considerações finais

As entrevistas evidenciaram que as vivências das pessoas bissexuais apesar de coincidentes em alguns aspectos diferem em relação ao processo de descoberta, à prática da sexualidade e à afirmação da identidade. Apesar de os participantes relatarem estereótipos atribuídos a essa identidade (sofrimentos, preconceitos, descredibilidades e incompreensões), eles também destacaram aspectos positivos vivenciados por bissexuais (sensação de liberdade pessoal em suas relações). Ademais, em relação ao processo de descoberta da bissexualidade, destaca-se que todos os participantes eram jovens e universitários, momento que permite ampliação da rede de contatos que tendem a ter representações sobre a sexualidade e a identidade menos estigmatizantes. Também foram relatadas nas respostas dos participantes a importância da rede de apoio (amigos) no momento de “descoberta” e da revelação pública da bissexualidade.

Os relatos dos participantes que ultrapassam os estereótipos e destacam os aspectos positivos da identidade bissexual (situando-os como atores das suas experiências e não como simples vítimas da heterossexualidade compulsória e da monossexualidade) e o fato de metade da amostra ser composta por homens bissexuais (geralmente negligenciados em estudos sobre as bissexualidades) são elementos de destaque desta pesquisa. Contudo, um dos principais limites desta investigação foi não ter aprofundado na análise das informações e dos relatos as intersecções de raça/etnia, classe social ou renda individual e familiar nas experiências de *outness* e *coming out* dos participantes.

Por fim, ressalta-se a importância de realização de mais estudos voltados às bissexualidades a fim de melhor responder as demandas, necessidades e desejos dessas comunidades, identidades e experiências monodissidentes.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Nova York: Routledge, 2003.

CALMON, Diego. Bissexualidade e ambiguidade: relações metafóricas e processos metonímicos em produções discursivas sobre a bissexualidade. **Cadernos Pagu**, Campinas/SP, n. 68, p. e236810. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449202300680010>. Acesso em: 05 jan. 2026.

CARDOSO, Fernando Luiz. O conceito de orientação sexual na encruzilhada entre sexo, gênero e motricidade. **Revista Interamericana de Psicología**, Porto Alegre/RS, v. 42, n. 1, p. 69-79, 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902008000100008. Acesso em: 11 ago. 2023.

CARNEIRO, Claudia Aparecida. **Sobre as origens e os destinos da bissexualidade psíquica na constituição do sujeito**. 2017. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2017. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/24776/1/2017_Cl%C3%A1udiaAparecidaCarneiro.pdf. Acesso em: 18 fev. 2020.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; ALMEIDA, Edson Leandro de. Educação para a sexualidade a partir da biologia. **Diversidade e Educação**, Rio Grande/RS, v. 9, n. 1, p. 93-123, 30 jul. 2021. Lepidus Tecnologia. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14295/de.v9i1.13052>. Acesso em: 22 mai. 2022.

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. **Análise de conteúdo**: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. 2014. Disponível em: <https://www.ets.ufpb.br/pdf/2013/2%20Metodos%20quantitativ%20e%20qualitativo%20-%20IFES/An%C3%A1lise%20de>. Acesso em: 31 mar. 2021.

CAVALCANTI, Camila Dias. **Visíveis e invisíveis**: práticas e identidade bissexual. 2007. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9574/1/arquivo9196_1.pdf. Acesso em: 17 mar. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Estabelece normas de atuação para profissionais da psicologia em relação às bissexualidades e

demais orientações não monossexuais. **Resolução n.8, de 17 de maio de 2022.** Brasília/DF. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-8-de-17-de-maio-de-2022-401069557>. Acesso em: 05 jun. 2023.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro/RJ, v. 24, n. 1, p. 17-27, jan. 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-311x2008000100003>. Acesso em: 11 set. 2022.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo/SP, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOOß, Ulrich. Concepts of Bisexuality. **Journal Of Bisexuality**, Londres/Inglaterra, v. 8, n. 1-2, p. 9-23, set. 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/15299710802142127>. Acesso em: 11 set. 2022.

GUIMARÃES, Anderson Fontes Passos. O desafio histórico de “tornar-se um homem homossexual”: um exercício de construção de identidades. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto/SP, v. 17, n. 2, p. 553-567, abr. 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5137/513751434023.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2020.

JAEGER, Melissa Bittencourt; LONGHINI, Geni Nuñez; OLIVEIRA, João Manuel de; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Bissexualidade, bifobia e monossexismo: problematizando enquadramentos. **Revista Periódicus**, Salvador/BA, v. 2, n. 11, p. 1-16, 29 nov. 2019. Universidade Federal da Bahia. <http://dx.doi.org/10.9771/peri.v2i11.28011>. Acesso em: 03 jun. 2020.

JULIANO, Maria Cristina Carvalho; YUNES, Maria Angela Mattar. Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de proteção e

promoção de resiliência. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo/SP, v. 17, n. 3, p. 135-154, set. 2014. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-753x2014000300009>. Acesso em: 17 out. 2021.

KLIDZIO, Danieli; SIQUEIRA, Monalisa Dias de. A bissexualidade e a pansexualidade enquanto identidades: invisibilidade e estereótipos. In: **Desafios emergentes: antropologías desde América Latina y el Caribe**. Rosario/Argentina: Ala, 2022. v. 3, p. 335-346. Disponível em: https://asociacionlatinoamericanadeantropologia.net/portal/wp-content/uploads/2022/04/ALA_ACTAS_DEL. Acesso em: 11 ago. 2023.

LEWIS, Elizabeth Sara. O ciclo paradoxal de apagamento e super-sexualização da bissexualidade nos movimentos LGBT: resistências em narrativas de ativistas bissexuais. **Anais do Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades**, Salvador/BA, v. 1, n. 1, p. 1-12, set. 2017. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enlacando/2017/TRABALHO_EVO72_MD1_SA25_ID669_19062017235202.pdf. Acesso em: 11 ago. 2023.

LUCCHESI, Yasmin. **Bi: um olhar sobre os entraves enfrentados pela comunidade bissexual na contemporaneidade**. 2018. 30 f. TCC (Graduação) - Curso de Produção Cultural, A Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2018.

MONACO, Helena; SALDANHA, Inácio; KLIDZIO, Danieli. Bissexualidade em foco: diferentes cenários, política e produção de conhecimento. **Temáticas**, Campinas/SP, v. 32, n. 64, p. 6-16, 2024. Disponível em: <https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/20059/14501>. Acesso em: 6 jan. 2026.

NASCIMENTO, Geysa Cristina Marcelino. **A perspectiva familiar diante da revelação da orientação homossexual de jovens adultos**. 2017. 121 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba/MG, 2018. Disponível em: <http://bdtd.uftm.edu.br/handle/tede/547>. Acesso em: 11 ago. 2023.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo/SP, v. 4, n. 29, p. 318-325, ago. 1995. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/rsp/1995.v29n4/318-325/>. Acesso em: 11 ago. 2023.

SALDANHA, Inácio dos Santos. Monossexualidade em debate: classificações e genealogias possíveis. **Temáticas**, Campinas/SP, v. 32,

n. 64, p. 17-54, 2024. Disponível em: <https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/18636/14486>. Acesso em: 6 jan. 2026.

SALDANHA, Inácio dos Santos; MONACO, Helena Motta; CRUZ, Beatriz Fragoso. Bissexualidade, ativismo e produção de saberes: notas introdutórias sobre os estudos e movimentos bissexuais. **Revista Anômalas**, Catalão/GO, v.2, n.2, p. 139-159, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/ra/article/view/74540/39029>. Acesso em: 05 jan. 2026.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; BETTS, Mariana Kraemer; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. A Rede de Apoio Social e Afetivo de Adolescentes Institucionalizados no Sul do Brasil. **Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal Of Psychology**, Porto Alegre/RS, v. 40, n. 2, p. 149-158, jan. 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/284/28440202.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2023.

SIQUEIRA, Monalisa Dias de; KLIDZIO, Danieli. Bissexualidade e pansexualidade: identidades monodissidentes no contexto interiorano do rio grande do sul. **Revista Debates Insubmissos**, Recife/PE, v. 3, n. 9, p. 186, 28 jul. 2020. <http://dx.doi.org/10.32359/debin2020.v3.n9.p186-217>. Acesso em: 11 mai. 2023.

SOUZA, Eloisio Moulin de; PEREIRA, Severino Joaquim Nunes. (Re)produção do heterossexismo e da heteronormatividade nas relações de trabalho: a discriminação de homossexuais por homossexuais. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo/SP, v. 14, n. 4, p. 76-105, ago. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1678-69712013000400004>. Acesso em: 17 set. 2023.

Outness and coming out by young bisexuals

ABSTRACT: Bisexuality is a sexual orientation that designates people who feel emotional, affective, or sexual attraction towards more than one gender. Bisexual people face discrimination and violence just like other sexual orientations deviated from heteronormativity and monosexism. The objective of this study was to understand the meanings and consequences of outness and coming out for young bisexuals. Eight people were interviewed between January and June 2023, and the results were organized into four thematic axes: the term; discovery and support network; freedom; and stereotypes. The main results highlighted positive aspects experienced by bisexuals (a sense of personal freedom and in interpersonal relationships) and suffering (invisibility, stereotypes of phase, confusion, and disbelief). Regarding the discovery process, the participants were in university contexts (space that allows for the expansion of friendship networks that can offer support in this process) while there is a certain distancing from the family of origin. The importance of further studies in the field of social psychology focused on this topic is highlighted.

KEYWORDS: Bisexuality. Outness. Coming out. Young people.

Significados que los jóvenes bisexuales atribuyen a la salida del armario y al revelación de la homosexualidad

RESUMEN: La bisexualidad es una orientación sexual que designa a las personas que sienten atracción emocional, afectiva o sexual hacia más de un género. Las personas bisexuales se enfrentan a la discriminación y la violencia, al igual que otras orientaciones sexuales que se desvían de la heteronormatividad y el monosexismo. El objetivo de este estudio fue comprender los significados y las consecuencias de lo *outness* y de lo *coming out* de jóvenes bisexuales. Se entrevistó a ocho personas entre enero y junio de 2023 y los resultados se organizaron en cuatro ejes temáticos: el término; descubrimiento y redes de apoyo; libertad; y estereotipos. Los principales resultados destacaron los aspectos positivos (sensación de libertad personal y en las relaciones interpersonales) y el sufrimiento (invisibilidad, estereotipos de fase, confusión e incredulidad)

que experimentan las personas bisexuales. Cabe destacar que los participantes se encontraban en contextos universitários (espacio que permite la expansión de redes de amistad que pueden ofrecer apoyo en este processo y un cierto distanciamiento de la familia de origen). Se destaca la importancia de realizar más estudios en el campo de la psicología social centrados en este tema.

PALABRAS-CLAVE: Bisexualidad. *Outness*. *Coming out*. Jóvenes.

Rafael DE TILIO,
Doutor em Ciências - Área: Psicologia. Docente do Departamento de Psicologia e do Programa em Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, onde é líder do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Sexualidades e Gêneros.

<https://orcid.org/0000-0002-4240-9707>

Maria Clara ZANON MURAROLLI,
Psicóloga. Pesquisadora associado do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Sexualidades e Gêneros da Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

Recebido em: 03/09/2025
Aprovado em: 04/04/2026



SEÇÃO TEMÁTICA

Ativistas e militantes que são LGBTQIAPN+ nas Jornadas de 2013: experiências políticas e performatividade de assembleia

Beatriz Nogueira da Silva, *Universidade Federal de*

Alfenas

Luís Antonio Groppo, *Universidade Federal de Alfenas*

Fernanda Milan de Carvalho, *Universidade Federal de Alfenas*

Gislene da Silva, *Universidade Federal de São Carlos*

Yasmin Antonia da Silva Oliveira, *Universidade Federal de Alfenas*

Resumo. Este artigo comunica os resultados da pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013”. Tem como objetivo conhecer as experiências de ativistas e militantes que são LGBTQIAPN+ no ciclo de protestos no Brasil conhecido como Jornadas de 2013, buscando analisar as influências destas experiências nas trajetórias de tais pessoas e no movimento LBTPQIAPN+ nos anos seguintes. A principal categoria de análise é a performatividade de assembleia de Judith Butler, a qual dialoga com o conceito de populismo democrático radical de Paolo Gerbaudo e de subjetivação política de Jacques Rancière. Como metodologia, a revisão bibliográfica a respeito da temática LBTPQIAPN+ em 2013 e, principalmente, a análise de 37 entrevistas feitas com ativistas e militantes de coletivos e organizações progressistas das Jornadas – destacando, entre tais, 14 pessoas que são LBTPQIAPN+. A revisão bibliográfica destaca a relevância da Parada LGBT na latência das Jornadas, inspirando pautas secundárias presentes em 2013, como o rechaço ao projeto de “cura gay”, e renovando as táticas do movimento LBTPQIAPN+. As entrevistas com ativistas e militantes trazem como principais resultados: a presença relevante de pessoas LBTPQIAPN+ na mobilização, mas não das suas pautas; o fortalecimento de movimentos identitários, incluindo o LBTPQIAPN+, como consequência das Jornadas; e, notadamente, a maior presença de pessoas e pautas LBTPQIAPN+ em organizações políticas progressistas e em seus mandatos eletivos nos anos seguintes.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento LGBTQIAPN+. Jornadas de 2013. Performatividade de assembleia. Ativistas. Militantes.

Introdução

Daí fundou um monte de coletivo, um monte de frente [...] especialmente ligados ao movimento de moradia, o movimento feminista, o movimento LGBT [Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros]¹ [...] A cidade nunca mais foi a mesma, porque daí então o clima já era: aconteceu qualquer coisa, vamos fazer protesto, vamos pra rua (Rosa/SP, 2023).

Este artigo apresenta os resultados da pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013: Pautas educacionais, experiências escolares e formação política de jovens em protesto”.², com foco na presença e influência da temática LGBTQIAPN+ nas Jornadas de 2013. Utiliza revisão bibliográfica e análise de entrevistas com 37 ativistas e militantes que participaram dos protestos, sendo que 14 se autodeclararam LGBTQIAPN+. O artigo busca compreender os impactos dessa participação nas trajetórias sociais e políticas de tais sujeitos, em especial daquelas que são LGBTQIAPN+³ bem como identificar se o relato de Rosa/SP — que destaca a transformação da cultura de mobilização social após 2013 — reflete uma experiência mais ampla, ou seja, que se trata de uma impressão pessoal que revela uma transformação significativa no campo dos movimentos sociais, por meio da qual coletivos identitários têm crescimento e suas pautas ganham maior reconhecimento, em destaque a causa LGBTQIAPN+.

¹ O artigo prefere adotar a sigla LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Transexuais/ Transgêneros/ Travestis, Queer, Intersexuais, Assexuais/Arromânticos/Agêneros, Pansexuais/Polissexuais, Não-binários e mais) por considerá-la mais atualizada e inclusiva, apesar dela não ser utilizada em 2013, quando se usava apenas LGBT.

² Pesquisa realizada entre março de 2022 e março de 2026, com sede na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) e coordenada por Luís Antonio Groppo. Financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Comissão de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES) e UNIFAL-MG. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNIFAL-MG como CAAE 68746223.5.0000.5142.

³ Optamos por utilizar “ativistas e militantes que são LGBTQIAPN+” em vez de “ativistas LGBTQIAPN+” para evitar a ideia de que representavam institucionalmente o movimento LGBTQIAPN+ nas ruas, já que nenhuma atuou formalmente em nome de coletivos desse campo.

Em sua primeira fase, em 2022, a pesquisa realizou uma revisão bibliográfica a respeito de dimensões educacionais das Jornadas de 2013, quando foram encontrados poucos trabalhos sobre temáticas como gênero e diversidade sexual neste ciclo de protestos. Esses trabalhos, ao lado de produções a respeito do movimento LGBTQIAPN+ no Brasil, são analisados aqui. Em sua segunda fase, em 2023, a pesquisa entrevistou 18 pesquisadoras e pesquisadores das Jornadas, questionando sobre aspectos educacionais e outros temas presentes nas Jornadas de 2013, desde suas perspectivas de pesquisa. Durante essas entrevistas, algumas respostas defenderam a importância do ciclo de protestos para a renovação e crescimento de movimentos sociais progressistas, em especial os ditos identitários, como o exemplo a seguir – mesmo quando reconheceram que 2013 também foi disputado por conservadores e direita, campo que também teve crescimento nos anos seguintes (Groppo et al., 2024):

Junho de 2013 também deu visibilidade ou ampliou a visibilidade de um conjunto de pautas, sobretudo, as pautas das mulheres, das pessoas negras, das LGBTQIAPN+, e um forte questionamento do modo tradicional de fazer política, da ação política. (Maria Carla Corrochano, pesquisadora, entrevista, 2023).

O objetivo do artigo é analisar as experiências, percepções e memórias de ativistas e militantes que estiveram nas Jornadas de 2013, especialmente de sujeitos LGBTQIAPN+, a respeito da presença, relevância e impactos de movimentos e pautas de diversidade sexual e de gênero naquele ciclo de protestos. A análise é sustentada pelos conceitos de performatividade de assembleia de Judith Butler, populismo democrático radical de Paolo Gerbaudo e subjetivação política de Jacques Rancière. Também incorpora revisão bibliográfica sobre os movimentos LGBTQIAPN+ no Brasil e os efeitos das Jornadas na reorganização desses movimentos.

A motivação deste estudo emergiu da própria equipe de pesquisa, sobretudo de estudantes e bolsistas de Iniciação Científica envolvidas com temas de gênero e diversidade sexual. Elas localizaram materiais bibliográficos que indicavam como as Jornadas de 2013 impulsionaram e renovaram o ativismo LGBTQIAPN+, fenômeno já observado em relação aos movimentos negros. O roteiro de entrevistas semiestruturadas incluía uma questão específica sobre a presença de pessoas e movimentos LGBTQIAPN+ nas Jornadas, o que possibilitou acessar dados relevantes. Além disso, as entrevistas com quem se declarou

LGBTQIAPN+, em sua totalidade, permitiram aprofundar a compreensão de suas vivências, memórias e trajetórias políticas e sociais.

A relevância do artigo reside em demonstrar o quanto as Jornadas de 2013 impactaram progressivamente os movimentos sociais, em especial o LGBTQIAPN+, fortalecendo-os, promovendo renovação organizativa e ampliando a visibilidade de suas pautas. Assim, o estudo se contrapõe à narrativa que ganhou força após o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, a qual atribui às Jornadas um papel de “berço” da extrema-direita brasileira e dos retrocessos democráticos subsequentes. Tal discurso tende a ignorar as dimensões progressistas e transformadoras presentes nos protestos de 2013, bem como a pluralidade de sujeitos e pautas envolvidas.

O artigo está organizado da seguinte forma: após esta introdução, apresenta o referencial teórico, com destaque à teoria da performatividade de assembleia de Judith Butler, em diálogo com os conceitos de populismo democrático radical de Paolo Gerbaudo e subjetivação política de Jacques Rancière. Em seguida, sintetiza os resultados da revisão bibliográfica sobre a presença e os impactos dos movimentos LGBTQIAPN+ nas Jornadas de 2013. Depois, descreve a metodologia da pesquisa e apresenta o perfil das pessoas entrevistadas. Em seguida, analisa as entrevistas: primeiro, as respostas de 23 ativistas e militantes heterossexuais sobre a presença e a importância de pessoas e movimentos LGBTQIAPN+ nas Jornadas; em seguida, as entrevistas com 14 ativistas e militantes LGBTQIAPN+, abordando suas percepções sobre aquele momento histórico, suas experiências nas manifestações e as reverberações dessas vivências em suas trajetórias sociais e políticas após 2013.

Mais do que narrar a presença LGBTQIAPN+ nos protestos, este artigo busca compreender como 2013 atuou como um marco de subjetivação política para esses sujeitos, promovendo novos sentidos de pertencimento, visibilidade, articulação e performatividade coletiva. Isso se evidencia na formação de coletivos, frentes e organizações que emergiram ou se fortaleceram após as Jornadas, contribuindo para

transformações significativas nos movimentos LGBTQIAPN+ e na paisagem política brasileira.

Corpos em aliança nas ruas

O principal referencial teórico deste artigo é a teoria performativa de assembleia de Judith Butler (2018a), que representa um desdobramento significativo de sua anterior teoria performativa de gênero (Butler, 2018b). A compreensão dessa transição conceitual é essencial, pois a autora desloca o foco das identidades individuais para o potencial político dos corpos reunidos em espaços públicos, revelando novas formas de agência coletiva. Para a autora:

[...] o gênero não é de modo algum uma identidade estável nem lócus de agência do qual procederiam diferentes atos; ele é, pelo contrário, uma identidade constituída de forma tênue no tempo – uma identidade instituída por meio de uma repetição estilizada de atos. (Butler, 2018b, p.3).

Justamente por se sustentar na repetição, o gênero abre espaço para reinvenções: “existem possibilidades de transformar o gênero na relação arbitrária entre esses atos, nas várias formas possíveis de repetição e na ruptura ou repetição subversiva desse estilo.” (Butler, 2018b, p.3).

A formulação da teoria performativa de assembleia surge após a observação de movimentos sociais globais da década de 2010, como Occupy Wall Street e Black Lives Matter, nos Estados Unidos. Nestes movimentos, os corpos se reuniam nas ruas e praças, não necessariamente unidos por uma identidade homogênea, mas por uma experiência comum de precariedade e exclusão. Esses encontros configuraram alianças entre grupos vulnerabilizados, ainda que profundamente distintos entre si, não por meio de uma identidade estável, mas por meio da presença corporal, pela exigência do direito de aparecer e de existir politicamente (Ferreira; Groppo, 2024). Segundo Butler (2018a), essas pessoas são consideradas “inelegíveis”, e sua presença pública performa uma “proposição plural e performativa da elegibilidade onde ela não existia antes”.

Ao conectar as duas teorias, performatividade de gênero e performatividade de assembleia, Butler evidencia que a figura das pessoas transgêneras exerce papel central em ambas. Nos protestos dos

anos 2010, pessoas trans, assim como outras identidades LGBTQIAPN+, puderam ocupar as ruas com maior visibilidade, ao lado de outros grupos precarizados, afirmando sua existência e reivindicando seus direitos. Essa visibilidade coletiva desestabiliza a “ficção regulatória” da identidade de gênero verdadeira, pois revela que a identidade não é expressão de uma essência, mas resultado de normas que podem ser contestadas.

A própria existência em si de pessoas trans, assim como sua atuação política, ao lado de outras pessoas LGBTQIAPN+ em movimentos sociais, como as ocupações secundaristas de 2015 e 2016 no Brasil (Ferreira, Groppo, 2024), desestabilizam a “ficção regulatória” da identidade de gênero verdadeira, uma vez que, como observa Butler,

[...] se os atributos de gênero não são expressivos, mas performativos, tais atributos constituem efetivamente a identidade que se diz que eles expressam ou revelam [...] a postulação de uma verdadeira identidade de gênero seria revelada como uma ficção regulatória. (Butler, 2018b, p.13).

Nesse sentido, a crítica de Butler ao binarismo de gênero ilumina o modo como os movimentos juvenis pós-2013 enfrentaram a heterossexualidade compulsória: “a associação de um sexo natural com um gênero distinto, e com uma atração aparentemente ‘natural’ pelo sexo/gênero oposto é uma conjunção não natural de construções culturais a serviço de interesses reprodutivos” (Butler, 2018b, p.9).

Judith Butler, ao deslocar a noção de performatividade de gênero para a de assembleia, propõe que a reunião de corpos vulnerabilizados nas ruas habilita formas de visibilidade e solidariedade política que ultrapassam identidades fixas, ao mesmo tempo em que expõe a condição precária de certas vidas e proclama o seu “direito de aparecer” nos espaços públicos (Butler, 2018a). Essa perspectiva é heurística para interpretar as Jornadas de 2013, nas quais uma multiplicidade de pessoas estiveram em justaposição nas ruas, com pautas tanto convergentes quanto conflitivas entre si.

A perspectiva teórica de Butler, ao tratar da performatividade de assembleia, ajuda a compreender a centralidade da presença corporal como forma de reivindicar o espaço público e politizar a precariedade. As

pessoas vulneráveis, com seus corpos circulando, enfim, livres, tornam a rua, de fato, um espaço público, onde podem se reunir em assembleia.

Para que a luta pelos direitos das minorias sexuais e de gênero seja uma luta por justiça social, isto é, para que ela seja caracterizada como um projeto democrático radical, é necessário perceber que somos apenas uma das populações que têm sido, e continuam sendo, expostas a condições precárias e de perda de direitos. Além disso, os direitos pelos quais lutamos são direitos plurais, e essa pluralidade não está circunscrita, de antemão, pela identidade; isto é, não se constitui uma luta apenas de determinadas identidades, e certamente é uma luta que procura expandir aquilo a que nos referimos quando falamos de “nós”. (Butler, 2018a, posição 1.135).

Esse entendimento se aproxima, inicialmente, da teoria da multidão de Hardt e Negri (2005), que também considera que as particularidades dos sujeitos não se dissolvem na construção de uma identidade única. Entretanto, Butler se diferencia de outras teorias, como a de Jacques Rancière (1996), que enfatiza a subjetivação política a partir do desentendimento e da reivindicação de igualdade por figuras emblemáticas (como a do pedreiro Amarildo nas Jornadas de 2013 do Rio de Janeiro ou de secundaristas nas ocupações de 2015 e 2016). Também se distingue da teoria do populismo democrático radical de Gerbaudo (2022), que interpreta movimentos como as Jornadas de 2013 como mobilizações cidadãs, unificadas pela ideia de um “povo” indignado contra elites políticas e econômicas.

O que se propõe aqui, como hipótese, é que no contexto das Jornadas de 2013 no Brasil, coexistiram esses processos: de um lado, a multidão heterogênea composta por diversas identidades em revolta contra um inimigo comum e, de outro, a afirmação de uma “comunidade dos iguais”, quando sujeitos diversos reivindicaram igualdade política sob categorias como “povo”, os “99%” ou “somos a rede social”.

Nesse cenário, os corpos LGBTQIAPN+ nas ruas levantam questões fundamentais: de que forma estiveram presentes nas Jornadas? Ocuparam, efetivamente, o espaço físico e discursivo? Suas pautas foram reconhecidas ou permaneceram periféricas? Teriam experimentado algo semelhante ao que ocorreu nas ocupações secundaristas de 2015-2016, nas quais estudantes LGBTQIAPN+ relataram vivências de pertencimento e igualdade? Ou sua participação foi pontual, como no caso da coletiva BeijATO (Carvalho, 2018), indicando experiências isoladas, embora emblemáticas?

Esse artigo ainda pergunta sobre as influências das experiências políticas nas Jornadas para essas pessoas LGBTQIAPN+ que entrevistamos, assim como os impactos de 2013 para o próprio movimento LGBTQIAPN+: teria o movimento, ou movimentos, se potencializando e reinventado, tal qual o ativismo trans segundo Carvalho (2018)? Teria este movimento recebido influências marcantes e ganhado força com as Jornadas, tal qual o movimento negro no Brasil, conforme nossa pesquisa indicou em trabalho anterior? (Silva et al., 2025).

Da latência das Jornadas aos movimentos pós-2013

Por meio de levantamento bibliográfico na fase inicial da pesquisa, complementado por nova pesquisa específica para a construção deste texto, encontramos produções que destacam a temática LGBTQIAPN+ na latência das Jornadas, durante as próprias Jornadas e nos movimentos após 2013.

Pesquisas recentes sobre os movimentos LGBTQIAPN+ têm apresentado o fortalecimento deles entre jovens da Educação Superior (Lima, 2016, Falcão, 2017) e o ativismo nas redes sociais da Internet (Bulgarelli, 2017, Falcão, 2017). As pesquisas demonstram, acima de tudo, a complexidade das identidades e dos movimentos LGBTQIAPN+, apresentando sua diversificação interna, disputas entre organizações (Zanoli, 2015) e crescente reconhecimento da interseccionalidade (Facchini, Carmo, Lima, 2020). Atuações em diálogo ou parceria com o Estado continuam relevantes no campo (Aguião, 2018), entretanto, têm crescido ativismos de maior radicalidade (Daniauskas, 2016). A influência das Jornadas é reconhecida (Lima, 2016) nesta reconstituição dos movimentos LGBTQIAPN+.

Segundo Facchini, Carmo e Lima (2020), após o processo de institucionalização dos anos 2000, com forte presença de ativistas em conselhos, conferências e na formulação de políticas públicas, emerge, na década seguinte, um desencanto com a política institucional, sobretudo entre jovens. Esse desencanto impulsiona formas mais autônomas, horizontais e interseccionais de organização, chamadas de “teias” de articulação. Nesse contexto, as pautas tornam-se mais

permeáveis entre si e o movimento LGBTQIAPN+ passa a dialogar de forma mais intensa com os movimentos feminista e negro, ampliando seus enquadramentos e repertórios de ação.

Apoiado no que Carvalho (2018) apontou especificamente sobre o ativismo trans, é possível formular como hipótese, a respeito do conjunto de movimentos e ativismos LGBTQIAPN+, que as Jornadas fizeram com que esses movimentos e ativismos se reinventassem (como o uso das redes sociais da Internet) e se radicalizassem (como a ocupação das ruas em atos de protesto). Desta forma, esses ativismos e movimentos vão se distinguindo da complexa combinação – que os caracterizou na década de 1990 – entre práticas de mobilização cidadã, de associativismo na forma de organizações não-governamentais (ONGs) e de consumo (Facchini, 2002). Uma nova “onda” dos movimentos LGBTQIAPN+ parece se constituir, distinguindo-se da anterior, marcada por seu crescente reconhecimento perante as instituições estatais. (Green et al., 2018).

Durante a fase da latência das Jornadas, assim como durante os próprios atos em 2013, as referências apresentam um contexto tenso e conflitivo entre movimentos e “contramovimentos” (Silva, 2022) em torno de gênero e sexualidade. De um lado, certa radicalização nas práticas de protesto do movimento feminista, como a Marcha das Vadias, e o grande crescimento das Paradas LGBT. De outro, a reconstituição da extrema-direita e o crescimento do fundamentalismo religioso, como movimentos antiaborto e as Marchas para Jesus. Ângela Alonso (2023) faz destes sujeitos e movimentos contrapostos importantes elementos de sua análise das Jornadas de 2013, destacando as Paradas LGBT e as Marchas para Jesus.

A primeira Parada LGBT no Brasil aconteceu em junho de 1997, na capital paulista. De lá para cá o evento cresceu e se espalhou pelo país, realizado normalmente em junho, mesmo mês em que aconteceu, em 1969, a revolta de Stonewall, que inspirou as primeiras paradas nos Estados Unidos. As Marchas para Jesus acontecem no Brasil também desde os anos 1990. Em 2013, na capital paulista, os dois megaeventos aconteceram em junho: a Parada no dia 2, poucos dias antes do primeiro ato chamado pelo Movimento Passe Livre São Paulo (MPL-SP); a Marcha em 29 de junho, quando os atos massivos se arrefeceram aí e no restante do país. Ao lado de seu tradicional e dominante clima festivo, a Parada LGBTQIAPN+ de 2013 levou importante pauta política, que

reapareceu nas Jornadas: o rechaço ao projeto de “cura gay” e ao seu próprio autor, o deputado e pastor evangélico Marco Feliciano.

A literatura sobre as Jornadas de 2013 tem ressaltado como os protestos se tornaram espaço de múltiplas demandas sociais, articulando educação, transporte e direitos humanos (Groppo et al., 2024). Nos grandes atos massivos de 2013, em sua profusão de pautas, não era incomuns cartazes contra a descriminalização do aborto ao lado de cartazes antiaborto, revelando que as manifestações das Jornadas de 2013 se tornaram terreno de disputas pela narrativa pública e que, mesmo não centrais, as temáticas dos direitos sexuais e de gênero estiveram presentes.

Carvalho (2018) demonstra como as manifestações de rua do movimento trans após 2013 carregaram experiências e aprendizados das Jornadas. Destaca o Ato pelo Dia Nacional da Visibilidade Trans do Rio de Janeiro, em janeiro de 2015, em especial por meio do grupo BeijATO, que se define como “uma coletiva transfeminista e glitterterrorista” (apud Carvalho, 2018, p. 12). O BeijATO nasceu durante as manifestações de 2013 no Rio de Janeiro. Ele possuía conexões com a Marcha das Vadias e fazia uso de novas formas de expressão do movimento LGBTQIAPN+ brasileiro, como os pink blocs, uma versão satírica dos black blocs, que trocara o coquetel molotov pelo glitter, “atirado” para colorir a multidão. Também, durante a ocupação em frente à casa do então governador Sérgio Cabral, o BeijATO alterou o grito original ofensivo por “Ei, Cabral, toma da polícia! Porque tomar no cu, te garanto, é uma delícia!”. (Carvalho, 2018, p. 12).

Segundo Carvalho (2018), algo havia mudado com as Jornadas de 2013, já que “[...] o ativismo trans havia sido afetado ao mesmo tempo em que afetou a dramaturgia política de ocupação das ruas” (p. 14). A injúria e a sátira haviam sido ressignificadas, assim como se recriou a práxis do “corpo-bandeira”, agora relacionada com “a afirmação da presença de corpos individualizados e estigmatizados na rua” (p. 14). A situação de polifonia das Jornadas, ao ser levada ao ativismo trans, estabeleceu o “pluralismo como condição necessária para a participação de todo e qualquer sujeito” (p. 14), a ponto de, segundo Carvalho, ter sido possível superar o que Erving Goffman (2008) considerava como improvável entre pessoas estigmatizadas, a saber, a criação de

solidariedade entre elas. Os movimentos LGBTQIAPN+, tanto quanto os movimentos feministas, haviam deixado de lado a tática da “respeitabilidade”, substituída pela “contaminação que produz alianças” (p. 15), fazendo uso do contínuo redes sociais da Internet e ocupação das ruas.

Movimentos juvenis posteriores, como a Primavera Feminista de 2015 e as ocupações estudantis de 2015–2016, demonstram que a experiência coletiva fomentada pelas Jornadas favoreceu processos de assunção identitária e engajamento político de jovens LGBTQPIAN+ (Groppo; Silva, 2022). Judith Butler parece descrever o que observamos em pesquisa sobre as ocupações estudantis, a respeito da presença de pessoas LGBTQIAPN+ nas escolas ocupadas. (Groppo; Silva, 2022). A partir da pauta da educação, levada a efeito por uma categoria até então considerada como despolitizada e incapaz de atuar politicamente, as e os secundas – adolescentes e estudantes de Ensino Médio –, a ocupação se constituiu como uma aliança entre diversas expressões da exclusão e da vulnerabilidade: mulheres (que eram a liderança e base do movimento), pessoas LGBTQIAPN+ (a maioria das e dos secundas que entrevistamos) e pessoas negras. Para as pessoas LGBTQIAPN+, a ocupação foi o espaço de igualdade de participação e de possibilidade de viver e assumir sem receios sua condição não heteroafetiva.

Cabe questionar, agora aos dados produzidos pelas entrevistas com ativistas e militantes das Jornadas de 2013, como esse ciclo de protestos abre caminho para essa renovação de movimentos e ativismos ditos identitários, destacando os LGBTQIAPN+.

Participantes da pesquisa

A pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013” investigou as múltiplas dimensões educacionais relacionadas a esse ciclo de protestos, incluindo pautas ligadas à educação, processos de formação política decorrentes da participação, além das trajetórias escolares e políticas de militantes e ativistas. As entrevistas com militantes e ativistas, que compõem a terceira etapa do estudo, foram realizadas presencialmente entre julho de 2023 e março de 2024. Ao todo, foram 37 entrevistas distribuídas por sete estados brasileiros: Rio Grande do Sul (RS), São Paulo (SP), Minas Gerais (MG), Rio de Janeiro (RJ), Ceará

(CE), Goiás (GO) e Pará (PA). Entre as pessoas entrevistadas, 23 se declararam heterossexuais e 14 LGBTQIAPN+.

A metodologia adotada foi a de entrevistas semiestruturadas, que articula questões previamente definidas com abertura para explorações narrativas e aprofundamento dos temas a partir das experiências relatadas (Laville; Dione, 1999). O roteiro contemplou cinco eixos centrais: (I) a relação da pessoa com as Jornadas de 2013; (II) trajetória escolar e experiências de formação; (III) formação política e envolvimento com ativismos e militâncias; (IV) vivências durante as Jornadas, incluindo a presença de pautas e pessoas LGBTQIAPN+; e (V) desdobramentos posteriores, como caminhos políticos, acadêmicos, profissionais e coletivos inaugurados com ou após a participação nos protestos.

Na parte IV do roteiro, todas as pessoas foram questionadas especificamente sobre a presença de pessoas e pautas LGBTQIAPN+ nas Jornadas. As respostas das 23 pessoas heterossexuais foram analisadas em conjunto, enquanto as entrevistas das 14 pessoas LGBTQIAPN+ receberam atenção mais aprofundada, observando-se suas narrativas sobre vivências, visibilidade e participação nas manifestações.

Quadro 1: Ativistas e militantes que são LGBTQIAPN+ e que concederam entrevista

Pseudônimo e Estado	Idade em 2013	Raça	Identidade de Gênero	Orientação Sexual	Forma de participação em 2013
Amiel/CE	32	Negra	Não Binário	“Preferência por homens”	Militante do movimento estudantil. Filiado ao PSOL (Partido Socialismo e Liberdade).
André Martins/SP	27	Branco	Homem cis	Pansexual	Autonomista. Criou com um amigo o evento Pula

Beatriz Nogueira da Silva.
 Luís Antonio Groppo.
 Fernanda Milan de Carvalho.
 Gislene da Silva.
 Yasmin Antonia da Silva Oliveira.

					Catraca, que deu origem ao coletivo de mesmo nome.
Artemis/RS	26	Negra	Mulher cis	Bissexual	Independente. Atuou nas Jornadas a partir de sua proximidade com o movimento estudantil.
Carlos/GO	18	Branco	Homem cis	Bissexual	Autonomista. Atuou na Frente de Lutas.
Carolina Maria de Jesus/RJ	26	Negra	Mulher cis	Bissexual	Ativista de movimento territorial. Liderança do Movimento “Cadê o Amarildo?”.
Conceição/PA	21	Negra	Mulher cis	Bissexual	Militante. Atuou nas Jornadas de 2013 no coletivo Juntos e pelo Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Estado do Pará (UEPA).
Chiquinha Gonzaga	22	Negra	Mulher cis	Bissexual	Autonomista. Atuou nas Jornadas de 2013 no coletivo Levante e fazia parte do Diretório de Estudantes de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É uma das criadoras do coletivo NegrAÇÃO, coletivo de estudantes negras e negros da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), criado em 2012.
Jota/GO	22	Branco	Homem cis	Gay	Apoiador. Membro do Centro de Direitos Humanos.
Juliana/SP	21	Negra	Mulher cis	Bissexual	Autonomista. A partir da cobertura dos atos se engajou no Ocupa Alckmin.
Karine/RS	21	Branca	Mulher cis	Bissexual	Militante do Levante Popular da

					Juventude. Atuou no Bloco de Lutas.
Luiz Gama/RJ	22	Negro	Homem cis	Bissexual	Militante do PSOL. Dirigente do Centro Acadêmico de História e membro do Diretório Centro Acadêmico da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
Rita/CE	23	Negra	Mulher cis	Bissexual	Movimento territorial. Atuante no movimento de moradia da comunidade Lagamar, contra as remoções por obras da Copa.
Rosa/SP	25	Branca	Mulher cis	Pansexual	Militante. Atuou nas Jornadas de 2013 com o coletivo Juntos.
Wanda/PA	21	Negra	Mulher cis	Bissexual	Militante da União da Juventude Revolucionária (URJ) e do Movimento Estudantil (ME).

Fonte: Pesquisa.

A proporção de pessoas LGBTQIAPN+ entre as 37 entrevistas (38,0) é significativa, sobretudo considerando que o recrutamento ocorreu entre coletivos, organizações e militâncias que protagonizaram as primeiras mobilizações das Jornadas, majoritariamente de caráter progressista, socialista e autonomista. Esse dado indica a expressiva participação de pessoas LGBTQIAPN+ nesses espaços, contribuindo para seus processos organizativos e de mobilização.

Entre as 14 pessoas LGBTQIAPN+ entrevistadas, 10 se autodeclararam bissexuais, 2 pansexuais, 1 gay e 1 não binária com “preferência por homens”. Assim, 13 se enquadram na categoria LGBTQIAPN+ pela orientação sexual, enquanto apenas uma, Amiel/CE, se identifica por identidade de gênero não binária. Do ponto de vista de

gênero, 13 são cisgênero: 9 mulheres e 4 homens. Observa-se uma interseção relevante entre gênero feminino e orientação sexual não heteroafetiva, já que a maioria das pessoas LGBTQIAPN+ são mulheres, e, do total das 37 entrevistas, 18 eram mulheres, revelando predominância feminina entre as não heterossexuais.

Outro dado expressivo é a interseccionalidade entre raça e LGBTQIAPN+. Entre as 16 pessoas negras entrevistadas, 9 eram LGBTQIAPN+, enquanto 5 LGBTQIAPN+ se declararam brancas. Isso indica que, entre as pessoas negras, a identificação LGBTQIAPN+ foi mais frequente, sugerindo a presença marcante de identidades interseccionais nos protestos. Também se observou que a maior parte das pessoas LGBTQIAPN+ eram jovens em 2013: apenas uma delas, Amiel/CE, tinha mais de 30 anos naquela ocasião.

As pessoas LGBTQIAPN+ entrevistadas se distribuem com regularidade entre as diferentes categorias de atuação nas Jornadas: 6 são militantes (Amiel/CE, Conceição/PA, Karine/RS, Luís Gama/RJ, Rosa/SP e Wanda/PA), 4 são autonomistas (André Martins/SP, Carlos/GO, Chiquinha Gonzaga/RS e Juliana/SP), 2 são ativistas de movimentos territoriais (Carolina Maria de Jesus/RJ e Rita/CE), 1 é independente (Artemis/RS) e 1 é apoiador (Jota/GO).

Interpretação das entrevistas

Entre os 37 entrevistados sobre as Jornadas de 2013, 23 se declararam heterossexuais e cisgênero. Analisar seus relatos revela como perceberam a presença LGBTQIAPN+ nos protestos. Entre eles, 7 não identificaram pessoas ou pautas desse grupo. Outros 16 reconheceram tal presença, sendo que 9 notaram tanto pessoas quanto pautas LGBTQIAPN+, enquanto 6 perceberam apenas pessoas, sem identificar pautas específicas, evidenciando experiências distintas de visibilidade.

Entre os nove que identificaram pautas e sujeitos LGBTQIAPN+, André Rebouças/RS, Dandara/SP e Tales/CE mencionaram blocos organizados de pessoas trans e cartazes contra a “cura gay” e Marcos Feliciano, alinhados à Parada LGBT daquele ano. Tales/CE destacou resistências de setores das classes médias e grupos anticorrupção, que deslegitimavam essas pautas, defendendo que o foco deveria ser apenas a corrupção. Esse embate revela disputas sobre sentidos políticos e corpos autorizados no espaço público.

Dos nove que reconheceram pessoas e pautas LGBTQIAPN+, sete eram militantes ligados ao campo socialista e apenas dois autonomistas, indicando maior sensibilidade dos primeiros à relevância dessas pautas. Após 2013, partidos e juventudes socialistas passaram a institucionalizar núcleos identitários, ampliando espaços de participação para sujeitos LGBTQIAPN+. Contudo, esse processo ocorreu com tensões e resistências, como revelam relatos de militantes LGBTQIAPN+ a seguir.

Mas a percepção da importância política das Jornadas também aparece entre autonomistas, como em Pedro/MG: “É brutal o quanto isso explodiu depois das Jornadas de 2013, como isso ganhou força”. Para ele, as Jornadas funcionaram como catalisadoras da visibilidade e fortalecimento de movimentos feministas e LGBTQIAPN+.

Seis entrevistados perceberam apenas a presença de pessoas LGBTQIAPN+, sem identificar organizações ou pautas específicas. Luís/SP destacou que havia participantes LGBTQIAPN+, mas sem articulação coletiva explícita, reforçando a participação individualizada desse grupo nos protestos.

Por fim, destaca-se a opinião de Zumbi dos Palmares/RJ, que reconhece a relevância das pautas identitárias, mas afirma que as Jornadas foram principalmente uma luta da classe trabalhadora. Defende a identidade de classe como unificadora, evidenciando tensões entre agendas identitárias e a perspectiva tradicional de luta de classes.

Esses relatos demonstram que, ainda que nem sempre reconhecidas como movimento organizado, pessoas e pautas LGBTQIAPN+ estiveram presentes nas Jornadas, contribuindo para alargar o repertório político e performativo dessas manifestações.

As entrevistas com ativistas e militantes que são LGBTQIAPN+ — 14 entre as 37 pessoas participantes da pesquisa — trazem elementos relevantes para compreender a presença desses sujeitos nas Jornadas de 2013, bem como a existência (ou não) de coletivos e pautas LGBTQIAPN+ naquele contexto, e os impactos posteriores de 2013 para o movimento.

As entrevistas revelam quatro padrões principais: em cinco casos, a identidade LGBTQIAPN+ aparece com algum destaque, mas sem centralidade (Rita/CE, Carolina Maria de Jesus/RJ, Jota/GO, André

Martins/SP e Amiel/CE); em outras cinco entrevistas, as Jornadas foram reconhecidas como importantes para o fortalecimento de pautas LGBTQIAPN+, ainda que apenas Luís Gama/RJ tenha identificado a presença de um coletivo LGBTQIAPN+ atuante, o BeijATO; três pessoas identificaram apenas a presença individualizada de sujeitos LGBTQIAPN+ (Juliana/SP, Wanda/PA e Carlos/GO), sem organizações ou pautas específicas; e em duas entrevistas (Karine/RS e Artemis/RS), o tema não foi comentado.

Apesar da prevalência de pessoas cis bissexuais e pansexuais entre ativistas e militantes que são LGBTQIAPN+ (12 das 14), essa condição não constituiu uma identidade em comum representada em coletivos e movimentos específicos. Apenas uma pessoa entre as 14 vai atuar, após 2013, em coletivo ligado às pautas LGBTQIAPN+, André Martins/SP (homem cis pansexual); trata-se de um coletivo cultural que passou a destacar a temática LGBTQIAPN+ de forma ampla, após a morte de uma integrante, uma mulher trans. A orientação bissexual e pansexual tem marcado cada vez mais os coletivos e movimentos progressistas em geral nos últimos anos. A assunção desta orientação faz parte do ambiente de abertura comportamental e cultural neste campo, especialmente naqueles formados majoritariamente por jovens e/ou nos meios estudantis. (Silva et al., 2025).

Nos relatos de Rita/CE e Carolina Maria de Jesus/RJ, emergem conexões entre a condição LGBTQIAPN+, raça, território e violência estatal. Rita, mulher negra e bissexual, participou das Jornadas com o movimento de moradia do Lagamar, denunciando remoções causadas pelas obras da Copa. Carolina, mulher negra e bissexual, vinculou sua trajetória ao legado afetivo e político de suas mães, um casal homoafetivo. Sua participação foi motivada pelo caso Amarildo, identificado por ela como exemplo de violência seletiva contra corpos negros e periféricos.

André Martins/SP, homem pansexual, liderança do coletivo Pula Catraca em 2013, participou posteriormente, como dito, da fundação do coletivo cultural Crisálida, nos quais temas LGBTQIAPN+ ganharam centralidade, especialmente após o suicídio de Melina, mulher trans participante do coletivo. Tal episódio evidenciou tensões dentro de movimentos feministas e de esquerda.

Amiel/CE, pessoa não binária e negra, destaca que sua compreensão identitária amadureceu após 2013, reconhecendo

desconfortos com a normatividade de gênero. Seu relato evidencia como as Jornadas não necessariamente despertaram questões identitárias, mas criaram ambientes de reflexão. Jota/GO, homem gay, relatou ter se afastado do catolicismo devido à LGBTfobia, vigente mesmo em setores progressistas da Igreja Católica. Nas Jornadas, atuou no apoio jurídico e humanitário a pessoas detidas e feridas, observando a presença de pessoas LGBTQIAPN+, mas sem organização própria.

Esses casos revelam a permanência de práticas discriminatórias dentro de organizações progressistas, religiosas e mesmo feministas, como no caso de Melina. Demonstrem, ainda, a potência da perspectiva interseccional na análise da participação de sujeitos LGBTQIAPN+, especialmente quando raça, sexualidade, gênero e classe se entrecruzam como eixos estruturantes da ação política.

As entrevistas com Rosa/SP, Conceição/PA, Chiquinha Gonzaga/RS e Luís Gama/RJ reforçam a ideia de que as Jornadas foram um marco de politização das juventudes e de ampliação das pautas identitárias nos movimentos sociais. Para muitas e muitos, 2013 representou a entrada em espaços políticos institucionais ou a criação de novos movimentos com enfoque em gênero, sexualidade, raça e cultura periférica. Rosa/SP destacou que, em seu município, após as Jornadas, surgiu uma cultura política mais plural, com a fundação de diversos coletivos feministas, negros e LGBTQIAPN+, que antes existiam apenas em circuitos restritos. Ela passou a relacionar as Jornadas com abertura e renovação do ativismo local.

Conceição/PA afirmou que 2013 foi um divisor de águas para a representatividade de jovens, mulheres, pessoas negras e LGBTQIAPN+ nos movimentos de esquerda e, posteriormente, na política institucional. Seu percurso, da militância às instituições legislativas, exemplifica essa transição e evidencia como as Jornadas ampliaram a demanda por diversidade no campo político.

Chiquinha Gonzaga/RS, autonomista, negra e bissexual, destacou em seu relato a identidade racial. Relatou que as Jornadas contribuíram para sua retomada das identidades afro-brasileiras e das tradições de matriz africana e criticou a predominância branca nas esquerdas. Juliana/SP, mulher negra e bissexual também destacou sua assunção da

identidade racial, relatando uma virada pessoal marcada pelo engajamento em pautas contra a violência policial.

Luís Gama/RJ, único a mencionar um coletivo LGBTQIAPN+ atuante — o BeijATO — destacou que o grupo utilizou a performance do afeto como estratégia política, ocupando os espaços públicos com beijos entre pessoas LGBTQIAPN+. Destacou o medo constante da violência policial, maior, em seu caso, pelo fato de ser homem negro.

Em Goiás, Carlos/GO e Jota/GO observaram que havia um contingente relevante de pessoas LGBTQIAPN+ nas mobilizações, mas tais sujeitos não atuavam como movimento LGBTQIAPN+, e sim dentro de coletivos autonomistas ou socialistas. Já Wanda/PA, mulher negra e bissexual, destacou que muitos participantes eram jovens e LGBTQIAPN+.

Karine/RS e Artemis/RS foram as únicas que não abordaram, nem mesmo indiretamente, a temática LGBTQIAPN+ em suas entrevistas.

Cabe destacar que cinco das 14 pessoas que são LGBTQIAPN+ ocupam ou ocuparam cargos eletivos ou de assessoria parlamentar, quase todas pelo PSOL: Wanda/PA, Rosa/CE, Chiquinha Gonzaga/RS, Carolina Maria de Jesus/RJ e André Martins/SP (esse, pelo PT). Suas experiências demonstram a passagem da militância para o campo institucional, levando consigo pautas de igualdade, diversidade e justiça social, revelando como 2013 contribuiu para ampliar a presença de sujeitos LGBTQIAPN+, negros e feministas na esfera pública formal.

As entrevistas revelam que, embora as Jornadas de 2013 não tenham sido marcadas por uma presença organizada do movimento LGBTQIAPN+, elas contribuíram significativamente para o fortalecimento político e simbólico desses sujeitos, ampliando sua visibilidade, engajamento e acesso a espaços de participação, inclusive institucionais.

Análise das entrevistas

Mais do que criar movimentos específicos, as entrevistas mostram que as pautas LGBTQIAPN+ atravessaram significativamente organizações progressistas, como juventudes partidárias, partidos políticos, coletivos estudantis e movimentos territoriais. Essa inserção ocorreu tanto entre pessoas LGBTQIAPN+ quanto entre ativistas que

não pertenciam a essa comunidade, indicando que as pautas de diversidade sexual e de gênero conquistaram espaço político para além de suas organizações tradicionais. Especialmente entre pessoas LGBTQIAPN+, verificou-se a entrada na política institucional, ocupando cargos, assessorando mandatos e contribuindo na construção de agendas progressistas. Apenas um ativista, André Martins/SP, citou a criação de um coletivo LGBTQIAPN+ diretamente decorrente das Jornadas: o Crisálida, com relevante atuação cultural e política em Americana/SP nos anos 2010.

Contudo, essa penetração não ocorreu sem limites. Os obstáculos apareceram tanto dentro de partidos quanto em outros movimentos identitários, como demonstra o caso de Melina, mulher trans co-fundadora do Crisálida, que enfrentou resistência dentro de espaços feministas. Também se evidenciaram barreiras nos grupos progressistas ligados à Igreja Católica, importante espaço de formação militante da esquerda tradicional, como apontam as entrevistas de Rita/CE e Jota/GO.

Apenas quatro, entre as 37 entrevistas, registraram a presença de coletivos LGBTQIAPN+ atuando de maneira organizada nas Jornadas, destacando-se o BeijATO, citado por Luís Gama/RJ. Mais visível, porém, foi o reconhecimento da presença de pessoas LGBTQIAPN+ nas manifestações, atuando como indivíduos ou integrantes de outras lutas — como transporte público, denúncia da violência policial e obras da Copa. Isso indica que, nas Jornadas, tivemos ativistas e militantes que eram LGBTQIAPN+, mas não necessariamente militantes LGBTQIAPN+. Ou seja, participaram das mobilizações não como representantes de organizações identitárias, mas como sujeitos políticos plurais, articulados a agendas mais amplas. Ainda assim, relatos mencionam cartazes com pautas LGBTQIAPN+ e, segundo Tales/CE, pequenos grupos de pessoas LGBTQIAPN+ atuando coletivamente.

As Jornadas aproximaram-se da construção de um “nós” relativamente homogêneo, baseado na ideia de “cidadãs indignadas/cidadãos indignados”, mobilizadas e mobilizados por pautas universais, como transporte, corrupção e direitos sociais. Esse perfil unificador favoreceu uma identidade coletiva ampla, mas dificultou a visibilidade das pautas identitárias, consideradas secundárias ou fragmentadoras.

Exemplos de tensões emergiram, como o conflito em Fortaleza, relatado por Tales/CE, entre manifestantes anticorrupção — majoritariamente de classe média branca — e grupos periféricos e LGBTQIAPN+. Rita/CE também apontou o desconforto entre blocos de diferentes identidades e agendas, como os anticorrupção e o movimento de moradia de Lagamar.

Essas tensões revelam que as Jornadas não foram homogêneas, mas sim complexas, permitindo a convivência, ainda que conflituosa, de diferentes identidades e demandas. Houve expressões daquilo que Judith Butler chama de performatividade de assembleia: nas ruas, corpos e identidades diversas se encontraram, levaram cartazes com múltiplas pautas e criaram espaços de visibilidade, mesmo sem plena legitimação ou centralidade. A presença de cartazes, pequenos coletivos e reivindicações localizadas reforça que, embora predominassem discursos universalistas, havia abertura — ainda que limitada — para demandas específicas, como as LGBTQIAPN+.

Autoras e autores como Gerbaudo (2022) indicam que as Jornadas foram marcadas por ideologias populistas radicais, com identidades coletivas amplas e agregadoras. No entanto, movimentos e pautas identitárias também estavam presentes, mesmo que de forma lateral. A revisão bibliográfica demonstrou, por exemplo, a relevância da Parada LGBT de São Paulo em 2013, que pautou sua oposição ao projeto da “cura gay”, reivindicação retomada em cartazes e discursos das manifestações das Jornadas de 2013 (Alonso, 2023). Assim, as Jornadas não apenas refletiram demandas identitárias, como ajudaram a impulsionar sua visibilidade nos anos seguintes.

As pessoas LGBTQIAPN+ estiveram presentes nas ruas principalmente por meio de coletivos estudantis, juventudes partidárias e movimentos territoriais, levando suas experiências, corpos e identidades para o espaço público. Embora suas pautas específicas não tenham sido centrais, a participação possibilitou visibilidade, aprendizado político e formação de lideranças. As Jornadas funcionaram como marco de engajamento, fortalecendo a presença LGBTQIAPN+ na institucionalidade progressista e nos movimentos sociais, ampliando redes de colaboração e reforçando discursos interseccionais.

Durante as Jornadas, essa presença foi mais individual do que organizada, e as pautas específicas enfrentaram resistência. Mesmo assim, o momento foi crucial para garantir o “direito de aparecer”, como diria Butler: corpos antes marginalizados ocuparam as ruas e

reivindicaram sua legitimidade política. As alianças entre grupos vulneráveis — negra, periférica, feminista e LGBTQIAPN+ — ganharam terreno, ainda que de forma incipiente. Os reflexos disso foram visíveis nas ocupações estudantis de 2015 e 2016, nas quais a igualdade de participação e as pautas interseccionais tornaram-se mais explícitas e reconhecidas.

As entrevistas com ativistas e militantes do movimento negro demonstram um impacto evidente e estruturante das Jornadas no fortalecimento das pautas raciais (Silva et al., 2025). Já entre as pessoas entrevistadas LGBTQIAPN+, o impacto foi menos explícito e mais processual, ocorrendo principalmente na projeção de lideranças, na visibilidade de suas pautas e no acesso aos espaços institucionais e partidários. Ainda assim, há elementos que corroboram a tese de Carvalho (2018): o movimento LGBTQIAPN+ se reinventou e se potencializou a partir das Jornadas, mesmo que com limitações.

O exemplo do coletivo Crisálida, criado em Americana/SP, é ilustrativo dessa dinâmica: ao mesmo tempo que representa a afirmação de uma organização LGBTQIAPN+ surgida nesse período, também revela os obstáculos e tensões presentes, inclusive dentro de espaços progressistas. O caso de Melina evidencia como barreiras simbólicas e políticas persistem, mostrando que a inclusão institucional não elimina automaticamente o preconceito ou a marginalização.

Considerações finais

Do ponto de vista de ativistas e militantes que são LGBTQIAPN+, as Jornadas de 2013 combinaram dois processos políticos. De um lado, as Jornadas compuseram identidades em uma multidão poliforme, dando guarida à livre expressão das formas de ser e das vulnerabilidades as mais diversas — tal qual previsto pela teoria da performatividade de assembleia (Butler, 2018a). Entretanto, esse processo foi o menos marcante, com base nas entrevistas aqui analisadas. Mais poderoso foi o processo de subjetivação política, a qual levou à constituição de um “nós” coletivo a partir de uma população indignada diante das contradições socioeconômicas e dos desvarios da política institucional. Os impactos

desta combinação, destacando-se a potência da subjetivação política, foram enormes no campo dos movimentos sociais nos anos seguintes.

As entrevistas com ativistas e militantes trazem, como principais resultados, a presença relevante de pessoas LGBTPQIAPN+ na mobilização, mas não das suas pautas; o fortalecimento de movimentos identitários, incluindo o LGBTPQIAPN+, como consequência das Jornadas; e, notadamente, a maior presença de pessoas e pautas LGBTPQIAPN+ em organizações políticas progressistas e em seus mandatos eletivos nos anos seguintes.

As entrevistas reconhecem a influência das Jornadas no fortalecimento das pautas LGBTQIAPN+ dentro da institucionalidade política progressista, especialmente nos partidos de esquerda e em mandatos que passaram a incorporar essas bandeiras. As experiências narradas indicam avanço na visibilidade, na ocupação de espaços e no desenvolvimento de práticas interseccionais, integrando gênero, raça e classe. Contudo, também mostram que esse avanço ocorreu de forma desigual, atravessado por tensões, disputas e resistências, revelando que a luta por reconhecimento e legitimidade permanece contínua.

Referências:

AGUIÃO, Sílvia. Fazer-se no “Estado”: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo [online]. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018, 391 p. <https://doi.org/10.7476/9788575115152>.

ALONSO, Ângela. *Treze: a política de rua de Lula a Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

BULGARELLI, Lucas. [ALERTA TEXTÃO] Estratégias de engajamento do movimento LGBT de São Paulo em espaços de interação on-line e off-line (2015-2016). 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. <https://doi.org/10.11606/D.8.2018.tde-21082018-133346>

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018a.

BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. *Chão da Feira*, n. 78, p. 1-16, 2018b.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. Notas etnográficas sobre duas manifestações de rua do ativismo trans no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, n. 96, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.17666/339616/2018>. Acesso em: ____.

DANILIAUSKAS, Marcelo. *Não se nasce militante, torna-se*: processo de engajamento de jovens LGBT – Panorama histórico na cidade de São Paulo e cenário atual em Paris. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016, 333 f.

FACCHINI, Regina; CARMO, Íris N.; LIMA, Stephany P. Movimentos feminista, negro e LGBTI no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos. *Educação & Sociedade*, v. 41, e230408, 2020. <https://doi.org/10.1590/ES.230408>

FACCHINI, Regina. “Sopa de letrinhas?” Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. 2002. 245 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

FALCÃO, Thiago H. O. *Memes, textões e problematizações*: sociabilidade e política a partir de uma comunidade de LGBT universitários no Facebook. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017. 190 f.

FERREIRA, Karoline Rebecka; GROppo, Luís Antonio Groppo. Entre minas e manas: experiência feminina e subjetivação política nas ocupações secundaristas de 2016 em Minas Gerais. *Revista Diversidade e Educação*, v. 12, n. 1, p. 650-671, 2024. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/17326/11277>. Acesso em: 10 jan. 2026.

GERBAUDO, Paolo. *Máscaras e bandeiras: populismo, cidadanismo e protesto global*. São Paulo: Funilaria, 2022.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GREEN, James N. et al. (orgs.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.

GROPPO, Luís A. et al. Interpretações das dimensões educacionais das Jornadas de 2013: debates, sentidos e legados. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 22, 2024.

GROPPO, Luís Antonio; SILVA, Gislene da. Jovens LGBTQIA+ e as ocupações estudantis de 2015 e 2016: pautas, experiências e subjetivação política. In: GROPPPO, Luís Antonio; SALLAS, Ana Luísa F.; SOFIATI, Flávio Munhoz. (orgs.). *A presença da felicidade: ocupações estudantis no Brasil em 2015 e 2016*. Curitiba: CRV, 2022, p. 95-120.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

LIMA, Fátima Lima. *As bi, as gay, as trava, as sapatão tão tudo organizada pra fazer revolução!* Uma análise sócio-antropológica do Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual (ENUDES). Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. 171 f.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

RANCIÈRE, Jacques. *Nas margens do político*. Lisboa: KKYM, 2010.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Ed. 34, 1996.

SILVA, Gislene da et al. Jornadas de 2013 e a questão racial no Brasil: trajetórias e experiências de jovens ativistas e militantes negras e negros. *Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros*, v. 7, n. 17, 2025.

<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/kwanissa/article/view/23625>

SILVA, Marcelo Kunrath. Contramovimentos sociais no Brasil? Especificidades da conflitualidade social em um país de desigualdades extremas. In: TAVARES, Francisco M.; BALLESTRIN, Luciana; MENDONÇA, Ricardo F. (orgs.). **Junho de 2013**: sociedade, política e democracia no Brasil. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022, p. 169-283.

ZANOLI, Vinicius P. Fronteiras da política: relações e disputas no campo do movimento LGBT em Campinas. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 45, p. 307–333, jul./dez. 2015.

Activists and militants who are LGBTQIAPN+ in the 2013 Journeys: political experiences and assembly performativity

Abstract: This article presents the results of the research project “Educational Dimensions of the 2013 Protests in Brazil.” It aims to explore the experiences of activists and militants who identify as LGBTQIAPN+ within the protest cycle known as the 2013 Journeys in Brazil, seeking to analyze how these experiences influenced their trajectories and the LGBTQIAPN+ movement in the subsequent years. The main analytical category is Judith Butler’s performativity of assembly, articulated with Paolo Gerbaudo’s concept of radical democratic populism and Jacques Rancière’s notion of political subjectivation. Methodologically, the study is based on a bibliographic review concerning LGBTQIAPN+ issues in 2013 and, primarily, the analysis of 37 interviews conducted with activists and militants from progressive collectives and organizations involved in the Journeys—among whom 14 are LGBTQIAPN+. The literature review highlights the relevance of the LGBT Pride Parade in the latent emergence of the Journeys, inspiring secondary agendas present in 2013, such as the rejection of the so-called “gay cure” bill, and renewing the tactics of the LGBTQIAPN+ movement. The interviews reveal three main results: the significant presence of LGBTQIAPN+ individuals in the mobilizations, though not of their agendas; the strengthening of identity-based movements, including the LGBTQIAPN+ movement, as a

Beatriz Nogueira da Silva.
Luís Antonio Groppo.
Fernanda Milan de Carvalho.
Gislene da Silva.
Yasmin Antonia da Silva Oliveira.

719

consequence of the Journeys; and, notably, the increased presence of LGBTQIAPN+ people and agendas in progressive political organizations and in elected positions in the following years.

KEYWORDS: LGBTQIAPN+ Movement. 2013 Protests. Assembly Performativity. Activists. Militants.

Beatriz NOGUEIRA DA SILVA,
Acadêmica do Curso de Ciências Sociais (Bacharelado) da Universidade Federal de Alfenas, bolsista de Iniciação Científica pelo programa institucional PIBIC/ FAPEMIG no projeto de pesquisa "Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013 no Brasil".

<https://orcid.org/0009-0008-4117-6711>

Luís ANTONIO GROPPPO,
Pesquisador do CNPq, doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Docente da Universidade Federal de Alfenas–MG (UNIFAL-MG). Coordenador da equipe do projeto de pesquisa "Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013 no Brasil".

<https://orcid.org/0000-0002-0143-5167>

Fernanda MILAN DE CARVALHO,
Licenciada e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista- UNESP. Mestra em Educação pela Universidade Federal de Alfenas. Docente na Educação Básica do Estado de Minas Gerais. Pesquisadora no projeto de pesquisa "Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013 no Brasil".

<https://orcid.org/0000-0002-7146-6196>

Gislene DA SILVA,
Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alfenas- UNIFAL-MG. Mestra em Educação pela UNIFAL-MG. Pesquisadora sênior de nível I no projeto de pesquisa "Dimensões

*Educacionais das Jornadas de 2013 no Brasil". Doutoranda em
Educação pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar.*

Yasmin Antonia DA SILVA OLIVEIRA,
*Acadêmica do Curso de Ciências Sociais (Bacharelado) da Universidade
Federal de Alfenas, bolsista de Iniciação Científica pelo programa
institucional PIBIC/ FAPEMIG no projeto de pesquisa "Dimensões
Educacionais das Jornadas de 2013 no Brasil".*

<https://orcid.org/0009-0002-3056-5451>

*Recebido em: 01/12/2025
Aprovado em: 15/03/2026*



ENTREVISTA

**“Mulher trans, preta,
brasileira e de periferia:”
entrevista com Mãe Barbarah**

Nelson Lellis, *Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes-RJ, Brasil; Faculdade Unida de Vitória, Vitória-ES, Brasil.*

Apresentação

Ialorixá Barbarah é responsável por uma Igbasé (trata-se de um espaço religioso de candomblé, também referido como “casa” ou “casa de axé”) no município de Serra, no Espírito Santo. A entrevista semiestruturada foi realizada via *Google Meet* no dia 16 de junho de 2025 com duração de cerca de 1 hora. Após a divulgação dos dados preliminares do Censo 2022 sobre religião, observamos importantes análises sobre o aumento mais lento de evangélicos e a queda de católicos; alguns outros textos abordaram o crescimento da umbanda e do candomblé.

Mãe Barbarah apresenta-se como uma figura de profunda complexidade socioantropológica, cuja trajetória reflete as intersecções de classe, raça e gênero no Brasil contemporâneo. Autodefinida como mulher trans, preta, oriunda da periferia e atual Ialorixá de uma Igbasé no município da Serra, no Espírito Santo, a sua história é marcada por um intenso trânsito religioso e social. Tendo crescido em um ambiente evangélico pentecostal pautado por aquilo que descreve como “machismo” e pela violência familiar, viu-se forçada a romper com esse universo para assumir a sua identidade, enfrentando a marginalização e a prostituição como via de sobrevivência antes de encontrar amparo e reestruturação da identidade no candomblé. Distanciando-se de estereótipos, possui uma atuação plural: não retira o seu sustento da fé, é assistente social, historiadora, artista e ex-gestora de Igualdade de Gênero no governo estadual. Antropologicamente, destaca-se pela sua forte agência

comunitária, transformando o seu espaço religioso em um polo de assistência social – visível no apoio a vulneráveis e na liderança do projeto de capacitação “Emprega Trans” – e atuando como uma força de reforma interna que combate a transfobia e o machismo nas tradições de matriz africana. A sua narrativa convida o leitor, portanto, a conhecer uma vivência de resistência que converteu a exclusão em políticas ativas de acolhimento e em uma teologia inclusiva.

O conteúdo da entrevista traz elementos que ajudam a discutir: a) identidade; b) religião enquanto espaço de intolerância e acolhimento; c) desemprego e prostituição de pessoas trans; d) candomblé: crescimento e demografia; e) intolerância religiosa; f) desmistificação; g) religião e projetos sociais; h) butinagem religiosa.

Imagem 1: Yalorixá Barbarah t'Yemanjá



Fonte: Arquivo pessoal (encaminhada por Mãe Barbarah)

Lellis: Como as pessoas conhecem você?

Barbarah: Tenho o posto de Ialorixá no candomblé, popularmente falando: *mãe de santo*, mas no candomblé a gente usa o termo Ialorixá.

Lellis: A Igbasé (Imagem 2) é aberta para todas as pessoas ou tem reunião restrita?

Barbarah: Acho que todo o axé tem os momentos de porta aberta, os momentos de doutrina interna, que é o que a gente trabalha com os filhos da casa, mas a casa, por ela oferecer também muito trabalho social com a comunidade, ela está sempre aberta às pessoas. As pessoas

chegam, procuram por diversos motivos, religiosos ou sociais, mas a casa está sempre aberta.

Imagem 2: Igbasé



Fonte: Arquivo pessoal (encaminhada por Mãe Barbarah)

Lellis: Poderia mencionar algum tipo de trabalho social?

Barbarah: A gente tem um trabalho que ajuda um pouco na situação alimentar. Tem um cadastro de pessoas que já são cadastradas da comunidade, que a gente sabe que sempre vai estar atendendo. Dependendo do movimento que a gente está fazendo, a gente vai agregando mais pessoas. Na área de ajuda alimentar, a gente faz aqui um momento de entrega de cestas básicas (Imagens 3 e 4). Às vezes, a gente faz parceria para ajuda jurídica, também a questão da saúde. Agora, um tempinho atrás, a gente fez um momento de exame de vista gratuito (Imagem 5) para a comunidade. Então, a gente vai agregando esses projetos. Tem um outro projeto que eu dirijo: *Emprega Trans*. A gente faz uma captação de vagas com as empresas e temos pessoas trans cadastradas. Nessa parceria com a empresa, a gente tenta capacitar essas pessoas trans e colocá-las nas vagas de emprego. A gente sabe que uma pessoa trans, às vezes com a escolaridade de nível fundamental incompleto vai ter a dificuldade de ter o primeiro emprego, vai ter a

dificuldade de chegar com currículo e ter ali uma vaga. São projetos assim que a gente vem trazendo pra comunidade e abrindo e ajudando a comunidade. Fora as feiras. A gente faz programação de Páscoa para as crianças, de Dia das Crianças. A gente sempre tenta estar em sintonia e atuante dentro dessa comunidade.

Imagem 3 e Imagem 4
(Entrega de cestas básicas)



Fonte: Arquivo pessoal (encaminhada por Mãe Barbarah)

Imagem 5: Exames de vista



Fonte: Arquivo pessoal (encaminhada por Mãe Barbarah)

Lellis: É interessante essa programação de Páscoa, porque não é um evento tradicional do candomblé. Como é que você equaciona isso? Como é que você faz essa ponte?

Barbarah: Quando a gente é uma casa, que a gente se abre para o social, a gente tem de lembrar que a gente não pode levar o religioso ao pé da letra, porque as pessoas que vão acessar a casa às vezes não são nem religiosas. Ou a gente atende pessoas que nem gostam do candomblé, mas elas vão pelos serviços prestados. A gente ajuda até igrejas evangélicas; tem pastora que vem me pedir ajuda. A gente olha mais o social da situação. Eu acho isso importante: você abraçar as pessoas independentemente de gênero, de raça, de cor, de religião. Quando você está ali na assistência social, fazendo social, a gente não olha essas coisas. Então, aí a gente vê que a Páscoa é do calendário católico, né? Mas a intenção que tem por trás é chegar até as crianças (Imagem 6). Trazer alegria para as crianças, tirando a questão religiosa. A gente faz pelo bem comum.

Imagem 6: Festa da Páscoa



Fonte: Arquivo pessoal (encaminhada por Mãe Barbarah)

Lellis: E quem ajuda a compor esses projetos? São os próprios membros da casa ou vocês também possuem participação externa?

Barbarah: A maioria dos projetos é próprio. Eu também movimento algumas ações sociais que já vinha trazendo desde antes do axé. Sou assistente social, então, trabalhei um pouco nessa área. A gente tem um canal, uma ajuda do governo ou às vezes da prefeitura. Mas tem os projetos que não têm esta ajuda. Às vezes, muitos dos projetos relacionados à saúde, exame jurídico, essas coisas, a gente tem parceria com a OAB; eles vêm nos dar uma força. Mas também tem muitos projetos que são de punho próprio, força própria, que a gente coloca, que a gente acredita nos resultados e a gente mesmo traz aqui, com a ajuda dos filhos, com a ajuda dos membros da casa e a gente vai tocando assim.

Lellis: Como foi a sua inserção no candomblé? No caso, você veio de outro segmento religioso?

Barbarah: Fui uma criança e uma adolescente que viveu na igreja evangélica. Ali eu cresci. Eu gostava de estar ali. Ali eu tive uma doutrina dentro da questão da visão evangélica, até chegar a um ponto da minha vida... No final da minha adolescência, alguma coisa aconteceu na minha vida ou na minha mente e me fez enxergar que eu era uma pessoa diferente. No meu caso, eu era uma pessoa diferente e o mundo em que eu vivia não aceitaria a pessoa que eu era. Eu tive de ter escolhas, tinha

vontade de ser eu, de me sentir viva, de ter uma vida que a religião não me permitia. A partir desse momento, eu me desvinculei da igreja, foi quando eu tive o meu processo de aceitação com a família, com o mundo, com o universo, com tudo aquilo que me envolvia. Foi uma mudança muito grande para mim. E, nesse mesmo período, eu conheci uma pessoa que era Babalorixá. Ele se tornou meu amigo, ele me abraçou, ele me acolheu. E quando a gente está nesse período de mudança, de ter medo... Agora, como vai ser quando alguém acolhe, alguém abraça. Você se sente bem, né? Isso ampara. Eu me senti amparada ali pela amizade desse Babalorixá. Fui conhecendo um pouco do que é candomblé. Ele também era uma pessoa que estava abrindo a casa dele há pouco tempo. Então, eu cheguei lá no início de um processo de uma casa de axé e fui aprendendo as coisas. A partir daí, eu saí de um universo evangélico e já caí de cara no universo de matriz africana ali do candomblé e fui seguindo. A partir dali, sete anos frequentando essa casa. No sétimo ano, eu me iniciei para o orixá. De lá para cá, a gente tem uns processos dentro da religião. E muitos anos à frente eu me tornei a Ialorixá. Quando falo assim, de antes do meu axé estar aberto, porque eu era uma filha de santo que participava do axé do meu Babalorixá, mas a vida me levou a abrir o meu próprio axé, uma filial, uma extensão daquilo, mas antes disso eu fazia alguns trabalhos sociais que hoje a gente desenvolve em um axé que a gente tem aqui, que é um espaço que dá para trabalhar. É um espaço aberto, é um espaço onde a comunidade conhece, é uma referência. Costumo falar para os meus filhos: “Vocês são pontes”. Por quê? Porque, muitas vezes, as pessoas precisam de um abraço, elas precisam de um conselho, elas precisam de um contato ali com alguma fé e as pessoas são pontes disso, como o meu Babalorixá. Eu conheci o pai de santo diretamente. Isso facilitou, mas, muitas vezes, as pessoas são pontes que trazem as pessoas ali para aquele local, para aquela fé. E aí o espiritual trabalha. É assim e é bom para a vida das pessoas. O candomblé foi ótimo para mim. Eu acho que criei ou foi criado um bom caráter religioso para mim. E eu sou grata.

Lellis: Você era de qual denominação evangélica?

Barbarah: A igreja se chamava Igreja Evangélica Missionária Pentecostal. Hoje existem milhões de nomes, né? Todo dia nasce um nome novo de igreja, né? Antigamente era um pouco restrito: Assembleia de Deus, Adventista, Batista... De uma dessas denominações. Hoje, são milhares.

Lellis: Você falou sobre a questão do mundo e a sua maneira de ser no mundo; que enquanto ser humano, enquanto pessoa, não via aquele mundo evangélico como possível; o ser que não cabia dentro da religião. E aí você mencionou a questão do encontro com a sua família. Qual é a relação disso?

Barbarah: Sou uma mulher trans, uma Ialorixá, sou uma mulher. Eu costumo, quando vou me apresentar, eu digo: “Eu sou uma mulher trans, preta, brasileira e de periferia”. Quando eu falo isso, eu quero dizer o quê? A minha raiz, a minha essência... estou falando disso. Sou uma mulher trans de ação, de vida, de costume. O pastor falava: “Isso é uma anomalia”. Quando eu saí da igreja e eles viram o porquê e eu expus, o pastor disse para mim: “Isso é uma anomalia”. Eu era algo fora do comum para eles, era algo psicológico, era uma doença, era qualquer coisa, era anormal. E eu precisava me cuidar, eu precisava que a igreja me ajudasse a me curar. Eu não via dessa forma, porque desde que me entendo por gente, eu sei que sou diferente. Às vezes, a gente reluta para ver assim. Será que Deus vai realmente me mudar? Será que Deus pode fazer eu não pensar dessa forma que eu penso? Então, a gente vai perdurando ali até o momento em que a gente vê: “Não. Não tem como. Eu sou assim e não tem como. Não tem como eu transformar uma goiaba em uma manga. Nunca vai ser manga. Nasceu goiaba, ela vai morrer goiaba. E aí a gente tem de compreender, às vezes, isso. Sou uma mulher trans que, nesse momento em que abandonei a igreja, em que tinha um estilo de vida, tive um pai muito preconceituoso. Cresci ouvindo meu pai falar que se visse alguma coisa estranha em relação a mim, que não fosse uma atitude de menino... Ele ia me levar para o fundo do quintal e dar muito tiro na minha cabeça. E ele tinha três armas. Ia convidar os vizinhos para assistir como se fosse um show. Ia ter plateia e tudo e aí ele ia me assassinar dessa forma. Cresci com esses medos, com essas ameaças. Por isso que, às vezes, falo que você ter pessoas para abraçar você, para amparar, é importante. Eu era uma pessoa que não tinha muitos amigos. Os meus amigos eram da igreja, porque ali era o meu universo. A partir do momento que abandono a igreja para viver uma coisa que a igreja não apoia, já não teria mais amigos. E como assim foi, eu era uma pessoa sozinha no mundo. Graças a Deus, a minha mãe um pouco me entendeu, talvez não me aceitou, mas me entendeu. E coincidiu que meu pai, nessa época, teve um câncer no pulmão. Ele não tinha forças para tentar lutar contra mim. Embora até no hospital com

câncer ele pedia a Deus para que ele conseguisse sobreviver para consertar os problemas da casa dele. Eu era um desses problemas que ele tinha de viver para consertar, mas, aí, ele morreu. Tive uma guerra a menos nesse processo dessa mudança toda. Mesmo que eu lamentasse a morte do meu pai. A partir daí, fui fazendo meu caminho, um pouco meio que sozinha, mas eu ainda tinha um lar. Porque o meu pai, logo que ele viu a minha mudança, a minha transformação, ele queria que a minha mãe me jogasse na rua, me mandasse embora. E isso acontece muito hoje. Teve um momento em que, quando eu consegui me estabelecer, eu comecei a abrigar colegas, amigas trans, que a família botava na rua. Então, eu tinha, às vezes, pessoas de 14 anos, de 13 anos, de 15 anos, que não tinham para onde ir. Eu falava: “Agora, vem para cá. Você não vai ficar na rua”. Comecei a abrigar

Mas, assim, nunca é fácil, né? E como você consegue um emprego? Eu tive dificuldades para isso, para conseguir dinheiro, para me manter. Eu saí da igreja, mas eu já comecei um processo de transição. As pessoas vivem ali um bom tempo como uma figura gay, e depois elas vão começar a transição delas. Não tive tanto esse tempo. Acho que já me enxerguei com uma figura feminina e eu aproveitei esse momento de escancarar a porta para fazer bem feito, entendeu? Então, eu já fui tomar um momento de transição, já fui começar a tomar hormônio, remédio, já fui fazendo esse tipo de coisa. E, muitas vezes, quando a gente não tem emprego, ajuda, nem nada disso, as pessoas trans migram até para a prostituição. Porque ali é mais fácil, né? É um caminho um pouco mais fácil de você se virar, né? E não foi diferente comigo. Eu passei por isso também.

Lellis: Você vive hoje do apoio da própria Casa? Você consegue se sustentar pela Casa ou tem uma outra atividade também?

Barbarah: Dificilmente. Eu não acredito que deva ser assim. Religião é religião e trabalho é trabalho. Já fui professora, carnavalesca de escola de samba por 18 anos. Eu fiz carnaval em Vitória, sou historiadora, escultora, costureira, estilista, artista plástica, sou assistente social... E descobri que eu sei fazer muita coisa. Então, assim, a gente não consegue viver de religião. Religião, ela não traz frutos dessa forma para que eu sobreviva daquilo. Eu não vivo do axé. O axé, muitas vezes, nem se banca. A gente tem de buscar parcerias, buscar ajuda de fora para dentro. O axé não consegue, às vezes, se manter. Então, eu não vivo de axé. O meu último emprego de carteira assinada foi... Eu fui gerente de

uma área do Gênero dentro da Secretaria Estadual das Mulheres. Isso me levou a trabalhar na chefia de governo do Estado do Espírito Santo, onde também consegui fazer muitas políticas, dentro da Secretaria das Mulheres. Eu era gerente de Igualdade de Gênero. A partir dali, consegui fazer muita coisa que eu gosto dentro da área social. O que eu faço hoje? Eu vivo de outros trabalhos. Por exemplo, trabalho um pouco com arte (Imagem 7). Aqui estão vultos africanos que a gente faz aqui. Eu estou modelando ainda. A gente está trabalhando [mostra]. Agora, estou desempregada, mas vou fazendo trabalhos que costumo fazer para me manter. E não dependo do axé, porque o axé não traz esse lucro.

Imagem 7: Confeção e ornamentação do barco para a festividade de Yemanjá na orla de Jacaraípe



Fonte: Arquivo pessoal (encaminhada por Mãe Barbarah)

Lellis: Deixa eu retomar uma questão. Os seus pais eram da mesma igreja que você?

Barbarah: Não. Os meus pais eram pessoas de fé momentânea. O que é isto? A vida está ruim? Vamos para a igreja. A vida ficou boa? Vamos sair da igreja. Os meus pais brigavam muito e brigas feias. Briga de quebrar a casa, de quebrar as coisas. Eu e os meus irmãos crescemos em um ambiente de guerra e conflitos. Quando a coisa estava muito ruim, eles atribuíam isso a algo do mal. Tinha uma energia do mal ali e que Deus ia restabelecer. Então, eles juntavam a família e iam para a igreja. Quando tudo ficava estabelecido, tudo bem... Meu pai conseguiu um emprego, o dinheiro está entrando, está dando para equilibrar as coisas... Eles abandonavam a igreja, mas eu sentia vontade de ficar na igreja. Não queria abandonar a igreja. Então, foram essas coisas que me fizeram estar na igreja. Alguma coisa me prendia ali. A questão espiritual era

muito forte para mim. Eu queria ir para a igreja e, às vezes, eu queria ir para uma outra igreja. A minha mãe já me proibiu de ir para a igreja. Teve uma vez em que eu mudei de igreja e falei: “Mãe, aceitei Jesus”. E ela disse: “Você vai desaceitar é agora”. Então eu passei muitas coisas deste tipo. Eu queria realmente estar ali, mas minha família, não. Eu também já tive em uma igreja em que a minha família foi uma vez, parou de ir e eu continuei indo. Não fiquei nessa igreja porque eu comecei a ser maltratada pelos irmãos. Tipo assim: “Você está fazendo o que aqui? Sua família não está aqui, então não vem para cá mais, não”. É tipo assim, eu fui meio que expulsa de estar na igreja porque meu pai e minha mãe não estavam. E aí eu entendi. A falta do dízimo ali foi mais importante e a minha existência ali dentro daquele espaço não era bem-vinda. Então, eu parei de ir nessa igreja.

Lellis: Essa ética, por exemplo, do seu pai, de interpretar o que é o bem, o que é o mal; ou a tensão em relação à sua conversa, isso tem traços também da Igreja Católica?

Barbarah: As minhas tias estudaram em colégio de freira. Teve muito dessa criação católica, mas minha mãe se julga até hoje católica. A fé dela hoje me ajuda em algumas situações, mas sem estar dentro da religião. Minha mãe é costureira, então, fazemos as roupas das entidades, roupas dos espíritos com ela. Nessa parte, ela ajuda bastante. O meu pai se dizia católico, mas eu acho que era alguém que não estava muito aí para as religiões. Ele tinha a fé dele e era uma coisa muito restrita. Ele era fechado, um ser humano fechado, não se abria muito sobre os sentimentos ou os ideais dele.

Lellis: Você acha que essas ameaças feitas pelo seu pai têm um pano de fundo religioso ou seria da formação familiar dele, alguma tensão da sociedade, de prestação de conta para a sociedade?

Barbarah: Meu pai era extremamente machista: aquela criação “homem não chora”. Aquela criação que tem de ser rígida. O meu pai apanhava muito. A minha avó, quando eles saíam da linha, ela pisava no pescoço, ela quase matava. Embora o meu pai nunca nos bateu. Eu acho que ele apanhou tanto que ele falou assim: “Isso não serve para a educação dos meus filhos, porque não foi isso que me educou”. E ele era muito trabalhador também. Ele sempre nos ensinou isso, que é o trabalho que constrói o ser humano. Ele falava que a pior coisa que

existe é um preto gay. Preto não nasceu para ser gay, né? Que o branco que é o gay, entendeu? Então ele tinha essas coisas. Essa visão de machismo, esse negócio de que o preto é o trabalhador, o preto é o macho alfa. É por isso que hoje a gente luta muito, porque até dentro das religiões, a gente vê como a religião de matriz africana é uma coisa cultural. A gente vem repetindo o que os nossos antepassados vinham trazendo. Hoje, eu vejo aqui dentro da minha casa e nesse tempo que a gente vive oportunidades de trazer a cultura. Há muitas casas onde as pessoas trans não são tratadas como trans. Tem muito Babalorixá que fala o orixá... Ele reconhece você pela genital que você nasceu, com órgão masculino. Você vai ser tratado como uma pessoa masculina nos rituais. Isso existe até hoje. Na minha casa, não. Porque acredito que o espiritual é um ser inteligente. Mais do que nós. Hoje, a gente acha que nós é que ensinamos as coisas pros deuses, mas eles são os deuses. Como que eles não sabem das coisas, né? Como se tudo que a gente fosse hoje, que a gente tivesse hoje, que a gente construísse hoje, viesse desses deuses. Como a gente sabe mais do que eles? Então, assim, Deus sabe quando estou diante de Deus. Quem eu sou, por que eu estou aqui. Sempre falo assim: quando a gente está dentro de uma religião, existem duas vertentes. Existe a religião, que são as doutrinas, aquilo que o homem coloca para cultuar o sagrado. E existe a espiritualidade, que é o próprio sagrado. A espiritualidade, ela existe antes das religiões. Então, o homem criou a religião para cultuar o sagrado. Hoje, as religiões são maiores do que o sagrado, porque o que o homem determina é o que vale e não o que o orixá pensa, o que o sagrado está falando, o que o sagrado pensa. Na minha casa, pessoas trans são como elas são, porque o orixá que eu cultuo é um orixá inteligente. Eu não cultuo um Deus burro, eu não cultuo um Deus que saiba menos do que eu. E tem muito machismo também dentro do candomblé. É uma religião matriarcal criada por mulheres, onde os homens adentraram e transformaram tudo ali. Tem casas aí que o homem come o peito do frango, a mulher vai comer a carcaça do frango. Por que uma religião diminui as mulheres, sendo que as mulheres são as que procriam, é quem gesta? A mulher deveria ser ali sagrada. É aí de onde que vem essa situação de que o homem pode mais do que a mulher, de que a mulher não segura certos elementos dentro do candomblé, de que a mulher não participa de certos rituais dentro do candomblé, de que a mulher, quando está no período fértil, quando ela está menstruada, ela se torna praticamente um bicho. Ela não pode mexer com nada. Para mim, deveria ser o contrário. A mulher está em período fértil, ela sai encantada. Ela está ali num período onde ela pode

trazer mais vida para aquela comunidade. Então, por que ela é um bicho? A religião, às vezes, estraga a espiritualidade. E aqui em casa, hoje, a gente tenta... Eu tento, como Ialorixá, consertar certas situações para que as nossas gerações lá na frente, quando elas reproduzirem essa cultura que a gente há mais de 300 anos vem trazendo acolham todas as pessoas, que amem as pessoas, que realmente tragam uma boa doutrina às pessoas, que seja uma religião mais humana. Porque imagina o que eu falei para você, uma pessoa trans, uma pessoa que está ali se aflorando para o que ela é, ela já vai ter a rejeição hoje da sociedade, às vezes, da família, não vai ter amigos das religiões. Então, quem acolhe, para onde ela vai? A gente vive em um país onde a expectativa de vida de uma mulher trans é 35 anos. Nós somos o país que mais mata pessoas trans no mundo. A gente precisa consertar isso. A gente precisa de políticas que consertem. A gente precisa de uma sociedade que compreenda o espaço dessas pessoas. E, aí, o meu axé. A minha casa religiosa acolhe essas pessoas. A parte que a gente pode fazer, a gente faz.

Lellis: Você falou que pessoas de outras religiões também aparecem para poderem ser servidas. Você acha que pessoas do mundo evangélico, de onde você saiu, são as que mais aparecem para poderem pedir apoio ou não tem como mensurar isso?

Barbarah: Não. Eu não digo que são mais que aparecem, mas aparecem também. Como eu usei o exemplo da pastora. Essa pastora tinha essa dificuldade, porque era mãe-solo. Ela tinha seis filhos, ela tinha uma igreja que tinha três membros, em frente à casa dela. E ela tentava ali desenvolver a congregação dela, as coisas dela, mas a gente via que tinha muita dificuldade. Nem os membros da igreja conseguiam manter aquele espaço e manter ali a família da pastora. Então, com seis filhos, essa pastora, ela passava muita dificuldade. Ela queria mesmo comida, arroz, feijão. E sempre que tinha, a gente passava lá na casa dela, deixava, ajudava. Sempre fizemos a nossa parte. Mas tem bastante gente da igreja que vem, pessoas que moram lá no final do barranco, que têm uma outra realidade. Elas vêm bastante e a gente ajuda. No nosso cadastro de pessoas que a gente faz, nunca tive ideia de perguntar a religião da pessoa. Até para gente ter um estudo e saber como é uma casa religiosa, mas não temos. Há pessoas que a gente identifica, que a gente conhece, tem bastante gente de igreja, mas eu não posso dizer que é a maioria.

Lellis: Essas pessoas que você consegue identificar, que vêm de igreja para pedir algum auxílio, alguma ajuda... e para além dessa questão do alimento... Elas também estão procurando por conta de problemas com a doutrina ou alguma questão de moralidade, mas que o candomblé consegue perceber com mais sensibilidade?

Barbarah: Existe muita procura de pessoas procurando uma resposta, procurando o sagrado. Já joguei para muita gente evangélica. Muitas mulheres evangélicas querem saber e querem coisas até piores. Já fui grossa, porque pessoas saem da igreja e vêm para o candomblé pedindo coisas muito graves. Pessoas com ódio no coração e vingativas. Eu falei: “Minha filha, isso não existe aqui, não. Aqui é uma casa de axé. A gente distribui o amor, distribui as coisas boas. Isso que você está me pedindo, eu acho que você tem que rezar. Pede a Deus para tirar esse ódio do seu coração primeiro. Eu acho que é você que tem de se cuidar, não é você tentar fazer algo para outra pessoa. Cuide-se. Isso é mal para você”. O que ultimamente está tendo muita procura é muito pré-adolescente, sozinho, procurando a casa de axé. Chegou um rapazinho de 13 anos, querendo desenvolver espiritualidade, querendo desenvolver espírito de Exu, de Pombagira. Porque o candomblé, por causa do TikTok, por causa das redes sociais, está virando modinha. Então, eles vão lá e vê o malandro, o Zé Pelintra, e eles querem aquilo pra vida deles... Também crianças que chegam com uma vida conturbada. Às vezes, meninos de 13 anos que já trabalham no tráfico, que trabalham nesse tipo de ambiente. Eles não podem sair daqui sem um bom conselho. Eu preciso dar um bom conselho para ele, tanto para vida dele, quanto espiritualmente falando. O que o espiritual pode fazer na vida dele. Então, eu tento sempre conscientizar e falo: “Olha, meu filho, o espiritual, ele sempre vai querer o melhor para você. Então, se você está no lugar errado, fazendo a coisa errada. Se você quer ter fé no espiritual, saiba de uma coisa. A primeira coisa que ele vai fazer é tirar você do lugar errado. Você está disposto a querer esse espiritual, mesmo que ele tire você de lá de onde você está? De onde você quer estar?” Muitas vezes, eles falam que sim. Aí já é um começo de transformação.

Lellis: Para a gente fechar: triplicou o número de pessoas brancas em religiões afro e aumentou o número de pessoas negras em religiões do segmento evangélico. Como é que você interpreta esse avanço de pessoas

brancas, esse interesse, essa adesão cada vez maior por religiões afro, e pessoas negras cada vez mais interessadas por igrejas evangélicas?

Barbarah: Eu vejo isso de forma bem ampla. Antigamente, as religiões afro eram “uma coisa de comunidade”, vamos dizer assim. Você não achava uma casa de matriz africana em um bairro como Jardim Camburi, mas lá naquele bairro de periferia... onde nem asfalto tem, tem uma casa de matriz africana, tem uma casa de candomblé, de umbanda. As pessoas que frequentam esse ambiente eram pessoas pobres, pessoas na margem da miséria, pessoas de comunidade. O que eu fui percebendo é que com o tempo, pessoas com maior poder aquisitivo, englobando muito essa coisa da pessoa branca, porque a gente sabe que o pobre do Brasil é o povo preto.... Então, tenho observado que as pessoas de classes sociais com poder aquisitivo melhor, elas estão vindo para as casas de matriz africana, eles estão vindo para a religião. O candomblé em si, ele se tornou uma religião até cara. Hoje em dia, se você colocar no lápis, eu acho que o candomblé é uma das religiões mais caras do Brasil. Você não vai fazer uma iniciação para o orixá e gastar mil reais. Você vai gastar 15 mil reais, 10 mil reais para se iniciar, por orixá. Hoje, é isso. Então, aquele pobre da periferia vai ter muito mais trabalho para se iniciar para o orixá. Você vê como as coisas são. A religião se torna cara e isso é um atrativo também, porque as pessoas brancas, na sua maioria, que são as pessoas que estão lá nos lugares da sociedade mais privilegiados, de repente se sentem mais à vontade de estar dentro dessa religião. Eu vejo que essa é uma vertente. Você olha exemplos. Você olha para o cenário de pessoas públicas. A metade dos artistas da Globo é de matriz africana. Você vê como pessoas conhecidas, renomadas, estão dentro da religião. E isso implica também a visão de outras pessoas. A minha atriz favorita está dentro de uma casa de matriz africana, de uma casa de candomblé, é a fé dela. Olha que legal, né? Então, as pessoas começam a ver isso com outros olhos e se chegar. Hoje, você vê casas de candomblé e umbanda luxuosas. Em certos pontos, eu nem concordo muito com esse luxo todo. As pessoas acham que a casa mais luxuosa tem mais prosperidade, que a coisa dá mais certo. E aquela casinha lá que a gente ia de madeira, da umbandazinha, tem menos energia, porque o chão é de barro batido, mas, às vezes, a energia tá lá. Entendeu?

Lellis: Considero que você trouxe elementos importantíssimos aqui, contribuiu demais. Queria saber se você tem alguma coisa mais a considerar, se quer falar mais alguma coisa...

Barbarah: Quando uma casa de matriz africana se abre para ajudar a comunidade, para distribuir cestas básicas, isso diminui um pouco o preconceito das pessoas, de que aquela casa é uma casa que produz o mal, aquela casa invoca o diabo, que eles trabalham com energias do inferno. É mais ou menos isso que as pessoas sempre falaram. Para elas, Exu é o diabo. A igreja prega isso e tem pessoas que acreditam nisso. Então, quando a pessoa vem para a religião, ela entende que o Exu não é o diabo (Imagem 8). Ela entende que o candomblé nem conhece o diabo, porque o diabo é uma figura da Bíblia que o homem branco trouxe para o Brasil. Então, o diabo é uma coisa do catolicismo. Nós nem conhecemos o diabo. Não existe essa figura, esse ser no candomblé. O inferno e o diabo são figuras que nós desconhecemos, mas as pessoas insistem em falar que o Exu é o diabo, que nós fazemos o mal. E, aí, não é isso quando a pessoa vem e descobre. Então, assim, os trabalhos sociais são uma forma de conscientizar as pessoas de que ali não é um lugar ruim, ali é um lugar para todos, todas e todes. Que acolhe a todas as pessoas e que ali é um lugar de fazer o bem e não o mal. Então, eu acho que a gente abordou alguns pontos importantes. Eu acho que isso é importante. Agradeço você ter convidado e no que precisar de nós, estamos à disposição.

Imagem 8: Sessão de louvor a Èṣù



Fonte: Arquivo pessoal (encaminhada por Mãe Barbarah).
(Obs.: a Imagem 1 também retrata a Festa para Èṣù [catiço],
ocorrido no dia 01/03/26)

Lellis: Excelente. Só se você permitir, só mais uma questão. A sua visão depois de ter entrado pro candomblé, ela mudou em relação ao seu sentimento com seu pai? Ela trouxe uma nova percepção?

Barbarah: Quando a gente vem para a terra, para essa terra, a sua vida já é toda traçada. Você vem para cá com destino, você vem para cá com tudo resolvido. O dia que você vai nascer, até o dia que você vai morrer, já está tudo meio que traçado. Então, eu gostaria muito que, hoje o meu pai estivesse vivo, porque eu acho que muita coisa teria mudado. Aquela visão dele, aquele machismo dele, aquele ódio que ele tinha com a figura gay. E eu acho que tinha mudado muito, porque eu acho que se ele olhasse para mim e visse a trajetória que eu tive na minha vida, eu acho que, de repente, ele teria orgulho. Porque eu tive várias oportunidades na vida de estar nos lugares errados, na vida errada, embora ele falava que preferia que eu fosse um assassino e um traficante do que uma pessoa gay. Ele falava isso. Tudo que eu vivi mostraria para ele um outro tipo de universo. Ele faleceu há uns 20 anos. Então, o mundo, hoje, é diferente de 20 anos atrás. Até a visão das pessoas. Eu acho que hoje ele poderia ter uma outra visão. Então eu acho que seria bom eu ver esse homem. Com essa visão. Eu vi um homem com tanto ódio, tanta raiva, tanto machismo e eu acho que seria satisfatório ver um homem que mudou o seu raciocínio, o seu pensamento, a ideologia impregnada que tinha na cabeça. Eu acho que hoje seria diferente, mas eu sempre rezo para que ele tenha paz aonde ele tiver, porque a gente tem rituais de antepassados, que é para dar luz aos nossos antepassados. Ele é o primeiro da lista, eu sempre peço que o plano espiritual lá no além dê para ele luz, caminho, para que essa alma também desenvolva. E se tiver de voltar para a terra, volte feliz, com bom destino, com uma boa nova oportunidade de vida. E é o que eu posso fazer hoje.

Lellis: Muito obrigado.

Nelson LELLIS,

Doutor em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro; pós-doc pelo PPGSP/UENF e professor da Faculdade Unida de Vitória. Áreas de pesquisa: sociologia da religião (religião e política; identitarismo)

Recebido em: 17/11/2025

Aprovado em: 15/03/2026



DOSSIÊ



Parlamentares trans no jornalismo independente: análise da cobertura em *AzMina*, *Catarinas* e *Gênero e Número*

Geovane Pereira da Silva, *Universidade Federal do Ceará*
Edgard Patrício, *Universidade Federal do Ceará*

Resumo. A eleição de Erika Hilton (PSOL) e Duda Salabert (PDT), em 2022, ao cargo de deputadas federais, é um marco relevante na política brasileira, considerando a histórica marginalização de mulheres trans no país. Compreendemos o jornalismo como espaço de produção de conhecimento e o gênero, especialmente as transexualidades, como construções sociais. Investigamos conteúdos jornalísticos com perspectiva de gênero sobre as parlamentares, publicados por três veículos jornalísticos independentes: *AzMina*, *Catarinas* e *Gênero e Número*. O objetivo é mapear e discutir os temas associados a Erika Hilton e Duda Salabert nesses veículos. Utilizamos a Análise de Conteúdo para examinar textos que as protagonizam. A análise resultou em três categorias: *Representatividade e Participação Política de Grupos Minorizados*, *Disputas Legislativas e Agendas Políticas Identitárias* e *Violências Políticas e Discriminatórias*. A cobertura evidencia as parlamentares em sua atuação legislativa, com destaque para pautas de Direitos Humanos e representatividade.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos de gênero. Mídia independente. Parlamentares trans.

Apresentação

A presença de pessoas trans na política institucional brasileira tem sido historicamente marcada por uma sub-representação, resultado de múltiplas formas de exclusão social, econômica e simbólica que atravessam essas trajetórias. Até recentemente, a participação de mulheres trans em cargos eletivos, especialmente no âmbito do Legislativo federal, era praticamente inexistente, evidenciando as barreiras estruturais de acesso aos espaços de poder.

Nesse cenário, a eleição das mulheres trans Erika Hilton e Duda Salabert para o Congresso Nacional em 2022 representa um acontecimento político relevante, tanto pelo seu caráter inédito quanto por tensionar padrões historicamente cisnormativos da representação parlamentar. Essas parlamentares, inseridas em um contexto social marcado pela marginalização e exclusão das pessoas trans (Benevides, 2025), trazem uma nova perspectiva para o cenário político do país. A presença delas no parlamento brasileiro é, portanto, não apenas simbólica, mas também uma conquista institucional e social.

Em um estudo anterior (Silva, 2024), analisando qualitativamente textos de portais de notícias com visibilidade nacional (Extra.Globo, CNN Brasil e Notícias UOL), discutiu-se como os discursos jornalísticos representaram o acontecimento da primeira mulher trans e negra a ser eleita deputada federal, Erika Hilton. Como resultados, os discursos jornalísticos foram favoráveis ao acontecimento em questão, pautando a trajetória de vida e ativismo da parlamentar em prol dos Direitos Humanos, atribuindo sentido de relevância.

Para tal, Silva (2024, p. 177) considerou que o discurso jornalístico participa no processo de “conscientização/transformação social, na medida em que apresenta a trajetória de vida de sujeitos minorizados enquanto protagonistas e legítimos ao exercício do poder em instâncias públicas”. Nessa direção, argumenta-se que os discursos jornalísticos são diversos, mas que o aspecto da relevância social constitui os mesmos, na medida em que o jornalismo transforma o acontecimento político em questão de interesse

público, articulando visibilidade, legitimação simbólica e disputas de sentido no espaço democrático.

Neste trabalho, exploram-se os discursos do jornalismo independente sobre as parlamentares aqui citadas. Erika Hilton, eleita pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), representa o estado de São Paulo. Com 256.903 votos, ela ocupa um mandato para o período 2023–2027, sendo a primeira mulher negra e travesti eleita deputada federal no Brasil. Sua atuação na Câmara se destaca pela vice-presidência da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, espaço fundamental para a defesa dos direitos de grupos historicamente vulnerabilizados.

Por sua vez, Duda Salabert, eleita pelo PDT (Partido Democrático Trabalhista) em Minas Gerais com 208.332 votos, também exerce mandato de 2023 a 2027. Ela é a primeira mulher trans eleita deputada federal pelo estado de Minas Gerais e tem participação ativa em diversas comissões importantes, como as de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, além da Comissão de Trabalho.

Dito isto, este artigo parte da compreensão de que o jornalismo não se limita a informar, mas constitui um espaço fundamental para a produção e legitimação de conhecimento (Guerreiro Neto, 2012; Genro Filho, 1987). Dentro dessa perspectiva, abordamos gênero, em especial as transexualidades, como construções sociais (Nascimento, 2023; Bento, 2017; Scott, 1995). Considerando ainda os estudos que discutem a produção jornalística com perspectiva de gênero (Gustafson; Bertasso, 2024; Bertasso; Martins; Costa, 2022), este trabalho busca mapear e discutir como veículos de jornalismo independente — que explicitamente se propõem a tratar de questões de gênero e feminismo — abordam Erika Hilton e Duda Salabert.

Para tanto, foram selecionados três veículos de jornalismo independente: *AzMina*, *Catarinas* e *Gênero e Número*. Estes foram escolhidos por sua produção voltada para temas relacionados à pauta de gênero, feminismo e direitos humanos. A partir da coleta de 54 textos noticiosos que destacam as parlamentares trans, aplicou-se a técnica de Análise de Conteúdo (AC), apropriada de Bardin (2016), com o intuito de identificar e categorizar os principais temas abordados, além de discutir o conteúdo construído em torno dessas mulheres no âmbito político.

Conceitualizações: jornalismo, conteúdo independente e transexualidades

Para compreendermos os sentidos do mapeamento aqui proposto, é preciso trazer à baila alguns conceitos-chave para esta pesquisa: jornalismo, conteúdo independente e transexualidades. Explicamos que a discussão conceitual desses elementos não se direciona ao procedimento de análise, mas se apresenta como apoio (suporte de sentidos) para o material analisado.

Antes do debate conceitual, justificamos o aspecto social do material analisado, considerando que o Brasil segue, pelo 16º ano consecutivo, liderando a posição mundial no assassinato de pessoas trans, conforme afirma o *Dossiê Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2024*, organizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) (Benevides, 2025). “A vítima mais jovem tinha apenas 15 anos, e o perfil das vítimas permanece alarmante: majoritariamente jovens trans negras, empobrecidas, nordestinas e assassinadas em espaços públicos, com requintes de crueldade” (Benevides, 2025, p. 9). Esse dossiê utiliza a mídia como sua principal fonte de dados — cerca de 89% — sobretudo peças jornalísticas.

Um dos apontamentos desta edição do dossiê é a redução do desrespeito ao uso do nome social das pessoas trans, mas ressalta que, historicamente, a mídia representa essa população de forma estigmatizada e negativamente estereotipada, relacionando essas pessoas ao perigo e à criminalidade. Benevides (2025, p. 82) destaca que, para transformar a representação midiática das pessoas trans, “é fundamental que a mídia adote uma abordagem mais responsável e ética” na cobertura de temas relacionados à identidade de gênero. Para ela, isso passa pela sensibilização dos profissionais de comunicação para a importância de utilizar “uma linguagem adequada e respeitosa”, que evite estereótipos e reforce a dignidade dessas pessoas. Além disso, Benevides (2025) ressalta que a inclusão de pessoas trans na produção do conteúdo jornalístico é essencial para garantir uma representação mais autêntica e diversa,

contribuindo para a desconstrução das imagens estigmatizadas e negativas historicamente associadas a essa população.

Destaca-se aqui a contribuição deste estudo, que ora apresentamos: explorar o jornalismo independente e sua produção sobre as primeiras deputadas federais trans eleitas no Brasil: Erika Hilton e Duda Salabert. Assim, sinalizamos que estudar a ocupação política de mulheres trans e travestis por meio do jornalismo torna-se relevante para o campo científico. Para além do ineditismo dessas sujeitas — oriundas de um grupo historicamente marginalizado e violentado —, são mulheres que movimentam questões sociais e operam dentro do poder legislativo, tornando-se atrizes sociais no cenário da política brasileira.

Jornalismo e conteúdo independente: modos de produzir conhecimento

Entendemos o jornalismo como espaço de produção social de conhecimento. Genro Filho (1987) teorizou o jornalismo para além da função pragmática de coleta e disseminação de informação, articulando uma perspectiva marxista — materialismo dialético, relações materiais e processo histórico — que tensiona concepções tradicionais, como o funcionalismo norte-americano, a Escola de Frankfurt e o reducionismo ideológico. Ele situa o jornalismo como fenômeno mercadoria que surge no Brasil na segunda metade do século XX, em consonância com o capitalismo, sistema baseado no acúmulo de capital e universalização de bens.

Para o autor, o jornalismo exerce potencialidades que ultrapassam o mercado ou atividade profissional; é também uma forma social de conhecimento. Antes dos anos 1960, o jornalismo não era um campo autônomo na Comunicação Social, visto principalmente como canal de informação e manipulação, em meio à explosão dos estudos da linguagem e teorias críticas das Ciências Humanas e Sociais. Assim, era concebido abstratamente, no simbólico, sem questionar seu papel na vida social.

Genro Filho (1987) o situa como fenômeno histórico-social concreto, não só como organização formal da linguagem, explícita ou implícita. O jornalismo “reconstitui a singularidade,

simbolicamente...” (p. 54), articulando relações objetivas do evento e significações da mediação. Além disso, comenta que o jornalismo hegemônico serve sobretudo às classes dominantes, sendo herdeiro da burguesia, mas também contraditório e crítico.

Guerreiro Neto (2012) discute o jornalismo como produtor de conhecimento, destacando sua condição de instituição social. Ao articular os conceitos de *habitus* e capital social (Bourdieu) com a sociologia da realidade (Berger e Luckmann), ele o entende como instituição cuja identidade é historicamente construída e socialmente legitimada. Esse processo se consolidou, por exemplo, com o modelo noticioso anglo-americano do século XIX, naturalizando-o como mediador entre sujeito e sociedade. A instituição jornalística “tem sua própria identidade cunhada pelo lugar que ocupa” e se diferencia das microinstituições internas “por pairar sobre os indivíduos [...] como uma espécie de macronível” (p. 12).

Para definir conteúdo independente, recorreremos ao relatório *Desigualdades Sociais e Sustentabilidade de Mídias no Brasil* do InternetLab¹ (Lima et al., 2024), elaborado com mídias negras, indígenas e periféricas. Lima et al. (2024) compreendem mídia independente como construção relacional, cujo significado varia conforme o contexto e a experiência de sujeitos historicamente marginalizados no direito à comunicação. O conceito, delineado a partir da escuta ativa de agentes do ecossistema alternativo, destaca autonomia editorial, financeira e oposição à mídia hegemônica.

Segundo as autoras, a mídia independente “assume diferentes significados conforme o contexto” e representa um distanciamento crítico da mídia “tradicional” (Lima et al., 2024, p. 9). Assim, argumentamos que na mídia independente existem veículos jornalísticos com produções autônomas e distintas da tradicional.

A produção noticiosa independente com perspectiva de gênero/feminismo teve seus primeiros passos no século XX, com a imprensa feminina, que se posicionava contra a opressão,

¹ O InternetLab é um centro independente de pesquisa interdisciplinar que promove o debate acadêmico e a produção de conhecimento nas áreas de direitos humanos e tecnologia. Uma entidade sem fins lucrativos, a organização atua como ponto de articulação entre acadêmicos e representantes dos setores público, privado e da sociedade civil, desenvolvendo projetos que abordam os desafios de elaboração e implementação de políticas públicas em novas tecnologias, como privacidade, liberdade de expressão e questões ligadas a gênero, raça, sexualidade e outros marcadores sociais da diferença (Lima et. al., 2024, p. 4).

reivindicando direitos civis e políticos para mulheres (Bertasso; Martins; Costa, 2022). Conforme Bertasso, Martins e Costa (2022), “a partir da década de 1970 a imprensa feminista torna-se mais reivindicatória, devido às desigualdades sociais ampliadas com a Ditadura Militar no país” (p. 3).

Contemporaneamente, na internet, portais feministas continuam a atuar em pautas como descriminalização do aborto, combate à violência sexual, respeito às diferenças raciais e inclusão de mulheres negras, lésbicas, trans e travestis (Gustafson, 2019 apud Bertasso; Martins; Costa, 2022, p. 4). Para essas autoras, o jornalismo independente com perspectiva de gênero/feminismo se caracteriza por tematizar criticamente práticas jornalísticas hegemônicas sobre temas “polêmicos” — aborto, violência de gênero, identidade de gênero — e por autodeclaração de seu posicionamento, explicando sua parcialidade.

Gustafson e Bertasso (2024) discutem o jornalismo independente de gênero a partir de estudo com jornalistas do Portal *Catarinas*, tensionando a objetividade jornalística. Elas compreendem o jornalismo como instituição social que “produz discursos sobre normalidade e diferença, definindo sujeitos normais e distanciados” (p. 172). Para elas, a prática feminista no jornalismo envolve “conexão entre mulheres com diferentes localizações, mas que compartilham proposta transformadora” (p. 193).

Elas explicam a complexidade dessa produção, que se posiciona como feminina e desafia a imparcialidade tradicional, na qual a subjetividade é questionada — mas não negativamente, pois a norma jornalística foi criada por homens. Assim, o jornalismo com perspectiva de gênero não só é questionado, como questiona o jornalismo hegemônico e suas práticas.

Com base em Bertasso, Martins e Costa (2022) e Gustafson e Bertasso (2024), concebemos que veículos independentes com perspectiva de gênero são espaços sociais autônomos de produção de conhecimento (Genro Filho, 1987; Guerreiro Neto, 2012), posicionados frente a problemas políticos e sociais das mulheres, atuando via sua produção noticiosa. Nessa perspectiva, gênero e a categoria social “mulher” são bases orientadoras desse jornalismo. Portanto, questionamos: o que é gênero?

Gênero uma categoria social: autoafirmação para as transexualidades

Existem várias formas de pensar o gênero. Neste estudo, adotamos Scott (1995), que o entende como categoria social e cultural historicamente situada, “[...] uma forma primária de dar significado às relações de poder” (Scott, 1995, p. 88). O campo de estudos do gênero surge no movimento feminista, e só no final do século XX ganhou força acadêmica como categoria analítica, ausente em teorias sociais anteriores (Scott, 1995).

Isso ampliou as estruturas e papéis atribuídos a homens e mulheres, revelando que a diferença biológica não explica as desigualdades geradas pela divisão de gênero. Estudos sobre identidade e subjetividade destacam o gênero como categoria não fixa e não biológica, especialmente na política, economia e ciências (Scott, 1995). Segundo Scott (1995, p. 89), o gênero é um “decodificador” para entender interações sociais e tem sido usado para justificar ou criticar relações de poder. Assim, o gênero é também uma categoria política, fundamental para analisar conteúdos jornalísticos sobre parlamentares trans.

Bento (2017) analisa o processo transexualizador no Brasil pela ótica da sociologia, destacando a patologização médica e psicológica das pessoas trans, que sofrem segregação por sua autoidentificação e a não inteligibilidade social de seus corpos sexualizados, que desafiam a lógica heteronormativa. “Agir de acordo com uma mulher/homem é pôr em funcionamento um conjunto de verdades [...] fundamentadas na natureza” (Bento, 2017, p. 89). Para Bento (2017), transexualidades são identidades autoatribuídas que rompem com o gênero biológico e estão sempre em negociação. Contudo, são deslegitimadas, especialmente pelo corpo, e muitos buscam mudanças corporais ou autorização médica para ganhar legitimidade social.

Nascimento (2023) dialoga sobre produção de gênero, transexualidades e travestilidades numa perspectiva histórica e pessoal (travesti negra), articulando transfeminismo e múltiplas feminilidades. Ela afirma: “Nos jogos de gênero, não há gênero original, mas uma incansável produção das diferenças” (Nascimento,

2023, p. 106). Para a autora, travestis e mulheres trans desafiam o CISTema de gênero — ordem heterossexual binária que produz “gêneros originais” (cisgêneros²) e falseia travestilidades e transexualidades. Essa naturalização do gênero implica opressões socialmente inscritas nos corpos (Nascimento, 2023), afetando relações de poder fixadas na heterossexualidade, conforme Bento (2017).

Assim, aproximamos Scott (1995) sobre gênero como forma primária de poder ligada às diferenças corporais iniciais, e tensionamos os argumentos de Nascimento (2023) e Bento (2017) sobre desessencialização e negociação do gênero. Isso implica desnaturalizar a cisgeneridade e reafirmar os aspectos sociais e culturais que constituem transexualidades e gêneros. O falseamento das travestilidades pelo CISTema reafirma as transexualidades como autoafirmação. Concordamos com Nascimento (2023), Bento (2017) e Scott (1995) em que o gênero é polissêmico, em disputa, e organiza a vida social nas esferas política, econômica, cultural e simbólica.

Percurso metodológico-analítico: coleta de dados, categorização e inferências

Análise de Conteúdo: um suporte analítico

A pesquisa adota os procedimentos da Análise de Conteúdo (AC) na perspectiva qualitativa, interpretada em Bardin (2016). Essa abordagem é um suporte analítico para organizar e interpretar dados qualitativos, como textos jornalísticos, útil para o mapeamento temático e categorização dos textos estudados. Bardin (2016) define AC como técnicas de análise das comunicações que abarcam textos, documentos, discursos e imagens, buscando revelar sentidos, estruturas e padrões não evidentes.

A escolha pela AC justifica-se pela necessidade de discutir como as parlamentares trans Erika Hilton e Duda Salabert são apresentadas em veículos independentes com perspectiva de gênero e feminismo. A AC permite explorar nuances e temas recorrentes sem partir de categorias fixas, construindo categorias a partir do

² Cisgênero refere-se as pessoas que se identificam ao gênero atribuído ao seu corpo biológico.

corpus. Esse processo, segundo Bardin (2016), inclui: 1) organização (pré-análise), 2) codificação, 3) categorização e 4) inferência.

Delimitação do *corpus*

Para compor o *corpus*, não definimos recorte temporal ou temático prévio. Realizamos busca exploratória pelos nomes Erika Hilton e Duda Salabert nos buscadores de três veículos independentes de jornalismo com perspectiva feminista ou de gênero: *AzMina*, *Catarinas* e *Gênero e Número*.

A escolha desses veículos seguiu o mapeamento de Bertasso, Martins e Costa (2022), que levantaram iniciativas jornalísticas feministas no Brasil a partir do Mapa do Jornalismo Independente da Agência Pública (2016), com mais de 150 iniciativas. As autoras definiram “[...] critérios de seleção das que em suas seções ‘sobre’ articulam jornalismo, gênero e/ou feminismo” (Bertasso, Martins e Costa, 2022, p. 6).

Utilizamos esse critério para selecionar os três veículos, descartando *Lado M*, *Think Olga* e *Nós, mulheres da periferia* por limitações técnicas e de volume para o artigo. Na coleta, aplicamos leitura flutuante (Bardin, 2016) nos buscadores dos veículos, considerando apenas textos noticiosos escritos, opinativos ou factuais, em que as parlamentares fossem protagonistas, excluindo menções sem foco ou conteúdos audiovisuais.

Organizamos quadros expositivos com título, autoria, data e tematização dos textos — fase de codificação, Bardin (2016) —, debatendo particularidades desses veículos. Depois, fizemos categorização temática integrada, sem separar por veículo, para identificar recorrências e construir categorias analíticas que orientaram a discussão. Essa metodologia permite compreender sistematicamente como essas parlamentares são significadas pelo jornalismo independente com perspectiva de gênero, respondendo ao objetivo de mapear e discutir os temas relacionados a Erika Hilton e Duda Salabert.

Codificação dos textos noticiosos

A análise de 54 textos jornalísticos pela AC (Bardin, 2016) sistematizou três categorias principais: *Representatividade e Participação Política de Grupos Minorizados*, *Violências Políticas e Discriminatórias* e *Disputas Legislativas e Agendas Políticas Identitárias*.

A primeira, predominante com 23 textos, destaca o crescimento da presença de mulheres, pessoas negras, trans e LGBTQIAPN+ na política institucional, evidenciando Erika Hilton e Duda Salabert como parlamentares e representantes de lutas históricas por direitos.

A segunda, com 14 textos, foca nas violências estruturais e simbólicas que marcam esses sujeitos políticos, especialmente transfobia e violência de gênero. A terceira, com 17 textos, abrange disputas legislativas sobre temas ditos identitários — aborto, direitos LGBTQIAPN+, gênero e meio ambiente — refletindo o embate entre pautas progressistas e forças conservadoras.

AzMina

Quadro 1: *Corpus* de textos com protagonismo ou referência a Erika Hilton e/ou Duda Salabert no *AzMina*

Nº	Título	Autoria	Data	Tematização
1	Glossário: O que é cis, trans, travestis e outros	Jaqueline de Jesus	14.02.2017	Identidades de gênero
2	Na política pelo direito de viver: primeiras deputadas trans do Brasil falam sobre seus mandatos	Amanda Célio	29.01.2019	Representação trans na política

3	Mulheres na política: panorama após eleições de 2018	Fluxa	04.02.2020	Aumento de mulheres na política (2018)
4	Mulheres negras hackeiam a política	Letícia Ferreira	22.07.2020	Organização de mulheres negras na política institucional
5	“Gorda”, “porca”, “burra”: candidatas recebem mais de 40 xingamentos por dia no Twitter durante campanha eleitoral	Jamile Santana	05.11.2020	Violência de gênero contra mulheres na política
6	Candidatas das periferias de SP sofrem ataques virtuais e intimidação durante disputa eleitoral	Ana Beatriz Felicio, da Agência Mural	13.11.2020	Violência de gênero contra mulheres na política
7	Transfobia e violência sequestraram debate sobre candidatas trans e travestis nas redes	Lu Belin	19.10.2022	Transfobia
8	“Não revolucionaremos o mundo se só as mulheres lutarem, se só os negros lutarem”	Natália Sousa	09.03.2023	Feminismos
9	Sem travestis e mulheres transexuais, não há projeto democrático	Maria Clara Araújo dos Passos	13.03.2023	Feminismos
10	O que o Congresso Nacional pensa sobre aborto?	Janaína Camelo	29.06.2023	Legislar sobre aborto

11	Emergência climática: como estão mulheres desabrigadas no Rio Grande do Sul	Emilene Lopes	07.06.2024	Legislar sobre emergência climática
12	Novo Elas no Congresso mostra agenda feminina escanteada no Legislativo	Lu Belin	19.06.2024	Legislar sobre questões de gênero
13	Direitos LGBTQIAPN+ sob ataque no Congresso Nacional	Lu Belin	24.06.2024	Legislar sobre questões da comunidade LGBTQIAPN+
14	MonitorA expõe misoginia e transfobia contra candidatas em 2024	Gabi Coelho	13.09.2024	Transfobia
15	A agenda trans elege, seja pelo apoio ou rejeição	Caê Vasconcelos	11.11.2024	Aumento de pessoas trans na política (2024)
16	Erika Hilton: uma travesti com nome e sobrenome na política	Ana Flor	16.11.2024	Representação trans na política institucional
17	Neste Dia da Visibilidade Trans, precisamos eliminar a transfobia	Caê Vasconcelos	29.01.2025	Representação trans na política institucional
18	Big techs e a política do ódio: o apagamento digital da população LGBTQIAPN+	Fernanda Martins	12.05.2025	Transfobia

Fonte: quadro elaborado pelos autores.

Foram mapeados 18 textos no veículo *AzMina*, majoritariamente produzidos por mulheres em suas diversidades de gênero e raça, com exceção dos textos de Caê Vasconcelos, homem trans. A identificação autoral se deu por fotos e descrições, permitindo uma leitura interseccional da autoria. Identificamos que o primeiro texto sobre pessoas trans foi escrito por Jaqueline de Jesus, travesti negra, psicóloga, professora universitária e uma das ativistas pioneira na luta relacionada as transexualidades.

Essa configuração dialoga com o jornalismo feminista, que valoriza conexões entre mulheres com diferentes experiências, ligadas a um compromisso comum de transformação social (Bertasso, Martins; Costa, 2022; Gustafson; Bertasso, 2024). A produção é nitidamente pensada por e para mulheres, com foco em violência de gênero, feminismos e atuação política feminina, usando formatos como notícia, entrevista e opinião. Além de coberturas eleitorais e debates nacionais, *AzMina* apresenta denúncias das violências enfrentadas pelas parlamentares.

Os textos assumem posicionamento favorável, mantendo estrutura próxima ao jornalismo tradicional, mas revelam subjetividade nas narrativas, especialmente nos escritos por mulheres, pessoas trans e negras. Essa subjetividade se revela, por exemplo, no Texto 7, ao abordar a transfobia nas redes sociais durante o período eleitoral, articulando dados do levantamento MonitorA e iniciando com uma advertência ao público — “Atenção: A reportagem abaixo mostra trechos explícitos de conteúdo misógino e transfóbico” —, que funciona como marcador de posicionamento ético e político. No parágrafo seguinte, a narrativa enfatiza que “o debate político que candidatas trans e travestis tentaram travar nas redes sociais [...] acabou sequestrado por conflitos ideológico-partidários, violência política, debates sobre segurança pública e disputas sobre representatividade de grupos historicamente minorizados”, combinando denúncia e análise.

Outro marcador claro surge no Texto 8, em uma entrevista conduzida por Natália Sousa, jornalista negra, que utiliza pronomes de inclusão como “nós” e “nossos” ao questionar Erika Hilton: “Esse foi o primeiro Dia Internacional da Mulher depois de um governo que atacou os nossos direitos. Como foi para você ser mulher nos últimos quatro anos?”.

Já no Texto 9, de autoria de Maria Clara Araújo dos Passos, travesti negra e mestranda em Sociologia da Educação, a subjetividade se evidencia em um artigo de opinião intitulado “Sem travestis e mulheres transexuais, não há projeto democrático”, no qual, além de Erika Hilton e Duda Salabert, são destacadas figuras como Erica Malunguinho e Robeyoncé Lima, ampliando a visibilidade de outras lideranças trans na política e reforçando a centralidade dessa pauta. Para evitar repetições nas análises, antecipamos que esse aspecto de subjetividade na escrita também está presente nos demais veículos jornalísticos aqui estudados.

Não objetivamos quantificar a presença das parlamentares, mas observamos que Erika Hilton tem maior destaque entre 2017 e 2025, e Duda Salabert, a partir de 2022, quando ambas foram eleitas. Destaca-se ainda a produção de pesquisas e monitoramentos de violências de gênero em parceria com InternetLab e Núcleo Jornalismo. Em 2020, Erika Hilton foi a 3ª candidata mais atacada, com transfobia e racismo (*AzMina*, 05.11.2020). Em 2024, Duda Salabert sofreu ataques transfóbicos na Band em Belo Horizonte, com 84,6% dos comentários relacionados à sua identidade (*AzMina*, 13.09.2024). Assim, *AzMina* não só produz textos, mas gera dados para evidenciar violências de gênero, sobretudo transfobia.

Catarinas

Quadro 2: *Corpus* de textos com protagonismo ou referência a Erika Hilton e/ou Duda Salabert no *Catarinas*

Nº	Título	Autoria	Data	Tematização
19	Mais mulheres feministas ocupam vagas no legislativo municipal em 2020	Morgani Guzzo	18.11.2020	Representação trans na política institucional
20	Mordidas, golpes e xingamentos: a violência	Redação	04.12.2020	Transfobia

	política contra pessoas LGBTIs nas eleições			
21	Elas nos inspiraram em 2020	Redação	01.01.2021	Organização de mulheres na política institucional
22	Dia da Visibilidade Trans: protagonismo transgênero é destaque em evento online	Juliana Rabelo	28.01.2021	Representação trans na política institucional/ Transfobia
23	Linha do tempo traça conquistas de gênero e raça na política	Redação	06.10.2021	Organização de mulheres na política institucional
24	Livro narra a realidade de pessoas trans no mercado de trabalho	Daniela Valenga	18.01.2022	Representação trans na política institucional
25	“Nós existimos e somos importantes”, enfatiza Keila Simpson, presidenta da Antra	Kelly Ribeiro	27.01.2023	Representação trans na política institucional
26	Ministra negra no STF, demanda justa e democrática	Joanna Burigo e Izabel Belloc	11.10.2023	Organização de mulheres na política institucional
27	Elas nos inspiraram em 2023	Redação	22.12.2023	Organização de mulheres na política institucional
28	Primeira ‘Marsha’ Trans Nacional tem como	Redação	29.01.2024	Representação trans na política institucional

	madrinhas Erika Hilton e Duda Salabert			
29	Xica Manicongo e a Inquisição que parece não ter fim	Bruna G. Benevides	10.04.2024	Transfobia
30	Políticas do Cuidado somam mais de 120 propostas no Congresso	Daniela Valenga	30.04.2024	Legislar sobre questões de gênero
31	Cresce mobilização contra projeto que criminaliza aborto legal	Kelly Ribeiro	11.06.2024	Legislar sobre aborto
32	Erika Hilton é relatora do PL do casamento homoafetivo na Comissão de Direitos Humanos	Redação	17.08.2024	Legislar sobre questões da comunidade LGBTQIAPN+
33	Elaine Sallas pelo direito à cidade de Florianópolis	Redação	04.10.2024	Representação trans na política institucional
34	Relatora da ONU defende práticas de reorientação sexual e de gênero	Bruna G. Benevides	09.10.2024	Legislar sobre questões da comunidade LGBTQIAPN+
35	Elas nos inspiraram em 2024	Redação	20.12.2024	Organização de mulheres na política institucional
36	Criança não é mãe: campanha avança no Congresso pelo fim da maternidade infantil	Kelly Ribeiro	29.05.2025	Legislar sobre aborto

Fonte: quadro elaborado pelos autores.

No Portal *Catarinas*, foram identificados 18 textos jornalísticos, todos produzidos por mulheres em suas diversidades de gênero e etnia, conforme indicado pelos perfis visuais e descrições das autoras, como no caso de Bruna Benevides (Textos 29 e 34), presidenta da Antra. Essa configuração reafirma a perspectiva de gênero e feminista do veículo, evidenciada nos textos que abordam principalmente a atuação política das mulheres — tanto no ativismo quanto no espaço institucional — e pautas relacionadas à comunidade LGBTQIAP+ e ao aborto.

Esses textos utilizam formatos jornalísticos como notícia, entrevista e opinião de maneira convergente. O conteúdo do Portal *Catarinas*, para além de realizar coberturas das parlamentares em processos eleitorais e nos debates de repercussão nacional, apresenta uma estruturação de uma narrativa jornalística voltada para a institucionalização (semelhante à mídia tradicional) das mulheres na política, especialmente sobre os temas veiculados a Erika Hilton e Duda Salabert, as quais são mais noticiadas pelo trabalho parlamentar em prol das mulheres e da sociedade brasileira, legitimando-as como figuras femininas de relevância na política nacional. Mesmo assim, os textos abordam a identidade de gênero das parlamentares e a transfobia em suas pautas.

Assim, essa produção jornalística não se isenta de um posicionamento, evidenciando uma postura favorável às parlamentares. Embora não se busque quantificar ou comparar, observa-se maior destaque para Erika Hilton no Portal *Catarinas*. Embora ambas as parlamentares apareçam juntas no veículo, no texto *Mais mulheres feministas ocupam vagas no legislativo municipal*, em 2020, publicação mais antiga disponível no veículo (18.11.2020). É perceptível, pelo recorte exploratório de cinco anos de textos, que Duda Salabert não aparece individualmente, e a presença da atuação política de Erika se torna mais recorrente, seja em debates públicos ou referências a sua trajetória.

Gênero e Número

Quadro 3: *Corpus* de textos com protagonismo ou referência a Erika Hilton e/ou Duda Salabert no *Gênero e Número*

Nº	Título	Autoria	Data	Tematização
37	Em Pernambuco e em São Paulo, mandatos coletivos vencem e mulheres trans chegam às Assembleias	Maria Martha Bruno	08.10.2018	Representação trans na política institucional
38	Negros serão 44% dos vereadores nas capitais brasileiras em 2021	Redação	16.11.2020	Aumento de pessoas negras na política (2021)
39	Quantidade de pessoas trans eleitas em 2020 é quatro vezes maior que em 2016	Vitória Régia da Silva	19.11.2020	Aumento de pessoas trans na política (2020)
40	Na reta final do primeiro turno das eleições, mulheres foram vítimas de violência política a cada dois dias	Vitória Régia da Silva	24.11.2020	Transfobia
41	Na primeira eleição municipal após assassinato de Marielle, mulheres negras eleitas são alvos de discurso de ódio e ameaças	Vitória Régia da Silva	10.12.2020	Violência de gênero
42	Cirurgias do processo transexualizador caem 70% em 2020 e denúncias de “esvaziamento” na saúde revelam risco para população trans	Vitória Régia da Silva	29.01.2021	Legislar sobre questões da comunidade LGBTQIAPN+
43	Pioneirismo, enfrentamento e violência: os primeiros seis meses das vereadoras trans	Vitória Régia da Silva	28.06.2021	Representação trans na política institucional/ Transfobia

44	Frente Nacional TransPolítica busca garantir a permanência de pessoas trans na política	Vitória Régia da Silva	28.06.2021	Representação de pessoas trans na política institucional
45	Mais mulheres, mais negros, menos avanço	Redação	04.10.2022	Aumento de pessoas negras na política (2022)
46	Pela primeira vez, Congresso terá bancada LGBTQIA+	Vitória Régia da Silva	13.10.2022	Aumento de pessoas LGBTQIAP+ na política (2022)
47	O Brasil sobe a rampa do Planalto	Maria Martha Bruno	02.01.2023	Feminismos
48	“Nossos corpos são pedagógicos”, Maria Clara Araújo, autora de Pedagogias das Travestilidades	Vitória Régia da Silva	20.03.2023	Representação trans na política institucional
49	Projetos de lei buscam cotas para pessoas trans no mercado de trabalho	Schirlei Alves e Marcella Semente	19.06.2023	Legislar sobre questões da comunidade trans
50	PSOL é o partido com mais projetos de lei pró-LGBTQIA+	Camilla Figueiredo, Lívia Batista e Paulo Malvezzl, em parceria com Agência Pública	06.07.2023	Política Partidária e comunidade LGBTQIAP+
51	72% das pessoas trans assassinadas em 2023 eram negras	Redação	29.01.2024	Transfobia

52	Mulheres negras frente à crise climática	Movimento Mulheres Negras Decidem.por Camila Coelho, Karoline Marques, Juliana Coutinho, Valdenia Menegon, Vanessa Ramos e Tainah Pereira	28.06.2024	Legislar sobre emergência climática
53	Reféns do factual: quando a mídia vai pautar a urgência da segurança de pessoas trans e travestis?	Lia Soares	28.04.2025	Transfobia
54	Nem todo close é voto – mas todo orgulho é político	Roberta Garcia	27.07.2025	Aumento de pessoas LGBTQIAP+ na política

Fonte: quadro elaborado pelos autores.

Ao final do mapeamento, identificamos 18 textos sobre Erika Hilton e Duda Salabert em cada um dos três veículos analisados. Esse número está relacionado, em certa medida, aos critérios explicitados anteriormente, que orientaram a constituição do *corpus*. Contudo, o resultado também pode sugerir uma padronização editorial que transforma as parlamentares em uma “agenda fixa” do jornalismo independente com perspectiva de gênero e/ou feminismo, evidenciando a centralidade de suas pautas nesses veículos.

No caso da *Gênero e Número*, quase todo o material foi produzido — exceto o Texto 50 em coautoria com Paulo Malvezzi — por mulheres em suas diversidades de gênero e etnia, identificado

por fotos e mini-bios. Essa configuração reforça uma produção jornalística feita por e para mulheres, alinhada a narrativas situadas e comprometidas com a transformação social.

O conteúdo concentra-se em duas pautas principais: a luta da comunidade LGBTQIAP+ e a presença de pessoas negras na política, abordadas de forma transversal à atuação das parlamentares. Parte das matérias sobre Erika Hilton articula sua presença política a partir da interseção entre raça e gênero, evidenciando enquadramento interseccional. Duda Salabert (mulher trans branca) também aparece em textos sobre mulheres negras, reforçando a intersecção entre raça e gênero na política. Apesar da exposição da transfobia sofrida, os textos focam sobretudo na trajetória e atuação política dessas mulheres frente a questões sociais.

Em termos de formato, a *Gênero e Número* divide-se em textos opinativos e factuais, majoritariamente reportagens, entrevistas e artigos de opinião, com títulos longos e detalhamento dos fatos. Além de cobrir as parlamentares, o veículo atua como testemunha comprometida com o registro, revelando posicionamento favorável e ativismo alinhado à perspectiva de gênero.

Categorização do material codificado

Quadro 4: Categorias formuladas a partir dos textos de mídias independentes com perspectiva de gênero sobre o protagonismo ou referência da Erika Hilton e/ou Duda Salabert

Categoria	Descrição	Aplicação da categoria por texto
Representatividade e Participação Política de Grupos Minorizados	Esta categoria abrange os textos que tratam do crescimento da participação política de mulheres, pessoas negras, pessoas trans e da comunidade LGBTQIAPN+, especialmente em espaços institucionais.	2, 3, 4, 15, 17, 19, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 33, 35, 37, 38, 39, 44, 45, 46, 48 e 54.
		Total: 23 textos

Violências Políticas e Discriminatórias	Reúne textos que tratam de violências simbólicas, estruturais e físicas enfrentadas por grupos vulnerabilizados na política, especialmente transfobia e violência de gênero.	1, 5, 6, 7, 14, 18, 20, 22, 29, 40, 41, 43, 51 e 53.
		Total: 14 textos
Disputas Legislativas e Agendas Políticas Identitárias	Contempla os textos que abordam a atuação legislativa e política em torno de temas identitários, incluindo aborto, direitos LGBTQIAPN+, gênero e questões climáticas.	8, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 30, 31, 32, 34, 36, 42, 47, 49, 50 e 52.
		Total: 17 textos

Fonte: quadro elaborado pelos autores.

A análise da categorização dos 54 textos coletados nos veículos jornalísticos independentes revela uma distribuição diferenciada entre as três categorias: *Representatividade e Participação Política de Grupos Minorizados*, com 23 textos; *Disputas Legislativas e Agendas Políticas Identitárias*, com 17 textos; e *Violências Políticas e Discriminatórias*, com 14 textos.

Essa diferenciação numérica não apenas aponta para a ênfase editorial dada à representatividade das mulheres trans na política institucional, mas também para o modo como o jornalismo independente com perspectiva de gênero articula narrativas que valorizam a ocupação desses espaços como forma de resistência e transformação social.

Sob essa ótica, a categoria de representatividade funciona como um vetor que legitima o protagonismo político de Erika Hilton e Duda Salabert, evidenciando a importância da presença de grupos historicamente marginalizados, especialmente negros, mulheres trans e LGBTQIAPN+, nos espaços de poder. Tal inferência dialoga diretamente com o entendimento de Scott (1995), Bento (2017) e Nascimento (2023), que destacam o gênero como categoria social e política em constante disputa e produção, especialmente no que tange às identidades trans e travestis, que desafiam e reconstroem as normas do CISTema de gênero.

Do ponto de vista da construção do conhecimento jornalístico, conforme destacado por Genro Filho (1987) e Guerreiro Neto (2012),

esses textos transcendem a mera função informativa e passam a atuar como espaços de legitimação e disputa simbólica, produzindo sentidos sobre a participação política das parlamentares trans. O jornalismo independente, ao explicitar seu posicionamento de gênero e feminista (Bertasso; Martins; Costa, 2022; Gustafson; Bertasso, 2024), reconhece a importância de expressar subjetividades que rompem com a suposta neutralidade da prática jornalística hegemônica, que historicamente marginalizou e estigmatizou as pessoas trans (Benevides, 2025). Isso é visível, por exemplo, na categoria *Violências Políticas e Discriminatórias*, que traz à tona as experiências de transfobia, racismo e outras violências estruturais, reafirmando o papel do jornalismo como instrumento de denúncia e conscientização social.

Finalmente, a subjetividade explícita nos textos, tanto na identificação da raça e gênero das jornalistas, quanto nas escolhas discursivas que expressam admiração e conexão com as parlamentares, reforça a dimensão política e afetiva da produção jornalística aqui analisada. Conforme apontam Gustafson e Bertasso (2024), essa prática feminista no jornalismo cria uma rede de relações entre mulheres que compartilham objetivos transformadores, desafiando as normativas tradicionais da objetividade jornalística e promovendo narrativas que valorizam a pluralidade das identidades de gênero. Assim, a interseção entre jornalismo independente, perspectiva de gênero e as transexualidades não apenas produz conhecimento, mas também contribui para a visibilidade e a luta política das mulheres trans, reafirmando a relevância social e simbólica da presença de Erika Hilton e Duda Salabert no Congresso Nacional.

Considerações

A análise indica que os veículos independentes *AzMina*, *Catarinas* e *Gênero e Número* desempenham papel central na construção de uma narrativa política contra-hegemônica ao destacar a atuação de mulheres trans, negras e LGBTQIAP+ na política, com foco em Erika Hilton e Duda Salabert. Eles articulam jornalismo, ativismo e

disputas simbólicas, estruturados em três eixos: representatividade, violências políticas e disputas legislativas.

O gênero enquanto categorial social emerge como forma fundamental de produção noticiosa, orientada pelo debate sobre relações de poder, com textos que ressignificam gêneros jornalísticos tradicionais a partir de uma perspectiva subjetiva e interseccional, rejeitando a neutralidade jornalística. Assim, constroem um espaço simbólico de legitimação para as parlamentares, dialogando com discussões teóricas sobre o jornalismo independente de perspectiva de gênero.

Entretanto, a visibilidade estratégica dessas atrizes sociais — Erika Hilton e Duda Salabert — levanta críticas: há risco de reduzir movimentos sociais complexos a símbolos únicos da resistência. A predominância de Erika Hilton evidencia como critérios midiáticos de capital simbólico ainda operam, mesmo em veículos independentes, e as soluções permanecem majoritariamente na denúncia, com pouca problematização estrutural.

Cada veículo cumpre função complementar: *AzMina* denuncia e produz dados sobre violência de gênero; *Catarinas* institucionaliza narrativas feministas no jornalismo político; e *Gênero e Número* registra experiências políticas marginalizadas.

Por fim, é essencial manter um olhar crítico sobre como a representatividade é construída, revelando um conflito entre a lógica hegemônica — que demanda atrizes sociais identificáveis — e a lógica dos movimentos sociais, que valoriza processos coletivos. O jornalismo independente com perspectiva de gênero se configura como mediador simbólico, reformulando seus métodos para não reproduzir, mesmo que invertido, a lógica do jornalismo tradicional que busca desafiar.

Referências:

Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo* (L. A. Reta & A. Pinheiro, Trads.; 1ª ed., 3ª reimp.). São Paulo: Edições 70.

Benevides, B. G. (2025). *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024*. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA.

Bento, B. (2017). *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual* (3ª ed.). Salvador, BA: Editora Devires.

Bertasso, D., Martins, A. B. Q., & Costa, V. (2022). Sentidos sobre práticas e fundamentos jornalísticos no jornalismo com perspectiva de gênero. *Anais do 20º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*.

<https://proceedings.science/encontros-sbpjor/sbpjor-2022/trabalhos/sentidos-sobre-praticas-e-fundamentos-jornalisticos-no-jornalismo-com-perspectiv?lang=pt-br>

Genro Filho, A. (1987). *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina].

Guerreiro Neto, G. (2012). O jornalismo como instituição social. Trabalho apresentado no XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2012/resumos/R7-1793-1.pdf>

Gustafson, J., & Bertasso, D. (2024). Objetividade jornalística e perspectiva de gênero: tensões e deslocamentos. *Revista Matrizes*, 18(1). <https://revistas.usp.br/matrizes/article/view/202985>

Lima, S. (Coord.), Brito Cruz, F., Borges, E., Houang, A., Pavarin, V., & Cintra, A. (2024). *Desigualdades sociais e sustentabilidade de mídias no Brasil*. São Paulo: InternetLab.

Nascimento, L. C. P. (2023). *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra.

Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil para análise histórica (C. R. Dabat & M. B. Ávila, Trans.). *Educação & Realidade*, 20(2). <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>

Silva, G. P. (2024). Mulher trans negra, política e discurso jornalístico: uma análise dos discursos sobre Erika Hilton. *Caminhos Em Linguística Aplicada*, 30(4), 158–179. <https://doi.org/10.69609/2176-8625.2024.v30.n4.a3762>

Textos noticiosos;

Belin, Lu. Transfobia e violência sequestraram debate sobre candidatas trans e travestis nas redes. AzMina, 19 out. 2022. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/transfobia-e-violencia-debate-sobre-candidatas-trans-e-travestis-nas-redes-sociais/> . Acesso em: 23 jul. 2025.

Belin, Lu. Novo Elas no Congresso mostra agenda feminina escanteada no Legislativo. AzMina, 19 jun. 2024. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/elas-no-congresso-pauta-feminina-no-congresso-nacional/> . Acesso em: 24 jul. 2025.

Benevides, Bruna G. Xica Manicongo e a Inquisição que parece não ter fim. Portal Catarinas, 10 abr. 2024. Disponível em: <https://catarinas.info/colunas/xica-manicongo-e-a-inquisicao-que-parece-nao-ter-fim/> . Acesso em: 25 jul. 2025.

Benevides, Bruna G. Relatora da ONU defende práticas de reorientação sexual e de gênero. Portal Catarinas, 9 out. 2024. Disponível em:

<https://catarinas.info/colunas/relatora-da-onu-defende-praticas-de-reorientacao-sexual-e-de-genero/> . Acesso em: 25 jul. 2025.

Bruno, Maria Martha. Negros serão 44% dos vereadores nas capitais brasileiras em 2021. Gênero e Número, 8 out. 2018. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/negros-44-capitais-brasileiras/> . Acesso em: 26 jul. 2025.

Bruno, Maria Martha. O Brasil sobe a rampa do Planalto. Gênero e Número, 2 jan. 2023. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/lula-rampa-planalto-diversidade/> . Acesso em: 26 jul. 2025.

Burigo, Joanna. Ministra negra no STF, demanda justa e democrática. Portal Catarinas, 11 out. 2023. Disponível em: <https://catarinas.info/colunas/ministra-negra-no-stf-demanda-justa-e-democratica/> . Acesso em: 25 jul. 2025.

Camelo, Janaína. O que o Congresso Nacional pensa sobre aborto? AzMina, 29 set. 2023. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/o-que-pensa-o-congresso-nacional-sobre-aborto/> . Acesso em: 24 jul. 2025.

Célio, Amanda. Na política pelo direito de viver: primeiras deputadas trans do Brasil falam sobre seus mandatos. AzMina, 29 jan. 2019. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/na-politica-pelo-direito-de-viver-primeiras-deputadas-trans-do-brasil-falam-sobre-seus-mandatos/> . Acesso em: 23 jul. 2025.

Coelho, Gabi. MonitorA expõe misoginia e transfobia contra candidatas em 2024. AzMina, 13 set. 2024. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/monitora-expoe-misoginia-e-transfobia-contra-candidatas-em-2024/> . Acesso em: 24 jul. 2025.

Felicio, Ana Beatriz. Candidatas das periferias de SP sofrem ataques virtuais e intimidação durante disputa eleitoral. AzMina, 13 nov. 2020. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/candidatas-das-periferias-de-sp-sofrem-ataques-virtuais-e-intimidacao-durante-disputa-eleitoral/> . Acesso em: 23 jul. 2025.

Ferreira, Letícia. Mulheres negras hackeiam a política. AzMina, 22 jul. 2020. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/mulheres-negras-hackeiam-a-politica/> . Acesso em: 23 jul. 2025.

Flor, Ana. Erika Hilton: uma travesti com nome e sobrenome na política. AzMina, 16 dez. 2024. Disponível em: <https://azmina.com.br/colunas/erika-hilton-uma-travesti-com-nome-e-sobrenome-na-politica/> . Acesso em: 24 jul. 2025.

Fluxa. Mulheres na política: panorama após eleições de 2018. AzMina, 4 fev. 2020. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/mulheres-na-politica-panorama-apos-eleicoes-de-2018/> . Acesso em: 23 jul. 2025.

Garcia, Roberta. Nem todo close é voto – mas todo orgulho é político. Gênero e Número, 27 jun. 2025. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/novos-eleitos-camara-diversidade/> . Acesso em: 26 jul. 2025.

Gênero e Número. Em Pernambuco e em São Paulo, mandatos coletivos vencem e mulheres trans chegam às Assembleias. Gênero e Número, 26 jul. 2025. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/em-pernambuco-e-em-sao-paulo-transexuais-chegam-as-assembleias-em-mandatos-coletivos/> . Acesso em: 25 jul. 2025.

Guzzo, Morgani. Mais mulheres feministas ocupam vagas no legislativo municipal em 2020. Portal Catarinas, 18 nov. 2020. Disponível em: <https://catarinas.info/mais-mulheres-feministas-ocupam-vagas-no-legislativo-municipal-em-2020/> . Acesso em: 25 jul. 2025.

Jesus, Jaqueline. Glossário: o que é cis, trans, travestis e outros. AzMina, 17 fev. 2014. Disponível em: <https://azmina.com.br/colunas/bem-vinda-qual-o-seu-genero/> . Acesso em: 23 jul. 2025.

Lopes, Emilene. Emergência climática: como estão mulheres desabrigadas no Rio Grande do Sul. AzMina, 7 jul. 2024. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/emergencia-climatica-como-estao-as-mulheres-desabrigadas/> . Acesso em: 24 jul. 2025.

Martins, Fernanda. Big techs e a política do ódio: o apagamento digital da população LGBTQIAPN+. AzMina, 12 maio 2025. Disponível em: <https://azmina.com.br/colunas/big-techs-e-a-politica-do-odio-o-apagamento-digital-da-populacao-lgbtqiapn/> . Acesso em: 24 jul. 2025.

Passos, Maria Clara Araújo. Sem travestis e mulheres transexuais, não há projeto democrático. AzMina, 13 mar. 2023. Disponível em: <https://azmina.com.br/colunas/sem-travestis-e-mulheres-trans-nao-ha-projeto-democratico/> . Acesso em: 23 jul. 2025.

Rabelo, Juliana. Dia da Visibilidade Trans: protagonismo transgênero é destaque em evento online. Portal Catarinas, 18 jan. 2021. Disponível em: <https://catarinas.info/dia-da-visibilidade-trans-protagonismo-trans-genero-e-destaque-em-evento-online/> . Acesso em: 25 jul. 2025.

Redação. Mordidas, golpes e xingamentos: a violência política contra pessoas LGBTIs nas eleições. Portal Catarinas, 4 dez. 2020. Disponível em: <https://catarinas.info/mordidas-golpes-e-xingamentos-a-violencia-politica-contra-pessoas-lgbtis-nas-eleicoes/> . Acesso em: 25 jul. 2025.

Redação. Elas nos inspiraram em 2020. Portal Catarinas, 1 jan. 2021. Disponível em: <https://catarinas.info/elas-nos-inspiraram-em-2020/> . Acesso em: 25 jul. 2025.

Redação. Linha do tempo traça conquistas de gênero e raça na política. Portal Catarinas, 6 out. 2021. Disponível em: <https://catarinas.info/linha-do-tempo-traca-conquistas-de-genero-e-raça-na-politica/> . Acesso em: 25 jul. 2025.

Redação. Elas nos inspiraram em 2023. Portal Catarinas, 22 dez. 2023. Disponível em: <https://catarinas.info/elas-nos-inspiraram-em-2023/> . Acesso em: 25 jul. 2025.

Redação. Primeira ‘Marsha’ Trans Nacional tem como madrinhas Erika Hilton e Duda Salabert. Portal Catarinas, 26 jan. 2024. Disponível em: <https://catarinas.info/primeira-marsha-trans-nacional-tem-como-madrinhas-erika-hilton-e-duda-salabert/> . Acesso em: 25 jul. 2025.

Redação. Erika Hilton é relatora do PL do casamento homoafetivo na Comissão de Direitos Humanos. Portal Catarinas, 17 ago. 2024. Disponível em: <https://catarinas.info/erika-hilton-e-relatora-do-pl-do-casamento-homoafetivo-na-comissao-de-direitos-humanos/> . Acesso em: 25 jul. 2025.

Redação. Elas nos inspiraram em 2024. Portal Catarinas, 20 dez. 2024. Disponível em: <https://catarinas.info/elas-nos-inspiraram-em-2024/> . Acesso em: 25 jul. 2025.

Ribeiro, Kelly. “Nós existimos e somos importantes”, enfatiza Keila Simpson, presidenta da Antra. Portal Catarinas, 27 jan. 2023. Disponível em: <https://catarinas.info/nos-existimos-e-somos-importantes-enfatiza-keila-simpson-presidenta-da-antra/> . Acesso em: 25 jul. 2025.

Ribeiro, Kelly. Cresce mobilização contra projeto que criminaliza aborto legal. Portal Catarinas, 11 jun. 2024. Disponível em: <https://catarinas.info/cresce-mobilizacao-contraprojeto-que-criminaliza-aborto-legal/> . Acesso em: 25 jul. 2025.

Ribeiro, Kelly. Criança não é mãe: campanha avança no Congresso pelo fim da maternidade infantil. Portal Catarinas, 29 maio 2025. Disponível em: <https://catarinas.info/crianca-nao-e-mae-campanha-avanca-no-congresso-pelo-fim-da-maternidade-infantil/> . Acesso em: 25 jul. 2025.

Santana, Jamile. “Gorda”, “porca”, “burra”: candidatas recebem mais de 40 xingamentos por dia no Twitter durante campanha eleitoral. AzMina, 5 nov. 2020. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/violencia-politica-genero-eleicoes/> . Acesso em: 23 jul. 2025.

Silva, Vitória Régia. Quantidade de pessoas trans eleitas em 2020 é quatro vezes maior que em 2016. Gênero e Número, 19 nov. 2020. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/trans-eleitas-em-2020/> . Acesso em: 26 jul. 2025.

Silva, Vitória Régia. Cirurgias do processo transexualizador caem 70% em 2020 e denúncias de “esvaziamento” na saúde revelam risco para população trans. *Gênero e Número*, 29 jan. 2021. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/saude-trans/> . Acesso em: 26 jul. 2025.

Silva, Vitória Régia. Pela primeira vez, Congresso terá bancada LGBTQIA+. *Gênero e Número*, 13 out. 2022. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/eleitos-lgbtqia/> . Acesso em: 26 jul. 2025.

Soares, Lia. Reféns do factual: quando a mídia vai pautar a urgência da segurança de pessoas trans e travestis? *Gênero e Número*, 28 abr. 2025. Disponível em: <https://www.generonumero.media/artigos/midia-seguranca-trans-e-travestis/> . Acesso em: 26 jul. 2025.

Sousa, Natália. “Não revolucionaremos o mundo se só as mulheres lutarem, se só os negros lutarem”. *AzMina*, 9 mar. 2023. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/erika-hilton-nao-revolucionaremos-o-mundo-se-so-as-mulheres-lutarem-se-so-os-negros-lutarem> . Acesso em: 23 jul. 2025.

Valenga, Daniela. Políticas do cuidado somam mais de 120 propostas no Congresso. *Portal Catarinas*, 30 abr. 2024. Disponível em: <https://catarinas.info/politicas-do-cuidado-somam-mais-de-120-propostas-no-congresso/> . Acesso em: 25 jul. 2025.

Valenga, Daniela. Livro narra a realidade de pessoas trans no mercado de trabalho. *Portal Catarinas*, 25 jul. 2025. Disponível em: <https://catarinas.info/livro-narra-a-realidade-de-pessoas-trans-no-mercado-de-trabalho/> . Acesso em: 25 jul. 2025.

Parlamentarias trans en el periodismo independiente: análisis de la cobertura en *AzMina*, *Catarinas* y *Gênero e Número*

RESUMEN. La elección de Erika Hilton (PSOL) y Duda Salabert (PDT) en 2022 para el cargo de diputadas federales representa un hito relevante en la política brasileña, considerando la histórica marginación de mujeres trans en el país. Entendemos el periodismo como un espacio de producción de conocimiento y el género, especialmente las transexualidades, como construcciones sociales. Investigamos contenidos periodísticos con perspectiva de género sobre las parlamentarias, publicados por tres medios periodísticos independientes: *AzMina*, *Catarinas* y *Gênero e Número*. El objetivo es mapear y discutir los temas asociados a Erika Hilton y Duda Salabert en estos medios. Utilizamos el Análisis de Contenido para examinar los textos en los que son protagonistas. El análisis resultó en tres categorías: *Representatividad y Participación Política de Grupos Minorizados*, *Disputas Legislativas y Agendas Políticas Identitarias*, y *Violencias Políticas y Discriminatorias*. La cobertura destaca a las parlamentarias en su labor legislativa, con énfasis en temas de Derechos Humanos y representatividad.

PALABRAS-CLAVE: Estudios de género. Medios independientes, Parlamentarios trans.

Geovane PEREIRA DA SILVA, doutorando em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (PPGCOM/UFC). Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e graduado em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo pela mesma instituição. Membro do Grupo de Pesquisa Práxis no Jornalismo (PráxisJor/UFC) e do Núcleo Estudos e Pesquisas em Estratégias de Comunicação (NEPEC/UFPI). Interesse pelos estudos sobre mídia e suas interfaces sociais, principalmente em questões de gênero, raça e sexualidade que envolvam práticas ou produtos jornalísticos. Metodologias como Análise Crítica do Discurso (ACD), Análise de Conteúdo e Cartografia fazem parte do repertório do suportes para análises.

<https://orcid.org/0000-0002-9319-3635>

Edgard PATRÍCIO,
jornalista, professor do Curso de Jornalismo/Instituto de Cultura e Arte e do Programa de Pós-graduação em Comunicação, da Universidade Federal do Ceará. Coordena o grupo de pesquisa PráxisJor - Práxis no Jornalismo (UFC). Coordena o Programa de Extensão Comunicação e Políticas Públicas. Pesquisas voltadas às transformações no Jornalismo, de forma ampla, e às iniciativas de jornalismo insurgente, de caráter mais específico.

<https://orcid.org/0000-0002-3130-8628>

Recebido em: 26/11/2025
Aprovado em: 16/02/2026



DOSSIÊ

**“De onde vem tanto ódio?”:**

Análise da violência e assassinato de corpos-territórios de travestis e transexuais no Brasil em 2024

Edmarcius Carvalho Novaes, *Universidade Vale do Rio Doce*

Gabriel da Cruz Ventura, *Universidade Vale do Rio Doce*

Suely Maria Rodrigues, *Universidade Vale do Rio Doce*

Maria Celeste Reis Fernandes de Souza, *Universidade Vale do Rio Doce*

Maria Terezinha Bretas Vilarino, *Universidade Vale do Rio Doce*

Resumo. Este artigo analisa a violência e assassinato de pessoas travestis e transexuais no Brasil no ano de 2024, sob a perspectiva do conceito de corpo-território. Trata-se de estudo de corte, transversal, descritivo e de abordagem quantitativa. Os dados analisados constituem informações secundárias, extraídos da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), referentes à violência e assassinatos de pessoas deste grupo em 2024. As variáveis analisadas foram idade, identidade de gênero, cenário da violência e período do dia da ocorrência. Os resultados indicaram uma maior frequência na faixa etária entre 18 e 29 anos, prevalecendo a maioria de mulheres transexuais e travestis; os espaços públicos foram os cenários de maior violência, com episódios noturnos. Conclui-se que a violência é sistemática e enraizada em estruturas sociais discriminatórias, refletindo uma violação de corpos físicos e de espaços sociais e políticos ocupados por essa comunidade. Evidencia ainda a necessidade de políticas públicas efetivas para combater essa realidade.

PALAVRAS-CHAVE: Corpos-territórios de Travestis e Transexuais. Assassinatos de travestis e transexuais. Violência de Gênero. Territorialidades.



Introdução

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) foi fundada em 2018 com o objetivo de alertar sobre as graves violações dos Direitos Humanos contra a população transexual e travesti no Brasil. Além disso, conta com uma rede composta por 127 instituições distribuídas no país cuja missão principal é formar uma força política que represente o referido público, ao identificar, organizar, aproximar e fortalecer pessoas trans. Essa Associação surge com a ausência de políticas públicas efetivas e com a subnotificação sistemática no monitoramento de LGBTfobia por parte do Estado, cujas práticas são vistas como um obstáculo para a garantia de direitos fundamentais para a população trans (Benevides, 2025). Além da ANTRA, o Grupo Gay da Bahia (GGB) também realiza levantamentos quantitativos sobre violência e assassinatos da população LGBTQIAPN+, desde sua fundação em 1980.

De acordo com o GGB, em 2023, o Brasil liderou o *ranking* em números de violência, assassinatos e suicídios de pessoas LGBT+. Os dados demonstraram a ocorrência de 257 mortes violentas, registrando uma morte a mais, quando comparado ao ano de 2022. Portanto, contabiliza-se que a cada 34 horas há uma morte por LGBTfobia. Esses números são registrados, tanto pela ANTRA como pelo GGB, a partir de casos que ganham notoriedade midiática, e com pesquisas em sites, redes sociais e de correspondências, tendo em vista a falta de estatísticas governamentais e oficiais (Schmitz, 2023; Benevides, 2025).

Diante da dificuldade para registros dos números de violência, essas organizações indicam que os números podem ser subnotificados devido a variados fatores, como a omissão da orientação sexual e a identidade de gênero da pessoa vitimada nos noticiários, sendo necessárias pesquisas mais aprofundadas (Schmitz, 2023; Benevides, 2025).

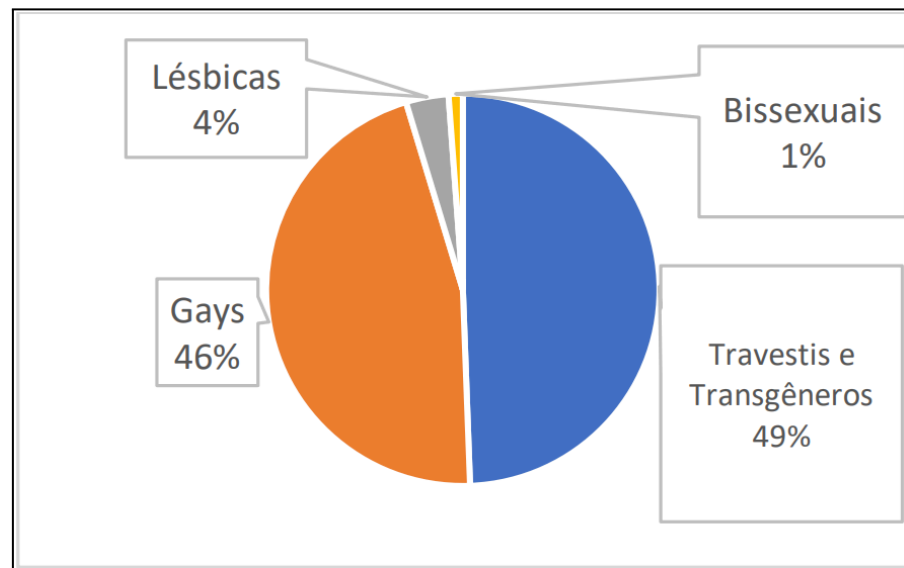
Em relação a pessoas transexuais e travestis, o Brasil também aparece em primeiro lugar em um ranking mundial. Em 2022, foram assassinadas um total de 321 pessoas, sendo 100 no Brasil, em seguida o México (53) e em terceiro os Estados Unidos (31) (ANTRA, 2022). De acordo com o levantamento do GGB (Schmitz, 2023), as pessoas trans representam a metade do quantitativo de violência e assassinato em



Edmarcius Carvalho Novaes.
Gabriel da Cruz Ventura.
Suely Maria Rodrigues.
Maria Celeste Reis Fernandes de Souza.
Maria Terezinha Bretas Vilarino.

2023. A outra metade é dividida entre pessoas gays, lésbicas e bissexuais (Quadro 01):

Quadro 01 - Percentual de assassinatos LGBTQ+ no ano de 2023



Fonte: Pesquisa do Grupo Gay da Bahia (2023)

Logo, observa-se que o segundo grupo da comunidade LGBTQ+ a sofrer com altos índices de assassinato em 2023 são pessoas gays. Nesse comparativo, de acordo com Mott, Domingos & Reis (2023), o risco de uma pessoa travesti ou transexual morrer assassinada é 19% maior do que gays, lésbicas e bissexuais. Sendo assim, esses números representam a urgência de políticas públicas que sejam efetivas e voltadas à essa parcela da população.

Diante desta realidade, este estudo tem por objetivo analisar a violência e assassinato de pessoas travestis e transexuais no Brasil no ano de 2024, sob a perspectiva do conceito de corpo-território.



1 Por que gênero e orientação sexual se tornam uma questão política?

Inicialmente, é necessário a distinção entre os conceitos de gênero e orientação sexual, tendo em vista que as duas temáticas são constantemente confundidas, o que pode provocar o apagamento de problemáticas específicas de cada uma (De Jesus, 2012). De acordo com Judith Butler (2018), gênero não é restrito à uma visão simplista que entende haver uma essência natural e biológica em cada corpo, mas sim uma construção social. Portanto, gênero não é algo que somos, mas algo que fazemos, performamos, repetidamente. Gênero é uma repetição das normas e discursos sociais preestabelecidos, isto é, uma reprodução de comportamentos estilizados na medida do tempo, como uma maneira ilusória de identidade permanente. Assim, o gênero e as identidades não são permanentes e fixos, mas, sobretudo, passíveis a constantes reconstruções.

Na mesma perspectiva, gênero é considerado “mutável”, por estar relacionado com a identidade, com a forma como a pessoa se enxerga e se relaciona consigo mesma e em sociedade. Já a orientação sexual refere-se à atração afetiva e/ou sexual que uma pessoa tem por outra, independentemente de seu sexo biológico, isto é, sua genitália (De Jesus, 2012).

No entanto, o sexo também ganha uma conotação de construções sociais, a partir da teoria queer, uma vez que a organização do corpo em duas “categorias” únicas parte de uma maneira sociopolítica de enxergar o corpo. Portanto, essa teoria não desconsidera as questões relacionadas às características biológicas, mas argumenta que a biologia e o social devem ser entendidos de maneira integrada, quase que inseparáveis (Butler, 2018).

A heterossexualidade institucionalizada obscurece as outras formas de expressão e de linguagem que consideram outras maneiras de entender o corpo e a sua relação com o social e o particular (Butler, 2018). Na mesma lógica, o sistema cis-normativo, que é institucionalizado e perpetuado a partir da cultura, da socialização e da linguagem, estabelece os padrões de ser e estar no mundo, ou seja, como o corpo-território é percebido e vivido, com suas territorialidades.



Edmarcius Carvalho Novaes.
Gabriel da Cruz Ventura.
Suely Maria Rodrigues.
Maria Celeste Reis Fernandes de Souza.
Maria Terezinha Bretas Vilarino.

778

1.1 A violência simbólica colonial aos corpos-territórios trans

Partindo de uma perspectiva feminista e decolonial, o corpo é um território que reclama, por meio da luta social, seus direitos, acessos e cidadania. Assim, as relações de dominação a partir da colonialidade acionam a necessidade de uma perspectiva teórica da decolonialidade para o entendimento do corpo-território travesti e transexual, violado pelas construções socialmente impostas por grupos cis-dominantes (Haesbaert, 2020; Butler, 2024).

Ao contrário de muitas geografias de matriz eurocêntrica, especialmente a anglo-saxônica, que prioriza as propriedades jurídico-políticas do território a partir da ação dos grupos hegemônicos (o território como “tecnologia de poder” [ELDEN, 2013]), na América Latina o território é lido frequentemente no diálogo com os movimentos sociais, suas identidades e seu uso como instrumento de luta e de transformação social (Haesbaert, 2020, p. 76).

Logo, a noção clássica de território associado à escala material e ao poder restrito do Estado, passa também a ser entendido por diferentes escalas e outras organizações de poder, incluindo a perspectiva simbólica, que pode estar ou não atrelada à noção material (Haesbaert, 2020).

A abordagem que, em intenso diálogo com referências europeias (especialmente anglo-saxônicas, mas também francesas) e norte-americanas, propõe o território como o conceito geográfico mais pertinente para analisar as relações espaço-poder, especialmente entre os grupos subalternos, ampliando a concepção de poder através de sua dimensão simbólica (construção identitária), representa uma clara imersão na decolonialidade do poder, sobretudo a partir de sua face étnico-cultural e de gênero, contra ou anti-hegemônica (Haesbaert, 2020, p. 76).

Em convergência, Butler (2024) defende que gênero é um campo aberto, e que é preciso ser entendido de maneira anticolonial,



principalmente levando em consideração que diferentes culturas no Sul Global enxergam o gênero de outras maneiras, opostas da cosmovisão eurocêntrica de “civilidade” que permeia o tema. Para tanto, a autora exemplifica sobre as diferentes visões, como o fato de a pessoa transexual poder se identificar ou não com o sistema binário (masculino/feminino), e casos de sociedades africanas e indígenas em que as relações de poder não são definidas a partir da lógica do gênero.

Para a compreensão de questões sociais de gênero a partir do Sul Global, Oyèrónké́ Oyěwùmí (2021) considera que o binarismo construído no Ocidente não reflete as características históricas e culturais africanas. No Ocidente, as diferenças sexuais e gênero servem de base para a organização social, porém, ao observar a sociedade iorubá antes da colonização, percebe-se que essa diferenciação e hierarquização não estavam presentes, sendo relacionadas à idade, à linhagem e à posição social.

Assim, com a chegada do colonizador, uma série de categorias ocidentais foram impostas, transformando as estruturas sociais que antes eram fluídas, e consequentemente, foi institucionalizada a lógica binária, o que restringiu os papéis das mulheres, obedecendo a propostas patriarcais ocidentais que não eram dominantes na cultura africana (Oyèrónké́ Oyěwùmí, 2021). Portanto, é possível observar que a transgeneridade poderia não ser marginalizada.

No Brasil pré-colonial, de igual forma, haviam tribos indígenas que tinham papéis de gêneros completamente distintos da cosmovisão eurocêntrica: as mulheres caçavam enquanto os homens cuidavam das crianças. De outra maneira, a relação sexual entre homens era vista como habitual, enquanto as mulheres passavam longos tempos na caça em meio à floresta. Assim, a relação sexual com o sexo oposto acontecia em momentos específicos e festivos. Com a chegada do europeu, essa configuração passa a ser vista como pecaminosa e nefanda, sendo a evangelização uma forma de trazer a “civilidade” e “salvação” àquela população (Trevisan, 2018).

No tempo presente, sobretudo a partir de 2013, com a ascensão de políticas antigêneros que ganharam proporções maiores, a busca por descredibilizar diferentes gêneros e sexualidades como critérios de análise se baseia em argumentos conservadores ligados à noção cristã da



Edmarcius Carvalho Novaes.
Gabriel da Cruz Ventura.
Suely Maria Rodrigues.
Maria Celeste Reis Fernandes de Souza.
Maria Terezinha Bretas Vilarino.

780

complementaridade, binarismo e heterossexualidade. Não só isso, mas também a noção restrita de gênero à visão biológica no campo científico e social (Butler, 2024).

Entender o gênero nos seus variados campos torna-se, desta forma, compulsoriamente, uma questão política. Nessa discussão, o termo é utilizado por grupos antigênero como modo de causar pânico moral, atrelando gênero à pedofilia, subversão das infâncias e ameaças às famílias (Autor 01, 05 e 02, 2025). Em contrapartida, os estudos de gêneros entram como reforço em denunciar os casos de assédio e abuso sexual a adolescentes e crianças.

No entanto, Butler (2024) argumenta que acontece uma subversão do discurso de modo a culpar as minorias sexuais e de gênero dos casos enfrentados pelo Vaticano, em que há mais de 300 mil denúncias de abusos sexuais cometidos por padres a crianças e adolescentes. A autora destaca que gênero é tido como um fantasma e o inimigo a ser enfrentado política e socialmente, sobretudo, de uma “forma de organização do mundo forjada pelo medo de destruição pelo qual o gênero é considerado responsável” (Butler, 2024, p. 17).

Assim, a temida ideologia de gênero surge em 1990 pelo Pontifício Conselho pela Família.

A ideia de uma perigosa Ideologia de Gênero surgiu na década de 1990, quando o Pontifício Conselho para a Família alertou que o “gênero” era uma ameaça à família e à autoridade bíblica. Pode-se traçar as origens da ideia através dos documentos deste Conselho para a Família, mas desde então, ela tem percorrido caminhos que acompanham o poder político do Vaticano, bem como a sua aliança recentemente formada com a igreja evangélica na América Latina (Butler, 2024, p. 41).

Diante deste cenário, de acordo com a ANTRA, no Brasil existe uma tentativa de descredibilizar os dados levantados de violência contra a população LGBTQIAPN+ desde 2018. Essa descredibilização inicia antes do governo de Jair Messias Bolsonaro (2019/2022), apesar de ganhar força nesse período. Assim, em 2023, houve cerca de 300



projetos de leis antitrans, sendo que 77 resultaram em legislações que limitam os direitos de pessoas travestis e transexuais (Benevides, 2025).

Portanto, é possível observar que um tipo de violência que se fortalece no Brasil é a violência institucional com bases coloniais sobre o corpo-território dissidente, em especial de travestis e transexuais – o que invisibiliza a existência, marginaliza suas identidades e ratifica práticas de assassinatos.

1.3 A violência institucional como prática colonial

Sob a perspectiva da violência institucional, essa pode ser caracterizada por estruturas organizadas e ocultas que são expressas na opressão dos indivíduos. Isso acontece por meio de regras rígidas que são perpetuadas pelas instituições. Trata-se de esquemas de dominação, principalmente de classe por determinados grupos e pelo Estado. Dessa forma, essa violência é praticada desde a família, escola, passando pelos sistemas econômicos, políticas e até em formas culturais que negam a vantagem social de grupos dominados, tornando-os mais vulneráveis à morte e ao sofrimento (Minayo, 2006; Neto e Moreira, 1999).

A violência, no território brasileiro, frequentemente é associada ao crime e à delinquência, porém não está restrita a essas concepções, sendo também representada de outras formas, como no sentido de pecado, miséria e corrupção. Em aspecto erudito, a violência, conforme discutido anteriormente, encontra-se nas relações sociais marcadas pela colonização, como a exploração do trabalho escravo indígena, aniquilação da cultura (etnocídio) e pelos abusos sexuais de colonizadores às mulheres originárias. Com a globalização e o mundo pós-moderno, essa visualização é articulada com outros processos sociais, em especial, a saúde. Dessa maneira, a violência influencia a saúde tanto de forma individual como coletiva, pois ela afeta diretamente o corpo, causando dores físicas, traumas, lesões e mortes (Minayo, 2006).

De acordo com a ANTRA (2024), as pessoas trans têm cometido autoextermínio, o que aciona a discussão sobre a saúde mental dessa população, a partir da ação institucional estatal violenta e dos padrões



Edmarcius Carvalho Novaes.
Gabriel da Cruz Ventura.
Suely Maria Rodrigues.
Maria Celeste Reis Fernandes de Souza.
Maria Terezinha Bretas Vilarino.

782

sociais rígidos que provocam o pânico moral antitrans. Dessa maneira, a Associação destaca que projetos de leis que visam proibir os cuidados em saúde, em especial para crianças trans, impondo a vivência de puberdade de acordo com

o gênero designado em contraposição à sua legítima identidade de gênero, devem ser vistas pelo que são: tentativas de cura trans, e imposição da cisgeneridade através de práticas que deveriam ser reconhecidas como tortura (Benevides, 2025, p. 16)

Nessa perspectiva, as terapias de conversão, conhecidas popularmente como a “cura de gênero” ou “cura de orientação sexual”, apesar de serem proibidas pelo Conselho Federal de Psicologia (CEF), em outros campos sociais e institucionais acontecem e afirmam a promoção desta pseudo-conversão, como modo de “mudar” ou “curar” a identidade de gênero e orientação sexual de pessoas LGBTQs. Dentre esses grupos promotores estão religiosos, como católicos tradicionais e outros, à medida que politicamente acontece a ascensão conservadora neopentecostal e de políticas extremistas antigênero ao redor do mundo (Benevides, 2025). Assim, a violência institucional que ganha espaço pelo Estado e por organizações conservadoras influencia na saúde e qualidade de vida das pessoas travestis e transexuais.

No campo político, os direitos das pessoas trans em relação a promoção da saúde têm avançado de forma gradual. Somente em 2018, a Organização Mundial da Saúde (OMS) oficializou a desclassificação da identidade de gênero como transtorno, por meio da 72ª Assembleia Mundial da Saúde. Trata-se de uma conquista recente, resultado de anos de mobilização e reivindicações coletivas (CEF, 2019).

De acordo com Ávila (2014), a despatologização dos corpos trans é um processo tanto social, como político, que objetiva retirar as identidades trans de registros de classificação de doença mental como o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) e a Classificação Internacional de Doenças (CID). Este movimento, é defendido por ativistas e teóricos que afirmam que transgeneridade não deve ser tida como transtorno ou doença psiquiátrica, mas sim, como expressão da diversidade humana.



O movimento internacional Stop Trans Pathologization (STP) iniciou-se em 2007, pela manifestação de ativistas da França e Espanha, é entendido como o principal articulador da luta pela despatologização trans. Dentre as principais ações, está a convocação global à reivindicação do direito à autodeterminação do gênero e direitos a essa população sem estigmas de doenças. Além disso, as críticas giravam em torno do modelo médico-psiquiátrico que determinavam “disforia de gênero” e “transtorno de Identidade de Gênero” como modo compulsório de controle social e retirada de autonomia da pessoa trans sobre o próprio corpo (Ávila, 2014).

No entanto, há muitas reivindicações que ainda se engendram, levando em consideração o cenário de violência e assassinato, como o que se denominou como “transfeminicídio” e “transhomicídio” (considerando as pessoas transmasculinas) que busca particularizar a morte motivada pelo ódio e transfobia, que no aparato jurídico existe a fim de romper com a prática colonial de exclusão cisnormativa institucional (Lôndero; Reis; Mewes, 2024).

Além disso, representantes sociais eleitas para cargos legiferantes, como, por exemplo, Erika Hilton e Duda Salabert, atuam no campo político para visibilidade das questões da população transexual no território brasileiro, com criação de projetos para a defesa de direitos fundamentais e acessos à saúde, mas enfrentam diversas dificuldades devido ao fato de ser a maioria do parlamento alinhada ao conservadorismo - e até mesmo no próprio campo progressista que atua nesta pauta, muitas vezes, no mínimo, de modo omissivo (Benevides, 2025).

2 Metodologia

Esta produção utiliza dados secundários e de domínio público que foram obtidos a partir do Dossiê publicado em 2025 pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), referente à violência e assassinatos de pessoas desta comunidade em 2024. Para Gil (2002), dados secundários são considerados aqueles que já foram coletados, tabulados, ordenados e, às vezes, até analisados. Estão disponibilizados para diversos propósitos desde que referenciados. Além disso, preservam a identidade dos corpos-territórios travestis e transexuais, dispensando,



Edmarcius Carvalho Novaes.
Gabriel da Cruz Ventura.
Suely Maria Rodrigues.
Maria Celeste Reis Fernandes de Souza.
Maria Terezinha Bretas Vilarino.

784

portanto, a apreciação e a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Portanto, esses dados não foram produzidos pelos autores, mas sim, pela ANTRA, conforme mencionado anteriormente.

A utilização desses dados secundários é considerada relevante pois trata-se de uma instituição que realiza trabalhos de pesquisa desde o ano de 2017 sobre assassinatos e violência contra as pessoas travestis e transexuais no Brasil. De acordo com Grubba e Porto (2022), a falta de dados oficiais sobre pessoas transexuais e travestis pelo governo brasileiro provocam consequências como a invisibilidade social e a implementação de políticas públicas eficientes. Ademais, o Governo não financia estes estudos, o que faz com que associações, como a ANTRA (2025), realizem levantamentos voluntários, com o objetivo de denunciar a situação.

Portanto, destacam-se as limitações da pesquisa decorrentes do uso de dados secundários extraídos da ANTRA (2025). A instituição atua como referência diante da omissão estatal, assumindo a responsabilidade pelos levantamentos e sistematização das informações. Contudo, a própria organização explícita, em seus dossiês, a possibilidade de subnotificação dos casos, uma vez que os dados são, em grande parte, obtidos a partir de registros com notoriedade midiática.

Este estudo adota um delineamento transversal e descritivo, com abordagem quantitativa, conforme preconizado por Creswell e Creswell (2018). Esse delineamento permite a coleta de dados em um único momento temporal, capturando prevalências e associações em uma população específica. A escolha pela abordagem quantitativa justifica-se pela ênfase em mensuração objetiva, análise estatística inferencial e generalização de resultados, empregando instrumentos padronizados para testar hipóteses e estimar magnitudes de efeito. Essa estratégia metodológica é particularmente adequada quando o objetivo primordial é quantificar fenômenos, identificar padrões populacionais e subsidiar inferências causais probabilísticas.

As variáveis incluídas na busca e na análise foram idade, identidade de gênero, cenário da violência e período do dia da ocorrência. Esses dados foram analisados por meio dos softwares PostgreSQL e R Commander. Para construção e organização das tabelas



foi utilizado o programa Microsoft Excel. Todos os dados seguiram critérios avaliados por equipes interdisciplinares por meio de avaliação dos assassinatos classificados como Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), isto é, aqueles cometidos com ameaça e prejudiciais à vítima com violência (Brasil, 2022).

3 Resultados e discussão

Neste tópico, são analisados os dados numéricos e descritivos para evidenciar as múltiplas vulnerabilidades às quais os corpos-territórios de pessoas travestis e transexuais estão expostos. A partir do diálogo entre os dados do Dossiê Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2024 (ANTRA, 2025) e outras fontes complementares, busca-se compreender como esses corpos-territórios são sistematicamente alvos de violência letal e simbólica, revelando um padrão de exclusão estrutural.

3.1 “Por que tanto ódio?”: Os corpos-territórios travestis e transexuais em risco

Os corpos-territórios violentados e assassinados, a partir de crimes violentos letais em 2024 formam o total de 122 pessoas, sendo 117 mulheres transexuais e travestis, e 5 homens trans e/ou pessoas transmasculinas. Se comparado ao ano anterior (2023), houve uma queda de cerca de 16%, no entanto, essa queda não foi capaz de retirar o país do ranking mundial como o país em que mais se matam as pessoas transexuais e travestis (Tabela 01).

Tabela 01 – Distribuição de mortes violentas aos corpos-territórios trans em 2024. (Brasil, 2025).

Corpos-Territórios transexuais e travestis violentados e assassinados em 2024		
Identidade de gênero	Número	Percentual

Homens Trans e Transmasculinos	5	4,09%



Edmarcius Carvalho Novaes.
Gabriel da Cruz Ventura.
Suely Maria Rodrigues.
Maria Celeste Reis Fernandes de Souza.
Maria Terezinha Bretas Vilarino.

Mulheres Transexuais e Travestis	117	95,90%
Total	122	99,99%

Fonte: Dados da Associação Nacional de Travesti e Transexuais, Benevides (2025).

Ressalta-se que não foram encontrados dados sobre os crimes violentos letais tendo como vítimas corpos-territórios não binários – ainda que somente a partir de 2023 que as pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) passaram a identificar este grupo (Batista, 2023). Assim, é interessante observar a necessidade de dados primários sobre a identificação destes corpos, bem como a discussão sobre como a mídia aborda essas identidades, uma vez que os dados são coletados pela ANTRA a partir de noticiários.

A partir de uma sociedade construída por meio de uma lógica colonial, pode-se observar a violência institucional tanto de órgãos de pesquisas, como da própria mídia, ao não levar em consideração as identidades que estão fora do imperativo binário, construído e imposto. Ademais, esse apagamento reflete diretamente na efetivação de políticas públicas assertivas a essa parcela da população não presente nos dados estatísticos e, por conseguinte, em análises posteriores.

Por outro lado, é importante destacar que homens cis gays afeminados também vivenciam situações de desvantagem social, especialmente em razão das masculinidades não hegemônicas que desafiam os padrões normativos. Autor 01 (2022) problematiza que, nesses campos de análise, as masculinidades dissidentes correspondem àquelas que escapam aos modelos socialmente legitimados do que se entende como “ser masculino”. O estigma sofrido pelas normatividades de gênero contribui para os índices de violência e assassinatos de corpos-territórios gays no Brasil, também alarmantes, representando 49% dos casos registrados.

Quanto ao perfil das vítimas trans, de acordo com a ANTRA (2025), dos 122 casos, somente em 77 foi possível identificar a idade,



sendo em sua maioria jovens trans entre 15 a 29 anos com frequentes dinâmicas de violência e assassinato (Tabela 02).

Tabela 02 - Distribuição da Faixa etária dos corpos-territórios trans vitimados em 2024. (Brasil, 2025).

Faixa etária dos corpos-territórios trans vitimados		
Idade	Quantidade	Porcentagem (%)
15 a 17 anos	2	3
18 a 29 anos	38	49
30 a 39 anos	16	21
40 a 49 anos	15	19,5
50 a 59 anos	5	6,5
60 anos	1	1
Total	77	100

Fonte: Dados da Associação Nacional de Travesti e Transexuais, Benevides (2025)

De acordo com a faixa etária, pode-se observar que as chances de um corpo-território travesti ou transexual jovem morrer é maior se comparado às demais faixas etárias. A partir dessas comparações, são possíveis observar o contexto social que cerca as pessoas travestis e transexuais, que os direitos humanos são violados, além da pouca expectativa de vida futura dessa parcela da sociedade.

Por outro lado, segundo a perspectiva de Benevides (2025) devido aos espaços onde acontecem os atos violentos, incluindo a escola e a universidade, pode-se observar que travestis e transexuais, em sua maioria, saem menos de casa por causa do medo de serem agredidas. Os dados também apontam que em 2024 a média de vida de uma pessoa transexual foi reduzida para 32 anos, se comparada às médias dos anos anteriores, que estavam em torno de 35 anos.

Apesar de ser um dado que varia anualmente, todos ainda apresentam a mesma expectativa de vida: as pessoas travestis e transexuais tem morrido muito jovens, o que reflete em uma série de questões complexas e que envolvem uma falta de conscientização social sobre gênero/sexo/orientação sexual, bem como a ação do Estado com



Edmarcius Carvalho Novaes.
Gabriel da Cruz Ventura.
Suely Maria Rodrigues.
Maria Celeste Reis Fernandes de Souza.
Maria Terezinha Bretas Vilarino.

788

políticas públicas efetivas em diversas áreas, como a segurança, a saúde e a educação.

Já em relação ao contexto social em que os corpos-territórios travestis e transexuais são violentados ou assassinados, os dados apontam que a desigualdade social presente na estrutura da sociedade brasileira, também interfere nas estatísticas destas vivências da violência.

De acordo com Souza (2017), por meio de um longo processo de escravização, os traços de violência permeados pela desigualdade de direitos, acessos e cidadania, permanecem em práticas coloniais atuais que reverberam na vulnerabilidade e na fragilidade de grupos historicamente colocados à margem social. Neste caso, travestis e transexuais são empurradas para prostituição, em grande parte não como uma escolha de trabalho, mas como uma alternativa de sustento ante a não abertura de oportunidades no mercado de trabalho, antecedida por um processo de educação formal que não garante condições básicas para seu acesso e permanência de qualidade.

Em contrapartida, como possível avanço no campo de lutas, evidencia-se o Projeto de Lei n°. 3109/23 sobre as cotas para as pessoas trans em universidades públicas, apresentado pela deputada federal Erika Hilton (PSOL/SP) (Haje, 2024). Algumas dessas instituições modificaram em seus próprios regimentos internos para esse atendimento de ações afirmativas, como a Universidade de Brasília (UnB), com reserva de 2% das vagas, a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e mais 10 outras universidades (Soares, 2024).

Portanto, as políticas públicas são fundamentais para que esses dados quantitativos sejam mitigados e as problemáticas em relação aos direitos fundamentais e direitos humanos da população trans sejam efetivados. Porém, com as políticas e campos conservadores sociais que colocam gênero como um pânico moral e impedem que essas ações sejam concretizadas, o que se tem é o aumento dos casos de violências letais.

Os dados analisados indicam que em relação a espacialidade dos casos de violência e assassinato de corpos-territórios de travestis e



transexuais, os espaços públicos são os locais de maior ocorrência da violência (68%), enquanto nos locais privados a porcentagem é de 32%. Este fato pode estar relacionado a uma combinação de fatores sociais, econômicos e culturais que amplificam sua vulnerabilidade. Essa realidade evidencia a urgência de políticas públicas inclusivas, campanhas educativas contra a transfobia, além de medidas efetivas para garantir segurança nos espaços públicos.

De outro modo, a maior exposição ao espaço cis-heteronormativo e a falta de suporte social, eventualmente podem explicar o aumento do risco de violência e assédio nos espaços públicos. Provavelmente, essa população também estivesse vulnerabilizada e sofrendo reclusão e marginalização que as forçaram a sair de seus núcleos familiares, de suporte social e comunitário e perda de vínculos (Magno; Leite; Sperandei, et al. 2024).

Em relação ao período do dia em que ocorreu a violência e/ou assassinato, 90% das ocorrências foram registradas como tendo acontecido no período noturno. A violência contra pessoas travestis e transexuais ocorre mais frequentemente à noite, devido a uma combinação de fatores sociais, econômicos e culturais que aumentam sua vulnerabilidade nesse período, o que pode refletir uma interseção entre transfobia estrutural, exclusão social e insegurança pública.

Na perspectiva de Barros e Nóbrega (2023) a maioria das mulheres trans vítimas de violência atua na prostituição, frequentemente em espaços públicos e durante a noite. Isso as expõe a riscos elevados, como ataques em ruas desertas ou locais públicos, onde a presença de proteção policial ou comunitária é limitada. A marginalização social faz com que sejam vistas como alvos fáceis, especialmente em horários em que há menor vigilância e maior anonimato para os agressores. À noite, esses espaços tornam-se ainda mais perigosos devido à menor circulação de pessoas e à ausência de testemunhas.

3.2 O perfil do corpo-território do violentador

O corpo como território político está em constante disputa pelo espaço (simbólico e material). Dessa maneira, é interessante também



Edmarcius Carvalho Novaes.
Gabriel da Cruz Ventura.
Suely Maria Rodrigues.
Maria Celeste Reis Fernandes de Souza.
Maria Terezinha Bretas Vilarino.

790

colocar em evidência o perfil do corpo-território do violentador, a fim de se compreender possíveis motivações dos assassinatos cometidos. A ANTRA (2025) não apresenta exatamente quais são os perfis dos agressores de travestis e transexuais, mas há estudos que permitem traçar um caminho para essa percepção, que se direcionam aos reflexos culturais de um feminismo essencialista, em que não se considera a existência de mulheres travestis e transexuais como mulheres, sobretudo, com argumentos biológicos (Butler, 2024).

Diante desse cenário, os casos de violência contra mulheres, por exemplo, são em sua maioria, cometidos por homens pelo fato de as vítimas serem mulheres, o que acaba por excluir a identidade transexual nessas análises (Benevides, 2025).

Além disto, uma parcela do movimento político feminista, de diferentes vertentes ideológicas, busca os direitos femininos restritamente amparados em concepções dadas pelo sexo biológico, reforçando padrões cisnormativos, trazidos por sociedades europeias através do processo violento de colonização, em que as relações de poder fazem uso da violência física, psicológica e patrimonial, provocando a vulnerabilidade de pessoas travestis e transexuais, levando-as, principalmente, à morte.

Agrega-se a isto, a ascensão política da extrema direita no Brasil, principalmente com o bolsonarismo em que os discursos antitrans nas redes sociais e nos parlamentos foram utilizados como pânico moral (Santos, 2023). Assim, o Estado ganha legitimidade para reforçar políticas contra esses corpos, cujas práticas demonstram a existência de uma transfobia estrutural, quando, por exemplo, limitam o uso aos banheiros públicos de acordo com a identidade de gênero diferente do sexo atribuído no nascimento (Butler, 2024).

A transfobia estrutural não apenas impede a inclusão plena dessa população nos avanços econômicos e sociais, mas também reforça barreiras institucionais que inviabilizam o acesso a direitos fundamentais. Sem ações concretas para enfrentar essas desigualdades, as melhorias nos índices econômicos nacionais continuarão a ser insuficientes e excludentes, aprofundando as disparidades vivenciadas pela comunidade trans (Benevides, 2025, p. 74).



Na perspectiva de Miguel (2021), o conceito de pânico moral contribui para a observação da política de recente, em especial da ascensão da extrema direita no Brasil. O conceito evidencia como líderes de grupos conservadores conseguiram a força eleitoral ao colocar a percepção de uma ameaça iminente aos valores tradicionais. Santos (2023) aponta que esse movimento se iniciou por volta de 2013, e a partir disso, consolidou-se ao longo do tempo.

Além disso, o discurso político do bolsonarismo transformou os movimentos sociais, em destaque, o feminismo e a comunidade LGBTQ+, como uma ameaça à “família tradicional” e inimigos comuns a serem combatidos. Butler (2024) apontou sobre uma temida “ideologia de gênero” que é utilizada por governos conservadores como modo de causar medos sociais e impedir avanços políticos voltadas às pautas de gênero, sexo e sexualidade.

Para Maracci & Prado (2022) o governo de Jair Bolsonaro modificou ofensivas contra a diversidade em uma política de Estado institucionalizada no Brasil. A certa depuração dos Direitos Humanos buscou proteger determinados grupos enquanto inviabiliza os direitos das minorias de gênero e sexualidade. Nesse sentido, a mudança de movimentos sociais conservadores ao poder executivo consolidou um Estado antigênero.

Portanto, o Estado pode ser identificado como um dos principais agressores à existência de pessoas travestis e transexuais, levando em consideração uma série de fatores, como a falta de políticas públicas efetivas de acesso, cidadania e direitos, e por não haver órgãos oficiais especializados que tratam sobre a coleta, revisão e análises de dados sobre as formas de violência às pessoas trans – sendo, assim, esta situação caracterizada como uma violência institucional.

Considerações finais

A análise realizada neste estudo evidencia a persistente violência contra os corpos-territórios de travestis e transexuais no Brasil, reafirmando dados preocupantes da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Com isso, a violência estrutural e institucional se manifesta de



Edmarcius Carvalho Novaes.
Gabriel da Cruz Ventura.
Suely Maria Rodrigues.
Maria Celeste Reis Fernandes de Souza.
Maria Terezinha Bretas Vilarino.

792

maneira sistemática, refletindo-se nos altos índices de agressões físicas e assassinatos, bem como na marginalização social dessa população.

Diante deste cenário, observa-se que a análise interdisciplinar com os estudos territoriais é uma contribuição original, ao dialogar com os estudos de gênero, concebendo que os corpos-territórios de travestis e transexuais se constituem como espaços de resistência, mas também de constante ameaça e vulnerabilidade, uma vez que a falta de políticas públicas efetivas e a omissão do Estado intensificam esse processo e estabelecem barreiras significativas no acesso à saúde, educação e ao mercado de trabalho. Por outro lado, a transfobia enraizada na sociedade é alimentada pelo discurso político conservador e por narrativas parlamentares que reforçam estereótipos negativos.

Observa-se também que a violência não se restringe ao território físico, mas se estende ao campo simbólico e psicológico, pois o silenciamento e a invisibilidade impostas às pessoas travestis e transexuais são formas de violência que implicam diretamente em seus reconhecimentos à dignidade humana e aos direitos fundamentais. Atrela-se a isto a cultura cisnormativa, que contribui para a perpetuação dessa realidade, em diferentes campos sociais, incluindo outras formas de feminismo que excluem mulheres travestis e transexuais de suas agendas.

O perfil das vítimas reflete desigualdades estruturais profundas, enquanto as eventuais respostas governamentais ainda são consideradas insuficientes por especialistas e ativistas. A urgência por políticas públicas efetivas permanece central no debate sobre a erradicação da transfobia no país. Torna-se fundamental a construção de estratégias políticas e sociais que promovam a segurança e os direitos dessa população, o que inclui a educação em gênero e diversidade, e a penalização efetiva de crimes de transfobia. Além disso, é imperativo ampliar o debate interdisciplinar sobre as vivências travestis e transexuais, com seus corpos-territórios, ressignificando suas múltiplas existências, (re)conhecendo-as como parte integrante da sociedade.



Referências:

ÁVILA, Simone Nunes. **FTM, transhomem, homem trans, trans, homem:** a emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo. 2014. 243 f. Tese (Doutorado) - Curso de Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2014.

BARROS, Thiago Almeida; NÓBREGA, Irlaine Cristina Silva. Narrativas de Violência Contra Transsexuais e Travestis na Cobertura de Telejornais. *Movendo Ideias*, Pará, v. 28, n. 1, p. 69-78, jun. 2023. Disponível em: <https://revistas.unama.br/index.php/Movendo-Ideias/issue/view/v.%2028%2C%20n.%201%20%282023%29>. Acesso em: 02 abr. 2025.

BATISTA, Livia. IBGE coleta dados sobre identidade de gênero pela primeira vez em pesquisa. 2023. Disponível em: <https://adiadorim.org/noticias/2023/10/ibge-coleta-dados-sobre-identidade-de-genero-pela-primeira-vez-em-pesquisa/>. Acesso em: 26 mar. 2025.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade - Tratado de Sociologia do Conhecimento. Trad. Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, Vozes, 27 ed., 2007.

BENEVIDES, Bruna G.. Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024 Bruna G. Benevides Brasil - 2025 Brasília: Distrito Drag, 2025. 144 p. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2025.



Edmarcius Carvalho Novaes.
Gabriel da Cruz Ventura.
Suely Maria Rodrigues.
Maria Celeste Reis Fernandes de Souza.
Maria Terezinha Bretas Vilarino.

794

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. 16.

ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. 210 p. Tradução Renato Aguiar.

BUTLER, Judith. Quem tem medo do gênero? Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2024. 280 p.

CRESWELL, John Ward. CLARK, Vicki L. Plano. Pesquisa de Métodos Mistos. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

CRESWELL, John W; CRESWELL, John David. Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. SAGE Publications. 5th ed. 2018.

DE JESUS, Jaqueline Gomes. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião, v. 2, p. 42, 2012.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GRUBBA, Leilane Serratine; PORTO, Amanda Brum. Sociedade da (des)informação: a omissão do Brasil sobre mortes trans e travestis. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 428-452, dez. 2022.

HAJE, Lara - Agência Câmara de Notícia. Projeto reserva 5% das vagas nas universidades federais para pessoas trans. 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1096516-projeto-reserva-5-das-vag>



as-nas-universidades-federais-para-pessoas-trans/#:~:text=O%20Projet
o%20de%20Lei%203109,tr%C3%AAs%20vagas%20para%20esse%20gr
upo.. Acesso em: 26 mar. 2025.

HAESBAERT, Rogério. Do Corpo-Território Ao Território-Corpo (Da Terra): contribuições decoloniais. *Geographia*, Niterói, v. 22, n. 48, p. 76-90, mar. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/43100/24532>. Acesso em: 24 mar. 2025.

LÔNDERO, Milena Cramar; REIS, Ana Gabrieli; MEWES, Emily Emanuele Franco. Violência contra pessoas trans no Brasil: como romper com o “cis-tema”? *Perspectivas Sociais*, Pelotas, v. 10, n. 1, p. 199-221, jan. 2024.

MAGNO, Laio, LEITE, Beo Oliveira, SPERANDEI Sandro, et al. Discriminação por identidade de gênero entre mulheres trans e travestis no Brasil: uma análise de classes latentes e fatores associados. *Rev Bras Epidemiol.* 2024; 27(Suppl 1): e240012. supl.1. <https://doi.org/10.1590/1980-549720240012.supl.1.2>

MARACCI, João Gabriel; PRADO, Marco Aurelio Maximo. Ofensivas Antigênero e a Depuração dos Direitos Humanos como Política de Estado no Brasil. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, [S.L.], v. 22, n. 4, p. 1372-1392, 15 dez. 2022. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/epp.2022.71643>.

MIGUEL, Luis Felipe. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 62, n. 1, p. 1-14, jul. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência como processo sócio-histórico. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Violência e saúde*



Edmarcius Carvalho Novaes.
Gabriel da Cruz Ventura.
Suely Maria Rodrigues.
Maria Celeste Reis Fernandes de Souza.
Maria Terezinha Bretas Vilarino.

796

[online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. Temas em Saúde collection. 132 p.13-37. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/maria-cecilia-minayo-um-olhar-sociologico-sobre-a-saude/#:~:text=A%20viol%C3%Aancia%20%C3%A9%20um%20fen%C3%B4meno,f%C3%ADsicos%2C%20agravos%20mentais%20e%20emocionais.>

MOTT, Luiz; DOMINGOS, Marcelo; REIS, Toni. Observatório 2023 de Mortes Violentas de LGBTQ+ no Brasil, Grupo Gay da Bahia. Salvador: Cedoc, 2023. 14 p. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/observatorio-da-violencia/>. Acesso em: 24 mar. 2025.

NOVAES, Edmarcius Carvalho. **“PRAZER, MARICONA”: multiterritorialidades de homens gays envelhecidos em Governador Valadares.** Tese (Doutorado) - Curso de Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2022.

NOVAES, Edmarcius Carvalho; VENTURA, Gabriel da Cruz; RODRIGUES, Suely Maria. “Queimem a bruxa!”: Butler e aqueles que têm medo de gênero. EccoS – Revista Científica, [S. l.], n. 72, p. e27919, 2025. DOI: 10.5585/2025.27919. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/27919>. Acesso em: 25 mar. 2026.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ́. A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. 324 p.

SANTOS, Sonara Suenia Costa dos. Para além da cortina de fumaça: a ofensiva anti-gênero sob o Bolsonarismo. Dissertação de Mestrado em



Serviço Social. Universidade do Estado do Rio Janeiro. 2023. Disponível em:

https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13992460#. Acesso em 18 de dezembro de 2024.

SCHMITZ, Alberto. Mortes violentas de LGBTQ+ Brasil: Observatório do Grupo Gay da Bahia, 2022. Grupo Dignidade, publicado em 19 de jan. 2023. Disponível em:

<https://cedoc.grupodignidade.org.br/2023/01/19/mortes-violentas-de-lgbt-brasil-observatorio-do-grupo-gay-da-bahia-2022/>. Acesso em: 14 set. 2023.

SOARES, Vitor. Conheça 10 universidades que aprovaram cotas para pessoas trans. 2024. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/educacao/conheca-10-universidades-que-aprovaram-cotas-para-pessoas-trans/#:~:text=Em%20setembro%20de%202024%2C%20a,nos%20vestibulares%20dos%20pr%C3%B3ximos%20anos.&text=Para%20validar%20as%20inscri%C3%A7%C3%B5es%2C%20as,procedimento%20de%20valida%C3%A7%C3%A3o%20de%20auto-declara%C3%A7%C3%A3o..> Acesso em: 26 mar. 2025.

SOUZA, Jessé. A elite do atraso: da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.



Edmarcius Carvalho Novaes.
Gabriel da Cruz Ventura.
Suely Maria Rodrigues.
Maria Celeste Reis Fernandes de Souza.
Maria Terezinha Bretas Vilarino.

798

“Where Does So Much Hatred Come From?": An Analysis of Violence and the Murder of Body-Territories of Travestis and Transsexuals in Brazil in 2024

RESUMO: This article analyzes the violence and murder of travestis and transgender people in Brazil in the year 2024, from the perspective of the body-territory concept. It is a cross-sectional, descriptive study with a qualitative-quantitative approach. Data were extracted from the National Association of Travestis and Transsexuals (ANTRA), referring to the violence and murders of individuals from this group in 2024. The variables analyzed included age, gender identity, setting of the violence, and time of day the incident occurred. The results indicated a higher frequency among individuals aged 18 to 29, with a predominance of transgender women and travestis. Public spaces were the main settings for violence, with most episodes occurring at night. It is concluded that the violence is systematic and rooted in discriminatory social structures, reflecting a violation of both physical bodies and the social and political spaces occupied by this community. The study also highlights the urgent need for effective public policies to combat this reality.

KEYWORDS: Transvestite and transsexual bodies-territories; Transvestite and transsexual murders; Gender violence; Territorialities.

Edmarcius CARVALHO NOVAES,
Licenciado em Filosofia, Pedagogia e em Letras-Libras. Bacharel em Direito e em Antropologia. Graduando em Psicologia. Mestre em Gestão Integrada do Território pela Univale e Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina. (2017-2019). Professor e pesquisador no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu de Mestrado em Gestão Integrada do Território, vinculado ao Laboratório de Pesquisa SAIS - Saúde, Indivíduo e Sociedade. Compõe o projeto de pesquisa "Princesas do Vale: memórias de territórios e sociabilidades LGBTQIAPN+ em Governador Valadares". Atua como



Orientador de Serviço no Projeto de Extensão "Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) Equidade" (Ministério da Saúde - Governo Federal).

<http://orcid.org/0000-0002-1901-0167>

Gabriel DA CRUZ VENTURA,
Mestrando em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce, com bolsa CAPES. Possui graduação em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda pela Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE (2024). Integrante do Grupo de Pesquisa Cultura Pop, Território e Processos Sociais, integrante do grupo de pesquisa Saúde Indivíduo e Sociedade - SAIS. Integrante do grupo de pesquisa: "Princesas do Vale: memórias de territórios e sociabilidades LGBTQIAPN+ em Governador Valadares"

<https://orcid.org/0009-0002-1495-4780>

Suely MARIA RODRIGUES,
Graduada em Odontologia pela Faculdade de Odontologia de Governador Valadares - FOG, Especialização em Dentística Restauradora e Avaliação Institucional pela UnB, Mestrado em Clínica Odontológica, Doutorado e Pós-doutorado em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é professora adjunta da Universidade Vale do Rio Doce, ministrando disciplinas no Curso de Odontologia e no Mestrado Gestão Integrada do Território. Coordenadora do grupo de pesquisa Saúde, Indivíduo e Sociedade (SAIS). Compõe o projeto de pesquisa "Princesas do Vale: memórias de territórios e sociabilidades LGBTQIAPN+ em Governador Valadares".

Maria Celeste REIS FERNANDES DE SOUZA,
Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola FAFILE. Mestre em Ciências de la Educación pelo



Edmarcius Carvalho Novaes.
Gabriel da Cruz Ventura.
Suely Maria Rodrigues.
Maria Celeste Reis Fernandes de Souza.
Maria Terezinha Bretas Vilarino.

800

Instituto Enrique José Varona, Havana. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais UFMG. Pós-doutora em Educação na Universidade Federal de Sergipe. Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território e do curso de Pedagogia/Univale.

<https://orcid.org/0000-0001-6955-5854>

Maria Terezinha BRETAS VILARINO,
Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Vale do Rio Doce, com especialização em História e Mestrado e Doutorado em História pela UFMG. Atualmente é professora assistente da Universidade Vale do Rio Doce, atuando no Programa de Mestrado em Gestão Integrada do Território.

<https://orcid.org/0000-0002-2093-5159>

Recebido em: 09/10/2025

Aprovado em: 11/03/2026



DOSSIÊ

**Corpos em trânsito, vidas em luta(o): cartografias de resistência de travestis brasileiras**

João Henrique de Sousa Santos, *Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil*

Ludmila Lima Arantes, *Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil*

Thiago César Carvalho dos Santos, *Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, Brasil*

Pedro Henrique Araujo Nunes, *Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil*

Isabella Campos Freitas D'Ávila, *Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, Brasil*

Cintia Maria Teixeira, *Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil*

Patricia de Souza Oliveira, *Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil*

Ravi Zanolla Cláudio, *Centro Universitário Ritter dos Reis, Porto Alegre, Brasil*

Resumo. Este artigo tem como objetivo cartografar experiências de resistência de travestis brasileiras profissionais do sexo residentes no Brasil e na Europa, analisando estratégias cotidianas de enfrentamento da morte. A pesquisa adotou a cartografia como método e ética de investigação, realizando sete entrevistas com travestis selecionadas a partir de vínculos prévios das(os) pesquisadoras(es) com essa população. Os encontros ocorreram em espaços significativos para as participantes, como ambientes de trabalho, residências e locais de militância, compreendidos como dispositivos de produção de sentido. As narrativas foram analisadas de forma processual, sem categorização rígida, acompanhando afetos, deslocamentos e modos de existência. Os resultados evidenciam que, embora atravessadas por violências estruturais, essas trajetórias produzem redes de cuidado, constroem



condições materiais e subjetivas de reconhecimento e operam deslocamentos geográficos e estéticos como formas de afirmação da vida. Conclui-se que escutar tais experiências implica deslocar leituras patologizantes e reconhecer a potência política e inventiva das existências travestis.

PALAVRAS-CHAVE: Travestis. Prostituição. Cartografia. Resistência.

Introdução

Há vidas que nascem atravessadas pela morte. Não a morte biológica, mas aquela silenciosa e simbólica que se anuncia cedo demais: no olhar da família que expulsa, no riso debochado na escola, na esquina em que se negocia o corpo e o medo. Vidas sentenciadas à invisibilidade antes mesmo de existirem e que, ainda assim, seguem falando, desejando, resistindo. Este artigo nasce do desejo de escutar essas vidas, cujas experiências são historicamente construídas e, não raro, traduzidas em registros esvaziados de sentido. Atravessadas por um horizonte de morte social (Butler, 2018; Mbembe, 2016), elas desafiam as fronteiras entre luta e luto, inscrevendo no corpo marcas de resistência.

Focamos nas experiências de travestis brasileiras que exercem o trabalho sexual, no Brasil e na Europa. Buscamos compreender estratégias cotidianas de enfrentamento da morte, literal (violências e homicídios transfóbicos) e simbólica (negação de direitos, apagamento, estigma e exclusão institucionalizada). Como nos lembra Butler (2018), determinadas vidas são consideradas não passíveis de luto, vidas que não contam como vidas, que podem ser descartadas sem comoção social. O presente artigo se propõe a contrariar essa lógica de abjeção, ao relatar e criar um espaço de para fala ao que não se quer escutar.

O Brasil figura reiteradamente entre os países que mais assassinam pessoas trans no mundo. De acordo com os dados sistematizados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), entre 2017 e 2025 foram mapeados 1.261 assassinatos de pessoas trans no país, evidenciando a persistência de um padrão estrutural de violência letal (Benevides, 2026).¹ A juventude constitui o principal alvo dessa

¹ Embora o Dossiê da ANTRA (Benevides, 2026) registre redução numérica dos assassinatos catalogados nos últimos anos (145 casos em 2023, 122 em 2024 e 80 em 2025) a entidade adverte que

João Henrique de Sousa Santos.
Ludmila Lima Arantes.
Thiago César Carvalho dos Santos.
Pedro Henrique Araujo Nunes.
Isabella Campos Freitas D'Ávila.
Cintia Maria Teixeira.
Patrícia de Souza Oliveira.
Ravi Zanolli Cláudio.

violência: 77% das vítimas tinham menos de 35 anos, com média de idade de 30 anos (Benevides, 2026). Adicionalmente, a intersecção entre transfobia, racismo e exclusão social aprofunda ainda mais a vulnerabilidade, evidenciando a atualização cotidiana da necropolítica (Mbembe, 2016) na gestão da vida e da morte dessas populações.

Ainda assim, é nesses mesmos territórios de exclusão que muitas travestis produzem laços, formas de cuidado, redes de solidariedade e invenções de si. O trabalho sexual, embora atravessado por estigmas e precariedades, surge em muitas narrativas como espaço de possibilidades, autonomia e orgulho, uma zona ambígua, onde convivem risco e afirmação. Como sugere Kulick (2008), a prostituição é, para muitas travestis, o único espaço onde são reconhecidas, admiradas, desejadas. Há, portanto, uma tensão constante entre agência e imposição, entre escolha e ausência de alternativas, entre desejo e sobrevivência, entre vida e morte.

Essa constatação, no entanto, não autoriza a naturalização da prostituição como destino da travestilidade. Como demonstra Barbosa (2013), a associação entre travestis, prostituição e marginalidade é historicamente produzida por dispositivos classificatórios que sexualizam e abjetam esses corpos, antecedendo, muitas vezes, a própria entrada no trabalho sexual.

Esta travessia investigativa se debruça sobre experiências singulares de travestis profissionais do sexo, corpos em trânsito, atravessados por violências e por agenciamentos, afetos e reinvenções. Não buscamos falar sobre “a travesti” ou “a mulher trans” como figuras homogêneas, nem reproduzir vinculações automáticas entre identidades e prostituição. Reconhecemos os limites do uso generalizante de “transexualidade” para abarcar experiências diversas (Favero, 2022) e distinguimos, com Carvalho (2018), marcadores simbólicos e sociais entre travestis e mulheres transexuais, distinções que impactam modos

essa variação não deve ser interpretada como diminuição efetiva da violência letal contra pessoas trans. Segundo o documento, a queda está associada sobretudo a subnotificação, invisibilização e apagamento institucional, relacionados ao enfraquecimento do monitoramento independente, à retração da cobertura midiática, à limitação da circulação de denúncias nas redes sociais, ao descrédito nas instituições de segurança e justiça e ao medo generalizado que produz silenciamentos estratégicos. Nesse sentido, a redução estatística não sinaliza avanços estruturais, mas pode indicar o aprofundamento da precarização da vida e da negação do direito ao luto da população trans no Brasil.



de exclusão. Enquanto a identidade travesti é muitas vezes associada a uma “feminilidade pombagira”, lida como mais “exagerada”, pública e erotizada, frequentemente associada imagetivamente à prostituição, a feminilidade das transexuais tende a ser percebida como “discreta”, recatada, medicalizada, mais alinhada a padrões normativos.

Para muitas, a prostituição não define a travestilidade, mas expressa uma resposta concreta a expulsões da escola, da família, do mercado formal e dos serviços públicos. Embora não livre, essa escolha tampouco se reduz à vitimização: é também visibilidade e pertencimento, a alto custo (Kulick, 2008). Essas trajetórias, frequentemente descritas como “vidas (des)cuidadas, necrogestadas, criadas para a morte” (Favero, 2022), revelam o entrelaçamento de transfobia, racismo, misoginia e precarização. No mercado formal, apenas 0,38% dos postos são ocupados por pessoas trans (Benevides, 2025), o que empurra muitas para o trabalho sexual como possibilidade concreta de sobrevivência. Amara Moira (2019) destaca a prostituição como um espaço que se abre, quando todos os outros (família, escola, trabalho) se fecham. Espaço que nunca foi preciso legislação para garantir o respeito ao nome e ao gênero, tornando possível superar o status de mera “sujeira estatística” (p.115).

Partimos, portanto, da ideia de que tais exclusões não são lacunas, mas efeitos de um projeto de desumanização bastante eficiente. Normas de gênero articuladas a dispositivos de patologização e criminalização produzem exclusões sistemáticas (Vidal; Castilho, 2023). Produzir conhecimento com e a partir dessa população é disputar modos de nomear, narrar e fazer existir, um gesto de reescrita e de fabulação crítica (Lima, 2024).

Metodologia

O percurso metodológico foi guiado pelo compromisso ético com uma escuta sensível, crítica e implicada. Optamos pela cartografia não apenas como método, mas como ética de acompanhamento das trajetórias e afetos das travestis participantes da pesquisa. Inspirada nas formulações de Passos, Kastrup e Escóssia (2015), a cartografia permite mais do que mapear trajetos fixos ou identidades cristalizadas: ela acompanha processos, movimentos, transformações. Trata-se de um

João Henrique de Sousa Santos.
Ludmila Lima Arantes.
Thiago César Carvalho dos Santos.
Pedro Henrique Araujo Nunes.
Isabella Campos Freitas D'Ávila.
Cintia Maria Teixeira.
Patricia de Souza Oliveira.
Ravi Zanolli Cláudio.

805

método que se constrói a partir do entre, do contato, da implicação mútua entre pesquisador e campo, entre teoria e vida, entre dado e afeto.

Essa aproximação com o método cartográfico implicou não apenas uma técnica, mas o cultivo de um *ethos cartográfico*, que nos orientava desde a construção do campo até a escrita da análise. A entrevista, longe de ser um instrumento de extração de conteúdos fixos, passou a ser compreendida como um acontecimento no qual se produz e se compartilha experiência. Como afirmam Tedesco, Sade e Caliman (2013), não há uma “entrevista cartográfica” enquanto modelo, mas sim um manejo cartográfico da entrevista, em que o pesquisador se implica num processo de coemergência de si e de mundo. Nesse sentido, “A entrevista visa não a fala ‘sobre’ a experiência e sim a experiência ‘na’ fala [...]. A entrevista não funciona como procedimento que media o acesso à experiência, ela se efetiva como tal” (Tedesco; Sade; Caliman, 2013, p. 304).

Foram realizados sete encontros com travestis brasileiras profissionais do sexo: cinco residentes no Brasil e duas na Europa (França e Grécia). As participantes foram localizadas por meio do trabalho das(os) autoras(es) com essa população, na militância e pelos vínculos afetivos. Esse vínculo inicial foi essencial para garantir o acesso ético e respeitoso a um grupo historicamente explorado por pesquisas extrativistas, bem como para minimizar elementos que pudessem gerar recusas.

Os encontros ocorreram em diferentes formatos (presenciais e *on-line*), com duração entre 2 e 3 horas, e sempre com a presença de duas pesquisadoras(es). Todos foram gravados mediante consentimento livre e esclarecido, e posteriormente transcritos integralmente. Seguindo Patai (2010), consideramos as transcrições não como meras cópias de falas, mas como atos de tradução ética, em que o tom, as pausas e o ritmo também constituem sentido. Vale ressaltar, ainda, que durante a escuta e transcrição, evitamos qualquer movimento de “limpeza” linguística que pudesse apagar o estilo, o ritmo ou o léxico pajubá das interlocutoras, compreendendo a linguagem como campo de afirmação política. Como afirma Favero (2022) e Moira (2024), a língua travesti é também território de resistência.



O elemento cartográfico foi decisivo para ultrapassar a ideia de entrevista como mera coleta de dados. As entrevistas foram pensadas como encontros, cenas relacionais em que algo se produz entre pesquisador e participante. Esse “duplo afetamento”, como propõe Tedesco, Sade e Caliman (2013), consiste em reconhecer que tanto quem fala quanto quem escuta está sendo transformado pela experiência compartilhada. O saber, então, não é pré-existente: ele nasce da relação, da escuta, da sensibilidade. Esse princípio cartográfico se fez ainda mais necessário pela natureza política e subjetiva das falas que ouvimos, atravessadas por violência, desejo, dor e reinvenção.

Os espaços de realização das entrevistas também foram cuidadosamente escolhidos, prezando pela privacidade e pelo conforto das entrevistadas. Sempre que possível, elas ocorreram em locais significativos para as participantes, como quartos de hotéis onde trabalhavam, salões de beleza, suas casas ou outros espaços por elas indicados. Essa decisão foi orientada por uma ética do cuidado² e da confiança, que buscava romper com a lógica do interrogatório institucional e se aproximar de uma escuta mais horizontal. Nesse sentido, não apenas a fala, mas também o ambiente, tão familiar e comum na vida de uma travesti profissional do sexo, atravessava as(os) pesquisadoras(es), como se evidencia na breve descrição a seguir:

L. segue à frente: alta, negra, com uma aparência nada frágil. Subimos as escadas e chegamos a um corredor escuro, com muitas portas, onde uma música relativamente alta preenchia todo o espaço, não se ouvindo outro som. Em contraste com o corredor, o quarto, que comporta a cama e algum espaço de circulação, é claro, iluminado por luz elétrica. Chama a atenção o efeito produzido por um globo de luz colorido. A cama de casal se impõe logo à entrada, disposta perpendicularmente à porta, com a cabeceira voltada para a parede à direita de quem entra. Uma calcinha preta repousa ao pé da cama. Dois travesseiros estão posicionados na parte superior. Ao longo de toda a cabeceira há um suporte onde se acumulam objetos: caixa de camisinhas, papel-toalha, roupas, um dildo branco e um invólucro de preservativo já aberto. Ao fundo do quarto, na

² Em Carol Gilligan, a ética do cuidado enfatiza a dimensão relacional da vida moral, orientada pela responsabilidade, pela atenção às necessidades do outro e pela preservação dos vínculos. Essa perspectiva valoriza a escuta, o contexto e a interdependência nas relações humanas. Nesse sentido, o cuidado aparece como fundamento ético das práticas relacionais e de tomadas de decisões.

João Henrique de Sousa Santos.
Ludmila Lima Arantes.
Thiago César Carvalho dos Santos.
Pedro Henrique Araujo Nunes.
Isabella Campos Freitas D'Ávila.
Cintia Maria Teixeira.
Patricia de Souza Oliveira.
Ravi Zanolli Cláudio.

807

parede oposta à porta, localiza-se o banheiro, sem porta, mas com a entrada lateral, de modo que não é possível ver o interior do box a partir da cama ou da porta. As paredes, pintadas de um amarelo desbotado, quase bege, apresentam diversas manchas. Destaca-se a parede da entrada, marcada por respingos escorridos ao longo de sua extensão, vestígios corporais que registram materialmente as múltiplas histórias, acontecimentos e gozos inscritos naquele espaço. É a primeira vez do cartógrafo em um quarto de prostituição (Descrição do local elaborada pelas(os) autoras(es)).

Por fim, a análise não buscou encaixar o que se produziu dos encontros em categorias analíticas rígidas. As narrativas foram lidas como textos vivos, rizomáticos, marcados por múltiplas temporalidades e intensidades. Assim, mais do que “analisar dados”, procuramos nos deixar atravessar por histórias que desafiam o saber instituído e que exigem de nós, enquanto pesquisadoras(es), uma escuta ético-política à altura de sua complexidade e beleza.

A pesquisa foi avaliada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Belo Horizonte - UniBH, com parecer de nº 6.877.665, e todas as entrevistadas receberam e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados e discussão

Nesse ponto destacamos o princípio vital deste estudo: recusar que essas vidas sejam reduzidas ao sofrimento. Como indica Selles e colaboradores (2022), travestis e transexuais, na construção de itinerários próprios e por meio de arranjos das experiências, produzem redes, alianças e estratégias de cuidado que, por vezes, se configuram em potências micropolíticas. Há uma vitalidade que resiste, uma produção de si que se inscreve no desejo, na reinvenção e no afeto. Como propõe Favero (2022, p. 31), “a experiência do trânsito de gênero não está e não deve ser definida pela via da transfobia [...] há uma dimensão do amor, do afeto, do desejo e da vida que não pode ser perdida de vista”.

Os resultados desta pesquisa não se apresentam como achados objetivos ou categorias fixas, mas como linhas de força que emergem do



encontro entre pesquisadoras(es) e interlocutoras. Narrativas de história de vida não cabem em um único artigo. Portanto, o que se produz aqui são mapas provisórios de experiências singulares, atravessadas por violências estruturais, mas também por invenções cotidianas de vida. As narrativas das travestis participantes revelam que a morte é uma presença constante, mas não soberana. Entre luta e luto, o que se destaca é a produção insistente de existência, de laços, de desejo e de dignidade. Organiza-se, assim, a análise em movimentos cartográficos que se entrecruzam e se contaminam mutuamente, sem pretensão de esgotamento.

Corroborando o que os estudos com a população trans apontam (Silva *et al.*, 2021; Rios *et al.*, 2025; Caravaca-Morera, Padilha, 2018), as trajetórias narradas pelas travestis entrevistadas são marcadas por experiências prematuras de ruptura, violência e ameaça à vida. Tentativas de suicídio na infância e adolescência, expulsões familiares, abusos sexuais, discriminação escolar e institucional compõem um cenário no qual a morte se anuncia precocemente. Não se trata apenas da possibilidade concreta de morrer, mas de uma morte social que antecede e condiciona a própria entrada na vida adulta.

B., 29 anos, travesti residente no Brasil, que sonha em migrar para a Europa, relata tentativas de suicídio aos 11, 13 e 16 anos, associadas à impossibilidade de reconhecimento de sua identidade de gênero, bem como às violências vividas nos contextos escolar e familiar. R., 25 anos, travesti residente na Europa, cujo sonho é tornar-se Miss, narra uma infância atravessada por perdas precoces, separações forçadas e violência sexual, trajetória que culminou na expulsão de casa aos 14 anos. L., 46 anos, travesti residente no Brasil, com passagem pela Europa, que afirma buscar viver o presente da melhor forma possível, descreve uma existência inteira vivida sob o risco, marcada por agressões físicas severas e por impactos duradouros sobre sua saúde mental. A., 32 anos, travesti residente no Brasil, que afirma não ter perdido a capacidade de brincar de boneca e que sonha em ser eternamente criança, vivendo em uma chácara e do próprio plantio, explicita, por sua vez, o que se configura como uma das primeiras violências experienciadas pela população trans: as múltiplas violências vividas no contexto escolar.

João Henrique de Sousa Santos.
Ludmila Lima Arantes.
Thiago César Carvalho dos Santos.
Pedro Henrique Araujo Nunes.
Isabella Campos Freitas D'Ávila.
Cintia Maria Teixeira.
Patricia de Souza Oliveira.
Ravi Zanolli Cláudio.

809

Com 11 anos eu tentei suicídio a primeira vez. Depois eu tentei com 13 e com 16. Sempre foram momentos assim, realmente, de pânico, de susto. E aí meus pais decidiram me mandar para a terapia. [Hoje] é uma prova todos os dias. É você acordar e você não saber se vai chegar um louco e vai matar você (B., 29 anos).

O que eu tenho que fazer com gay? É mandar embora de casa. Então ali eu vim para minha... Com 14 anos de idade, meu segundo cuspe que eu falo. Hoje falo brincando, mas é meu segundo cuspe para a realidade da vida. Eu já tinha sido cuspidada por minha mãe aos 9 anos. Com 14, eu estava sendo cuspidada pelos meus avós (R., 25 anos).

Na escola foi difícil. Queria usar o banheiro feminino, não deixavam. No masculino, os meninos queriam me agarrar. Na chamada, eu implorava para ser chamada pelo nome social... não me chamavam. Tinha que fazer escândalo, barraco, para conseguir respeito (A., 32 anos).

Esses relatos revelam que a violência não ameaça apenas os corpos, mas molda expectativas de futuro e sobre si. A morte anunciada, a interdição como realidade e o abandono como destino, funcionam como textos interpretativos da precariedade a que vidas trans estão submetidas. Tal dinâmica dialoga com a noção de condição precária formulada por Butler (2018), entendida como um regime político de gestão diferencial da vida, no qual certas existências são socialmente desqualificadas e tornadas mais expostas à exclusão, à violência e à morte. Essa desqualificação se articula a uma necropolítica cotidiana que não apenas mata, mas produz condições sistemáticas de exposição à morte. Como indicam Caravaca-Morera e Padilha (2018, p. 8):

[...] o cruzamento da fronteira do inaceitável justifica a violência, discriminação, fobia, invisibilidade/*erasure* e morte de algumas identidades, baseado em necropolíticas que se enfocam nas formas em que os corpos precisam ser apagados,



banidos e assassinados ao não se ajustarem ao modelo ideológico prefixado socialmente.

Todavia, reduzir essas trajetórias exclusivamente à violência seria reiterar a lógica que historicamente as silencia. Há nelas algo que também opera como ponto de partida para invenções de existência. As travestis parecem evidenciar com especial clareza, em seus corpos e, conseqüentemente, em suas vidas vividas, aquilo que Pelbart (2015, p. 21) formula ao tratar do que escapa a uma certa domabilidade da vida: “ao poder sobre a vida, biopoder, responde a potência da vida, biopotência”. Nessa direção, o que também emerge das narrativas é que, mesmo sob ameaça constante, essas vidas não se deixam capturar integralmente pela morte. A infância interrompida não encerra a história; ao contrário, inaugura uma urgência de invenção da vida, que se desdobra em escolhas possíveis, na construção de alianças e em processos contínuos de reinvenção. Como propõe Favero (2022) e Caravaca-Morera e Padilha (2018), trata-se de vidas produzidas sob regimes necropolíticos, vidas necrogestadas, mas não necrosadas: vidas que insistem em existir apesar do projeto de desumanização que as atravessa.

É nesse contexto que o trabalho sexual aparece nas narrativas como um ponto de inflexão decisivo, marcado por profundas ambivalências. Longe de ser apresentado como destino natural da travestilidade, ele emerge como resposta concreta a um cenário de exclusões estruturais, sobretudo no acesso à educação e ao mercado formal de trabalho, limitando as possibilidades de escolha profissional. “Compreende-se que “escolher” seria algo socialmente negado a estas mulheres, o que reforçaria sua inserção profissional em áreas precarizadas ou na prostituição.” (Santos, Oliveira-Silva, 2021). Ao mesmo tempo, o trabalho sexual não é descrito apenas como espaço de sofrimento e exposição ao risco, mas também como território de reconhecimento, autonomia relativa e produção de dignidade, no qual a vida encontra modos possíveis de se sustentar (Fonseca, Silva, Barbosa, 2021).

F. relata a entrada muito precoce no trabalho sexual, ainda na adolescência, associada à necessidade imediata de sobrevivência, bem como à possibilidade de acesso a bens básicos e a algum grau de

João Henrique de Sousa Santos.
Ludmila Lima Arantes.
Thiago César Carvalho dos Santos.
Pedro Henrique Araujo Nunes.
Isabella Campos Freitas D'Ávila.
Cintia Maria Teixeira.
Patricia de Souza Oliveira.
Ravi Zanolli Cláudio.

autonomia. J., travesti residente no Brasil, com passagem pela Europa, hoje com mais de 40 anos³ e mais de duas décadas de experiência no trabalho sexual, que sonha envelhecer com dignidade, compara a prostituição na rua e em hotéis, tanto no Brasil quanto na Europa, destacando a busca permanente por segurança como critério central na tomada de decisões. L. oferece uma crítica contundente ao trabalho formal, descrevendo-o como mais adoecedor do que o trabalho sexual, na medida em que exige submissão, silenciamento e desgaste contínuo, avaliação ancorada em sua própria trajetória no mercado formal, marcada por experiências reiteradas de violência. A., por sua vez, narra passagens por trabalhos informais, sem carteira assinada, bem como pela prostituição, evidenciando os limites estruturais impostos à permanência de travestis em espaços normativos de trabalho.

Sim, eu era bem acolhida na cidade, todo mundo respeitava, brincava... quando eu tentei arrumar um emprego de verdade, carteira assinada, aí eu não consegui. Aí eu vi os olhos da sociedade. Todo mundo acha legal, todo mundo respeita, mas para ter no estabelecimento de trabalho, ninguém quer. Aí vai para a prostituição mesmo. Eu lembro que no meu primeiro programa eu ganhei 50 reais, para mim aquilo era uma fortuna (A., 32 anos).

[O trabalho formal] é algo que eu não quero mais para a minha vida. Que eu almejei, mas, eu vi que hoje esses nove anos fodeu com a minha saúde mental. Está lá naquela sociedade, acordar cedo, ter chefe, tem que bater cartão no horário certo. Você tem que receber, trabalhar o mês inteiro, exaustão absoluta. Eu gosto de ser diva todo dia, ganhar dinheiro transando não me diminui em nada, não me sinto inferior a trabalho nenhum. Pelo contrário, essa história de que trabalho fácil. Não é fácil encarar o mundo, ele é sujo, fedorento. [...] Sim, eu transo com todo tipo de homem, mas uma grande maioria eu escolho (L., 46 anos).

³ Ao ser questionada sobre a idade, J. respondeu em tom marcadamente irônico: *“Eu vou te falar a minha idade. Eu passei dos 30, dos 30 aos 35, depois eu esqueci. A memória da gente vai ficando fraca, você está entendendo? Com o passar dos anos, a memória vai ficando fraca. Mas eu posso te dizer que já passei dos 40. Isso eu posso te falar.”*



Essas narrativas expõem a complexa trama que articula travestilidade e trabalho sexual. De um lado, operam expectativas sociais profundamente marcadas pela performatividade travesti, historicamente associada à prostituição, à marginalidade e à violência, de modo que, mesmo quando ocupam postos formais no mercado de trabalho, essas pessoas continuam a ser socialmente identificadas como profissionais do sexo. Tal marcação produz exclusões reiteradas e contribui para o deslocamento sistemático das travestis para a prostituição como horizonte possível de inserção econômica. De outro lado, o próprio mercado de trabalho formal-informal, no contexto do capitalismo contemporâneo, revela-se atravessado por formas intensificadas de precarização, exploração e desgaste dos corpos, frequentemente à revelia de direitos mínimos (Araújo, 2020). Nesse cenário, o trabalho sexual pode aparecer, para algumas, não como saída ideal, mas como desvio relativo frente a outras modalidades de trabalho igualmente precarizadas, ainda que permaneça exposto à violência, à instabilidade e à captura do corpo como força produtiva, dinâmica que, como sugere Preciado (2018), antecipa e explicita tendências centrais do regime contemporâneo de exploração do trabalho.

Vale reforçar que o direcionamento ao trabalho sexual se dá em um campo de possibilidades extremamente restrito, evidenciando tratar-se muito mais de uma “escolha forçada”, em diálogo com Sofal e colaboradores (2019), do que de um horizonte previamente planejado nas trajetórias das entrevistadas. Diante da exclusão sistemática, expressa, por exemplo, nos baixos índices de inserção de pessoas trans no mercado formal de trabalho (Cavalcanti, Pateo, Silva Filho, 2025; Benevides, 2026), o trabalho sexual emerge como um destino situado, atravessado por agência, mas igualmente por imposições estruturais. Trata-se de uma zona ambígua, na qual risco e dignidade coexistem, e em que a vida se sustenta no limiar entre sobrevivência e afirmação. Nesse contexto, a prostituição se configura como uma estratégia de existência em um campo social que frequentemente nega cidadania e direitos básicos aos corpos travestis.

Kulick (2008) reforça as narrativas aqui apresentadas ao indicar que, para muitas travestis, a prostituição constitui um dos poucos espaços sociais nos quais são reconhecidas, desejadas e valorizadas: “*ser diva todo dia*” (L., 46 anos). Tal constatação não elimina a violência

presente nesse campo, mas tensiona leituras moralizantes que reduzem o trabalho sexual à exploração absoluta ou à degradação moral. Sofal e colaboradores (2019, p. 380) reiteram essa perspectiva ao afirmar que “a prostituição torna-se para elas uma rede de apoio em uma sociedade que as exclui. É nesse local que ela se sente aceita, se sente um sujeito como todos os outros”. Na pesquisa realizada por esses autores, a partir de entrevistas com travestis e transexuais profissionais do sexo, emergem narrativas que apontam a prostituição também como espaço de acolhimento e reconhecimento, frequentemente não encontrados no mercado formal de trabalho.

É a partir desse campo ambíguo de restrições e invenções, no qual o trabalho sexual se apresenta como estratégia possível de sustentação da vida diante da negação sistemática de direitos, que outras formas de deslocamento passam a ganhar relevo nas narrativas. Quando as condições de permanência se tornam insustentáveis, a própria circulação dos corpos no espaço social é reconfigurada, abrindo lugar para movimentos que extrapolam o território nacional. Nesse contexto, a migração emerge nas narrativas como estratégia central de sobrevivência e reinvenção. O deslocamento para outros países, especialmente europeus, em decorrência da facilidade de entrada, aparece como tentativa de escapar da violência cotidiana vivida no Brasil, ainda que não se configure como solução definitiva ou isenta de riscos.

Nas narrativas das entrevistadas, a experiência migratória, especialmente para países europeus, ocupa um lugar central na construção de suas trajetórias de vida. A circulação internacional aparece não apenas como deslocamento geográfico, mas como momento decisivo de redefinição de si, no qual novas formas de se apresentar, projetar o futuro e sustentar a própria existência passam a ser possíveis. Ter vivido ou viver na Europa adquire um valor que extrapola a dimensão material, operando como marcador simbólico de distinção, reconhecimento e legitimidade entre pares. Essa passagem compõe uma espécie de repertório biográfico valorizado, mobilizado pelas próprias entrevistadas na negociação de posições, expectativas e pertencimentos ao longo de suas trajetórias, contribuindo para a consolidação de identidades que se tornam, a partir daí, mais visíveis e socialmente inteligíveis. O estudo de Soliva (2019) corrobora essas formulações ao destacar a importância do



trânsito pela Europa na trajetória de travestis que alcançaram repercussão nacional no Brasil, como Rogéria e Divina Valéria, evidenciando o peso simbólico e político dessas experiências na produção de reconhecimento e valorização.

J. relata maior respeito social na Europa em comparação ao Brasil, especialmente no tratamento cotidiano e na relação com clientes. R. descreve a Europa como espaço de reconstrução possível após grandes rupturas, ainda que marcada por solidão e desafios. Y., 50 anos, travesti residente na Europa, cujo sonho é “ter uma relação, um amor verdadeiro”, narra uma trajetória atravessada por prisão, pedido de asilo e ausência prolongada de garantias documentais, revelando a precariedade que atravessa a experiência migratória. F. menciona redes transnacionais de amigas travestis, espalhadas por diferentes países, que sustentam fluxos constantes de circulação.

Mas quando eu cheguei na Europa estava no auge do verão. Eu acho que eu chorei durante duas semanas, pedindo para voltar para o Brasil. [...] Eu cheguei na ganância de trabalhar, de mudar a minha vida. [...] O Brasil é um país meio hipócrita, eu sempre falo isso. Mas tipo assim, a Europa não... Você é livre na Europa. A gente vem pra Europa para ter segurança. A Europa te dá muita segurança, para uma mulher trans hoje em dia. O Brasil é perigoso. A gente sai com medo, né. Se eu te falar que eu não conheço transexuais que não vivem com medo, eu vou mentir. Vivemos com medo. Por causa que... o perigo que a gente fala [na Europa] é imigração, é polícia, por causa que somos, querendo ou não, imigrantes. Mas a Europa, ela mudou a minha vida. Ela me moldou. Sabe, eu era uma no Brasil. A Europa me transformou (R., 25 anos).

Eu acho que fora do Brasil eles respeitam mais a gente do que aqui. Eu acho, porque os italianos, eles são... não é questão nem que é hipócrita, entendeu? Eles olham para você. Não é igualzinha, que tem aquela sensação dos homens te xingarem de dia e querem seu corpo à noite, porque é assim, Brasil é assim. Olha para você torto de dia, mas quer você à noite (J., 40+ anos).

Me dá um medo quando eu estou sozinha, quando eu estou só aqui em casa. Mas, por exemplo, se eu estiver com uma

João Henrique de Sousa Santos.
Ludmila Lima Arantes.
Thiago César Carvalho dos Santos.
Pedro Henrique Araujo Nunes.
Isabella Campos Freitas D'Ávila.
Cintia Maria Teixeira.
Patricia de Souza Oliveira.
Ravi Zanolli Cláudio.

815

companhia no parque, não me dá nada. [...] Não é um mar de flores você viver aqui sozinha, depois que você tem família, você tem amigos no Brasil. [...] E hoje, quando eu falo que eu consegui ficar aqui, [na Europa], é uma emoção muito grande, eu consegui ficar, eu consegui falar, eu consegui trabalhar, eu consegui minha casa, eu consegui o meu espaço aqui. Isso aí é uma vitória muito grande para mim. As pessoas hoje em dia já olham, 'não, hoje em dia ela venceu, ela está lá, ela conseguiu ficar, ela tem um espaço', entendeu? Então para mim é uma emoção muito grande falar disso, entendeu? As coisas muito boas (Y., 50 anos).

O trânsito, aqui, não é apenas geográfico, mas existencial. Migrar não significa apenas buscar melhores condições materiais, mas escapar de um destino anunciado, experimentar outros modos de existir e reinscrever o corpo em territórios menos hostis, ainda que igualmente ambíguos. Como demonstra Pelúcio (2011), as travestis brasileiras que circulam pelo mercado transnacional do sexo na Europa buscam não apenas dinheiro, mas respeito, reconhecimento e vidas mais habitáveis, ainda que vividas sob regimes de controle, racialização e exotização colonial. Nas palavras da autora, “nesses deslocamentos, elas parecem buscar não só uma experiência internacional, mas, sobretudo, uma saída possível dos espaços liminares” (Pelúcio, 2011, p. 248). A Europa, assim, não aparece como espaço idealizado, mas como outro campo de disputas, atravessado por racismo, xenofobia e controle dos corpos dissidentes. Vale destacar que a noção de corpos dissidentes se refere a corpos que tensionam ou escapam às normas sociais, especialmente àquelas que regulam gênero, sexualidade e modos de existência. Inspirada em autoras(es) como Judith Butler e Paul Preciado, essa perspectiva compreende o corpo como um campo político no qual se evidenciam tanto os dispositivos de normalização quanto as práticas de resistência que desestabilizam regimes normativos.

Nesse sentido, os corpos em trânsito desestabilizam fronteiras fixas e desafiam políticas de contenção. Circular torna-se ato político; mover-se como modo de sobreviver. O trânsito, enquanto conceito cartográfico, aponta menos para um destino final e mais para a insistência no movimento como condição de vida. O trânsito, assim,



constitui uma cartografia complexa entre Brasil e Europa, entre exclusão e reconhecimento parcial, entre risco e sobrevivência. No entanto, esse movimento não se sustenta de forma solitária. A possibilidade mesma de circular, permanecer ou partir depende da construção de apoios que tornem a vida habitável em contextos marcados pela instabilidade. Pelúcio (2011, p. 249) chama atenção para essas vidas “vivas nos entre-espços criados por uma vasta rede de sociabilidade e negócios, mas que tem garantido a muitas a possibilidade de conhecer lugares famosos, comer em bons restaurantes, conhecer outras culturas e línguas”.

No percurso de criação dessas redes de sociabilidade e diante da fragilidade de políticas públicas e da ausência da família nuclear, as redes informais de cuidado emergem como dispositivos centrais de sustentação da vida. Amigas, “irmãs”, “madrinhas”, “mães” travestis, casas compartilhadas e alianças afetivas constituem formas de cuidado coletivo que atravessam as narrativas. F. destaca a importância das amigas com quem transicionou ainda jovem, hoje espalhadas por diferentes cidades e países, mas conectadas por vínculos duradouros. Y. descreve a casa que reside como espaço de trabalho coletivo, apoio mútuo e acolhimento de outras travestis brasileiras. G., 35 anos, travesti residente no Brasil, que se diz vaidosa e sonha em fazer uma faculdade na área de estética, reconhece figuras fundamentais que a apoiaram nos momentos mais críticos da vida. L. articula cuidado e militância, enfatizando a abertura de caminhos para outras travestis em espaços antes inacessíveis.

Hoje nós somos muitas amigas, eu precisei, numa época, descer na rua. Ela que me levou para um ponto lá da cidade, me apresentou, as meninas, fui muito bem recebida. Aí que veio o nome de madrinha, porque foi ela que me apresentou aquele outro lado da cidade (G., 35 anos).

Eu tenho amizades com pessoas daqui e do Brasil. Eu tenho uma amiga que mora aqui, que é muito conhecida aqui também. Já tem documento, ela também é transsexual e brasileira. Que mora aqui no outro bairro. Como vou dizer... uma ‘irmãzona’ minha, uma colega, uma amiga, me ajuda no que eu preciso. Está sempre aqui para ajudar. Mas depois conhecendo outras trans do Brasil que passam por aqui, aí

João Henrique de Sousa Santos.
Ludmila Lima Arantes.
Thiago César Carvalho dos Santos.
Pedro Henrique Araujo Nunes.
Isabella Campos Freitas D'Ávila.
Cintia Maria Teixeira.
Patrícia de Souza Oliveira.
Ravi Zanolli Cláudio.

817

depois vieram para a minha casa, vieram trabalhar, várias transsexuais. Eu passei a conhecer o povo realmente que está aqui na Europa (Y., 50 anos).

Essas redes operam fora das instituições formais, mas não fora da política: elas constituem uma micropolítica do cuidado que se faz no cotidiano, na circulação de informação, mediação de acesso, proteção e solidariedade entre pares. (Silva Junior, Brigeiro, Monteiro, 2022). O cuidado, aqui, não é idealizado, pois ele é atravessado por conflitos, limites e negociações constantes: *“te conheci pela amizade, eu preciso... me ajuda ali... com trabalho, preciso de um apartamento. Não! Não é assim.”* (R., 25 anos). Ainda assim, constitui um dos principais dispositivos de resistência à precarização extrema. A travestilidade emerge não como experiência isolada, mas como forma de vida coletiva, sustentada no comum e na invenção de modos de existir em rede.

Vale destacar, contudo, que essas redes de cuidado e solidariedade não operam fora de tensões e ambivalências. Como conta Amara Moira (2024), as relações entre travestis também são atravessadas por disputas, competições e hierarquizações internas, marcadas por diferenças de capital estético, passabilidade e reconhecimento social e financeiro.

Era uma guerreira. Um dia antes, ela me levou na porta da minha casa e falou comigo, semana que vem eu estou querendo mudar. [...] A outra colega dela pagava por uma cafetina. E a outra cafetina que ela pagava eram duas cafetinas que estavam disputando o ponto. E aí, elas estavam querendo que a minha amiga pagasse para as duas. Minha amiga falou, olha, não tem problema de eu pagar, porque eu já pago. Já pago. Só que, porém, eu não posso pagar para as duas. Então, vocês se entendam e me falam. [...] Só que a M. falou com a amiga dela, que morava com ela, que ela tinha que pagar para ela e que era para ela compactuar. E assim a menina fez. [...] A partir disso aí, eu fiquei muito desacreditada com a amizade no meio. E muito com um pé na frente e outro atrás (G., 35 anos).



[...] era como se eu fosse minha mãe mesmo. De transexual, foi ela que me deu o meu primeiro hormônio. Sabe? [...] e... rolou uma bobagem, acho que influência, né? Acho que foi uma influência de outras pessoas, para fazer o mal. Uma calcinha. Por causa de uma calcinha. [...] [Ela] estava me acusando de roubo de uma calcinha. Eu falei que não... era parecida, muito igual, mas não era. [...] Quando cheguei à noite, eu lembro como se fosse hoje. As minhas coisas estavam todas dentro de saco de lixo preto. Então, tá indo para o quarto cuspe meu... era o quarto... mais uma vez estão me mandando embora (R., 25 anos).

Essas dinâmicas revelam que o cuidado, longe de ser idealizado, se constrói em um campo atravessado simultaneamente pela solidariedade e pela escassez, pela proteção e pela desconfiança constante. Ainda assim, tais alianças permanecem centrais como estratégia de sobrevivência e sustentação da vida em um contexto de abandono estrutural, no qual o comum se produz de forma instável, situada e profundamente política.

Por fim, o corpo travesti aparece nas narrativas como território central de disputa política. Voz, estética, gestualidade e presença pública não são apenas expressões identitárias, mas estratégias de afirmação e enfrentamento do apagamento. B. reflete sobre a própria voz estridente e o corpo esguio como alvos de estigmatização, transformados em potência por meio da afirmação radical de si. J. enfatiza a elegância, o cuidado estético e o perfume como formas de exigir respeito e reconhecimento.

As pessoas acham que eu sou muito alta e que a minha voz é muito estridente. Eu vou falar mais alto ainda, porque a minha voz realmente é estridente e eu preciso, sabe? Tipo, entender que a minha voz é assim mesma. Não posso falar baixo, gente. Minha voz não vai sair igual. Eu não vou conseguir falar, então, tipo assim, ou vocês escutam ou eu falo (B. 29 anos).

Antigamente, na minha época, para você ser uma travesti você tinha que ter bastante silicone no corpo, se você não tivesse, você não era travesti. E hoje em dia, por isso que eu vejo as mulheres, de vez em quando, olhando a gente com um arzinho de despeito, mas não é, não é tipo despeito assim, como posso

João Henrique de Sousa Santos.
Ludmila Lima Arantes.
Thiago César Carvalho dos Santos.
Pedro Henrique Araujo Nunes.
Isabella Campos Freitas D'Ávila.
Cintia Maria Teixeira.
Patricia de Souza Oliveira.
Ravi Zanolli Cláudio.

819

dizer para você... é porque eu acho que a travesti está mais arrumada, ela se veste mais, ela se quer (J., 40+ anos).

Essas performances corporais dialogam com a noção de performatividade de gênero subversiva (Butler, 2003), não como repetição normativa, mas como desvio produtivo. A estética travesti não busca adequação, mas visibilidade (Butler, 2018); não pede permissão, mas ocupa espaço. O corpo, mais que alvo de violência, torna-se lugar de práxis, no qual se produzem sentidos e se tensionam normas sociais.

Destaca-se que as linhas cartográficas aqui traçadas não pretendem representar a totalidade das experiências travestis, tampouco oferecer narrativas de superação. Elas operam deslocamentos nos modos de escutar, narrar e produzir conhecimento sobre vidas historicamente silenciadas. Entre luto e luta, essas trajetórias afirmam a vida como gesto político cotidiano. A cartografia revela que, embora a violência e a exclusão estejam presentes de forma brutal nas vidas dessas travestis, o que predomina é a invenção de vida, atravessada por estratégias de sobrevivência, cuidado coletivo, estética política e deslocamentos táticos. Longe de reduzir essas vidas à dor, as narrativas mostram formas resistentes de habitar o mundo.

Considerações finais

Cartografar essas trajetórias é também, e principalmente, mapear os desvios que escapam ao controle biopolítico do luto e da dor. O trabalho sexual, embora atravessado por violências e estigmas, pode ser também um espaço de reconhecimento e afirmação (Kulick, 2008; Pelúcio, 2012). É nesse território ambíguo, entre vulnerabilidade e agência, risco e potência, que as travestis constroem formas de existência que afirmam sua autonomia e presença. Há uma política do corpo em jogo, onde a performance estética, o gesto e o enfrentamento tornam-se ferramentas de sobrevivência e de enfrentamento simbólico ao apagamento.

Embora marcadas por exclusões precoces, por uma morte social reiteradamente anunciada e por riscos permanentes, as narrativas



analisadas revelam modos singulares de sustentar a vida, produzir vínculos, afirmar desejos e construir dignidade em contextos adversos. Ao acompanhar essas trajetórias, este estudo buscou deslocar o olhar de uma leitura centrada exclusivamente no sofrimento para uma compreensão mais complexa, que reconhece a potência criativa e política dessas experiências.

O trabalho sexual, longe de aparecer como essência da travestilidade ou como destino naturalizado, emerge como uma resposta situada a um campo de possibilidades profundamente restrito. Nas narrativas, ele se apresenta como espaço ambíguo, atravessado simultaneamente por riscos, violências e exploração, mas também por reconhecimento, autonomia relativa e pertencimento.

Os deslocamentos geográficos e existenciais narrados, entre cidades, países e continentes, revelam que o trânsito é, para muitas travestis, uma estratégia de sobrevivência e uma forma de resistência. Migrar não significa alcançar segurança plena, mas operar deslocamentos frente à violência cotidiana e buscar condições materiais e subjetivas mínimas de reconhecimento e continuidade da vida. Nesse percurso, redes de cuidado e alianças afetivas travestis se mostram fundamentais, sustentando modos de existir que não dependem exclusivamente do Estado. Essas redes configuram práticas micropolíticas de cuidado que desafiam o abandono institucional e produzem o comum como espaço de sustentação da vida.

Por fim, esta pesquisa se formou pelo desejo de escutar de outro modo. Não uma escuta técnica ou neutralizada, mas uma escuta que fabula, que se implica e que se deixa afetar. Como escreve Favero (2022, p. 11), “a aposta não é curar pela fala, mas pela política, pelo afeto e pelas amizades”. Escutar travestis e mulheres trans em sua dor, mas sobretudo em sua potência, foi recusar a ideia de que a diferença é erro, e, com isso, operar deslocamentos no tempo, no sentido e na palavra. Foi nesse horizonte que se inscreveu também a tarefa de frequentar o que nunca foi frequentado, “ler o que nunca foi escrito, escutar o que foi silenciado e escrever sobre narrativas impossíveis”, como afirma Lima (2024). Mais do que representar trajetórias, buscou-se criar condições de escuta e visibilidade para narrativas historicamente silenciadas, disputando os regimes de saber que frequentemente reduzem vidas dissidentes à dor ou à anormalidade. Nessa escuta atenta, o que emerge não é apenas a experiência da morte social reiteradamente anunciada, mas também a

João Henrique de Sousa Santos.
Ludmila Lima Arantes.
Thiago César Carvalho dos Santos.
Pedro Henrique Araujo Nunes.
Isabella Campos Freitas D'Ávila.
Cintia Maria Teixeira.
Patrícia de Souza Oliveira.
Ravi Zanolli Cláudio.

821

insistência cotidiana em permanecer, criar e existir, afirmação que ressoa, como na canção de Belchior: “Ano passado eu morri / Mas esse ano eu não morro”. Em um contexto de recrudescimento conservador e de ataques contínuos à população trans, afirmar essas histórias como produtoras de conhecimento é também um gesto político.

Referências

ARAÚJO, J. N. G. de. Neoliberalismo e horizontes da precarização do trabalho. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 79–93, jun. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172020000100007. Acesso em: 23 jan. 2026.

BARBOSA, B. C. “Doidas e putas”: usos das categorias travesti e transexual. **Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana**, Rio de Janeiro, n. 14, ago. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/hykHkccvn45vRkCFVgDZFqR/?lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2024.

BENEVIDES, B. G. **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2025. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2026.

BENEVIDES, B. G. **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2025.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.



CARAVACA-MORERA, J. A.; PADILHA, M. I. Necropolítica trans: diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade. **Texto & Contexto** – Enfermagem, Florianópolis, v. 27, n. 2, e3770017, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-07072018003770017>. Acesso em: 22 jan. 2026.

FONSECA, G. C.; SILVA, T. G; BARBOSA, R. E. C. ganhando a vida? Estratégias adotadas por travestis trabalhadoras do sexo nas ruas de Montes Claros, MG. **Argumentos**: Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes, Montes Claros, v. 18, n. 2, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/argumentos/article/view/4485>. Acesso em: 22 jan. 2026.

CARVALHO, M. “Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 52, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/MyFKg4jJ4dBr6Zzfpb7vL9Q/>. Acesso em: 15 set. 2024.

CAVALCANTI, F. M. S.; PATEO, F. V.; SILVA FILHO, A. L. A. A inserção e as características das pessoas trans no assalariamento formal. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**, Brasília, DF: Ipea, v. 31, n. 80, out. 2025. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt80/nt2>. Acesso em: 15 set. 2024.

FAVERO, S. **Pajubá-terapia**: ensaios sobre a cisnorma. 2. ed. Porto Alegre: Nemesis Editora, 2022.

GILLIGAN, C. **Uma voz diferente**: Teoria psicológica e o desenvolvimento feminino. Editora Vozes, 2021.

KULICK, D. **Travesti**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LIMA, A. F. Escutar o que foi silenciado, ler o que nunca foi escrito e escrever sobre narrativas impossíveis: fabulação crítica e insurgência à morte do narrador. In: LIMA, A. F.; ROSA-RODRÍGUEZ, Y.(org.). **Caminhos da pesquisa de gênero e sexualidade**: perspectivas da América Latina e Caribe. Porto Alegre: Sulina, 2024. p. 25-48.

João Henrique de Sousa Santos.
Ludmila Lima Arantes.
Thiago César Carvalho dos Santos.
Pedro Henrique Araujo Nunes.
Isabella Campos Freitas D'Ávila.
Cintia Maria Teixeira.
Patricia de Souza Oliveira.
Ravi Zanolli Cláudio.

823

MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 32, p. 122–151, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em: 28 mar. 2025.

MOIRA, A. A prostituição como trincheira trans. **Revista Contraste**, n. 6, p. 114–119, 2019.

MOIRA, A. **Neca**: romance em bajubá. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PATAI, D. **História oral, feminismo e política**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PELÚCIO, L. Desejos, brasilidades e segredos: o negócio do sexo na relação entre clientela espanhola e travestis brasileiras. **Bagoas – Estudos Gays: Gêneros e Sexualidades**, Natal, v. 5, n. 6, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2334>. Acesso em: 20 jan. 2026.

PELBART, P. P. Políticas da vida, produção do comum e a vida em jogo. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 24, supl., p. 19–26, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2334>. Acesso em: 15 jan. 2026.

PRECIADO, Paul B. **Testo Junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: n-1 edições, 2018.

RIOS, E. B. *et al.* Notificações de violência contra travestis e transexuais: estudo de série temporal, Brasil, 2015-2022. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, DF, v. 34, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2237-96222025v34e20240350>. Acesso em: 15 jan. 2026.

SANTOS, K. M. O.; OLIVEIRA-SILVA, L. C. Marcadas pelo mercado: inserção profissional e carreira de mulheres transexuais e travestis. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 62, e216221, 2021. Disponível em:



<https://doi.org/10.1590/18094449202100620021>. Acesso em: 03 jan. 2026.

SELLES, B. R. S. *et al.* Redes sociais de apoio às pessoas trans: ampliando a produção de cuidado. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. especial 6, p. 148–161, dez. 2023. Disponível em: <https://www.saudeemdebate.org.br/sed/article/view/6910>. Acesso em: 22 jan. 2026.

SILVA, G. W. S. *et al.* Fatores associados à ideação suicida entre travestis e transexuais assistidas por organizações não governamentais. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, supl. 3, p. 4955–4966, 2021. Disponível em: <https://www.saudeemdebate.org.br/sed/article/view/6910>. Acesso em: 22 jan. 2026.

SILVA, A. L., BRIGEIRO, M. M. S. ‘Irmandade travesti é a nossa cura’: solidariedade política entre travestis e mulheres trans no acesso ao cuidado em saúde e à prevenção ao HIV. **Saúde em Debate**, v. 46, n. 7, p. 103–116. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E707>. Acesso em: 23 jan. 2026.

SOFAL, A. M. S. *et al.* Trajetórias de vida de travestis e transexuais de Belo Horizonte: ser “T” e “estar prostituta”. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 21, n. 2, p. 375–396, 2019. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/28088>. Acesso em: 23 jan. 2026.

SOLIVA, T. B. Internacionais e glamorosas: sobre a carreira das “travestis profissionais”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 2, e53423, 2019. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/28088>. Acesso em: 05 jan. 2026.

TEDESCO, S. H.; SADE, C.; CALIMAN, L. V. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 25, n. 2, ago. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1984-02922013000200006>. Acesso em: 05 jan. 2026.

VIDAL, J. S.; CASTILHO, E. W. W. Patologização e criminalização de gênero: a experiência de travestis no cárcere. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 47, n. especial 1, dez. 2023. Disponível em:

João Henrique de Sousa Santos.
Ludmila Lima Arantes.
Thiago César Carvalho dos Santos.
Pedro Henrique Araujo Nunes.
Isabella Campos Freitas D'Ávila.
Cintia Maria Teixeira.
Patricia de Souza Oliveira.
Ravi Zanolli Cláudio.

825

<https://doi.org/10.1590/2358-28982023E18040P>. Acesso em: 16 abr. 2025.

Bodies in transit and lives in struggle: cartographies of resistance of brazilian travestis

ABSTRACT: This article aims to cartograph experiences of resistance among Brazilian *travestis* who work in sex work and reside in Brazil and Europe, analyzing everyday strategies for confronting death. The study adopted cartography as both a method and an ethical orientation, conducting seven interviews with *travestis* selected through prior relational ties between the researchers and this population. The encounters took place in spaces meaningful to the participants, such as work environments, residences, and sites of activism, understood as dispositifs for the production of meaning. The narratives were analyzed in a processual manner, without rigid categorization, following affects, displacements, and modes of existence. The findings show that, although these trajectories are traversed by structural violence, they generate networks of care, build material and subjective conditions of recognition, and enact geographical and aesthetic displacements as forms of affirming life. It is concluded that listening to these experiences requires displacing pathologizing readings and recognizing the political and inventive potency of *travesti* existences.

KEYWORDS: Travestis. Prostitution. Cartography. Resistance.



João Henrique DE SOUSA SANTOS,
*Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais. Psicólogo e psicanalista.
Doutor em Psicologia (UFMG). Professor na FCM-MG.*
<https://orcid.org/0000-0002-9946-3552>

Ludmila LIMA ARANTES,
*Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais. Mestra em Economia
Aplicada (UFOP) e graduanda Psicologia (FCM-MG). IC na pesquisa
realizada.*
<https://orcid.org/0009-0009-6998-7660>

Thiago César CARVALHO DOS SANTOS,
*Centro Universitário UNA. Advogado. Doutorando em Direito (UFMG).
Graduando em Psicologia (UNA). IC na pesquisa realizada.*
<https://orcid.org/0000-0002-4167-1308>

Pedro Henrique ARAUJO NUNES,
*Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais. Graduando em
Psicologia (FCMMG). IC na pesquisa realizada.*
<https://orcid.org/0009-0007-6454-2588>

Isabella CAMPOS FREITAS D'ÁVILA,
*Centro Universitário UNA. Psicóloga e psicanalista. Mestre em
Educação (UFMG). Professora no Centro Universitário UNA.*

Cintia Maria TEIXEIRA,
*Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais. Psicóloga Social. Doutora
em Psicologia (PUC MINAS). Professora na FCM-MG.*

Patricia DE SOUZA OLIVEIRA,
*Universidade Federal de Minas Gerais. Psicóloga. Especialista em
gênero e psicanálise. Mestranda em Psicologia (UFMG). Consultora de
gênero e sexualidade na pesquisa realizada.*

João Henrique de Sousa Santos.
Ludmila Lima Arantes.
Thiago César Carvalho dos Santos.
Pedro Henrique Araujo Nunes.
Isabella Campos Freitas D'Ávila.
Cintia Maria Teixeira.
Patricia de Souza Oliveira.
Ravi Zanolli Cláudio.

827

Ravi ZANOLLA CLÁUDIO,
Centro Universitário Ritter dos Reis. Graduando de Psicologia
(UniRitter). IC na pesquisa realizada. IC no Grupo de Pesquisa
Preconceito, Vulnerabilidade e Processos Psicossociais.
<https://orcid.org/0009-0003-8648-5722>

Recebido em: 31/01/2026
Aprovado em: 26/03/2026



DOSSIÊ

**Empregabilidade e trabalho para mulheres trans:****experiências à luz da Teoria Queer**

Cristiano Parra Duarte, *Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, Brasil.*

Milena Almeida, *Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara/SP, Brasil.*

Resumo. Este artigo tem por objetivo analisar a inclusão de mulheres transexuais no mercado de trabalho, a partir da Teoria Queer, com o intuito de compreender como normas de gênero e sexualidade moldam suas trajetórias profissionais. Por meio de pesquisa qualitativa com entrevistas não roteirizadas, objetivou-se documentar a trajetória educacional e profissional dessas mulheres, mapear suas áreas de atuação profissional e analisar suas vivências cotidianas e relações no local de trabalho. Os resultados mostram que a discriminação sistêmica limita o acesso ao mercado de trabalho formal, levando com frequência muitas pessoas à prostituição compulsória. No entanto, o nível de escolaridade pode ampliar as oportunidades, mesmo que persistam barreiras institucionais e a transfobia. As entrevistas destacam ainda que a “passabilidade” influencia diretamente na inclusão dessas mulheres, perpetuando padrões de exclusão. Conclui-se que são urgentemente necessárias políticas públicas para garantir condições de igualdade e combater práticas discriminatórias, permitindo a integração destas mulheres em ambientes formais de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres trans. Mercado de trabalho. Teoria Queer. Empregabilidade. Trabalho.



Introdução

A inclusão de mulheres trans no mercado de trabalho brasileiro é um desafio complexo, marcado por barreiras estruturais e discriminatórias que dificultam seu acesso e permanência no emprego formal (SOUZA, 2012). O mercado de trabalho, ainda regido por normas cis-heteronormativas, marginaliza indivíduos cujas identidades de gênero não se alinham aos padrões convencionais, resultando em exclusão e dificuldades para a inclusão dessa população. Muitas mulheres trans enfrentam a necessidade de buscar alternativas como trabalho sexual ou empregos informais devido à falta de oportunidades no mercado de trabalho formal (REIDEL, 2024; ASSIS, 2018).

Este estudo tem por objetivo investigar como as mulheres trans percebem o mercado de trabalho, com foco em questões relacionadas tanto ao emprego quanto à empregabilidade. A questão central da pesquisa é: qual é a percepção das mulheres trans em relação ao mercado de trabalho, tanto em termos de emprego quanto de empregabilidade? Para tanto, o estudo apoia-se na Teoria Queer, que desafia normas rígidas de gênero e sexualidade e oferece uma perspectiva crítica sobre as desigualdades no mercado de trabalho (BUTLER, 1990, 2004; MISKOLCI, 2012; CAPRONI, 2015).

A Teoria Queer, ao desconstruir categorias tradicionais de identidade de gênero e orientação sexual, serve como um arcabouço para entender como a sociedade normaliza e hierarquiza diferentes corpos e identidades (BUTLER, 1990, 2004). No contexto do mercado de trabalho, essa abordagem crítica permite uma análise da dinâmica de exclusão enfrentada por mulheres trans que não se enquadram nas expectativas de um sistema normativo baseado na cis-heteronormatividade (ZIMMERMANN et al., 2021). Assim, o estudo busca evidenciar as formas de discriminação enfrentadas por mulheres trans ao tentar ingressar e permanecer no mercado de trabalho formal, bem como as estratégias que desenvolvem para lidar com esses obstáculos, a partir da documentação de suas trajetórias profissionais e vivências laborais.

Após esta introdução, o artigo procede à caracterização das pessoas trans, com especial atenção às distinções conceituais entre identidade de

gênero, sexo biológico e orientação sexual. Na sequência, apresenta-se a Teoria Queer, que sustenta o arcabouço teórico-analítico da pesquisa, bem como uma revisão da literatura sobre a inserção de pessoas trans no mercado de trabalho. Em seguida, descreve-se a metodologia adotada, com ênfase nos procedimentos de coleta e análise das entrevistas realizadas. A seção analítica discute as principais barreiras enfrentadas pelas mulheres trans participantes da pesquisa, tanto no ingresso quanto na permanência no mercado de trabalho, à luz dos aportes da Teoria Queer. Por fim, o artigo conclui com uma reflexão sobre os desafios estruturais à inclusão dessas mulheres, tal como evidenciado pelos relatos empíricos.

Referencial teórico

As discussões sobre questões de gênero demandam atualização constante, pois novos termos e conceitos são frequentemente incorporados aos debates sociais e acadêmicos, refletindo a dinâmica das transformações culturais e políticas em torno do tema (PERAZZO, 2019). No entanto, é importante destacar que essas expressões não necessariamente correspondem a experiências inéditas, mas sim a tentativas de categorizar e dar visibilidade a representações, identidades e desejos que já existiam, e que muitas vezes eram ignorados, marginalizados ou invisibilizados (PERAZZO, 2019). Essa evolução terminológica evidencia o esforço contínuo de compreender e legitimar a diversidade das vivências humanas, promovendo reflexões mais inclusivas e sensíveis às realidades contemporâneas.

Para aprofundar o tema, é essencial definir gênero, identidade de gênero e orientação sexual, bem como compreender as consequências sociais de uma cultura patriarcal e heteronormativa que determina o que é considerado aceitável, reforçando desigualdades (PERAZZO, 2019; CACAU, 2021). O patriarcado privilegia o masculino e sustenta hierarquias que produzem sexismo e violência estrutural contra mulheres e pessoas LGBTQIA+, naturalizando desigualdades por meio de práticas e instituições (JESUS, 2012).

A heteronormatividade, sustentada pelo sexo biológico como critério de definição de gênero e de papéis sociais, impõe o modelo heterossexual como padrão único, inclusive ao tentar enquadrar relações homoafetivas dentro de papéis binários (PERAZZO, 2019; SOUZA;



PEREIRA, 2013). Conceitos como heterossexismo e heterossexualidade compulsória reforçam a ideia de que apenas a heterossexualidade seria legítima, contribuindo para a invisibilização e repressão de outras orientações (MISKOLCI, 2012).

Já sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual são dimensões distintas. O sexo biológico refere-se a características orgânicas, mas não determina identidade de gênero ou desejo (JESUS, 2012). O gênero diz respeito à expressão e aos papéis sociais associados ao feminino e ao masculino, enquanto a identidade de gênero expressa como a pessoa se percebe e se posiciona socialmente. Indivíduos cuja identidade não corresponde ao sexo atribuído ao nascer são considerados transgêneros, categoria que inclui transexuais e travestis. Nem todos recorrem a modificações corporais, pois o gênero não depende da alteração do sexo biológico. Por fim, a orientação sexual refere-se ao direcionamento do desejo afetivo-sexual, podendo ser assexual, bissexual, homossexual, heterossexual ou pansexual. Cada categoria descreve formas distintas de atração, que podem ou não se relacionar ao gênero ou ao sexo da outra pessoa (JESUS, 2012).

Compreendendo que as estruturas sociais marginalizam identidades dissidentes, a Teoria Queer emerge como uma abordagem crítica que desafia normas tradicionais e questiona categorias fixas de gênero e sexualidade (Butler; 2004). Fundamentada na crítica à naturalização da construção de gênero e no entendimento de que instituições como a escola, a família e o trabalho exercem papel central na produção e reprodução das normas de gênero nas sociedades ocidentais (LOURO, 2001; NOGUEIRA, 2018), a Teoria Queer abre espaço a discussões que contestam os discursos e as práticas discriminatórias voltadas para aqueles que não se reconhecem ou que não se enquadram amplamente na cis-heterossexualidade, ou seja, os representados pela sigla LGBTQIA+ (PIRES; MAZZA; PIRES, 2020; WEISS et al., 2022).

Na Teoria Queer, a sexualidade constitui um aspecto central da vida humana, abrangendo não somente corpo, identidades, sexo, papéis sociais, orientação sexual, prazer e reprodução, mas também se manifestando e sendo expressa por meio de pensamentos, desejos, crenças, atitudes, comportamentos, relacionamentos e dinâmicas de poder. Além disso, ela é influenciada pela interação de fatores biológicos, sociais, psicológicos, econômicos, políticos, culturais, legais, históricos,

religiosos e espirituais. A sexualidade engloba significados que são moldados de maneiras distintas, dependendo dos contextos sociais e períodos históricos. Portanto, trata-se de um conceito dinâmico, sujeito a mudanças e a múltiplos e contraditórios usos, interpretações, debates e disputas políticas (TAVARES, 2023).

A Teoria Queer originou-se nos Estados Unidos, na década de 1990, como uma interseção entre os estudos culturais e o pós-estruturalismo francês. Seu objetivo era "questionar, problematizar, transformar, radicalizar e ativar uma minoria excluída da sociedade centralizadora e heteronormativa" (MIRANDA; GARCIA, 2012, p. 1). A heteronormatividade expressa as expectativas, demandas e obrigações sociais derivadas do pressuposto da heterossexualidade como natural e, portanto, fundamental para a sociedade (MISKOLCI, 2009). Segundo Tamsin Spargo (2017), a Teoria Queer pode ser empregada como verbo, adjetivo ou substantivo, sendo, em todos os casos, definida como uma oposição ao conceito de "normal".

A autora também apresenta que essa teoria não pode ser considerada um sistema conceitual ou metodológico único e estruturado, mas sim um conjunto de engajamentos intelectuais que exploram as complexas relações entre sexo, gênero e desejo sexual. Embora possa ser vista como uma escola de pensamento, ela adota uma perspectiva profundamente não ortodoxa em relação à disciplina, questionando e desconstruindo as normas estabelecidas sobre esses temas (SPARGO, 2017; LION, 2020).

Para Sara Salin (2015), a Teoria Queer emergiu como resultado de uma convergência entre teorias feministas, pós-estruturalistas e psicanalíticas, que sustentaram e influenciaram investigações prévias sobre a categoria do sujeito. A expressão "queer" baseia-se em uma ressignificação radical de um termo historicamente empregado de forma pejorativa, sendo que seu caráter subversivo está justamente na rejeição a definições simplistas. Nesse sentido, "queer" é descrito como algo indistinguível, indefinível e instável, caracterizando-se como um movimento contínuo, recorrente e profundamente desestabilizador (ZIMMERMANN et al., 2021).

Do ponto de vista sociocultural e político, a Teoria Queer tem desempenhado um papel fundamental ao questionar categorias fixas e normas tradicionais de gênero e sexualidade, promovendo reflexões que contribuem para a afirmação de direitos e a redução de desigualdades



(TAVARES, 2023). Diferentemente de abordagens que partem da premissa da existência de sujeitos estáveis, como certos estudos de gênero e sexualidade, a Teoria Queer destaca a fluidez e a instabilidade das identidades, enfatizando o caráter construído e normativo dessas categorias (ZIMMERMANN et al., 2021).

Seu surgimento remonta às décadas de 1980 e 1990, no contexto da crise do HIV/AIDS, quando discursos hegemônicos passaram a associar a epidemia à população gay, estigmatizando-a como "praga gay". Essa narrativa reforçou preconceitos, intensificou a homofobia e impulsionou o surgimento de estratégias políticas mais radicais, baseadas em alianças não essencialistas entre sujeitos afetados pela marginalização (SPARGO, 2017; LION, 2020). A Teoria Queer se constituiu, assim, como uma ferramenta crítica para desestabilizar os padrões normativos e propor leituras mais plurais das experiências humanas.

Com base no "estranhamento do olhar", essa teoria questiona dicotomias como normal/desviante, desafia a legitimidade das normas cis-heteronormativas e evidencia o papel das instituições — como escola, família e trabalho — na reprodução de desigualdades (BUTLER, 1990, 2004; LOURO, 2001; NOGUEIRA, 2018). Ao dar visibilidade a sujeitos historicamente marginalizados, como pessoas trans, a Teoria Queer promove a problematização dos estigmas que operam na patologização da transexualidade — por décadas classificada como doença pela OMS — e combate a imposição de papéis de gênero naturalizados.

Nesse sentido, a teoria contribui para compreender como identidades dissidentes são excluídas e, simultaneamente, como sua visibilidade gera efeitos ambivalentes: de um lado, maior reconhecimento e consumo cultural; de outro, reações conservadoras que reforçam a violência simbólica e material (Louro, 2018). A relevância política dessa perspectiva também se manifesta em avanços institucionais, como a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2019, que equiparou a homofobia e a transfobia aos crimes de racismo.

Compreender as normas de gênero e sexualidade requer atenção aos espaços onde elas se manifestam concretamente, como o mundo do trabalho. Isso porque o trabalho é central na construção da identidade, na saúde mental e na convivência social (Nogueira, 2018), além de representar uma das principais formas de interação social e

reconhecimento, como mostra Nogueira (2018). Para Zoladz (2020), estar fora do trabalho significa estar excluído do pacto social. Essa centralidade atribui à atividade profissional um papel fundamental tanto na vida dos indivíduos quanto na organização da sociedade, ainda que suas formas e sentidos tenham se transformado ao longo do tempo, acompanhando mudanças nas estruturas sociais e nos desejos humanos.

Nas últimas décadas, ocorreram mudanças significativas nas dimensões econômicas, sociais, políticas e ideológicas impactaram profundamente a classe trabalhadora (ANTUNES, 2009). Fatores como os avanços tecnológicos, a globalização e a precarização das relações trabalhistas intensificaram a competição no mercado de trabalho. (MONTEIRO, 2017). No entanto, ao longo da história, foi possível observar que alguns grupos, como negros, homossexuais e mulheres, foram marginalizados e excluídos do mercado de trabalho mais complexificado e competitivo (BUTLER, 2004).

As organizações formais, historicamente moldadas por um modelo normativo de profissional, reproduzem estigmas que excluem as pessoas trans do mercado de trabalho. A cultura organizacional, ao valorizar um perfil específico de trabalhador (homem, branco, jovem, heterossexual e sem deficiência), como apontam Flores-Pereira e Eccel (2010), marginaliza aqueles que se desviam desse padrão. Consequentemente, as pessoas trans enfrentam dificuldades para se inserir nesses ambientes e construir carreiras.

Salienta-se que a afirmação da identidade de gênero está diretamente vinculada à autodeterminação do indivíduo, ou seja, cabe à própria pessoa definir e afirmar sua identidade (BENTO, 2017a, 2017b). Para pessoas transexuais, a aceitação e a integração social no gênero com o qual se identificam são aspectos fundamentais, sendo a identidade de gênero o critério central que define sua condição (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS [MDH], 2018).

Nesse sentido, indivíduos trans tendem a adotar comportamentos, expressões e hábitos associados ao gênero com o qual se sentem pertencentes, desempenhando papéis sociais que refletem sua auto identificação (BARCELLOS, 2017). Contudo, essas pessoas enfrentam intensas pressões sociais para atender às expectativas relacionadas ao seu gênero, vivenciando frequentemente situações de exclusão que geram sofrimento psicológico significativo e restringem seu convívio social (SOUZA, 2012). Apesar disso, por meio de mobilização e



organização, atrelado ao interesse capitalista em explorar novos nichos de mercado, esses grupos minoritários começaram a conquistar espaços tanto como consumidores quanto dentro do mercado de trabalho.

Conforme estabelecido no caput do artigo 6º da Constituição Federal, o trabalho é considerado um direito social. Mas, no Brasil, os padrões culturais que veem as identidades transgêneros como inferiores resultam em grandes desafios para que essas pessoas acessem o mercado de trabalho formal. Sob essa perspectiva, a presença de pessoas transgêneros nesses espaços é menos frequente, o que sugere que seu direito constitucional a uma vida digna está sendo negado.

No transcurso de suas vidas, travestis, mulheres e homens trans enfrentam violência social, discriminação e estigmas negativos. De acordo com Giongo, Menegotto e Petters (2012), 89% das mulheres trans deixam suas casas, seja por expulsão ou para viver plenamente sua identidade de gênero. Os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) acrescentam que, em média, pessoas desse grupo são expulsas de casa pelos pais aos 13 anos (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021).

A literatura aponta que a discriminação não se restringe apenas às relações familiares, estendendo-se também a ambientes escolares e profissionais (KAFFER et al., 2016; SOUSA; ROCHA; BARROS, 2018). Nesse contexto, Reidel (2014) descreve uma sequência de eventos: as mulheres transexuais enfrentam segregação, estigmatização e discriminação durante sua trajetória escolar, o que frequentemente leva à evasão. Como resultado, muitas recorrem à prostituição como meio de subsistência, devido à falta de formação e oportunidades no mercado de trabalho.

Portanto, o processo de exclusão familiar, social e escolar de pessoas trans contribui para a falta de oportunidades no mercado de trabalho formal, principalmente pela ausência de qualificação acadêmica e pela não inclusão devido à aparência e à condição de transgeneridade. Além disso, a percepção da identidade trans como uma "doença" por parte dos empregadores agrava essa situação. Logo, a discriminação cotidiana intensifica ainda mais a exclusão social, culminando na marginalização dessa população.

Segundo estudo feito pelo ANTRA (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021), 90% das pessoas trans estão se prostituindo no Brasil – o que as

torna vulneráveis à violência física. Em 2023, foram registradas 155 mortes de pessoas trans no Brasil, sendo 145 casos de assassinatos e 10 suicídios, creditados ao sofrimento de violências ou à invisibilidade trans. O número de assassinatos aumentou 10,7%, em relação a 2022, quando houve 131 casos (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021). Além disso, 6% das pessoas trans atuam na informalidade, geralmente em pequenos negócios ou em ocupações historicamente associadas a subempregos e consideradas femininas, como cabeleireira, costureira, auxiliar de cozinha e faxineira.

Nesse contexto, muitas recorrem à prostituição, uma atividade frequentemente desvalorizada social e moralmente, o que acaba por reforçar o estigma da degenerada ou pecaminosa. Somente 4% possuem empregos formais, com possibilidade de progressão de carreira e renda, além de algum grau de proteção estatal. Dessa forma, nota-se que as travestis e mulheres transexuais em sua maioria não gozam dos benefícios presentes na filiação trabalhista, pois não são consideradas cidadãs.

Essa exclusão é ainda mais agravada pela ausência de políticas públicas específicas que garantam a inclusão e a proteção dessa população. A interseccionalidade de marcadores sociais como gênero, raça e classe, aliada à violência estrutural, restringe o acesso dessas mulheres a espaços públicos e ao mercado de trabalho, reduzindo drasticamente sua expectativa de vida.

Embora o Estado se apresente como defensor dos direitos das pessoas trans, a implementação efetiva de políticas públicas ainda enfrenta desafios que reforçam o estigma e a discriminação. O uso do nome social, regulamentado pelo Decreto nº 8.727/2016 para a administração pública federal, exemplifica essa contradição, pois sua aplicação permanece desigual, sobretudo no setor privado, onde não há obrigação legal. Por outro lado, avanços legais importantes, como o provimento 73 do STF, que elimina a exigência de cirurgia para alteração de nome e gênero nos registros civis, garantem o direito à autodeterminação, embora barreiras institucionais, culturais e socioeconômicas ainda dificultem o acesso pleno a esses direitos.

Complementando esse quadro, a decisão histórica do STF em 2019, que equipara a homofobia e a transfobia a crimes de racismo, amplia a proteção à população LGBTQIA+, o que inclui mulheres trans. Em níveis estadual e municipal, diversas iniciativas buscam promover a inclusão



social e laboral, como a Lei Estadual nº 10.948/2001 em São Paulo e o Programa Municipal de Empregabilidade Trans, além da Casa Abrigo LGBTQIA+ "Ricardo Corrêa da Silva", no interior paulista, que oferece acolhimento e apoio psicossocial (ACIDADE ON, 2024). Apesar desses marcos importantes, a efetividade dessas políticas depende de sua implementação concreta, para que direitos garantidos se transformem em oportunidades reais e na integração social plena das mulheres trans.

Metodologia

Para atender ao objetivo proposto, este trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa de abordagem qualitativa (GODOY, 1995), de abordagem descritiva (ANDRADE, 2002). Considerando o contexto local de um município do interior de São Paulo, este estudo buscou investigar e descrever o cenário da empregabilidade de mulheres trans, dando voz a três mulheres trans com realidades distintas: (a) uma política e ativista; (b) uma graduanda de universidade pública; e (c) uma garota de programa. A partir das entrevistas, buscou-se entender as especificidades da vivência dessas mulheres, respeitando as dimensões da Teoria Queer, que desconstrói as normas de gênero e evidencia como as instituições sociais, como o mercado de trabalho formal, marginaliza indivíduos que não se enquadram nas normas estabelecidas.

A ausência de dados sobre essa população no contexto local motivou a decisão do método de entrevista (uma conversa oral entre duas pessoas), que é apropriado para a obtenção de informações diretamente com os sujeitos envolvidos, especialmente quando esses dados não estão disponíveis em registros formais (NOGUEIRA, 1968). A entrevista também se apresenta como ferramenta para denunciar preconceitos e práticas discriminatórias, oferecendo um espaço para que as entrevistadas compartilhem suas experiências e, assim, sejam ouvidas (POUPART, 2012).

Para selecionar as participantes da pesquisa, inicialmente foram contatadas pessoas trans previamente conhecidas pelos pesquisadores. Após verificar a disponibilidade desses indivíduos para participar, adotou-se a técnica de amostragem por bola de neve. Nessa abordagem, a primeira entrevistada indicou novas participantes. O contato com as indicadas foi realizado por meio de redes sociais, onde foram

apresentados os objetivos do estudo e esclarecido o papel que cada participante desempenharia na pesquisa.

As entrevistas foram conduzidas entre 01 de outubro e 30 de novembro de 2023. Em relação à duração, as duas primeiras entrevistas (entrevistadas A e B) aconteceram presencialmente e tiveram uma média de 30-45 minutos, exceto a realizada por telefone que durou cerca de 20 minutos (entrevistada C).

Optou-se por entrevistas flexíveis, sem roteiro estruturado para adaptar perguntas conforme o andamento das conversas, considerando as diferentes necessidades percebidas. Por meio dessa técnica, buscamos ouvir as mulheres trans em suas próprias palavras, a fim de compreender suas vivências e as dificuldades enfrentadas na busca por inclusão no mercado de trabalho. As entrevistas foram realizadas com gravação autorizada e transcrição posterior para análise. Ao conduzir as entrevistas, levamos em consideração a diversidade de experiências entre as participantes, reconhecendo as alteridades de suas trajetórias. A pesquisa se concentrou no município do interior de São Paulo, proporcionando uma visão local sobre os desafios e as possibilidades de mudança nesse cenário.

Como a entrevista não seguiu um roteiro com perguntas padronizadas, optamos por uma abordagem mais sensível, acreditando que seria mais eficaz permitir que as entrevistadas se sentissem confortáveis para compartilhar suas experiências de forma autônoma e dinâmica. Assim, a conversa foi conduzida de maneira livre, possibilitando que as participantes abordassem os aspectos que consideravam mais relevantes. Apesar da flexibilidade no formato da entrevista, foram estabelecidos objetivos específicos relacionados a formação, inserção, atuação, cotidiano e relações, conforme Quadro 1, que apresenta os objetivos específicos das entrevistas:

Quadro 1: Objetivos específicos

Objetivo geral	Objetivos específicos
Compreender a relação entre mulheres	Documentar as trajetórias de formação e inserção profissional de mulheres trans
	Mapear as áreas de atuação profissional em que mulheres trans estão inseridas.



trans e o mercado de trabalho em um município do interior de São Paulo a partir da narrativa sobre suas vivências laborais	Analisar as vivências cotidianas de mulheres trans no ambiente de trabalho.
	Examinar as relações de trabalho sob a perspectiva de mulheres trans.

Fonte: Elaboração própria.

Para resguardar a identidade das participantes, elas serão designadas pelos nomes fictícios: Vênus, Marte e Saturno. O Quadro 2, apresentado a seguir, detalha o perfil das entrevistadas, incluindo informações sobre idade, escolaridade e cargos ocupados no contexto da entrevista:

Quadro 2: Caracterização dos sujeitos da pesquisa

Sujeito	Idade na época da entrevista	Escolaridade	Cargo atual
Vênus - (A) política e ativista	30 anos	Ensino superior completo	Política eleita
Marte - (B) graduanda	21 anos	Ensino superior em andamento	Professora
Saturno - (C) garota de programa	31 anos	Ensino Médio completo	Garota de programa

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Para a análise dos dados, foi empregada a técnica de análise de conteúdo. De acordo com Chizzotti (1991), essa abordagem tem como objetivo compreender criticamente o sentido das comunicações, sejam elas explícitas ou implícitas, manifestas ou latentes. Essa técnica é estruturada em três etapas principais: (a) pré-análise, etapa em que se realiza a coleta e organização dos dados; (b) descrição analítica, dedicada ao exame detalhado do material, guiado pelas hipóteses e pelo referencial teórico adotado; e (c) interpretação inferencial, na qual os conteúdos identificados são analisados à luz dos objetivos da pesquisa (MARTINS; TEÓFILO, 2009).

Após a realização das entrevistas, procedeu-se à escuta atenta das gravações e mensagens de voz. Posteriormente, os trechos considerados

mais relevantes para o alcance dos objetivos foram transcritos. A sistematização e categorização desses fragmentos permitiram a organização dos dados em quatro eixos: escolaridade, prostituição compulsória, mercado de trabalho e políticas públicas.

Diante disso, a pesquisa qualitativa buscou dar voz às mulheres trans investigando suas experiências de empregabilidade por meio de entrevistas que exploram como as normas sociais moldam a trajetória e desafiam a inclusão de mulheres trans no mercado formal de trabalho. Os resultados obtidos a partir dessas experiências são analisados a seguir, destacando como barreiras educacionais, culturais e institucionais afetam a empregabilidade e a qualidade de vida dessas mulheres.

Resultados e discussões

As entrevistas realizadas permitiram uma construção gradual do panorama mais amplo, debatido na literatura. Não havia um roteiro rígido para as entrevistas, o que impediu a padronização das falas e das experiências relatadas. Contudo, foi possível categorizar quatro elementos principais a partir dessas conversas, à luz da Teoria Queer: escolaridade, prostituição compulsória, os desafios da mulher trans no mercado de trabalho e políticas públicas. Essa flexibilidade permitiu uma maior aproximação das experiências pessoais e, ao mesmo tempo, refletiu as diferentes perspectivas de cada participante, sem limitar suas vivências a um formato preestabelecido.

Além disso, as entrevistas possibilitaram compreender o que significa para essas mulheres serem exceções em um grupo historicamente marginalizado. Dessa forma, a análise não apenas investigou suas trajetórias individuais, mas também lançou luz sobre as dinâmicas de exclusão e as formas de resistência presentes nesse contexto à luz da Teoria Queer.

Escolaridade

Conforme mencionado anteriormente, o preconceito contra pessoas LGBTQIA+ se manifesta em diversos ambientes, inclusive na escola, que deveria ser um espaço de aprendizado e formação para a vida. Diante da intolerância e da discriminação, algumas pessoas desse grupo



consideram o abandono escolar como a única alternativa. No entanto, apesar da realidade desafiadora, as três entrevistadas conseguiram concluir o Ensino Médio.

“Eu nem prestei para a universidade porque eu sabia que não ia passar, porque eu não estava preparada e isso fez com que eu finalizasse a minha bagagem do currículo nacional, finalizei o ensino médio mas eu estava sem essa bagagem” (Vênus, 30 anos).

Marte (21 anos) contou com o apoio dos pais durante todo o seu processo de aprendizagem, porém, enfrentou repressão quando desejou ingressar na universidade.

“Tiveram momentos difíceis, pois muita gente já me disse que eu tinha que desistir, por exemplo, de fazer universidade, que universidade não é lugar para LGBT” (Marte, 21 anos).

Esse é um aspecto essencial da Teoria Queer que tem como ênfase a desconstrução das categorias identitárias. Essa perspectiva é claramente visível no relato de Marte (21 anos), que compartilha como foi desencorajada em espaços educacionais. Esse tipo de rejeição revela a força das estruturas heteronormativas em regular quem pertence ou não a determinados espaços, reforçando as barreiras impostas às identidades queer.

Prostituição compulsória

Atualmente, ainda é raro encontrar mulheres trans em empregos formais, uma realidade que se reflete na ausência de dados específicos sobre essa população no mercado de trabalho, o que evidencia sua invisibilidade. Consequentemente, muitas mulheres trans recorrem à prostituição como meio de sustento, o que contribui para a percepção de que essa é a única ocupação em que são aceitas. Um estudo da ANTRA (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021) revelou que 90% das pessoas trans foram ou ainda são forçadas a se prostituir para garantir a sobrevivência. Sobre esse tema, Vênus (30 anos) apresenta:

“Eu sou uma mulher travesti e vim da prostituição, me prostitui durante um tempo da minha vida, justamente por causa dessas questões de mercado de trabalho e, diferente das questões que envolve toda a comunidade LGBT, como por exemplo, a orientação sexual, que você pode esconder, que você não precisa abrir e contar no ambiente de trabalho. Então, por mais que isso seja desesperador, frustrante e humilhante, você ter que esconder o que você é – você ainda consegue entrar no mercado de trabalho. Nós, pessoas travestis, homens transexuais, antes da gente falar nosso nome, chega antes a nossa identidade de gênero. O que eu sempre falo: “antes de chegar a Vênus, chega a travesti nos lugares”. Isso já implica, inclusive, a entrega do currículo.

Quando uma travesti entrega um currículo, a primeira coisa que a pessoa vai dizer é “vamos ver se a pessoa colocou o nome dela de verdade” – justamente para zombar, não é pra acolher e isso faz com que as nossas não se encontrem no emprego formal” (Vênus, 30 anos).

Contudo, esse cenário não se reflete de forma absoluta, como evidenciado pelo caso de Marte (21 anos), que sempre foi incentivada a estudar e nunca precisou se prostituir. A fala da entrevistada demonstra que existem exceções da realidade:

“Nossa, eu sou muito grata, porque sei de muitas de minhas irmãs que não tiveram a oportunidade que eu tive, e as experiências que eu tive, então conheço muitas que sofreram muito preconceito dentro de casa, então a família não deu esse apoio, elas gostariam de ingressar na universidade, mas acabaram não conseguindo por outras questões, então eu me estruturei muito feliz, honrada e do que depender de mim, eu vou usar essa minha posição que eu vejo como uma posição privilegiada” (Marte, 21 anos).

Saturno (31 anos), levando em consideração o mesmo cenário de Vênus (30 anos), julga a falta de oportunidades por parte do mercado como principal fator da prostituição compulsória:

“[...]pelo fato de não ter oportunidade eu fui para a prostituição, e eu quero sair disso porque eu não me adapto a isso. Isso não é para mim” (Saturno, 31 anos).

Nesse contexto, ao abordar as dificuldades para acessar empregos formais, Amaral (2013) aponta como possíveis causas a não conclusão dos estudos, o que impede a obtenção da qualificação exigida pelo mercado de trabalho, além da ausência de “passaportes básicos” para a inserção social, como uma documentação que a identifique de forma coerente.

“Pra vocês terem noção, começa nesta geração de agora, o fato das travestis não precisarem estar na prostituição e estão na universidade por exemplo, agora começa isso. A minha geração, estou com 30 anos, ainda é da rua, minha geração de travesti não terminou os estudos” (Vênus, 30 anos).

No entanto, como observa Amaral (2013), é preciso cautela ao atribuir a busca pela prostituição a motivos específicos, uma vez que, claramente, esse não é o percurso adotado por todas as pessoas. É que Vênus (30 anos) pontua:

“A gente tem também que enxergar a prostituição como mercado de trabalho pra aquelas que a enxergam como tal, muitas não querem estar lá, mas eu não posso ser contra a prostituição, eu sou contra a prostituição compulsória, aquela que a pessoa não tem escolha, ela tem que fazer aquilo, se não ela não



consegue se alimentar. Agora, se a pessoa quer estar na prostituição, é um desejo dela, ela gosta e vê aquilo como trabalho, então eu também tenho que defender aquilo e tenho que respeitá-la como uma trabalhadora, as prostitutas são trabalhadoras, temos que ter esse olhar” (Vênus, 30 anos).

Contudo, Irigaray, Saraiva e Carrieri (2010) observa que a maioria das travestis recorreu à prostituição, enquanto aquelas que não atuam "na pista" trabalham à noite em estabelecimentos LGBTQIA+ ou em salões de beleza. Além disso, quando inseridas no mercado formal, travestis e transexuais ocupam principalmente posições subalternas e operacionais, frequentemente em setores específicos como entretenimento, lazer e beleza. A fala de Vênus (30 anos) reforça tal exposição:

“As nossas não estão acessando os espaços. Então não adianta a gente incluir para elas fazerem curso. O que sobra para ela, se não é prostituta? Ela é cabeleireira ou atendente de telemarketing” (Vênus, 30 anos).

Mercado de Trabalho

A inserção no mercado de trabalho tem se tornado cada vez mais desafiadora, especialmente para as minorias, que enfrentam obstáculos adicionais nesse processo. Apesar de alguns grupos minoritários serem numericamente mais expressivos em determinadas regiões, eles continuam a sofrer desigualdade de oportunidades, tratamento e poder na sociedade. Quando analisado à luz da Teoria Queer, esse contexto ganha nova perspectiva. A teoria se reflete nas experiências das entrevistadas, que vivenciam diretamente os efeitos dessas normas excludentes em suas trajetórias profissionais, destacando as dificuldades específicas que enfrentam em relação à empregabilidade.

Lapa (2013) destaca que o preconceito direcionado às mulheres trans torna-se evidente no momento em que elas se candidatam a uma vaga de emprego. A partir dos relatos das entrevistadas, observa-se que os desafios enfrentados pelas pessoas trans para conquistar o emprego desejado parecem ser consideravelmente mais intensos. Para Vênus (30 anos), ser trans representa apenas o primeiro desses obstáculos:

“Nós, pessoas travestis, homens transexuais, antes da gente falar nosso nome, chega antes a nossa identidade de gênero. O que eu sempre falo, antes de chegar a Vênus, chega a travesti nos lugares. Isso já implica inclusive, a

entrega do currículo. Quando uma travesti entrega um currículo, a primeira coisa que a pessoa vai dizer é “vamos ver se a pessoa colocou o nome dela de verdade” – justamente para zombar, não é pra acolher e isso faz com que as nossas não se encontrem no emprego formal” (Vênus, 30 anos).

Saturno (31 anos) ainda complementa:

“Vou começar falando sobre a nossa realidade em busca de serviço, hoje está muito difícil, mesmo que todo mundo fale que não tem preconceito, que está totalmente diferente, eu estou tentando um emprego faz 7 ou 8 meses. Fiz curso de atendente de farmácia, sempre faço entrevistas na cidade, e quando veem que eu sou trans, eles falam: “tá bom, vou entrar em contato”, e aí fica no ar, é muito difícil. “[...] eu troquei meu nome, está tudo certinho, acho que é por isso que chamam na entrevista, porque meu nome está lá “Saturno” e gênero feminino, e quando chega eles veem que é uma trans, automaticamente eles já barram” (Saturno, 31 anos).

Embora ainda sejam exceções, algumas mulheres trans enfrentam menos obstáculos na inserção social e profissional, especialmente quando se considera o conceito de “passabilidade” — a capacidade de ser percebida socialmente como uma mulher cisgênero. Segundo Lanz (2014, p. 129), “quanto mais ‘passável’ uma pessoa for, mais apta estará para conviver no mundo cisgênero-heteronormativo, com menores chances de ser estigmatizada e violentada como ‘desviante’ de gênero”. Nesse sentido, a passabilidade não apenas influencia as experiências cotidianas dessas mulheres, como também se torna uma estratégia de proteção, facilitando o acesso ao mercado de trabalho, à segurança e à aceitação social (Porto et al., 2021).

“A travesti que o comércio absorve, que as lojas absorvem, é aquela travesti que tem passabilidade, aquela travesti que as pessoas falam “nossa mas eu nem sabia que você era trans” – então, são aquelas travestis que passam por cis gênero, que tem o acesso. Mais uma vez o mercado corporativista, higieniza esses corpos. Eles absorvem esses corpos, absorvem trans que são lindas e que parecem mulheres cisgênero. Eles fazem isso com outras corpos também, quais são as mulheres negras que o comércio absorve? São as padrões, mulheres negras com aspectos de beleza da branquitude, o sistema faz isso com os corpos trans” (Vênus, 30 anos).

Essa percepção conecta-se à crítica queer às práticas de exclusão baseadas na aparência ou conformidade com expectativas cisgêneras, mostrando como normas de gênero operam para marginalizar corpos não conformes. Apesar dos números alarmantes de discriminação, existem exceções. Marte (21 anos) teve uma experiência positiva em seu emprego formal mesmo que não se considere “passável”.

“[...]eu me considero muito sortuda, muita sortuda mesmo, porque até hoje em todos os meus ambientes de trabalho, seja por exemplo, como professora de ballet ou então como professora de alemão dentro da rede pública, eu trabalho com o ensino médio, eu sou muito sortuda porque eu NUNCA sofri



nenhum tipo de preconceito dentro da escola, por exemplo, pelo contrário, fui super acolhida, tanto é que no começo, quando eu comecei a ir pra escola, eu ia com um saltinho mais baixo, blocado, calça, camiseta, e só depois com o tempo, que eu fui com os meus saltos mais altos, de bico fino, minhas saias, meus vestidos e sempre foi um ambiente muito acolhedor, muito mesmo” (Marte, 21 anos).

Acredita-se que a nova geração possui maior acesso a oportunidades educacionais, incluindo o ensino superior, o que pode contribuir, ainda que de forma limitada, para a ampliação de condições mais dignas de trabalho e para a redução da discriminação. Essa conjuntura pode, potencialmente, levar à diminuição da prática da prostituição como única alternativa compulsória de sustento para determinadas populações marginalizadas.

“Quem começa a ter esse acesso? A Júpiter, por exemplo. A geração dela que começou a ter o acesso à universidade, eu falo pra ela que ela representa esse novo recorte das travestis que não precisaram pisar na prostituição. Por mais que vocês tenham sofrido todas as questões no núcleo familiar, vocês conseguiram terminar o seu estudo e ir pra universidade, na minha geração isso não era possível” (Vênus, 30 anos).

As falas das entrevistadas ilustram como a Teoria Queer não apenas explica, mas também dialoga diretamente com suas vivências, revelando a urgência de desconstruir normas de gênero e sexualidade que sustentam desigualdades e exclusões. A Teoria oferece um referencial crítico para compreender e questionar essas estruturas, evidenciando que a luta por reconhecimento e direitos está profundamente enraizada na desconstrução dos valores que regem a sociedade.

Políticas públicas: são de fato inclusivas?

As políticas públicas voltadas para a inclusão de pessoas trans no mercado de trabalho muitas vezes se baseiam em normas sociais historicamente construídas, que definem o que é "normal" e "correto". Esse processo resulta em uma legitimação social que, ao se aplicar no direito, acaba por excluir aqueles que não se alinham a essas normas. A ideia de direito, portanto, está vinculada ao poder soberano e, ao mesmo tempo, ao poder relacional, como argumenta Araújo (2012). Assim, políticas que se baseiam em padrões de gênero e sexualidade não apenas

falham em garantir a inclusão das pessoas trans, mas reforçam a discriminação e marginalização dessa população no mercado de trabalho.

Embora algumas políticas públicas tenham avançado no reconhecimento da diversidade de gênero, ainda faltam medidas eficazes para garantir a inclusão real das pessoas trans no mercado de trabalho. A Teoria Queer destaca que essas políticas, ao se basearem em uma visão normativa, não são totalmente legítimas, pois não questionam as estruturas de poder que perpetuam a exclusão. A verdadeira inclusão exige um rompimento com as normas cis-heteronormativas, algo que ainda está ausente nas políticas públicas voltadas para o mercado de trabalho das pessoas trans.

Sobre isso, Vênus (30 anos) aponta:

“[...]porque por mais que exista políticas públicas afirmativas, essas políticas não são feitas para os nossos – não há um olhar específico para essas especificidades, essa população ainda continua esquecida nas políticas públicas. Nós temos vários programas sociais no governo municipal, estadual e federal e agora eu pergunto para vocês ‘quantos LGBTQs estão inseridos nesse programa?’. Durante a pandemia nós tivemos aquele “Auxílio Brasil”, as pessoas trans não tiveram acesso a ele, porque não tinha inclusão do nome social, e isso diz muito para que está servindo as políticas públicas – de que forma está sendo entregue na nossa nação e outras instâncias e então a gente tem esse olhar um pouco voltado pra tentar reparar o processo de políticas públicas e eu creio que tudo isso vai contribuindo para que pessoas trans comecem aos poucos a entrarem no mercado de trabalho. [...] se não a gente vai na leitura do homem cis branco que quer salvar a pátria, e a gente não quer salvar ninguém, a gente quer dar escolha para pessoa sobre o que ela quer pra vida dela. É nesse sentido que a gente tem que trabalhar, inclusive, quando a gente for pensar em empregabilidade, em qualquer tipo de política pública, educacional, voltada ao emprego para as pessoas. [...] Então tudo isso embarca essas decisões nossas de conduzir políticas públicas, de fazer políticas públicas, porque a gente tenta buscar soluções paliativas na política pública, mas a gente entende que não é a solução. Eu sei que fazer uma lei como essa não é solução, eu sei que criar um programa de transferência de renda não é a solução. Tudo isso é paliativo, a solução é a mudança efetiva na forma de pensar da sociedade. Essa é a solução” (Vênus, 30 anos).

É relevante destacar que, ao serem questionadas, nenhuma das entrevistadas mencionou o uso de políticas públicas direcionadas à comunidade LGBTQIA+, especialmente no que se refere às políticas de distribuição de renda, habitação ou empregabilidade. Saturno (31 anos) e Marte (21 anos) afirmam:



“[...]eu me inscrevi no auxílio, mas quem vive hoje em dia no Brasil com auxílio? [...] O auxílio do bolsa família, só que aqui no município não consegui pegar nada de auxílio” (Saturno, 31 anos);

“Não, nenhum. Eu só tenho a minha bolsa (adquirida por meio de extensão universitária) e esse pequeno auxílio da minha família mesmo” (Marte, 21 anos).

Portanto, nota-se que as políticas públicas desenhadas não estão sendo acessadas, mesmo que haja interesse da população. O queer seria, nesse contexto, ao mesmo tempo uma estratégia pós-identitária e hiperidentitária através da qual os indivíduos que constituíram sua subjetividade pelas marcas da vergonha, xingamento e negatividade, isto é, pela abjeção, são convidados a transformar essa vivência em um recurso político. O movimento queer, embora não busque estabelecer uma direção única, tem a capacidade de provocar o questionamento de conceitos profundamente enraizados em nossa cultura e estimular reflexões relevantes. Dessa forma, a política poderia ser pensada para além do interesse de um conjunto de sujeitos prontos, assim a ideia de uma identidade estável deixaria de ser premissa para as ações do Estado.

Considerações finais

A presente pesquisa teve como objetivo compreender as percepções de mulheres trans sobre o mercado de trabalho, investigando as barreiras enfrentadas por elas no que se refere à empregabilidade e à inclusão no mercado de trabalho formal. Ao utilizar a Teoria Queer como referencial teórico, a pesquisa se propôs a analisar as normas sociais de gênero e sexualidade que ainda permeiam as práticas e políticas institucionais.

A Teoria Queer tem se mostrado uma ferramenta crítica poderosa ao possibilitar uma reflexão sobre como a sociedade constrói a ideia do que é "normal", estigmatizando e marginalizando aqueles que não se conformam aos padrões hegemônicos de gênero e sexualidade. No caso das mulheres trans, essa normatividade impõe uma exclusão que se reflete na dificuldade de inserção e permanência no mercado de trabalho formal.

Os principais achados desta pesquisa indicam que, apesar de alguns avanços, as mulheres trans ainda enfrentam desafios consideráveis devido à discriminação baseada em normas cis-heteronormativas que regem o mercado de trabalho. A percepção das

mulheres trans sobre o ambiente de trabalho reflete uma realidade em que a aceitação está frequentemente vinculada à "passabilidade", ou seja, a capacidade de se alinhar aos padrões de gênero cisnormativos.

Essas mulheres enfrentam não apenas discriminação explícita, mas também a invisibilidade imposta por políticas públicas que não consideram as especificidades de identidade de gênero em seus processos de inclusão no mercado de trabalho. A resistência a essa normatividade, no entanto, surge por meio da própria identidade trans, desafiando a fixação de categorias de gênero e sexualidade como únicas e legítimas.

Apesar de trazer insights importantes, estabelecer paralelos entre teoria e empiria e indicar aspectos a serem observados em pesquisas futuras, o artigo reconhece suas limitações, sobretudo devido à amostra restrita e pouco diversa, o que pode limitar a compreensão das múltiplas dimensões de exclusão e resistência vividas por diferentes mulheres trans. Mesmo assim, o estudo reforça que a desconstrução dos padrões normativos é etapa crucial para assegurar a inclusão plena, a igualdade de oportunidades e o respeito às diferenças no mercado de trabalho, utilizando a Teoria Queer como ferramenta fundamental para repensar e reformular políticas e práticas vigentes.

Referências

ACIDADE ON. **Programa social para a população LGBTQIA+ será debatido na Câmara de Araraquara**. Araraquara, 2024. Disponível em: <https://www.acidadeon.com/araraquara/politica/programa-social-para-a-populacao-lgbtqia-ser-debatido-na-camara-de-araraquara/>. Acesso em: 13 nov. 2024.

AMARAL, T. C. Travestis, transexuais e mercado de trabalho: muito além da prostituição. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES, 3., 2013, Salvador. **Anais** [...]. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/236733740/Travestis-Transexuais-e-Mercado-de-Trabalho-Muito-Alem-Da-Prostituicao>. Acesso em: 14 nov. 2024.



ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. São Paulo: Atlas, 2002.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, I. L. Vigiar e punir ou educar?. **Revista de Educação**, São Paulo, v. 3, p. 26-35, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/325164743_FOUCAULT_PARA_ALEM_DE_VIGIAR_E_PUNIR. Acesso em: 11 nov. 2024.

ASSIS, Gustavo Alves Pereira de; SOARES, Ronaldo Veríssimo; MOTTA, Hinayana Leão. Ser travesti profissional do sexo: um olhar fenomenológico. **Rev. NUFEN**, Belém, v. 10, n. 1, p. 91-107, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912018000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16 out. 2024. [https://doi.org/10.26823/RevistadoNUFEN.vol10\(1\).no4artigo27](https://doi.org/10.26823/RevistadoNUFEN.vol10(1).no4artigo27).

BARCELLOS, C. **Demitindo Preconceitos**. Goiânia, Brasil: Memória LGBT, 2017.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (Orgs.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Salvador, Brasil: Editora Devires, 2017a.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2017b.

BRASIL. **Lei Estadual nº 10.948, de 28 de setembro de 2001**. Proíbe a discriminação por motivo de orientação sexual no Estado de São Paulo. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 28 set. 2001.

BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de discriminação racial e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 5 jan. 1989.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**. New York: Routledge, 1990.

BUTLER, Judith. **Undoing gender**. New York: Routledge, 2004.

CACAU, Williames Santiago da Silva. **A inserção de mulheres transgênero no mercado de trabalho de Fortaleza**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Administração) — Centro Universitário Christus, Fortaleza, 2021.

CAPRONI, H. L. Teoria queer e as diferenças. **Cadernos De Pesquisa**, v. 45, n. 155, p. 221–225, 2015. <https://doi.org/10.1590/198053143041>.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2010-1/2SF/Claudio/5Pesquisas em Ciencias Humanas Sociais.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2024.

FLORES-PEREIRA, M. T.; ECCEL, C. S. Diversidade nas organizações: uma introdução ao tema. In: BITENCOURT, C. (Org.) **Gestão contemporânea de pessoas: novas práticas, conceitos tradicionais**. Porto Alegre: Bookman, 2010. p. 335-352.

GIONGO, C. R.; MENEGOTTO, L. M. D. O.; PETTERS, S. Travestis e transexuais profissionais do sexo: implicações da Psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, n. 4, p. 1000–1013, 2012. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000400017>.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/wf9CgwXVjpLFVgpwNkCgnnC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2024.

IRIGARAY, H. A.; SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Humor e discriminação por orientação sexual no trabalho. **RAC Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 14, n. 5, p. 890-906, set./out., 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/j8fn6rx5PFp9yyMV5CmLkcr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2024.



JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. 2012. Disponível em: https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTAÇÕES_POPULAÇÃO_TRANS.pdf?1334065989. Acesso em: 10 out. 2024.

KAFFER, K. K.; RAMOS, F. G.; ALVES, A. L.; TONON, L. A transexualidade e o mercado formal de trabalho: principais dificuldades para a inserção profissional. In: **IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais**. Congresso organizado pela Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais (SBEO), Porto Alegre, Brasil, 2016. Disponível em: <https://anaiscbeo.emnuvens.com.br/cbeo/article/view/52/44>. Acesso em: 10 out. 2024.

LANZ, L. **O corpo da roupa**: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/36800/R%20-%20D%20-%20LETICIA%20LANZ.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 out. 2024.

LAPA, Nádia. **O preconceito contra transexuais no mercado de trabalho**. Carta Capital, 31 out. 2013. Disponível em: http://fetraconspar.org.br/O1backup/index.php?option=com_content&view=article&id=31408:o-preconceito-contratransexuais-no-mercado-de-trabalho&catid=170:trabalho&Itemid=86. Acesso em: 15 nov. 2024.

LION, Antonio Ricardo. Tamsin Spargo e a teoria queer. **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**, v. 17, n. 2, p. 730–743, 2020. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/976>. Acesso em: 14 out. 2024.

LOURO, G. L. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 541–553, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/64NPxWpgVKT9BXvLXvTvHMr#>. Acesso em: 15 nov. 2024.

MARTINS, G. A.; TEÓFILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2009.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS [MDH]. **Manual Orientador Sobre Diversidade**. 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/dezembro/ministerio-lanca-manual-orientador-de-diversidade/copy_of_ManualLGBTDIGITAL.pdf. Acesso em: 10 nov. 2024.

MIRANDA, Olinson Coutinho; GARCIA, Paulo César. A teoria queer como representação da cultura de uma minoria. In: ENCONTRO BAIANO DE ESTUDOS EM CULTURA, 3., 2012, Bahia. **Anais** [...]. Salvador, 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/27687193/A_Teoria_Queer_como_representa%C3%A7%C3%A3o_da_cultura_de_uma_minoria. Acesso em: 15 nov. 2024.

MISKOLCI, Richard. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 150-182, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/BkRJyv9GszMddwqpncrJvdn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 nov. 2024.

MONTEIRO, L. **Mercado de trabalho exige novo perfil de profissional, saiba como se atualizar**. 2017. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2017/04/26/internas_economia,865177/mercado-de-trabalho-exige-novo-perfil-de-profissional-saiba-mais.shtml. Acesso em: 20 nov. 2024.

NOGUEIRA, Lucas Castro. **“Bem menininha”: a vivência de mulheres trans no mercado de trabalho**. 2018. Trabalho de conclusão de curso – Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Mossoró, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufersa.edu.br/server/api/core/bitstreams/39612641-a4cc-481a-90e9-a72183efa883/content>. Acesso em: 22 out. 2024.

NOGUEIRA, Oracy. **Pesquisa Social: Introdução às suas técnicas**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. Série 2 (Ciências Sociais), v. 26.

PERAZZO, Regiane da Silva. **O estado não me definirá: um olhar sobre o processo transexualizador à luz da Teoria Queer**. 2019.



Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

PIRES, Anderson Moraes; MAZZA, Selene Regina; PIREZ, Jacia Hellen Sobreira. "É crime sim": uma etnografia sobre a criminalização da LGBTQIA+fobia no Brasil. **REBEH: Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 3, n. 12, out./dez. 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/86373212/%C3%89_crime_sim_uma_netnografia_sobre_a_criminaliza%C3%A7%C3%A3o_da_LGBTQIA_fobia_no_Brasil. Acesso em: 18 nov. 2024.

PORTO, R. K.; SILVA, M. A.; GUGELMIN, S. Narrativas de passabilidade e segurança para transitar: transmasculinidades e saúde. **ACENO**, v. 8, n. 16, p. 219–230, 2021. DOI: <https://doi.org/10.48074/aceno.v8i16.12039>.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2012. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7520610/mod_resource/content/2/POUPART%2C%20J.%20A%20entrevista%20de%20tipo%20qualitativo.%20In.%20POUPART%20at%20alli.%20A%20pesquisa%20qualitativa%2C%20p.%202015-253%20%281%29.pdf. Acesso em: 11 nov. 2024.

REIDEL, M. **A pedagogia do salto alto: histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira**. 2014. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/98604>. Acesso em: 20 out. 2024.

SOUSA, J. A.; ROCHA, T. M. A. D. BARROS, C. R. S. Prevalência de Discriminação na Vida, entre Travestis, Transexuais e Transgêneros. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 4, n. 1, p. 43-65, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/24974>. Acesso em: 9 nov. 2024.

SOUZA, Eloisio Moulin de; PEREIRA, Severino Joaquim Nunes. R(re)produção do heterossexismo e da heteronormatividade nas relações de trabalho: a discriminação de homossexuais por homossexuais. **São Paulo, SP: Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, n. 4, p. 73-86, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ram/a/7JPZNfcRbYkQVcnxQZ88KHs/?lang=pt#>. Acesso em: 20 nov. 2024.

SOUZA, H. A. (2012). **O desafio do trabalho na vida cotidiana de mulheres transexuais**. (Dissertação de Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, São Paulo, Brasil.

SPARGO, Tamsin. **Foucault e a teoria queer: seguido de Ágape e êxtase: orientações pós-seculares**. Autêntica, 2017.

TAVARES, Leonardo Ferreira Galvão. SAÚDE LGBTQIA+: PRÁTICAS DE CUIDADO TRANSDISCIPLINAR. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, [S. l.], v. 34, p. 1152, 2023. DOI: 10.35919/rbsh.v34.1152. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/1152. Acesso em: 20 nov. 2024.

WEISS, Lilian; NINGELISKI, Adriane de Oliveira. A Teoria Queer e a criminalização da transfobia no Brasil: uma leitura a partir da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão N.26. **Academia de Direito**, [S. l.], v. 4, p. 601–624, 2022. DOI: 10.24302/acaddir.v4.3673. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/acaddir/article/view/3673>. Acesso em: 11 nov. 2024.

ZIMMERMANN, T.; CARDOSO, A. R. Identidade sexual, homossexualidade e grafitos escolares: possibilidades de leituras. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, [S. l.], v. 14, n. 22, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/22642>. Acesso em: 1 nov. 2024.

ZOLADZ, Rosza W. Vel. Xiberras, Martine. As Teorias da Exclusão. Para uma construção do imaginário do desvio, Instituto Piaget, Lisboa, 1998, 251pp. **Revista InterFACES**, 2020. Disponível em:



<https://revistas.ufrj.br/index.php/interfaces/article/view/32046/18165>.

Acesso em: 1 nov. 2024.

Employability and work for trans women: experiences in the light of Queer Theory

ABSTRACT: This paper aims to analyze the inclusion of transgender women in the labor market through the lens of Queer Theory, seeking to understand how gender and sexuality norms shape their professional trajectories. Based on qualitative research using unstructured interviews, the study aimed to document these women's educational and professional paths, map their areas of professional activity, and analyze their daily experiences and workplace relationships. The findings show that systemic discrimination limits access to the formal labor market, often leading many individuals into involuntary prostitution. However, higher levels of education can expand opportunities, even though institutional barriers and transphobia persist. The interviews also reveal that "passability" directly influences these women's inclusion, reinforcing patterns of exclusion. The study concludes that public policies are urgently needed to ensure equal conditions and to combat discriminatory practices, enabling the integration of transgender women into formal work environments.

KEYWORDS: Trans women. Labor market. Queer Theory. Employability. Work.

Cristiano Parra DUARTE,
Doutorando e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processo FAPESP 2022/07802-4). Bacharel em Administração Pública pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Campus Araraquara-SP.

crparraduarte@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0924-4573>

Milena ALMEIDA,
Bacharela em Administração Pública pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Campus Araraquara-SP.

milena.a.silva@unesp.br

<https://orcid.org/0009-0008-1794-2471>

Recebido em: 08/08/2025

Aprovado em: 07/01/2026



DOSSIÊ

**Transição de gênero
na conjugalidade**

Maria Luísa Tessarollo Xavier, *Universidade de São Paulo*
Isabel Cristina Gomes, *Universidade de São Paulo*

Resumo. Esse artigo tem como objetivo discutir a transição de gênero na conjugalidade a partir de um material narrativo autobiográfico, de Letícia Lanz no livro *A construção de mim mesma: história de uma transição de gênero* (2021), sob a perspectiva da psicanálise dos vínculos e em articulação com os estudos psicossociais. De modo introdutório fazemos uma breve contextualização teórica crítica das chamadas trans identidades, depois passamos para definir o casal e sua dinâmica relacional, sob a perspectiva do “entre”. A história de Letícia Lanz e seu processo de (trans)formação é abordado dentro da vertente conjugal, no sentido de enfatizar os vários modos de ser casal na contemporaneidade, tendo ainda como padrão a cisheteronormatividade.

PALAVRAS-CHAVE: Conjugalidade. Cisgênero. Transidentidades. Casal. Psicanálise.



Trans identidades: uma breve contextualização crítica

Ao introduzir e endereçar conceitos que se referem às trans identidades, faz-se necessária uma contextualização compreendida aqui como breve, por não ter como finalidade esgotar o tema, e crítica, levando em consideração as frequentes discussões contemporâneas acerca deste assunto. É imprescindível reconhecer, concomitantemente, sua historicidade e atualidade, de modo que falar da travessia trans identitária envolve um campo móvel, em constante (trans)formação.

No século 18, a conduta sexual foi tomada como objeto de análise e alvo de intervenção das ciências médicas, com o objetivo de fomentar a economia da reprodução por meio de um dispositivo de controle da sexualidade (FOUCAULT, 1976/2024). A partir disso, enrijecimentos de gênero e binarização foram estabelecidos como intrínsecos à natureza humana (MACEDO, 2024), o regime da diferença sexual foi considerado universal (PRECIADO, 2022), e a posição cisnormativa assumiu posto de referência (CANNONE, 2019).

Experiências dissidentes foram nomeadas como anormais (MATTOS; CIDADE, 2016) e se tornaram palco de disputa para diversas áreas, como a medicina e a psicanálise, que se autorizaram a produzir dispositivos de controle da sexualidade (FOUCAULT, 1976/2024; PORCHAT & OFSIANY, 2020; PRECIADO, 2022). A transgeneridade surge, portanto, como o antagonismo da cisgeneridade, até então não nomeada (PFEIL & PFEIL, 2024).

Foi constituído um modelo psicopatológico que representaria a experiência de pertencer ao gênero oposto designado no nascimento, diferentemente da vivência cisgênera, supostamente natural, de identificação com o gênero atribuído biologicamente (OLIVEIRA, 2019; ARÁN, 2006). No processo de circunscrever a travessia trans identitária em torno da ideia de doença, o termo transexual, inicialmente proposto como transexualismo, foi adotado para estabelecer critérios que definiriam os indivíduos, categorizando-os e, inevitavelmente (ou melhor, propositalmente), limitando-os (ZAMBRANO, 2011).

Zambrano (2011) aponta que, diante da relação de poder estabelecida no processo violento de terem que se “provar”, algumas pessoas trans utilizam estratégias de convencimento que adequam suas narrativas ao discurso médico para se enquadrarem nos critérios estabelecidos para adquirirem direitos, como realização de cirurgia. Esse

movimento é fomentado uma vez que indivíduos que não se enquadram nessa definição não são vistos como “verdadeiros transexuais” e, portanto, representam corpos abjetos ocupantes de um entre-lugar: nem homem, nem mulher, e recebem o nome de travestis (OLIVEIRA, 2019; ARÁN, 2006).

De acordo com Barbosa (2010, 2013) a diferenciação entre transexuais e travestis representa as invenções convencionais heteronormativas performativas que se articulam com questões de gênero, sexualidade, raça, geração, classe social e performance, apresentando um espaço possível de trânsito. O autor destaca que tais referenciais estão sendo reinventados na atualidade, produzindo extensões de sentidos. Diante disso, optamos pelo uso do termo guarda-chuva trans identidades para desviar das inscrições patologizantes e, também, visando “abrigar diferentes formas de dissidência em relação à norma instituída pela divisão sexual binária” (CUNHA, 2021, p. 14).

Entender-se como trans é um processo dinâmico e não necessariamente relacionado com recursos e intervenções médicas que visem mudanças corporais (ROCON et al., 2018). O sistema binário que explica o gênero e sexo de maneira determinantemente interligada (BUTLER, 2003) estremece frente à constatação que as vivências trans são plurais e transcendem as contradições do binarismo de gênero, não se limitando à dicotomia homem/mulher (MACEDO, 2024). Portanto, a mera existência de pessoas trans desafia o regime da diferença sexual e a monocultura do saber academicamente legitimado acerca da padronização das trans identidades (PFEIL & PFEIL, 2024).

Desse modo, a realidade trans necropolítica brasileira gera um país que mais mata pessoas trans no mundo, encurtando essa expectativa de vida para 35 anos (RODRIGUES et al., 2021; SILVA et al., 2020). A inexistência de dados produzidos por órgãos oficiais do Brasil acerca da população trans, uma vez que nos levantamentos leva-se em conta somente o sexo biológico (PREU; BRITO, 2019), contribui para o apagamento e aniquilamento destas identidades na medida em que embasa a desconsideração de suas necessidades e de políticas voltadas para pessoas trans (PRUDENCIANO, 2023).

Essa realidade se contrapõe aos direitos que as pessoas trans têm diante da Constituição Brasileira e as insere em um contexto assinalado por desafios como discriminação, violência e exclusão (ALEXANDRE; SANTOS, 2019; CARVALHO; GONÇALVES, 2024). Como consequência, suas vidas são atravessadas pelo marcador de não corresponder à



cisheteronormatividade, impactando cotidianamente os indivíduos e suas relações.

No documentário *De gravata e unha vermelha*, Miriam Chnaiderman (2015) busca dar voz a estas pessoas em um espaço que possam contar suas histórias. Dentre os relatos, destaca-se a transição de gênero de Letícia Lanz aos cinquenta anos. Letícia conta, também em seu livro *A construção de mim mesma: uma história de transição de gênero* (LANZ, 2021), que permaneceu casada com sua esposa, Angela, durante esse processo, descrevendo um cenário em que a “saída do armário” ocorre na vida adulta e é vivenciada em conjunto com a parceira.

No contexto sociocultural enraizado na diferença sexual, a transição de gênero em uma relação modifica sua densidade e reverbera em todas as pessoas envolvidas (BRAZ et al., 2020; NOVO, 2025). Considerando a especificidade em que um casal cisgênero passa por uma (trans)formação, surge a possibilidade de compreender a dinâmica intersubjetiva conjugal a partir deste processo.

Por meio da escrita de si, narrativas autobiográficas apresentam um campo potencial de escuta e, revelam dimensões subjetivas e afetivas das experiências vividas (SILVA & CARVALHO, 2025). Levando isso em consideração, pretende-se realizar um estudo teórico-interpretativo a partir do material narrativo autobiográfico no livro de Letícia Lanz (2021), ancorado nos estudos da psicanálise dos vínculos. Essa opção metodológica é baseada na posição de Mezan (2019) sobre o movimento de articulação da psicanálise com várias formações culturais, a fim de produzir contribuições para a clínica.

Não há metade para a minha laranja?

Em *O banquete* (PLATÃO, 2012), Aristófanis propõe uma explicação mítica para o amor sob a lógica de que os seres humanos eram andróginos (compostos por homem e mulher) e foram separados por Zeus por ameaçarem os deuses. Além de se apresentar como um prato cheio para o regime da diferença sexual, o mito aborda a busca incessante da metade perdida, que restauraria uma sensação de completude. Essa compreensão filosófica da expressão amorosa dialoga na contemporaneidade no que se refere a falta e a expectativa de

encontrar a metade da laranja na parceria amorosa (ALMEIDA, 2014; SUY, 2022).

Nesse sentido, o relacionamento amoroso destaca-se por promover sentidos e significados diferenciados no cotidiano dos indivíduos (ALMEIDA, 2014). Na atualidade observa-se a promessa em torno da felicidade como consequência de viver um amor recíproco estável em diversas culturas. Essa ilusão é sustentada pelo ideal de casal moderno, cujo modelo cisgênero heterossexual monogâmico se apresenta como norma para o imaginário social (ALEXANDRE; SANTOS, 2021; MOGUILLANSKY; NUSSBAUM, 2011).

Não obstante, segundo Spivacow (2018), a presença no imaginário popular é de uma fantasia estendida de eternidade. O enredo do felizes para sempre é um sonho, transmitido de geração em geração, através da arte (LAMANNO, 1993). Sendo assim, mistificações são conferidas ao amor romântico, associando-o à tendência ingênua de enxergá-lo como algo permanente, afastando a potência transformadora da mudança em detrimento da ilusão de estabilidade (MÉNDEZ, 2024).

Desse modo, o casal moderno monogâmico constituído por um homem e uma mulher cisgêneros e heterossexuais ocupou o posto de modelo por décadas, bem como a referência de família nuclear que vinha a ser estabelecida com os filhos biológicos deste casal. Como consequência das transformações da contemporaneidade, em especial no século 21, as famílias da atualidade apresentam maior flexibilidade com relação à organização patriarcal e são múltiplas em suas variações (MOGUILLANSKY; NUSSBAUM, 2011; SPIVACOW, 2018). Entretanto, a diversidade de ideias e a rapidez das mudanças sociais colide com o descompasso na capacidade do sujeito de processá-las com a mesma igualdade (GOMES, 2016), resultando em uma discrepância assinalada por Gomes (2022, p. 16): “se por um lado, hoje vivemos com vários arranjos familiares, por outro, a hegemonia da família tradicional heterossexual ainda se faz presente em nossa sociedade”.

Apesar de enfrentar complicações na realidade, resquícios da sociedade cisheteropatriarcal se fazem presentes e, dentre eles, destacamos os discursos religiosos, científicos, educacionais e midiáticos que são introjetados e utilizados para fazer a distinção dos indivíduos que não se encaixam na lógica sexual imposta. Assim, aprende-se quais indivíduos ou grupos são reconhecidos enquanto merecedores de investimento afetivo (NASCIMENTO, 2022).

Tendo em vista que o estabelecimento de relacionamentos que não se inscrevem na ordem cisgênera desafia a lógica normativa vigente,



peessoas trans são interditadas em seu direito de afeto (RODRIGUES et al., 2024) e, em uma sociedade que prega a felicidade e completude por meio do encontro com a cara-metade, a possibilidade de encontrar a parte que falta da laranja é esmagada. Esse cenário, somado à lógica cisheternormoativa monogâmica dos relacionamentos, impactam homens (BOFFI; SANTOS, 2023, 2024) e mulheres (ROVAI, 2021) trans, que atribuem o amor como algo raro em suas vidas e apresentam descrença para manter relações duradouras.

Ainda, a experiência trans em relacionamentos afetivo-sexuais pode ser marcada por angústias e receios no que se refere ao abandono (ROVAI, 2021) e possíveis desrespeitos e violências que podem ser protagonizados pelos parceiros (ALMEIDA; SANTOS, 2024).

Portanto, entende-se que viver e se relacionar fora da norma atribuída à sexualidade e gênero, além de não corresponder ao imaginário social e não se assimilar aos modelos de casal e família que são, supostamente, estáveis e eternamente felizes, pode envolver uma série de riscos. Esse contexto endossa o questionamento de Nunes (2021, p. 20): “Às vezes me pergunto se o amor é pra gente”.

A intersubjetividade nos casais

A Psicanálise dos vínculos se constituiu como uma especificidade da teoria-clínica psicanalítica na medida em que observou-se a demanda para atendimento de casais, famílias e grupos. Com uma postura de abertura para o intersubjetivo, rompendo com a visão restritiva dos fenômenos a partir de uma perspectiva unicamente intra subjetiva, os dispositivos vinculares correspondem a uma abordagem com enfoque em discussões sobre o contemporâneo, em articulação com estudos psicossociais (CYPEL, 2017; DARÓ; GOMES, 2022).

Pichon-Riviére (1982/2000, p.3) define o vínculo como “a maneira particular pela qual cada indivíduo se relaciona com outro ou outros, criando uma estrutura particular a cada caso e a cada momento” e, portanto, descreve-o como social. Ao se estabelecer na presença e na relação entre pessoas, o vínculo promove o encontro com outro em sua concretude, de maneira que o sujeito se depara com algo que não pode

ser reduzido ao seu mundo interno: a alteridade (KAËS, 2011; LEVISKY et al., 2021).

Assim, enquanto o intrasubjetivo corresponde à dimensão psíquica regida predominantemente por determinações interiores ao sujeito, envolvendo um espaço fechado que assimila o mundo interno a partir de funcionamentos projetivos e narcisistas, reduzindo o outro e a realidade exterior à condição de objetos internos; o intersubjetivo diz respeito à faceta partilhada com os outros, na medida em que a interação produz subjetivações e a alteridade do outro é irreduzível. As terapias vinculares levam em consideração o outro real e exterior sem deixar de reconhecê-lo, também, como objeto interno (LEVISKY et al., 2021; SPIVACOW, 2018).

A presença do outro, objeto externo, se impõe como uma alteração imprevisível e configura-se como uma novidade (PIVA, 2020). Esse encontro introduz algo que transcende a história prévia do sujeito e representa um Acontecimento que, a posteriori, modifica as representações intra e intersubjetivamente, promovendo inscrições que alteram os vínculos e as marcas anteriores (LEVISKY et al., 2021; TRACHTENBERG et al., 2018).

Elaborar alteridades e acontecimentos consiste em uma tarefa árdua, que nos convida a reconhecer o outro como diferente. Esse processo promove o trabalho vincular e nos posiciona em um constante e incansável vir a ser outro com outros (GOMES, 2022; TRACHTENBERG et al., 2018). Em uma dinâmica de negociações e sublimações de conflitualidades primordiais, o trabalho vincular constitui um solo fértil para o desenvolvimento de sofrimento e angústia, ao passo que também pode propiciar uma dimensão de surpresa e curiosidade diante do compartilhado, na qual pode-se criar, em conjunto, “um espaço-tempo que permite enfrentar as vicissitudes dos processamentos da diferença” (PIVA, 2020, p. 51).

Na especificidade vincular do casal, pessoas que se escolheram mutuamente para o envolvimento afetivo e sexual por um período de tempo estável constroem, juntas, um outro elemento: a conjugalidade (LEVISKY et al., 2021). Em um jogo de projeções e introjeções, criam-se espaços e objetos compartilhados que não são totalmente de um ou do outro, mas sim, tanto de um como do outro (KAËS, 2014; LIMA, 2022).

Por meio deste processo, o casal constrói um idioma próprio que, da mesma forma, não é propriamente de um nem de outro, pois pertence ao espaço entre (PIVA, 2020). Como os artistas apresentam certa sensibilidade para registrar moções psíquicas (FREUD, 1910/2014), não



nos faltam representações para exemplificar como aquilo que é experienciado no vínculo não pode ser vivenciado com nenhum outro(a), como nos trechos musicais “você me ensinou uma língua secreta que eu não posso falar com nenhuma outra pessoa” (SWIFT; ANTONOFF, 2020, tradução nossa) e “por que nós não vamos falar sobre isso num lugar que só nós conhecemos?” (CHAPIN et al., 2004, tradução nossa).

Compreende-se, então, que há algo no entre que é único em cada relação, fazendo com que cada casal tenha uma identidade específica, ainda que dinâmica (LIMA, 2022; SPIVACOW, 2018). É a partir desta perspectiva vincular que propõe-se a discussão sobre transição de gênero na conjugalidade, na medida em que o que é vivenciado por um, quando em parceria com outro, trará implicações para ambos e para o entre.

A (trans)formação na conjugalidade

A história de Letícia e Angela se desenrola em um desfecho particular, do qual obtemos apenas vislumbres por meio dos relatos registrados. Não nos cabe tomar o material como um caso clínico e analisá-lo à luz da teoria psicanalítica, uma vez que não houve transferência, tampouco setting, para tal. No entanto, o material narrativo autobiográfico publicado aponta para uma experiência que pode ser levada em consideração como algo que não é estritamente clínico, mas que apresenta contribuições para a clínica, em um movimento de articulação da psicanálise com produções culturais (MEZAN, 2019).

Segundo Braz et al. (2020), vivenciar a transição de gênero acompanhado/a da família envolve a repercussão do processo transexualizador nos familiares e, a partir disso, pode-se pensar em como esse processo reverbera, também, em cada um dos indivíduos envolvidos em um relacionamento afetivo-sexual estável. Considerando essa especificidade em que um relacionamento inicialmente constituído por duas pessoas cisgênero passa pela travessia trans identitária, esta última se impõe, tal qual um Acontecimento (LEVISKY et al., 2021; TRACHTENBERG et al., 2018), e, portanto, é possível refletir acerca de suas repercussões na dinâmica conjugal.

O Acontecimento não necessariamente corresponde unicamente à transição de gênero. Na história de Letícia e Angela, por exemplo no trecho “Em mim fez despertar a lembrança dura e cruel dos projetos de

vida que eu estava deixando na beira da estrada” (LANZ, 2021, p. 64) após falar sobre um evento específico, é possível observar como outras situações também promoveram elaborações que modificaram representações intrasubjetivamente e, a posteriori, inscrições que alteraram a dinâmica vincular entre ambas (LEVISKY et al., 2021; TRACHTENBERG et al., 2018).

Em seu livro, Leticia aborda a dificuldade para afirmar sua identidade para Angela: “eu estava ficando louca com a ideia de que ser eu mesma iria ferir cruelmente a mulher a quem eu sempre amei e aos filhos que tivemos juntas” (LANZ, 2021, p. 71). Esse trecho exemplifica como a obediência moral sexual diante do discurso produzido em torno do sexo impõe aos sujeitos restrições e, portanto, sacrifícios psíquicos (FREUD, 1908/2020). Observa-se que o vislumbre da não adequação aos padrões cisgêneros resulta em sofrimento para pessoas trans (MEDEIROS et al., 2025).

A transição de gênero de uma das pessoas em um casal cisheterossexual insere a conjugalidade em uma posição dissidente com relação à norma vigente. Reconhecer e elaborar as vicissitudes deste processo envolve uma contínua dinâmica de renegociação de corpos e desejos na busca de “validar sua existência e dignificar suas vidas como vidas que importam, para além da captura do binarismo de gênero e da matriz heteronormativa” (ALEXANDRE; SANTOS, 2019, p. 85).

Um casal cis-cis que passa a ser um casal cis-trans enfrenta uma dupla especificidade na medida em que se vê diante de um trabalho de vínculo que visa organizar as alterações vinculares enquanto também tenta compreender o novo enquadramento conjugal que escapa a lógica cisheteronormativa. Desse modo, o trabalho vincular também compreende, nesse contexto, à elaboração do luto em torno dos ideais e papéis de gênero, sexo e identidade (ZERBINATI & BRUNS, 2018).

A busca por aceitação social consiste em um desafio para os modelos de parceria dissidentes tanto no contexto de negar a norma quanto na tentativa de lograr a relação dentro desta mesma norma, apresentando um paradoxo para esses casais (PELÚCIO, 2006). Os indivíduos podem se deparar com uma relação em que há manutenção dos papéis sociais de gênero atribuídos aos envolvidos em relacionamentos cisheterossexuais, como no estudo de Pfeffer (2010); ou podem se ver diante do rompimento de seus sonhos de legitimação frente aos padrões cisheteronormativos.

Tendo isso em vista, o percurso de Letícia e Angela certamente não se deu sem percalços. O trabalho vincular envolveu sofrimento, angústia



e brigas, mas também consistiu em conversas, acolhimento e fortalecimento, não necessariamente em etapas que se seguem. A experiência é descrita de modo em que percebe-se um movimento dialético, ora com confrontos, ora com avenças, demonstrando o verdadeiro jogo de negociações e sublimações de conflitualidades primordiais decorrente do trabalho do vínculo (PIVA, 2018, 2020). Nas palavras de Letícia:

Por meses, anos a fio, eu e Angela nos viramos e nos reviramos pelo avesso muitas vezes, tentando encontrar as bases de uma nova relação, até chegarmos à conclusão de que a nova relação que buscávamos era tão somente o prosseguimento da relação honesta, verdadeira e amorosa que sempre tivemos (LANZ, 2021, p. 78).

Além da história de Letícia e Ângela, é possível observar as nuances e repercussões da transição de gênero na conjugalidade em outros escritos autobiográficos. Assim como em Lanz (2021), Nery (2022, p. 71) indica que havia algum aspecto específico da vincularidade que corroborava para o seu processo de constituição de si mesmo: “Embora me sentisse um menino desde os quatro anos, só agora com Vera podia assumir meu verdadeiro gênero masculino”.

Em Rocha (2022, p. 111), a autora também apresenta essa perspectiva:

Contra todas as expectativas, no entanto, ela conseguia. Ela sabia sobre as roupas, sabia sobre os saltos altos e maquiagem, o acompanhava em eventos do clube e até saía com ele “montado”. À sua maneira, conseguia compreender e aceitar a sua vida dupla, as suas vontades ocultas e muitos dos seus desejos, alguns dos quais nem ele mesmo conseguia entender, mas que estavam lá a todo momento. Ela estava ao seu lado sempre, e isso fazia grande diferença”.

Os autores apresentam o apoio das parceiras como um fator importante e, a partir disso, é possível perceber que “o poder exercido nos vínculos familiares é uma força produtiva tanto quando é contrária como quanto é favorável a mudanças nas identidades de gênero” (NOVO, 2025, p. 543). No entanto, diferentemente de Letícia e Ângela, os relacionamentos referidos por João Nery e Márcia Rocha nos trechos destacados culminaram na separação.

Segundo Lamanno (1993), a relação conjugal se desenvolve na medida em que o casal tece um envoltório forte, para que sustente as rupturas, mas maleável, permitindo pequenos movimentos e fissuras que, aos poucos, constituem uma transformação. É interessante observar que a abertura para elaborar as mudanças na conjugalidade se contrapõe à ideia de estabilidade eterna que se apresenta como norma para o imaginário social (ALEXANDRE; SANTOS, 2021; MOGUILLANSKY; NUSSBAUM, 2011). A potência transformadora da mudança se revela na medida em que

É impossível amar sempre da mesma maneira, mas é possível construir um *entre* que se baseie em afinidades, que não reivindicuem nem completude nem totalidade, pelo contrário, que nos permita desenhar cartografias e estratégias, sempre incertas, que nem sempre são coincidências, mas que têm como objetivo o aumento da nossa potência e desejando produção (MÉNDEZ, 2024, p. 45).

Sendo assim, entende-se a transição de gênero de um dos parceiros de um casal como um Acontecimento que fomenta o trabalho vincular. Ao construir um espaço-tempo que suporte as vicissitudes decorrentes de processar as diferenças (PIVA, 2018), a dinâmica conjugal passa por uma (trans)formação.

Considerações finais

Em suma, buscou-se conduzir um estudo teórico-interpretativo que articula o material narrativo autobiográfico de Letícia Lanz (2021) e os estudos da psicanálise dos vínculos, com o objetivo de compreender a dinâmica intersubjetiva conjugal a partir do processo de transição de gênero de uma das pessoas envolvidas. Contudo, como cada casal cria seu próprio *entre*, em uma constante dinâmica (LIMA, 2022), a clínica vincular é constituída de acordo com cada caso, considerando as particularidades de cada vínculo (SPIVACOW, 2018). Desse modo, essa discussão não se propõe a estabelecer um padrão ou norma, pois cada elaboração conjugal será única. Outrossim, essa posição se opõe à delimitação de um suposto exemplar para as vivências trans identitárias, em respeito a sua pluralidade (MACEDO, 2024).



Destaca-se como o amor romântico e a conjugalidade se encontram imersos em ideais normativos que privilegiam a lógica cisheterossexual, produzindo interditos afetivos e, conseqüentemente, sofrimento. Ainda, o modelo de amor romântico presente no imaginário social visa uma parceria atrelada à estabilidade eterna. Esse contexto nos possibilita compreender que as trans identidades interpelam os limites dos referenciais tradicionais de família e casal em seus relacionamentos afetivo-sexuais.

Além de desafiar a norma vigente, a continuidade do relacionamento que deixa de se inscrever na ordem cisgênera demonstra a potencialidade da dimensão do encontro e do compartilhado. As mudanças na dinâmica vincular são decorrentes de transformações intrapsíquicas e intersubjetivas que reverberam no entre, exemplificando a perspectiva de que no vínculo se constrói, continuamente, algo entre dois, não dependendo de um só sujeito, mas de ambos.

Por fim, enfatiza-se novamente o campo móvel dessa temática, em constante (trans)formação. Portanto, ressalta-se a importância de conduzir mais estudos nessa área, priorizando pesquisas pautadas na narrativa de pessoas trans acerca de suas próprias experiências, visando produzir conhecimento adequado para compreendê-las e/ou acolhê-las, seja na clínica individual, de casal ou de família.

Referências:

ARÁN, M. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, v. 9, n. 1, p. 49-63, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-14982006000100004>. Acesso em: 20 ago. 2025.

ALEXANDRE, V.; SANTOS, M. A. D. Experiência conjugal de casal cis-trans: contribuições ao estudo da transconjugalidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 39, p. 75-87, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228629>. Acesso em: 22 ago. 2025.

ALEXANDRE, V.; SANTOS, M. A. D. Conjugalidade cis-trans: reinventando laços, desestabilizando certezas. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 41, p. 1-16, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003224044>. Acesso em: 22 ago. 2025.

ALMEIDA, T. D. Processo da escolha conjugal sob a perspectiva da psicanálise vincular. *Pensando famílias*, v. 18, n. 1, p. 3-18, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2014000100002&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 20 ago. 2025.

ALMEIDA, R. G. D.; SANTOS, M. A. D. Políticas afetivo-sexuais na cisheteronormatividade: resistências e estratégias de bem viver de uma mulher transexual. *Psicologia USP*, v. 35, p. 1-11, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/GdPcWNZ7S3PNpGMwGDBDYVr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 ago. 2025.

BARBOSA, B. C. "Doidas e putas": usos das categorias travesti e transexual. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, v. 14, p. 352-379, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1984-64872013000200016>. Acesso em: 22 ago. 2025.

BARBOSA, B. C. *Nomes e diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual*. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BOFFI, L. C.; SANTOS, M. A. D. Percepções e expectativas de homens trans acerca dos relacionamentos afetivo-sexuais pós-transição. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 43, p. 1-17, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003250825>. Acesso em: 19 ago. 2025.

BOFFI, L. C.; SANTOS, M. A. D. "Vou ficar sozinho para sempre?": expectativas de homens trans sobre relacionamentos afetivo-sexuais. *Psico*, v. 55, n. 1, p. 1-15, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2024.1.42121>. Acesso em: 25 ago. 2025.



BRAZ, D. G. D. C.; REIS, M. B.; HORTA, A. L. D. M.; FERNANDES, H. Vivências familiares no processo de transição de gênero. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 33, p. 1-8, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2020AO0251>. Acesso em: 29 ago. 2025.

BUTLER, J. Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade. 22^o ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

CANNONE, L. Historicizando a Transexualidade em Direção a uma Psicologia Comprometida. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 39, p. 21-34, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228487>. Acesso em: 24 ago. 2025.

CARVALHO, P.; GONÇALVES, M. O Custo da Ignorância: a Realidade dos Estudantes Transsexuais em um Mundo Ignorante. In *Anais do XXXII Seminário de Educação*, p. 487-496, 2024. Disponível em: [doi:10.5753/semiedu.2024.32702](https://doi.org/10.5753/semiedu.2024.32702). Acesso em: 2 set. 2025.

CHAPIN, T., HUGHES, R. D., RICE-OXLEY, T. Somewhere only we know. In: KEANE (Intérprete). *Hopes and Fears*. Universal Music Group, 2004. 1 CD.

CHNAIDERMAN, M. De gravata e unha vermelha. Direção: Miriam Chnaiderman. Reinaldo Pinheiro, 2015. Documentário.

CUNHA, E. L. O que aprender com as trans identidades: psicanálise, gênero e política. 2^o ed. Porto Alegre: Criação Humana, 2021.

CYPEL, L. R. C. Reflexões sobre a interpretação na clínica contemporânea de psicanálise dos vínculos de família e casal. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 51, n. 2, p. 55-64, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So486-641X2017000200004&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 2 set. 2025.

DARÓ, B. R.; GOMES, I. C. Quando Édipo encontra Lábdaco: Sobre o Complexo de Édipo entre um avô e uma neta à luz da Psicanálise Vincular. *Vínculo-Revista do NESME*, v. 19, n. 2, p. 201-209, 2022.

Disponível em:
<https://www.redalyc.org/journal/1394/139473388005/139473388005.pdf>. Acesso em: 2 set. 2025.

FREUD, S. Sobre um tipo particular de escolha de objeto nos homens. In

FREUD, S. *Amor, sexualidade e feminilidade*. Tradução de M. R. S. Moraes. v. 1. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p. 121-135. Trabalho original publicado em 1910.

FREUD, S. A moral sexual “cultural” e a doença nervosa moderna. In FREUD, S. *O mal-estar na cultura e outros textos sobre sociedade e religião*. Tradução de M. R. S. Moraes. v. 1. Belo Horizonte: Audiência, 2020, p.65-98. Trabalho original publicado em 1908.

FOUCAULT, M. A vontade de saber. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2024. (Trabalho original publicado em 1976).

GOMES, I. C. Novas formas de filiação na contemporaneidade: a reprodução assistida e a clínica psicanalítica. In: RAMOS, M. (Org.). *Novas fronteiras da clínica psicanalítica de casal e família*. São Paulo: Escuta, 2016. p. 159-169.

GOMES, I. C. As mudanças psicossociais na família e seu impacto na clínica de casal e família. In: PENNACCHI, R.; THORSTENSEN, S. (Orgs.). *Psicanálise de casal e família: uma introdução*. São Paulo: Blucher, 2022. p. 25-42.

KAËS, R. Um singular plural. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

LAMANNO, V. L. C. Repetição e transformação na vida conjugal. São Paulo: Summus editorial, 1993

LANZ, L. A construção de mim mesma: uma história de transição de gênero. São Paulo: Objetiva, 2021.

LEVISKY, R. B.; DIAS, M. L.; LEVISKY, D. L. *Dicionário de psicanálise de casal e família*. São Paulo: Blucher, 2021.



LIMA, C. B. de. Individualidade, conjugalidade, família. In: PENNACCHI, R.; THORSTENSEN, S. (Orgs.). *Psicanálise de casal e família: uma introdução*. São Paulo: Blucher, 2022. p. 277-303.

MACEDO, L. M. *Experiências de não binaridade: o gênero, a psicanálise e uma nova epistemologia*. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) - Universidade Estadual Paulista.

MATTOS, A. R.; CIDADE, M. L. R. Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 5, p. 132-153, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/peri.v1i5.17181>. Acesso em: 28 ago. 2025.

MEDEIROS, B. A. de O.; FONSECA, A. M. D.; SILVA JÚNIOR, J. A. da.; MORAES, A. N. D.; SAMPAIO, A. F.; NASCIMENTO, E. G. C. do. A Construção da identidade transgênero e as imposições da matriz social binária e cisnormativa. *Revista Brasileira De Sexualidade Humana*, V. 36, p. 1-9, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.35919/rbsh.v36.1255>. Acesso em: 18 ago. 2025.

MÉNDEZ, M. L. O fim do amor ou a queda de uma ilusão?. In: BIANCHI, A. N., ZUKERMAN, P. (Orgs.). *Psicanálise de casal e família: reflexões latino-americanas*. São Paulo: Blucher, 2024. p. 42-45.

MEZAN, R. Interfaces da psicanálise. 2 ed. São Paulo: Blucher, 2019.
MOGUILLANSKY, R. NUSSBAUM, S. L. *Psicanálise Vincular - teoria e clínica. Volume 1: Fundamentos teóricos e abordagem clínica do casal e da família*. São Paulo: Zagodoni Editora, 2011.

NASCIMENTO, L. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NOVO, A. L. C. “O nome que eu sou”: Pessoa, gênero, relacionalidade e os sentidos da nominação de sujeitos trans. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 524-549, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/66447>. Acesso em: 15 jan. 2026.

NUNES, E. Borra de café no fundo da xícara. In: Pfeil, B. Pustilnick, N. Victoriano, N. (Orgs). *Corpos transitórios: narrativas transmasculinas*. 1^o ed. Salvador: Diálogos, 2021. p. 17 - 25.

OLIVEIRA, F. N. A. Gênero, cultura e o dispositivo da transexualidade: a formação da identidade travesti no Brasil. *Darandina Revista Eletrônica*, v. 10, n. 1, p. 1–20, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/1983-8379.2017.v10.2825>. Acesso em: 19 ago. 2025.

PELÚCIO, L. Três casamentos e algumas reflexões: notas sobre conjugalidade envolvendo travestis que se prostituem. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, p. 522-534, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2006000200012>. Acesso em: 20 ago. 2025.

PFEFFER, C. A. “Women’s Work”? Women Partners of Transgender Men Doing Housework and Emotion Work. *Journal of Marriage and Family*, v. 72, p. 165-183, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2009.00690.x>. Acesso em: 3 set. 2025.

PFEIL, C. L.; PFEIL, B. L. A produção patológica do antagonismo: a institucionalização da violência contra pessoas trans. Ponta Grossa: Monstro dos Mares, 2024.

PICHON-RIVIÈRE. *Teoria do vínculo*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Texto originalmente publicado em 1982.

PIVA, A. Os conflitos conjugais: desejo, sexualidade, poder e violência. In: TRACHTENBERG, A. R.; PIVA, A.; KOPITTKE, C. C.; PEREIRA, D. Z.; SOARES, G. F.; FERREIRA, P. P.; KORBES, J.; MELLO, V. H. P.; AVRITCHIR, R. *Por que a psicanálise vincular?*. Porto Alegre: Criação Humana, 2018. p. 186-204.

PIVA, A. *Vincularidade: teoria e clínica*. São Paulo: Zagodoni Editora, 2020.

PLATÃO. *O banquete*. 1. ed. São Paulo: Edipro, 2012

PORCHAT, P.; OFSIANY, M. C. Quem habita o corpo trans? *Revista Estudos Feministas*, v. 28, n. 1, p. 1-12, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n157698>. Acesso em: 18 ago. 2025.

PRECIADO, P. B. *Eu sou o monstro que vos fala*. São Paulo: Zahar, 2022.

PREU, R. O.; BRITO, C. F. A questão trans no cenário brasileiro. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 10, p. 95-117, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/peri.vii10.27809>. Acesso em: 2 set. 2025.

PRUDENCIANO, C. Construindo cidadania: a história de luta de travestis e transexuais no Brasil. 1º ed. Ponta Grossa: Monstro dos Mares, 2023.

ROCON, P. C. et al. O que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde? *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v. 22, p. 43-53, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0712>. Acesso em: 22 ago. 2025.

RODRIGUES, E. A. L.; MANSOUR, L. V.; LOPES, F. R. TRANSmutando o significado de amor: reflexões sobre amores travestis em uma sociedade neoliberal. *Das Amazônias*, v. 7, n. 1, p. 86–107, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/268903.7.1-7>. Acesso em: 23 ago. 2025.

RODRIGUES, J. W. C.; SILVA, B. R. N.; SIVA, L. V. O combate à transfobia na agenda de políticas públicas de segurança no Brasil: cenário atual e desafios. *Revista de Estudos Institucionais*, v. 7, n. 3, p. 1060–1080, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.21783/rei.v7i3.490>. Acesso em: 23 ago. 2025.

ROVAI, M. G. O. Por uma história dos afetos no presente: narrativas de mulheres trans/travestis sobre o direito de amar. *Projeto História*, v. 72, p. 228-256, 2021. Disponível em:

<https://doi.org/10.23925/2176-2767.2021v72p228-256>. Acesso em: 1 set. 2025.

SILVA, G. P. da.; CARVALHO, D. F. Pesquisa narrativa autobiográfica: uma revisão de literatura de teses no período de 2019 a 2024. *Cadernos da Fucamp*, p. 1-21, 2025. Acesso em: 20 jan. 2025.

SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CABRAL, V.; LEE, D. 'Quando uma trans é morta, outras mil se levantam!': transnecropolítica e transresistência no Brasil. *Geografia*, v. 44, n. 2, p. 215-231, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5016/geografia.v44i2.15114>. Acesso em: 28 ago. 2025.

SPIVACOW, M. *O casal em conflito: contribuições psicanalíticas*. Rio Grande do Sul: Triangulo Gráfica e Editora Ltda., 2018.

SUY, A. *A gente mira no amor e acerta na solidão*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2022.

SWIFT, T.; ANTONOFF, J. Illicit affairs. In: *Folklore*. Republic Records, 2020.

TRACHTENBERG, A. R. et al. Por que Janine Puget? In:

TRACHTENBERG, A. R. et al. *Por que a psicanálise vincular?*. Porto Alegre: Criação Humana, 2018. p. 38-58.

ZAMBRANO, E. Transexuais: identidade e cidadania. In: VENTURI, G.;

BOKANY, V. *Diversidade sexual e homofobia no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu, 2011. p. 97-107.

ZERBINATI, J. P., BRUNS, M. A. Transidentidade: da ruptura patologizante ao matiz da criatividade. 1º ed. Curitiba: Editora CRV, 2018.



Gender transition in marriage

ABSTRACT: This article aims to discuss gender transition in conjugality based on the autobiographical narrative material of Letícia Lanz in the book *A construção de mim mesma: história de uma transição de gênero* (2021), from the perspective of the psychoanalysis of bonds and in articulation with psychosocial studies. As an introduction, we provide a brief critical theoretical contextualization of so-called trans identities, then move on to define the couple and its relational dynamics, from the perspective of the “in-between.” Letícia Lanz’s story and her process of (trans)formation are examined within the conjugal dimension, in order to emphasize the various ways of being a couple in contemporary times, while also highlighting how cisheteronormativity continues to function as a prevailing standard.

KEYWORDS: Conjugality. Cisgender. Transgender. Couple. Psychoanalysis.

Maria Luísa TESSAROLLO XAVIER,

Psicóloga graduada pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Mestranda em Psicologia Clínica na Universidade de São Paulo (USP) e pós-graduanda em Psicanálise e Relações de gênero pelo Instituto de Pesquisa em Psicanálise e Relações de Gênero (IPPERG)

<https://orcid.org/0009-0000-9647-7871>

Isabel CRISTINA GOMES,

graduação em Psicologia pela Universidade de São Paulo (1980), mestrado em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (1990) e doutorado em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (1996). Atualmente é Professora Titular do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e Coordenadora do Laboratório de Casal e Família: Clínica e Estudos Psicossociais; Coordenadora do Convênio Internacional UCES - Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales de Buenos Aires e o IPUSP. Psicanalista de casal e família.

<https://orcid.org/0000-0001-9335-9706>

Maria Luísa Tessarollo Xavier.
Isabel Cristina Gomes.

877

Recebido em: 25/11/2025
Aprovado em: 16/02/2026



DOSSIÊ

**TransVerso (2015):**
uma leitura *Queer* e *Quare*
sobre-vivência de mulheres trans
e travestis de/em Maringá (PR)

George Rodrigues Muniz, *Universidade Estadual de Maringá (UEM)*
Geniane Diamante Ferreira Ferreira, *Universidade Estadual de Maringá (UEM)*

Resumo. O presente estudo analisa narrativas de seis mulheres trans e travestis da cidade de Maringá - PR no curta-documentário *TransVerso* (2015). Por meio de uma leitura teórico-interpretativa de excertos narrativos, ancorada nas teorias *Queer* (Miskolci, 2012; Lewis, 2018) e na analítica *Quare* (Johnson; Morais, 2020, 2022), o estudo busca compreender como as sujeitas-narradoras constroem sentidos sobre suas experiências cotidianas de (re)existência em uma sociedade marcada pela transfobia, pelo racismo e pela exclusão social, sobretudo no interior paranaense. As narrativas revelam trajetórias de luta, afirmação identitária e produção de humanidade, nas quais a reivindicação do reconhecimento enquanto sujeitas de direito configura-se como gesto político e epistemológico de enfrentamento ao CISTema (Nascimento, 2021), afirmando modos de existência e sobre-vivência.

PALAVRAS-CHAVE: (Re)existência. Teoria *Queer*. Analítica *Quare*.



Posicionamento inicial

Val, muda seu jeito de ser, porque, no dia que jogarem terra na minha cara, você e o seu pai não vai existir pra mais ninguém! (Meg, apelido de família Val, *TransVerso*, 2015).

Narrativas são caracterizadas por um enredo composto por personagens, espaço, tempo e narrador(es/as). São histórias, performances e ações que constroem o(s) discurso(s). Narrar o real ou o imaginário é ir ao encontro de lugares, sujeitos/as, corpos, pessoas, lutas e (des)esperança. Mas quando o ato de narrar se torna sobre-vivência¹? Quando narrar é gesto de enfrentamento diante do apagamento sistemático de certos corpos e existências das narrativas hegemônicas do cotidiano? As histórias aqui mobilizadas são narrativas não-ficcionais, autobiográficas, contadas por sujeitas-narradoras não cisgêneras, sobre-viventes de uma sociedade estruturalmente discriminatória no que concerne aos marcadores sociais de gênero, raça e classe. Essas narrativas integram o curta-documentário *TransVerso* (2015), audiovisual que se constitui como espaço de enunciação de vidas que historicamente foram relegadas à margem do dizível.

Publicado no canal de/pela documentarista brasileira Fernanda Eda Paz, o curta-documentário apresenta narrativas cotidianas de seis mulheres trans e travestis da cidade de Maringá, município do interior do Paraná: Silvana, a Még/Val ou Genival (seu vulgo, o apelido de família e o nome com o qual assina, em sequência, conforme mencionado por ela), Rose, professora Daniele, Paula e Clotilde ou Mãe Clô. A produção visual apresenta as mulheres em enquadramentos que possibilitam o íntimo, com cenas de seu próprio contexto, como o corredor de uma faculdade, um terreiro de umbanda, uma cozinha e um quarto. As narrativas atravessam temas como família, religião, amor(es), profissões e preconceito, compondo *imagens-narrativas*² (Silva, 2019) de realidades que se confrontam e se tensionam. Seis mulheres, seis

¹ Fazemos uso da forma “sobre-vivência”, com hífen, no sentido de evidenciar a dimensão de viver apesar de e para além de contextos de exclusão.

² Tomamos de empréstimo o termo-conceitual da autora, e concordamos que “a potência do existir em redes de conhecimentos e memórias narradas acionam significados outros nas/pelas/com as imagens. Imagens são narrativas compartilhadas, saberes compartilhados, lugares e presenças compartilhadas” (Silva, 2019, p. 102).

histórias, marcas que as enlaçam, as constituem e, também, as posicionam socialmente como abjetos (Kristeva, 1980), tanto nos dizeres das próprias sujeitas quanto na estrutura sócio-histórica em que estão inseridas.

Ao tomar essas narrativas como lugar de produção de sentidos, este artigo, com o objetivo de compreender como mulheres trans e travestis do interior paranaense constroem percepções sobre suas experiências cotidianas de (re)existência, se orienta pela seguinte questão-problema-reflexão: quais as formas pelas quais as narrativas contadas por seis mulheres trans e travestis retratam estratégias de (re)existência em contextos marcados pela transfobia e exclusão social? Compreendidos como registros de vida, memória, (re)existência, os dizeres narrativos (nos) convocam uma leitura atenta às fissuras, aos silêncios, às dores e às invenções que sustentam a sobre-vivência cotidiana.

Procedimentos de leitura teórico-interpretativo das narrativas

Sendo o material de análise o curta-documentário *TransVerso* (2015), o *corpus* é constituído por recortes de falas-narrativas das seis sujeitas-narradoras enunciadas no audiovisual. A definição desses recortes ocorreu a partir de sucessivas visualizações do documentário, com atenção aos momentos em que as narrativas explicitam experiências relacionadas às trajetórias pessoais, familiares, profissionais, religiosas e às situações de violência e discriminação vivenciadas. Os procedimentos de leitura envolveram a identificação, o recorte e a transcrição literal dos excertos selecionados. Em seguida, esses excertos foram organizados de modo a possibilitar a análise de recorrências, deslocamentos e tensões discursivas, considerando as intersecções de gênero, raça e classe manifestas nas narrativas, bem como maior densidade analítica em relação à problemática proposta.

A leitura do *corpus* adota uma abordagem qualitativa, de natureza interpretativista, ou seja, “preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (Silveira; Córdova, 2009, p. 34). Trata-se de uma leitura teórico-interpretativa orientada pela teoria *Queer* (Miskolci, 2012; Lewis, 2018) e pela analítica *Quare* (Moraes, 2020; 2022), mobilizadas como operadores de leitura.



Os excertos são tomados como produções discursivas situadas, lidas em articulação com seus contextos de enunciação e com os referenciais teóricos definidos, compreendendo teoria e leitura como movimentos indissociáveis, ir e vir analítico.

Sobre-vivências documentadas: teoria *Queer* e analítica *Quare*

Considerando o gênero audiovisual documentário e as narrativas das seis sujeitas-narradoras, partimos da compreensão de que o mundo representado precede o posicionamento da câmera. Como afirma Tomaim (2019, p. 118) “o mundo representado no filme já existe antes mesmo de a câmera ser posicionada diante dele”, o que implica reconhecer que a imagem documental resulta do encontro entre o realizado e uma realidade já constituída, “[...] sendo que no documentário esta realidade implica no encontro com um sujeito-outro” (Tomaim, 2019, p. 119). Encontro este que não é neutro: trata-se de uma relação atravessada por afetos, exposições e implicações mútuas. À frente (e por detrás) de um dispositivo, o documentar afeta³ tanto quem olha quanto quem é olhado, quem ouve e quem fala, no inquietar do “encontro social” (Tomaim, 2009, p. 54) com o outro.

Esse “outro” que, na cena documental, aparece situado em zonas de exclusão e invisibilidade. Como aponta Ayub (2014), com base em Michel Foucault, trata-se de vidas relegadas à marginalidade que revelam, em suas experiências de precarização, muito sobre as estruturas que sustentam a própria exclusão que as atravessa. Nesse sentido, consideramos a reflexão da pedagoga, doutora em Educação e travesti Letícia Nascimento que, em *Transfeminismo* (2021, p. 36), ao tratar das existências de mulheres transexuais e travestis na condição de ser o outro, as define, em suas outreridades, como “[...] o Outro do Outro do Outro, uma imagem distante daquilo que é determinado normativamente na sociedade como homem e mulher”.

Nesse (des)encontro com o outro, observamos os ditos e os dizeres de sujeitas não cisgêneras no curta-documentário sob uma leitura teórica *Queer* e pela analítica *Quare*, que apresentamos aqui brevemente, ambas

³ “[...] o efeito da ação de um corpo sobre outro, em seu encontro” (Rolnik, 2011, p. 57).

importantes para pensar a desestabilização de normas de gênero e sexualidade, tendo em vista, também, raça e classe, na perspectiva *Quare*. Em *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças* (2012), Richard Miskolci apresenta as origens históricas da teoria com um olhar atento ao – seu – espaço escolar, esse lugar disciplinar, de corporalidades outras, que “sob regime ditatorial militar, vivia sob a sombra de uma ordem política e social que girava em torno de um poder eminentemente masculino” (Miskolci, 2012, p. 10).

O que hoje chamamos de queer, em termos tanto políticos quanto teóricos, surgiu como um impulso crítico em relação à ordem sexual contemporânea, possivelmente associado à contracultura e às demandas daqueles que, na década de 1960, eram chamados de novos movimentos sociais (Miskolci, 2012, p. 21).

Partindo desse contexto, Miskolci (2012) afirma que o ano de 1960 marcou o surgimento e a afirmação de movimentos sociais que desestabilizavam o sistema: “[...] movimento pelos direitos civis da população negra no Sul dos Estados Unidos, o movimento feminista da chamada segunda onda e o então chamado movimento homossexual” (Miskolci, 2012, p. 21). Tais movimentos questionavam as normas morais, bem como demandas que envolviam corpo e sexualidade. Já nos anos 1980, a epidemia de AIDS nos EUA “[...] gerou um dos maiores pânicos sexuais de todos os tempos, associado, no caso norte-americano, a uma recusa estatal em reconhecer a emergência de saúde pública” (Miskolci, 2012, p. 23). O regime reacionário negligenciou a epidemia e grupos como ACT UP (Coalizão Contra a AIDS Para Libertar o Poder, tradução nossa) e Queer Nation surgiram. Ainda de acordo com o autor, “a AIDS, portanto, foi um catalisador biopolítico que gerou formas de resistência mais astutas e radicais” (Miskolci, 2012, p. 24) manifestadas por esses grupos.

O movimento *Queer*, então, surge para criticar as normas que (re)produziam estigmas e, conseqüentemente, a exclusão, descortinando que a violência incide sobre todos/as que fogem dos padrões, não apenas homossexuais. Richard Miskolci sustenta que “muito da atração que o queer tem, inclusive na sociedade brasileira, deriva do fato de que não são apenas homossexuais que se sentem em contradição com as normas”, ou seja, “há muito mais pessoas em desacordo com as convenções culturais, com as obrigações que nos são impostas em termos de comportamento” (Miskolci, 2012, p. 26). Porém, segundo



Souza (2017, p. 311), “[...] vale ressaltar que muitos autores responsáveis pelo desenvolvimento de conceitos e princípios rotulados como teoria queer nunca usaram a expressão teoria queer para definirem suas obras”.

O termo Queer consolidou-se no início da década de 1990, associado tanto ao ativismo político quanto à produção acadêmica de autores e autoras influenciados pelo pós-estruturalismo e pelos feminismos (Souza, 2017; Moraes, 2020; Lewis, 2018). Para Moraes (2020, p. 34),

Embora os estudos queer sejam um generoso filão a partir do qual a teorização do gênero e da sexualidade tenha avançado a passos largos, são insuficientes para lidar com uma categoria de sujeitos cindidos por identidades raciais/étnicas e de classe. É justamente dessa necessidade premente que nascem os estudos quare, enquanto projeto disciplinar intervencionista, engajando-se tanto na política da diferença quanto na política do racismo, implementando uma jurisdição na qual os sujeitos ditos “abjetos” ou da “subclasse” podem celebrar sua(s) identidade(s).

Cunhado por Patrick Johnson, o termo quare “[...] propõe a reconceptualização dos estudos queer, visando a transformar o “simplesmente *queer*” em *quare*, a fim de abranger as categorias de raça/etnia e classe e viabilizar uma estratégia de leitura da sexualidade racializada e politizada” (Moraes, 2023, p. 19). No texto *Estudos ‘quare’ ou (quase) tudo o que sei sobre estudos queer aprendi com minha avó*, Johnson (2001) apresenta essa noção estabelecendo, diríamos, um diálogo que desestabiliza noções que negligenciam as intersecções que atravessam os corpos, que beneficiam e reconhecem determinados/as sujeitos/as em detrimento de outras/os. Dialogando com essa proposta, Akotirene (2019) reforça que a interseccionalidade exige que raça, classe e gênero sejam tratados em igualdade analítica.

Johnson (2001, p. 46) destaca, portanto, que “‘*Quare*’, em contrapartida, não só transpassa as identidades, mas também as articula. ‘*Quare*’ oferece uma maneira de criticar noções estáveis de identidade e, ao mesmo tempo, situar o conhecimento de raça e de classe”. Como apontado por Moraes (2022, p. 8), “dentre os acertos da promissora analítica, que, em seu esforço de coesão, viabiliza uma estratégia de

leitura da sexualidade, Johnson, em investigação sistemática, não deixa de considerar a materialidade do corpo”. Tanto a materialidade do corpo como “[...] corpos em sua materialidade – territórios amiúde convertidos em um local de hostilidade e selvageria, onde coerções e violências racistas e/ou sexistas e/ou trans/homofóbicas são perpetradas” (Moraes, 2022, p. 8).

Cabe ressaltar que não intentamos tecer críticas à teoria *Queer* clássica, mesmo considerando que seu desdobrar não contemplou explicitamente questões interseccionais. Reconhecemos, entretanto, o(s) aporte(s) da analítica *Quare*, que coloca tais questões no âmago. Isto posto, partimos para a leitura do nosso *corpus*, considerando “[...] os corpos em sua materialidade” (Moraes, 2022, p. 8), vemos as narrativas de sobre-vivências à vista da teoria *Queer* e da analítica *Quare*.

Não somos extraterrestres: somos seres humanos!

As seis sujeitas-narradoras se apresentam em espaços distintos: casa, quarto, o terreiro de umbanda e o contexto acadêmico; lugares de existência e de vida. A primeira é Paula, que se questiona, ao pensar como deve começar a falar sobre si: pela idade? por suas experiências? Ela é dona de casa e coordenadora de um abrigo que acolhe pessoas LGBTQIAPN+⁴ e marca o seu lugar político em sua própria apresentação. Em seguida, conhecemos Silvana, mulher negra, cabelereira, que (nos) recebe em seu quarto, o qual ela chama de “ninho de amor”. Még, como gosta de ser chamada, ou Val, apelido de família, derivado de Genival, seu nome de batismo, afirma: “esse é o nome desse viado aqui”, e aparenta ser mais velha, quer seja de aparência, quer seja de idade e, consequentemente, de vivências.

Rose, por sua vez, vem de uma família tradicional escocesa e, ao ser questionada sobre como se identifica, responde, simplesmente: “como mulher”. Vive com os filhos e com a mãe deles. Já Daniele, professora da rede estadual de ensino de Sarandi e Maringá, pesquisadora na Universidade Estadual de Maringá, fala a partir do espaço acadêmico e do lugar que ocupa nele, local em que também reinscreve sua

⁴ A sigla se refere a diferentes identidades de gênero e orientações sexuais: lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros/as, queer, intersexuais, pansexuais, não binárias. O + representa as identidades de gênero e orientações sexuais que possam existir além dessas. (Alvares, 2024, *BeeCorp* – LGBTQIAPN+. Disponível em: <https://beecorp.com.br/lgbtqiapn/>. Acesso em: 18 out. 2025).



(re)existência como mulher, travesti e educadora. Por fim, mãe Clotilde, ou mãe Clô, 54 anos, mulher negra, umbandista, se autodefine como “bem resolvida”: “mulher de cabeça, de alma, de corpo e pronto”.

O (des)encontro dessas mulheres trans e travestis em suas singularidades é atravessado por experiências de (re)existência: à margem das normas, dos sistemas político, religioso e epistemológico do/no interior paranaense. Nomear-se, dizer quem são, onde estão e expor suas feridas abertas é, como diz a sujeita-narradora Paula, e retomando o título desta sessão, desvelar o que são: humanas. Esse gesto se inscreve em um contexto mais amplo de criminalização das transgeneridades e de consequente não reconhecimento dessas experiências como humanas, o que as posiciona socialmente como “[...] estrangeiras do gênero” (Nascimento, 2021, p. 34).

É a partir dessa condição de estrangeiridade, nesse não lugar, que as sujeitas-narradoras constroem suas identidades (Nascimento, 2021), sendo, como aponta Rose, mulher, ou como Val, “viado”, em suas mulheridades e feminilidades: mulheridades como “processos de produção social dessa categoria” mulher, e “por sua vez, o termo ‘feminilidades’ é uma categoria usada de forma a entender os modos pelos quais sujeitas [...] dialogam com o que o imaginário social determina como ‘feminino’” (Nascimento, 2021, p. 20). É nesse tensionamento entre o que se espera do “feminino” e as experiências travestis e transexuais, que esses corpos estranhos, controlados, hostilizados, que desestabilizam as normas binárias construídas socialmente, inscrevem suas narrativas.

Daniele, por exemplo, afirma que, ao entrar na universidade, não achava que iria permanecer: “vou ficar 15 dias aqui estudando e não vou aguentar”. Sua vivência como travesti no espaço acadêmico confronta o discurso social que, em suas palavras, já tem um conceito definido de que “travesti e transexual só servem para prostituição”. Consideradas desviantes, quando estão ocupando uma sala de aula como professoras/pesquisadoras e sujeitas de direito, são situadas na “[...] posição de pessoas pouco confiáveis para servir de exemplo às novas gerações, portanto, inadequadas para estar em sala de aula, frente a ‘inocentes’ crianças e jovens” (Seffner e Reidel, 2015, p. 446).

A narrativa da Daniele se materializa na fala da Paula. Segundo ela, “a própria sociedade joga a travesti na rua e, depois, começa a condená-la: ‘Olha aquela puta, aquela safada, aquela sem-vergonha’, sendo que foi a própria sociedade que não abriu portas para uma transexual”. Observamos que, ao narrar, ela expressa um desabafo sobre um não-lugar dado a seus corpos: retiram espaços tanto do mercado de trabalho formal quanto do da educação, rejeitando suas existências.

Também lhes falta pertencimento na família. Még, que demonstra não ter tido o ensino básico e, desde muito nova, tem sua identidade invadida pelo “o que você é?”, diz que um de seus sentimentos mais dolorosos é que nenhum de seus parentes a aceita, manifestando a saudade que tem da finada mãe. Isso reforça o que Daniele narra ao pensar na importância do amparo familiar:

[...] A minha mãe não me expulsou de casa, e muitas pessoas, quando assumem sua orientação sexual, têm os pais que acabam expulsando de casa... Para onde eu vou? A sociedade já me discrimina, já tem um conceito sobre mim, já tem um conceito sobre o homossexual [...] Então, o que me sobra? Por mais que eu tente procurar viver uma vida diferente, eu preciso de apoio. E qual é esse apoio se minha mãe não me dá, se meu pai não me dá? Uma base é sempre importante para uma pessoa que se assume homossexual, que se assume transexual, que se assume travesti [...] (Fala da sujeita-narradora Daniele).

O “Para onde eu vou?” marca a vivência de (muitas) trans e travestis, e a palavra *onde*, advérbio relativo que indica lugar, para elas, é uma interrogação: *onde*? Que lugar é esse senão as margens? Em lugares sociais e benquistos, de direito e de humanidade, suas passagens “suscitam piadas, agressões, reclamações, e outras formas de violência e discriminação” (Macdowell, 2008, p. 5-6), como se “estivessem acabando com o mundo”. Desse modo, vemos a relevância da analítica *Quare*, fundamental por recusar leituras reducionistas que isolam sexualidade, gênero, raça ou/e classe. Ainda que a estabilidade financeira não seja suficiente para suplantarmos a transfobia, o racismo estrutural e a exclusão social, ela incide diretamente sobre as formas de exposição à violência e sobre as possibilidades de agência e sobre-vivência. Para conseguir sobre-viver, uma vez que são afastadas das oportunidades de trabalho bem como de educação, como vimos anteriormente, muitas vezes o que resta é a prostituição. Rose, por



exemplo, diz que, quando ela, sujeita não cisgênera, chega em um lugar maquiada, de salto e trajes “femininos”, as pessoas a atacam: “Já jogaram pedra em mim, já jogaram lata, entendeu?! Aqui na cidade, as outras trans que vivem de programa, a maioria, de vez em quando são espancadas na rua, e não há como fazer nada”.

Ainda no que concerne ao questionamento “Para onde eu vou?”, e retomando o mesmo texto de Macdowell – *Geografia do gênero: do (não) lugar de travestis e outros abjetos na cidade* (2008) – o autor explica que: “A ‘rua’, como as profissionais do sexo se referem aos espaços públicos de prostituição, aparece muitas vezes como o principal lugar de socialização para as travestis” (p. 7). Esse é um lugar não somente de violação, mas também de violência contra seus corpos e seus lares. Rose narra que as pessoas “tacam pedra” em sua casa, rasgam os pneus de seu carro com faca, e que, ao registrar boletim de ocorrência, a “piada” na delegacia se torna justamente a sua presença:

Não tem nada, não posso fazer nada... Mas como assim? Isso não é um ato de violência? ‘É um ato de violência, mas enquanto não for contigo, não posso fazer nada.’ Aí eu falei: ‘Ah, então tem que esperar alguém me dar uma facada e um tiro pra eu vir aqui pedir ajuda da polícia... Então não tem jeito, ainda correndo o risco de tomar uma “zorbada” dos outros e ouvir: “Ué, mas tu é assim e quer o quê? Olha o jeito que tu anda, olha como é que é? É normal isso!”’.

Consoante Moraes (2020, p. 2), “ser implica existir, mas a reversão dessa premissa resulta implausível. Ser, para além de existir, é ter vida, ter autonomia, ter visibilidade, é sobreviver”. Existir, para essas sujeitas, significa negociar constantemente as condições mínimas de permanência no mundo. *Ser*, por sua vez, exige reconhecimento, proteção institucional e legitimidade simbólica. A diferença entre ambos não é meramente semântica; ela estrutura o modo como o Estado, a família e os espaços públicos respondem (ou se omitem) diante das violências narradas. É nesse hiato que a analítica *Quare* se mostra produtiva, pois permite compreender como determinadas vidas são mantidas em estado de tolerância precária, mas não de cidadania plena.

A (re)existência da Rose, explícita no excerto acima, reflete em tantas outras e marca exatamente essa ausência de condições de *ser* em um contexto que tão somente lhe autoriza *existir*, e com limitações. Sua presença, e das demais, é tolerada, mas seus ferimentos simbólicos não são validados com a atenção e proteção que precisam como humana(s). A recusa institucional em recebê-las e conseqüentemente em reconhecer a violência sofrida, deixa à vista o limite entre *existir* e *ser*. Suas experiências são naturalizadas e seus corpos, deslegitimados. Para Ferreira; Gershenson e Rodrigues (2018, p. 423-424),

[...] supostamente seria respeitoso em relação às travestis e transexuais por outros critérios que não a necessidade intrínseca de respeito, havendo, neste, uma justificação extra: seja a residência fixa, a família “estruturada” ou a profissão, seja o controle de si quanto à expressão de gênero. É como se a identidade trans, por definição, representasse uma espécie de agressividade aos demais, entabulando ausência de respeito e devendo ser relativizada a fim de que essa mesma categoria pudesse ser demandada, em retorno, junto às outras pessoas.

Még narra: “eu sou feliz, pra tudo e pra todos. Mas, pra mim mesmo... não. Gosto da minha vida, gosto de mim, mas acho que... na minha... eu mereço um pouco mais de respeito”. E “é nesse sentido que os estudos *quare*, [...] incitam-nos à prática, à ação, à luta pelo desmantelamento de hierarquias e de estruturas institucionais opressivas e o implemento de um novo cenário” (Moraes, 2022, p. 37). Para Még, mais que existir, mais que ser alguém no mundo, ela quer ser respeitada no corpo em que habita. Mas, no CISTema, entendido por Nascimento (2021) como a junção de sistema + cisgênero, ou seja, uma sociedade formada por pessoas que se identificam com o gênero atribuído a elas no nascimento, com base nas genitálias, dentro do binário homem/mulher, as sujeitas são “[...] completas *outsiders* no CISTema sexo-gênero-desejo, desafiando não apenas os limites de uma inteligibilidade de gênero, mas também os do próprio reconhecimento enquanto seres humanos” (Nascimento, 2021, p. 37).

Mãe Clô narra que já teve 19 companheiros, e sobre o amor e o ato de amar ela diz que “a gente precisa estar sempre preparado para amar de novo. Amar não faz mal; só faz bem”. Ela complementa: “hoje eu vejo o amor para mim como uma coisa boa: serve, serve; se não serve, vai servir para alguém”. Nesse excerto observamos que, o sentir da



sujeita-narradora vai além do contato afetivo imediato, mas uma manifestação de autonomia, escolha e afirmação da própria vida, para além de experiência tão-somente íntima, ela busca por uma paz pessoal que também cruza o respeito exigido por Még. Tanto o respeito quanto o afeto por elas reivindicado se ligam diretamente à humanidade que lhes é negada.

Para Silvana, uma mulher travesti negra, o racismo e a transfobia pairam sobre seu corpo diariamente, e quando se é um corpo dissidente e negro, essas “[...] duas vertentes (desoladoras) de um mesmo discurso, a saber, aquele do ódio” (Morais, 2022, p. 38) a discriminação se manifesta de maneira interseccional. Ela narra, destacando sua negritude: “você imagine, preconceito pela raça negra, e ainda ‘viado’ preto, ainda, você quer o quê? É preconceito, racismo demais”. Daí a relevância da analítica *Quare* para este estudo. Moraes (2022) aponta a importância de incorporar raça e classe quando se trata de sujeitas/os *Queer e Quare* de/em grupos racializados. Se a interseccionalidade nos permite compreender como racismo, transfobia e precarização econômica operam simultaneamente sobre o corpo de Silvana, a analítica *Quare* desloca o foco para o modo como tais violências são sustentadas por um regime de normalidade que define quais vidas são inteligíveis. Nesse sentido, não se trata apenas de reconhecer a sobreposição de marcadores, mas de interrogar o próprio CISTema (Nascimento, 2021) que organiza essas classificações e distribui humanidade de maneira desigual. A experiência de Silvana é (re)produzida na fratura entre raça, gênero e dissidência sexual em um espaço interiorano que regula pertencimento e autoriza exclusões.

Ao serem questionadas sobre cirurgias de redesignação sexual, a sujeita-narradora Silvana, assim como Paula, relata que está aguardando o procedimento: “Eu já fiz todas as papeladas, né?! Já passei por psicólogo e psiquiatra pra ver se é isso mesmo que eu quero, né, porque não é fácil. Se eu tivesse dinheiro, eu pagaria e iria para a Tailândia fazer minha cirurgia.” Para Paula, será um momento de grande realização “de corpo e alma”. Mãe Clô relata que já foi indagada sobre a mudança de nome, o que não pretende realizar. Para ela, aos 54 anos, sendo (re)conhecida como tal, não há necessidade de passar por esse processo de mudança, assim como “operar”, outro confronto com seu próprio

corpo sendo questionado pelo CISTema (Nascimento, 2021). Val, ao ser perguntada, destaca:

Nunca, nunca! Não tem porque tirar o que mais as mariconas⁵ gostam. Eu nunca quis ser mulher, eu nunca quis ser mulher. Eu admiro... eu sou trans, me traveco porque eu gosto do jeito que as mulheres se vestem.

A narrativa de Val demonstra que nem todas as trajetórias de sujeitas trans e travestis implicam a busca por cirurgia de redesignação ou pela afirmação de um gênero considerado “normativo”. A semelhança entre as histórias reside muito mais no preconceito (e sua reivindicação por reconhecimento de sua humanidade) que em suas trajetórias. Sobre isso Nascimento (2021, p. 41) vai dizer que “a categoria mulher como ideal performativo imposto pelo CISTema sexo-gênero-desejo é, então, estraçalhada, emergindo as mulheridades, feminilidades, travestigeneridades e outras experiências como possibilidades”. Assim sendo, a relação de Val com o corpo e com sua identidade é marcada pelo prazer em *transgredir* e reinventar-se dentro de seus próprios conceitos, sem que isso passe necessariamente pelo bisturi ou por normas sociais, pois, de acordo com Letícia Nascimento (2021, p. 97):

[...] “mulheres com pau” existem, estão entre nós, transfeministas, e essa existência não pode, de modo algum, deslegitimar a pauta de garantir a ampliação desse direito presente no SUS. A ideia continua sendo lutar contra o excesso de diagnósticos, a lentidão burocrática do processo, a oferta reduzida, e, principalmente, não inviabilizar as vivências de mulheres transexuais redesignadas dentro do transfeminismo. O conceito de autodeterminação nos permite validar experiências diversas de corpos travestigêneres, com ou sem próteses, com ou sem pelos, com ou sem cirurgias. É preciso insistir no que temos em comum, que é a não adequação aos discursos cisgêneros, a ideia de que nossos genitais determinam qualquer verdade sobre nossos corpos.

Nesse sentido, a observação de Rose ao narrar sobre o processo de autoaceitação é potente: “o pior problema que uma pessoa trans tem é esse, né?! Demora muito pra ela se aceitar. A primeira briga é com ela

⁵ [...] serve para identificar, classificar e até mesmo desqualificar gays e travestis mais velhos e funciona como um distintivo geracional e estético [...] o uso da expressão com sentido pejorativo entre as travestis vai depender do contexto em que ela vem a ser empregada (Nogueira, 2013, p. 27).



mesma, entendeu? É um auto se decepcionar consigo mesmo”. As narrativas das seis sujeitas-narradoras tensionam a fronteira entre *existir* e *ser* (Morais, 2021), tornando visível o invisível e invisibilizado pela sociedade, e que suas vidas não cabem nas margens que o CISTema (Nascimento, 2021) insiste em lhes impor. Narrar ou gritar, mesmo sem levantar a voz, “não somos extraterrestres”, é um gesto sociopolítico e epistemológico: é afirmar a humanidade de corpos que a sociedade insiste em desumanizar. São histórias e estórias de (re)existência que, ao mesmo tempo em que denunciam violências, produzem deslocamentos e abrem frestas de reconhecimento; desconstroem a lógica da exclusão e (re)afirmam que *ser* trans e travesti é, antes de tudo, *ser* humana e/é sobre-viver.

Considerações sobre-vivências

Retomamos à narrativa de Val, apresentada na epígrafe, e podemos compreendê-la não apenas como um relato situado no espaço do íntimo, mas como um gesto de insurgência entre o *ser* e o *existir* (Morais, 2020). Val e suas companheiras, ora distantes, mostram-se mais próximas do que se imaginam. Ao narrar suas próprias dores e humanidade, tensionam o lugar de abjeção (Kristeva, 1980) no qual a sociedade insiste em colocá-las e, ao fazê-lo, convertem suas narrativas em *imagem-viva*, em *imagem-narrativa* (Silva, 2019) que desloca fronteiras e reivindica presença. As narrativas apresentadas no documentário *TransVerso* (2015) não se limitam a representar corpos trans e travestis; elas constroem modos de ver e de ser vistos que desestabilizam o olhar normativo do CISTema (Nascimento, 2021).

Em Silvana, Val, Rose, Daniele, Paula e Mãe Clô, o abjeto ganha voz e rosto, subverte o silenciamento e ocupa o espaço simbólico do humano. São corpos que, ao se narrarem, recusam o confinamento imposto pelo CISTema (Nascimento, 2021) e inscrevem novas possibilidades de sobre-viver. Nesse movimento, a leitura à luz da teoria *queer* e da analítica *quare* permitiu compreender tais narrativas como modos de (re)existência. Enquanto o *queer* denuncia as tecnologias de poder que regulam corpos e desejos, o *quare* amplia essa crítica ao

inscrever raça, classe e território como dimensões constitutivas das experiências de/do *ser* e *existir*.

Portanto, as vozes-narrativas que ecoam no documentário compõem um arquivo-vivo (de) sobre-vivência: corpos que performam o *ser* para além do *existir*. Se, para a mãe de Val, a morte seria o limite da lembrança, o documentário, as narrativas e as teorias aqui mobilizados mostram o contrário: enquanto houver narrativas e sujeitas-narradoras que testemunhem suas vidas, Val e tantas outras continuarão a (re)existir, subvertendo as divisas do humano e de humanidade, instaurando, no gesto de narrar, o direito radical de *ser*.

Referências:

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polén, 2019.

AYUB, João Paulo. O “outro” infame às margens do mesmo. **Emblemas - Revista do Departamento de História e Ciências Sociais - UFG/CAC**, v. 11, n. 1, p. 15-23, maio 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/emblemas/article/view/35713/18574>. Acesso em: 11 jan. 2026.

FERREIRA, Guilherme Gomes; AGUINSKY, Beatriz Gershenson; RODRIGUES, Marcelli Cipriani. Segurança pública e violência simbólica: as identidades trans entre o reconhecimento e a (in)visibilidade. **Revista Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 9, p. 419–433, jun. 2018. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/14734/2/Seguranca_publica_e_violencia_simbolica_as_identidades_trans_entre_o_reconhecimento_e_a_in_visibilidade.pdf. Acesso: 09 fev. 2026.

JOHNSON, Elondust Patrick. Estudos quare ou (quase) – tudo o que sei sobre estudos queer aprendi com minha avó. In: MORAIS, Fernando Luís de. **Analítica quare**: como ler o humano. Salvador: Devires, 2020, p. 79 a 124.

LEWIS, Elizabeth Sara. Do “léxico gay” à Linguística Queer: desestabilizando a norma homossexual oculta nas Teorias Queer. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 47, n. 3, p. 675–690, out.



2018. Disponível em:
<https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/2049>.
Acesso em: 11 fev. 2026.

MACDOWELL, Pedro de Lemos. Geografia do gênero: do (não) lugar de travestis e outros abjetos na cidade. *In: ANAIS DO XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, 2008, Caxambú. **Anais eletrônicos** [...], Galoá, 2008, p. 1-14. Disponível em: <https://proceedings.science/encontro-abep/abep-2008/trabalhos/geografia-do-genero-do-nao-lugar-de-travestis-e-outros-abjetos-na-cidade?lang=pt-br#>. Acesso em: 16 jan. 2026.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. 3ª. ed. Autêntica: Belo Horizonte, 2012.

MORAIS, Fernando Luís de. **Literatura (d)e resistência**: o grito aguerrido de escritores quare. 2023. 252 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Campus de São José do Rio Preto, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/1c180631-4fd6-4cao-b4co-634d44d4077c/content>. Acesso em: 11 fev. 2026.

MORAIS, Fernando Luís de. Traduzindo a “bixa-preta”: Imbricações interseccionais na poética de Thomas Grimes. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 38, p. 1-20, 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/60372>. Acesso em: 11 fev. 2026.

MORAIS, Fernando Luís de. **Analítica Quare**: como ler o humano. Editora Devires, 2020.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NOGUEIRA, Francisco Jander de Sousa. **“Mariconas”**: itinerários da velhice travesti, (des)montagens e (in)visibilidades. 232 f. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de

Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, João Pessoa, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7314>. Acesso: 11 fev. 2026.

OLIVEIRA, Cristiano Lessa de. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. **Travessias**, Cascavel, v. 2, n. 3, p. 1-16, mar. 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=702078545015>. Acesso em: 11 fev. 2026.

PAZ, Fernanda Eda. **TransVerso** [documentário]. Publicado no canal Fernanda Eda Paz no YouTube, 11 maio 2015. Disponível em: https://youtu.be/lm3y_q75BTE. Acesso em: 3 ago. 2025.

ROLNIK, Suely. Só há real social. In: ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. 2ª reimpr. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011, p. 57-65.

SEFFNER, Fernando; REIDEL, Marina. Professoras travestis e transexuais: saberes docentes e pedagogia do salto alto. **Currículo sem Fronteiras**, v. 15, n. 2, p. 445-454, maio/ago. 2015. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol15iss2articles/seffner-reidel.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2025.

SILVA, Francilene Brito da. Mulheres e crianças afrodescendentes nas artes visuais brasileiras: imagens-narrativas educam. **Revista Docência e Cibercultura**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 92-104, set/dez. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/article/view/47236>. Acesso em: 11 fev. 2026.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 31-42.

SOUZA, Eloisio Moulin de. A Teoria *Queer* e os Estudos Organizacionais: Revisando Conceitos sobre Identidade. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p.



308–326, maio/jun 2017. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rac/a/NprSqjinqvb7F9WCtzYg9yMn/?lang=pt>.
Acesso em: 9 jan. 2026.

TOMAIM, Cássio dos Santos. Documentário, história e memória: entre os lugares e as mídias “de memória”. **Significação: Revista de Cultura Audiovisual**, São Paulo, v. 46, n. 51, p. 114-134, 2019. Disponível em:
https://revistas.usp.br/significacao/pt_BR/article/view/147902. Acesso em: 9 jan. 2026.

TOMAIM, Cássio dos Santos. O documentário como chave para a nossa memória afetiva. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 53-69, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=69830992004>. Acesso em: 9 jan. 2026.

TransVerso (2015): a *Queer* and *Quare* reading of the over-survival of trans women and travestis from/in Maringá – PR

Abstract: This study analyzes the narratives of six trans women and travestis from the city of Maringá, Paraná, as presented in the short documentary *TransVerso* (2015). Through a theoretical-interpretive reading of selected narrative excerpts, grounded in Queer theories (Miskolci, 2012; Lewis, 2018) and in Quare analytics (Johnson; Moraes, 2020, 2022), the study seeks to understand how the narrating subjects construct meaning around their everyday experiences of (re)existence within a society marked by transphobia, racism, and social exclusion, particularly in the interior of the state of Paraná. The narratives reveal trajectories of struggle, identity affirmation, and the production of humanity, in which the claim for recognition as subjects of rights emerges as a political and epistemological gesture of resistance against the CISTema (Nascimento, 2021), thereby affirming modes of existence and survival.

Keywords: (Re)existence. *Queer* Theory. *Quare* Analytics.

George Rodrigues MUNIZ,
Universidade Estadual de Maringá

Licenciado em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Mestrando em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (PLE-UEM), na área de concentração em Estudos Linguísticos, na linha de pesquisa Estudos do Texto e do Discurso.

<https://orcid.org/0009-0008-8681-5599>



Geniane Diamante Ferreira FERREIRA,
Universidade Estadual de Maringá

Licenciada em Letras Português-Inglês pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), instituição na qual também obteve os títulos de Mestre e Doutora em Letras, com ênfase em Estudos Literários. Atua como Professora Adjunta de Literaturas em Língua Inglesa na mesma instituição, bem como integra o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PLE-UEM).

<https://orcid.org/0000-0003-4955-3338>

*Recebido em: 13/01/2026
Aprovado em: 10/03/2026*



DOSSIÊ

**Sobreviver não é viver:****Transfobia, Mandonismo e as Heranças do Pensamento Social Brasileiro**

Ariane Moreira de Senna, *Universidade do Estado do Rio de Janeiro*

Resumo. Este artigo propõe uma análise sobre os impactos da transfobia no Brasil a partir do pensamento social brasileiro, articulando os conceitos de mandonismo, colonialidade e subalternização dos corpos dissidentes de gênero. A reflexão tem como eixo central compreender como os processos históricos de colonização, escravização e autoritarismo estruturaram e continuam estruturando a marginalização de mulheres trans e travestis no Brasil. Utilizando como referência autores como Lilia Schwarcz, Roberto DaMatta e Machado de Assis, bem como as experiências pessoais da autora, o texto aborda como o projeto colonial moldou subjetividades, naturalizou desigualdades e consolidou uma cultura de mando e obediência que persiste na contemporaneidade.

PALAVRAS-CHAVE: Transfobia. Pensamento Social Brasileiro. Colonialidade. Mandonismo. Mulheres trans. Travestis.



1. Introdução

A transfobia no Brasil não pode ser compreendida como um fenômeno isolado ou recente. Trata-se de uma expressão de lógicas históricas e estruturais profundamente enraizadas nos pilares que conformaram a formação social brasileira. Racismo, patriarcado, mandonismo e colonialidade constituem dispositivos de poder que sustentam e atualizam mecanismos de exclusão, disciplinamento e violência contra corpos dissidentes de gênero, especialmente travestis e mulheres trans¹. Este artigo parte da premissa de que essas violências não são desvios da norma social, mas sintomas de um projeto de sociedade que, desde a colonização, define quem pode ou não ocupar o espaço público, quem merece ser reconhecido como pessoa e quem será condenado à subalternidade ou ao apagamento. Ainda assim, é importante reconhecer que esses processos não se dão de forma homogênea ou totalizante. A sociedade brasileira também é atravessada por práticas de resistência, invenção e reexistência que tensionam e desestabilizam essas estruturas, produzindo fissuras nos regimes de exclusão e abrindo possibilidades outras de existência e reconhecimento.

A análise aqui proposta está ancorada em contribuições fundamentais de autoras e autores do pensamento social brasileiro — entre eles, DaMatta (2020), Fernandes (2008), Freyre (2003), Holanda (1995), Schwarcz (2019) e Souza (2017) —, cuja produção crítica permite compreender como se constituem e operam os mitos da cordialidade, da democracia racial, o mandonismo e a produção das hierarquias informais como fundamentos simbólicos e práticos da transfobia cotidiana. Ao mesmo tempo, o artigo mobiliza o pensamento feminista negro, o transfeminismo e a teoria decolonial como ferramentas analíticas indispensáveis para o enfrentamento da desumanização histórica dirigida aos corpos trans e travestis.

¹ Embora a transfobia atinja pessoas trans em suas múltiplas expressões — incluindo mulheres trans, travestis e pessoas transmasculinas —, este artigo centra sua análise nas experiências de travestis e mulheres trans, considerando que, no contexto brasileiro, essas populações têm sido historicamente mais expostas a formas extremas de violência, marginalização e necropolítica. Tal recorte não desconsidera outras experiências, mas delimita o foco analítico do texto.

O objetivo central deste texto não é relatar experiências de violência, que são inúmeras, mas promover uma leitura crítica das engrenagens sociais e culturais que sustentam tais violências. Com isso, busca-se desnaturalizar as formas sutis e explícitas de exclusão e revelar dispositivos de poder que regulam a existência das mulheres trans e travestis no Brasil. A articulação entre transfobia, mandonismo, colonialidade e hierarquias sociais permite compreender não apenas a persistência da marginalização desses corpos, mas também os mecanismos que a legitimam sob a aparência de harmonia nacional.

Por fim, este artigo defende que sobreviver não é suficiente. É necessário reivindicar o direito à vida plena, com dignidade, reconhecimento e justiça, rompendo com os pactos de silenciamento que sustentam a ordem social cisheteronormativa brasileira.

2. A fabricação da harmonia e o apagamento dos conflitos: a história como dispositivo colonial

A construção da identidade nacional brasileira foi marcada por uma narrativa que privilegiou a harmonia aparente e silenciou os conflitos fundacionais da sociedade. Um dos principais instrumentos dessa construção foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838, cuja função primordial era forjar uma memória coletiva que apagasse as violências do passado colonial, da escravidão e da dominação patriarcal. Schwarcz (2019) demonstra como o IHGB atuou na elaboração de uma história oficial idealizada, excludente e profundamente elitista. A metáfora dos três rios, proposta por Karl von Martius — sendo o rio caudaloso dos brancos, o rio médio dos indígenas e o pequeno riacho dos negros —, longe de celebrar a diversidade, instituiu uma hierarquia racial que estrutura o imaginário social brasileiro.

Essa lógica encontra ressonância em Gilberto Freyre (2003) que, em *Casa-Grande & Senzala*, elabora a ideia da miscigenação como traço distintivo da identidade brasileira. Embora Freyre reconheça a contribuição cultural dos povos africanos e indígenas, sua obra também contribui para a construção do mito da democracia racial, que minimiza os efeitos históricos do racismo e da escravidão ao sugerir uma convivência pacífica entre os grupos. Tal narrativa, ao enfatizar a



“harmonia das relações”, invisibiliza as desigualdades estruturais que marcam a sociedade brasileira, especialmente as que atingem os corpos dissidentes de gênero, como os de mulheres trans e travestis.

Sergio Buarque de Holanda (1995), por sua vez, revela em *Raízes do Brasil* a centralidade do personalismo e da cordialidade na constituição do Estado e da sociedade brasileira. A cordialidade, entendida como um modo de organização afetiva das relações, esconde uma estrutura de dominação patriarcal que dificulta a impessoalidade das instituições. A aparente tolerância e flexibilidade que caracterizariam o “homem cordial” servem, na prática, para ocultar as exclusões e naturalizar desigualdades, funcionando como um verniz que mascara o autoritarismo e a violência simbólica (CARVALHO; MENZES, 2021), especialmente contra grupos socialmente marginalizados.

A história oficial brasileira, construída com base em apagamentos e romantizações, torna-se assim um dispositivo colonial que naturaliza hierarquias e reforça um senso comum pacificador. Ao negar a existência de conflitos estruturais relacionados à raça, gênero e classe, essa narrativa atua como uma tecnologia de silenciamento. Para as mulheres trans e travestis, isso se traduz em uma condição crônica de não reconhecimento, em que suas denúncias de violência são frequentemente deslegitimadas, tratadas como exageros ou manifestações de vitimismo.

Além disso, autores como Jessé Souza (2017) e Florestan Fernandes (2008) reforçam a importância de desmascarar esse “consenso fabricado”. Souza (2017) denuncia a elite brasileira por perpetuar um sistema simbólico de distinção moral entre as classes, sustentado por um desprezo estrutural às populações subalternizadas. Já Fernandes (2008), ao analisar o pós-abolição, mostra como a exclusão do negro do projeto nacional impediu qualquer forma real de integração — mecanismo esse que se repete, com nuances semelhantes, no que se refere à exclusão das mulheres trans e travestis do direito pleno à cidadania.

Nesse contexto, tal exclusão pode ser compreendida como expressão da transfobia, aqui entendida não como um fenômeno pontual ou meramente atitudinal, mas como uma tecnologia social de poder historicamente produzida. Inspirando-se na formulação de Podestá (2019), a transfobia pode ser compreendida como uma “sanção

normalizadora” dirigida àqueles que transgridem as normas de gênero, operando como um mecanismo de regulação que pune, corrige e busca conter corpos dissidentes. Tal sanção atua tanto no plano discursivo — por meio de discriminações sutis, silenciamentos e deslegitimações — quanto no plano material, manifestando-se em violências físicas extremas, incluindo agressões e assassinatos.

Ao mobilizar essa noção, compreende-se a transfobia como parte de um processo histórico mais amplo, inscrito na formação social brasileira, cujas raízes podem ser rastreadas nos dispositivos de controle moral, corporal e sexual instituídos desde o período colonial, incluindo as práticas inquisitoriais. Esses dispositivos produziram modos de pensar, sentir e agir que atravessam o tempo, conformando subjetividades e sustentando uma ordem social que define quais corpos são aceitáveis e quais devem ser disciplinados ou eliminados.

Assim, neste artigo, a transfobia é compreendida como um dispositivo social, histórico e político de regulação dos corpos e das identidades de gênero, que opera por meio de práticas de deslegitimação, violência simbólica, exclusão institucional e eliminação física de pessoas que desafiam a cisnormatividade. Trata-se, portanto, não apenas de atitudes individuais de preconceito, mas de uma tecnologia social de poder que estrutura relações, produz hierarquias e define quais vidas são reconhecidas como legítimas e quais são relegadas à marginalidade ou à morte (MBEMBE, 2016).

Desse modo, o mito da harmonia racial e da conciliação social deve ser entendido como uma operação ideológica que sustenta a estrutura excludente do Brasil moderno. A crítica à fabricação dessa harmonia é, portanto, essencial para revelar os dispositivos históricos e discursivos que ainda hoje negam humanidade plena às mulheres trans e travestis.

3. Mandonismo, colonialidade e a naturalização das hierarquias

O mandonismo é uma das marcas mais persistentes da formação social brasileira e expressa uma forma de poder pessoalista, autoritária e informal, herdada da estrutura colonial. Trata-se de um padrão



relacional em que as decisões são centralizadas em figuras de mando — homens brancos, proprietários e cisheteronormativos — que exercem autoridade com base na força, na proximidade pessoal e na obediência. Lilia Schwarcz (2019) descreve como essa lógica se perpetua na contemporaneidade, naturalizando as desigualdades e convertendo-as em práticas cotidianas legitimadas socialmente. O sistema de mando e obediência, estruturado na casa-grande e reforçado por instituições como a Igreja, o Estado e a família patriarcal, molda as subjetividades e as relações sociais de forma duradoura.

Roberto DaMatta (2020), ao analisar o autoritarismo brasileiro, destaca a expressão “Você sabe com quem está falando?” como síntese da hierarquia informal que estrutura as interações sociais no Brasil. Essa frase revela a expectativa de deferência diante da autoridade e a distinção entre “pessoas” — protegidas por vínculos e privilégios — e “indivíduos”, expostos à rigidez da norma. Mulheres trans e travestis são, em grande medida, relegadas ao lugar do “indivíduo” sem rede, vivendo o autoritarismo em sua face mais crua, onde o reconhecimento é negado e a violência se torna uma resposta sistemática à sua presença.

Essa dinâmica de exclusão também pode ser compreendida à luz das análises de Sergio Buarque de Holanda (1995). Para o autor, o Estado brasileiro foi fundado sobre relações pessoais e patrimonialistas, nas quais os espaços públicos são apropriados como extensões do espaço privado. Nesse contexto, o “mando” não se submete à impessoalidade das instituições, e a autoridade opera pela via do carisma, da tradição e da violência simbólica. O mandonismo, assim, não é apenas um traço arcaico: é um padrão que se reinventa, particularmente em contextos onde a diferença é percebida como ameaça à ordem heteronormativa e patriarcal.

Gilberto Freyre (2003), por sua vez, ao descrever a estrutura patriarcal da casa-grande, contribui para compreender como a autoridade masculina e branca se institucionalizou como modelo de organização social. Embora sua obra seja marcada por ambiguidades, ao valorizar a miscigenação, Freyre também reforça o papel do “senhor” como centro das relações sociais, invisibilizando os corpos dissidentes que não se enquadram nesse modelo. Mulheres trans e travestis, que rompem com as normas de gênero e subvertem os papéis coloniais, tornam-se, nesse imaginário, figuras que não apenas não pertencem à ordem, mas que precisam ser controladas ou eliminadas.

Jessé Souza (2017) aprofunda essa crítica ao mostrar como o mandonismo se articula com uma visão de mundo elitista e moralizante, que desumaniza os sujeitos das classes populares e racializadas. Para o autor, há uma produção constante de hierarquias simbólicas que definem quem é digno de respeito, proteção ou afeto. No caso das mulheres trans e travestis, essas hierarquias se expressam na negação do direito ao reconhecimento, à cidadania e à integridade física, num ciclo contínuo de exclusão e violência.

A colonialidade do poder, conceito desenvolvido por Aníbal Quijano (2005), também ajuda a compreender a persistência do mandonismo como tecnologia de dominação. Ao combinar hierarquias raciais, de gênero, de classe e de sexualidade, a colonialidade produz uma matriz de poder que estrutura as formas de existência possíveis no espaço público. Corpos que escapam dessa matriz — como os das mulheres trans e travestis — são tratados como corpos desviantes, ilegítimos e perigosos.

Portanto, o mandonismo no Brasil não é apenas uma herança colonial, mas um dispositivo ativo de exclusão que se atualiza cotidianamente. Ele sustenta uma ordem social que naturaliza a subalternização de determinados corpos e reforça a ideia de que a autoridade e o mando pertencem, por direito, a um sujeito normativo, branco, cisgênero, masculino e proprietário. Mulheres trans e travestis, ao existirem publicamente, rompem com essa lógica e, por isso, são colocadas no centro das tensões mais perversas dessa estrutura. No entanto, tais dinâmicas não operam sem contestação. Mulheres trans, travestis e demais sujeitos dissidentes produzem, cotidianamente, estratégias de enfrentamento, resistência e reexistência que tensionam o mandonismo e a colonialidade, revelando que, mesmo diante de estruturas profundamente enraizadas, há sempre disputas em curso pelos sentidos de existência, reconhecimento e pertencimento.

4. De indivíduo a pessoa: a desumanização como prática social

No pensamento de Roberto DaMatta (2020), a distinção entre “indivíduo” e “pessoa” é central para compreender as formas como as hierarquias sociais operam no Brasil. O “indivíduo” é aquele a quem se



aplicam rigidamente as normas e as leis, sem acesso a flexibilizações ou redes de proteção simbólica e social. Já a “pessoa” é aquela inserida em vínculos sociais e afetivos que lhe conferem privilégios, indulgências e margem para escapar das punições formais. Essa diferenciação revela que o valor atribuído à vida no Brasil não é distribuído de forma igualitária, mas sim condicionado à posição social ocupada por cada sujeito dentro de uma estrutura hierarquizada e excludente.

Essa lógica se manifesta de forma brutal na realidade de grande parte das mulheres trans e travestis brasileiras, que vivenciam processos precoces de rejeição familiar, expulsão de casa e rompimento de laços comunitários. Muitas são forçadas a abandonar o lar ainda na infância ou adolescência, privadas de socialização afetiva, proteção material e acesso a redes de apoio (AUTORA, 2021). O Estado, em vez de acolher essas trajetórias com políticas de cuidado e inclusão, frequentemente reforça essa condição de abandono, tratando esses corpos como “indesejáveis”, invisíveis ou descartáveis. O resultado é uma trajetória marcada pela exclusão sistemática, pela violência institucional e pela precariedade das condições de existência. E com frequência, ao invés de políticas de saúde, educação e assistência, a elas o Estado dirige políticas penais e policiais.

Essa desumanização estrutural não se limita ao plano social ou simbólico — ela impacta diretamente a saúde mental dessas populações. A vivência constante de rejeição, estigmatização e insegurança produz elevados índices de depressão, ansiedade, ideação suicida e uso abusivo de substâncias psicoativas (BRASIL, 2020; SILVA et al., 2021). Nesses contextos, o sofrimento psíquico não deve ser compreendido como uma patologia individual, mas como a expressão coletiva de um trauma social, produzido por uma sociedade que nega reconhecimento e pertencimento a quem desafia seus padrões normativos.

Jessé Souza (2017) contribui para elucidar essa dinâmica ao demonstrar que a desigualdade no Brasil é sustentada por um desprezo moral e simbólico, que antecede e legitima a exclusão material. Aqueles que não se enquadram na imagem idealizada do cidadão — branco, cisgênero, heterossexual e das camadas médias ou altas — são submetidos a uma pedagogia da humilhação, que os empurra para as margens e naturaliza sua inferiorização. Essa lógica não se limita às instituições formais: ela é aprendida e reproduzida cotidianamente por todos. Assim, a violência simbólica e física se torna difusa,

manifestando-se em diversas direções: pessoas cis contra pessoas trans, trans entre si, brancos contra negros, negros entre si, heterossexuais contra homossexuais, cissexuais contra transexuais — e assim por diante.

Esse cenário de competição generalizada e fragmentação social alimenta um estado permanente de vigilância. Mulheres trans e travestis, em particular, por experimentarem esse desprezo, são obrigadas a desenvolver um olhar de 360 graus — um olhar atento e tenso, voltado para todas as direções, pois não sabem de onde virá a próxima violência, nem quando ela acontecerá. Só se sabe que virão. Viver, para essas populações, em função da violência simbólica a que estão submetidas, significa existir em constante alerta, em um ciclo de exaustão, angústia e desconfiança. O lema “salve-se quem puder” deixa de ser uma figura de linguagem para se converter em estratégia real de sobrevivência cotidiana. Ainda assim, esse estado permanente de vigilância não se reduz à paralisia. Ele também se converte, em muitos casos, em formas de elaboração coletiva, construção de redes de apoio e produção de saberes situados, que desafiam as condições impostas e afirmam outras possibilidades de vida.

Florestan Fernandes (2008) oferece uma contribuição importante ao mostrar como, após a abolição da escravidão, a exclusão racial foi rapidamente naturalizada pelo Estado brasileiro, impedindo qualquer forma de integração efetiva da população negra ao projeto de nação. Esse processo encontra eco na exclusão contemporânea das pessoas trans, igualmente tratadas como corpos alheios ao pacto social, e ainda hoje negadas como sujeitos plenos de direitos, humanidade e cidadania.

Portanto, a permanência das mulheres trans e travestis na condição de “indivíduos”, na perspectiva de DaMatta (2020) — desprovidas de laços sociais de proteção, reconhecimento ou respeito — não é fruto do acaso, mas consequência de uma lógica histórica que distribui dignidade de forma seletiva. Essa lógica estrutura não apenas os vínculos sociais, mas também as formas de acesso à vida digna. E é ela que empurra esses corpos para uma existência baseada na sobrevivência, onde existir é resistir todos os dias a uma sociedade que insiste em lhes negar o direito à vivência plena, com afetos, segurança, saúde e justiça.



5. A Teoria do Medalhão: sobre quem pode e quem não pode existir

Na crônica *Teoria do Medalhão*, publicada por Machado de Assis (2014), o autor ironiza as exigências sociais de conformidade impostas àqueles que desejam ser aceitos, respeitados e bem-sucedidos na sociedade. O “medalhão” é aquele que, para alcançar legitimidade pública, apaga suas singularidades, reprime seus afetos e molda-se às expectativas normativas do meio social. Trata-se de uma figura que abdica da autenticidade em troca de reconhecimento, respeitabilidade e pertencimento. Escrita no século XIX, essa alegoria permanece extraordinariamente atual, especialmente quando pensamos nos mecanismos de controle social que regulam a circulação e a visibilidade dos corpos dissidentes.

A obra de Machado nos leva a refletir sobre como todos, em alguma medida, constroem suas estratégias de resistência, adaptação e negociação com as normas sociais, guiados pelo desejo de pertencimento e pela busca por ocupar um lugar legítimo no mundo. No entanto, essa possibilidade de integração não é distribuída de maneira igual. Para mulheres trans e travestis, o desejo de inclusão muitas vezes esbarra em uma barreira intransponível: sua existência já é marcada, de partida, como um erro. Em uma sociedade altamente hierarquizada, que atribui valor e dignidade com base em critérios normativos de gênero, raça e classe, esses corpos são empurrados sistematicamente para posições sociais de desvantagem.

Enquanto alguns sujeitos podem, com maior ou menor custo, negociar com as regras e alcançar alguma forma de reconhecimento social, mulheres trans e travestis frequentemente são excluídas da própria possibilidade de negociação. Elas são vistas não como sujeitos desviantes em relação à norma, mas como figuras inassimiláveis, que ameaçam a ordem simbólica e moral que estrutura a sociedade. O espaço de respeitabilidade, de voz e de visibilidade lhes é negado, e sua presença pública frequentemente é recebida com hostilidade, vigilância ou violência.

Nesse sentido, a *Teoria do Medalhão* não apenas ironiza os modos pelos quais a sociedade exige conformidade para legitimar sujeitos, mas também evidencia — ainda que implicitamente — os limites de um

sistema que não oferece espaço possível de existência plena para determinados corpos. O texto de Machado nos obriga a pensar que o problema não está nos indivíduos que não se adaptam, mas na própria norma que exclui e hierarquiza, naturalizando desigualdades e legitimando silenciamentos.

No Brasil contemporâneo, a mobilidade social de pessoas trans, quando possível, frequentemente requer a assimilação de valores cishnormativos e a renúncia ao confronto com a ordem estabelecida. Aquelas que ocupam espaços institucionais ou acadêmicos são, muitas vezes, pressionadas a performar uma versão “aceitável” de si mesmas: domesticada, educada, adaptada às normas cisheteronormativas. Essa pressão pela normatização é um dos eixos do bio-poder, conceito formulado por Michel Foucault (1988), que designa o conjunto de práticas sociais e políticas voltadas ao controle dos corpos e da vida, administrando quem deve viver e sob quais condições.

No entanto, quando as mulheres trans e travestis recusam esse processo de assimilação e mantêm posturas afirmativas, insurgentes ou não normativas — em sua aparência, linguagem ou comportamento — tornam-se, aos olhos do sistema, corpos abjetos, inassimiláveis e ameaçadores. Esses corpos são então submetidos não apenas ao controle disciplinar, mas ao que Achille Mbembe (2016) chama de necropolítica: a política da morte, na qual o Estado (e a sociedade) decide quem é digno de viver e quem pode ser descartado. As elevadas taxas de assassinatos de mulheres trans e travestis no Brasil não são desvios isolados, mas sim a expressão crua de uma estrutura necropolítica que administra a morte social e física dessas existências dissidentes.

Esse processo de aniquilação simbólica e concreta encontra ressonância na crítica feminista decolonial e transfeminista, especialmente em autoras como Sayak Valencia (2010), que sistematiza a “capitalidade do corpo”, mostrando como a violência de gênero está interligada à lógica do capitalismo neoliberal, da colonialidade e da guerra contra as subjetividades insurgentes. Do mesmo modo, Berenice Bento (2017) aponta como os corpos trans, particularmente os de mulheres negras e periféricas, são historicamente marcados por um duplo apagamento: da sua humanidade e da sua singularidade.

Ao resistirem à lógica do “medalhão” — que impõe a renúncia à autenticidade em troca de aceitação —, essas mulheres se afirmam como sujeitos políticos e epistêmicos, desafiando a matriz colonial de poder



que rege o espaço público. A recusa à domesticação das identidades trans revela-se, portanto, um ato radical de existência. E é justamente essa recusa que provoca a reação violenta do sistema, pois ela denuncia a falácia da neutralidade, da cordialidade e da democracia racial que sustentam a ideologia brasileira de harmonia social.

A ideia de que há vidas que podem ser integradas e outras que devem ser eliminadas — seja pela marginalização, seja pelo assassinato — revela o caráter seletivo e excludente da cidadania brasileira. Ao tensionar o que significa “ser alguém” no Brasil, mulheres trans e travestis expõem os limites da democracia formal e reivindicam um novo pacto civilizatório, que inclua todas as formas de existência com dignidade e justiça.

6. Considerações Finais: sobreviver não é viver

A transfobia no Brasil não é apenas um fenômeno social contemporâneo, mas sim a atualização de estruturas coloniais, racistas, cisheteronormativas e patriarcais que moldaram e continuam a moldar a vida social brasileira. A persistência dessa violência cotidiana, simbólica e institucional é sustentada por mitos históricos de harmonia e igualdade que escondem, sob uma falsa aparência de cordialidade, práticas profundas de exclusão e desumanização.

Este artigo não pretendeu, em nenhum momento, oferecer uma leitura descritiva, exaustiva ou definitiva sobre a história do Brasil ou sobre os processos que constituíram a formação nacional. Tampouco se propôs a dar conta da totalidade do pensamento social brasileiro. Ao contrário, o que aqui se apresenta são reflexões iniciais e parciais, atravessadas pelas inquietações teóricas, políticas e afetivas que emergem da construção de uma tese de doutorado. Trata-se de uma análise situada que, ao dialogar com alguns dos principais autores considerados intérpretes do pensamento social brasileiro, visa provocar novas formas de leitura, questionamento e reinterpretação dos sentidos atribuídos à marginalização de mulheres trans e travestis no país.

Este texto é atravessado pela posição social e bases epistemológicas da autora, cuja experiência não é mobilizada como elemento meramente ilustrativo, mas como parte constitutiva da análise. Nesse sentido, a

vivência situada permite evidenciar como os dispositivos de poder aqui discutidos — mandonismo, colonialidade e transfobia — operam não apenas no plano abstrato, mas na produção concreta de subjetividades, afetos e possibilidades de existência. Assim, longe de se restringir a um registro individual, essa experiência se inscreve como dimensão analítica que torna visíveis os efeitos cotidianos das estruturas históricas que organizam a vida social brasileira.

Rasgar os véus dessa falsa harmonia nacional é uma tarefa urgente. É preciso romper com o mandonismo, com o mito da cordialidade e com as hierarquias não ditas que sustentam a violência cotidiana contra mulheres trans e travestis. Sobreviver não pode mais ser o nosso horizonte. É preciso viver — viver plenamente, com dignidade, justiça e direitos.

Nota sobre ética em pesquisa

Este estudo não envolveu coleta de dados com participantes humanos, tratando-se de análise teórica e reflexiva. Assim, não se aplica submissão a Comitê de Ética em Pesquisa.

Declaração sobre uso de inteligência artificial

Ferramentas de inteligência artificial foram utilizadas de forma pontual para apoio à revisão linguística, organização textual e adequação às normas editoriais, sem interferência na concepção teórica, no desenvolvimento argumentativo ou na responsabilidade autoral sobre o conteúdo.

Referências:

ASSIS, Machado de. **Teoria do Medalhão**. São Paulo: Sesi-Sp, 2014. 32 p.

BARRENECHEA, Miguel Angel de. **Nietzsche e o corpo**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.



BENTO, Berenice. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: Edufba, 2017. 329 p.

BRASIL, Nações Unidas. **População trans ainda é mais vulnerável ao estigma e à discriminação no Brasil**. 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/85007-popula%C3%A7%C3%A3o-trans-ainda-%C3%A9-mais-vulner%C3%A1vel-ao-estigma-e-%C3%A0-discrimina%C3%A7%C3%A3o-no-brasil>. Acesso em: 16 jul. 2025.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima; MENEZES, Moisés Santos de. **Violência e saúde na vida de pessoas LGBTI**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021.

DAMATTA, Roberto. **Você sabe com quem está falando?: estudos sobre o autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 2020.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: (no limiar de uma nova era)**. 2. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FOUCAULT, Michel. **HISTÓRIA DA SEXUALIDADE I: a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48. ed. São Paulo: Global, 2003. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MBEMBE, Achille. **NECROPOLÍTICA: biopoder soberania estado de exceção política da morte. Arte & Ensaios: revista do ppgav/eba/ufrj**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, dez. 2016. Disponível em: <https://www.bing.com/ck/a?!&&p=dd98aeb06942e4cb2adb9b47b3ac34e9932aa0e68430d7e91882098a2985c712JmltdHM9MTc1MjYyNDAwMA&ptn=3&ver=2&hsh=4&fclid=12d5fa23-24a7-6918-0937-ec232516680e&psq=necropolitica+mbembe+pdf&u=a1aHROcHM6Ly93d3cucHJv>

[Y29tdWoub3JnL3dwLWNvbnRlbnQvdXBsb2Fkcy8yMDE5LzAoL25lY3JvcG9saXRpY2EucGRm&ntb=1](https://doi.org/10.9771/peri.v1i11.27873). Acesso em: 16 jul. 2025.

PODESTÁ, Lucas Lima de. Ensaio sobre o conceito de transfobia. **Revista Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 11, p. 363–380, 2019. DOI: <http://doi.org/10.9771/peri.v1i11.27873>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/27873>. Acesso em: 12 mar. 2026.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 117-142.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o Autoritarismo Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SENNA, Ariane Moreira de. **A solidão da mulher trans, negra e periférica: uma (auto)etnografia sobre relações socioafetivas em uma sociedade cisheteropatriarcal**. 2021. 185 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34369>. Acesso em: 26 maio 2026.

SILVA, Glauber Weder dos Santos; MEIRA, Karina Cardoso; AZEVEDO, Dulcian Medeiros de; SENA, Romeika Carla Ferreira de; LINS, Suerda Lillian da Fonseca; DANTAS, Eder Samuel Oliveira; MIRANDA, Francisco Arnaldo Nunes de. Fatores associados à ideação suicida entre travestis e transexuais assistidas por organizações não governamentais. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 26, n. 3, p. 4955-4966, out. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.32342019>. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2021.v26suppl3/4955-4966/>. Acesso em: 16 jul. 2025.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à lava jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.



VALENCIA, Sayak. **Capitalismo Gore**. España: Melusina, 2010.

Surviving is not living: Transphobia, Bossiness, and the Legacies Of Brazilian Social Thought.

Abstract. This article proposes an analysis of the impacts of transphobia in Brazil from the perspective of Brazilian social thought, articulating the concepts of authoritarianism, coloniality, and the subalternization of gender-dissident bodies. The central focus of this reflection is understanding how the historical processes of colonization, enslavement, and authoritarianism structured and continue to structure the marginalization of trans women and transvestites in Brazil. Using authors such as Lilia Schwarcz, Roberto DaMatta, and Machado de Assis as references, as well as the author's personal experiences, the text addresses how the colonial project shaped subjectivities, naturalized inequalities, and consolidated a culture of command and obedience that persists in contemporary times.

PALAVRAS-CHAVE: Transphobia. Brazilian Social Thought. Coloniality. Bossiness. Trans women. Transvestites.

Ariane MOREIRA DE SENNA,

Psicóloga (CRP-03/14529),

Doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de

Janeiro (UERJ) e mestra em Estudos Étnicos e Africanos pela

Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente atua como

Assessora Técnico-Acadêmica do Núcleo UERJ, assessorando o

Programa Rio sem LGBTIfobia. Desenvolve pesquisas nas áreas de transfobia, pensamento social brasileiro, saúde mental de pessoas trans e travestis, gênero, sexualidade, direitos humanos e relações raciais.

<https://orcid.org/0000-0001-8185-6844>

Recebido em: 31/01/2026

Aprovado em: 19/04/2026



DOSSIÊ



Caminhos da Transição: a influência da aceitação familiar no bem-estar e saúde mental de universitários transgênero

Anna Caroline dos Santos Blasius, *Universidade do Extremo Sul Catarinense*

Paola Rodegheri Galeli, *Universidade do Extremo Sul Catarinense*

Resumo. Este estudo investigou como a aceitação familiar influencia o bem-estar e a saúde mental de universitários transgênero durante o processo de transição. Participaram cinco estudantes trans (quatro homens trans e uma pessoa trans não-binária), com idades entre 18 e 25 anos, matriculados em uma universidade pública do sul do Brasil. Utilizou-se abordagem qualitativa, por meio de entrevistas semiestruturadas, analisadas a partir da Análise de conteúdo. Emergiram quatro categorias: aceitação familiar e suporte; rejeição, silenciamento e violência; suporte alternativo e redes externas; saúde mental e sofrimento psíquico. Os resultados apontaram que a aceitação familiar ocorre de forma parcial e condicionada, frequentemente atravessada pelo silêncio, pela negação do nome social e pela invisibilização da identidade de gênero. Microagressões, humilhações veladas e ausência de diálogo configuram formas de violência simbólica, intensificando sentimentos de rejeição, medo, isolamento e desesperança. Em diversos casos, a fragilidade do suporte familiar esteve associada ao surgimento de sofrimento psíquico, expresso em ansiedade, tristeza profunda, automutilação e ideação suicida. Em contrapartida, vínculos afetivos estabelecidos com amigos, pares trans e coletivos LGBTQIA+ atuaram como redes protetivas, funcionando como “famílias escolhidas” e promovendo reconhecimento, pertencimento e resiliência emocional. Conclui-se que a saúde mental de universitários trans é diretamente impactada pelo reconhecimento familiar, sendo o acolhimento um fator essencial de proteção emocional e dignidade.



Políticas institucionais e práticas afirmativas de cuidado são essenciais para garantir condições dignas de existência a pessoas trans.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde Mental; Relações Familiares; Apoio Familiar; Pessoas Transgênero.

Introdução

A transgeneridade tem sido historicamente atravessada por disputas morais, discursos normativos e processos de regulação que produzem modos possíveis ou impossíveis de existir. Ao longo do desenvolvimento social e familiar, expectativas baseadas na cisheteronormatividade marcam os corpos e delimitam quais identidades serão reconhecidas como legítimas (Bento, 2012; Butler, 2021).

Nesse contexto, a família, ainda que seja idealizada como lugar de cuidado e proteção, nem sempre cumpre esse papel. Ela também pode funcionar como um espaço que controla o que pode ser dito, nomeado ou vivido, limitando a expressão de identidades que escapam à norma cisheteronormativa. Nesses casos, o que deveria ser refúgio passa a produzir silêncio e insegurança, transformando o ambiente familiar em um território onde jovens trans precisam negociar sua própria existência.

A aceitação familiar, quando presente, constitui-se como dimensão potente de proteção emocional, permitindo que pessoas trans desenvolvam vínculos de pertencimento e autoestima (Silva; Cerqueira-Santos, 2018). Contudo, diversas pesquisas brasileiras têm demonstrado que o acolhimento não se apresenta de forma linear e frequentemente assume caráter ambíguo, condicionado ou fragmentado (Sousa; Rocha; Barros, 2018; Lins et al., 2024).

Tais dinâmicas revelam que o sofrimento vivenciado por universitários trans não está vinculado à identidade em si, mas às violências produzidas pela rejeição, pela negação do nome social, pelas microagressões discursivas e pelo silenciamento contínuo (Butler, 2021; CFP, 2019).

Diante desse cenário, analisar a aceitação familiar e suas implicações não se reduz a um debate afetivo, mas implica compreender relações de poder que regulam o reconhecimento e a possibilidade de existir. Investigá-la no contexto universitário torna-se ainda mais

relevante, uma vez que a transição de gênero, nesse período, coincide com processos identitários intensos, independência progressiva e formação de redes sociais que podem exercer papel decisivo na saúde mental.

Este estudo buscou compreender como o reconhecimento familiar (ou a falta dele) afeta o bem-estar e a saúde mental de universitários transgênero, bem como a maneira como influencia as formas de enfrentamento e de construção de redes de apoio durante a transição.

Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e analítico, com abordagem narrativa. Buscou-se compreender as experiências subjetivas de estudantes transgênero a partir de relatos pessoais sobre o processo de transição de gênero e a influência da aceitação familiar no bem-estar emocional.

As etapas foram iniciadas após aprovação em Comitê de Ética em Pesquisa, sob parecer nº 7.671.507. O recrutamento ocorreu a partir do aceite da instituição de Ensino Superior em que a pesquisa foi realizada, com o envio de um convite pelo e-mail institucional para todos os estudantes. Esse convite indicava os critérios de inclusão: identificar-se como pessoa trans e estar matriculado em um curso de graduação no momento da coleta. Após, os estudantes que manifestaram o interesse em participar entraram em contato com as pesquisadoras.

Assim, participaram da pesquisa cinco estudantes trans universitários matriculados em uma instituição de Ensino Superior, de Santa Catarina. A amostra foi composta por quatro homens trans e uma pessoa trans não binária, com idades entre 18 e 25 anos. Todos os participantes mantem contato com algum integrante de sua família nuclear, sendo que dois participantes moram com seus pais.

Após o aceite, foram agendados encontros individuais para a coleta de dados, que se deu por meio de três entrevistas presenciais e duas entrevistas online via Google Meet, com duração média entre 45 a 90 minutos. Antes de cada entrevista, os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foram utilizados dois instrumentos para a coleta de dados: um questionário sociodemográfico para caracterização dos participantes e uma entrevista semiestruturada



composta por questões relacionadas ao processo de transição, suporte familiar e repercussões emocionais. Nenhuma adaptação foi realizada nos instrumentos ao longo da pesquisa.

O material produzido nas entrevistas foi transcrito integralmente e analisado segundo a técnica de Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (2016). O processo analítico compreendeu as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Resultados e Discussão

A partir da análise dos dados, emergiram quatro categorias, sendo elas: “Aceitação Familiar e Suporte”; “Rejeição, Silenciamento e Violência”; “Suporte Alternativo e Redes Externas” e “Saúde Mental e Sofrimento Psíquico”. As categorias foram articuladas aos objetivos do estudo e à literatura especializada, permitindo aprofundar a compreensão acerca dos impactos da aceitação e da rejeição familiar na saúde mental de pessoas trans universitárias e serão apresentadas a seguir.

Para assegurar o anonimato das pessoas entrevistadas, optou-se pela substituição de seus nomes reais por códigos, identificados como P1, P2, P3, P4 e P5. Essa estratégia visa preservar a confidencialidade das informações e impedir qualquer possibilidade de reconhecimento dos participantes.

Aceitação familiar e suporte

A discussão sobre a aceitação familiar e o suporte afetivo emerge como um dos eixos centrais na compreensão das experiências de pessoas trans. Conforme Bento (2012), a família, tradicionalmente idealizada como espaço de cuidado, proteção e amor, também pode atuar como um lugar de controle, exclusão e sofrimento simbólico. Ao analisar as narrativas de pessoas trans, a autora evidencia que a instituição familiar, quando regida por padrões heteronormativos, tende a se tornar uma “promessa

não cumprida” (Bento, 2012, p.276), reproduzindo violências morais e afetivas que se manifestam no silenciamento e na negação identitária.

Essa constatação reflete nas falas dos participantes desta pesquisa, que descrevem o ambiente familiar como um espaço ambíguo, no qual convivem afeto e rejeição, presença e invisibilidade.

Em muitos relatos, a aceitação familiar aparece condicionada a uma convivência silenciosa, em que a identidade de gênero é evitada como tema de diálogo. Essa forma de aceitação parcial é expressa por P1: “Eu não consigo dizer que houve uma aceitação da minha mãe, por exemplo. Eu não consigo dizer que ela me aceita. Porque não. Não faz muito sentido, sabe? Porque a gente tem um acordo de não entrar nesse assunto. E ela sabe que fora de casa e na faculdade, com meus amigos, eu sou o João [nome social com identidade protegida]. Mas ela ignora isso e pra mim tá tudo certo, sabe? Só que eu não consigo dizer que isso é uma aceitação. Foi uma forma que a gente conseguiu fazer com que não fosse tão difícil pra mim e pra ela, sabe?” O relatado traduz um acordo implícito de silenciamento, por meio do qual a harmonia familiar é preservada à custa do não reconhecimento da identidade.

Essa ambiguidade também se manifesta na fala de P2, que reforça o distanciamento emocional presente nas relações familiares: “Olha, o nível [de aceitação] entre meu pai e minha mãe continua sendo baixíssimo. Meu pai está zero, minha mãe está um pouquinho acima do zero. E... Eu não acho que vai mudar. Eu não tenho muita expectativa pra eles, mas fazer o quê? Quando eu sair de casa, eles vão ter que aceitar. Eu espero.” A ausência de reconhecimento e diálogo representa não apenas o afastamento afetivo, mas o enfraquecimento de um dos principais vínculos de pertencimento. Como apontam Gandra et al. (2023), a falta de validação familiar tem repercussões diretas sobre o bem-estar psicológico e emocional de pessoas trans, pois o afeto, quando dissociado do reconhecimento, se transforma em fonte de sofrimento.

As falas dos participantes indicam que a aceitação familiar é um processo dinâmico, permeado por ambivalências, contradições e diferentes modos de acolhimento. Em alguns casos, há um apoio parcial, restrito a determinados membros da família, que se tornam referências afetivas e fontes de proteção emocional.

Esse padrão é observado nas narrativas: “Da minha família, no geral, eu só consegui apoio do meu irmão mesmo. Ele começou a me apoiar, a tentar me ajudar, a sair em loja comigo, comprar alguma roupa masculina, conversar por aí, e relaxar em algum fim de semana. Pra gente fingir que nossos pais não eram preconceituosos com a gente.”



(P2); “Então, as duas pessoas que eu mais sinto apoio, assim, são o meu irmão, a minha prima e a minha avó, assim, até mais que a minha mãe. A minha mãe me apoia também, mas eu acho que ela poderia ser mais, sabe?” (P3); “Quando eu me assumi no caso, né... mais receptivos foi a minha irmã. Ela me acolheu do jeito dela. E meu pai, eu acho que foi o menos receptivo.” (P5). Esses depoimentos revelam que, embora o núcleo familiar nem sempre ofereça um suporte coletivo, laços individuais podem mitigar parcialmente os impactos da rejeição.

De acordo com Lins et al. (2024), em sua pesquisa com 37 pessoas transgênero, 94,6% dos participantes apresentaram baixo suporte familiar, sendo as dimensões afetivas e comunicacionais as mais comprometidas. Esses dados corroboram os relatos dos participantes deste estudo, ao evidenciar que a falta de diálogo e de reconhecimento familiar se converte em vulnerabilidade psíquica. Assim, o suporte individual, embora importante, não substitui a necessidade de validação coletiva e de pertencimento.

Para Higa et al. (2014), a aceitação familiar é um processo contínuo, que exige reconstrução simbólica de valores e crenças. A rejeição, quando ocorre, não é apenas uma resposta individual, mas expressão de um contexto social construído pela cisnormatividade. Isso significa que, mesmo quando há laços afetivos, o medo do julgamento e o desejo de preservar a imagem familiar podem conduzir ao silenciamento.

Nas falas dos entrevistados, observa-se que o afeto coexistente com a negação da identidade cria uma forma de convivência tensa e emocionalmente desgastante. O silêncio, nesse sentido, torna-se uma estratégia de autopreservação tanto para a pessoa trans quanto para seus familiares.

Mello et al. (2024) identificam que a violência familiar contra pessoas trans se manifesta, muitas vezes, de maneira simbólica e cotidiana, através do controle, da negação do nome social e da invalidação das expressões de gênero. Esse tipo de violência, mesmo quando velada, é internalizado como rejeição e produz sofrimento emocional profundo. As falas analisadas nesta pesquisa confirmam esse cenário. O ambiente familiar, ao negar o reconhecimento, contribui para a intensificação de sentimentos de não pertencimento e insegurança.

A literatura também demonstra que a ausência de aceitação familiar tem impactos diretos na saúde mental. Segundo Sousa, Rocha e Barros (2018), a rejeição vivida na infância e adolescência é um dos principais fatores de risco para o desenvolvimento de ansiedade e

depressão na vida adulta. O acolhimento, por outro lado, é reconhecido como fator protetivo essencial, capaz de reduzir o sofrimento psíquico e fortalecer a autoestima.

As experiências relatadas pelos participantes mostram que, quando o apoio familiar é substituído por compreensão e afeto, pode haver uma melhora na autopercepção e no bem-estar. Isso pode ser evidenciado nas seguintes falas: “Quando eu me sinto seguro com a minha família, eu tenho autoestima” (P4). Os relatos de aceitação surgem como breves pontuações de momentos em que algo da experiência da transição é validada. De modo geral, parece haver uma expectativa de aceitação de forma mais frequente do que relatos de aceitação.

Nesse sentido, destaca-se o estudo de Taber e Stults (2025), que indica os efeitos deletérios da não-aceitação familiar. No entanto, também indicam que o número de comportamentos de apoio não moderou o número de comportamentos de apoio, podendo-se refletir sobre o forte impactos das experiências de exclusão e invalidação.

A falta de aceitação e a ruptura dos vínculos familiares está muito presente os relatos e levam muitas pessoas trans a buscar formas alternativas de suporte, construindo redes afetivas e comunitárias que desempenham o papel de “famílias escolhidas”. Bento (2008) denomina essas configurações como expressões de resistência, nas quais o cuidado e a solidariedade se tornam instrumentos de sobrevivência emocional e social. Essa reconstrução de vínculos, ainda que fora do âmbito familiar tradicional, permite a restauração da dignidade e da sensação de pertencimento.

Portanto, a aceitação familiar e o suporte afetivo não se limitam à convivência doméstica, mas implicam o reconhecimento da identidade, o respeito às expressões de gênero e o compromisso com o diálogo. Quando ausentes, os efeitos repercutem diretamente na saúde mental, no sentimento de valor pessoal e na capacidade de projetar o futuro. Quando presentes, contudo, funcionam como pilares de fortalecimento subjetivo, autonomia e empoderamento. Assim, a análise das narrativas evidencia que a aceitação familiar não é apenas um aspecto relacional, mas também político e ético, diretamente ligado ao direito de existir de forma plena e reconhecida.

Como afirmam Lins et al. (2024), o empoderamento e a saúde mental estão intrinsecamente ligados à presença de vínculos familiares que validem a identidade e assegurem o pertencimento. A família, portanto, quando pautada no respeito e no afeto, representa não apenas



uma base emocional, mas também um espaço de reafirmação de dignidade e cidadania.

Rejeição, silenciamento e violência

A linguagem, como aponta Butler (2021), não se limita a comunicar ideias, mas atua performativamente na constituição dos sujeitos e na produção de realidades sociais. Ao nomear, insultar ou silenciar, o discurso exerce poder, delimitando quem pode ser reconhecido como humano e quem é excluído dessa categoria. Nesse sentido, a violência não se expressa apenas por gestos físicos, mas também por palavras que ferem, ridicularizam ou anulam o outro.

No contexto da identidade de gênero, o ato de falar, ou de se calar, torna-se um campo político, no qual o reconhecimento e o apagamento coexistem (Butler, 2021). Assim, compreender a rejeição, o silenciamento e a violência requer analisar como o poder da linguagem estrutura relações familiares e sociais, reproduzindo ou desestabilizando normas cisheteronormativas.

A rejeição e o silenciamento no ambiente familiar configuram-se como elementos centrais para compreender a violência simbólica e moral vivenciada por pessoas trans, especialmente no espaço doméstico. Conforme indicam Sousa, Rocha e Barros (2018), o ambiente familiar constitui um dos primeiros e mais significativos espaços de discriminação, tornando-se o ponto de partida de uma cadeia de violências que se estende para as demais esferas sociais.

Os dados desses autores dialogam diretamente com as narrativas desta pesquisa, nas quais a omissão e o não reconhecimento se revelam como estratégias de controle e exclusão. Observa-se assim as falas de P2: “O pai... Ele finge que não aconteceu, e nunca será falado sobre isso” e “ele finge que eu não existo. Então... pelo menos me expulsar de casa eles não vão. Eu acho”, e de P1, “eu sei que a mãe nunca vai me chamar pelo meu nome e tá tudo bem, eu não preciso disso.”, “Eu não consigo dizer que houve uma aceitação da minha mãe, por exemplo. Eu não consigo dizer que ela me aceita. Porque não. Não faz muito sentido, sabe? Porque a gente tem um acordo de não entrar nesse assunto”, evidenciam a força do silêncio como mecanismo de exclusão.

Essas narrativas, embora distintas, convergem ao revelar como o silêncio atua não apenas como ausência de fala, mas como mecanismo ativo de manutenção das normas de gênero. Nesses contextos, o não dito preserva a norma cisheteronormativa e impede a validação da identidade trans, convertendo o silêncio em uma forma de violência simbólica que restringe a expressão da subjetividade.

Foucault (1988) possibilita a compreensão de tais dinâmicas ao conceber a família como um dos dispositivos de poder que produzem e normalizam as subjetividades, transformando o controle da sexualidade e da diferença em mecanismos sutis de disciplina e regulação social. Nessa direção, Louro (2004) acrescenta que as configurações familiares tradicionais funcionam como espaços de vigilância e regulação das identidades de gênero, reiterando a naturalização da heterossexualidade e a exclusão das diferenças.

Em diálogo com essas reflexões, Oliveira (2024) analisa a tensão entre visibilidade e reconhecimento, argumentando que, na ausência deste, a visibilidade pode ser nociva. A fala de P5, “eles fingem que eu não falei nada, eu também não vou atrás de falar”, e de P3 “É, então, todos esses, assim. Conflitos, rejeição, isolamento. Como eu te falei, eu mesmo acabava me isolando pra não ter que entrar em alguns assuntos, não conversava muito com meu pai”. Expressa esse dilema vivido por muitas pessoas trans: o desejo de se afirmar convive com o medo da rejeição, e tornar-se visível pode significar se expor à negação ou à violência. Nessa lógica, o silêncio e o recuo surgem menos como omissão e mais como estratégias de sobrevivência diante de uma estrutura que não reconhece plenamente sua existência.

Silva e Cerqueira-Santos (2018) apontam que a ausência de apoio familiar representa uma das formas mais profundas de rejeição vividas por pessoas trans, por atingir diretamente o espaço que deveria oferecer proteção e acolhimento, conforme a fala de P1 e de P2: “minha mãe, ela foi a figura central que fez com que eu não conseguisse me assumir ali. Durante muitos anos, assim” e “a mãe, ela... Depois que a gente teve essa pequena conversa. Onde ela dizia me aceitar e não me aceitava de verdade. Ela só não tocou mais no assunto”, que revela como o núcleo familiar pode se tornar um agente de violência simbólica, quando nega reconhecimento e impõe o silêncio como condição de convivência.

Essa recusa em validar a identidade de gênero fragiliza o pertencimento e compromete a construção da autoestima, reproduzindo a lógica social que define quais corpos e expressões são legítimos (Alvares, 2022).



Autores (Lobo et al., 2023 e Rovai, 2023) compartilham a compreensão de que a rejeição e o silenciamento operam como mecanismos estruturais de poder, que mantêm a cisheteronormatividade e o patriarcado. Esses processos não são pontuais, mas históricos, sustentados por discursos religiosos e morais que moldam as práticas familiares. A violência, portanto, ultrapassa a agressão física e assume caráter simbólico, atuando pela exclusão e pelo apagamento. Como expresso na fala de P2: “Eu sempre me senti extremamente mal. Como se eu fosse uma pessoa horrível. Por estar tentando mudar. Eles nunca me bateram. Nunca encostaram um dedo em mim. Mas cada palavra... Olha, francamente... Eu acho que eu preferia que eles tivessem me batido”.

Essa dinâmica se expressa nas microagressões verbais, e, por vezes disfarçadas de humor, como descreve P3: “Questão que o meu pai falou ali, como assim, tu é pansexual? tu dá pra cachorro? Que pra mim foi um absurdo. Não sei se foi um tom de piada, pra mim não soou como um tom de piada. É um absurdo de raiva com ansiedade, assim, sabe? Porque parece que bota tudo em jogo, quem a gente é, sabe? A minha existência”. As piadas, ironias e deboches funcionam como manifestações de uma violência moral que ridiculariza e desumaniza, reforçando a inferiorização e o sofrimento psíquico. Sob o disfarce do humor, essas falas reproduzem desigualdades e perpetuam normas de gênero que sustentam a exclusão e o silenciamento de identidades trans.

Conforme Butler (2021), a linguagem possui um poder performativo que não apenas comunica, mas age sobre os corpos e identidades, definindo quem é reconhecido como sujeito legítimo e quem é colocado à margem. Nesse sentido, o humor dirigido a pessoas trans não é neutro, mas um ato discursivo que produz e legitima a exclusão.

Ao analisar essas falas, observa-se que o tom de piada se torna uma forma sutil de violência, que deslegitima existências dissidentes e naturaliza o não pertencimento. Assim, o humor se revela como uma prática cotidiana de poder e silenciamento, capaz de transformar a palavra em instrumento de ferimento e desumanização (Butler, 2021).

O CFP (2019) destaca que o silenciamento e a estigmatização, frequentemente acompanhados de ridicularização, são expressões interligadas de uma mesma lógica de aniquilamento simbólico, na qual o amor familiar é condicionado à conformidade com a norma de gênero.

Quando P2 afirma: “Para eles é só uma brincadeirinha, para mim é o meu cotidiano”, evidencia-se o efeito corrosivo das micro violências

cotidianas, que degradam a autoestima e intensificam o sofrimento emocional. Nesse contexto, o ambiente doméstico, idealmente um espaço de proteção, pode tornar-se o primeiro território de dor e rejeição. Pinto et al. (2020) e Dias et al. (2024) reforçam que o rompimento de vínculos familiares motivado pela não aceitação de gênero é uma das principais causas de vulnerabilidade social entre pessoas trans, levando muitas ao isolamento e, em casos extremos, à situação de rua.

A ausência de escuta e o medo de retaliação produzem um ciclo de exclusão que dificulta a construção de redes de apoio e pode intensificar o adoecimento psíquico. P2 expressa essa realidade ao afirmar: “Eu quero continuar sendo filho deles, só que pra eles, eles não têm um filho mais novo. E a filha que eles pensam, não existe. Então, eu só tenho muito medo de no futuro eles só passarem a me ignorar, fingindo que eu não faço mais parte da família”. Sua fala traduz o receio de desaparecer simbolicamente do laço familiar, de ser silenciado não por conflito, mas pela indiferença.

O silêncio, nesse sentido, deixa de ser apenas uma resposta à hostilidade e se torna o próprio instrumento de exclusão, por meio do qual o sujeito é negado enquanto parte legítima do grupo familiar.

A análise desta categoria revela que rejeição, silenciamento e violência não são experiências isoladas, mas expressões de uma lógica social que sustenta a exclusão. As falas dos participantes evidenciam os efeitos da não aceitação familiar sobre a saúde mental e o sentimento de pertencimento. Romper este ciclo requer práticas éticas de reconhecimento e acolhimento que transformem o espaço familiar em território de escuta e afirmação da diferença.

Suporte Alternativo e Redes Externas

A análise desta categoria revela que, diante da fragilidade do suporte familiar, as redes externas, especialmente amizades, pares trans e coletivos comunitários, tornam-se elementos estruturantes do cuidado e do bem-estar emocional de jovens trans.

Campbell et al. (2022) destacam que ambientes afirmativos e vínculos significativos reduzem sintomas de ansiedade e depressão, enquanto Carli et al. (2024) demonstram que, nessa fase da vida, as redes de apego se deslocam da família para vínculos escolhidos, sobretudo amizades que oferecem segurança emocional e pertencimento.



Assim, compreender a função dessas redes alternativas é essencial para analisar como jovens trans constroem formas de cuidado e proteção fora do núcleo familiar tradicional.

A fala de P2, “amigos é o principal apoio que eu tenho”, reforça esse movimento, demonstrando que, quando o reconhecimento e o suporte não vêm da família, são as conexões horizontais que garantem estabilidade afetiva. London-Nadeau et al. (2023) apontam que, embora o apoio familiar seja o fator mais protetivo, quando ele é insuficiente, o apoio de pares e espaços afirmativos torna-se decisivo para reduzir o sofrimento psíquico. Nessa perspectiva, as amizades não apenas preenchem lacunas emocionais, mas também ampliam o sentimento de pertencimento e o acesso a cuidados, funcionando como importantes dispositivos de enfrentamento ao estigma.

As redes formadas entre pares trans também emergem como fundamentais. P4 descreve esse processo ao afirmar: “Principalmente por ter ganhado amigos trans. E acho que isso foi o que me deu suporte, assim, sabe? O que me deu segurança de que eu não estava sozinho”.

Essa experiência sustenta a ideia de que vínculos entre pessoas que compartilham vivências semelhantes fortalecem o reconhecimento mútuo e promovem proteção emocional. Estudos como os de Durwood et al. (2021), Puckett et al. (2019) e Temelkovska et al. (2023) convergem ao mostrar que redes compostas por pares trans funcionam como espaços de validação identitária, redução do isolamento e aumento da resiliência, compensando a ausência ou fragilidade do suporte familiar.

Além das amizades, os coletivos e grupos de apoio desempenham papel estruturante como redes alternativas de cuidado. A experiência do P1, “A gente criou o coletivo Trans de [*cidade em que a pesquisa foi realizada*], que foi muito importante [...] Eu foquei toda a minha energia naquilo. Então eu acabava esquecendo os problemas que eu tinha em casa, porque eu focava no coletivo”, demonstra como esses espaços funcionam como refúgios afetivos e políticos, possibilitando acolhimento, troca e reconstrução identitária.

Kapadia et al. (2014) evidenciam que redes diversificadas compostas por pares ampliam o acesso a suporte emocional e formas concretas de ajuda. De modo semelhante, Selles et al. (2022) mostram que coletivos LGBTQIA+ criam pertencimento e oferecem suporte prático e emocional essencial para jovens trans, especialmente quando as relações familiares são marcadas por tensões ou rejeição.

A trajetória de P4 também reforça a importância dos grupos afirmativos enquanto redes que produzem reconhecimento e acolhimento: “Aí comecei a frequentar o grupo em que só tinha pessoas trans. A partir daí eu consegui me reconhecer e entender que eu era um homem trans”. Montgomery et al. (2020) demonstram que redes de pares influenciam comportamentos, percepções e saúde emocional, funcionando como mecanismos de socialização e proteção. Assim, os grupos frequentados pelos participantes não apenas oferecem suporte afetivo, mas também se configuram como espaços que orientam práticas de cuidado, fortalecem identidades e reduzem sentimentos de isolamento.

Por fim, estudos como os de Gonzales e Lavey (2023), Braga et al. (2017), Seibel et al. (2017) e Simões et al. (2022) reforçam que, diante de determinantes sociais adversos, como discriminação, estigma, vulnerabilidade socioeconômica e conflitos familiares, são as redes externas que atuam como pilares de proteção.

Essas pesquisas convergem ao demonstrar que vínculos horizontais, grupos comunitários e amigos funcionam como amortecedores emocionais, reduzindo impactos do estresse de minoria e fortalecendo trajetórias de cuidado. As falas dos participantes desta pesquisa confirmam essa dinâmica ao evidenciar como amigos, pares trans e coletivos LGBTQIA+ constituem redes alternativas essenciais para o bem-estar, validação identitária e sobrevivência emocional dos jovens trans.

Saúde Mental e sofrimento psíquico

Os achados desta categoria dialogam diretamente com a literatura que aponta o estresse de minoria de gênero como um dos principais fatores associados ao adoecimento mental de pessoas trans. A revisão de Silva et al. (2021) indica que sintomas como ansiedade, depressão, automutilação e ideação suicida decorrem menos da identidade trans e mais da discriminação, do estigma e da falta de apoio social e familiar.

Esse cenário é visível nas falas dos participantes, que relatam tristeza profunda, medo constante e comportamentos de auto agressão. P1, por exemplo, relembra que: “Tanto que foi isso que fez com que eu tivesse uma crise muito forte no início de 2024, que foi o negócio que quando eu tentei me matar, foi por causa disso. Foi o gatilho que



desencadeou aquilo, foi uma briga com a mãe por causa de roupa, porque eu queria me vestir com uma roupa lá que eu não sei, e ela começou a falar coisas muito pesadas. E é isso que gerou o gatilho”, acrescentando ainda que: “eu me automutilava também naquela época”. Já P5 reforça o mesmo padrão ao relatar: “Pela falta do suporte, pelo medo dos meus pais, eu passei por episódios de automutilação”. Tais narrativas evidenciam como os participantes atribuem a rejeição e o não reconhecimento como associados ao sofrimento psíquico.

Nesse mesmo sentido, os achados que revelam ansiedade intensa, tristeza profunda e retraimento emocional dialogam com o estudo de Rodrigues e Giacomoni (2025), que aponta níveis severos de depressão, ansiedade e estresse entre pessoas trans brasileiras, diretamente associados à violência e à falta de apoio familiar. Embora o artigo destaque que recursos como esperança e rotas de enfrentamento possam atuar como fatores protetivos, as falas dos participantes evidenciam justamente a ausência dessas condições. P2, por exemplo, afirma: “E, francamente, nessa época, nesse dia específico, eu só queria acabar com tudo pra ela ver que sim, realmente, né? Pessoas trans morrem porque querem e eu realmente morri porque eu quis, né? Eu só queria provar algum ponto pra ela, mas eu acabei não tendo coragem”. Essa fala demonstra o impacto psicológico da rejeição, no qual ele se coloca contrariamente às ideias de senso comum sobre suicídio apresentadas pela mãe.

A convergência entre literatura e experiência também aparece no estudo de Gualberto Júnior et al. (2024), que mostra que o componente mental da qualidade de vida de pessoas trans é o mais prejudicado, especialmente no âmbito emocional. As narrativas dos participantes refletem esse comprometimento ao descreverem o ambiente familiar como hostil, com instabilidade e medo. P2 relata que “porque em casa, por mais que, tecnicamente, no pensamento geral, eu estaria descansando. Mas não, na sua vida, brigas e brigas, atrás de brigas e não tem descanso em casa”, revelando como a violência emocional cotidiana deteriora a saúde mental e amplia o sofrimento psíquico.

Da mesma forma, os resultados desta categoria se aproximam dos achados de Silva et al. (2024), que identificaram elevada prevalência de sintomas depressivos entre travestis e transexuais, associados à violência e à falta de suporte afetivo. A discriminação, especialmente quando vivida em espaços que deveriam oferecer cuidado, intensifica sentimentos de rejeição e desamparo.

No presente estudo, a ausência de reconhecimento familiar e o silenciamento aparecem como elementos centrais que aprofundam impactos na saúde mental. Isso é reforçado nas falas de P2: “Sentimento de rejeição no geral, por causa disso eu desenvolvi muita ansiedade. Por causa de tudo um pouco, mas principalmente por causa disso. E medo do abandono”; P3 afirma: “Então, me gerou bastante depressão. E foi num momento que eu comecei a ser mais ansioso e fui no psiquiatra pra começar a tomar antidepressivo”. No mesmo sentido, a fala de P1 aprofunda: “E aí eu comecei a tomar remédio também, né, e aí foi melhorando um pouco, diminuiu as crises. E eu aprendi também a controlar elas, porque antes eu não sabia quando elas vinham, elas só vinham e eu explodia”. As falas evidenciam como o não acolhimento fragiliza a saúde emocional.

Esse panorama se articula ainda aos achados de Gimenes et al. (2024), que analisou 629 prontuários no Ambulatório Trans de Porto Alegre, e identificou que 29% das pessoas trans faziam uso de medicamentos psiquiátricos, indicando um quadro significativo de sofrimento mental associado a vulnerabilidades sociais. Entre os participantes desta pesquisa, a recorrência de comportamentos autolesivos e a vivência de medo refletem esse mesmo processo. O isolamento, por exemplo, surge como tentativa de se proteger do conflito familiar, mas acaba agravando o sofrimento. P1 expressa isso ao afirmar: “a gente obviamente não consegue ser a gente mesmo, então a gente vai cada vez se isolando mais pra não ter problema também”.

No mesmo movimento, as falas dialogam com Chinazzo et al. (2021), que demonstram que o sofrimento psíquico está diretamente relacionado ao preconceito internalizado e antecipado. A expectativa constante de rejeição leva os participantes a praticarem um isolamento emocional e social como forma de autopreservação. P3 expressa isso ao dizer: “eu mesmo acabava me isolando pra não ter que entrar em alguns assuntos, não conversava muito com meu pai”, mostrando como o silêncio imposto e autoimposto se transforma em estratégia de sobrevivência.

A literatura também aponta outros elementos que ajudam a compreender esse cenário. O estudo de Higa et al. (2014) destaca que a saúde mental de jovens LGBTQ é profundamente atravessada por rejeição familiar, hostilidade escolar e discursos religiosos negativos, fatores que produzem medo e necessidade de ocultar a própria identidade. Embora o estudo enfatize o papel protetivo das redes externas, como amigos e grupos afirmativos, as narrativas desta



pesquisa evidenciam sobretudo a falta de validação no contexto familiar e o medo de rejeição, ambos centrais no sofrimento psíquico.

Esse padrão se repete nos achados de Depret et al. (2024), que evidenciam como violências severas vividas na infância deixam marcas duradouras na saúde mental da população trans, aumentando o risco de autoagressão e ideação suicida. Entre os participantes deste estudo, muitos iniciaram sua transição na adolescência e enfrentaram rejeição intensa nesse período, repercutindo em angústia persistente e dificuldades na regulação emocional.

Finalmente, estudos como o de Pinto et al. (2020) e Francisco et al. (2020) reforçam que a violência familiar e a rejeição ampliam de forma significativa o risco de sofrimento psíquico. Isso se conecta diretamente às falas que mencionam o afastamento familiar como tentativa de proteção e ao modo como o silêncio, a rigidez e o medo moldam o cotidiano emocional. Assim, tal como descrito por Lins et al. (2024), o baixo suporte familiar e a discriminação se configuram como fatores centrais no agravamento do sofrimento psíquico, reforçando o impacto da rejeição e do isolamento na saúde mental de pessoas trans.

Os achados desta pesquisa dialogam diretamente com o campo de atuação da Saúde Mental, uma vez que evidenciam que o sofrimento psíquico de pessoas trans não se reduz a demandas individuais, mas decorre de violências estruturais, especialmente familiares. Nesse sentido, o cuidado em saúde mental exige práticas que ultrapassem o enfoque clínico e individualizante, incorporando ações coletivas, educativas e intersetoriais que promovam reconhecimento, pertencimento e validação das identidades trans. Esse compromisso ético-político implica transformar espaços de cuidado em territórios de afirmação de direitos, onde o sofrimento psíquico não seja patologizado, mas compreendido em sua dimensão social e afetiva, conforme revelado nas narrativas dos participantes e respaldado pelos estudos analisados.

Considerações Finais

A presente pesquisa investigou como a aceitação familiar influencia o bem-estar e a saúde mental de universitários transgênero, revelando que o reconhecimento, ou sua ausência, marca profundamente o processo de

transição. Os achados mostram que a aceitação familiar não ocorre de maneira linear: oscila entre apoio parcial, convivência atravessada pelo silêncio e rejeição explícita. Em muitos casos, a harmonia familiar depende de um acordo implícito de não falar sobre a identidade de gênero, configurando um silenciamento que limita a expressão subjetiva e fragiliza o pertencimento.

Quando o reconhecimento não está presente, o espaço familiar torna-se fonte de sofrimento, expresso em microagressões, negação do nome social, invisibilização e humilhações veladas. Essas práticas contribuem para sentimentos de rejeição, medo, isolamento social e agravamento de sintomas como ansiedade, tristeza, automutilação e ideação suicida. Assim, confirma-se que o sofrimento vivenciado por pessoas trans não deriva da identidade em si, mas das violências simbólicas e afetivas sustentadas por normas cisheteronormativas.

Em contrapartida, mesmo formas parciais de acolhimento familiar demonstraram potencial de fortalecer a autoestima e promover segurança emocional. Contudo, diante da fragilidade frequente desse suporte, às redes externas, especialmente amizades, pares trans e coletivos, assumem papel central. Elas funcionam como “famílias escolhidas”, oferecendo reconhecimento, proteção e pertencimento, e compensando a ausência de amparo no núcleo familiar. Tais redes se confirmam, portanto, como dispositivos fundamentais na promoção da saúde mental e na redução dos impactos da transfobia cotidiana.

Os resultados deste estudo evidenciam que a construção de condições de vida dignas para pessoas trans depende menos de transformações individuais e mais de mudanças estruturais nas relações, nas instituições e no modo como a sociedade reconhece essas existências.

Assim, promover acolhimento e validar identidades não é apenas um gesto de afeto, mas um posicionamento que enfrenta desigualdades historicamente produzidas. Criar ambientes em que pessoas trans possam existir sem medo, afirmar quem são e projetar futuros possíveis é parte de um compromisso coletivo que precisa ser assumido por famílias, comunidades, universidades e pela sociedade como um todo.

Esta investigação apresenta limitações que devem ser consideradas. A amostra, formada por participantes acessíveis por conveniência, não permite generalizações para toda a população trans universitária. O número reduzido de entrevistados, apesar de adequado à profundidade da análise qualitativa, limita a amplitude das vivências contempladas.



Outro ponto é que as entrevistas foram realizadas em um único momento, o que impede observar mudanças ao longo do processo de transição e de aceitação familiar. Além disso, o estudo se circunscreve a uma universidade específica do sul do país, cujo contexto sociocultural pode influenciar de forma particular as dinâmicas familiares e sociais relatadas.

Referências

ALVARES, J. *et al.* Saúde mental de pessoas transgênero: revisão integrativa de literatura. *Psi Unisc*, v. 6, n. 2, p. 139-157, 2022. Disponível em: <https://seer.unisc.br/index.php/psi/article/view/17227>

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016. Disponível em: <https://madmunifacs.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/08/an%C3%A1lise-de-conte%C3%Bado-laurence-bardin.pdf>

BENTO, B. *O que é transexualidade*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos). Disponível em: <https://democraciadireitoegenero.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/07/bento-berenice-o-que-%C3%A9-transexualidade2008.pdf>

BENTO, B. As famílias que habitam “a família”. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 275-283, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/703/70325252004.pdf>

BRAGA, I. F. *et al.* Rede e apoio social para adolescentes e jovens homossexuais no enfrentamento à violência. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, 2017. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So103-56652017000200009

BUTLER, J. *Discurso de ódio: uma política do performativo* [recurso eletrônico]. Tradução: Roberta Fabbri Viscardi. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2021. Disponível em:

<https://archive.org/details/judith-butler-discurso-de-odio-uma-politica-do-performativo-judith-butler/page/n169/mode/2up>

CAMPBELL, F. *et al.* “Factors that influence mental health of university and college students in the UK: a systematic review”. BMC Public Health, v. 22, n. 1, p. 1778, 2022. DOI: 10.1186/s12889-022-13943-x. Disponível em:

https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC9484851/pdf/12889_2022_Article_13943.pdf

CARLI, L. L. *et al.* Attachment networks in young adults. Frontiers in Psychology, v. 14, art. 1321185, 06 fev. 2024. DOI: 10.3389/fpsyg.2023.1321185. Disponível em:

<https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10877005/pdf/fpsyg-14-1321185.pdf>

CHINAZZO, I.R. *et al.* Impacto do estresse de minoria em sintomas depressivos, ideação suicida e tentativa de suicídio em pessoas trans. Ciência & Saúde Coletiva. v. 26, pp. 5045-5056. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.28532019>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTIs. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2019. Disponível em:

https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/06/CFP_TentativasAniquilamento_WEB_FINAL.pdf

DEPRET, D. *et al.* Relação entre violências sofridas na infância e violência autoprovocada Relação entre violências sofridas na infância e violência autoprovocada entre travestis e mulheres transexuais do estado do Rio de Janeiro 2019-2020. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 33, n. 1, p. 1-14, 2024. FapUNIFESP. <http://dx.doi.org/10.1590/s2237-96222024v33e2024337.especial.pt>.

DIAS, W. P. *et al.* Pessoas trans e travestis em situação de rua em Salvador: estudo descritivo sobre o perfil sociodemográfico e de acesso aos serviços socioassistenciais e de saúde, 2021 e 2022. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 33, spe1, e2024515, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/ress/2024.v33nspe1/e2024515/pt/>



DURWOOD, L. *et al.* Social Support and Internalizing Psychopathology in Transgender Youth. *Journal of Youth and Adolescence*, [s.l.], v. 50, n. 5, p. 841-854, 2021. DOI: 10.1007/s10964-020-01391-y. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8272454/pdf/nihms-1718647.pdf>

FOUCAULT, M. A História da Sexualidade I: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988. https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1226/foucault_historiadasesexualidade.pdf

FRANCISCO, L. C. F. D. L. *et al.* Ansiedade em minorias sexuais e de gênero: uma revisão integrativa. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, v. 69, n. 1, p. 48–56, jan. 2020.

GANDRA, L. S. *et al.* Avaliação da importância da rede de apoio psicossocial oferecida pela família e comunidade às pessoas transgêneras durante todo ciclo de vida: uma revisão sistemática. *Revista Brasileira de Neurologia e Psiquiatria*, v. 27, n. 1, p. 80-97, jan./abr. 2023. Disponível em: <http://www.revneuropsiq.com.br>

GIMENES, B. P.; DAMACENO, A. N.; ROCHA, A. F. ; THOMAZI, G. L.; AGUILAR, G. T. Uso de medicamentos psiquiátricos e fatores associados em pessoas atendidas em um ambulatório trans no Sul do Brasil, 2021-2022. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 33, p. 1-14, 2024. FapUNIFESP. <http://dx.doi.org/10.1590/s2237-96222024v33e2024170.especial.pt>.

GUALBERTO JÚNIOR, E.C. *et al.* Qualidade de vida relacionada à saúde de pessoas trans usuárias de serviço de saúde especializado em Manaus, 2023: um estudo transversal. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 33, n. 1, 2024. FapUNIFESP. <http://dx.doi.org/10.1590/s2237-96222024v33e2024361.especial.pt>.

GONZALES, G.; LAVEY, F. The Social Determinants of Health Among Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender (LGBT) Adults in Nashville, Tennessee. *Journal of Urban Health*, v. 100, n. 3, p. 459-467, 2023. DOI: 10.1007/s11524-023-00745-8. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10323052/pdf/11524_2023_Article_745.pdf

HIGA, D. et al.. Negative and Positive Factors Associated With the Well-Being of Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, Queer, and Questioning (LGBTQ) Youth. **Youth & Society**, [S.L.], v. 46, n. 5, p. 663-687, 13 jun. 2012. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0044118x12449630>.

KAPADIA, F. *et al.* Associations between social support network characteristics and receipt of emotional and material support among a sample of male sexual minority youth. *Journal of Gay & Lesbian Social Services*, [s.l.], v. 26, n. 3, p. 279–302, 2014. DOI: 10.1080/10538720.2014.924458. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC4157518/>

LINS, J. C. DA S. et al.. Sofrimento mental, suporte familiar e empoderamento de pessoas transgênero. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 37, p. eAPE02465, 2024.

LOBO, B. H. S. C. *et al.* “A transfobia como doença social: discursos de vulnerabilidades em homens trans e pessoas transmasculinas”. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 76, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/NyQPFr9mrTdQj6Dtb7Sr65g/?format=pdf&lang=pt>

LONDON-NADEAU, K. *et al.* Social support and mental health among transgender and nonbinary youth in Québec. *LGBT Health*, v. 10, n. 4, 2023. DOI: 10.1089/lgbt.2022.0156. Disponível em: <https://www.liebertpub.com/doi/epdf/10.1089/lgbt.2022.0156>

MELLO, M. M. C. *et al.* A percepção da violência por pessoas transvestigêneres no Brasil e suas implicações na atenção primária à saúde. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, v. 33, supl. 1 (spe 1), e2024283, 2024. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/ress/2024.v33nspe1/e2024283/pt>

MONTGOMERY, S. *et al.* Peer social network processes and adolescent health behaviors: a systematic review. *Preventive Medicine*, v. 130, art. 105900, 2019. DOI: 10.1016/j.ypmed.2019.105900. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0091743519303809?via%3Dihub>



OLIVEIRA, A. S. “Apenas viver a vida”: visibilidade, anonimato e reconhecimento entre pessoas trans. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, n. 40, e22212, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sex/a/DVvJG8rr9sX4nrrJFcVzYxN/>

PINTO, I.V. et al. Perfil das notificações de violências em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, Brasil, 2015 a 2017. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, n. 1, 2020. FapUNIFESP. <http://dx.doi.org/10.1590/1980-549720200006.supl.1>.

PUCKETT, J. A. *et al.* Mental health and resilience in transgender individuals: What type of support makes a difference? *Journal of Family Psychology*, v. 33, n. 8, p. 954-964, dez. 2019. DOI: 10.1037/fam0000561. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC7390536/pdf/nihms-1035706.pdf>

RODRIGUES, L.P.; GIACOMONI, C.H.. Otimismo, Esperança e Coping em Pessoas Transgênero Brasileiras: contribuições da psicologia positiva. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 45, p. 1-19, 2025. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703003273150>.

ROVAI, M. G. O. O silenciamento de gênero: a palavra que subverte. *Revista Brasileira de História*, v. 43, n. 94, p. 17-39, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/9jRWH4rYZ9N9GStHX6nNnsS/?format=pdf&lang=pt>

SEIBEL, B. L. *et al.* Rede de apoio social e funcionamento familiar: estudo longitudinal sobre famílias em vulnerabilidade social. *Pensando Famílias*, Porto Alegre (RS), v. 21, n. 1, p. 120-136, jul. 2017. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v21n1/v21n1a10.pdf>

SELLES, B. R. S. et al.. Redes sociais de apoio às pessoas trans: ampliando a produção de cuidado. **Saúde em Debate**, v. 46, n. spe6, p. 148–161, 2022.

SILVA, B. B.; CERQUEIRA-SANTOS, E. Apoio social na autoestima e identidade social de pessoas trans brasileiras. *Psico* (Porto Alegre), Porto Alegre, v. 49, n. 4, p. 422-432, 2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/article/view/30029/pdf>

SIMÕES, É. V. *et al.* Relações de rede de apoio social do adolescente com comportamento suicida. *Revista Gaúcha de Enfermagem* (Online), v. 43, e20210033, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rgenf/a/zxrZkQ4hqWCgYhqXwKGTgjB/?format=pdf&lang=pt>

SOUSA, J. A.; ROCHA, T. M. A. C.; BARROS, C. R. S. Prevalência de discriminação na vida, entre travestis, transexuais e transgêneros. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, Salvador, v. 4, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/24974/15666>

TABER, Jamie L.; STULTS, Christopher B.. The Role of Supportive and Unsupportive Family Behaviors in the Mental Health of Transgender and Nonbinary Young Adults. **Transgender Health**, [S.L.], v. 10, n. 5, p. 438-448, 1 out. 2025. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1089/trgh.2023.0211>.

TEMELKOVSKA, T. *et al.* Both/And: Mixed methods analysis of network composition, communication patterns, and socio-economic support within social networks of transgender women involved in sex work in Lima, Peru. *BMC Public Health*, [s.l.], v. 23, art. 2385, 2023. DOI: 10.1186/s12889-023-17278-z. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10690964/pdf/12889_2023_Article_17278.pdf



Paths of Transition: The Influence of Family Acceptance on the Well-being and Mental Health of Transgender University Students

ABSTRACT: This study aimed to investigate how family acceptance can influence the well-being and mental health of transgender university students during their transition process. The participants group were five transgender students (four transgender men and one non-binary transgender person), aged between 18 and 25 years, enrolled in the same public university in southern Brazil. A qualitative approach was used, through semi-structured interviews and analyzed by a content analysis. Four categories emerged: family acceptance and support; rejection, silencing and violence; alternative support and external networks; mental health and psychological distress. The results shows that family acceptance occurs in a partial and conditional way, frequently marked by silence, denial of the social name and invisibility of gender identity. Microaggressions, veiled humiliations, and lack of dialogue constitute forms of symbolic violence, intensifying feelings of rejection, fear, isolation and lack of hope. Very often, the fragility of family support was associated with the emergence of psychological distress, expressed in anxiety, deep sadness, self-harm, and suicidal ideation. In contrast, emotional bonds established with friends, other trans peers and LGBTQIA+ collectives acted as a protective networks, functioning as "chosen families" and promoting recognition, belonging and emotional resilience. This research found that the mental health of trans university students is directly impacted by family recognition, with acceptance being an essential factor in emotional protection and dignity. Institutional policies and affirmative care practices are essential to guarantee dignified living conditions for trans people

KEYWORDS: Mental Health; Family Relationships; Family Support; Transgender People.

Anna Caroline DOS SANTOS BLASIUS,

*Psicóloga residente do Programa de Saúde Mental, Atenção e
Reabilitação Psicossocial na Universidade do Extremo Sul Catarinense
- UNESC*

Paola RODEGHERI GALELI,

*Psicóloga, Mestre em Saúde Coletiva, pela Universidade do Extremo Sul
Catarinense - Unesc. Atua como Professora na Residência
Multiprofissional em Saúde Mental, Atenção e Reabilitação Psicossocial
e no Curso de Psicologia, da Unesc.*

*Recebido em: 10/12/2025
Aprovado em: 07/05/2026*



ENSAIO



Violência e Subjetividade: relações entre o transfeminicídio e o conceito de sintoma em psicanálise

Vladimir Bezerra, *Universidade Federal Rural de Pernambuco e Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira/Fiocruz*

Resumo. Neste ensaio teórico defende-se a hipótese de que a violência - para além de uma questão histórico-social - está profundamente entrelaçada com as dinâmicas complexas do inconsciente humano; defende-se a hipótese de que o transfeminicídio também pode ser compreendido como um fenômeno que transcende a dimensão puramente social, de base imperial-colonialista-patriarcal, inscrevendo-se também no campo das subjetividades.

PALAVRAS-CHAVE: Transfeminicídio. Subjetividade. Violência.



Introdução

Este ensaio teórico, oriundo de uma tese de doutorado defendida em 2023, tem como principal objetivo refletir sobre a violência de gênero, mais especificamente a violência contra travestis e mulheres trans no contexto brasileiro.

Inicialmente, a partir de uma revisão bibliográfica de bases sociológica e psicanalítica que privilegiam autores sul-americanos em direta interlocução com autores clássicos, propõem-se algumas reflexões que se aprofundam sobre a relação entre o fenômeno da violência e os conceitos de subjetividade e sintoma.

Em linhas gerais, reconheço ao longo de meu percurso acadêmico as dificuldades do diálogo entre a sociologia e a psicanálise (DUARTE, 2017); contudo, ao longo deste ensaio, autores sul-americanos demonstram como se faz necessário ultrapassar determinadas limitações epistemológicas para que se possa avançar na discussão e entendimentos sobre a violência de gênero.

Um segundo ponto vale destaque. Como profissional da psicologia – me incluo em diversos questionamentos e anseios ao tratar da questão das transexualidades seja em pesquisa acadêmica, ou em meu percurso clínico; diante de uma trajetória que privilegiou a pesquisa e o atendimento de algumas mulheres trans e travestis vítimas de violência, e também no afã de compreender angústias que se apresentam no setting analítico de ambos os lados, tenho me deparado cada vez mais com a necessidade de levar minha prática clínica e pesquisas para além das quatro paredes do consultório e da teoria psicanalítica.

Isso não é inédito, mas parece essencial a acadêmicos, psicólogos, psicanalistas e cientistas sociais envolvidos com o tema.

O artigo "*Unthinkable Anxieties: Reading Transphobic Countertransferences in a Century of Psychoanalytic Writing*"¹ de Griffin Hansbury (2017) ajuda a pensar os desafios do tema, especialmente entre analistas cisgênero ao longo de um século de literatura psicanalítica sobre pacientes transgênero.

¹ Tradução livre: Ansiedades Impensáveis: Lendo Contratransferências Transfóbicas em um Século de Escrita Psicanalítica.

Hansbury identifica quatro ansiedades "impensáveis" que frequentemente surgem entre alguns pesquisadores ao se trabalhar com pacientes transgênero: medo de ser enganado e se tornar homossexual, de perder sua identidade de gênero, de sentir que seu corpo está se desintegrando e de enlouquecer. Essas ansiedades, muitas vezes inconscientes, podem levar a reações defensivas prejudiciais, como insistir na binaridade de gênero e negar a realidade de pessoas trans.

O artigo de Hansbury também explora como a psicanálise evoluiu – ao longo das décadas – para modelos relacionais e intersubjetivos, permitindo maior reflexão sobre a experiência de análise no *setting* e promovendo uma abordagem mais transformadora ao abandonar a obsessão com a etiologia ("Por que trans?"), para focar na experiência subjetiva ("Como trans?"), promovendo um *setting* analítico de troca e compreensão mútua entre analistas cisgênero e pacientes transgênero.

As ciências sociais também têm ajudado neste processo.

O ponto de partida para este trabalho é o caso da travesti Dandara, assassinada no ano de 2017 na cidade de Fortaleza, estado do Ceará, no Brasil; sua morte chocou o mundo quando o vídeo de sua execução, gravado por um dos homens envolvidos no crime, viralizou nas redes sociais 18 dias após a sua morte.

As fortes imagens mostravam Dandara ensanguentada no chão, recebendo pauladas, chutes e sendo xingada por pelo menos outros quatro homens. Três tiros fatais, em praça pública, encerraram sua vida.

Durante o período do doutorado sanduíche em Portugal entre os anos de 2021 e 2022, busquei no convívio com mulheres trans e travestis, e com alguns homens que se relacionavam com elas, alguns entendimentos sobre suas dinâmicas sociais e privadas; o conjunto de achados publicados na tese em 2023 também auxiliam lateralmente este ensaio.

Conforme indica a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (2025) no seu mais recente dossiê sobre violência, em relação aos dados absolutos dos últimos 8 anos produzidos desde 2017 no Brasil, foi possível mapear um total de 1179 assassinatos de pessoas trans, travestis, homens trans, pessoas transmasculinas e não binárias brasileiras.

Somente em 2024 foram registrados impressionantes 122 assassinatos no Brasil.



O Brasil guarda outra importante peculiaridade; além de ser o país que mais mata, é o país que mais consome pornografia travesti e trans no mundo por anos consecutivos². Na América do Sul, é o país que mais busca pelos termos “travesti” e/ou “trans”.

O país sempre teve corpos adultos que desafiam as normas – na mídia: programas de auditórios com apresentações de “transformistas”, reportagens policiais sensacionalistas, bailes de carnaval televisionados. Nos jornais impressos: anúncios sexuais.

No entanto, hoje há uma presença de travestis e pessoas trans sem precedentes na sociedade e na família, indo além dos espaços subalternos e caricatos. A universidade pública é um desses lugares de presença. A mensagem é clara: “estamos aqui e merecemos nosso lugar na sociedade!”.

Tais constatações estimulam um questionamento central: é possível pensar a violência para além do campo histórico-social, dos atos cruéis e das estatísticas, incorporando aspectos da subjetividade ao tema?

Defende-se neste ensaio a hipótese de que o fenômeno da violência transcende a visão histórica e social, para também entrelaçar-se em complexas dinâmicas do inconsciente humano; ponto que será apresentado a seguir.

Gênero, Sexualidade e Subjetividade: a ótica clássica no Norte versus o Sul Global

O conjunto dos principais (e já clássicos) estudos sobre sexualidade indica que o gênero pode ser entendido como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre o sexo, e também como uma forma de dar significado às relações de poder desiguais em determinados contextos sociais (FOUCAULT, 1976, 1984, 1982; BUTLER, 1990; SCOTT, 1989).

² Segundo dados recentes do website *Pornhub*; o *Pornhub* pertence a Aylo (anteriormente conhecida como MindGeek), um conglomerado canadense de entretenimento adulto. Disponível em: <https://www.pornhub.com/insights/2025-year-in-review#more-23405>. Acessos em 05 Jan 2026.

De um modo geral, os autores abordam a sexualidade e o gênero, não como algo inato ou natural, mas como um construto social e histórico que revela uma infinidade de dimensões subjetivas.

Michel Foucault (2012), por exemplo, através de uma metodologia de pesquisa genealógica/arqueológica, desafia as concepções tradicionais de poder como uma força meramente repressiva, exercida de cima para baixo por uma autoridade central; em vez disso, o autor propõe que o poder representa uma força difusa, que circula por toda a sociedade e que, de fato, é criativo, produzindo conceitos, moldando identidades, comportamentos e subjetividades (FOUCAULT, 1984; 1984a).

No conjunto do pensamento foucaultiano sobre o gênero, o senso interno de ‘ser homem’ ou ‘ser mulher’, ou qualquer outra identidade de gênero, não é um dado inerente, biológico ou puramente pessoal; pelo contrário, ele está profundamente entrelaçado com - e é produzido por - expectativas sociais, práticas disciplinares e os discursos que definem uma determinada masculinidade e feminilidade. Essas forças pressupõem sujeitos universais e ativamente constroem subjetividades generificadas.

Nesse sentido, o pensamento de Pierre Bourdieu (1998) também auxilia pensar a violência de gênero no campo das subjetividades; para o autor, a subjetividade não é uma característica puramente individual, isolada da sociedade. Pelo contrário, ela é construída e moldada pelas estruturas sociais em que o indivíduo está inserido. O conceito central para entender essa visão é o de *habitus*.

Para Bourdieu (1998), o *habitus* é um sistema de disposições que sobrevive ao longo dos tempos, disposições internalizadas que o indivíduo adquire ao longo de sua vida, através da socialização; portanto, o “hábito” (tradução livre) funciona como uma espécie de natureza secundária que orienta as percepções, pensamentos e ações das pessoas de maneira não consciente.

O *habitus* expressa, segundo o autor, a história do indivíduo e de seu grupo social de forma incorporada, tornando-se parte do modo como a pessoa se move, fala e pensa; isto é, o hábito comunica o modo como o sujeito se inclui no mundo, representando um reflexo das experiências sociais e das posições ocupadas pelo indivíduo nos diferentes campos da vida: social, acadêmico, artístico, econômico, etc.



Em exemplos claros, a família, a escola, a religião e outras instituições sociais atuam como máquinas simbólicas que ratificam e reproduzem, ensinam e reforçam as divisões de gênero desde a infância.

As perspectivas dos autores deslocam a análise sobre as subjetividades para as formas complexas pelas quais as estruturas sociais e as dinâmicas de poder permitem, restringem e produzem o que é possível para os indivíduos serem e fazerem, incluindo como eles incorporam e expressam seu gênero; isso destaca que mesmo aspectos aparentemente pessoais da identidade são profundamente sociais, políticos e subjetivos (BEZERRA, 2023, 2024).

Judith Butler (1990) vai além e sugere adicionalmente que o gênero (para além da visão foucaultiana) é uma ação contínua e estilizada constituída por atos repetidos que criam a ilusão de uma identidade estável. Aqui, destaca-se como Butler valoriza a filosofia e a psicanálise - inclusive através de suas críticas a Jacques Lacan -, como ferramenta essencial para entender como as posições sexuais são assumidas e performadas, e como as normas de gênero são internalizadas inconscientemente, moldando a subjetividade desde antes do nascimento.

Mais adiante, é Joan Scott (1989) que indica que o gênero ergue-se não de forma binária (por exemplo, na ideia de homem-mulher), mas na diversidade de instituições. Para Scott, ao se refletir sobre gênero parece importante considerar os símbolos que constituem representações, conceitos normativos, a identidade subjetiva, prescrições religiosas, e jurídicas; isto é, o gênero ao longo das últimas décadas tem se apresentado como uma categoria relacional (SCOTT, 1989; MEDRADO, 2008).

O Sul Global e sua importância na análise subjetiva da violência

No campo da psicanálise e seu complexo diálogo com as Ciências Sociais, Rita Segato (2003) e Rodrigo Parrini (2014) servem de base para as reflexões destes escritos sobre o entrelaçamento entre a violência e as subjetividades.

Para Segato (2003), a violência configura-se como um sintoma da barbárie do gênero moderno (SEGATO, 2003), que vitima corpos

femininos e feminizados em um ciclo de crueldade histórico e ainda expansivo. Parrini (2014), por sua vez, faz uma análise da violência e do desejo, explorando como o que chama de '*falotopía*' se manifesta em redes de poder onde a apropriação de espaços e a imposição de modos de vida ocorrem através da violência e da dominação masculina.

Tanto Segato, quanto Parrini parecem dialogar diretamente com o pensamento não apenas de Bourdieu (1998), mas de Daniel Welzer-Lang em "A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia" (2001).

Welzer-Lang (2001) reflete, a partir das definições de homofobia e de heterossexismo, como os esquemas, o *habitus*, o ideal viril, homofóbico e heterossexual constroem e fortalecem a identidade e a dominação masculina sobre o mundo, e mais especificamente sobre as mulheres. Ainda para o autor, a dominância coletiva e individual sobre as mulheres se exerce em diferentes camadas (privada ou pública) e confere aos homens privilégios materiais, culturais e simbólicos.

De um modo geral, Segato e Parrini, em conversa direta com Bourdieu e Welzer-Lang, propõem uma estrutura subjetiva para a violência (simbólica e física), fenômeno que organiza as relações sociais, tece tramas subjetivas, perpetua ações violentas orientadas à conquista de espaços, e à retomada de masculinidades "danificadas" (SEGATO, 2003, p. 37) por meio de violações (PARRINI, 2014).

Outros autores que também consolidam a base de entendimento sobre a influência de uma educação patriarcal-colonial-imperialista na relação entre gênero, também dão destaque às subjetividades engendradas pela cultura.

Carla Akotirene (2018), Gary Barker (2016) e Raewyn Connell (2005, 2017) indicam aspectos importantes de como o colonialismo e o imperialismo moldaram as estruturas de opressão que afetam profundamente as identidades de gênero, raça e sexualidade em todo o mundo.

Medrado e Lyra (2008), Adriano Beiras e Marcos Nascimento (2017), especificamente sobre o contexto brasileiro, também discutem a violência contra mulheres como uma questão estrutural, enraizada em relações de poder e desigualdade de gênero; no conjunto de trabalhos dos autores, é destacado que essa violência é legitimada por normas patriarcais e culturais que perpetuam a subordinação das mulheres (BEZERRA, 2023).



No Brasil, a articulação entre as ciências sociais e a psicanálise se dá através de autores como Pedro Ambra (2021), Maria Homem e Contardo Calligaris (2019); os autores conjugam a teoria psicanalítica com a discussão sociológica das masculinidades na contemporaneidade ao passo que admitem que respostas violentas de homens em relação às suas companheiras, assim como contra gays e todo o tipo de identidades dissidentes, apontam para valores tradicionais e ainda vigentes em nossa cultura que se entrelaçam com as subjetividades masculinas.

Ambra não para aí; também defende que há uma espécie de “desamparo identitário” (AMBRA, 2021, p.44) masculino que revela não apenas uma necessidade de manutenção de dominação, mas uma crise, ou falta abissal que engendra diversos mecanismos de defesa nos sujeitos - a violência, um deles.

Homem e Calligaris (2019) indicam que as categorias ‘homem’ e ‘mulher’ só conseguiriam existir no âmbito do simbólico, e não em realidades mais amplas e complexas das relações humanas concretas (HOMEM & CALLIGARIS, 2019). Nesse sentido, a contribuição do diálogo entre as ciências sociais e a psicanálise aponta para o questionamento da perspectiva binária sobre o gênero; afinal, o que é um homem ou uma mulher suscita ambiguidade, e não pode ser analisada a partir de uma perspectiva binária uma vez que o gênero, segundo os autores, mostra escancaradamente a separação necessária entre palavra e representação (HOMEM & CALLIGARIS, 2019; AMBRA, 2015).

Diante do que a psicanálise entende como diferenças sexuais, dicotomias entre mente e corpo, escolha objetual, identidade sexual, natureza e cultura, etc., psicólogos e cientistas sociais são convocados na contemporaneidade a pensar categorias como gênero, e aqui especificamente a violência de gênero muito mais como uma construção social/cultural e subjetiva sujeita a transformações, do que como uma categoria rígida ou fixa (BEZERRA, 2023).

O denominador comum entre todos os autores aqui trazidos é que essa estrutura patriarcal (de matriz heteronormativa) é internalizada pelos sujeitos, moldando suas identidades e comportamentos; com isso, a lógica colonial imperialista categoriza determinados grupos em sua função e capacidade produtivas na sociedade, ultra dimensionando mitos que ainda promovem ideais de virilidade, honra e a potência sexual e sociedade (BUTLER, 1990; CORBIN et al., 2016).

Por fim, são Miriam Pillar Grossi e Cristian Darouiche (2025) que indicam a importância de autoras travestis e transexuais para se pensar a necessária insubmissão que pesquisadores podem e devem adotar contra modelos analíticos pré-estabelecidos sobre o gênero, por exemplo.

Portanto, travestis e mulheres trans são de fundamental contribuição para pensar o transfeminicídio na imbricação entre o histórico, o social e o subjetivo numa visada transfeminista e interseccional (BEZERRA, 2023).

Sara Wagner York (2025), Jaqueline de Jesus e Ana Lúcia Galinkin (2015), Letícia Nascimento (2021) e Sofia Favero (2022) são algumas das autoras que abordam questões relacionadas à violência, identidade de gênero, transfeminismo e a luta contra a transfobia no contexto brasileiro tanto no âmbito da educação, dos direitos humanos, do social, e psicológico.

York em sua entrevista à Grossi e Darouiche (2025) indica que no campo da educação ainda há fragilidades a serem combatidas – desde a presença trans nos espaços acadêmicos, até a criação de disciplinas curriculares que engendrem a “importância das transepistemologias para a ética trans-humana, destacando a necessidade de fortalecer a comunidade e oferecer ferramentas para a auto compreensão e a luta política” (WAGNER YORK, GROSSI, DAROUICHE, 2025, p.493).

Favero (2022) ao realizar uma crítica à psicanálise e à psicologia tradicional “carregadas de colonialidade” (FAVERO, 2022, p.166), explora a ideia de como corpos travestis e trans ainda são frequentemente relegados ao lugar de abjeto, associados à sujeira e à exclusão social; a autora argumenta que a violência contra corpos dissidentes da norma é uma herança colonial pautada na tentativa de controle e higienização simbólica de determinados grupos - inclusive dentro da própria prática clínica de alguns psicólogos.

Ainda de acordo com Favero (2022), dispositivos disciplinares buscam nos guiar de volta à categoria “humano” (FAVERO, 2022, p.94), de base estruturada, civil, produtiva e moral, uma vez que o rompimento com esses registros revelaria uma alteridade monstrificada do sujeito; como exemplo, a autora dá a homossexualidade como símbolo da epidemia de AIDS nos anos 1980, a transexualidade como retrato de um trauma na família, e o refugiado como ameaça às oportunidades de uma nação.



Na mesma trilha, Jesus e Galinkin (2015) e Nascimento (2021) auxiliam em refletir como travestis e mulheres trans são frequentemente tratadas então como "estrangeiras do gênero" (NASCIMENTO, 2021, p.49), negadas em suas identidades e excluídas das lutas feministas tradicionais; com isso, as autoras denunciam um "lugar de não-existência" político, social e subjetivo de pessoas travestis e trans.

Nascimento (2021) vai além e expõe ainda que o cis sexismo atravessa existências dissidentes da norma como uma regra que hierarquiza e exclui pessoas trans, reforçando a ideia de que o gênero das pessoas cisgêneras é mais legítimo. A autora, que é travesti, se pergunta: "E eu? Não posso ser uma mulher?" (NASCIMENTO, 2021, p.17).

O denominador que une as autoras para além dos estudos clássicos é esse "não-lugar" do gênero dissidente - imputado inclusive por feministas mais radicais; um não-lugar que relega mulheres, travestis e pessoas trans à ciclos ininterruptos de violência letal no Brasil.

Subjetividade e Violência

Retoma-se rapidamente Bourdieu (1998) para propor, inicialmente nesta seção, reflexões que partem da ideia de que a dominação e a violência contra mulheres não se dá apenas por meio da força física ou leis explícitas, mas principal - e inicialmente - através de um mecanismo sutil, introjetado e poderoso: a violência simbólica.

O conceito bourdieusiano auxilia partir de um ponto importante: a violência física representaria a ponta de um gigantesco iceberg; para Bourdieu (1998), a sociedade é estruturada por um ponto de vista em que o masculino é visto como a norma, o neutro, ao passo que o feminino representa o desvio, a falta. Essa visão, segundo o autor, está incorporada nas instituições, nas palavras e nas divisões sociais do trabalho.

A violência, em suas diversas manifestações, permeia a história da humanidade e continua a ser um desafio persistente nas sociedades contemporâneas (CORBIN et al., 2016; HAN, 2021). Segundo Byung-Chul Han (2021), foi justamente a obstinação humana pela

violência que levou Sigmund Freud a admitir a existência de um impulso para a morte e seu direcionamento a objetos externos; isto é, admitiu-se aí uma subjetividade para a violência (HAN, 2021).

Se - em linhas gerais - na ótica histórico-social, a violência nas sociedades pode ser lida como o resultado de um processo patriarcal-colonial-imperialista (CONNELL, 2005; SEGATO, 2003), na ótica psicanalítica ela ultrapassa a noção de um comportamento desviante ou um ato isolado, para ser entendida através das suas dinâmicas inconscientes e sua constituição subjetiva (SEGATO, 2003; PARRINI, 2014; AMBRA, 2021; FAVERO, 2022; HAN, 2021).

Com isso, o modo arqueológico como opera a pesquisa em psicanálise revela algumas estruturas e funções da violência não tão evidentes, permitindo uma leitura do fenômeno violento que transcende o ato em si e os números, para alcançar alguns significados psíquicos subjacentes (BEZERRA, 2023).

Toma-se aqui a base proposta por Welzer-Lang (2001), em que o autor ressalta a necessidade de não somente ultrapassar a discussão binária homem- mulher, mas a urgência de se entender que a questão da violência abrange inclusive as relações sociais de sexo transversais ao conjunto de pessoas e grupos de gênero. Isto é, essa discussão abrange a todos os sujeitos implicados no mundo. Em última instância, para Welzer-Lang (2001) as análises podem e devem romper com definições naturalistas e/ou essencialistas dos homens.

Subjetividade e o que a psicanálise tem a ver com isso

Este ensaio parte do conceito de subjetividade que conjuga as duas óticas.

Aqui vale ressaltar as contribuições clássicas de Sigmund Freud (1929) e Jacques Lacan (1953) sobre a cultura e a necessidade de considerar a subjetividade de uma época ao se analisar determinados fenômenos; os autores vão além, ao também destacarem a importância da linguagem e do discurso inscritos na relação tempo-espço entre os sujeitos.

Contudo, parece importante neste momento localizar o leitor no tempo e espaço em que as contribuições de Freud e Lacan foram feitas. É sabido que a relação entre o feminismo e a psicanálise tem sido



historicamente complexa e, muitas vezes, marcada por uma tensão considerável (FAVERO, 2022; NASCIMENTO, 2021; BUTLER, 1990). O mesmo ocorre entre as autoras transfeministas (BEZERRA, 2023, 2024).

Desde os anos 1970, diversas teóricas feministas têm criticado a psicanálise, percebendo-a como uma disciplina inerentemente falocêntrica e heteronormativa, que contribuía para a perpetuação de estruturas patriarcais (BUTLER, 1990; SEGATO, 2003; PARRINI, 2014). Essa crítica se baseia na interpretação de que a psicanálise, especialmente em suas formulações freudianas e lacanianas, naturaliza a diferença sexual e as relações de poder baseadas no gênero (BAITINGER, 2019).

No entanto, Judith Butler e Rita Segato - no conjunto de suas obras, tomam a psicanálise como uma ferramenta analítica essencial para seus próprios fins desconstrutivos em relação ao gênero, ao mesmo tempo em que apontam para as limitações e vieses normativos deste saber (BAITINGER, 2019).

Resumidamente, para Freud (1929) a subjetividade é forjada na interseção entre os impulsos individuais e as exigências sociais de uma determinada época e contexto social. Lacan (1954-55) por sua vez, indica que a subjetividade, tomando por base o pensamento freudiano, pode ser compreendida complementarmente como um sistema organizado de símbolos que aspira abranger a totalidade de uma experiência, para assim dar-lhe sentido.

Trata-se então de considerar que a subjetividade humana funda-se no inconsciente estruturado dentro de um determinado contexto social que impõe-se ao sujeito, e pela linguagem que o atravessa.

Lacan vai além e propõe três registros fundamentais de sua teoria - o Real, o Simbólico, e o Imaginário (LACAN, 1975-76). O Real, tido como impossível ou inominável, aquilo que resiste à simbolização e irrompe como trauma. O Simbólico inscrito na ordem da linguagem, das leis e do Outro; o que estrutura o sujeito, seu desejo, seu inconsciente. O Imaginário, por sua vez, o reino da *méconnaissance* (do desconhecimento), das imagens e identificações; a instância fundamental para a formação do Eu através do estágio do espelho (a relação com o Outro), gerando um senso de unidade, mas também de alienação - ou separação de si (MIJOLLA, 2005).

Tanto Lacan e Freud - assim como Butler (1990) posteriormente -, desafiaram a noção de um sujeito unificado e consciente, propondo uma subjetividade descentrada, fundamentalmente moldada pela linguagem (na relação com o Outro) e assombrada pelo Real ou o Infamiliar freudiano. É Freud (1919) que indica que o “*das Unheimliche*” (o infamiliar) é aquilo que aterroriza, suscita angústia e horror.

Ousa-se aqui propor que a subjetividade é este terreno movediço, em constante deslocamento entre as três instâncias instituídas por Lacan (O Real, o Simbólico e o Imaginário) e o Infamiliar aos sujeitos de Freud (BEZERRA, 2023).

Violência: imbricações entre o social, o econômico e o sexual

Curiosamente, segundo Jean Bergeret (1990), o termo “violência” deriva de um radical indo-europeu que designa a vida. O instinto de violência natural não seria, portanto, um instinto de destruição, ainda menos um instinto de morte, mas um instinto natural de vida, de sobrevivência, que corresponde à autoconservação; nesse sentido, a violência poderia ser compreendida como uma defesa do sujeito frente ao que angustia e horroriza (BEZERRA, 2023).

De outro lado, Byung-Chul Han (2021) em sua leitura sobre a violência, e numa perspectiva híbrida entre a história, a sociologia e a psicanálise, indica que o “matar” possui um valor “intrínseco” (HAN, 2021, p.30), uma vez que para o autor, o que domina a economia arcaica da violência é o princípio capitalista, isto é, a economia potencializa o consumo, e o “sobreviver” (HAN, 2021, p.48).

Han não descarta a ideia de que a obstinação humana pela violência levou Freud a admitir a existência de uma pulsão de morte, geradora de impulsos destrutivos “que vão circulando até serem descarregados em um objeto” (HAN, 2021, p.27). Na lógica freudiana, segundo Han, a violência insere-se, portanto, no campo da autoconservação, e não somente no campo da destruição.

Numa rápida leitura de autores no campo da psicanálise, não existe uma teoria psicanalítica específica sobre a violência. Todavia, algumas pistas são fornecidas por Freud e Lacan, especialmente no que tange ao conceito de agressividade.



Ilka Ferrari (2006) indica que Freud (1913) demonstra que a violência estaria na base do laço social através da estrutura da própria linguagem e da castração simbólica na relação do sujeito com o mundo; isto é, em 1913, Freud já dá indícios de que a violência, no contexto da civilização, é fundadora da ordem social e da lei. Tal concepção dialoga diretamente com Welzer-Lang (2001), Bourdieu (1998), Parrini (2014) e Segato (2003).

Diz Ferrari (2006, p.59) que o próprio contrato social, ato simbólico, supõe uma violência pois seu princípio é de um ordem universalizante:

Há, então, uma violência onde o que se viola é uma ordem estabelecida, seja ela considerada da ordem da natureza ou da civilização. Pensá-la de forma simbólica é considerar a violência da própria linguagem sobre o vivente que, ao nascer, encontra o Outro do discurso. Portanto, antes de prosseguir, há de se alertar o leitor a diferenciação que Freud e Lacan fazem dos termos agressividade e violência.

Percebam que a autora realiza uma diferenciação importante entre os termos agressividade e violência.

De modo geral, Ferrari (2006) defende a ideia de que a relação com o mundo seria fundamentalmente agressiva.

Segundo a autora, a agressividade em Freud é constitutiva do Ego e estaria ligada à pulsão de vida (Eros); isto é, ela surge na relação do sujeito com seus objetos e é uma expressão da ordem libidinal, podendo ser sublimada ou recalcada, uma vez que os sujeitos contam com o recurso da palavra e da mediação simbólica.

Em Lacan (1948), a agressividade estaria vinculada ao imaginário e à estrutura do 'eu'; ela emerge no estágio do espelho, na rivalidade especular com o semelhante, sendo constitutiva da primeira individuação do sujeito. É o próprio Lacan que argumenta que não há identificação sem agressividade e vice-versa, e que a relação com o Outro (entendido como um agressor) é fundamentalmente marcada por um descolamento original do Eu; este Outro que se desvela frente ao sujeito, e é insubmisso aos dispositivos disciplinares destoa, assume uma face monstruosa, fantasmagórica.

Certa noite, numa roda de conversa entre homens que se relacionam com mulheres trans e travestis escutei o seguinte diálogo:

Homem 1 - Citação direta: “é um misto, uma confusão que eu sinto, porque é uma mulher, bunda linda, peitos fartos, boca vermelha, e um pau lindo (...), mas coragem de apresentar para a família eu não tenho (...).

Homem 2 - Citação direta: “(...) é mas veja bem, é uma mulher de pau, o cara abriu mão do lugar dele de homem pra ser uma figura que depois que eu gozo, e mato minha vontade, eu não sei o que é! (...) se vier com graça na rua pro meu lado, eu meto como na porrada”.

Nessa perspectiva, a agressividade é uma expressão particular e específica, ligada à relação do sujeito com o mundo; isto é, ela pode ser interpretada e simbolizada pelos sujeitos (FERRARI, 2006).

Consome-se a pornografia proibida (travesti e trans) ou o corpo travesti que se vende na esquina, e depois descarta-se o que se consumiu de modo a eliminar a culpa e a vergonha frente à norma que se impõe; deleta-se o arquivo do histórico do computador, do celular, ofende-se publicamente aqueles insubmissos objetos de desejos privados, ou assassinam-se aquilo que afronta a ordem social.

É neste primeiro momento que chamo atenção para a violência como um sintoma, algo que eclode do sujeito – a passagem ao ato violento – que exprime ou traduz terror, vergonha, culpa, incompreensão.

Contudo, é importante destacar que a violência é abordada por Freud e Lacan de maneiras distintas, mas complementares.

A Teoria das Pulsões e a violência

O pensamento de Jean Bergeret (1990) invoca inicialmente a primeira teoria freudiana das pulsões (1915), marco fundamental para pensar a lógica de Freud sobre o termo violência.

A teoria das pulsões de 1915 foi caracterizada inicialmente por um dualismo fundamental que estabelece uma oposição entre duas classes distintas de forças motivacionais dos sujeitos: as pulsões sexuais (a busca do prazer) e as pulsões de autoconservação (agressividade frente ao perigo). Posteriormente, Freud (1920) introduz dois conceitos essenciais



para se entender atos violentos: o conceito de compulsão à repetição e o de pulsão de morte.

A compulsão à repetição, segundo Freud (1920), é um fenômeno psicológico no qual um indivíduo repete inconscientemente experiências traumáticas passadas, aparentemente na tentativa de dominar, curar ou compreender o evento. Essa repetição pode se manifestar de várias maneiras, como buscar repetidamente relacionamentos abusivos ou engajar-se em comportamentos destrutivos e autodestrutivos. Nessa lógica, a violência poderia surgir como uma forma de defesa, uma tentativa inconsciente de lidar com uma angústia insuportável ou conflitos não elaborados.

A pulsão de morte (do grego: *Thanatos*) é apresentada por Freud (1920) como uma força destrutiva que pode se manifestar tanto contra o outro quanto contra si mesmo. Esta pulsão é compreendida como uma força fundamental que busca o retorno dos sujeitos a um estado primitivo inanimado quando diante de um estímulo incômodo. Resumidamente, esta força, quando desviada a um objeto externo, pode manifestar-se como pulsão de destruição. Não há aqui um lado positivo ou negativo da pulsão de morte; o que há é um objetivo: o de eliminar o incômodo, aquilo da ordem do indizível ou o Infamiliar.

A violência seria, portanto, uma forma de externalizar essa pulsão, permitindo que o sujeito alivie a tensão interna ao descarregar sua energia destrutiva (agressividade) no ambiente externo.

Logo depois, Freud (1929) discute a tensão entre as pulsões individuais e as exigências da civilização - um outro marco na sua obra. Tal movimento promoveu uma torção na visão evolucionista inicial sobre as pulsões do final do século XIX, quando no século XX se conjuga a teoria das pulsões a questões sociais e à relação entre tempo e espaço.

Na ocasião da publicação em 1940 de seu texto inacabado “A cisão do Eu no processo de defesa”, Freud sinaliza que o Eu da criança se encontra a serviço de uma poderosa exigência pulsional, à qual a mesma está acostumada a satisfazer; subitamente a criança é apresentada ao mundo que lhe ensina que a continuidade dessas satisfações guarda consequências, e representa um perigo real a ser vivido.

A partir daí, a criança ou reconhece este perigo curvando-se diante dele e renuncia à satisfação pulsional, ou recusa a realidade e convence-se de que não há nada a temer. O que marca este escrito

freudiano é a indicação do autor de que os sujeitos são marcados por essa cisão ou conflito entre a exigência da pulsão e a reclamação da realidade. Neste contexto, os atos violentos e a agressividade humana (inata do homem, e presente nas manifestações violentas) estariam intimamente ligados a questões conflituosas sociais e éticas vividas pelos indivíduos.

Lacan, ávido leitor de Freud, por sua vez, construiu um pensamento sobre a violência que privilegia a linguagem como vetor. Para Lacan (1948; 1953), a violência estaria ligada ao encontro do vivente com a linguagem, que o mortifica ao submetê-lo à lei dos significantes, e o coloca frente ao Real (aquilo que o sujeito não consegue dar nome); a entrada do sujeito na ordem simbólica exigiria renúncia e alienação (de si), o que poderia gerar entre outras manifestações, a violência como resposta ao impossível de dizer - ou o Real.

A violência, assim, estaria ligada ao real e ao simbólico, sendo mais ampla e menos precisa que a agressividade. Ela seria vista pelo autor como uma reação ao vazio e à angústia numa tentativa de recalcar (eliminar ou esconder temporariamente) a falta estrutural que marca a existência humana frente ao que foge do entendimento do sujeito.

Em outras palavras, a violência se traduziria como um curto-circuito da palavra, uma manifestação sobre aquilo que escapa ao sentido (FERRARI, 2006; BEZERRA, 2023).

A violência como sintoma – para concluir

O referencial teórico aqui abordado indica que o sintoma é a produção de um sinal, ou de um indício de uma perturbação; o próprio termo ‘sintoma’ foi importado da linguagem médica pela psicanálise, no seu sentido etimológico do grego antigo que significa aquilo que acontece junto a algo.

Nesse sentido, Ferrari (2006) e Favero (2022) mais uma vez auxiliam a pensar a violência não apenas como um comportamento, mas como um ato que carrega significados profundos, um ato marcado pela cisão entre desejo e abjeção.



Portanto, um sintoma manifesta-se quando algo não funciona bem na ordem instituída, impedindo o princípio do prazer dos sujeitos. Isso explica (em parte) o porquê consome-se tanta pornografia nos dispositivos eletrônicos, e ao mesmo tempo eliminam-se tantas vidas de travestis e mulheres trans no Brasil. Contudo, a questão não se encerra.

É certo que em sua teoria geral do sintoma, Freud (1899-1904) em uma carta a Wilhelm Fliess o concebeu como uma formação do inconsciente, ou um compromisso que o sujeito faz entre desejos reprimidos e a censura imposta pelo ego e superego. A violência, nesse sentido, pode ser vista como uma emergência de verdade do sujeito que supõe evitar o conflito interior por meio do não-exercício do pensamento através da eliminação da insatisfação por meio de um ato. Uma passagem ao ato.

Tal posicionamento vai ao encontro do diálogo entre Freud e Fliess, onde é possível entender que Freud (1899-1904) via o sintoma representando um retorno do recalcado (do que é proibido e temporariamente afastado na consciência), mas que insiste em se manifestar de formas disfarçadas.

Matar, portanto, nos leva ao que Favero (2022) e Nascimento (2021) dizem sobre o ‘não-lugar’ de corpos que se afastam da matriz binária de gênero. Para Favero (2022) especificamente, a aniquilação ou o cancelamento podem ser compreendidos como uma estratégia defensiva do aparelho psíquico, incapaz de se responsabilizar ou de tolerar no espaço simbólico a existência das ideias do outro (FAVERO, 2022, p.157).

De modo a suscitar discussões futuras, proponho duas últimas questões.

Num contexto patriarcal, de matriz heteronormativa, a violência pode ser uma forma de lidar com afetos insuportáveis e de proteger o indivíduo da fragmentação do self frente à norma social que se impõe.

Contudo, questiono o leitor: como pesquisadores das ciências humanas, podemos também pensar que a aniquilação de travestis e mulheres trans revela a incapacidade do aparelho psíquico de alguns homens de tolerar o desejo por algo foracluído? Marginal?

Nessa ótica, a violência pode ser pensada como o disfarce do desejo recalcado?

A pensar.

Referências Bibliográficas:

AKOTIRENE, Carla (2018), Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen.

AMBRA, Pedro(2015), O que é um homem? Psicanálise e história da masculinidade no Ocidente. São Paulo: ANNABLUME.

BAITINGER, Frederic, (2019), The Subject of Jouissance: The Late Lacan and Gender and Queer Theories. New York: CUNY.

BARKER, Gary (2016). ¿Violencia masculina o violencia patriarcal? Tendencias globales sobre hombres y violencia. Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana, n. 22, p. 316-330, abr. 2016. Acesso em: 22 Jul.2025. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2016.22.14.a>

BEIRAS, Adriano; NASCIMENTO, Marcos (2017), (Org.). Homens e violência contra as mulheres: pesquisas e intervenções no contexto brasileiro. Rio de Janeiro: Instituto Noos.

BENEVIDES, Bruna G (2025),. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024 / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA.

BERGERET, Jean (1990), *La violencia fundamental*. Madrid: Sombras del origen.

BOURDIEU, Pierre (1998), *La Domination Masculine*. Paris: Les Éditions de Minuit.

BUTLER, Judith, (1990), Gender Trouble. New York: Routledge.



BEZERRA, Vladimir (2023), Por uma arqueologia do transfeminicídio: relações entre masculinidades e a violências letal contra travestis e mulheres trans no Brasil. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva), Fundação Oswaldo Cruz.
<https://arca.fiocruz.br/items/f5aae2ea-oed8-4f23-ab81-01931654c6e3/full>

BEZERRA, Vladimir et al. (2024), Leituras teórico-políticas sobre o transfeminicídio: transfeminismo e masculinidades hegemônicas.

ACENO - REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE, v. 11, p. 265-280. Acesso em 12 Jul 25. DOI: <https://doi.org/10.48074/aceno.v11i27.18181>

CONNELL, Raewyn (2005). Globalization, imperialism, and masculinities. Em: KIMMEL, S.; HEARN, J.; CONNELL, R. W. (Orgs.) Handbook of studies on men & masculinities. Thousand Oaks: Sage.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (2016), A History of virility. New York: Columbia Press.

DUARTE, Luiz Fernando Dias (2017), A circulação dos saberes e práticas psicanalíticas nas ciências sociais. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.24, supl., nov. 2017, p.33-50. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/V8qJwrMqxQp4DyVgVzMkKsv/?lang=pt&format=pdf> . Acessos em 05 Jan 25.

FAVERO, Sofia (2022). Psicologia Suja. Salvador: Devires.

FERRARI, Ilka (2006), Agressividade e Violência. Psic. Clin., Rio de Janeiro, Vol.18, n.2, p.49 – 62.

FREUD, Sigmund (2014), *Civilization and its discontents* (1929). Penguin Classics.

_____ (1986). A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess 1887/1904. Rio de Janeiro: Imago.

_____ (1974), Totem e tabu (1913). Obras completas, vol. XIII. Rio de Janeiro: Imago.

_____ (1996), As pulsões e suas vicissitudes (1915). Obras completas, vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago.

_____ (2019), O Infamiliar (1919). Obras incompletas. Tradução de Ernani Chaves e Pedro Heliodoro Tavares. Belo Horizonte: Autêntica.

FOUCAULT, Michel (1984), História da sexualidade II. O Uso dos Prazeres. Paris: Gallimard.

_____ (1984a), História da sexualidade III. O cuidado de Si. Paris: Gallimard.

_____ (2005), Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal.

_____ (2012), A arqueologia do saber. São Paulo: GEN-Forense Universitária.

HAN, Byung-Chul, (2021). Topologia da violência. Petrópolis: Vozes.

HANSBURY, Griffin, 2017, *Unthinkable Anxieties: Reading Transphobic Countertransferences in a Century of Psychoanalytic Writing*. *Transgender Studies Quarterly*, v. 4, n. 3-4, p. 384-404, nov. Disponível em: <http://read.dukeupress.edu/tsq/article-pdf/4/3-4/384/516106/384hansbury.pdf> . Acessos em: 05 Jan 25.

HOMEM, Maria; CALLIGARIS, Contardo (2019), Coisa de menina?: uma conversa sobre gênero, sexualidade, maternidade e feminismo. São Paulo: Editora Papyrus.



JESUS, Jaqueline Gomes de; GALINKIN, Ana Lúcia (2015), Gênero e Psicologia Social no Brasil: entre silêncio e diálogo. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n. 43, pp. 90-103. DOI: <https://doi.org/10.17058/barbaroi.voio.4482> . Acesso em: 15 Jul 25.

LACAN, Jacques, (1998), *Escritos*. São Paulo: Jorge Zahar.

_____ (1948), A agressividade em psicanálise. Em *Escritos* (pp. 104-126). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____ (1953), Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. Em *Escritos* (pp. 238-324). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____ (1954-55/1985), *O Seminário*, livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise . Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____ (1975-76/2007), *O Seminário*, livro 23: O Sinthoma. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

MEDRADO, Benedito., & LYRA, Jorge (2008), Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. *Revista Estudos Feministas*, 16(3), 809. Acessos em 10 Jul. 25. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300005>

MIJOLLA, Alain de (2005), *Dicionário internacional da Psicanálise: conceitos, noções, biografias, eventos, instituições*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Imago.

NASCIMENTO. Leticia (2021), *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaia.

NASCIMENTO, Marcos; CONNELL, Raewyn (2017), *Reflecting on twenty years of Masculinities: an interview with Raewyn Connell*. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 12, p. 3975-3980. Acesso em: 15 Jul 25. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320172212.27242016>

PARRINI, Rodrigo (2014), *Falotopías: indagaciones en la crueldad y el deseo*. Bogotá: Universidad Central-Iesco y Universidad Nacional Autónoma de México-PUEG.

SCOTT, Joan W (1989), *Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history*. New York:Columbia University Press.

SEGATO, Rita L (2003). *Las estructuras elementales de la violencia*. Bernal: UNQ.

TAUBNER, Svenja, RABUNG, Sven, BATEMAN, Anthony, FONAGY, Peter (2017), Psychoanalytic Concepts of Violence and Aggression. Em

STURMEY, Peter (2017), *The Wiley Handbook of Violence and Aggression*. London: Wiley-Blackwell.

WAGNER YORK, S.; GROSSI, M. P.; DAROUICHE, C, 2025 Fazendo festa diante do caos Entrevista com Sara Wagner York. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 479–496. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/68009>. Acesso em: 11 out. 2025.

WELZER-LANG, Daniel (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200008>



Violencia y subjetividad: relaciones entre el transfemicidio y el concepto de síntoma en el psicoanálisis

Resumen. Este ensayo teórico defiende la hipótesis de que la violencia, más allá de ser un problema histórico-social, está profundamente entrelazada con las complejas dinámicas del inconsciente humano. Asimismo, defiende la hipótesis de que el transfemicidio puede entenderse como un fenómeno que trasciende la dimensión puramente social, arraigado en el imperialismo, la colonización y el patriarcado, inscribiéndose también en el campo de las subjetividades.

PALABRAS CLAVE: Trans Femicidio; Subjetividad. Violencia.

Vladimir BEZERRA,

Psicólogo clínico e psicanalista, doutor em Saúde Coletiva (IFF-Fiocruz/Período Sanduíche - Universidade do Porto). Tem experiência e interesse em estudos sobre processos grupais e a produção de subjetividades em determinados contextos sociais na perspectiva psicanalítica; também atua em pesquisas com foco em processos de saúde-adoecimento na população LGBTQIA+, em especial em estudos sobre gênero, sexualidade, corporalidades e violência, numa perspectiva crítica, social e interdisciplinar entre a Psicologia, Psicanálise e as Ciências Sociais.

Pesquisador convidado UFRPE (Dadá) / IFF-Fiocruz (GENSEX)

<https://orcid.org/0000-0002-7588-1514>

Recebido em: 12/10/2025

Aprovado em: 02/02/2026



ENSAIO



A saúde como cenário da **LGBTfobia**: violências, barreiras e lutas no atendimento à população LGBTQIAPN+

Rodrigo Lima Bandeira, *Universidade Estadual do Ceará*

Inara da Silva de Moura, *Universidade Estadual do Ceará*

Amanda Roberta Fonsêca do Nascimento, *Universidade Estadual do Ceará*

Ana Patrícia Pereira Moraes, *Universidade Estadual do Ceará*

Resumo. O presente ensaio teórico-reflexivo apresenta uma discussão em torno dos eixos saúde e população LGBTQIAPN+, explorando suas aproximações, afastamentos e tensões. Elegendo a LGBTfobia como elemento-chave discursivo, nosso objetivo é discutir acerca dos impactos na atenção à saúde à população LGBTQIAPN+ decorrentes dos processos de discriminações e violências vivenciados por essas pessoas. Inicialmente, discutimos o lugar da sexualidade como dispositivo histórico a partir de Michel Foucault e amparados pela lente da interseccionalidade na compreensão dos entrecruzamentos de poder entre os marcadores sociais. Em seguida, debatemos sobre as violências e a LGBTfobia como fatores influentes no acesso e assistência à saúde. Nessa análise, exploramos como práticas discriminatórias, carregadas de uma lógica necropolítica e cisheteronormativa, criam sujeitos legítimos e subalternos, sendo os últimos corpos descartáveis e não merecedores de cuidado. Por fim, refletimos sobre as resistências e lutas possíveis para a construção de um Sistema Único de Saúde (SUS) inclusivo e diverso, apontando a necessidade de um entendimento da LGBTfobia como determinante social da saúde. Dessa forma, o ensaio reflete sobre como o campo da saúde é cenário de disputa política e a assistência à população LGBTQIAPN+ sofre impactos diversos devido a processos discriminatórios e violentos.

PALAVRAS-CHAVE: Sexualidade. Saúde. LGBT. Violência. LGBTfobia.



Introdução

Este ensaio teórico-reflexivo aborda dois eixos principais: a Saúde - como campo/cenário de teorias e práticas de cuidado - e a população LGBTQIAPN+. Propõe-se a explorar as aproximações, os afastamentos e os tensionamentos entre esses eixos elegendo a LGBTfobia como elemento-chave discursivo para o debate acerca dos impactos na atenção à saúde com essa população decorrentes destes processos de discriminações e violências.

Neste sentido, partimos da conjectura de que o cenário da Saúde não é provido de um suposto status denominado “neutro”, mas sim um espaço político e social que, em suas formulações teóricas, políticas e práticas assistenciais, reproduz violências LGBTfóbicas. Assim, este estudo reflete criticamente sobre como o fazer saúde no Brasil enfrenta inúmeras dificuldades na atenção à população LGBTQIAPN+, compreendendo tais desafios desde o acesso à sua assistência.

Tal crítica se constrói a partir de revisão narrativa de literatura e análise de documentos e políticas públicas brasileiras. Além disso, é atravessada também por processos reflexivos, éticos e políticos potencializados por um programa de pós-graduação em Saúde Coletiva de um estado nordestino brasileiro. Ensaíamos então a partir desse lugar-território da pesquisa em saúde que visa construir um cuidado crítico e interseccional.

Destarte, tem-se como objetivo refletir sobre os impactos da LGBTfobia na história e construção da saúde e do Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro. Reconhecendo o contexto das lutas sociais e sua importância na instituição do SUS e da democracia, buscamos debater de que forma a população descrita tem sido invisibilizada e não alcançada pelas políticas públicas. Complexificando esta discussão, provocamos também a reflexão de que mesmo quando essas pessoas são alcançadas, tais equipamentos de saúde ainda se configuram como espaços reprodutores de violências LGBTfóbicas. Além disso, também procuramos pontuar acerca dos movimentos de resistência e estratégias de enfrentamento que trabalhadoras e usuárias do SUS têm buscado para construir um cuidado em saúde antiLGBTfóbico.

Para isso, a abordagem teórica está fundamentada nos seguintes referenciais: no que tange o entendimento das Sexualidades, Gênero,

Orientação Sexual, Interseccionalidade, Necropolítica e diversidade LGBTQIAPN+, nos embasamos com Foucault (2015); Collins e Bilge (2021); Mbembe (2018) e Butler (2019); Já em relação à área da saúde, conta-se com o apoio das obras de Ciasca, Hercowitz e Lopes Junior (2021); Minayo (2006); da Política Nacional de atenção Integral à saúde da população LGBT (Brasil, 2013); e do Programa Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e de promoção da cidadania homossexual (Brasil, 2004); Além destes, demais autoras e autores que articulem ambos os eixos também estão descritos nas discussões abaixo.

Em continuidade, a compreensão inicial levantada por este ensaio por fim é: dada a caracterização do rompimento com os padrões cisheteronormativos, a população LGBTQIAPN+ enfrenta processos de marginalização que impactam suas esferas de vida/sociabilidade em diferentes contextos: educação, segurança, lazer, saúde, dentre outros. A LGBTfobia como dispositivo operante desses processos, por sua vez, opera no setor saúde sob duas principais lógicas: a de construção de barreiras para o acesso à saúde e a violência direta contra essas pessoas nos espaços de cuidado.

Alinhando, então, nossas compreensões teórico-conceituais, este ensaio compactua com a compreensão foucaultiana de sexualidade, indo na contramão de uma conceituação biomédica, dita “científica”, que postula as sexualidades como um simples atributo natural e biológico. Para Foucault (2015), a sexualidade se encontra na ordem dos discursos e se caracteriza sobretudo pelo seu caráter histórico. Contrapondo então a noção essencialista e de naturalidade da sexualidade, o filósofo a descreve como:

[...] é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder. (Foucault, 2015, p. 115).

Com tal percepção, Foucault reitera, então, que as instituições de poder e os Estados se utilizam desse dispositivo por meios de discursos de regulação, operando com uma administração de corpos e de poder



sobre a vida. Para o autor todos esses aparatos (como a igreja, a escola, os consultórios médicos e outras instituições) contribuem nessa lógica de poder para a criação das representações normativas - e em consequência, das atribuições àquelas que fogem dessa norma.

A Interseccionalidade, como ferramenta analítica, também vem para nos ajudar na compreensão dessa sexualidade como marcador social nos entrecruzamentos das relações de poder. Collins e Bilge (2021) descrevem:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de *raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária* – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. *A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas.* (Collins; Bilge, 2021, p. 16-17, grifos nossos).

Com esse entendimento, conseguimos dar alguns passos de distância da compreensão simplista e violenta reproduzida nos discursos sociais de que nos direitos (ressaltando o de cuidado em saúde) “somos todos iguais”. A interseccionalidade, enquanto crítica, age no reconhecimento da diferença, sendo este processo fundante para o debate de que primeiro, não somos iguais; e segundo, marcadores sociais atuam sobre nossos corpos e histórias privilegiando/discriminando populações em decorrência dos mesmos.

Neste ensaio, elege-se os dois marcadores sociais de sexualidade (gênero e orientação sexual) como pontos guia da discussão por descreverem a população foco, entretanto, ressalva-se que a sua interseção com os demais marcadores se faz reconhecida e entrará nas discussões em alguns momentos do texto. Dessa forma, aborda-se aqui a população LGBTQIAPN+ como: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros, Queer, Intersexos, Assexuais, Pansexuais, Não-binárias e demais grupos da diversidade.

Sob essas perspectivas, levantamos as seguintes questões: como a LGBTfobia opera no campo saúde no que condiz a atuação e assistência à população LGBTQIAPN+? É possível discutir sobre possíveis barreiras de acesso ao cuidado devido marcadores sociais de gênero e orientação sexual? Indo na contramão das opressões, há movimentos de resistência no SUS que já compreendem a atenção à diversidade como uma pauta necessária? A LGBTfobia impacta de alguma forma a busca por espaços de cuidado?

Considerando esses questionamentos, o ensaio se divide em três seções, que em conjunto, buscam discutir as aproximações, os afastamentos e os tensionamentos entre o campo da saúde e a população LGBTQIAPN+, considerando a LGBTfobia um elemento fundamental para o debate.

Violência LGBTfóbica como Necropolítica: Hierarquização de Corpos.

A violência é um fenômeno complexo, histórico e dinâmico, marcado por diferentes expressões conforme as sociedades e suas estruturas culturais e políticas. Como destaca Minayo (2006), em sua obra “Violência e Saúde”, definir esse conceito de maneira rígida e universal seria um ato simplista, pois ignoraria sua natureza mutável, influenciada por valores, normas e contextos específicos de cada época.

Entretanto, a partir do século XX, em especial nas últimas décadas, é possível notar um esforço crescente por parte da comunidade acadêmica e organizações internacionais na busca de definições abrangentes para tal fenômeno. Tais iniciativas têm o objetivo de captar sua complexidade e as diferentes manifestações de violências. No que diz respeito aos eixos de interesse deste ensaio, a Organização Mundial da Saúde (2002), referência internacional de saúde, propõe a seguinte conceituação:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. (Krug et al., 2002, p. 5).



Resgatando o pensamento de Minayo (2006), a autora situa essa aproximação entre as temáticas da violência com a saúde a partir da década de 90, entretanto, aponta que os campos já estabeleciam relações em períodos anteriores ao considerar que a violência ocasiona danos físicos, psicológicos, lesões e traumas a inúmeras pessoas. Além disso, a autora ainda consegue abordar em seu estudo o tensionamento econômico entre estes dois campos, apontando a violência como um dos principais elementos influenciadores nos custos de assistência à saúde no Brasil.

Dada essa compreensão geral sobre a Violência e um breve prenúncio de sua relação com a saúde, se faz necessária, agora, a compreensão da homofobia como uma de suas ramificações e/ou manifestações. Toledo (2008) em seu estudo a conceitua como:

O medo, descrédito, aversão e ódio em direção aos gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais ou àquelas pessoas que se presume serem porque não adotam, ou são suspeitas de não adotar, configurações sexuais ditas naturais ou normais. Entendo aqui como “natural” ou “normal” aquilo que cada cultura julga ser a heterossexualidade. Logo, o que desvia dessas normas que são naturalizadas é estigmatizado e sofrerá, portanto, o peso da homofobia sobre si. (Toledo, 2008, p. 14).

Diante disso, nota-se que o termo adotado por este ensaio a estas formas de violência é na verdade o de “LGBTfobia”. Tal divergência se faz devido o mesmo ser utilizado nas discussões da área somente a partir dos últimos anos. O vocábulo “homofobia” é em suma mais difundido socialmente e internacionalmente devido seu aparato histórico, reconhecido pela própria autora (Toledo, 2008). Todavia, a expressão LGBTfobia tem sido recentemente melhor adotada pela população LGBTQIAPN+ por seu caráter mais abrangente para os outros segmentos da sigla, que não somente os das orientações sexuais homoafetivas. Vale ressaltar que, mesmo pretendendo uma maior abrangência ao usá-lo, ainda se reconhece as diferenças e os impactos destas violências para cada subgrupo da comunidade.

A interseccionalidade como ferramenta analítica contribui na construção de uma compreensão mais complexa dessa discussão.

Através do pensamento interseccional torna-se possível alcançar a ideia de que os processos que envolvem as violências LGBTfóbicas atravessam seus subgrupos de formas distintas. As vivências de uma mulher trans, negra e periférica, por exemplo, precisam ser compreendidas pelo entrecruzamento de seus marcadores sociais, reconhecendo essa complexidade como potencializadora de violências e LGBTfobias próprias e distintas de um homem cisgênero, gay e de classe média.

Dessa forma, torna-se evidente que adotar o termo LGBTfobia para englobar os grupos dissidentes da diversidade de gênero e sexualidade necessita dessa compreensão de complexidade. A ética desta, então, se aponta para o cuidado dessa compreensão interseccional que nos sinaliza que essas vivências de LGBTfobia, mesmo que contempladas pelo mesmo termo, vão acontecer e impactar de formas distintas a vida de pessoas cis, trans, bissexuais, lésbicas etc.

Dado esse contexto, Calazans et al. (2021) denunciam em seu disserto as grandes dificuldades da área epidemiológica na abordagem à população LGBTQIAPN+, apontando as lacunas envolvendo o levantamento de questões demográficas e a criação de estatísticas para a formulação de políticas públicas. Nesse caminho, vale a reflexão de que ainda hoje, o levantamento de dados e informações sobre a comunidade é escasso, exemplificando os passos lentos do próprio censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que ainda apresenta dificuldades para a criação de um perfil populacional que considere a diversidade LGBTQIAPN+.

Tais dados historicamente estiveram, majoritariamente, nas mãos de Organizações não-governamentais (ONG's) e grupos de movimentos sociais, como o Grupo Gay da Bahia (GGB) e a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Em dossiê recente organizado pela última, o Brasil pelo 16º ano consecutivo permanece como o país que mais mata pessoas trans no mundo (Benevides, 2025).

Já segundo o Atlas da Violência 2025 (IPEA, 2025), a violência contra a comunidade LGBTQIAPN+ prevalece e se exponencia na maioria dos anos, entretanto, o levantamento nos alerta ressalvas na interpretação dos dados devido a compreensão de altas subnotificações e dificuldades institucionais e de recursos humanos no trato dessas informações. Tais apontamentos nos provoca a pergunta de quando será o momento em que questões voltadas para esse público finalmente serão abordadas de forma eficaz pelo aparato público e institucional.



Silva et al. (2021) contribui para esse debate promovendo uma discussão acerca da LGBTfobia institucional, segmento este, que concentra sua atenção nos aspectos macrossociais acerca dos impactos dessa violência. Os autores definem tal vocábulo como:

A LGBTQIA+fobia institucional pode ser definida como qualquer situação de violação de direitos humanos, intencional ou não, exposta ou velada, verbal ou física, na qual o indivíduo LGBTQIA+, ou qualquer pessoa percebida como tal pelos outros, se sinta diminuído, discriminado, constrangido, insultado, ofendido, assustado; ou quando de alguma maneira essa pessoa evita frequentar um determinado local por medo de represália ou de vivenciar situações constrangedoras. Cria-se assim uma barreira de acesso para a pessoa LGBTQIA+ àquela determinada instituição. (Silva et al., 2021, p. 329).

Com estas formulações, começamos a compreender então que a LGBTfobia enquanto processo, opera em uma atuação de frentes diversas, ora em atos de violência “direta” (homicídios, agressões, linchamentos) como apontam as estatísticas acima, ora em saberes e práticas institucionais e discursivas, que negligenciam, ameaçam ou inibem essa população em seus espaços de vida. Para esta segunda, um importante filósofo e cientista político contribui para sua discussão: Achille Mbembe.

O camaronês em sua obra “Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte”, desenvolve e aprofunda o conceito de necropolítica para além da compreensão foucaultiana de biopoder. Para Mbembe (2018), os Estados modernos para além de atuarem na regulação de corpos e gestão da vida, também estabelecem quem pode morrer e quais indivíduos/populações estarão expostos à morte. Nesta lógica, segundo o filósofo, o biopoder atua no controle das populações através de normas, enquanto a necropolítica aponta quais grupos serão marcados e dispostos para o abandono, a negligência, a exclusão e a discriminação.

Dessa forma, a necropolítica para Mbembe (2018) aponta que o Estado, as instituições e os discursos, não só elegem as vidas protegidas como também autorizam violências contra os grupos marginalizados. Assim, uma “hierarquização” é feita por ordem do social e por via dos

discursos, configurando através dos marcadores sociais - gênero, raça, orientação sexual, classe, faixa etária, capacidade, dentre outros - o valor destes corpos.

Podemos visualizar como exemplos na saúde os seguintes dados: a expectativa de vida de pessoas trans (comparadas com pessoas cisgêneros) situada em média nos 35 anos de idade (Benevides, 2025); as dificuldades no acesso ao processo transexualizador no SUS e as barreiras profissionais e de assistência à saúde da população trans e travesti (Silva; Galindo, 2021; Ferreira; Bonan, 2020); LGBTfobia em atendimentos (Silva et al., 2021); Patologização de identidades (Bento; Pelúcio, 2012), dentre outros.

Assim, com a necropolítica enquanto ferramenta de análise e uma visão interseccional do cenário nacional, possibilita-se a aproximação do entendimento de que a violência LGBTfóbica na saúde não se configura então como um acidente ou mero acaso, mas sim um processo político que determina quais corpos são “merecedores” de cuidado. O baixo alcance, as barreiras de acesso e a formação discriminatória dos profissionais, por exemplo, são mecanismos que colocam a comunidade LGBTQIAPN+ em uma posição de vulnerabilidade programada e violenta.

No campo da saúde, existe um elemento-chave que consegue se aproximar na discussão de tais formulações: o conceito de Determinantes Sociais da Saúde (DSS). Segundo relatório final da CNDSS - Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde, os DSS “são os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos, individuais e comportamentais que influenciam na ocorrência de questões de saúde e seus fatores de risco nas diversas populações” (Brasil, 2008).

Tensionando o debate, levanta-se então o ponto de entendimento da LGBTfobia como um DSS importante para se pensar a produção de cuidado à população LGBTQIAPN+. As violências decorrentes de tais processos têm-se evidenciado em estudos nos últimos anos apontando como exemplo as dificuldades acima mencionadas no alcance e nas barreiras existentes à essa comunidade. Tendo em vista a necessidade, tais aspectos serão discutidos na seção posterior.

Por fim, se ainda nos há o questionamento de como a saúde, considerada um direito universal, ainda se faz sequestrada à população LGBTQIAPN+, com a discussão atual podemos formular algumas



reflexões. Dentre elas, a principal é sobre a ideia da predominância de um processo político que normaliza mortificações, negligências e sofrimentos à uma série de corpos. Para além disso, nos cabe também a postura crítica de como podemos pensar um SUS que reconheça tais discussões e inclua em suas políticas e agendas a LGBTfobia como DSS influente no processo de cuidado à população LGBTQIAPN+.

Barreiras de Acesso na saúde da população LGBTQIAPN+: corpos subalternos

O acesso à saúde se configura como um dos principais entraves enfrentados pela população LGBTQIAPN+ no Brasil. A PNSI-LGBT - Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Brasil, 2013), dentre seus vários objetivos, enfatiza que a ampliação do acesso a espaços de cuidado se situa como uma de suas principais metas.

Descrito desde a introdução, passando por seus objetivos e destrinchado nas especificidades de cada população da sigla, o acesso à saúde se torna o Eixo 1 da política com a proposta de buscar garantir universalidade e equidade à essa comunidade no SUS. A exemplo, a política destaca que a garantia de acesso perpassa não só sua ampliação no alcance, mas a qualificação do serviço prestado, com atenção nas singularidades e necessidades de cada grupo populacional dentro da diversidade LGBTQIAPN+ (Brasil, 2013).

Em estudo de Ferreira e Bonan (2020), as informações levantadas pelos autores evidenciam que a população LGBTQIAPN+ devido serem alvo de violências e discriminações vivem sob um contexto de vulnerabilidades no acesso e na assistência à saúde. Os autores ainda apontam a necessidade de transformação das práticas e discursos desenvolvidos nas instituições de saúde, para uma tentativa de aproximação desse público aos serviços de saúde e evitar o afastamento por justificativa como a LGBTfobia (Ferreira; Bonan, 2020).

No estudo de Lopes et al. (2025), por exemplo, que trata sobre a atenção pré-natal de homens trans no SUS, os autores discutem a baixa adesão desse público a essa linha de cuidados. Na oportunidade, as autoras ainda descrevem que serviços de vacinação e prevenção ao

câncer de colo do útero também sofrem de baixo engajamento por esse grupo devido os contextos de transfobia. Na pesquisa de Van Amersfoort et al. (2023), o estudo explora ainda a intensificação do sofrimento psicológico gerado à essa população durante o período da gravidez.

Entrecruzando a discussão, Carla Akotirene, pesquisadora e autora brasileira, em sua obra “Interseccionalidade”, busca aprofundar e discutir o conceito na perspectiva do contexto nacional. Dentre seus debates, a autora ressalta a necessidade de uma apreensão da interseccionalidade compreendida nos diversos contextos culturais e nacionais. Para o Brasil, ela nos lembra de uma história marcada por um cenário colonial, escravagista, racista, misógino e homofóbico (Akotirene, 2019).

Diante disso, se faz premente a discussão da construção de nosso país em cima de tais ideais, propiciador de desigualdades não só econômicas mas também de gênero, raça, orientação sexual, dentre outras. Tal ideia se faz importante neste tópico, pois através da interseccionalidade proposta por Akotirene, é possível refletirmos que as barreiras de acesso enfrentadas por populações marginalizadas (como a população LGBTQIAPN+) em nosso país, sofre forte influência de relações de poder históricas e opressivas.

Segundo o Relatório Técnico nº3/2023 - Saúde da População LGBTQIA+ (IEPS, 2023), tais barreiras se refletem em dados e informações pertinentes no cenário contemporâneo, como estes: de acordo com o Censo Trans do mesmo relatório, 84,7% dessa população ainda não tem acesso ao processo transexualizador em serviço ambulatorial especializado; não adesão ao uso do nome social ainda se manifesta como entrave ao acesso e busca de pessoas trans aos serviços de saúde; em 2016, durante a 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, foram estabelecidas várias recomendações visando expandir o acesso aos serviços de saúde e qualificar os profissionais para um atendimento mais adequado à população LGBTQIAPN+, contudo, após cinco anos, o Ministério da Saúde não implementou nenhuma dessas propostas (IEPS, 2023).

O referido relatório técnico tem o objetivo de contribuir com o debate público e aprimorar o SUS. Para além das citadas, o mesmo reúne informações também pertinentes ao cenário do trabalho e renda dessa população, acesso à medicamentos, contexto desse público pós pandemia



de COVID-19, dentre outros. Tal ressalva se faz importante devido a compreensão de que a saúde também é operada por meio deste social, que engloba a vida relacional destas pessoas, seus lazeres, moradia e atividades laborais.

Judith Butler nos ajuda a debater tais questões com sua obra “Corpos que importam: os limites discursivos do ‘sexo’” quando discute um de seus principais argumentos: os corpos só são reconhecidos como humanos no momento em que se enquadram nas normativas sociais de gênero, raça e sexualidade (Butler, 2019). Para mais, a autora nomeia então de “abjetos” àqueles corpos que escapam dessas normas e são excluídos dos campos humanos.

Diante disso, podemos pensar acerca dos sistemas de saúde e suas formulações centralizadas em corpos normativos (cisheterossexuais, brancos, capazes, etc.), cenário este onde os formulários, anamneses, questionários, sistemas informacionais e assistências profissionais são embasadas e voltadas somente para o público normativo. Operar saúde, considerando o pensamento de Butler, funciona, então, exclusivamente no desenvolvimento de um cuidado que não contempla populações marginalizadas e invisíveis.

Exemplos disso são fáceis de se observar ao analisar o cenário nacional: campanhas de prevenção ao câncer ciscentradas (outubro rosa e novembro azul); cuidados à gestação que não compreendem homens trans como possíveis a este processo; práticas de saúde voltadas à população LGBTQIAPN+ que não esteja exclusivamente vinculada à prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's); exigência de laudos psicológicos para acesso à processo transexualizadores; dentre outros.

Entretanto, cabe ressaltar que a observação dessas barreiras também se faz presente no cenário global, como aponta a pesquisa de Allen et al. (2025), que denuncia as dificuldades nos serviços de registro e comunicação dos equipamentos de saúde em relação às identidades trans.

Butler (2019) discute tais processos também sob a lente do conceito de heterossexualidade compulsória, que segundo a autora, serve como regime político que dita quem são estes normais e porquê eles merecem ser cuidados e seus direitos garantidos na ordem social em

detrimento de seus pares marginalizados. Para a autora, essa heterossexualidade compulsória trabalha para formas hegemônicas e manutenção da pureza racial (Butler, 2019).

Ao longo de sua obra a filósofa ainda discute sobre espaços e agenciamentos possíveis de resistência contra esses discursos hegemônicos. Para Butler (2019), esses agenciamentos políticos acontecem quando essas normas são contestadas ou subvertidas, como é o caso do termo *queer*, nos Estados Unidos, que passa por um processo de transformação ao longo da história onde primeiro era um termo pejorativo e hoje é utilizado como ato afirmativo por diversos corpos e populações.

Tais atos de subversão também podem ser observados ao longo da história dos movimentos sociais brasileiros, tão bem descritos ao longo da obra de Quinalha (2022). São atos estes quando travestis também se apoderam deste termo, utilizado tradicionalmente como vocábulo transfóbico e que se torna uma identidade de gênero e ato político; corpos trans reivindicam que nos sistemas de informação e nos diálogos humanos seus nomes sociais e pronomes sejam respeitados; quando pessoas LGBTQIAPN+ exigem nos espaços de saúde um cuidado voltado para além do vínculo LGBTfóbico ao HIV/AIDS; no momento em que pesquisadores e pesquisadoras confrontam sistemas e inserem a diversidade como foco de suas pesquisas; quando usuárias e trabalhadoras do SUS exigem que suas sexualidades sejam objeto de importância no cuidado em saúde etc.

Por fim, encerra-se este tópico com a proposta de Butler (2019) de entender os corpos abjetos como foco de inúmeras violências e processos de marginalização, entretanto, que ainda resistem e criam espaços de luta. Na seção a seguir aprofunda-se a discussão acerca dessas resistências e o debate sobre a possibilidade de criar um SUS inclusivo e diverso.

Lutas e resistências no SUS: políticas, práticas e (re)existências no cuidado à saúde da população LGBTQIAPN+

A construção de agendas voltadas para o desenvolvimento de políticas públicas para a população LGBTQIAPN+ tem como principal marco a epidemia mundial de HIV/AIDS, a partir dos anos 80 (Broilo; Akerman, 2015). Os autores marcam essa luta histórica no referido



período devido ao arrefecimento dos movimentos sociais frente às violências e discriminações sofridas historicamente por essa população. Além disso, no contexto latino-americano, em especial o brasileiro, o estudo ressalta também a importância do alinhamento dessas lutas com os movimentos de redemocratização e de busca por direitos humanos (Broilo; Akerman, 2015).

Em convergência a essas lutas, o movimento da reforma sanitária tem como um de seus produtos a criação de um SUS pautado por princípios e diretrizes que desde seus fundamentos já apontavam para um cuidado integral de todas as pessoas. Entretanto, o que ainda se percebe é que os saberes e práticas provindos destas políticas, por mais progressistas que seus postulados sejam, ainda se norteiam pelos binarismos de sexo, gênero e orientação sexual, privilegiando os marcadores hegemônicos do masculino, homem e heterossexual (Broilo; Akerman, 2015).

Ainda no cenário nacional, um dos primeiros marcos políticos para a construção de uma agenda inclusiva e diversa foi a criação do “Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e de promoção da cidadania homossexual” (Brasil, 2004). Dentre os principais avanços reconhecidos, o programa consegue inserir a LGBTfobia como uma agenda pública e a saúde como um setor estratégico dentro da lógica intersetorial proposta para o combate a essas violências (Brasil, 2004).

Como resistência, o programa consegue pautar em um cenário nacional, ainda tímido no debate às questões LGBTQIAPN+, pontos importantes como a formação de profissionais e o combate às discriminações oriundas dos serviços públicos. Porém, suas limitações também são passíveis de críticas: centralização nas temáticas de HIV/AIDS (não incluindo outros setores e agendas de atuação); falta de articulação entre as esferas estaduais/municipais; subfinanciamento e descontinuidade sistemática. Todavia, mesmo dentro dessa balança de aspectos positivos e negativos, o programa foi aparato essencial para a formulação de políticas posteriores, como a PNSI-LGBT - Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Brasil, 2013).

Lançada em 2011, a PNSI-LGBT é construída em cima de dois pontos-guia: o combate à discriminação e a garantia de acesso integral à saúde da população foco. Seus principais eixos de atuação e resistência são: formação de profissionais, implementação de serviços especializados (como ambulatorios trans) e enfrentamento da LGBTfobia no SUS.

Em relação ao primeiro, Pacheco et al., (2024) discute a defasagem na formação profissional como uma das principais barreiras que comprometem o cuidado em saúde. Além disso, os autores debatem os cenários em que muitos usuários vivenciam situações discriminatórias e estigmatizantes, de cunho heterossexista, que perpetuam, por sua vez, adoecimentos físicos e/ou mentais.

Já no que condiz a implementação de serviços especializados, talvez o mais emblemático e protagonista de diversas lutas ainda atuais seja os equipamentos de atuação com a população trans. Silva e Galindo (2021) em seu estudo debatem sobre o cuidado em saúde no processo transexualizador no SUS e pontuam sobre as dificuldades de ampliar a lente deste para além dos discursos hegemônicos e patologizantes. As autoras ainda afirmam e lutam para que a maior resistência desses atos seja talvez a de construir produções de cuidado e não de tutela (Silva; Galindo, 2021).

Por último, o enfrentamento da LGBTfobia no SUS, se configura como um dos principais pontos de combate proposto pela PNSI-LGBT. Como discutido acima, os entraves envolvendo essa temática entrecruzam setores e o eixo da saúde é apenas um destes pontos de intervenção para um enfrentamento eficaz. A PNSI-LGBT transversaliza também esse entendimento propondo medidas de ação no combate à LGBTfobia, não só para o cenário social/cultural, como também nas práticas humanas das trabalhadoras e usuárias do SUS (Brasil, 2013).

Diante disso, principalmente no decorrer das últimas décadas e frente aos avanços políticos e sociais, o SUS tem se feito vivo e presenciado experiências exitosas no cuidado à população LGBTQIAPN+. Ações e vivências positivas em toda extensão territorial se difundem e aparecem cada vez mais em seus produtos (artigos, cartilhas, trabalhos, projetos, grupos de pesquisa, eventos científicos, formações acadêmicas/profissionais, etc.).

Para além de agendas macrosociais, as micro-resistências também, com certeza, existem mesmo que não sejam quantificadas ou



registradas: quando usuários LGBTQIAPN+ do SUS reivindicam seus direitos; quando profissionais aliados praticam um cuidado em saúde com base na diversidade; quando gestores incluem em suas agendas individuais pautas de combate à discriminação; em ações na comunidade que promovam uma cultura de paz e combate à violência; em grupos de movimentos sociais ou ONG's que busquem promover acolhimento, assistência, moradia e/ou renda para pessoas LGBTQIAPN+, dentre outras.

Tais símbolos de resistência e luta nos convidam a refletir sobre a possibilidade da construção de um SUS inclusivo e diverso. Entretanto, nos provocam também a entender a complexidade dessa atividade e a necessidade da construção de alianças entre pessoas, profissionais, gestores, setores, organizações e instituições. Longe de ser um sistema homogêneo e/ou neutro, o SUS também é um território em disputa, onde a busca por um cuidado digno e integral reflete a luta de corpos marginalizados e invisibilizados.

Considerações Finais

Neste ensaio teórico-reflexivo exploramos os entrecruzamentos e interfaces que envolvem a saúde e a população LGBTQIAPN+, realçando como a LGBTfobia atua no desenvolvimento e manutenção de barreiras no acesso à saúde dessa comunidade. Evidenciamos que a lógica cisheteronormativa presente também no campo da saúde atua como agente discriminatório e violento, produzindo a ideia de sujeitos legítimos e subalternos, merecedores ou não de cuidado. Apesar do conflito de poderes entre essas estruturas, há também a existência de outros caminhos que possibilitam dinâmicas de resistência e rupturas com esses discursos normalizadores. É através dessas lacunas que questionamos com este ensaio os modos, saberes e práticas do fazer saúde, colocando em xeque modalidades de cuidado não inclusivas, discriminatórias e que afastam populações marginalizadas dos espaços de atenção.

O percurso deste ensaio evidenciou que o SUS, apesar de sua criação sob princípios que prezam pela universalidade, integralidade e equidade, ainda opera como um *locus* de disputa política, onde a LGBTfobia se manifesta como uma ferramenta estrutural que violenta,

negligencia e invisibiliza corpos LGBTQIAPN+. Aponta-se, a partir disso, a reflexão de que se por um lado, a saúde é um direito constitucional garantido a “todos”, por outro, ela ainda permanece refém de uma lógica cisheteronormativa que hierarquiza corpos e normatiza exclusões.

Dessa forma, algumas conclusões se fazem pertinentes diante das discussões propostas: a LGBTfobia na saúde não se caracteriza como um acidente ou fenômeno despropositado, mas sim uma proposta política de legitimação/subalternização de corpos; as barreiras de acesso à saúde são apenas uma das sistematizações políticas que essa população enfrenta ao viver em sociedades e culturas normativas que marginalizam corpos em detrimento do privilégio de outros; as políticas públicas existem, necessitam serem endossadas mas ainda são insuficientes diante da complexidade da abordagem da diversidade no campo da saúde; e por fim, através da necropolítica, entende-se que alguns corpos subalternos não são somente “matáveis” como também “deixados para morrer”.

Para o enfrentamento de dificuldades tão complexas, alguns caminhos já têm se apresentado como possíveis através de estudos e pesquisas implicadas no cuidado à essa população. Alguns desses em que podemos enumerar: a necessidade de uma formação crítica permanente aos profissionais; a urgência de uma implicação e desenvolvimento de dados e estatísticas pertinentes a todos os aspectos de saúde dessa população (não vinculados somente à violências ou HIV/AIDS); o fortalecimento da PNSI-LGBT por vias de financiamento, fiscalização e uma articulação estratégica com foco em suas ações; e reconhecer a LGBTfobia como um determinante social da saúde para então planejar atividades em direção de seu enfrentamento.

Por fim, encerra-se este ensaio com a aposta nas resistências e lutas já desenvolvidas por usuárias e trabalhadoras do SUS em busca de um cuidado digno à população LGBTQIAPN+. Que essas ações transitem da categoria “micro” e se tornem cada vez mais macropolíticas de cuidado, reconhecendo a importância dessas vozes que historicamente não se fazem escutadas. Construir um SUS implicado na atenção à saúde da população LGBTQIAPN+ se faz um desafio complexo e multifacetado, mas sabemos que é com a coragem de agir e resistir que também construímos nossos melhores feitos. Por um SUS inclusivo, diverso, equânime e livre de violências.



Referências:

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019. 152 p.

ALLEN, Connor Luke; MUSCHIALLI, Luke; NIHLÉN, Åsa; COATES, Anna; GONSALVES, Lianne M. **Barriers to sexual and reproductive health care faced by transgender and gender diverse people: a systematic review**. *Reproductive Health*, [S. l.], v. 22, n. 115, p. 1-21, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12978-025-02038-6>. Acesso em: 13 jan. 2026.

BENEVIDES, Bruna. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024**. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2025. 144 p.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. **Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas**. *Revista Estudos Feministas*, [S.L.], v. 20, n. 2, p. 569-581, ago. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2012000200017>.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e de promoção da cidadania homossexual**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf. Acesso em: 24 jul. 2025.

BRASIL. Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS). **Relatório final: as causas sociais das iniquidades em saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. 210 p. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/folder/10006001341.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT)**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lésbicas_gays.pdf. Acesso em: 04 ago. 2025.

BROILO, Rodrigo; AKERMAN, Jacques. **Políticas públicas de saúde para a população LGBT no Brasil: identidades sexuais e novas zonas de exclusão**. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, [S.L.], v. 1, n. 1,

p. 232-250, 1 dez. 2015. Universidade Federal da Bahia.
<http://dx.doi.org/10.9771/cgd.v1i1.13571>.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do "sexo"**. São Paulo: Crocodilo / N-1 Edições, 2019. 400 p.

CALAZANS, Gabriela; KALICHMAN, Artur; SANTOS, Mateus Ricardo dos; PINHEIRO, Thiago Félix. **Necessidades de Saúde: demografia, panorama epidemiológico e barreiras de acesso**. In: CIASCA, Saulo Vito; HERCOWITZ, Andrea; LOPES JUNIOR, Ademir. **Saúde LGBTQIA+: práticas de cuidado transdisciplinar**. Santana de Parnaíba [SP]: Manole, 2021. Cap. 10. p. 287-307.

CIASCA, Saulo Vito; HERCOWITZ, Andrea; LOPES JUNIOR, Ademir (ed.). **Saúde LGBTQIA+: práticas de cuidado transdisciplinar**. 1. ed. Santana de Parnaíba, SP: Manole, 2021

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021. 288 p.

FERREIRA, Breno de Oliveira; BONAN, Cláudia. **Abrindo os armários do acesso e da qualidade: uma revisão integrativa sobre assistência à saúde das populações LGBTT**. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.L.], v. 25, n. 5, p. 1765-1778, maio 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232020255.34492019>.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. 175 p.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA POLÍTICAS DE SAÚDE (IEPS) (org.). **Relatório técnico nº3/2023: saúde da população LGBTQIA+**. Rio de Janeiro: IEPS, 2023. 10 p. Disponível em: <https://agendamaissus.org.br/wp-content/uploads/2023/06/ieps-boletim03-saude-populacao-LGBTQIA.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2025.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **Atlas da Violência 2025**. Brasília, DF: IPEA, 2025. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5999-atlasdaviolencia2025.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2025.

KRUG, Etienne G; A MERCY, James; DAHLBERG, Linda L; ZWI, Anthony B. **The world report on violence and health**. *The Lancet*, [S.L.], v. 360, n. 9339, p. 1083-1088, out. 2002. [http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736\(02\)11133-0](http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736(02)11133-0).



LOPEZ, Andres Santiago Quizhpi; LOPATIUK, Carla Emanuele; SANTOS, Edith Ellen de Carvalho; DE BARROS, Lucian Elan Teixeira; DOS SANTOS, Jessica Matias; GREGORUTTI, Júlia Moreno Gava; KISNER, Geovana Muniz; LOPATIUK, Carlos. **Atenção ao pré-natal para homens trans: desafios e estratégias de inclusão no SUS.** LUMEN ET VIRTUS, [S. l.], v. 16, n. 47, p. 3113–3125, 2025. DOI: 10.56238/levv16n47-013. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/LEV/article/view/4240>. Acesso em: 13 jan. 2026.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte.** São Paulo: N-1 Edições, 2018. 80 p. Tradução de: Renata Santini.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e saúde.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. 132 p.

PACHECO, Lyvia do Prado; OLIVEIRA, Miguel Athos da Silva de; PORTILHO, Mariana França Portilho França; TRISTAN-CHEEVER, Elisa; BEZERRA, Italla Maria Pinheiro; GARCIA, Cíntia de Lima; RAMOS, José Lucas Souza. **Análise da formação de profissionais da saúde frente ao atendimento ao público LGBTQIA+: Revisão integrativa.** Cadernos de Gênero e Diversidade, [S. l.], v. 9, n. 4, 10 jun. 2024. Universidade Federal da Bahia. <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/53946>.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias.** Belo Horizonte: Autêntica, 2022. 200 p.

SILVA, Karine Mendes da; GALINDO, Wedna Cristina Marinho. **Considerações sobre o cuidado em saúde no Processo Transexualizador.** Cadernos de Gênero e Diversidade, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 30–55, 30 dez. 2021. Universidade Federal da Bahia. <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/43556.5>

SILVA, Andréa Tenório Correia da; ROSA, Carlos Alberto Pessoa; GAGLIOTTI, Daniel Augusto Mori. **LGBTQIA+fobia institucional na área da saúde.** In: CIASCA, Saulo Vito; HERCOWITZ, Andrea; LOPES JUNIOR, Ademir. Saúde LGBTQIA+: práticas de cuidado transdisciplinar. Santana de Parnaíba [SP]: Manole, 2021. Cap. 12. p. 328-346.

TOLEDO, Livia Gonsalves. **Estigmas e estereótipos sobre as lesbianidades e suas influências nas narrativas de histórias de vida de lésbicas residentes em uma cidade do interior paulista.** 2008. 234 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Psicologia, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2008.

VAN AMESFOORT, J. E.; VAN ROOIJ, F. B.; PAINTER, R. C.; VALKENBURG-VAN DEN BERG, A. W.; KREUKELS, B. P. C.; STEENSMA, T. D.; HUIRNE, J. A. F.; DE GROOT, C. J. M.; VAN MELLO, N. M. **The barriers and needs of transgender men in pregnancy and childbirth: A qualitative interview study.** *Midwifery*, [S. l.], v. 120, p. 103620, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.midw.2023.103620>. Acesso em: 21 nov. 2025.



Healthcare as a setting for LGBTphobia: violence, barriers, and struggles in providing care to the LGBTQIAPN+ population

ABSTRACT: This theoretical-reflexive essay presents a discussion centered on the axes of health and the LGBTQIAPN+ population, exploring their convergences, divergences, and tensions. Identifying LGBTphobia as a key discursive element, our objective is to discuss the impacts on healthcare for the LGBTQIAPN+ population resulting from the processes of discrimination and violence experienced by these individuals. Initially, we discuss the place of sexuality as a historical apparatus (*dispositif*), drawing from Michel Foucault and supported by the lens of intersectionality to understand the intersections of power among social markers. Subsequently, we debate violence and LGBTphobia as influential factors in healthcare access and assistance. In this analysis, we explore how discriminatory practices, embedded in a necropolitical and cisheteronormative logic, create legitimate and subaltern subjects—the latter being disposable bodies unworthy of care. Finally, we reflect on possible resistances and struggles for the construction of an inclusive and diverse Unified Health System (SUS), pointing to the need to understand LGBTphobia as a social determinant of health. Thus, the essay reflects on how the field of health is a stage for political dispute and how healthcare for the LGBTQIAPN+ population suffers diverse impacts due to discriminatory and violent processes.

KEYWORDS: Sexuality. Health. LGBT. Violence. LGBTphobia.

Rodrigo LIMA BANDEIRA,
Mestrando Acadêmico em Saúde Coletiva na Universidade Estadual do Ceará (UECE); Graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Residência em Cancerologia pelo Instituto do Câncer do Ceará (ICC) na modalidade de Residência Multiprofissional em Saúde; Atualização em Cuidados Paliativos (ANCP); Especialista em Sexologia e Sexualidade Humana (UNINASSAU) e Especialista em Gênero e Sexualidade (UNYLEYA).

<https://orcid.org/0000-0002-3056-8727>

Inara DA SILVA DE MOURA,
Mestranda Acadêmica em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Especialista em Atenção Básica, com Residência Multiprofissional em Atenção Básica da Escola Multicampi de Ciências Médicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (EMCM-UFRN), início em 2022 e conclusão em 2024. Bacharel em Enfermagem graduada pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) com início em 2017 e conclusão em 2022.

<https://orcid.org/0000-0003-3612-0541>

Amanda Roberta FONSÊCA DO NASCIMENTO,
Graduada em Medicina pela Universidade de Pernambuco (2007). Especialista em Medicina de Família e Comunidade pela SBMFC. Mestra e Doutoranda em Saúde da Família - RENASF/ UECE. Foi Professora Visitante na Escola de Saúde Pública do Estado do Ceará: ToTS/ToHP - Treinando treinadores em cuidados primários em saúde mental e atenção psicossocial (2023). É Servidora Pública Municipal, pela Secretaria Municipal de Saúde - Caucaia-CE, desde 12/07/2010.

<https://orcid.org/0000-0003-1240-7580>



Ana Patrícia PEREIRA MORAIS,
Graduada em Enfermagem (UECE/1995), mestre em Saúde Pública (UECE/2001), doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (FSP/USP2010) e pós-doutora pela Fundação Oswaldo Cruz-Ceará (2022) na área de Saúde da Família. Docente, pesquisadora e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Saúde da Família-PPGSF/Nucleadora-UECE da Rede Nordeste de Formação em Saúde da Família-Renasf; coordenadora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Saúde em Saúde Coletiva - PPSAC/UECE e docente efetiva do curso de Enfermagem da UECE (2003).

<https://orcid.org/0000-0001-6188-7897>

*Recebido em: 24/01/2026
Aprovado em: 16/03/2026*



ENSAIO



Reflexões psicanalíticas sobre o filme *Moonlight*: *sob a luz do luar*

Daniel Péricles Arruda, *Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)*
e *Instituto Langage*

Resumo. A finalidade deste ensaio é apresentar algumas reflexões psicanalíticas sobre o filme *Moonlight: sob a luz do luar* (2016), direção de Barry Jenkins. O longa-metragem norte-americano mostra a trajetória de vida de Chiron, ou seja, suas vivências na infância, adolescência e juventude, bem como os sofrimentos e as elaborações acerca de seus processos de identificação referentes às relações étnico-raciais, à educação, à sexualidade e às convivências familiar e comunitária em um bairro periférico de Miami/EUA; dentre outros temas importantes e significativos para a psicanálise. Portanto, observa-se que a relação entre o sujeito e a cultura é essencial para analisar seus desejos e para atentar-se aos reflexos e contrastes do filme, além de suas contribuições para a vida cotidiana.

Palavras-chave: Cultura. Identificação. Psicanálise. Relações étnico-raciais. Sexualidade.



Introdução: Como cheguei ao filme *Moonlight*: sob a luz do luar?¹

Tento tirar o dia de domingo para *domingar*, ou seja, ter um tempo mais livre, distrair-me, comer besteira, dormir e acordar para dormir novamente; *preguiçar*. Como de costume, às vezes, nos dias de domingo, gosto de assistir a filmes de ficção, de aventura. Um modo de suspender a vida cotidiana por meio da arte e da fantasia. De acordo com Corso e Corso (2010, p. 19), no livro *A psicanálise na terra do nunca: ensaios sobre a fantasia*: “Sempre que podemos utilizamos algum escape da nossa realidade. Se nossa cabeça está cansada ela usa fantasias emprestadas: as novelas de TV, os filmes, as séries, os romances, ou mesmo pode utilizar-se de fatos corriqueiros para estruturar sonhos e devaneios”.

Comumente, nesses dias, tento encontrar algum filme “bobo”; aqui, nada depreciativo (assim como o uso do termo “menino”). Apenas utilizo minha linguagem mineira para dizer que valorizo momentos em que não preciso ser *vigilante* de mim e nem do conhecimento, tampouco ficar associando as cenas dos filmes com os conteúdos de sala de aula, porém, nem sempre consigo; talvez, seja o *vício* da docência.

Acredito ser importante observar que, na relação entre consciente e inconsciente, as “bobeiras” têm outro valor e sentido, e o que parece ser “bobo”, pode ser o enigmático; as reações do conflito; manifestações do sintoma; campo de aprendizado de nós mesmos; de reflexão, encontro ou fuga.

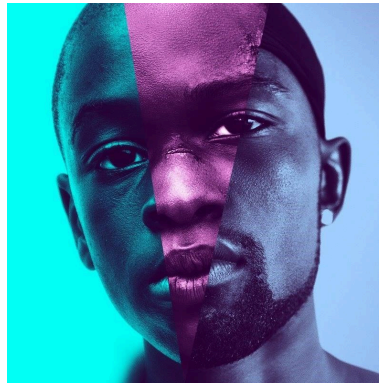
Nessa lógica, até a simples escolha de um filme, fato que, via de regra, comumente não examinamos, fala mais do “escolhedor” do que o próprio filme, objetificado nessa relação. Assim, creio que não seja puramente um ato de escolher e, sim, ou também, processos subjetivos que são nomeados como escolhas.

Digo isso porque, certo dia de domingo, abri o *site* de uma plataforma e comecei a pesquisar os filmes em exibição nos cinemas locais. Logo de cara, a propaganda de um filme com a imagem de um jovem em tons meio azulados me chamou a atenção (Fig. 1). Olhei outros filmes, corri os olhos na sinopse e retornei ao primeiro, chamado

¹ Este texto foi elaborado e apresentado oralmente como monografia de conclusão do curso intitulado Clínica Psicanalítica: Conflito e Sintoma (segundo ano), do Instituto Sedes Sapientiae, em São Paulo/SP, ministrado pela professora e psicanalista Daniela Danesi, no ano de 2020.

Moonlight: sob a luz do luar (2016). E decidi: “É esse. Vou assistir a esse daqui!”.

Figura 1 – Capa de divulgação do filme *Moonlight: sob a luz do luar* (2016)



Fonte: Moonlight.movie.

E é assim que empenho energia na tentativa de apresentar algumas reflexões a partir da psicanálise; com base em uma escrita mais solta, poética, na primeira pessoa; sem pretensões de exaurir todos os aspectos teóricos e nem todas as possibilidades do filme (atividades que eu jamais conseguiria); e sem a intenção de recontar o longa-metragem, mas realizar algumas apreensões para discussão e obter conhecimentos a partir da arte. Considerando o interesse em prosseguir com os desdobramentos no modo de agenda de outra pesquisa futura!

Breve histórico do filme

Moonlight: sob a luz do luar (2016) é um filme norte-americano que foi lançado em 2016, sob direção de Barry Jenkins, também diretor do filme *Medicine for melancholy* (Remédio para melancolia), de 2008. Trata-se de uma adaptação da peça teatral do ator e dramaturgo Tarell Alvin McCraney, intitulada *In moonlight black boys look blue* (Sob a luz do luar, meninos negros parecem azuis – tradução livre).

Jenkins e McCraney vivenciaram contextos parecidos com a história narrada no filme. Inclusive, ambos são oriundos do bairro de Liberty City, na cidade de Miami, pertencente ao estado da Flórida, localizado na região sul dos Estados Unidos da América (EUA), e já considerada a mais miserável daquele país.

Em 2017, o filme foi o vencedor do Oscar em três categorias: melhor roteiro adaptado; melhor ator coadjuvante (Mahershala Ali, interpretando Juan); e melhor filme. Essa última premiação ficou marcada pelo “engano” cometido por Warren Beatty, ao puxar o envelope com a inscrição *Emma Stone, La la land*, em vez de *Moonlight*. Beatty então pensou que seria vencedor o filme *La la land: cantando estações* (2016), dirigido por Damien Chazelle. Porém, após um instante, o “erro” foi “corrigido”.

Somente esse fato daria uma análise de várias páginas, principalmente para se pensar sobre os enganos, a partir da obra de Freud (1901/2018), *Sobre a psicopatologia da vida cotidiana: (Acerca de esquecimentos, lapsos de fala, enganos, superstições e erros)*. O denominado “engano” é também uma das expressões do inconsciente, pois nada é por acaso. Assim, emergem algumas questões: De qual ordem falaria esse “engano”? Do desejo do apresentador para premiar *La la land*? Da sua recusa em não premiar *Moonlight*? De sua admiração pela atriz Emma Stone, que, aliás, havia ganhado o prêmio de melhor atriz?

Enfim, com essa situação, momento que, certamente, envolveu muitos sentimentos, o diretor Barry Jenkins não fez o discurso que havia preparado, disponibilizando-o, depois, em outro momento:

Tarell [Alvin McCraney, que escreveu o livro em que o filme foi baseado e elaborou com Jenkins o roteiro] e eu somos Chiron. Nós somos aquele garoto. E quando você assiste a *Moonlight*, você não acha que um garoto que cresceu naquele lugar e daquela forma poderia crescer e fazer uma obra que ganhasse um Oscar. Eu disse aquilo para mim mesmo várias vezes, me limitando. Eu me neguei aquele sonho. Não vocês ou qualquer outra pessoa, mas eu mesmo. Então, para qualquer um que se veja assistindo ao filme: deixe-nos ser esse símbolo, um reflexo que levará você a se amar. Porque fazer isso pode ser a diferença entre sonhar e, graças à Academia, realizar sonhos a que você nunca se permitiu. Obrigado! (ESTADÃO, 2018, p. 1).

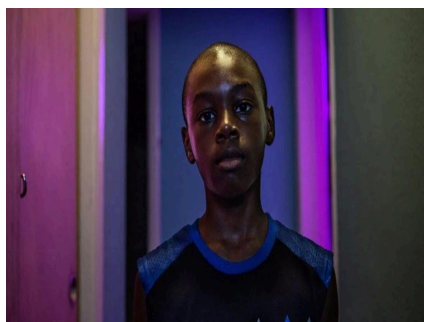
O filme *Moonlight* (2016) apresenta a trajetória de vida do garoto Chiron, a partir de três períodos nomeados como *Little*, *Chiron* e *Black*, assim compreendidos: infância, adolescência e juventude (*fase adulta*), bem como suas dificuldades e experiências sobre o preconceito; as relações étnico-raciais; a sexualidade, a masculinidade; as convivências familiar e comunitária em um bairro periférico de Miami/Flórida (EUA);

a escola/educação; o *bullying*; o sistema de justiça; a escuta. O filme retrata, portanto, múltiplos elementos, com os quais, de *maneira comum*, o personagem principal, Chiron, busca *formas* para existir, ou manter-se existente, entre sofrimentos e desejos.

Infância, adolescência e juventude: os três tempos do menino Chiron

Chiron (interpretado inicialmente por Alex R. Hibbert) é uma criança indefesa, que sofre *bullying* na escola, corre o risco de ser submetido a outras violências e, para isso, tem de correr e se esconder, literalmente. É o típico menino que fala sem palavras, usa os silêncios e o seu corpo para dizer (Fig. 2). São meninos assim que, em muitas instituições, como algumas brasileiras, são chamados de “calados”, “mudos”, “quietos”, “resistentes”, “monossilábicos”, ou classificados como aqueles que “não aderem ao tratamento/atendimento”. Penso que, quem *não fala*, também diz, ou seja, que o sujeito se expressa também por meio do corpo, dos gestos e do silêncio, que faz parte do campo enunciativo da linguagem.

Figura 2 – Chiron, na infância



Fonte: Imagem do filme *Moonlight: sob a luz do luar*.

Nessa lógica, de acordo com Orlandi (1992/2007, p. 13):

O silêncio é assim a “respiração” (o fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. Reduto do possível, do múltiplo, o silêncio abre espaço para o que não é “um”, para o que permite o movimento do sujeito. (grifos da autora).



É legítimo que o silêncio fale do sujeito e do seu desejo de não querer *falar*, ou um modo de se tornar fisicamente presente, porém, não implicado no contexto verbal tradicional, ou um modo de proteção, ou uma maneira de se sentir seguro, protegido; singularidades do silêncio.

Esse aspecto, inclusive, no mundo infantil, chama a atenção para refletir a sua relação com a *associação livre* que, segundo Laplanche e Pontalis (1967/1991, p. 38), se refere ao “Método que consiste em exprimir indiscriminadamente todos os pensamentos que ocorrem ao espírito, quer a partir de um elemento dado (palavra, número, imagem de um sonho, qualquer representação), quer de forma espontânea”.

A *associação livre*, esta, que não é tão *livre* assim, se diferencia totalmente da “associação à força”, quer dizer, em determinadas práticas, às vezes, ocorre de o sujeito ser interpelado pelo apelo à palavra, para que emita o som discursivo; que utilize das palavras para falar, em muitas circunstâncias contra sua própria vontade, mediante insistência, como ocorreu no primeiro encontro de Chiron com Juan; encontro constituído pelo inesperado.

O longa-metragem não apresenta os primeiros anos de vida de Chiron, por isso não se sabe a história de sua família, como foi sua gestação, como se deu a escolha e o significado de seu nome, seus processos *pré-edípicos*, etc. Sobre isso, o filme dá margem para *especulações*. Não que, por meio dessas informações fosse possível desvendar o mistério da esfinge, definir o sujeito. Mesmo assim, a meu ver, isso não interfere no enredo do filme. Pois, em outro contexto, de acordo com Freud (1905/2016, p. 85), “para a psicanálise, o essencial não é a gênese, mas a relação com um objeto”.

A história e a memória articulam-se em vários tempos, e, nessa perspectiva, não é cronológico. Como afirma Alonso (2006, p. 1):

Na Psicanálise, tanto o tempo quanto a memória só podem ser considerados no plural. Há temporalidades diferentes funcionando nas instâncias psíquicas e a memória não existe de forma simples: é múltipla, registrada em diferentes variedades de signos.

No filme, é possível identificar como o menino se posiciona perante o outro, como o casal Teresa (interpretada por Janelle Monáe) e Juan (esse último *traficante* de substâncias ilícitas da região), e Kevin (interpretado inicialmente por Jaden Piner), seu amigo mais próximo.

Com Juan, Chiron aproxima-se e dá início a uma vinculação de cuidado e respeito, bem diferente do que vivenciava em casa com a sua

mãe, Paula (interpretada por Naomie Harris), mãe solo, em uma condição de adicção química. Inviável é afirmar a sua posição de negligente, pensando que, para tal, teríamos que observar a situação e a intenção de quem ocupa a função protetiva.

Juan, para o senso comum, é o *traficante*, aquele que vende o “mal” para os outros, que vicia as pessoas para manter e ampliar seu comércio. Para o menino, é como se Juan ocupasse uma de suas faltas, o lugar de *pai*. Percebe-se que há uma identificação, categoria importante para a psicanálise e que exige a análise de seu conceito. Segundo Laplanche e Pontalis (1967/1991, p. 226), a identificação é o:

Processo psicológico pelo qual um sujeito assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo do outro e se transforma, total ou parcialmente, segundo o modelo desse outro. A personalidade constitui-se e diferencia-se por uma série de identificações.

Em Roudinesco e Plon (1998, p. 363), trata-se de um:

Termo empregado em psicanálise para designar o processo central pelo qual o sujeito se constitui e se transforma, assimilando ou se apropriando, em momentos-chave de sua evolução, dos aspectos, atributos ou traços dos seres humanos que o cercam.

Percebe-se que os conceitos convergem. Estão baseados na relação entre sujeitos que promovem subjetivações, marcas psíquicas e processuais, na construção do Eu, considerando, inclusive, as peculiaridades desse processo.

Freud (1921/2011), em seu texto *A identificação*, afirma que a psicanálise entende a identificação como um processo primário e antigo, na vinculação afetiva entre as pessoas. Para Freud (1921/2011), portanto, há, principalmente, três categorias de identificação.

A primeira refere-se à pré-história do complexo de Édipo, ou seja, momento em que o menino manifesta interesse pelo seu pai, pois espera ser como ele. “Ele toma o pai como seu ideal” (FREUD, 1921/2011, p. 60).

A segunda é a identificação por regressão, isto é, se constitui não pela imitação do sintoma da pessoa, não da própria pessoa. “A identificação tomou o lugar da escolha de objeto, e a escolha de objeto regrediu à identificação” (FREUD, 1921/2011, p. 63).

Por último, a terceira é a identificação por algo em comum, porém, realizando-se pela ausência de investimento sexual. Trata-se do interesse de estar em alguma situação idêntica à do outro. Modalidade de



identificação que une integrantes de um mesmo grupo. Aqui, Freud (1921/2011, p. 65) considera que

Já suspeitamos que a ligação recíproca dos indivíduos da massa é da natureza dessa identificação através de algo afetivo importante em comum, e podemos conjecturar que esse algo em comum esteja no tipo de ligação com o líder.

Mesmo com as conceituações e as três modalidades que apresenta, Freud (1921/2011) considera também que estamos distantes de findar a questão da identificação. Assim, acredito que é possível pensar em outros processos identificatórios na atualidade.

Provavelmente, a identificação de Chiron relaciona-se com o seu desejo pelo amor paterno e também uma *identificação como modelo* (FREUD, 1921/2011), por uma busca de experiências de prazer. E não se trata de uma identificação de mão única, pois, no caso, há também Juan, que recebe e alimenta essa identificação, como se vê nos momentos lúdicos entre ele e Chiron.

Sobre o brincar, de acordo com Freud (1908/2015a, p. 329-330), no texto *O escritor e a fantasia*:

As brincadeiras das crianças são guiadas por desejos, mais precisamente por um desejo específico, que é de grande ajuda na sua educação: o de ser grande e adulto. Elas sempre brincam de “ser grande”, imitam nas brincadeiras o que sabem da vida das pessoas grandes. Não têm motivo para esconder esse desejo. Com os adultos é diferente: eles sabem, por um lado, que deles se espera que não brinquem mais ou que não fantasiem, que atuem no mundo real; por outro lado, entre os desejos que geram suas fantasias há alguns que é necessário ocultar – por isso eles se envergonham do seu fantasiar, como algo infantil e ilícito.

Dentre esses aspectos, salienta-se, no filme, a questão da sexualidade, que é uma dimensão importante para a constituição psíquica e para a transformação do sujeito, além de ser, a sexualidade, elemento pilar para a psicanálise freudiana e que diz respeito a *todos* os sujeitos, como se vê em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (FREUD, 1905/2016). Nessa ótica, a sexualidade é obtida de várias maneiras, para além da genitalidade, não sendo sinônimo de sexo. E está *presente* desde a *infância*. O que envolve desdobramentos no campo da cultura, bem como antagonismos com a vida pulsional.

A respeito da sexualidade, Freud discutiu sob diversas formas, ao longo de sua trajetória, como nos textos *A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno* (FREUD, 1908/2015b); *A vida sexual humana* (FREUD, 1917/2014a); e *O desenvolvimento da libido e as organizações sexuais* (FREUD, 1917/2014b).

A partir de Freud, em suas pesquisas e trabalhos clínicos, foi possível identificar traços e profundidades para o desenvolvimento da teoria da sexualidade, o que foi considerado polêmico e contestado por muitos de seu meio clínico e científico, e elogiado por outros. Por ser, a sexualidade, uma categoria complexa, ainda é revisitada e questionada por outros psicanalistas e estudiosos pós-Freud, assim como na atualidade.

Birman (2018), em *A sexualidade na contemporaneidade*, afirma que as *coordenadas constitutivas* do campo da sexualidade transformaram-se radicalmente desde os anos de 1950 e 1960, apresentando transformações discursivas e outros *enunciados e enunciações* a respeito da sexualidade. Isto é: “[...] as categorias do *masculino* e do *feminino*, assim como o que implica ser *homem* e ser *mulher*, foi colocado em questão de maneira frontal” (BIRMAN, 2018, p. 139). Consequentemente, emergiram outras identidades e expressões de gênero e sexualidade que promoveram a transgressão das fronteiras estabelecidas no âmbito da sexualidade aos moldes patriarcais.

Em termos conceituais, para Laplanche e Pontalis (1967/1991, p. 476):

Na experiência e na teoria psicanalíticas, “sexualidade” não designa apenas as atividades e o prazer que dependem do funcionamento do aparelho genital, mas toda uma série de excitações e de atividades presentes desde a infância que proporcionam um prazer irredutível à satisfação de uma necessidade fisiológica fundamental (respiração, fome, função de excreção, etc.), e que se encontram a título de componentes na chamada forma normal do amor sexual.

Nesse sentido, Chiron e Juan constroem um vínculo afetivo que possibilitou, consequentemente, uma liberdade para que o menino se apresentasse mais e que pudesse estabelecer uma relação de confiança para a construção de vivências de prazer humano. A fome que é saciada; a respiração, que é equilibrada na hora da natação; e a permissão para ser tocado, são da ordem do prazer e da alteridade (Fig. 3). Quer dizer, é a passagem de um corpo ameaçado e machucado para um corpo observado, cuidado e estimulado, de tal modo que pudesse ficar mais

tranquilo. “Assim, a produção da sensação de prazer depende mais da qualidade do estímulo que da natureza da parte do corpo” (Freud, 1905/2016, p. 88).

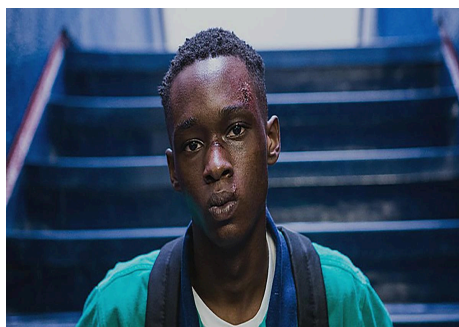
Figura 3 – Chiron e Juan



Fonte: Imagem do filme *Moonlight: sob a luz do luar*.

A segunda *fase* apresenta Chiron na adolescência (interpretado por Ashton Sanders). Nesse período, a sua face apresenta certo tipo de embrutecimento e tristeza; resultado das violências sofridas, constitutivas de sua vida, até então (Fig. 4).

Figura 4 – Chiron na adolescência



Fonte: Imagem do filme *Moonlight: sob a luz do luar*.

Em casa, os conflitos permanecem e Chiron continua submetido aos dizeres de sua mãe. Juan, sua principal referência, morre. E Chiron segue sua caminhada.

Fato marcante é o sonho de Chiron em que vê Kevin (interpretado por Jharrel Jerome) mantendo relações sexuais com uma garota. Aqui, perante as suas expectativas, expressou surpresa, decepção, como se tivesse recebido um soco.

Chiron vai se construindo, se perdendo e se encontrando, inclusive, na sua relação com seu amigo de infância, Kevin, quando, em outro cenário, vivencia um momento de carinho, uma nova experiência, os beijos trocados na areia da praia e as carícias compartilhadas, enquanto estão sentados de frente ao mar. Aqui, Chiron ocupa o lugar da menina vista no sonho, ou seja, ocupa o lugar desejado.

Na escola, o reflexo de suas questões, o *bullying* e a homofobia continuam e estão relacionados à sua sexualidade, principalmente. São insultos que o coagem e ele está só, guarda para si. A escola não percebe, ou ignora tal fato. As brigas entre os adolescentes não são mediadas no sentido pedagógico-crítico.

Penso como algumas escolas se fecharam no termo *bullying* sem especificá-lo, interpretá-lo ou combatê-lo. Até mesmo, o termo pode parecer recente, mas as práticas são antigas. Se a escola não oferece escuta, segurança e um espaço acolhedor, provavelmente, o percurso escolar será comprometido, assim como o *desenvolvimento* psíquico do sujeito. Eis, então, a relevância da *escola-mundo*, da *escola-aberta*, ou seja, a escola voltada às manifestações culturais e atenta aos marcadores sociais da diferença [e indiferença] do sujeito.

Entre as violências, também há a decepção de Chiron ao ser agredido por Kevin, que o golpeia várias vezes com socos, pois foi obrigado a obedecer às ordens de um outro jovem. Chiron foi agredido por quem, antes, lhe proporcionou um momento especial. E Kevin, para preservar o pacto grupal, teve de praticar a agressão, mesmo contra sua vontade.

Sobre essas situações, Chiron não as responde de modo involuntário, e até o seu ato de *agredir* um de seus algozes (líder do grupo e mandatário da agressão praticada por Kevin), em sala de aula, foi a maneira que teve de reagir, de devolver o que recebeu, de dizer: “Basta!”. Fato que o leva às ações institucionais da escola e da polícia. O adolescente, então, é criminalizado pela violência que sofria, e as demais situações são anuladas, não reconhecidas. Como se Chiron fosse o problema de seu próprio problema.

Na juventude, Chiron (interpretado por Trevante Rhodes) demonstra mais *controle*, mas ainda traz marcas do seu campo infantil (Fig. 5). Apresenta-se como um adulto independente, fisicamente forte, que se mantém com os envolvimento no *tráfico de droga*, como se fosse uma herança de Juan, ou um modo de vivenciar, de outro lugar, o contexto enfrentado por sua mãe.

Figura 5 – Chiron na juventude



Fonte: Imagem do filme *Moonlight: sob a luz do luar*.

Agora, com uma arma, consegue se defender. Mas, aqui, Chiron não aparece como um jovem adulto *violento, perigoso*. E sim como um sujeito em constituição, à procura de um outro lugar. Interessante seus movimentos de visitar a mãe que estava internada em uma *clínica* e o seu encontro com Kevin (interpretado por André Holland), após 10 anos. Momentos de muita emoção para ambos. Ele visita o *passado*, que não passou, que é o seu presente, que faz parte de sua vida, pois o tempo não é uma linha reta, quicá nem é linha...

Quando as letrinhas começam a subir

O filme acaba e as pessoas começam a se levantar para ir embora. Eu permaneço sentado. Como se o filme continuasse em mim. Não imaginava que iria assistir a um filme como esse. Lembrei-me de quando assisti *À procura da felicidade* (2006), direção de Gabriele Muccino.

Filmes que me tocam me fazem ficar mais tempo na sala do cinema, geralmente, sou o último a sair.

A partir daí, as coisas foram fazendo sentido; por exemplo, a capa de divulgação do filme que, para mim, era de um único menino, mas me “enganei”, era a imagem recortada e montada de três momentos de um único sujeito: Chiron.

E a cor que mais me chamou atenção, o azul, fazia parte do título de origem que inspirou o filme. Fiquei pensando na simbologia do azul do céu, da luz refletida no mar pela lua, e também a luz do giroflex da sirene da viatura, o azul do meu time do coração, Cruzeiro. Assim, a cor da luz do reconhecimento que cobre o menino negro e periférico apresenta desafios.

Um aspecto importante que fica é que somos marcados pelos significantes das cores, ou os significantes cores, tanto as cores na perspectiva étnico-racial, que fazem parte do sistema de privilégios, estigmatização e racismo de muitas sociedades, como a norte-americana e a brasileira, ou as cores para classificar comportamentos e sexualidades, perspectiva que se expressa na frase que ficou conhecida nos últimos tempos: “menino veste azul, e menina veste rosa”.

Outro fato é que, pela simbologia das cores, muitos são agredidos, e até mortos, em estádios de futebol, por estarem vestidos não somente com a camisa do time adversário, mas também por apresentarem consigo algum objeto que remeta à cor do outro time. Nesse sentido, é expressivo o título do álbum musical dos Racionais MC's: *Cores & Valores* (2014). Pois as cores não são neutras. As cores recebem os valores da pulsão e não estão isentas das produções da cultura e da linguagem.

Não cheguei ao filme por acaso. Ele atravessa a minha história pessoal, a minha trajetória profissional e a vida de alguns sujeitos que atendi no sistema prisional, nas medidas socioeducativas, nos Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICAs), bem como a experiência na clínica psicanalítica (ARRUDA, 2021). Isto é, meninos(as) negros(as) de trajetória periférica marcada pelas violências, pela desigualdade social, pela homofobia, pelo desamparo, pelo racismo e pelos conflitos em suas formações psíquicas; o que chamo de *terremotos subjetivos* relacionados às *violências interseccionais*.

Estudos de Souza (1983) e Nogueira (2021), por exemplo, nos ajudam a compreender como o racismo se constitui na sociedade, no psiquismo e nas relações subjetivas; causando sofrimentos importantes na constituição do sujeito. Desse modo, a vivência de Chiron abre



caminhos para refletir os modos de vidas de muitos(as) meninos(as) brasileiros(as) que são subjugados(as) e desconsiderados(as) em seus sofrimentos. Logo, não validados(as), tornam-se responsabilizados(as) por seus próprios traumas, como se a cultura e o encontro com o outro não tivessem importância. E, nesse ponto, o filme contribui para que se possa refletir sobre as vivências de Chiron, suas dores, seus questionamentos e suas criações, em um cenário social racista e homofóbico.

É um ritual cinematográfico: o filme chega ao fim, o fundo musical se amplia, as letrinhas sobem na tela – percebo que a minoria presta atenção nos créditos –, parte das luzes se acende, e eu lá, sentado, parado, paralisado, pensando: “Putá merda, que filme! Vou escrever sobre isso”. Pois bem, o texto está aqui!

Considerações

A história do sujeito é a testemunha de sua caminhada. Chiron, menino “calado”, tem o que dizer, e diz. Desenvolve-se como um sobrevivente, em meio a conflitos e ausências de escutas. Difícil é tomar o sujeito por inteiro, pois acredito que nem o sujeito caiba todo em si. Algo deve ser esquecido, recalcado, sublimado, enfim, transformado.

É assim que vejo a trajetória de Chiron. Um menino que se referencia em Juan, símbolo de proteção, porque lhe possibilita ter atenção, prazer. A função de proteção nutre não somente a sua fome por alimento, mas de satisfação afetiva. Por isso, considero que a psicanálise traz elementos sensíveis e capazes para escutar o sujeito, considerando o seu discurso, a sua sexualidade, o seu *mundo*, dando atenção não somente à teoria clínica, mas também à *teoria-prática*, que é apresentada por meio da vida singular de cada sujeito; o que contribui para subverter a ideia de que a anatomia determina o seu destino.

E é um pouco sobre isso que tentei refletir, que a singularidade é algo inédito e que cada um apresenta a sua própria novidade ao mundo. Que o *infantil* se estende aos outros períodos da vida, assim como as outras “fases” podem retornar às marcas da infância; ao ponto traumático ou de (in)segurança.

Vivências como a de Chiron também chamam nossa atenção para refletirmos sobre os impactos das desigualdades sociais e do racismo na

formação psíquica (KON; SILVA; ABUD, 2017); não como *definição*, mas como constituições, atravessamentos e encontros das múltiplas dimensões que compõem o sujeito e sua história.

Referências

ARRUDA, D. P. Sobre a procura de um/a psicanalista negro/a: psicanálise e relações étnico-raciais. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 13, n. 37, p. 246-260, 2021. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1160>. Acesso em: 10 de junho de 2025.

À PROCURA DA FELICIDADE. Direção de Gabriele Muccino. Estados Unidos da América: Sony Pictures Releasing, 2006. [118 min.].

ALONSO, S. L. O tempo que passa e o tempo que não passa. **Revista Cult**. O essencial em Freud: O pensador que entendeu o homem. n. 101, ano 9, abr., 2006. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/o-tempo-que-passa-e-o-tempo-que-nao-passa/>. Acesso em 27 de dezembro de 2020.

BIRMAN, J. A sexualidade na contemporaneidade. **Cadernos de Psicanálise**, v. 40, n. 38, p. 137-159, jan./jun. 2018. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952018000100009. Acesso em: 15 fev. 2026.

CORES & VALORES. Composições: Racionais MC's. Intérpretes: Racionais MC's. São Paulo: Cosa Nostra/Boogie Naípe, 2014. [álbum musical].

CORSO, D. L., & Corso, M. **A psicanálise na terra do nunca**: ensaios sobre a fantasia. Porto Alegre: Penso, 2010.

ESTADÃO. Barry Jenkins revela discurso que havia preparado para o Oscar de 'Moonlight': o diretor do filme não conseguiu ler o discurso na hora por conta da confusão em relação ao prêmio. Por Redação. Publicada em 12 de março de 2018. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/emails/gente/barry-jenkins-revela-discurso-que-havia-preparado-para-o-oscar-de-moonlight/>. Acesso em: em 20 de julho de 2024.



FREUD, S. **Sobre a psicopatologia da vida cotidiana**: (Acerca de esquecimentos, lapsos de fala, enganos, superstições e erros). Porto Alegre: L&PM, 2018. Originalmente publicado em 1901.

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. *In*: FREUD, S. **Obras Completas (Vol. 6)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 13-172. Originalmente publicado em 1905.

FREUD, S. O escritor e a fantasia. *In*: FREUD, S. **Obras Completas (Vol. 8)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015a, p. 325-338. Originalmente publicado em 1908.

FREUD, S. A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno. *In*: FREUD, S. **Obras Completas (Vol. 8)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015b, p. 359-389. Originalmente publicado em 1908.

FREUD, S. A vida sexual humana. *In*: FREUD, S. **Obras Completas (Vol. 13)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014a, p. 401-424. Originalmente publicado em 1917.

FREUD, S. O desenvolvimento da libido e as organizações sexuais. *In*: FREUD, S. **Obras Completas (Vol. 13)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014b, p. 424-450. Originalmente publicado em 1917.

FREUD, S. A identificação. *In*: FREUD, S. **Obras Completas (Vol. 15)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 60-68. Originalmente publicado em 1921.

KON, N. M.; SILVA, M. L. da.; ABUD, C. C. (orgs.). **O racismo e o negro no Brasil**: questões para a psicanálise. São Paulo: Perspectiva, 2017.

LA LA LAND: cantando estações. Direção de Damien Chazelle. Estados Unidos da América: Paris filmes, 2016. [128 min.].

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. **Vocabulário da psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1991. Originalmente publicado em 1967.

MEDICINE FOR MELANCHOLY. Direção de Barry Jenkis. Estados Unidos da América: Mubi. 2008. [88 min.].

MOONLIGHT: sob a luz do luar. Direção de Barry Jenkis. Estados Unidos da América: A24, 2016. [111 min.].

NOGUEIRA, I. B. **A cor do inconsciente**: significações do corpo negro. São Paulo: Perspectiva, 2021.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento do sentido. 6. ed. Campinas: Unicamp, 2007. Originalmente publicado em 1992.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

Psychoanalytic reflections on the film Moonlight

Abstract. The purpose of this article is to present some psychoanalytic reflections on the film Moonlight (2016), directed by Barry Jenkins. This feature film from North America focuses on the life trajectory of Chiron, i.e., his experiences as a child, adolescent, and young adult. It also shows his suffering and the process of forming his identity related to ethnic-racial relations, education, sexuality, and family and community life in a peripheral neighborhood of Miami, USA, among other important and significant themes for psychoanalysis. Therefore, the relationship between the subject and the culture is essential to analyze his desires and observe the reflections and contrasts in the film, as well as its contributions to everyday life.

Keywords: Culture. Identification. Psychoanalysis. Ethnic-racial relations. Sexuality.

Daniel PÉRICLES ARRUDA,

Professor do Centro de Desenvolvimento do Ensino Superior em Saúde (CEDESS) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), campus São Paulo. Psicanalista pelo Instituto Langage. Pós-doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); doutor e mestre em Serviço Social pela PUC-SP, com mestrado realizado enquanto bolsista do Ford Foundation International Fellowships Program, turma de 2010. Tem Especialização Multiprofissional em Saúde Mental e Psiquiatria pela Escola de Educação Permanente do Hospital das Clínicas da Faculdade



de Medicina da Universidade de São Paulo (EEP/HCFM/USP); em Arte-Educação, pelo Centro Universitário Senac; e em Psicanálise e Análise do Contemporâneo, pela PUCRS. Graduado em Serviço Social pela PUC Minas. Supervisor institucional. É arte-educa(a)dor, rapper e poeta conhecido como Vulgo Elemento.

<https://orcid.org/0000-0002-8347-8215>

*Recebido em: 25/02/2025
Aprovado em: 14/04/2026*



RELATO DE EXPERIÊNCIA

Mapeamento institucional da população trans e não binária na Universidade de Brasília: experiências de construção de dados para políticas de inclusão

Caio Henrique Inácio Ferreira, *Universidade de Brasília*
Benedito Rodrigues dos Santos, *Universidade de Brasília*

Resumo. Este relato de experiência apresenta o processo de concepção, execução e análise do Mapeamento Institucional da População Trans e Não Binária da Universidade de Brasília, realizado em 2025 pela Secretaria de Direitos Humanos (SDH), por meio da Coordenação LGBTQIA+. A iniciativa foi desenvolvida diante da ausência de dados sistematizados sobre essa população, o que dificultava o planejamento e o acompanhamento de ações voltadas à inclusão e à permanência. O artigo descreve o percurso metodológico adotado, os cuidados éticos envolvidos e os principais resultados obtidos, com destaque para a diversidade de identidades de gênero, a predominância de pessoas não binárias entre as respondentes e a expressiva demanda por banheiros agêneros. Também aborda como a sistematização dos dados contribuiu para tornar visíveis experiências antes pouco reconhecidas pelas estruturas administrativas, em diálogo com discussões sobre tecnologias de gênero (LAURETIS, 1987). A experiência evidencia a relevância de informações consistentes produzidas em interlocução com a comunidade universitária.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoas trans. Universidade. Políticas de inclusão. Tecnologias de Gênero. Mapeamento Institucional.



1. Introdução

A Universidade de Brasília (UnB) possui uma trajetória marcada pelo compromisso com a crítica e a inovação no campo educacional brasileiro. Nos últimos anos, esse compromisso se ampliou com o fortalecimento de políticas voltadas à diversidade e aos direitos humanos. Pioneira entre as universidades públicas na adoção de ações afirmativas, a UnB foi a primeira instituição federal a implementar cotas raciais no vestibular, em 2004, medida que influenciou políticas semelhantes em todo o país (Moehleck, 2004; Paixão; Carvano, 2008; Feres Júnior; Zoninsein, 2006).

Entre as iniciativas mais recentes, destaca-se a criação da Secretaria de Direitos Humanos (SDH), vinculada ao Gabinete da Reitoria, e a atuação de suas coordenações temáticas, incluindo a Coordenação LGBTQIA+, responsável por ações de acolhimento, formação e promoção da equidade de gênero e sexualidade na universidade. Apesar dos avanços institucionais, a ausência de dados específicos sobre a população trans e não binária permanecia um desafio significativo.

Sem informações precisas, tornava-se difícil planejar políticas de inclusão, avaliar barreiras de acesso e permanência ou compreender a distribuição dessas pessoas nos diversos espaços da UnB. Essa lacuna evidenciava como a invisibilidade quantitativa também produz formas de exclusão, pois aquilo que não é nomeado tende a não ser considerado nas decisões institucionais.

Foi nesse contexto que, em 2025, a SDH/UnB, por meio da Coordenação LGBTQIA+, desenvolveu o Mapeamento Institucional da População Trans e Não Binária da Universidade de Brasília. O objetivo foi identificar e compreender o perfil dessa comunidade, formada por estudantes, docentes e técnicos(as) administrativos(as), suas percepções de acolhimento e suas preferências em relação a aspectos estruturais e simbólicos da vivência universitária, como o uso do nome social e o acesso a banheiros.

A proposta constituiu uma iniciativa institucional pioneira voltada à produção sistemática de dados sobre a população trans e não binária

na universidade. Inspirada nos princípios da participação social e dos direitos humanos, a iniciativa buscou combinar rigor metodológico e sensibilidade ética, reconhecendo que produzir dados também significa produzir reconhecimento. Assim, o mapeamento não se limitou a quantificar uma população, mas afirmou sua existência em uma universidade que, embora plural, ainda se organiza majoritariamente a partir de lógicas binárias de gênero (Butler, 2003).

Ao longo deste relato de experiência, serão apresentados o contexto de criação do mapeamento, sua fundamentação teórica, suas etapas metodológicas, os principais resultados e as reflexões institucionais decorrentes. Pretende-se, com isso, compartilhar uma experiência que tem contribuído para repensar as políticas de diversidade na UnB e para fortalecer a presença de pessoas trans e não binárias nos espaços de decisão e representação acadêmica.

2. Contexto e fundamentos teóricos do mapeamento

O mapeamento institucional da população trans na Universidade de Brasília surgiu em um contexto de fortalecimento das políticas de diversidade no ensino superior público brasileiro. Nas últimas décadas, a universidade tem sido palco de importantes disputas políticas e epistêmicas em torno do reconhecimento das identidades trans e não binárias, que reivindicam não apenas o direito ao acesso, mas também de pertencimento e permanência digna (Bento, 2008; 2017).

A UnB, pioneira em diversas frentes de inclusão, avançou em políticas de ações afirmativas, uso de nome social e combate à discriminação. Contudo, a ausência de dados sistematizados sobre pessoas trans e não binárias, tanto entre estudantes quanto entre servidores(as), limitava a capacidade institucional de compreender a complexidade dessas presenças. Essa lacuna se manifestava em dimensões práticas, como a falta de banheiros neutros ou agêneros, de formulários administrativos sensíveis à diversidade de gênero e de políticas de permanência qualificadas.

A decisão de realizar um mapeamento específico foi motivada por uma necessidade política e epistemológica. Política, porque os dados se tornaram indispensáveis para subsidiar a formulação de resoluções e diretrizes internas, como a ampliação das cotas trans, a adequação dos sistemas de matrícula e o planejamento de infraestrutura inclusiva. Epistemológica, porque implicava reconhecer que a produção de conhecimento é atravessada por relações de poder, e que a universidade,



longe de ser apenas espaço de neutralidade, também opera como dispositivo que produz e regula o gênero (Foucault 1988; Butler, 2003).

Essa compreensão dialoga com o conceito de tecnologias de gênero, proposto por Teresa de Lauretis (1987), segundo o qual o gênero não é essência nem simples identidade, mas efeito de práticas, discursos e instituições que o produzem e reiteram continuamente. Para a autora, tecnologias de gênero são mecanismos culturais e institucionais que ensinam, regulam e impõem modos de ser homem, mulher, estabelecendo os limites do que é considerado inteligível ou legítimo.

Ao mobilizar esse conceito no contexto universitário, torna-se possível compreender que a universidade pode operar por meio de tecnologias de gênero. Seus formulários, sistemas digitais, estruturas físicas e normas administrativas constituem dispositivos que reforçam ou tensionam a lógica binária. Quando o sistema de matrícula obriga a escolha entre “masculino” e “feminino”, ou quando os banheiros permanecem rigidamente segregados, a instituição materializa expectativas de gênero e, ao mesmo tempo, pode produzir exclusões.

Esse processo se articula à produção intelectual de autoras brasileiras que têm tensionado a cisnormatividade e ampliado o debate sobre gênero no país. Entre elas, destaca-se Berenice Bento (2008, 2017), cuja obra *O que é transexualidade?*, embora escrita a partir de uma posição cisgênera, tornou-se fundamental para denunciar dispositivos institucionais de controle e consolidar o campo dos estudos críticos sobre transexualidades no Brasil.

Ao lado dessa contribuição, autoras trans como Jaqueline Gomes de Jesus (2012, 2017), Luma Nogueira de Andrade (2015), Letícia Nascimento (2021) formulam epistemologias situadas que afirmam as pessoas trans como produtoras de conhecimento e como sujeitas políticas capazes de narrar suas próprias experiências. É nesse horizonte que o mapeamento se inscreve, como gesto metodológico e político que desloca a universidade de uma posição de tutela para uma posição de reconhecimento.

A experiência da UnB, portanto, integra um movimento mais amplo de repolitização do conhecimento sobre gênero e diversidade, que desafia fronteiras entre pesquisa e gestão pública. Realizar um mapeamento institucional significou não apenas coletar informações,

mas inaugurar um modo de pensar a universidade a partir da pluralidade de corpos, identidades e trajetórias que a compõem.

3. Metodologia e percurso da experiência

O Mapeamento Institucional da População Trans e Não Binária da Universidade de Brasília (UnB) foi desenvolvido pela Secretaria de Direitos Humanos (SDH), por meio da Coordenação LGBTQIA+, em articulação com a Secretaria de Administração Acadêmica (SAA). As etapas de elaboração, aplicação e sistematização ocorreram ao longo do primeiro semestre de 2025.

A iniciativa surgiu da necessidade de reunir informações que até então se encontravam dispersas em registros administrativos e relatos informais no interior da universidade. O objetivo foi sistematizar esses dados de forma padronizada, possibilitando compreender a distribuição da população trans e não binária na instituição e identificar dimensões centrais da vivência universitária.

O instrumento de coleta de dados foi elaborado pela equipe técnica da Coordenação LGBTQIA+ da SDH, a partir de discussões internas e de demandas observadas no atendimento institucional à comunidade universitária. Durante esse processo, o formulário também foi apresentado a um servidor trans vinculado às atividades da coordenação, que contribuiu com sugestões para o aprimoramento e validação das categorias utilizadas.

A coleta de dados ocorreu por meio de um formulário eletrônico composto exclusivamente por perguntas fechadas em formato de múltipla escolha, com o objetivo de facilitar a sistematização e a análise quantitativa das respostas. As questões foram organizadas em cinco blocos temáticos, a saber: identificação institucional, identidade de gênero, preferência de uso de banheiro, uso do nome social e percepção de acolhimento. Esses blocos temáticos foram definidos com o propósito de reunir informações consideradas relevantes para subsidiar a formulação de políticas institucionais voltadas à inclusão e à permanência de pessoas trans na universidade.

O instrumento priorizou informações diretamente relacionadas à experiência institucional das pessoas participantes, não incluindo perguntas sobre renda, raça/cor ou local de nascimento. Embora o acesso ao formulário tenha sido realizado por meio de e-mails institucionais (@unb.br), os dados foram consolidados e analisados em formato anonimizado. Informações que poderiam permitir a



identificação direta das pessoas participantes não foram divulgadas nos resultados apresentados. O acesso aos dados brutos ficou restrito à equipe técnica da Coordenação LGBTQIA+ responsável pela sistematização do levantamento.

Nesse sentido, o levantamento foi realizado como um diagnóstico institucional no âmbito da gestão universitária, com o objetivo de subsidiar a formulação de políticas administrativas voltadas à promoção da inclusão e da permanência na Universidade de Brasília. Por se tratar de uma iniciativa de caráter administrativo e institucional, não houve submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa. Ainda assim, foram observados princípios éticos fundamentais, como a participação voluntária, o anonimato das respostas e a confidencialidade das informações coletadas.

Após o encerramento da etapa de coleta, os dados foram sistematizados e analisados pela equipe técnica da SDH. O processo analítico privilegiou a identificação de tendências institucionais e padrões agregados, evitando interpretações de caráter medicalizante ou individualizante das experiências relatadas. Nesse sentido, buscou-se situar as informações produzidas no plano das dinâmicas institucionais e das condições de permanência na universidade. Como limitação metodológica, considera-se a possibilidade de subnotificação, além de variações no nível de engajamento entre os diferentes campi da universidade. Esses fatores podem ter influenciado o alcance do levantamento e a representatividade das respostas.

Em suma, os resultados foram organizados em relatório técnico posteriormente apresentado à Reitoria, aos decanatos e aos coletivos estudantis, passando a integrar o acervo institucional da Secretaria de Direitos Humanos. O documento tem sido utilizado como subsídio para revisões administrativas, formulação de diretrizes e ampliação do debate institucional sobre políticas de inclusão na UnB.

4. Principais resultados e análises

O mapeamento institucional contou com a participação de 334 pessoas trans e não binárias vinculadas à UnB, das quais 198 se identificaram como trans não binárias. A categoria “não binária” corresponde às respostas autodeclaradas dessa forma, sem o

agrupamento de outras denominações. O conjunto de respondentes abrange diferentes perfis e vínculos acadêmicos, evidenciando a presença significativa dessa população na instituição e a relevância de instrumentos que permitam tornar visíveis suas trajetórias no ensino superior.

A predominância de pessoas não binárias contrasta com os dados apresentados nos dossiês da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) (2020; 2022; 2024), que concentram informações principalmente sobre travestis e mulheres trans. Isso ocorre porque esses relatórios se baseiam, em grande medida, no monitoramento de violências e assassinatos contra pessoas trans no Brasil, fenômenos que atingem de forma mais intensa esses grupos. Desse modo, tais documentos produzem um retrato marcado pela vulnerabilidade extrema, e não uma distribuição demográfica abrangente da população trans.

No contexto universitário da UnB, por sua vez, observa-se a predominância de pessoas trans não binárias, o que pode indicar dinâmicas específicas do ambiente acadêmico. Como o mapeamento envolve pessoas que já acessaram o ensino superior, os dados refletem um recorte institucional e geracional particular. Em espaços universitários, onde circulam debates sobre diversidade, direitos e pluralidade identitária, determinadas formas de nomeação de gênero tendem a encontrar maior reconhecimento social e simbólico.

Nesse sentido, a diferença entre os dados da UnB e os levantamentos nacionais não deve ser interpretada como evidência de menor vulnerabilidade entre pessoas trans não binárias, mas como resultado de distintos recortes metodológicos. Enquanto os dossiês da ANTRA documentam sobretudo situações de violência letal, o mapeamento institucional registra a presença de pessoas trans que conseguiram acessar a educação superior. Os dois conjuntos de dados, portanto, iluminam dimensões distintas e complementares da realidade da população trans no Brasil.

Quanto ao vínculo com a universidade, 282 pessoas (84,4%) eram estudantes de graduação, 20 (6%) da pós-graduação, 22 (6,6%) docentes e 10 (3%) técnicos(as) administrativos(as). A expressiva participação de estudantes de graduação sugere que políticas de ampliação do acesso ao ensino superior podem estar contribuindo para a presença crescente de pessoas trans nos cursos universitários. Por outro lado, a menor representatividade na pós-graduação e entre servidores(as) pode indicar dificuldades de permanência e progressão nas trajetórias acadêmicas e



profissionais, possivelmente associadas a barreiras institucionais, econômicas e simbólicas.

Em relação à preferência de uso de banheiros, 241 pessoas (72,2%) declararam preferir banheiros neutros, unissex ou agêneros; 58 (17,4%) optaram pelo banheiro masculino e 35 (10,4%) pelo banheiro feminino. O resultado aponta para uma demanda significativa por espaços neutros, percebidos como ambientes mais seguros e confortáveis para pessoas cujas identidades não se enquadram exclusivamente nas divisões tradicionais de gênero. Esse dado dialoga com o conceito de tecnologias de gênero (LAURETIS, 1987), ao evidenciar que a organização espacial e arquitetônica das instituições também participa da produção de inclusões e exclusões.

Entre os 334 respondentes, 140 (41,9%) declararam utilizar o nome social nos registros institucionais, enquanto 194 (58,1%) informaram não utilizá-lo. Esse resultado admite diferentes interpretações. Parte dos respondentes pode já ter realizado a retificação civil do nome, enquanto outros podem evitar o uso do nome social devido às limitações nos sistemas administrativos, receio de exposição ou falta de confiança nas garantias institucionais.

Quando questionadas sobre o grau de acolhimento da universidade, 297 pessoas (88,9%) consideraram a UnB acolhedora, 27 (8%) pouco acolhedora e 10 (3%) nada acolhedora. Embora o resultado geral seja positivo, a leitura crítica exige cautela. O alto índice de acolhimento pode refletir uma autoimagem institucional progressista, mas não necessariamente a ausência de desafios cotidianos. A coexistência de experiências de acolhimento com relatos de transfobia ou constrangimento reforça a necessidade de políticas que transcendam o discurso da inclusão e se concretizem em práticas efetivas de respeito e equidade.

Em conjunto, esses dados indicam que a UnB é percebida como um espaço em processo de transformação, isto é, relativamente aberto à diversidade de gênero, mas ainda atravessado por estruturas institucionais que reproduzem lógicas binárias. A pluralidade de experiências relatadas aponta que o acolhimento institucional constitui um processo dinâmico, que depende de ações contínuas de

sensibilização, formação de servidores(as) e fortalecimento de mecanismos institucionais de proteção e cuidado.

5. Reflexões institucionais e considerações finais

O mapeamento institucional da população trans e não binária da Universidade de Brasília representou um marco histórico na consolidação das políticas de diversidade de gênero no ensino superior público brasileiro. A experiência demonstrou que produzir dados sobre uma população sistematicamente invisibilizada não é apenas um exercício técnico ou estatístico, mas um ato político de reconhecimento.

Ao longo do processo, a SDH, por meio da Coordenação LGBTQIA+, reafirmou o papel das instâncias institucionais como mediadoras entre as demandas da comunidade e as respostas da gestão universitária. A escuta, o respeito à autodeclaração e o cuidado ético na condução do levantamento foram elementos centrais para que o mapeamento fosse percebido como uma ação de acolhimento, e não de controle.

O conjunto de resultados, sobretudo o predomínio de pessoas trans não binárias, a ampla demanda por banheiros agêneros e a sub-representação na pós-graduação, evidencia tensões estruturais e desafios persistentes. O reconhecimento dessas dinâmicas permite compreender que o gênero, mais do que um atributo individual, é uma categoria que atravessa e organiza as próprias práticas institucionais.

A leitura inspirada em Teresa de Lauretis (1987) permite compreender esse movimento de forma mais precisa. Se a universidade opera como uma tecnologia de gênero, organizada por práticas e dispositivos que produzem e regulam identidades, o mapeamento funciona como um contraponto a esse mecanismo. Ao nomear e visibilizar sujeitos historicamente apagados, o levantamento desafia a lógica binária sobre a qual se estruturam os sistemas acadêmicos e administrativos, abrindo espaço para políticas mais inclusivas e humanizadas.

Do ponto de vista institucional, a experiência produziu desdobramentos concretos. Os dados coletados têm subsidiado o debate sobre a ampliação de banheiros agêneros nos campi, a revisão dos formulários administrativos que ainda restringem opções de gênero e o aperfeiçoamento das políticas de cotas para pessoas trans e de nome social. Além disso, o mapeamento reforçou a importância de integrar a



variável “identidade de gênero” aos sistemas de informação da universidade, como o SIGAA e o Sistema Eletrônico de Informação (SEI), de modo a tornar o monitoramento permanente e atualizado.

O mapeamento da UnB mostrou que a produção de dados sobre a população trans contribui para uma compreensão mais precisa da composição da comunidade universitária, de modo a identificar demandas específicas e orientar ajustes em procedimentos internos, serviços e políticas existentes. O processo também evidenciou a importância de sistematizar informações de forma contínua para permitir leituras institucionais mais consistentes sobre a distribuição de pessoas trans e não binárias nos diferentes setores e para apontar aspectos da experiência acadêmica que requerem atenção.

Diante dos resultados, recomenda-se que a UnB mantenha o mapeamento como instrumento permanente, com atualizações periódicas e integração às ações de inclusão, a fim de acompanhar mudanças no perfil da comunidade e avaliar a efetividade das medidas adotadas. Mais do que um levantamento pontual, o mapeamento se apresenta como uma ferramenta de gestão que reúne informações essenciais para apoiar o planejamento e o monitoramento de ações institucionais relacionadas à diversidade presente na universidade.

Entre as limitações do levantamento, destaca-se o caráter voluntário da participação, que pode gerar subnotificação ou diferenças de engajamento entre setores da universidade. Além disso, trata-se de um mapeamento institucional específico, circunscrito ao contexto da Universidade de Brasília, o que limita generalizações para outros contextos do ensino superior brasileiro.

Espera-se que o relato desta experiência possa contribuir para que outras universidades desenvolvam iniciativas semelhantes, a fim de produzir diagnósticos mais precisos sobre suas comunidades e para orientar ações de inclusão baseadas em informações sistematizadas. Por fim, a descrição do percurso metodológico e institucional adotado na UnB oferece subsídios que podem ser adaptados a diferentes realidades, de modo a apoiar a formulação de políticas mais alinhadas à diversidade existente no ensino superior.

Referências:

ANTRA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. *Boletim 02/2020: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais no Brasil*. Brasília, 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2020/05/boletim-2-2020-assassinatos-antra.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2025.

ANTRA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. *Dossiê Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais no Brasil – 2022*. Brasília, 2022. Disponível em: https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2022/01/2022_Antra_Dossi_eAssassinatosEViolencias.pdf. Acesso em: 15 nov. 2025.

ANTRA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. *Dossiê Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais no Brasil – 2024*. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/apesar-de-queda-brasil-se-gue-como-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-no-mundo1>. Acesso em: 15 nov. 2025.

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

BENTO, Berenice. *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2017.

COORDENAÇÃO LGBTQIA+ DA SDH. *Pesquisa Mapeamento de Pessoas Trans e Não Binárias na Universidade de Brasília (UnB)* [formulário online, acesso restrito]. Brasília: Universidade de Brasília, 2025. Acesso em: set. 2025.

FERES JÚNIOR, João; ZONINSEIN, Jonas (orgs.). *Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas*. Brasília: Editora UnB, 2006.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.



JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientação sexual e identidade de gênero: conceitos e termos*. Brasília: [s.n.], 2012.

LAURETIS, Teresa de. *A tecnologia do gênero*. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242. (original de 1987).

MOEHLECKE, Sabrina. *Ação afirmativa: história e debates no Brasil*. Cadernos de Pesquisa, n. 123, p. 197-217, jul. 2004.

NASCIMENTO, Letícia. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NOGUEIRA DE ANDRADE, Luma. *Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa de gênero*. Fortaleza: EdUECE, 2015.

PAIXÃO, Marcelo; CARVANO, Luiz. *Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil 2007-2008*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VERGUEIRO, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, 2015.

Mapeo institucional de la población trans y no binaria en la Universidad de Brasilia: experiencias en la recopilación de datos para políticas de inclusión

Resumen. Este relato de experiencia presenta el proceso de concepción, ejecución y análisis del Mapeo Institucional de la Población Trans y No Binaria de la Universidad de Brasilia, realizado en 2025 por la Secretaría de Derechos Humanos (SDH), por medio de la Coordinación LGBTQIA+. La iniciativa se desarrolló ante la ausencia de datos sistematizados sobre esta población, lo que dificultaba la planificación y el seguimiento de acciones orientadas a la inclusión y a la permanencia. El artículo describe el recorrido metodológico adoptado, los cuidados éticos implicados y los principales resultados obtenidos, con énfasis en la

diversidad de identidades de género, la predominancia de personas no binarias entre las/os respondentes y la significativa demanda por baños sin marcación de género. También aborda cómo la sistematización de los datos contribuyó a hacer visibles experiencias antes poco reconocidas por las estructuras administrativas, en diálogo con debates sobre tecnologías de género (LAURETIS, 1987). La experiencia evidencia la relevancia de producir información consistente en interlocución con la comunidad universitaria.

PALABRAS CLAVE: Personas trans. Universidad. Políticas de inclusión. Tecnologías de género. Mapeo institucional.

Caio Henrique INÁCIO FERREIRA,
Universidade de Brasília - UnB

Assistente Social da Universidade de Brasília (UnB) lotado na Secretaria de Direitos Humanos (SDH). Mestre em Políticas Públicas para Infância e Juventude – CEAM-UnB. Foi residente em Atenção Básica pela Fiocruz/Brasília e tem bacharelado em Pedagogia pela faculdade IBRA (2020). Ex-professor da Secretaria de Educação do DF. Foi tutor do Projeto Raízes voltado ao apoio e acompanhamento de estudantes indígenas, imigrantes e refugiados da UnB. Realizou estágio no Serviço de Estudos e Atenção a Usuários de Álcool e Outras Drogas (SEAD) do Hospital Universitário de Brasília (HuB) e participante/bolsista do Programa de Educação Tutorial de Serviço Social (PET/SER) com ênfase na infância, juventude e socioeducação. Desenvolve pesquisas sobre os temas: Infâncias. Política Social, Saúde, Álcool e outras Drogas, Direitos Humanos, Diversidade, Saúde Mental.

<https://orcid.org/0009-0002-9978-3780>

Benedito RODRIGUES DOS SANTOS,
Universidade de Brasília - UnB

Possui mestrado em Ciências Sociais Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996), doutorado em Antropologia pela Universidade da Califórnia Berkeley (2002),



pós-doutorado pelas universidades Johns Hopkins (2005) e da Califórnia em Los Angeles (2006). Atualmente é professor/pesquisador colaborador do Centro Avançado de Estudos Multidisciplinares da Universidade de Brasília - CEAM/UnB, Mestrado Profissional em Políticas para Infância e Juventude - PPGPIJ. Seus temas de pesquisa são: Formações culturais globais, contextos locais e construção de subjetividades. Cidadania, direitos humanos de crianças e adolescentes e políticas públicas. Poder, alteridade e formas de violência contra crianças e adolescentes. Estudos históricos e socio-antropológicos da infância e da adolescência e processos de construções/negociações identitárias. Possui expertise em estudos etnográficos comparativos entre Brasil e Estados Unidos. Sua linha de pesquisa atual é Políticas públicas, redes de proteção e atendimento à infância e juventude. Tem realizado consultorias de longa duração para organismos das Nações Unidas, Fundo das Nações Unidas para Infância UNICEF-Brasil e organizações não-governamentais internacionais como a Childhood Brasil. É Diretor do Instituto dos Direitos da Criança e do Adolescente - INDICA.

*Recebido em: 20/01/2026
Aprovado em: 12/04/2026*



REVISÃO NARRATIVA



Assistência à saúde para a população transgênero no Brasil: avanços e limitações

Gabriela Garcia de Carvalho Laguna, *Universidade Federal do Sul da Bahia*

Leticia Defensor da Silva Santos, *Instituto Multidisciplinar em Saúde da Universidade Federal da Bahia*

Adriano Maia dos Santos, *Instituto Multidisciplinar em Saúde da Universidade Federal da Bahia*

Resumo. Trata-se de uma revisão narrativa com o objetivo de descrever a assistência à saúde da população transgênero brasileira. Para a seleção bibliográfica, os unitermos “*Transgender Persons*”, “*Health Assistance*”, “*Health Services for Transgender Persons*”, “*Brazil*” e “*Pandemics*” foram combinadas com os operadores booleanos *OR* e *AND* em buscas em inglês e português nas bases de dados Periódicos CAPES, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde e *Scientific Electronic Library Online*, sendo incluídos trabalhos publicados entre 2012-2025. É apresentado um panorama da assistência à saúde da população trans, incluindo avanços e conquistas, limitações e desafios, bem como repercussões da pandemia da COVID-19. Os resultados dessa pesquisa podem ser utilizados como base para o desenvolvimento e o aprimoramento de programas que visem a melhoria da assistência a essa população, visando a superação dos desafios e a continuidade dos avanços alcançados.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoas Transgênero. Assistência à Saúde. Serviços de Saúde para Pessoas Transgênero. Equidade em Saúde.

Introdução

As pessoas transgênero (pessoas trans) possuem identidades de gêneros que diferem das pressupostas pelo binarismo de gênero e pela heteronormatividade; assim, questionam e opõem-se à lógica hegemônica de sexo biológico como determinante de identidade de gênero e, por isso, como outros indivíduos que fogem desta lógica, são alvos de estigmatização e violência (BRASIL, 2015, POPADIUK; OLIVEIRA; SIGNORELLI, 2017). Essa população está entre as que mais sofrem violência no Brasil que, de acordo com Organização Não Governamental *Transgender Europe* (2016), é o país onde ocorrem mais homicídios de pessoas trans no mundo.

Para melhor compreensão, faz-se necessário esclarecer alguns termos – transgênero, travesti e transexual – que serão usados com frequência neste artigo. Compreendendo o gênero como “a forma como as pessoas se entendem, independentemente da genitália” (BRANT et al., 2017, p. 10), e como uma construção sociocultural, histórica, política e atravessada por relações de poder, transgênero é um termo abrangente que se refere às pessoas cujas identidades de gênero e/ou formas de vivenciar e expressar o gênero diferem daquelas que lhes foram atribuídos no nascimento com base em critérios biológicos (BRANT et al., 2017; BRASIL, 2013; BUTLER, 2016; MOREIRA, 2020). Em síntese, trata-se de quem “não se identifica com o gênero que lhe designaram ao nascer” (BRANT et al., 2017, p. 10).

Essa compreensão rompe com a ideia de que sexo e gênero são naturais ou fixos, reconhecendo que o gênero é produzido por discursos, normas e práticas sociais, podendo ser vivido de maneira diversa, fluida ou não normativa (BUTLER, 2016). Assim, a transgeneridade engloba mulheres trans, homens trans, travestis e pessoas não binárias, afirmando o direito de cada pessoa se reconhecer, se nomear, se narrar, ser quem é, existir e se valorizar para além das versões atribuídas sobre si e das expectativas impostas por um sistema binário e heteronormativo de gênero (ARARUNA, 2017; FRAGA; NOGUEIRA, 2022; HERZER, 2007).

Apesar da oferta assistencial no Sistema Único de Saúde (SUS), as pessoas transgênero frequentemente buscam serviços de saúde no setor privado ou através de práticas informais, sendo estas seguras ou não. Isso ocorre devido a longos períodos de espera no sistema público para acesso ao Processo Transexualizador (PrTr), que neste artigo será referido como processo de afirmação de gênero, bem como à adequada



tratativa recebida por essa população na rede privada (OLIVEIRA *et al.*, 2022). Logo, o atendimento à saúde dessa população é vivenciado como desafio e, por vezes, a procura de atendimento profissional à saúde é encarado como último recurso (SOUZA *et al.*, 2015).

Os profissionais de saúde devem exercer sua prática de forma qualificada e eticamente comprometida, com respeito à diversidade de gênero e às características individuais dos sujeitos atendidos (ROSA *et al.*, 2019). De forma específica às pessoas trans, os profissionais podem auxiliá-las a afirmar e reconhecer sua identidade de gênero, oferecendo acolhimento e realizando um plano de atendimento adequado às necessidades individuais. Esse acompanhamento requer uma equipe multiprofissional, dada a complexidade e as especificidades de saúde envolvidas no processo de afirmação de gênero.

O processo de afirmação de gênero pode envolver intervenções clínicas no corpo das pessoas trans, como hormonização, cirurgias, além de acompanhamento com fonoaudiólogo e psicólogo, visando a expressão e reafirmação da identidade de gênero (COLEMAN *et al.*, 2012; CARRIER; SOUZA; AGUIAR, 2014). Essa abordagem regulamentada pelo SUS busca garantir o acesso universal e integral à atenção à saúde da população trans, reafirmando sua identidade de gênero e promovendo direitos fundamentais de saúde e dignidade (Brasil, 2013).

É fundamental reconhecer a pressão das normas que reduzem o gênero ao sexo biológico, coagindo corpos trans a se conformarem a padrões binários e medicalizados, e compreender que as intervenções de afirmação de gênero devem ser planejadas de forma singular, de acordo com as demandas de cada pessoa (CHAVES, 2021; NERY, 1984).

Dentre as demandas desta população, têm-se acompanhamento endócrino e psicológico, vigilância de peso e do funcionamento dos órgãos, e controle do colesterol, os quais são aderidos com base nas especificidades do sujeito. Para além disso, as pessoas trans compartilham necessidades comuns a qualquer pessoa, como acompanhamento regular, vacinação, adoção de hábitos saudáveis, prevenção, rastreio e tratamento de doenças. Em decorrência da diversidade de intervenções e vivências neste processo, assim como a incipiência da produção de saberes nesta área quando comparada a outras, a realização de mais estudos que contemplem as experiências de pessoas trans no atendimento à sua saúde é imprescindível para um cuidado integral centrado em suas necessidades cotidianas (OLIVEIRA *et al.*, 2022, ROSA *et al.*, 2019).

Em 2006, a partir da Carta de Direito dos Usuários da Saúde, o uso do nome social tornou-se um direito nos serviços de saúde pública em geral e, em 2008, a comunidade trans conquistou a ampliação do seu direito a serviços de saúde e ao processo de afirmação de gênero, por meio do SUS (BRASIL, 2007). Nesta perspectiva, tem-se a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSILGBT), formulada em 2011, com o objetivo de promover a saúde integral desta comunidade (BRASIL, 2013). Em consonância com os eixos da operacionalização do PNSILGBT, que propõe o monitoramento e a avaliação das ações de saúde, busca-se, por meio dessa revisão narrativa, identificar os avanços e os desafios relativos à assistência à saúde da população transgênero brasileira entre 2012-2025.

Método

Este estudo é uma revisão narrativa de literatura, de caráter qualitativo. Esta abordagem é útil para descrições e discussões teóricas e conceituais a partir da análise e da interpretação de diferentes fontes bibliográficas, apresentando um panorama ampliado sobre o tema eleito (ROTHER, 2007). Com esse propósito, foram considerados os critérios da *Scale for the Assessment of Narrative Review Articles* (SANRA), visando a construção de uma pesquisa de melhor qualidade. Este protocolo solicita que a revisão narrativa contenha: 1) justificativa e relevância do estudo, 2) objetivos concretos, 3) descrição da literatura, 4 e 5) referências e nível de evidência dos principais argumentos, 6) apresentação apropriada dos dados (BAETHGE; GOLDBACK-WOOD; MERTENS, 2019).

Inicialmente, foram selecionados descritores - “*Transgender Persons*”, “*Health Assistance*”, “*Health Services for Transgender Persons*”, “*Brazil*”, e “*Pandemics*” - e seus *entry terms* disponíveis no portal *Medical Subject Headings* (MeSH, [s.d.]), bem como seus equivalentes em português. A partir de combinações com os operadores booleanos *OR* e *AND*, buscas foram realizadas nas bases de dados - Periódicos Capes, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO).

A triagem e a análise dos estudos foram feitas manualmente, a partir de fevereiro de 2023. Foram incluídos artigos publicados entre



2012 e 2025, que respondessem às dimensões pré-selecionadas e descritas no Quadro 1; sendo excluídos outros gêneros textuais, artigos publicados fora do período estabelecido ou não relacionados à temática. A amostra bibliográfica dos resultados foi composta por 24 estudos.

Quadro 1. Dimensões analisadas referente à assistência à saúde da população transgênero brasileira.

Dimensões	Significado	Artigos selecionados
<i>Panorama da assistência à saúde de pessoas transgênero no Brasil</i>	Contextualização do processo de reconhecimento e de validação dos direitos dessa população, bem como das lacunas para a ampliação da assistência à sua saúde.	COSTA, A. B.; PASE, P. F.; CAMARGO, E. S. de; GUARANHA, C.; CAETANO, A. H.; KVELLER, D.; ROSA FILHO, H. T. da et al. Effectiveness of a multidimensional web-based intervention program to change Brazilian health practitioners' attitudes toward the lesbian, gay, bisexual and transgender population. Journal of Health Psychology , Londres, v. 21, 2016. DOI: https://doi.org/10.1177/13591053166628748 .
<i>Avanços e conquistas</i>	Apresentação de um histórico de avanços nos debates e em programas de educação em saúde, além de conquistas de direitos relacionados à assistência.	DE VRIES, E.; KATHARD, H.; MÜLLER, A. Debate: Why should gender-affirming health care be included in health science curricula? BMC Medical Education , Londres, v. 20, p. 1–10, 2020.
<i>Desafios e limitações</i>	Explanação acerca dos desafios para a efetivação de direitos e limitações para maior amplitude e melhor qualidade da assistência.	DIAS, W. P.; NUNES, T. S.; NASCIMENTO, I. M. R.; ABADE, E. A. F.; DULTRA, L. S.; MARINHO, M. L.; RIBEIRO, G. S.; NERY, J. S. Pessoas transgênero e travestis em situação de rua em Salvador: um estudo descritivo sobre perfil sociodemográfico e acesso a serviços de assistência social e saúde, Brasil, 2021 e 2022. Epidemiologia e Serviços de Saúde , Brasília, v. 33, n. esp. 1, e2024515, 2025.
<i>Repercussões da pandemia da COVID-19</i>	Descrição de efeitos do contexto pandêmico sobre a assistência à saúde pela população transgênero.	FERNANDES, H.; BERTINI, P. V. R.; HINO, P.; TAMINATO, M.; SILVA, L. C. S. da; ADRIANI, P. A. et al. Violência interpessoal contra homossexuais, bissexuais e transgêneros. Acta Paulista de Enfermagem , São Paulo, v. 35, eAPE01486, 2022. FONSECA, Y. S.; LAGUNA, G. G. C.; PAULO, V. S.; SANTOS, L. S.; COELHO, L. S.; BORGES, G. F.; SANTOS, R. S. Transformações e identidade: uma análise das cirurgias de transgenitalização no contexto brasileiro. Journal of Nursing and Health , [S. l.], v. 14, n. 3, e27090, 2024. HANAUER, O. F. D.; HEMMI, A. P. A. Caminhos percorridos por transexuais: em busca pela transição de gênero.

		Saúde e Debate, Brasília, v. 43, p. 91–106, 2020. HOAGLAND, B.; TORRES, T. S.; BEZERRA, D. R. B.; BENEDETTI, M.; PIMENTA, C.; VELOSO, V. G. et al. High acceptability of PrEP teleconsultation and HIV self-testing among PrEP users during the COVID-19 pandemic in Brazil. Brazilian Journal of Infectious Diseases, São Paulo, v. 25, 2021, p. 101037. LAZCANO, C.; TONELI, M. J. F. Producción de sentidos sobre la integralidad en la asistencia en salud a personas trans*. Revista de Estudios de Género y Feminismo, [S. l.], v. 29, 2021. DOI: 10.1590/1806-9584-2021v29n366168. LUCENA, M. M.; FERREIRA, G. G.; FLOSS, M.; MELO, D. A. C. Para além do processo transexualizador: concepção e implementação de um serviço despatologizador e integral à saúde trans e travesti no contexto da atenção primária à saúde na cidade de Porto Alegre (RS). Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, [S. l.], 2022, p. 2873–2873. MAGNO, L.; SILVA, L. A. V.; VERAS, M. A.; PEREIRA-SANTOS, M.; DOURADO, I. Estigma e discriminação relacionados à identidade de gênero e à vulnerabilidade ao HIV/aids entre mulheres transgênero: revisão sistemática. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 35, 2019. DOI: 10.1590/0102-311X00112718 MENDES, L. G.; JORGE, A. O.; PILECCO, F. B. Proteção social e produção do cuidado a travestis e a mulheres trans em situação de rua no município de Belo Horizonte (MG). Saúde e Debate, Brasília, v. 43, p. 107–119, 2020. MONTEIRO, S.; BRIGEIRO, M. Experiences of transgender women/transvestites with access to health services: progress, limits, and tensions. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 35, 2019, p. e00111318. OLIVEIRA, E. M.; OLIVEIRA, J. F.; SUTO, C. S. S.; PORCINO, C.; ALMEIDA, S. P.; OLIVEIRA, D. S. Espaços institucionais de saúde como “não lugar” de travestis nas representações sociais de enfermeiras. Revista Baiana de Enfermagem, Salvador, v. 34, 2020. DOI: 10.18471/rbe.v34.35603.



	PETRY, A. R. Transgender women and the Gender Reassignment Process: subjection experiences, suffering and pleasure in body adaptation. Revista Gaúcha de Enfermagem, Porto Alegre, v. 36, p. 70–75, 2015. PINHEIRO, T. F.; CARVALHO, P. G. C.; NOLASCO, G.; SANTOS, L. A.; VERAS, M. A. S. M. Dificuldades e avanços no acesso e no uso de serviços de saúde por mulheres trans e travestis no Brasil. Revista Brasileira de Epidemiologia, Brasília, v. 27, supl. 1, e240007.supl.1, 2024. REIS, P. S. O.; NEVES, A. L. M.; THERENSE, M.; HONORATO, E. J. S.; TEIXEIRA, E. Veiled transphobia: nurses-created meanings vis-à-vis the user embracement of transvestites and transgenders. Revista Pesquisa, Cuidado e Fundamental Online, [S. l.], p. 80–85, 2021. RIBAS, S. M.; SILVA, A. B. Revisão integrativa: estudos sobre redução de danos voltada para população de mulheres trans e travestis. Saúde em Debate, Brasília, v. 47, n. spe1, e18976, p. 1–8, 2023. ROCON, P. C.; WANDEKOKEN, K. D.; BARROS, M. E. B.; DUARTE, M. J. O.; SODRÉ, F. Acesso à Saúde pela população trans no Brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa. Trabajos de Educación y Salud, [S. l.], v. 18, e0023469, 2019. SILVA, R. G.; ABREU, P. D.; ARAÚJO, E. C.; SANTANA, A. D. S.; SOUSA, J. C.; LYRA, J. et al. Vulnerability in the health of young transgender women living with HIV/AIDS. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, v. 73, e20190046, 2020. SILVA, L. K. M.; SILVA, A. L. M. A.; COELHO, A. A.; MARTINIANO, C. S. Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais. Physis, Rio de Janeiro, v. 27, p. 835–846, 2017. SOUZA, L. B. F.; FERNANDES, R. M.; SOUSA, L. M. Assistência à saúde do homem transgênero durante o ciclo gravídico puerperal: Uma revisão integrativa. Nursing, [S. l.], 2022, p. 8566–8577. TORRES, T. S.; HOAGLAND, B.; BEZERRA, D. R. B.; GARNER, A.; JALIL, E. M.; COELHO, L. E. et al. Impact of COVID-19 Pandemic on Sexual Minority Populations in Brazil:

		An Analysis of Social/Racial Disparities in Maintaining Social Distancing and a Description of Sexual Behavior. AIDS and Behavior, [S. l.], v. 25, p. 73–84, 2021. VIEIRA, E. S.; PEREIRA, C. A. S. R.; DUTRA, C. V.; CAVALCANTI, C. S. Psicologia e Políticas de Saúde da População Trans: Encruzilhadas, Disputas e Porosidades. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 39, e228504, p. 161–173, 2019. VIEIRA, V. F.; GOLDBERG, A.; DÍAZ BERMÚDEZ, X. P. C. Transexualidade e assistência à saúde no Brasil: uma discussão teórico-conceitual sobre a influência do binarismo de gênero. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 30, n. 4, e08942023, 2025.

Fonte: Elaboração própria (2026).

Resultados

Panorama da assistência à saúde de pessoas transgênero no Brasil

A validação dos direitos da população trans e de suas identidades enquanto sujeitos no Brasil ocorre alinhada e articulada à ampliação do SUS. Desse modo, os princípios de universalidade, equidade e integridade baseiam políticas para essa população (BRASIL, 2017). O histórico de patologização e medicalização das identidades trans, contudo, a partir de uma perspectiva de normalidade física e mental cisgênera fomenta estigmas e restrições sociais com impactos diretos que culminam em exclusão social, inclusive dentro do SUS, caracterizando-se como transfobia institucional (BRASIL, 2013, MONTEIRO; BRIGEIRO, 2019, HANAUER; HEMMI, 2020). Nesse contexto, é essencial garantir espaços de cuidado que respeitem as identidades de gênero e as decisões das pessoas trans sobre seus corpos, reconhecendo a legitimidade de diferentes formas de existir (VIEIRA; GOLDBERG, BERMÚDEZ, 2025).

Dessa forma, compreender-se enquanto pessoa trans, ser reconhecida como tal e ter suas necessidades em saúde atendidas é diverso, dinâmico, complexo e atravessado por diversos conflitos subjetivos, não raras vezes também trata-se de um processo invisível ao convívio social e à rede de saúde que deve assisti-la (HANAUER; HEMMI, 2020). Ademais, apenas na cidade de São Paulo, foram notificados, no Sistema de Informações e Agravos de Notificação, 1.764



casos de violência interpessoal - psicológica, física, sexual -, associada à transfobia entre 2016-2020 e reconhece-se a subnotificação dessa realidade, que afeta sobretudo travestis e mulheres transgênero jovens, especialmente com menor escolaridade (FERNANDES *et al.*, 2022). As consequências do estigma relacionado à identidade de gênero, incluindo diversas formas de violência, reforçam vulnerabilidades, como a exposição às infecções sexualmente transmissíveis, inclusive, o Vírus da Imunodeficiência Humana - hiv/aids (MAGNO *et al.*, 2019; SILVA *et al.*, 2020, FERNANDES *et al.*, 2022).

Lacunas da assistência à população trans são evidentes pela escassez dessa população nos serviços de saúde, em especial na Atenção Primária à Saúde (APS), o que dificulta a implementação de ações de cuidado longitudinais e resolutivas (SILVA *et al.*, 2017). Para superar essa realidade, precisa-se ultrapassar questões estruturais além das relativas à educação, religião, construções sociais de gênero e sexualidade, as quais precisam ser discutidas em âmbito social, nos currículos de cursos de saúde e em capacitações profissionais, visando maiores compreensão, tolerância e acolhimento à população transgênero, bem como a promoção da equidade em saúde (SILVA *et al.*, 2017, MONTEIRO; BRIGEIRO, 2019, DE VRIES; KATHARD; MÜLLER, 2020, FONSECA *et al.*, 2024). Reafirma-se, portanto, que o acesso da população trans à assistência à saúde não pode ser limitado aos processos de afirmação de gênero. Nesse sentido, o Projeto Terapêutico Singular (PTS) para pessoas transgênero, deve ser produto da discussão de uma equipe multiprofissional e interdisciplinar em interlocução com a população trans e deve buscar compreender suas demandas e necessidades (BRASIL, 2019).

Na puberdade, a insatisfação do jovem com o corpo não congruente com sua identidade de gênero pode tornar-se mais intensa, causando sofrimento e é comum que nessa fase seja feito o uso de hormônios, silicone industrial, faixas peitorais, *binders* e outros métodos para ocultar mudanças corporais relacionadas ao adolecer, muitas vezes sem recomendação ou acompanhamento de profissionais de saúde. Desse modo, o acompanhamento em saúde adequado pode evitar cirurgias corretivas no futuro, bem como morbidades - anorexia nervosa, fobia social, depressão, ideação suicida, uso abusivo de álcool e outras drogas e transtornos de conduta relacionados à vivência corporal. Apesar dessas consequências, o Conselho Federal de Medicina (CFM), através da resolução 2.427, de 08 de abril de 2025, aumentou as idades mínimas para o bloqueio da puberdade, a terapia hormonal e os procedimentos

cirúrgicos como elementos do processo de afirmação de gênero, para 18 anos. Nos serviços especializados, a reposição de hormônios e a administração de medicamentos visando a congruência corporal à identidade de gênero, são permitidos de acordo com o estabelecido no PTS e acompanhada por um médico endocrinologista, ginecologista ou urologista e outros profissionais da equipe multiprofissional, para procedimentos cirúrgicos esse acompanhamento deve ser de por pelo menos um ano (CFM, 2025). Nesse cenário, reforça-se a importância do acolhimento precoce, o apoio à afirmação de gênero, o cuidado contínuo e a articulação com outros serviços.

Destaca-se que o cuidado deve ser construído a partir do acolhimento, da humanização e da integralização do cuidado à pessoas trans (SILVA *et al.*, 2017). No caso de homens trans que gestam ou estão no puerpério, por exemplo, o acesso à assistência à saúde é atravessada por uma série de receios de serem discriminados, não raras vezes alinhados a carência de orientações adequadas quando busca o serviço de saúde, a falta de evidências e de capacitação profissional para receber e atender as necessidades dessa população (SOUZA *et al.*, 2022).

Com relação aos processos de afirmação de gênero, a geração, condição financeira e realidade de pertencimento à redes influenciam no tipo de procedimento procurado e no modo como as intervenções corporais são combinadas (MONTEIRO; BRIGEIRO, 2019). Mulheres transexuais que vivenciam processos de construção de corpos femininos com cirurgias de afirmação de gênero e terapia hormonal descrevem diversas adaptações: de comportamento, postura, treino da voz, uso de hormônios, dilatação do canal vaginal, além da possibilidade de complicações cirúrgicas e do seu enfrentamento. Este corpo é idealizado para se adequar e servir como um marcador da identidade de gênero, visando legitimidade e reconhecimento social, o que traz prazeres, mas não é livre de sofrimentos. Nesse sentido, destaca-se que os processos de afirmação de gênero compõem uma construção identitária cotidiana e gradual que não se encerra nas intervenções médicas e que o conceito dualista de gênero é restrito e não contempla todas as possibilidades de existência (PETRY, 2015).

A literatura latino-americana corrobora diversas evidências apresentadas, inclusive por também enfrentar desafios gerais nos serviços em saúde, como burocracia para acesso, falta de pontualidade e qualidade de consultas especializadas. Pessoas trans enfrentam ainda barreiras específicas - como desconforto com profissionais, patologização da identidade, pressão para se adequar ao binarismo de



gênero, negação de atendimento, experiências de violência, dificuldade de acesso à terapia hormonal, insatisfação com os serviços de afirmação de gênero, funcionamento matutino do sistema público, associação entre hiv e identidade trans, medo da testagem, resistência ao uso do nome social, discrepância entre cobertura e acesso e centralização do atendimento - situações que frequentemente levam à automedicação e à auto administração de hormônios sem supervisão, aumentando sua vulnerabilidade e tornando o acesso à saúde caro e difícil (SEVILLA, 2016; DOMINGUEZ, RAMIREZ, ARRIVILLAGA, 2018; DONOSO, NUÑES, PARRA-VILLARROEL, 2018; ZALAZAR et al., 2018; CALDERÓN-JARAMILLO et al., 2020). Considerando essa complexidade, discute-se nos tópicos posteriores quanto aos avanços e desafios da assistência à população trans no Brasil.

Avanços e conquistas

A partir de uma análise cronológica, é possível evidenciar que a discussão acerca da população transgênero, com a sua participação nesses debates, embora ainda tenha muito a avançar, aos poucos evolui e acompanha o acesso a direitos relativos à saúde, que inclui a oferta de educação permanente para profissionais da área.

No contexto brasileiro, em 2012 foi publicado o Manifesto da Rede Internacional pela Despatologização Trans, prismando pelo reconhecimento dessas identidades. Em 2013, o nome social passou a ser incluído no cartão do SUS e o processo de afirmação de gênero foi estendido aos serviços de saúde. Em 2014, houve a reivindicação de grupos por uma maior cobertura do SUS quanto a processos de afirmação de gênero no seminário “Travestilidade e Transsexualidade no SUS”. Em 2015, o Ministério da Saúde publicou o livro “Transexualidade e travestilidade na saúde” centrado nos desafios da promoção de equidade em saúde para pessoas trans, houve a inclusão dos campos “identidade de gênero” e “orientação sexual” na ficha de notificação de violência, bem como foi ofertado pela primeira vez o curso “Política Nacional LGBT”, disponível gratuitamente na plataforma UNASUS, pela UERJ. Em 2016, com a 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT, foi discutido o tema: “Por um Brasil que criminalize a violência contra LGBT” (POPADIUK; OLIVEIRA; SIGNORELLI, 2017, VIEIRA et al., 2019).

No período de 2014 a 2023, foram autorizadas 306 cirurgias de afirmação de gênero, das quais 290 destinavam-se a mulheres trans e 16

a homens trans, sendo observada maior concentração de aprovações nas regiões Sudeste e Sul do país (FONSECA *et al.*, 2024). Dados epidemiológicos apresentam uma constância na realização das cirurgias ao longo dos anos, porém, a ampliação delas em todo o país segue sendo necessária, como ocorreu em Pernambuco (POPADIUK; OLIVEIRA; SIGNORELLI, 2017).

Em 2018, o Conselho Federal de Psicologia regulamentou o reconhecimento da autodeterminação de identidade de gênero no exercício profissional, opondo-se à discriminação contra a população transgênero. Em 2019, o Manual Diagnóstico de Transtornos Mentais (DSM-V) suprimiu o termo “transtorno de identidade de gênero”, embora tenha incluído o termo “disforia de gênero”; na 72ª Assembleia Mundial de Saúde, a transexualidade como doença - “transtorno de identidade de gênero” - foi suprimida da Classificação Internacional de Doenças/CID-11 (2019), por meio do qual foi criado um novo capítulo relacionado à saúde sexual, que a identifica como “incongruência de gênero”, o qual entrou em vigor em 2022. (VIEIRA *et al.*, 2019).

Aborda-se, também, as ações e os projetos que se mostraram efetivos para a população trans. Com relação às ações educativas desenvolvidas, ocorreu uma intervenção multidimensional - educacional, afetiva e comportamental - acerca da população LGBTQIAP+, suas características e necessidades específicas de saúde em Porto Alegre, a qual avaliou mudanças de atitudes dos profissionais de saúde em relação ao preconceito de gênero e sexual. Um total de 307 profissionais de saúde atuantes em diferentes níveis de atenção à saúde se inscreveram e completaram o acompanhamento. Os efeitos foram significativos, demonstrando-se uma ação de baixo custo e confiável, e um avanço no que tange às parcerias entre Universidades e Secretarias de Saúde. Assim, os autores sugerem políticas contínuas de redução do preconceito no âmbito estadual e nas ruas, a partir da promoção da educação integral LGBT+. (COSTA *et al.*, 2016)

Sobre os espaços promovidos para o atendimento da população transgênero, um relato de experiência também de Porto Alegre - Rio Grande do Sul, descreveu a criação do Ambulatório de Identidade de Gênero (AMIG) do Grupo Hospitalar Conceição. Trata-se de um serviço integral, que visa despatologizar o atendimento à saúde de pessoas trans e travesti no contexto da APS em um hospital público federal. As atividades foram iniciadas em outubro de 2020 e nos primeiros 4 meses foram atendidos 48 pacientes. Esse projeto justifica-se pelo fato da APS envolver atributos que são essenciais para se pensar a saúde, como a



localização favorável no território e a disponibilidade de serviços que atendam ao princípio da universalidade. Dado o promovido, serviços como esse são potentes para a formação profissional e consequentemente para a otimização da qualidade do atendimento da população trans no SUS. (LUCENA *et al.*, 2022)

Além disso, os resultados de uma pesquisa qualitativa que incluiu diferentes cidades da Colômbia, a partir da escuta das experiências de pessoas trans, mobilizou mudanças em uma prestadora de serviços de saúde quanto aos processos relativos à saúde sexual e reprodutiva, ao reconhecer suas necessidades específicas (CALDERÓN-JARAMILLO *et al.*, 2020). Isso reforça a importância de pesquisas centradas no usuário trans dos serviços para viabilizar transformações no SUS. Nesse sentido, em um estudo qualitativo, no qual foram apresentadas narrativas de nove mulheres trans e travestis de camadas populares da Baixada Fluminense - Rio de Janeiro, são descritas experiências de acesso aos serviços de saúde para embasar uma discussão sobre discriminação sexual e de gênero, bem como de demandas quanto aos serviços de transição de gênero e prevenção da aids. As entrevistadas destacaram avanços sociais comparados a anos anteriores, como não discriminação por sua condição pelos profissionais de saúde, esses avanços também são devido à agência das trans e travestis para obter atendimento, hoje com mais redes de contatos e consciência de seus direitos (MONTEIRO; BRIGEIRO, 2019). De forma semelhante, participantes de uma pesquisa qualitativa realizada em Manaus, Campo Grande, Porto Alegre e São Paulo relataram experiências positivas de acolhimento e respeito, apontando uma mudança em curso nos serviços; identificaram maior oferta e qualificação da assistência, além de expressarem expectativas quanto à ampliação de serviços, tecnologias e capacitação permanente das equipes de saúde (PINHEIRO *et al.*, 2024).

Destaca-se, ainda, a importância da ampliação de políticas afirmativas voltadas à educação e à formação profissional de travestis e mulheres trans. Embora não estejam diretamente ligadas ao setor saúde, tais políticas impactam significativamente os determinantes sociais da saúde, ao contribuírem para a redução da vulnerabilidade social, ampliação das oportunidades de inserção no mercado de trabalho e fortalecimento da autonomia dessa população, com reflexos diretos sobre seu acesso e continuidade nos serviços de saúde (RIBAS; SILVA, 2023).

Desafios e limitações

Mesmo por vezes negando discriminação direta pelos profissionais de saúde, pesquisas qualitativas descrevem resistência quanto ao uso do nome social, além de vivências subjetivas marcadas pelo estigma internalizado e pela associação frequente ao hiv (MONTEIRO; BRIGEIRO, 2019, PINHEIRO *et al.*, 2024, MENDES; JORGE, PILECCO, 2020, DIAS *et al.*, 2025). Essa é uma das tentativas de apagar ou desencorajar a expressão de identidades de gênero diferentes das normativas nos serviços de saúde, além da demora no atendimento, falta de privacidade e episódios de assédio e agressão (PINHEIRO *et al.*, 2024, MENDES; JORGE, PILECCO, 2020, DIAS *et al.*, 2025). Mulheres trans também indicaram que a prevenção ao hiv não figura entre suas principais demandas aos serviços, apesar das políticas específicas voltadas a essa finalidade (MONTEIRO; BRIGEIRO, 2019). Desse modo, evidencia-se que o binarismo de gênero atravessa as práticas assistenciais ao impor padrões cisnormativos aos corpos trans, desconsiderando seus desejos e vivências e restringindo seu protagonismo no cuidado à própria saúde (VIEIRA; GOLDBERG; DÍAZ BERMÚDEZ, 2025). Com esses apontamentos iniciais, abre-se a discussão sobre os desafios e limitações da assistência à saúde da população transgênero.

Embora o acesso ao processo de afirmação de gênero tenha sido ampliado, observa-se uma concentração dos processos nas regiões Sul e Sudeste, ainda mais evidente dentro das regiões. Devido a esses fatores, também é importante ponderar que a disponibilidade de serviços especializados não assegura o acesso da população a eles. (POPADIUK; OLIVEIRA; SIGNORELLI, 2017). Como exemplo, a oficialização do direito ao processo de afirmação de gênero no nível legal não garante seu acesso prático, tendo em consideração que a recorrência da população trans ao setor privado é uma realidade dada à longa espera no SUS para conseguir consultas e procedimentos (OLIVEIRA *et al.*, 2022). Nesse contexto, é fundamental reconhecer que, mais do que uma instância de triagem ou encaminhamento, a APS desempenha um papel estratégico no cuidado integral às pessoas trans, com potencial para um acolhimento qualificado, cuidado longitudinal e fortalecimento de vínculos, de modo a contribuir para a superação de barreiras históricas no acesso à saúde dessa população.

Uma revisão integrativa investigou o cuidado oferecido à saúde da população transgênero por profissionais da enfermagem na APS em 11 artigos advindos do Brasil, Estados Unidos e Canadá. Como corroborado



por pesquisas mencionadas, dentre seus resultados foi apontado o foco assistencial à população trans na prevenção e testagem do hiv/aids, enquanto outras dimensões da sua saúde carecem de atenção. Quando esse cuidado integral é requerido torna-se marcado por dúvida e insegurança, o que explicita o despreparo técnico e relacional destes profissionais nas especificidades do cuidado da transgeneridade. Devido à tratativa estigmatizada recebida por essa população - revelada em olhares, gestos e falas -, os autores ressaltam que sua presença é rara e invisibilizada nestes serviços. (CHAGAS; DOS SANTOS; DE JESUS, 2023) A associação entre essa população e hiv/aids é frequente, o que nota-se por pesquisas já mencionadas nesta revisão e no foco de políticas públicas nesse fator, porém, na narrativa de mulheres trans e travestis é expresso que essa não é a demanda principal que as motiva a buscar serviços de saúde (MONTEIRO; BRIGEIRO, 2019).

Os desafios para a garantia da universalização do acesso à saúde pela população transgênero e travesti no Brasil também é evidente nos serviços de saúde: é intensa a discriminação sofrida, como humilhação e julgamento moral, por essa população, sendo esta enfatizada como desafio principal e motivo de evasão de tratamentos em andamento, de resistência na busca por cuidados e invisibilização de pessoas trans nesses espaços. Essa vivência é acompanhada por sentimentos de angústia, tristeza e sofrimento psíquico às pessoas trans e travestis. Uma revisão do contexto brasileiro relata que tais práticas são baseadas em estereótipos de gênero pautados na heteronormatividade e em crenças religiosas que julgam pessoas trans como pecadoras ou doentes, assim, contribuindo para a patologização da transgeneridade. (ROCON *et al.*, 2019)

Entender os desafios vivenciados pelas pessoas transgênero nos atendimentos à saúde é essencial para ter-se uma visão fidedigna do Brasil neste aspecto, bem como para avaliar os serviços de saúde, como preconiza a PNSILGBT. Assim, uma pesquisa qualitativa de cunho etnográfico acompanhou o itinerário social de 49 travestis em cidade interiorana do Rio Grande do Sul com o objetivo de observar suas concepções sobre a violência que vivenciam, com destaque ao contexto familiar, da escola, delegacias e serviços de saúde. Foi notado a violência física como uma constante na vida das travestis, as quais encontraram no atendimento dos serviços de saúde uma continuidade dessa violência. As participantes relataram o desconhecimento dos profissionais de saúde sobre suas demandas específicas, a identificação pelo nome masculino no atendimento e, com isso, a revelação de sua identidade trans, e a falta

de resolutividade como sendo os principais empecilhos enfrentados nestes serviços públicos; também sentem-se incomodadas pela distância evidenciada pelos olhares e gestos dos profissionais e pelo julgamento moral. Ademais, os pesquisadores ressaltam que dado que estes profissionais não tiveram uma formação que contemplasse o universo trans é esperado que perpetuem essa violência simbólica. (SOUZA *et al.*, 2015). É reconhecido no discurso de enfermeiros entrevistados em pesquisa qualitativa a ausência de travestis na APS, a discriminação sofrida por elas, o consequente evitamento nestes serviços, e a falta de informação destas profissionais - explicitada pelo uso da expressão “desvio sexual” para referir a travestilidade (OLIVEIRA *et al.*, 2020). Nesse contexto, a população trans enfrenta barreiras que ultrapassam a dimensão biomédica, revelando-se em situações de negligência, preconceito e apagamento institucional, o que reforça suas condições de vulnerabilidade e aprofunda as desigualdades sociais às quais estão historicamente submetidas (RIBAS; SILVA, 2023).

Um estudo qualitativo conduzido com 38 profissionais da APS em municípios do interior paulista evidenciou o desconhecimento sobre as reais barreiras enfrentadas por pessoas trans nos serviços de saúde, além de ter identificado a reprodução de estigmas e a ausência de preparo técnico, associados à falta de formação e atualização sobre sexualidade e identidade de gênero, refletindo negativamente na qualidade do cuidado ofertado (MENEZES *et al.*, 2024). Esses achados evidenciam uma lacuna crítica na formação e na atualização dos profissionais de saúde, que compromete a qualificação do cuidado e o acolhimento da população trans. A ausência de conteúdos específicos sobre saúde LGBTQIAP+ contribui para o despreparo técnico e relacional, reforçando barreiras institucionais. Diante disso, destaca-se o papel fundamental dos movimentos sociais e do controle social na cobrança por mudanças estruturais e na promoção de práticas mais inclusivas nos serviços de saúde (RIBAS; SILVA, 2023, FERREIRA; BATISTA; BOILLET, 2024).

De forma semelhante, um estudo descritivo tratou dos sentidos sobre a integralidade nos serviços de saúde por meio das experiências de pessoas transgênero, médicos e funcionários de uma Secretaria Municipal de Saúde no sul do Brasil. Os resultados apontam que a equipe médica significa a integralidade no atendimento de forma tradicional, enquanto os usuários pedem a ampliação dessa noção, de forma a colocá-la em diálogo com suas demandas e experiências. Neste estudo, o desafio encontra-se na necessidade de mudança da dimensão relacional, isto é, nos vínculos entre médico e paciente. Pessoas trans



trazem uma relação horizontal e humanizada como potencializadora do serviço à saúde, o qual seria um espaço de cooperação, simetria e negociação (LAZCANO; TONELI, 2021). Os resultados de ambos os estudos brasileiros revelam o preconceito e o distanciamento entre profissionais e usuários dos serviços de saúde, o que vai de contra ao preconizado pelo PNSILGBT e pelo SUS sobre o acesso integral à saúde da população LGBTQIAP+, bem como a promoção de ações em saúde nesses espaços.

Em Belo Horizonte - Minas Gerais, um grupo de pesquisadores objetivou identificar as dificuldades e estratégias vivenciadas por 12 travestis em situação de rua, bem como suas percepções sobre os serviços do SUS e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Esta pesquisa foi realizada com observação participante, entrevistas semiestruturadas e grupo focal, as quais foram revisadas com Análise de Conteúdo. Em geral, as entrevistadas conhecem e acessam esses serviços. Todavia, relatam situações de violência, como o não uso do nome social pelos funcionários e a falta de privacidade nos banheiros coletivos, seguida por casos de assédio sexual e agressão física. O conhecimento sobre estes serviços e a criação de políticas públicas específicas para a população transgênero demonstram avanço no cenário nacional, porém, esse planejamento é comprometido pela não mensuração da magnitude desta população no Censo Demográfico do Brasil (MENDES; JORGE; PILECCO, 2020). Por outro lado, há descrições das representações sociais de enfermeiras acerca dos espaços de saúde como “não lugar” para travestis, isto é, um lugar não reconhecido como passível de pertencimento. Na análise foi possível identificar que estas profissionais perpetuam estereótipos e preconceitos relacionados às travestis, ocasionando atitudes discriminatórias nos atendimentos. Essa desinformação é refletida em dificuldades no atendimento, como confusão na admissão de uma paciente trans, na forma de dirigir-se à ela e no uso de seu nome social. As autoras ressaltam a necessidade de realizar-se capacitações para sensibilização de enfermeiras para que estas estejam preparadas para suprir as demandas específicas e ofereçam um atendimento humanizado às pessoas trans (OLIVEIRA *et al.*, 2020).

Um estudo qualitativo investigou os sentidos produzidos por enfermeiros de uma Unidade Básica de Saúde em Manaus - Amazonas acerca do acolhimento de pessoas travestis e transexuais na atenção básica. Foram realizadas 4 entrevistas, as quais foram revisadas a partir da técnica de Análise Construtivo-Interpretativa. Durante o acolhimento,

os enfermeiros sentem-se envergonhados e têm dificuldade em fazer perguntas, o que eles atribuem à lacuna técnica sobre questões de gênero e sexualidade em sua formação - caracterizada por uma rígida lógica de binarismo de gênero. Os autores frisam que compreender as possibilidades de sexualidades, desejos e necessidades específicas de pessoas trans é essencial para estar habilitado a oferecer um acolhimento adequado e equitativo (REIS *et al.*, 2021). Nesta revisão foram encontrados em maioria artigos com enfoque na perspectiva das pessoas transgênero, o que é relevante na medida em que conhecer suas experiências é essencial para reverter a invisibilidade dessa população. Porém, reitera-se também a necessidade de mais estudos com experiências de profissionais da saúde para que suas práticas sejam avaliadas e diálogos sejam construídos.

Em geral, a literatura brasileira sobre os desafios enfrentados no atendimento à saúde da comunidade transgênero concentra-se em pesquisas qualitativas com uso de entrevistas semiestruturadas para coleta de dados, que são realizadas com usuários trans e enfermeiros dos serviços. Eles convergem para a busca pelo setor privado dado a indisponibilidade no serviço público no município de residência, resistência da equipe ao uso do nome social, estigma institucional, dificuldade de diálogo entre profissionais e usuários trans, falta de conhecimento acerca das demandas específicas e não reconhecimento dessa população como cidadãos com direitos ao acesso à saúde.

Repercussões da pandemia da COVID-19

Com a pandemia da COVID-19 desigualdades já existentes, que perpassam raça/cor, identidade sexual e de gênero e classe social, emergem de forma mais exacerbada, e, assim, favorecem a particularização da disseminação do vírus e suas consequências. Nessa perspectiva, a população transgênero, que, como apontado anteriormente já apresenta vulnerabilidades, enfrenta insuficientes formas de prevenção da COVID-19 e outras doenças e dificuldade de acesso preexistente aos serviços de saúde, que foram potencializadas pelo contexto pandêmico. Com isso em consideração, analisaremos as repercussões desta pandemia na saúde da comunidade transgênero.

Dessa forma, um estudo transversal realizou um questionários *online* com usuários da profilaxia pré-exposição ao hiv (PrEP hiv) - método de prevenção à infecção pelo hiv - a fim de entender a aceitação de teleconsultas sobre PrEP hiv e de auto testagem para hiv durante o distanciamento social ocasionado pela pandemia da COVID-19. Dentre



os 680 participantes estão pessoas gays, bissexuais, pessoas transgênero e não-binárias que estão em aplicativos para encontros sexuais e em redes sociais (*Facebook* e *WhatsApp*). Neste questionário foram coletados dados sobre comportamento sexual no período de distanciamento social, uso diário da PrEP hiv, teleconsultas e auto testagem para hiv. Foi demonstrado aceitação das consultas *online* para prevenção ao hiv e os usuários deste método relatam experiências satisfatórias, assim, esses recursos foram utilizados durante o isolamento social e podem ser continuamente usados no SUS. Dado a estigmatização que essa comunidade enfrenta no Brasil, as teleconsultas e a entrega domiciliar dos auto testes para hiv são uma estratégia para evitar o constrangimento e desconforto sentido na busca presencial por atendimento à saúde e aumentar o acesso desta população a esses serviços (HOAGLAND *et al.*, 2021).

De forma semelhante, esses autores conduziram outro estudo transversal e através de um questionário *online* buscaram entender o impacto do distanciamento social e da pandemia na vida pessoal, comportamento sexual e acesso à PrEP hiv e tratamento antirretroviral (TARV) de 3486 HSM, pessoas transgênero e não-binárias. Dificuldade no acesso à antisséptico para as mãos e problemas financeiros foram questões comuns a toda a amostra. Por outro lado, os pesquisadores apontam que a quantidade de relatos sobre os desafios no acesso à saúde pelas pessoas transgênero na amostra foi preocupante. Logo, foi notado adoecimento mental, presença de pensamentos suicidas e uso de tabaco e outras drogas ilícitas nesta população, o que sugere que o distanciamento social a está afetando de forma desproporcional. Os autores reforçam a necessidade de apoio psicológico específico no SUS para as pessoas trans (TORRES *et al.*, 2021).

Esta pandemia impactou amplamente à saúde coletiva, o que é evidente na extensa literatura produzida sobre este evento e seus efeitos. Porém, nossa pesquisa nas plataformas de periódicos acerca destes impactos na vivência e saúde da população transgênero revelou a falta de dados com esse enfoque, o que pode ser um reflexo da invisibilização e transfobia que essas pessoas enfrentam (SILVA *et al.*, 2017). Reforçamos a urgência de estudos sobre essa população, de forma a subsidiar o planejamento e implementação de políticas públicas com embasamento em dados reais.

Considerações finais

Nesta revisão apresenta-se uma síntese das evidências relativas à assistência em saúde da população transgênero brasileira entre 2012 e 2025. Os resultados dessa pesquisa podem ser utilizados como base para o desenvolvimento e o aprimoramento de programas que prismem pela melhoria da assistência a essa população, visando a superação dos desafios e a continuidade dos avanços supracitados. Para isso, reitera-se a necessidade de mais ações direcionadas à pessoas transgênero, com um olhar ampliado sobre o cuidado e o incentivo à formação permanente de profissionais de saúde, de forma que o cuidado oferecido seja coerente com os princípios de equidade e universalidade do SUS. Também são fundamentais mais pesquisas que avaliem o resultado dessas ações, bem como a participação da sociedade e, principalmente, de pessoas trans no processo de tomada de decisões, através de movimentos sociais, do controle social e da ocupação de cargos públicos.

Como limitação do estudo, pesquisas anteriores já enfatizavam a carência de produção científica a respeito da saúde de pessoas transgênero para além das questões de gênero, processo de afirmação de gênero e epidemia de hiv/Aids (SILVA *et al.*, 2017). De forma semelhante, nos deparamos com essa realidade em nossas buscas, o que dificulta uma discussão mais ampla sobre a transgeneridade e reforça a necessidade de aprofundamento dos estudos sobre a temática.

Referências

- ARARUNA, Maria Léo (org). **Nós, trans: escrevivências de resistência**. São Paulo: LiteraTrans, 2017.
- BAETHGE, C.; GOLDBACK-WOOD, S.; MERTENS, S. SANRA - a scale for the quality assessment of narrative review articles. **Research Integrity and Peer Review**, 2019. <https://doi.org/10.1186/s41073-019-0064-8>
- BRANT, T. et al. (2017). *Vidas trans: a coragem de existir*. São Paulo: Astral Cultural.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Carta dos direitos dos usuários da saúde : ilustrada / Ministério da Saúde*. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. ISBN 978-85-334-1358-0
- BRASIL. Imprensa Nacional. Resolução nº 2.265, de 20 de setembro de 2019. Disponível em:



- <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-2.265-de-20-de-setembro-de-2019-237203294>. Acesso em: 25 fev. 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. Acesso em: 10 abr. 2023d.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília : 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013. ISBN 978-85-334-144-5
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Transexualidade e travestilidade na saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. ISBN 978-85-334-2319-0
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CALDERÓN-JARAMILLO, M.; MENDOZA, Á.; ACEVEDO, N.; FORERO-MARTÍNEZ, L. J.; SÁNCHEZ, S. M.; RIVILLAS-GARCÍA, J. C. How to adapt sexual and reproductive health services to the needs and circumstances of trans people— a qualitative study in Colombia. **International journal for equity in health**, v. 19, n. 1, p. 1–8, 26 out. 2020. <https://doi.org/10.1186/s12939-020-01250-z>
- CHAGAS, M. A. C; SANTOS, A. M.; JESUS, N. N. Nursing care for the transgender population in primary health care: an integrative review. **Investigacion y educacion en enfermeria**, v. 41, n. 1, fev. 2023. <https://doi.org/10.17533/udea.iee.v41n1e07>
- CHAVES, Leocádia Aparecida. Autobiografias trans: um levante em formação. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 64, p. 1–15, 2021. DOI: 10.1590/2316-4018644. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/40680>. Acesso em: 30 jan. 2026.
- CARRIERI, A. P.; SOUZA, E. M.; AGUIAR, A. R. C. Trabalho, violência e sexualidade: estudo de lésbicas, travestis e transexuais. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 18, n. 1, p. 78–95, fev. 2014. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552014000100006>

COLEMAN, E.; BUCKTING, W.; BOTZER, M.; COHEN-KETTENIS, P.; DECUYPERE, G.; *et al.* Standards of Care for the Health of Transsexual, Transgender, and Gender-Nonconforming People, Version 7. **International Journal of Transgenderism**, v. 13, n. 4, p. 165–232, 1 ago. 2012.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução CFM nº 2.427, de 8 de abril de 2025**. Revisa os critérios éticos e técnicos para o atendimento a pessoas com incongruência e/ou disforia de gênero e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 abr. 2025. Seção 1, p. 174.

COSTA, A. B.; PASE, P. F.; CAMARGO, E. S.; GUARANHA, C.; CAETANO, A. H.; KVELLER, D.; ROSA FILHO, H. T.; CATELAN, R. F.; KOLLER, S. H.; NARDI, H. C. Effectiveness of a multidimensional web-based intervention program to change Brazilian health practitioners' attitudes toward the lesbian, gay, bisexual and transgender population. **Journal of health psychology**, v. 21, n. 3, mar. 2016. doi: 10.1177/1359105316628748

DE VRIES, E.; KATHARD, H.; MÜLLER, A. Why should gender-affirming health care be included in health science curricula? **BMC medical education**, v. 20, n. 1, p. 1–10, 14 fev. 2020. <https://doi.org/10.1186/s12909-020-1963-6>

DIAS, W. P.; NUNES, T. S.; NASCIMENTO, I. M. R.; ABADE, E. A. F.; DULTRA, L. S.; MARINHO, M. L.; RIBEIRO, G. S.; NERY, J. S. Pessoas transgênero e travestis em situação de rua em Salvador: um estudo descritivo sobre perfil sociodemográfico e acesso a serviços de assistência social e saúde, Brasil, 2021 e 2022. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 33, n. spe1, e2024515, 2025.

DOMÍNGUEZ, C. M.; RAMÍREZ, S. V.; ARRIVILLAGA, M. Acceso a servicios de salud en mujeres transgénero de la ciudad de Cali, Colombia. **MedUNAB**, v. 20, n. 3, p. 296–309, 5 jul. 2018. <https://doi.org/10.29375/01237047.2404>

DONOSO, C.; NUÑEZ, S.; PARRA-VILLARROEL, J. Significado que otorgan las personas trans a sus experiencias en la atención en el sistema de salud chileno. **Revista. Chile. Servicio Nacional de Salud**, p. 126–134, 2018. Disponível em: <https://revistasaludpublica.uchile.cl/index.php/RCS/ article/view/53235/55923>. Acesso em: 25 fev. 2023.

FERNANDES, H.; BERTINI, P. V. R.; HINO, P.; TAMINATO, M.; SILVA, L. C. P.; ADRIANI, P. A.; RANZANI, C. M. Violência interpessoal contra homossexuais, bissexuais e transgêneros. **Acta Paulista de**



- Enfermagem**, v. 35, p. eAPE01486, 29 ago. 2022. <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2022AO014866>
- FONSECA, Y. S.; LAGUNA, G. G. C.; PAULO, V. S.; SANTOS, L. S.; COELHO, L. S.; BORGES, G. F.; SANTOS, R. S. Transformações e identidade: uma análise das cirurgias de transgenitalização no contexto brasileiro. **Journal of Nursing and Health**, v. 14, n. 3, e27090, 2024.
- FRAGA, L. L.; NOGUEIRA, S. V. O direito à cidade e as transidentidades: que lugar é esse que não garante o direito às diferenças?. **Revista Direito e Sexualidade**, Salvador, v. 3, n. 2, p. 137–165, 2022. DOI: 10.9771/revdirsex.v3i2.50001. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revdirsex/article/view/50001>. Acesso em: 30 jan. 2026.
- HANAUER, O. F. D.; HEMMI, A. P. A. Caminhos percorridos por transexuais: em busca pela transição de gênero. **Saúde em Debate**, v. 43, n. spe8, p. 91–106, 7 ago. 2020. <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S807>
- HERZER, A. (2007). A queda para o alto. 25. ed. São Paulo: Vozes.
- HOAGLAND, B.; TORRES, T. S.; BEZERRA, D. R. B.; BENEDETTI, M.; PIMENTA, C.; VELOSO, V. G.; GRINSZTEJN, B. High acceptability of PrEP teleconsultation and HIV self-testing among PrEP users during the COVID-19 pandemic in Brazil. **The Brazilian journal of infectious diseases: an official publication of the Brazilian Society of Infectious Diseases**, v. 25, n. 1, p. 101037, Jan-Feb 2021. doi: 10.1016/j.bjid.2020.11.002
- Classificação Internacional de Doenças (CID-11)**. 2019. Disponível em: <https://www.who.int/classifications/classification-of-diseases>. Acesso em: 25 fev. 2023.
- LAZCANO, C.; TONELI, M. J. F. Producción de sentidos sobre la integralidad en la asistencia en salud a personas trans. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, n. 3, 26 nov. 2021. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n366168>
- LUCENA, M. M.; FERREIRA, G. G.; FLOSS, M.; MELO, D. A. C. Para além do processo transexualizador: concepção e implementação de um serviço despatologizador e integral à saúde trans e travesti no contexto da atenção primária à saúde na cidade de Porto Alegre (RS). **Rev. bras. med. fam. comunidade**, p. 2873–2873, 2022. DOI: [https://doi.org/10.5712/rbmfc17\(44\)2873](https://doi.org/10.5712/rbmfc17(44)2873)
- MAGNO, L.; SILVA, L. A. V.; VERAS, M. A.; PEREIRA-SANTOS, M.; DOURADO, I. Estigma e discriminação relacionados à identidade de

gênero e à vulnerabilidade ao HIV/aids entre mulheres transgênero: revisão sistemática. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 4, 8 abr. 2019. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00112718>

MENDES, L. G.; JORGE, A. O.; PILECCO, F. B. Proteção social e produção do cuidado a travestis e a mulheres trans em situação de rua no município de Belo Horizonte (MG). **Saúde em Debate**, v. 43, n. spe8, p. 107–119, 7 ago. 2020. <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S808>

MENEZES, L.; SILVA, L.; MURGO, C.; RAHE, B. Invisibilização e preconceitos velados: barreiras para o acesso aos serviços de atenção básica pela população trans. *Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 46, p. 3961, 2024. DOI: 10.5712/rbmfc19(46)3961. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/3961>. Acesso em: 23 maio. 2025.

MONTEIRO, S.; BRIGEIRO, M. Experiences of transgender women/transvestites with access to health services: progress, limits, and tensions. **Cadernos de saude publica**, v. 35, n. 4, p. e00111318, 8 abr. 2019. doi: 10.1590/0102-311X00111318

MeSH - NCBI. [s.d.]. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/mesh/>. Acesso em: 16 jan. 2023.

MOREIRA, D. G. “Meu nome é Natasha”: novas narrativas sobre transgeneridade na ficção seriada brasileira a partir da conquista de direitos. **ALCEU**, v. 20, n. 41, p. 112–128, 2020. DOI: 10.46391/ALCEU.v20.ed41.2020.84. Disponível em: <https://revistaalceu.com.puc-rio.br/alceu/article/view/84>. Acesso em: 30 jan. 2026.

NERY, J. W. **Erro de pessoa: Joana ou João?: o depoimento de um transexual brasileiro que, nascido mulher, finalmente se realizou como homem**. Rio de Janeiro: Record, 1984.

OLIVEIRA, E. M.; OLIVEIRA, J. F.; SUTO, C. S. S.; PORCINO, C.; ALMEIDA, S. P.; OLIVEIRA, D. S. Espaços institucionais de saúde como “não lugar” de travestis nas representações sociais de enfermeiras. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 34, 5 out. 2020. DOI: <https://doi.org/10.18471/rbe.v34.35603>

OLIVEIRA, P. H. L.; GALVÃO, J. R.; ROCHA, K. S.; SANTOS, A. M. Itinerário terapêutico de pessoas transgênero: assistência despersonalizada e produtora de iniquidades. **Physis**, v. 32, n. 2, 6 jul. 2022. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312022320209>



- PETRY, A. R. Transgender women and the Gender Reassignment Process: subjection experiences, suffering and pleasure in body adaptation. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 36, n. 2, p. 70–75, 2015. <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2015.02.50158>
- PINHEIRO, T. F.; CARVALHO, P. G. C.; NOLASCO, G.; SANTOS, L. A.; VERAS, M. A. S. M. Dificuldades e avanços no acesso e no uso de serviços de saúde por mulheres trans e travestis no Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 27, supl. 1, e240007, 2024.
- POPADIUK, G. S.; OLIVEIRA, D. C.; SIGNORELLI, M. C. The National Policy for Comprehensive Health of Lesbians, Gays, Bisexuals and Transgender (LGBT) and access to the Sex Reassignment Process in the Brazilian Unified Health System (SUS): progress and challenges. **Ciencia & saude coletiva**, v. 22, n. 5, p. 1509–1520, maio 2017. <https://doi.org/10.1590/1413-81232017225.32782016>
- REIS, P. S. O.; NEVES, A. L. M.; THERENSE, M.; HONORATO, E. J. S.; TEIXEIRA, E. Veiled transphobia: nurses-created meanings vis-à-vis the user embracement of transvestites and transgenders. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, p. 80–85, 5 jan. 2021. <https://doi.org/10.9789/2175-5361.rpcfo.v13.7488>
- RIBAS, S. M.; SILVA, A. B. Revisão integrativa: estudos sobre redução de danos voltada para população de mulheres trans e travestis. **Saúde em Debate**, v. 47, n. spe1, p. 1–8, e18976, 2023.
- ROCON, P. C.; WANDEKOKEN, K. D.; BARROS, M. E. B.; DUARTE, M. J. O.; SODRÉ, F. Acesso à saúde pela população trans no Brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. 1, p. e0023469, 11 nov. 2019. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00234>
- ROSA, D. F.; CARVALHO, M. V. F.; PEREIRA, N. R.; ROCHA, N. T.; NEVES, V. R.; ROSA, A. S. Nursing Care for the transgender population: genders from the perspective of professional practice. **Revista brasileira de enfermagem**, v. 72, n. suppl 1, p. 299–306, fev. 2019. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0644>
- ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, p. v–vi, jun. 2007. <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>
- SEVILLA, F. J. Análisis de la calidad en atención de la salud sexual y reproductiva de la población trans en los hospitales públicos de la ciudad de Neuquén. p. 79–79, 2016. Disponível em: <http://lildbi.fcm.unc.edu.ar/lildbi/tesis/sevilla-francisco-jesus2016.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2023.

- SILVA, L. K. M.; SILVA, A. L. M. A. DA; COELHO, A. A.; MARTINIANO, C. S. Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais. **Physis**, v. 27, n. 3, p. 835–846, 2017. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312017000300023>
- SOUZA, L. B. F. DE; FERNANDES, R. M.; SOUSA, L. M.; FERNANDES, M. I. DA C. D. Assistência à saúde do homem transgênero durante o ciclo gravídico puerperal: Uma revisão integrativa. **Nursing**, p. 8566–8577, 2022. Disponível em: <https://www.revistanursing.com.br/index.php/revistanursing/article/view/2728/3309>. Acesso em: 21 fev. 2023.
- SOUZA, M. H. T. DE; MALVASI, P.; SIGNORELLI, M. C.; PEREIRA, P. P. G. Violence and social distress among transgender persons in Santa Maria, Rio Grande do Sul State, Brazil. **Cadernos de saúde pública**, v. 31, n. 4, p. 767–776, abr. 2015. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00077514>
- TORRES, T. S.; HOAGLAND, B.; BEZERRA, D. R. B.; GARNER, A.; JALIL, E. M.; COELHO, L. E.; BENEDETTI, M.; PIMENTA, C.; GRINSZTEJN, B.; VELOSO, V. G. Impact of COVID-19 Pandemic on Sexual Minority Populations in Brazil: An Analysis of Social/Racial Disparities in Maintaining Social Distancing and a Description of Sexual Behavior. **AIDS and behavior**, v. 25, n. 1, p. 73–84, jan. 2021. doi: 10.1007/s10461-020-02984-1
- Transgender Europe (TGEU). **Transgender Day of Visibility 2016 – Trans Murder Monitoring Update**. 2016. Disponível em: <https://tgeu.org/transgender-day-of-visibility-2016-trans-murder-monitoring-update/>. Acesso em: 21 fev. 2023.
- SILVA, R. G.; ABREU, P. D., ARAÚJO, E. C.; SANTANA, A. D. S.; SOUSA, J. C., et al. Vulnerability in the health of young transgender women living with HIV/AIDS. **Revista brasileira de enfermagem**, v. 73, n. 5, p. e20190046, 6 jul. 2020. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0046>
- VIEIRA, E. S.; PEREIRA, C. A. S. R.; DUTRA, C. V.; CAVALCANTI, C. S. Psicologia e Políticas de Saúde da População Trans: Encruzilhadas, Disputas e Porosidades. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39 (n.spe 3), e228504, 161-173, 2019. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228504>
- VIEIRA, V. F.; GOLDBERG, A.; DÍAZ BERMÚDEZ, X. P. C. Transexualidade e assistência à saúde no Brasil: uma discussão



Gabriela Garcia de Carvalho Laguna.
Letícia Defensor da Silva Santos.
Adriano Maia dos Santos.

1046

teórico-conceitual sobre a influência do binarismo de gênero. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 30, n. 4, e08942023, 2025.

ZALAZAR, V.; ARÍSTEGUI, I.; CARDOZO, N.; SUED, O.; RODRÍGUEZ, A. E.; FROLA, C.; PÉREZ, H. Factores contextuales, sociales e individuales como barreras y facilitadores para el acceso a la salud de mujeres trans: desde la perspectiva de la comunidad. **Actual. SIDA. infectol**, p. 40–53, 2018. <https://doi.org/10.52226/revista.v26i98.22>

Health care for the transgender population in Brazil: advances and limitations

RESUMEN/ABSTRACT: This is a narrative review with the objective of describing health care for the Brazilian transgender population. For the bibliographic selection, the keywords “Transgender Persons”, “Health Assistance”, “Health Services for Transgender Persons”, “Brazil”, “Latin America” and “Pandemics” were combined with the Boolean operators OR and AND in English searches. and Portuguese in the Periódicos CAPES, Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences and Scientific Electronic Library Online databases, including works published between 2012-2025. An overview of health care for the trans population is presented, including advances and achievements, limitations and challenges, as well as the repercussions of the COVID-19 pandemic. The results of this research can be used as a basis for the development and improvement of programs aimed at improving assistance to this population, aiming at overcoming challenges and continuing the advances achieved.

PALABRAS CLAVE/KEYWORDS: Transgender People. Health Care. Health Services for Transgender People. Health Equity.

Gabriela GARCIA DE CARVALHO LAGUNA,

Médica residente de Medicina de Família e Comunidade pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), graduada pelo Instituto Multidisciplinar em Saúde da Universidade Federal da Bahia (UFBA - IMS/CAT). Pós-graduanda em Gestão em Saúde, Saúde Mental e Psiquiatria, e Docência do Ensino Superior e Metodologias Ativas de Aprendizagem. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Saúde (NEPS/UFSB), do Observatório Baiano de Redes de Atenção à Saúde (OBRAS/UFBA) e do Centro Baiano de Pesquisas em Antropologia Médica (CBPAM/UFBA).

<https://orcid.org/0000-0001-7396-647X>

Letícia DEFENSOR DA SILVA SANTOS,

Psicóloga pelo Instituto Multidisciplinar em Saúde da Universidade

Federal da Bahia (UFBA - IMS/CAT), pós-graduanda em Neuropsicologia: Avaliação e Reabilitação Neuropsicológica pelo Child Behavior Institute of Miami (CBI of Miami).

<https://orcid.org/0000-0001-6762-0691>

Adriano MAIA DOS SANTOS,
Doutor em Saúde Pública. Professor associado no Instituto Multidisciplinar em Saúde da Universidade Federal da Bahia (UFBA - IMS/CAT). Líder do Grupo de Pesquisa Observatório Baiano de Redes de Atenção à Saúde (OBRAS).

<https://orcid.org/0000-0001-9718-1562>

*Recebido em: 14/06/2023
Aprovado em: 08/03/2026*



Apoios

